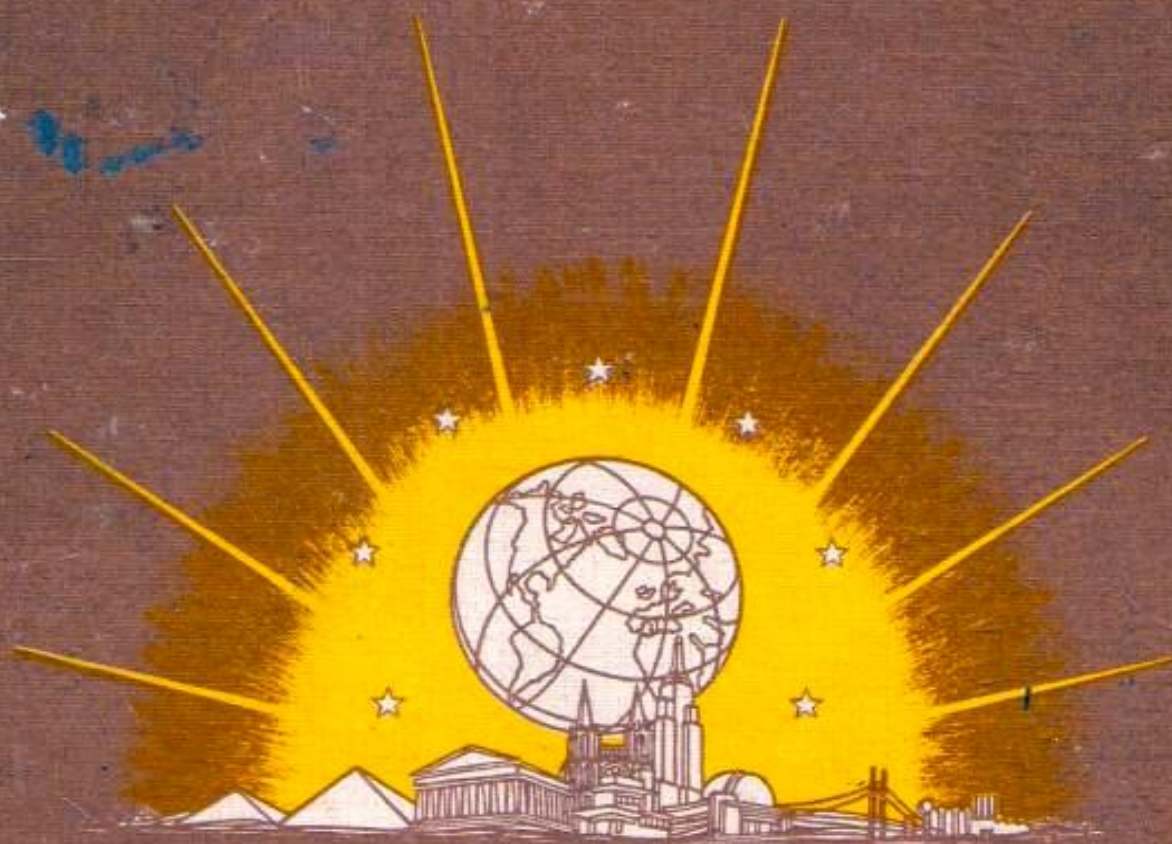


EDWARD McNALL BURNS

História da **CIVILIZAÇÃO OCIDENTAL**

*Do Homem das Cavernas
Até a Bomba Atômica*



EDITORA GLOBO

EDWARD McNALL BURNS
PROFESSOR DE HISTÓRIA DA RUTGERS UNIVERSITY

HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO OCIDENTAL

Tradução de
LOURIVAL GOMES MACHADO, LOURDES SANTOS MACHADO
e
LEONEL VALLANDRO

2.^a Edição
5.^a impressão
revista e atualizada de acordo com a 4.^a edição norte-americana

Mapas de LIAM DUNNE

VOLUME I



EDITORA GLOBO
RIO DE JANEIRO — PORTO ALEGRE — SÃO PAULO

À MEMÓRIA DE MINHA MÃE
Que primeiro me inspirou o desejo de saber

ÍNDICE DA MATÉRIA

Volume I

PARTE 1 - A AURORA DA HISTÓRIA

CAPÍTULO 1. A Idade da Pedra ou as culturas pré-literárias

1. Cultura do paleolítico inferior
2. Cultura paleolítica superior
3. Cultura neolítica

CAPÍTULO 2. Natureza e origem das civilizações

1. Culturas e civilizações
2. Fatores de terminantes da origem e desenvolvimento das civilizações
3. Por que as mais antigas civilizações começaram em determinadas regiões

CAPÍTULO 3. A civilização egípcia

1. O período pré-dinástico
2. História política sob os faraós
3. A religião egípcia
4. Realizações intelectuais dos egípcios
 - I. Filosofia
 - II. Ciência
 - III. Escrita e Literatura
5. O significado da arte egípcia
6. Vida social e econômica
7. As realizações egípcias e sua importância para nós

CAPÍTULO 4. A civilização mesopotâmica

1. História política
2. Origens sumérias da civilização
3. As "contribuições" dos antigos babilônios
4. A transformação trazida pelo Império Assírio
5. A renascença caldaica
6. O legado mesopotâmico

CAPÍTULO 5. A civilização da Pérsia antiga

1. O Império e sua história

2. A cultura persa
3. A religião zoroástrica
4. A herança mística e extraterrena da Pérsia

CAPÍTULO 6. A civilização hebraica

1. Origens hebraicas e relações com outros povos
2. Crônica de esperanças e fracassos políticos
3. A evolução da religião hebraica
4. Cultura hebraica
5. A magnitude da influência hebraica

CAPÍTULO 7. As culturas hitita e egípcia; culturas menores

1. Os hititas
2. A civilização egípcia
3. Os lídios e os fenícios

PARTE 2 - AS CIVILIZAÇÕES CLÁSSICAS: GRÉCIA E ROMA

CAPÍTULO 8. A civilização helênica

1. Tempos homéricos
2. A evolução das cidades-estados
3. Esparta: um acampamento em armas
4. O triunfo e a tragédia de Atenas
5. Derrocada política - os últimos dias
6. O pensamento e a cultura helênicos
 - I. Filosofia
 - II. Ciência
 - III. Literatura
7. O significado da arte grega
8. A vida ateniense na Idade Áurea
9. As realizações gregas e sua significação para nós

CAPÍTULO 9. A civilização helenística

1. História política e instituição
2. Aspectos significativos da evolução social e econômica
3. Cultura helenística: Filosofia, Literatura e Arte
4. A primeira grande era da ciência

5. A religião na época helenística
6. Uma antecipação da época moderna?

CAPÍTULO 10. A civilização romana

1. Dos primórdios à queda da monarquia
2. O início da República
3. As guerras fatídicas com Cartago
4. Embates e lutas do período final da república
5. Roma se intelectualiza
6. O principado ou período inicial do império. (27 a.C. - 284 d.C.)
7. A cultura e a vida no primeiro período do Império
8. O direito romano
9. O período final do Império
10. Decadência e morte
11. A herança romana

PARTE 3 - AS NOVAS CIVILIZAÇÕES DO COMEÇO DA IDADE MÉDIA

CAPÍTULO 11. A civilização da Europa nos começos da Idade Média

1. As bases cristãs da primitiva cultura medieval
2. As bases germânicas da nova cultura
3. Desenvolvimento político e econômico dos começos da Idade Média
4. Realizações intelectuais dos começos da Europa medieval

CAPÍTULO 12. As civilizações bizantina e sarracena

1. O Império Bizantino e sua cultura
2. O Islã e a civilização sarracena

PARTE 4 - A SEGUNDA FASE DA IDADE MÉDIA E A RENASCENÇA

CAPÍTULO 13. A civilização da Época Feudal: instituições políticas e econômicas

1. As origens do regime feudal

2. O feudalismo como estrutura política e econômica
3. O aparecimento das monarquias nacionais
4. A vida urbana na Época Feudal

CAPÍTULO 14. A civilização da Época Feudal: desenvolvimento religioso e intelectual

1. O novo cristianismo
2. A luta entre as autoridades secular e espiritual
3. As Cruzadas
4. O espírito do período final da Idade Média
 - I. Filosofia
 - II. Ciência
 - III. Educação
 - IV. Literatura

5. A arte e a música na época feudal

CAPÍTULO 15. A civilização da Renascença na Itália

1. As causas da Renascença
2. A Renascença na Itália
 - I. O ambiente político da Renascença italiana
 - II. A cultura literária e artística da Renascença italiana
 - III. A filosofia e a ciência da Itália renascentista
3. O declínio da Renascença italiana

CAPÍTULO 16. A expansão da Renascença

1. A Renascença intelectual e artística na Alemanha
2. A Renascença cultural nos Países-Baixos
3. A Renascença francesa
4. A Renascença espanhola
5. A Renascença na Inglaterra
6. Progressos renascentistas no terreno da música
7. A Renascença na religião

PARTE 5 - A CIVILIZAÇÃO OCIDENTAL MODERNA (1517-1789): MERCANTILISMO, ABSOLUTISMO, RACIONALISMO

CAPÍTULO 17. A época da Reforma (1517 -ca. 1600)

1. A Revolução Protestante
 - I. A revolta luterana na Alemanha
 - II. A revolta de Zuínglio e de Calvino na Suíça
 - III. A Revolução Protestante na Inglaterra
2. A Reforma Católica
3. A herança da Reforma

CAPÍTULO 18.

A Revolução Comercial e a nova sociedade (1400-1700)

1. Causas e incidentes da Revolução Comercial
2. O mercantilismo na teoria e na prática
3. Resultados da Revolução Comercial
4. Progressos revolucionários na agricultura
5. A nova sociedade

CAPÍTULO 19. A época do absolutismo (1485-1789)

1. Desenvolvimento e decadência do governo absoluto na Inglaterra
2. A monarquia absoluta na França
3. O absolutismo na Europa Central e Oriental
4. As guerras dos déspotas
5. A teoria política do absolutismo

CAPÍTULO 20. A Revolução Intelectual dos séculos XVII e XVIII

1. A filosofia no século XVII
2. O Iluminismo
3. Descobrimientos científicos revolucionários
4. O classicismo na arte e na literatura
5. A música nos séculos XVII e XVIII
6. Ideais e realidades sociais da época do Iluminismo

ÍNDICE DAS ILUSTRAÇÕES **Volume I** **GRAVURAS FORA DO TEXTO**

Aspectos dos quatro tipos de homem paleolítico
Arte paleolítica da Gruta de Altamira
Utensílios do Paleolítico Inferior

Agricultura neolítica
Habitações neolíticas
Estátuas colossais à frente do Templo de Abu-Simbel
O Templo de Amenófis e Ramsés III, em Carnac
Reconstituição do Templo de Edfu
Jovens bailarinas - pintura mural egípcia
Retrato de Seti I, escultura egípcia em relevo
O colosso de Ramsés II
Sinete cilíndrico caldeu
A caça do leão - relevo assírio
Touro alado assírio
Arquitetura assíria - o palácio de Sargão II
Duas mulheres assistindo, de um carro, à caçada de javalis
Vasos cretenses
Caça do javali - pintura cretense
Modelos de casas cretenses
Vaso grego do começo do século V a.C.
Estátua de mármore do tipo apolíneo
Relevo, de mais ou menos 500 anos a.C., representando lutas e jogos atléticos
Um antepassado do banho de chuveiro
Cabeça de jovem
Hermes com Dioniso menino
O lanceiro de Policleto
Afrodite
Teatro de Dioniso
Templo chamado de Teseu
Reconstituição do interior do Partenon
Pórtico das Virgens
Templo de Atena Vitoriosa
Estátua duma velha vendedora do mercado
Moedas helenísticas
A casa do Poeta Trágico, em Pompéia
Arco de Constantino, em Roma
Mosaico romano de Antioquia
As Termas de Caracala (reconstituição)

A ponte do Gard, em Nimes, na França
Forno e moinho de trigo pompeianos
O Panteon de Roma
Busto de Júlio César
A "Maison Carrée", em Nimes, na França
A Igreja de Santa Sofia
Contas de um colar
Diagrama da construção de Santa Sofia
Prato de prata e placa de ouro
Mosaico do vestíbulo de Santa Sofia
Faixas de lavoura nos campos do Palatinado Renano
Semeando, gradeando e enxotando corvos
Carnaval aldeão
Os muros de Carcassonne
A Rathaus de Münster
Recanto da aldeia medieval de Nördlingen, na Alemanha
Interior da igreja monástica de Mont-Saint-Michel
Cenas num mosteiro
Interior da Catedral de Notre Dame
A catedral de Amiens
"A Fuga para o Egito", de Giotto
"O Nascimento de Vênus", de Botticelli
"Madonna e Bambino", de Bellini
"A Virgem das Rochas", de Leonardo da Vinci
"Retrato de Ângelo Doni", de Rafael
"A criação de Adão", de Miguel Ângelo
"Retrato de Afonso d'Este", de Ticiano
"Pietà", de Miguel Ângelo
"Gattamelata", de Donatello
"Jan Arnolfini e sua mulher", de Jan van Eyck
"Melancolia", de Albrecht Dürer
"Vista de Toledo", de El Greco
"Mulher com alaúde", de Jan Vermeer
Principais centros de filosofia, ciência e arte do mundo antigo
Alexandre Magno e o Mundo Helenístico
O Império Romano em sua máxima extensão

O Império de Carlos Magno no ano de 814
O Império Bizantino no tempo de Justiniano
A expansão do Islã e o Império Sarraceno
A expansão dos Nórdicos
Uma herdade feudal típica
A Europa cerca de 1350
A Liga Hanseática e as principais rotas de comércio cerca de 1400
As Grandes Cruzadas
Os Estados italianos durante a Renascença
A Europa ao terminar a Guerra dos Trinta Anos.

PREFÁCIO

Este livro, publicado pela primeira vez em 1941, sofreu uma revisão parcial em 1946 e uma revisão completa em 1948. De então para cá ocorreram muitos fatos que põem em maior evidência o caráter revolucionário do mundo contemporâneo. Podemos ver agora com maior clareza as inquietantes tendências da nossa época. Para descrever fenômenos tais como o declínio da Europa Ocidental, a ascensão da Rússia e dos Estados Unidos, a luta de poderes entre Oriente e Ocidente, as revoltas nacionalistas contra o imperialismo e as terríveis conquistas no campo da energia atômica e termonuclear, bem como para emitir juízo sobre esses fenômenos, tornava-se necessária uma nova edição da História da Civilização Ocidental. Mas a presente edição não se limita a trazer acréscimos à sua predecessora. Se muito material novo foi acrescentado, também se eliminou boa parte do antigo e vários capítulos foram reescritos. As alterações mais notáveis, que o autor confia sejam melhoramentos, compreendem a inserção de um capítulo sobre as culturas pré-literárias, a adição de materiais sobre a Inglaterra medieval, as Cruzadas e a Guerra dos Cem Anos, a refundição dos capítulos relativos à democracia e o nacionalismo e capítulos novos que giram em torno dos fatos subseqüentes à Segunda Guerra Mundial e da ascensão dos Estados Unidos. Não poupamos esforços para simplificar o estilo sempre que possível e para pôr o texto em dia com as mais recentes descobertas da erudição histórica. Foram introduzidos quadros cronológicos, além de certo número de novos mapas e ilustrações; e, por último, as listas de leituras selecionadas também passaram por uma revisão.

O fim deste trabalho é apresentar uma descrição concisa das lutas, ideais e conquistas do homem, desde a sua origem mais remota até os tempos atuais. Devido às limitações de espaço, a exposição teve, no entanto, de restringir-se, em princípio, à Ásia Ocidental, ao norte da África, à Europa e às Américas. Em geral, a evolução havida na parte do mundo situada a leste da Pérsia só figura no

quadro na medida em que esteja intimamente relacionada com a história do Ocidente. Mas, dentro dos limites acima traçados, o objetivo foi retratar o drama da civilização como um todo uno. Nenhum dos atos ou cenas mais importantes desse drama foi esquecido ou desprezado. As civilizações anteriores aos gregos não foram tratadas como um mero prólogo, mas como fases significativas da luta interminável do homem para dominar o seu ambiente e resolver os seus problemas. Se alguma idéia filosófica se encontra na base da narrativa, é ela a profunda convicção de que a maioria dos progressos até hoje realizados pelo homem resultou do desenvolvimento da inteligência e da tolerância, e de que nisso reside a maior esperança de um mundo melhor no futuro.

Como o indica o seu título, este livro não é exclusivamente, nem mesmo fundamentalmente, uma história política. Sem negar a importância dos fatos políticos, não vemos neles a substância inteira da história. De um modo geral, esses fatos são subordinados ao desenvolvimento das instituições e idéias ou apresentados como ponto de partida de movimentos culturais, sociais e econômicos. Pensa o autor que os efeitos da Peste Negra não foram menos importantes do que os resultados da Guerra dos Cem Anos e que é mais valioso compreender o significado de Newton e Darwin do que ser capaz de enumerar os reis franceses da casa dos Bourbons. De acordo com esta visão mais ampla da história, coube mais espaço aos ensinamentos de Aristóteles e dos estóicos do que às façanhas militares de Alexandre Magno ou de Júlio César.

Na preparação desta obra o autor contou com a cooperação inteligente e com os sábios conselhos de muitas pessoas cujos serviços não há termos que possam elogiar condignamente. Deseja expressar a sua gratidão em especial ao Prof. Philip L. Ralph, do Lake Erie College, que não só leu e criticou os originais na íntegra, mas também escreveu as seções sobre música. O Prof. Ross J. S. Hoffman da Fordham University também examinou a maior parte dos originais e fez valiosas sugestões para a sua melhoria. O Deão Harry Orlinsky, do Instituto Judaico de Religião,

e Nathaniel Zimskind, do Hebrew Union College, contribuíram com a revisão do capítulo sobre os hebreus, salvando o autor de numerosas escorregadelas. O Prof. Peter Charanis, da Rutgers University prestou eficiente auxílio no preparo das seções antiga e medieval e os Profs. Henry R. Winkler e Samuel C. McCulloch, no da moderna. Os capítulos de história antiga foram lidos e criticados pelo Prof. J. W. Swain, da Universidade de Illinois, e os referentes ao mundo medieval e à Renascença, pelo Prof. Edgar N. Johnson, da Universidade de Nebraska. As seções sobre literatura moderna foram submetidas a exame crítico pelo Prof. Rudolf Kirk, do Departamento de Inglês da Rutgers University, e pela Dra. Clara Marburg Kirk, antiga professora-adjunta de inglês em Bryn Mawr. Outras pessoas, ainda, prestaram valiosa ajuda em relação a algumas partes do original, e entre elas precisam ser citados o Sr. August Meier, assistente do diretor da Fisk University; os Profs. Mark M. Heald, Irving S. Kull, L. Ethan Ellis, Sidney Ratner, George P. Smith e David L. Cowen, da Rutgers University; e os Profs. Oscar L. Falnes e Henry H. B. Noss, da Universidade de Nova Iorque. Beulah H. Van Riper, secretária do Departamento de Ciências Políticas da Rutgers University, contribuiu com a elaboração dos quadros cronológicos e encarregou-se de grande parte do trabalho de secretaria necessário à preparação do livro. O autor lucrou imensamente com as cartas de crítica enviadas a convite dos editores, por centenas de professores que usaram ou se propuseram usar a História da Civilização Ocidental como manual de ensino. Finalmente, o autor pecaria por omissão se deixasse de confessar a sua dívida para com sua esposa, pelo auxílio que lhe prestou nas pesquisas, pela correção de provas tipográficas, compilação de dados bibliográficos e organização do índice alfabético.

E. McN. B.

New Brunswick, N. J.

HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO OCIDENTAL

Parte 1

A Aurora da História

Até hoje ninguém sabe qual foi o berço da espécie humana. Há, entretanto, indícios de que possa ter sido a parte sul da África Central ou talvez a Ásia Central, ou ainda a parte sul desta. As condições climáticas dessas regiões eram de molde a favorecer a evolução de uma variedade de tipos humanos, partindo de antepassados primatas. Do seu lugar ou lugares de origem, representantes da espécie humana migraram para a Ásia oriental e sul-oriental, para o norte da África, a Europa, e finalmente a América. Durante centenas de séculos permaneceram em estado primitivo, levando uma existência, de início, pouco melhor que a dos animais superiores. Cerca de 5000 a.C., alguns deles, especialmente favorecidos em matéria de localização e clima, desenvolveram culturas superiores. Essas culturas, baseadas no conhecimento da escrita e num progresso considerável no tocante às artes, às ciências e à organização social, nasceram na parte do mundo conhecida como o Oriente Próximo. Essa região estende-se da fronteira ocidental da Índia ao Mediterrâneo e às margens do Nilo. Ali floresceram, em diferentes períodos entre 5.000 e 300 a.C., os poderosos impérios dos egípcios, babilônios, assírios, caldeus e persas, além de pequenos estados como os dos cretenses, sumerianos, fenícios e hebreus. Em outras partes do mundo os inícios da civilização foram retardados. Ainda por volta de 2000 a.C. nada havia, na China, que merecesse o nome de vida civilizada. E, com exceção da ilha de Creta, não houve civilização na Europa senão mais de um milênio depois.

A AURORA DA HISTÓRIA

PALEONTOLÓGICO PERÍODO	PERÍODO GEOLÓGICO	FORMAS CARACTERÍSTICAS DE VIDA	PERÍODO CULTURAL	PROGRESSOS CARACTERÍSTICOS
Arqueozóico — há 2 bilhões de anos	Arqueano	Ausência de vestígios definidos; prováveis formas unicelulares		
Proterozóico — há 1 bilhão de anos	Pré-cambriano	Só invertebrados; vermes, algas		
Paleozóico — há 500 milhões de anos	Cambriano	Moluscos, esponjas		
	Ordoviciano	Insetos, primeiros vertebrados		
	Siluriano	Corais, tubarões, algas marinhas		
	Devoniano	Peixes pulmonares, crustáceos		
	Carbonífero	Primeiros anfíbios		
	Permiano	Grandes anfíbios, fetos		
Mesozóico — há 300 milhões de anos	Triássico	Répteis gigantes		
	Jurássico	Répteis diversificados, aves		
	Cretáceo	Marsupiais, peixes ósseos, aves, árvores		

Cenozóico — há 50 milhões de anos	Eoceno	Maníferos primitivos, primeiros primatas		
	Oligoceno	Símios primitivos, antepassados dos macacos: roedores, ca- melos		
	Mioceno	Antepassados dos grandes sí- mios, árvores de folhagem cáduca		
	Plioceno	Antepassados do homem, ma- níferos modernos		
	Pleistoceno (Período Glaciário) 1 milhão — -25 000 a.C.	Espécies humanas primitivas, outros primatas	Paleolítico inferior	Linguagem falada, conhecimento do fogo, sepultamento dos mortos, armas e utensílios de pedra.
	Holoceno ou Recente (25 000 a.C.-)	Animais e raças humanas atuais	Paleolítico superior Neolítico Homem civi- lizado	Agulhas, arpões, anzóis, magia, arte, organização social Agricultura, domesticação de animais, navegação, insti- tuições Bronze, ferro, escrita, arte, tecnologia, ciência, literatu- ra, etc.

Capítulo 1

A Idade da Pedra ou as culturas pré-literárias

A história humana inteira pode ser dividida em dois períodos, a Idade da Pedra e a Idade dos Metais. A primeira é às vezes denominada Idade Pré-Literária, ou seja, o período anterior à invenção da escrita. A segunda coincide com o período da história baseada em registros escritos. A Idade Pré-Literária cobre pelo menos 95 por cento da existência humana e não termina senão nas proximidades do ano 3000 a.C. A Idade dos Metais é praticamente sinônima da história das nações civilizadas. A Idade da Pedra subdivide-se em Paleolítico (antiga idade da pedra) e Neolítico (nova idade da pedra). Cada uma delas recebe o nome do tipo de armas e utensílios de pedra caracteristicamente fabricados durante o período. Assim, durante a maior parte do Paleolítico era comum afeição os instrumentos retirando lascas de uma pederneira ou outra pedra e conservando o núcleo restante, que se usava como "machado manual". Na fase terminal do período, eram as próprias lascas que se usavam como facas ou pontas de lança, rejeitando-se o núcleo. O Neolítico viu os instrumentos de pedra lascada ceder o passo aos instrumentos feitos de pedra desgastada pelo atrito e polidas.

Os nomes dos períodos mencionados deixam muito a desejar. Foram inventados numa época em que o estudo das culturas primitivas se encontrava ainda na infância. Atualmente se admite que nem sempre é possível traçar uma linha divisória nítida entre fases de cultura, com base nos métodos de fabricação de armas e instrumentos. Isto se aplica em especial às fases mais avançadas. Ademais, os tipos de armas e instrumentos nem sempre representam os traços mais significativos que distinguem uma cultura de outra. Sem embargo, esse método de denominação tem-se revelado bastante cômodo e continuará sem dúvida a ser usado indefinidamente.

1. CULTURA DO PALEOLÍTICO INFERIOR

O período Paleolítico pode ser datado, grosso modo, de 500.000 a 10.000 a.C. Costuma-se dividi-la em duas fases, uma mais antiga ou Paleolítico Inferior, e outra mais moderna ou Paleolítico Superior. A primeira foi muito mais longa que a segunda, cobrindo pelo menos 75 por cento de todo o período. Durante essa época, pelo menos quatro espécies humanas habitaram a terra. Uma delas foi o famoso *Pithecanthropus erectus*, ou seja, "homem-macaco em pé", do qual foram encontrados restos de esqueleto na ilha de Java; em 1891. Dessa vez não se descobriu mais que uma abóbada craniana, um fêmur, três dentes e parte de uma mandíbula. Mais recentemente, porém, têm sido desenterrados outros fragmentos, pertencentes à mesma espécie ou a uma espécie similar. Em resultado, é hoje possível reconstituir todo o crânio do Pitecantropo. Ficou assente que a sua capacidade craniana era quase o dobro da de um gorila macho, mas apenas dois terços da do homem moderno.

O segundo contemporâneo conhecido do Paleolítico Inferior foi o *Sinanthropus pekinensis*, cuja ossamenta foi encontrada na China, cerca de quarenta milhas a sudoeste de Pequim (Peiping), entre 1926 e 1930. Depois desta última data localizaram-se nada menos de trinta e dois esqueletos do tipo Sinantropo, tornando possível uma reconstituição completa da cabeça, pelo menos, dessa antiga espécie. Os antropologistas em geral admitem que Sinantropo e Pitecantropo são mais ou menos da mesma época e que ambos provavelmente descendem do mesmo tipo ancestral. Até uma data recente, muitos cientistas acreditavam que o chamado "Homem de Piltdown", cujos fragmentos foram encontrados na Inglaterra em 1.911, fosse um coevo das espécies de Java e Pequim; mas em 1953 tornou-se público e notório que a pretensa espécie primitiva não passava de uma mistificação perpetrada por alguém, com o provável intuito de conquistar fama científica. Os fragmentos, que incluíam uma abóbada craniana e uma mandíbula, tinham sido habilmente alterados. A mandíbula era, na realidade, a de um

macaco, submetida a tratamento químico para parecer muito antiga, ao passo que o crânio não tinha mais de 50.000 anos de idade.

Provas muito mais fidedignas existem de um outro homem paleolítico, embora esse não tenha aparecido senão numa fase avançada do período. Trata-se do homem de Fontéchevade, cujos restos foram encontrados em 1947 no departamento de Charente (sudoeste da França). Embora os achados consistissem em simples fragmentos de crânios, alguns havia suficientemente intactos para permitir que se tomassem medidas exatas. Além disso, não só a camada geológica que os continha, mas também a camada imediatamente superior achavam-se completas e intactas, de maneira que não houve dificuldade em determinar-lhes a era cronológica. A certos respeito, o homem de Fontéchevade parecia-se mais com o homem moderno do que alguns antepassados de época mais recente. As dimensões da abóbada craniana, por exemplo, coincidiam mais ou menos com as dos atuais europeus. Fato mais interessante ainda, as pronunciadas saliências da região das sobrancelhas, tão características da maioria dos homens primitivos, estavam ausentes, e a construção da testa apresentava notável semelhança com a nossa própria. Em compensação, a caixa craniana tinha uma espessura excepcional e a abóbada era baixa. O homem de Fontéchevade devia o grande desenvolvimento do seu cérebro à extraordinária largura, e não à altura, do respectivo crânio.

Durante os últimos 25.000 anos do Paleolítico Inferior surgiu uma quarta espécie de homem pré-histórico. Era o *Homo Neanderthalensis*, famoso como um antigo troglodita ou homem das cavernas. Fragmentos do seu esqueleto foram descobertos pela primeira vez no vale do Neander, perto de Düsseldorf, no noroeste da Alemanha, em 1856. Depois disso têm ocorrido numerosos outros achados em lugares tão distantes entre si como a Bélgica, a Espanha, a Itália, a Iugoslávia, a Rússia e a Palestina. A tal ponto se parecia o homem de Neanderthal com o moderno que foi classificado como espécie do mesmo gênero (*Homo*). A semelhança, contudo, não era de modo algum perfeita. A estatura

média dos homens de Neanderthal não excedia 1,62 m. Tinham eles o queixo fugidio e fortes arcadas superciliares. Se bem que a testa se inclinasse para trás e a abóbada do crânio fosse baixa, é evidente que possuíam cérebros de tamanho considerável, pois a sua capacidade craniana média era levemente superior à dos caucasianos modernos. Quanto ao que isso possa ter significado com respeito à inteligência, é impossível determiná-lo.

São, na verdade, escassos os conhecimentos positivos que temos da cultura dos homens do Paleolítico Inferior. Suas habilidades e sua ciência adquirida devem ter sido ínfimas, mesmo em confronto com as dos povos primitivos de nossos dias. Apesar disso, o Pitecantropo e os seus sucessores não eram simples macacos que esquecessem num momento os triunfos obtidos por acaso. Possuíam indubitavelmente a faculdade da palavra, que lhes permitia comunicar aos companheiros e transmitir às gerações posteriores o que haviam aprendido. Não é exagero presumir que também possuísssem a capacidade de raciocinar, ainda que muito pouco desenvolvida. Quase desde o início, portanto, devem ter feito uso de instrumentos, empregando a sua inteligência em afeiçãoar armas e utensílios que suprissem as deficiências da força muscular. Na origem, devia tratar-se de simples galhos arrancados às árvores para servir de porretes. Com o tempo veio-se a descobrir que era possível lascar as pedras de forma a dar-lhes um gume cortante. A parte mais grossa era então segura na palma da mão, ou talvez encabada em resina. Assim se desenvolveu o chamado machado manual, que parece ter desempenhado simultaneamente as funções de rachador, serra, faca e raspador.

Antes que o Paleolítico Inferior chegasse ao fim, o homem de Neanderthal parece ter abandonado em grande parte o uso do machado de mão. Métodos aperfeiçoados de lascar a pedra deram-lhe o ensejo de utilizar-se principalmente das próprias lascas. Daí resultou o aparecimento de pontas de lança, perfuradores, bem como de facas e raspadores muito mais eficientes.

Também foram encontrados indícios de um certo progresso da cultura não material. Nas entradas das cavernas em que vivia ou

em que, pelo menos, se refugiava o homem neanderthalense, descobriram-se eiras em que era trabalhado o sílex e lareiras de pedra onde, ao que parece, eram alimentadas enormes fogueiras. Isto sugere a origem da cooperação e da vida grupal, e talvez os rudes primórdios de instituições sociais. Maior significação pode ser emprestada à prática neanderthalense de dispensar cuidados aos defuntos, enterrando-os em sepulturas rasas junto com utensílios e outros objetos de valor. Isso indica, talvez, o desenvolver-se de um sentimento religioso, ou pelo menos a crença em alguma espécie de sobrevivência depois da morte.

2. CULTURA PALEOLÍTICA SUPERIOR

Cerca de 30.000 a.C., a cultura da Antiga Idade da Pedra passou do estágio do Paleolítico Inferior para o do Paleolítico Superior. Este último período não durou mais que uns duzentos séculos, ou seja, de 30.000 a 10.000 a.C. Um tipo novo e superior de ser humano dominou a terra durante esse tempo. Biologicamente, os homens de que falamos estão intimamente relacionados com o homem moderno. Seus predecessores, os de Neanderthal tinham cessado de existir como variedade distinta. Ignora-se o que foi feito deles. De acordo com a opinião de alguns, foram provavelmente exterminados pelos seus vencedores ou pereceram por escassez de alimentos. Segundo outra escola, perderam a sua identidade pelo simples cruzamento com os recém-chegados. Uma das suas ramificações, em alguma área remota do globo, bem pode ter fornecido os antepassados da nova raça que agora se tornava dominante.

O nome usado para designar os homens do Paleolítico Superior é o de Cro-Magnon, pois foi na caverna de Cro-Magnon, situada no departamento francês de Dordogne, que se descobriram algumas das relíquias mais típicas. Os homens de Cro-Magnon eram altos, espadaúdos e eretos, atingindo a 1,80 m a estatura média masculina. Tinham a fronte alta, o mento bem desenvolvido e uma capacidade craniana aproximadamente igual à média moderna. As

pronunciadas arcadas superciliares, tão características das espécies anteriores, haviam desaparecido. É uma questão debatida a possibilidade de terem deixado descendentes. Não parecem ter sido exterminados; antes, porém, julga-se que tenham sido impelidos para as regiões montanhosas e, mais tarde, absorvidos pelas raças posteriores.

A nova cultura apresenta-se com assinalada superioridade em relação à anterior. Não só os instrumentos e utensílios são mais bem-feitos, senão que existem em maior variedade. Já não se fabricam apenas com lascas de pedra ou hastes de osso; outros materiais são usados em abundância, especialmente o chifre de rena e o marfim. Como exemplos de artefatos mais complicados podem-se apontar a agulha de osso, o anzol, o arpão, o lança-dardos ou propulsor e, bem no fim do período, o arco e a flecha. O uso de roupas é indicado pelo fato de ter o homem do Paleolítico Superior feito botões e trabelhos de osso e chifre e de ter inventado a agulha. Não sabia tecer pano, mas as peles de animais costuradas umas às outras provaram ser um substituto satisfatório. Também se encontrou grande número de dentes de animais e conchas perfurados, o que leva a crer que o homem de Cro-Magnon fazia pingentes e colares para adornar-se. É certo que cozinhava a comida, pois foram descobertos numerosos fogões, evidentemente usados para assar carne. Nas proximidades de um deles, em Solutré, no sul da França, havia um acúmulo de ossos carbonizados, contendo os restos de 100.000 animais de grande porte. Embora o homem de Cro-Magnon não construísse casas, salvo algumas choupanas simples, erigidas em regiões onde escasseavam os abrigos naturais, a sua vida não era totalmente nômade. Indícios encontrados nas cavernas por ele habitadas mostram que essas cavernas foram usadas, pelo menos temporariamente, durante anos consecutivos.

Com respeito aos elementos não materiais há também indicações de que a cultura do Paleolítico Superior representa um notável progresso. A vida grupal tornou-se mais regular e mais altamente organizada do que antes. A profusão de ossos carbonizados em Solutré e alhures denota a cooperação na caça e a partilha da

presa em grandes festins da comunidade. A surpreendente perícia revelada na feitura de armas e instrumentos e a técnica altamente desenvolvida das criações artísticas seriam difíceis de conseguir sem uma certa divisão de trabalho. Parece certo, por isso, contarem as comunidades do Paleolítico Superior com artistas profissionais e artífices especializados. Para chegarem a adquirir talentos tais, certos membros da comunidade devem ter passado por longos períodos de adestramento e dedicado todo o seu tempo à prática das suas especialidades. Consequentemente, deviam ser sustentados pelo resto do grupo. Teria assim surgido uma aristocracia, cujos membros mais altamente colocados gozariam de bastante prestígio para se tornarem dirigentes com autoridade limitada.

Existem provas suficientes de que o homem de Cro-Magnon tinha idéias muito evoluídas sobre um mundo de forças invisíveis. Dispensava mais cuidados aos corpos dos defuntos que o homem de Neanderthal, pintando os cadáveres, cruzando-lhes os braços sobre o peito e depositando, nas sepulturas, pingentes, colares e armas e instrumentos ricamente lavrados. Formulou um complicado sistema de magia simpática, destinado a aumentar a sua provisão de alimentos. Baseia-se a magia simpática no princípio de que, se imitarmos um resultado desejado, produziremos automaticamente esse resultado. Aplicando esse princípio, o homem de Cro-Magnon fez pinturas nas paredes das suas cavernas, representando a captura de renas na caça, ou esculpiu imagens do urso das cavernas com o flanco trespessado por azagaias. Em outras ocasiões modelou bisões ou mamutes em argila e depois mutilou-os com golpes de dardo. Tais representações visavam, evidentemente, facilitar os próprios efeitos representados, concorrendo assim para o bom êxito do caçador e tornando mais fácil a luta pela existência. Encantamentos e cerimônias acompanhavam, talvez, a execução das pinturas e imagens, e é provável que o trabalho de produzi-las fosse realizado enquanto a verdadeira caçada estava em andamento.

O período Paleolítico Superior apresentou ligeiro progresso intelectual. O homem de Cro-Magnon sabia contar e com ele surgem as primeiras notações numéricas da história da humanidade. Consistiam em vários objetos, como por exemplo um propulsor de dardo ou azagaia com entalhes, ou um dente de veado com riscos horizontais feitos por um instrumento cortante e usado como pingente. Em todos esses casos trata-se provavelmente de contas de animais abatidos na caça. Existe uma tênue possibilidade de que o homem de Cro-Magnon tenha criado um sistema primitivo de escrita. Descobriram-se alguns sinais muito interessantes, apresentando o aspecto de caracteres de linguagem escrita. Podem, no entanto, não passar de símbolos representativos de objetos naturais, pois abundam os indícios de que a arte desse período tendia freqüentemente para o convencionalismo. Deve-se, por isso, considerar como muito problemático o conhecimento da escrita no Paleolítico Superior.

A suprema realização do homem de Cro-Magnon foi a sua arte - realização tão original e tão resplandecente que deveria ser incluída entre as Sete Maravilhas do Mundo. Nada ilustra tão bem como esse fato o grande abismo cavado entre a cultura do Paleolítico Superior e tudo quanto a precedeu. A arte do período compreende quase todos os ramos que a cultura material de então tornava possíveis. Tanto a escultura como a pintura, o entalhe e a gravação se acham representados. Faltavam, porém, as artes da cerâmica e da arquitetura, pois a olaria ainda não fora inventada nem tampouco se construía edifícios, a não ser do tipo mais rudimentar.

A arte por excelência do homem de Cro-Magnon foi a pintura. Nela se exhibe o maior número e variedade dos seus talentos: o discernimento no uso das cores, a meticulosa atenção aos detalhes, a capacidade de empregar a escala ao representar um grupo, e acima de tudo o seu gênio para o naturalismo. A arte dos povos primitivos modernos se assemelha à arte infantil; pinta as coisas, não como estas são, mas de acordo com preconceitos ingênuos da sua mente. A arte do Paleolítico Superior era

notavelmente isenta dessas tendências e mostrava a firme resolução de copiar a natureza com a máxima fidelidade.

Especialmente digna de nota é a habilidade com que o pintor representa o movimento. Uma grande porção dos seus murais figura animais correndo, saltando, pastando, ruminando ou enfrentando o caçador que os acua. Muitas vezes eram empregados artifícios engenhosos para dar a ilusão de movimento. O principal dentre eles era o que consistia em pintar ou desenhar contornos adicionais para indicar o espaço dentro do qual se moviam as pernas ou a cabeça do animal. Mas o plano era executado com tanta habilidade que não dava nenhuma idéia de artifício.

O significado da arte do homem das cavernas lança um jorro de luz sobre muitos problemas relativos à mentalidade e aos costumes primitivos. Até certo ponto, é indubitável que ela foi a expressão de um verdadeiro senso estético. O homem de Cro-Magnon sentia, evidentemente, certo prazer na linha graciosa, na disposição simétrica ou na cor viva. É prova disto o fato de haver pintado e tatuado o seu corpo, assim como o de ter usado adornos. Mas as suas principais obras de arte dificilmente teriam sido produzidas com o fim de criar coisas belas. Tal possibilidade deve ser excluída por várias razões. Em primeiro lugar, as melhores pinturas e desenhos são geralmente encontrados nas paredes e nos tetos das mais escuras e inacessíveis partes das cavernas. A galeria de pinturas de Niaux, por exemplo, acha-se a mais de meia milha na entrada da caverna. Ninguém poderia ver as criações do artista a não ser à luz imperfeita de fachos ou lâmpadas primitivas que deviam fumegar e espirrar horrivelmente, uma vez que o único combustível para iluminação era a gordura animal. Além disso, há sinais de que o homem de Cro-Magnon olhava com grande indiferença a sua obra de arte, depois de terminada. Não lhe dedicava uma afeição crescente com a passagem dos anos, nem mesmo despendia muito tempo em admirá-la. Pelo contrário, muitas vezes usava a mesma superfície para uma nova produção. Encontraram-se numerosos exemplos de pinturas ou desenhos superpostos a outros mais antigos, do

mesmo tipo ou de tipo diferente. O importante não era, evidentemente, a obra acabada em si mesma, mas o ato de fazê-la.

Para o homem paleolítico a arte era um assunto muito sério. A verdadeira finalidade de quase toda ela não era agradar aos sentidos, mas ao que parece, tornar mais fácil a luta pela existência aumentando o suprimento de animais usados na alimentação. O próprio artista não era um esteta, mas um mágico, e sua arte era uma forma de magia destinada a promover o êxito do caçador. Nesse objetivo reside a sua verdadeira significação e o fundamento de quase todas as suas qualidades características. Sugere, por exemplo, a razão real pela qual os animais de caça constituíam o tema quase exclusivo dos grandes murais e por que são muito raras as representações de plantas e objetos inanimados. Ajudam-nos a compreender o descaso do homem de Cro-Magnon pelas pinturas depois de terminadas e o seu interesse predominante pelo processo de fazê-las. Finalmente, os propósitos mágicos explicam em grande parte o gênio espetacular do artista, pois acreditava-se que a própria existência da comunidade dependia da competência com que ele cumprisse as suas obrigações. e, por conseguinte, nenhum esforço era poupado para lhe dar o adestramento mais completo possível.

A cultura do Paleolítico Superior teve um fim prematuro cerca de 10.000 a.C. A decadência interna, exemplificada pelo declínio da arte, parece ter sido uma das causas. Não é possível determinar exatamente os fatores responsáveis. Um deles pode ter sido a impaciência em relação aos métodos antigos e a procura de maneiras de abreviá-los, donde resultaram a padronização e a perda de originalidade. Uma causa mais patente e sem dúvida mais eficaz do declínio da cultura em seu conjunto foi a destruição parcial das fontes alimentares. À medida que a última geleira se retirava cada vez mais para o Norte, o clima da Europa meridional tornava-se muito quente para as renas, que pouco a pouco foram migrando para as margens do Báltico. O mamute, por essa ou por outras razões, acabou por extinguir-se. Milhares de representantes da magnífica espécie de Cro-Magnon provavelmente pereceram.

Alguns seguiram as renas para o Norte, mas é significativo que tenham deixado atrás a sua arte. Aqueles que permaneceram no habitat original foram obrigados a aplicar todas as energias numa luta puramente física pela sobrevivência.

3. CULTURA NEOLÍTICA

O Último estágio da cultura pré-literária é conhecido como o período Neolítico, ou Nova Idade da Pedra. O nome foi adotado porque as armas e instrumentos de pedra passaram então a ser feitos pelo método do polimento mediante o atrito, ao invés da fratura e separação de lascas, como nos períodos anteriores. Os portadores da cultura neolítica foram novas variedades de homem moderno que se espalharam pela África e pelo sul da Europa, vindas da Ásia ocidental. Como nada está a indicar que esses novos elementos tivessem sido exterminados ulteriormente, ou que tivessem migrado em massa, devemos considerá-las como os antepassados imediatos da maioria dos povos que hoje habitam a Europa.

É impossível fixar datas exatas para este período. Sua cultura não se estabeleceu solidamente na Europa antes de 3.000 a.C., mais ou menos, embora certamente tenha origens muito anteriores. Há provas de sua existência no Egito já em 5.000 a.C. e razões para acreditar que ele começou em época não menos distante no sudoeste da Ásia. Também se nota grande variação nas datas que assinalam o seu término. Pouco depois do ano 4.000 foi suplantado, no Egito, pela primeira civilização histórica. Salvo na ilha de Creta, não desapareceu em parte alguma da Europa antes do ano 2.000 e, na Europa setentrional, muito mais tarde ainda. Em certas regiões do globo ainda não terminou. Os nativos de algumas ilhas do Pacífico, das regiões árticas da América e das selvas do Brasil ainda se acham na fase de cultura neolítica, exceto no tocante a alguns costumes que adquiriram dos exploradores e missionários.

A muitos respeito, a nova idade da pedra foi a era mais importante na história do mundo até então. O nível do progresso material atingiu novas alturas. O homem neolítico exercia maior domínio sobre o meio do que qualquer dos seus predecessores. Tinha menos probabilidades de perecer devido a uma mudança das condições climáticas ou porque viesse a falhar uma parte dos seus recursos alimentares. Essa decisiva vantagem resultou, sobretudo, do desenvolvimento da agricultura e da domesticação dos animais. Enquanto todos os homens que viveram anteriormente eram coletores, o homem neolítico era produtor de alimentos. O cultivo da terra e a manutenção de rebanhos e manadas proporcionavam-lhe fontes muito mais seguras de alimentos e, em certas épocas, lhe garantiam sobras. Tais circunstâncias tornavam possível um aumento mais rápido da população, estabilizaram a existência e favoreciam o desenvolvimento de instituições. Tais foram os elementos de uma grande revolução social e econômica cuja importância seria quase impossível exagerar.

A nova cultura também é importante pelo fato de ter sido a primeira a distribuir-se por todo o mundo. Embora algumas culturas anteriores, em especial as dos homens de Neanderthal e Cro-Magnon, tivessem tido considerável difusão, elas se limitaram em grande parte às áreas continentais acessíveis do Velho Mundo. O homem neolítico penetrou em todas as regiões habitáveis da superfície do globo - desde as tundras do Ártico até as selvas tropicais. Partindo de vários centros de origem, parece ter alcançado todos os recantos de um e do outro hemisfério. Viajou distâncias incríveis, tanto por água como por terra, e acabou por ocupar todas as ilhas dos grandes oceanos, mesmo as mais remotas. Nem o próprio Havaí, situado a 6.500 quilômetros do continente asiático, escapou ao seu raio de ação. Sem dúvida, aprofundou a sua embarcação primitiva para algum ponto visível, sendo depois desviado da rota e, por um acidente feliz, dando à costa antes que a fome o matasse. É difícil supor que tenha chegado lá intencionalmente e por seu próprio engenho. Mas, fosse como fosse, o fato é que lá chegou, pois quando o homem

branco ali aportou os nativos das ilhas havaianas tinham, essencialmente, o mesmo tipo e cultura que o homem neolítico de qualquer outro lugar.

Os fatores que originaram essa admirável difusão não podem ser determinados com precisão científica. Tem-se por certo que o homem neolítico inventou os primeiros barcos e jangadas, sem os quais nunca poderia ter transposto os confins da Ásia, da África e da Europa. Mas o motivo que o levou a penetrar em selvas ardentes, redutos das montanhas e regiões áridas e desoladas como o Labrador e a Patagônia permanece um mistério insolúvel. Não podemos senão conjecturar que o incremento da população tenha imposto a procura constante de novas áreas de caça e talvez de terras de pastagem ou de cultivo. Os indivíduos mais jovens e mais aventureiros deviam andar continuamente em busca de novas regiões, na esperança de melhorarem a sua condição econômica.

O historiador teria dificuldade em superestimar a importância das migrações neolíticas, cujo resultado líquido foi difundir por todo o mundo um padrão semelhante de cultura. Os poucos elementos que lograram sobreviver ao desaparecimento das culturas anteriores foram quase totalmente submergidos. Isto significa que não temos, hoje, meio de descobrir senão em pequena parte o que se passava na mente do homem paleolítico: se ele acreditava que o governo é um mal, que a propriedade privada é sagrada, ou que o mundo foi tirado do nada. O fato de encontrarmos certas idéias na mentalidade primitiva de hoje não prova que sejam inseparáveis da massa do sangue da espécie, pois é necessário não esquecer que todas as raças primitivas existentes são beneficiárias ou vítimas de uma herança comum.

A invenção de barcos e jangadas não foi o único exemplo de engenho técnico por parte do homem neolítico. Ele criou as artes do tecido de malha, de fiar e de tecer pano. Foi o primeiro a fabricar cerâmica e sabia fazer fogo artificialmente, pelo atrito. Construiu casas de madeira e barro secado ao sol. Na fase final do período descobriu as possibilidades dos metais e uns poucos instrumentos de cobre e ouro foi acrescentado ao seu arsenal.

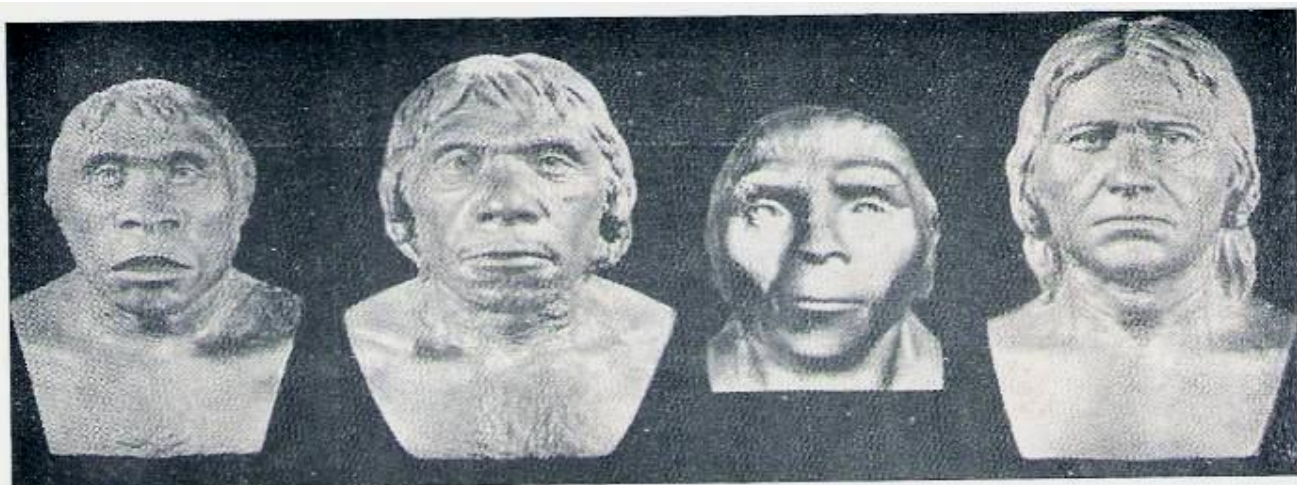
Como as artes da fundição e da refinação eram ainda totalmente ignoradas, o uso dos metais limitou-se aos mais maleáveis, ocasionalmente encontrados em estado puro e sob a forma de pepitas.

As verdadeiras pedras angulares da cultura neolítica foram, contudo, a domesticação de animais e o desenvolvimento da agricultura. Sem a existência destes fatores seria inconcebível que ela tivesse atingido a complexidade que atingiu. Mais do que a qualquer outra coisa, deve-se-lhes o gênero de existência estabilizado, o crescimento das povoações e das instituições sociais. Estimularam a divisão do trabalho e a prática do intercâmbio. Obrigaram constantemente o homem a procurar novos métodos de utilizar os recursos naturais, levando-o desse modo a aumentar o seu equipamento material e o seu estoque de conhecimentos.

Supõe-se geralmente que o primeiro animal a ser domesticado tenha sido o cão, na suposição de que ele andasse sempre a rondar os acampamentos do caçador a fim de apanhar ossos e sobejos de carne. Com o tempo, ter-se-ia descoberto que ele podia ser usado na perseguição da caça miúda e quiçá também como guarda do acampamento. Depois de ter sido bem sucedido na domesticação do cachorro, o homem neolítico teria voltado logicamente a sua atenção para outros animais, em especial para aqueles que usavam como alimento. Antes do fim do período, pelo menos cinco espécies a vaca, o cão, a cabra, a ovelha e o porco - tinham sido adaptados à satisfação das suas necessidades. Isso, contudo, não sucedeu com todos eles em todas as partes do mundo. As tribos neolíticas da América absolutamente não domesticaram animais, a não ser o cão sem pêlo em certas partes do México, a lhama e a alpaca no planalto andino e o porquinho-da-índia e o peru em algumas regiões.

O lugar exato em que se originou a agricultura nunca foi positivamente determinado. Tudo que sabemos é que as gramíneas bravas, antepassados prováveis dos cereais, têm sido encontradas em numerosos lugares. Certos tipos de trigo são nativos da Ásia Menor, do Cáucaso e da Mesopotâmia.

Assinalaram-se ancestrais silvestres da cevada no norte da África, na Pérsia, na Ásia Menor e no Turquestão. Embora seja provável que essas fossem as primeiras plantações da agricultura neolítica, não eram de nenhum modo as únicas. Cultivavam-se também o painço, as hortaliças e numerosas frutas. O linho era plantado no Velho Mundo por causa da sua fibra têxtil e, em algumas localidades, já se iniciara o cultivo da papoula para a obtenção de ópio. No Novo Mundo era o milho o único cereal conhecido, mas os ameríndios cultivavam numerosos outros produtos, inclusive o tabaco, o feijão, abóboras, morangas e batatas.



Java

Neanderthal

Pequim

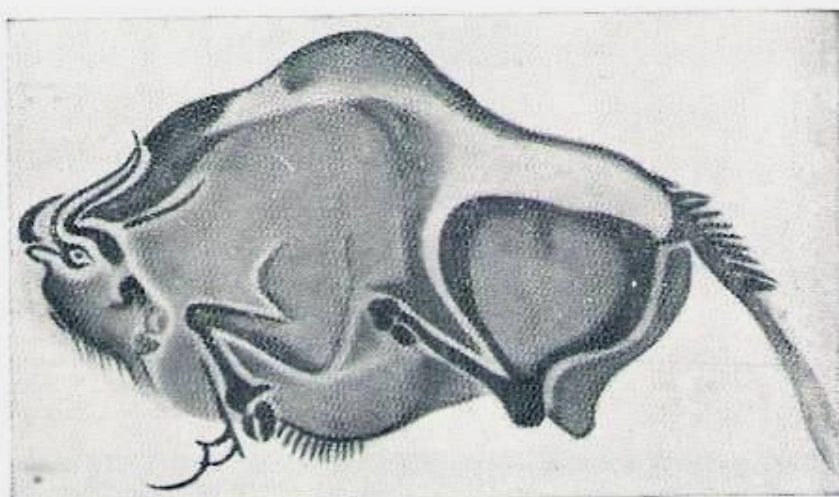
Cro-Magnon

Aspecto dos quatro tipos de homem paleolítico

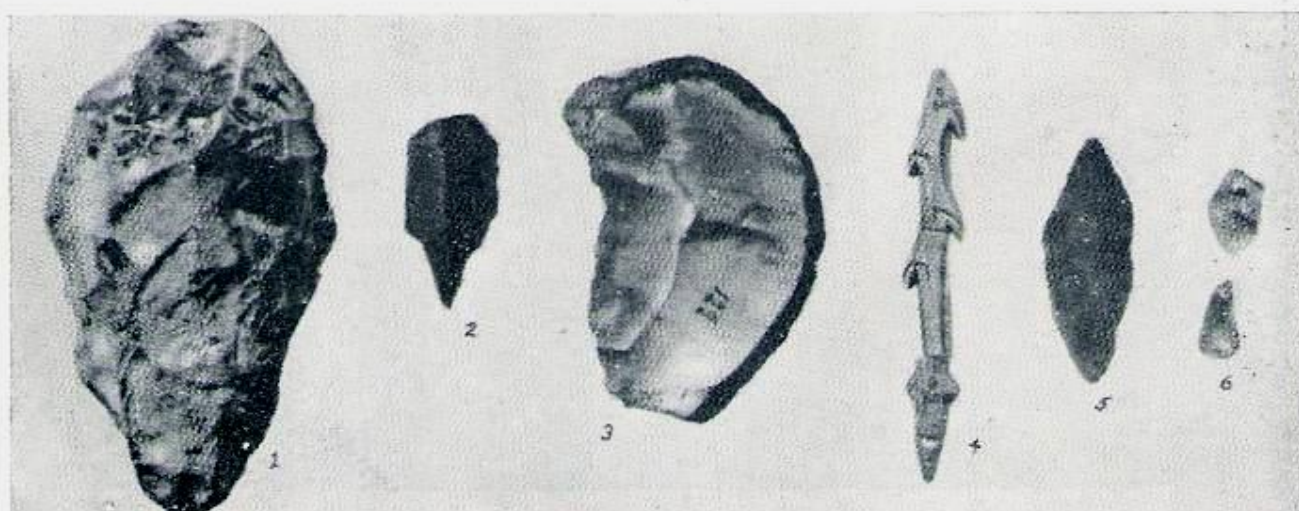
O HOMEM PRIMITIVO E SUAS OBRAS

(American Museum of Natural History.)

Arte paleolítica da Gruta de Altamira, na Espanha: bisão agachado, voltando a cabeça para trás.



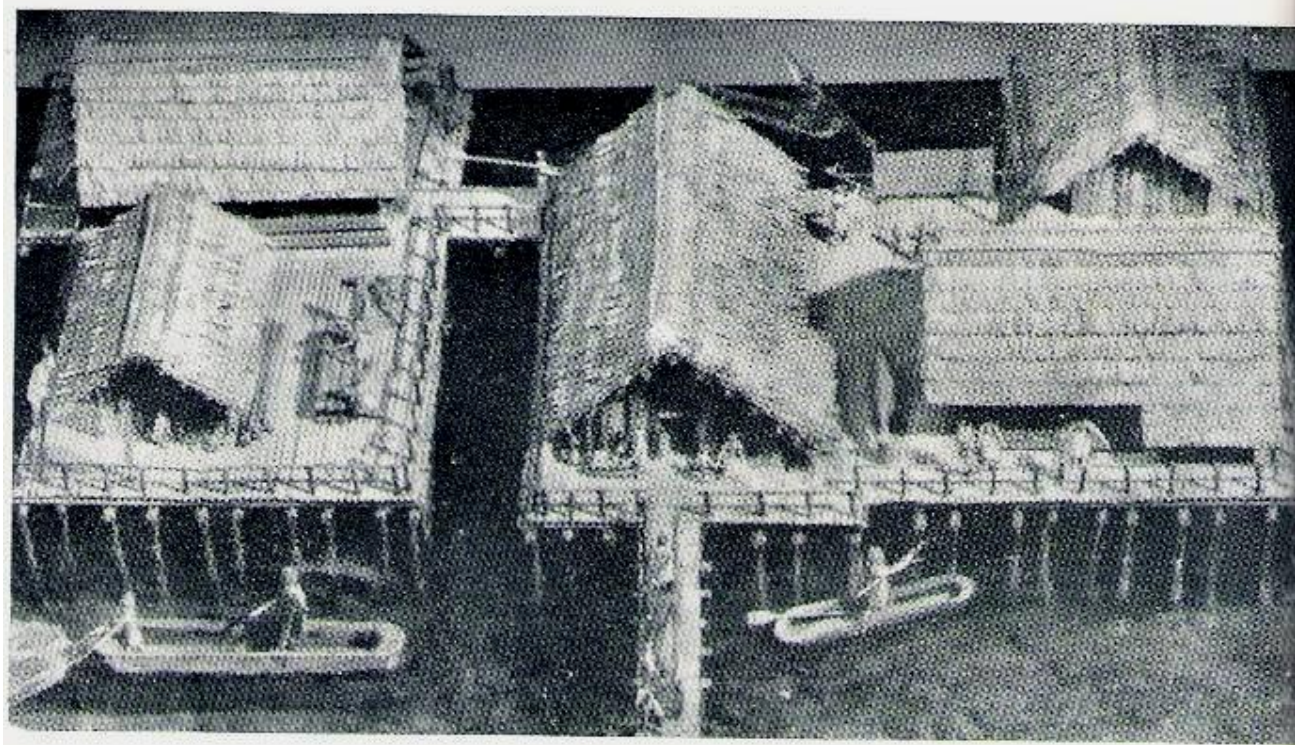
Utensílios do Paleolítico Inferior: (1) "coup-de-poing" ou machado manual; (2) raspador; (3) instrumento de cortar carne. Utensílios e adornos do Paleolítico Superior: (4) ponta de arpão, feita de osso; (5) lâmina de faca ou ponta de lança, feita de sílex; (6) contas ou pingentes, de dente de alce.





Agricultura neolítica: Homens e mulheres, em território que é hoje alemão, usando arados, enxadas e esterroadores de ponta de pedra. (De H. F. Cleland, "Our Prehistoric Ancestors"; segundo K. Schumacher.)

Habitações neolíticas: Os exemplos aqui mostrados são reconstituições de habitações lacustres da Suíça. Para fins de defesa, eram habitualmente construídas sobre estacas. (American Museum of Natural History.)



Historicamente, a feição mais importante da cultura neolítica foi sem dúvida o desenvolvimento das instituições. Uma instituição pode ser definida como um conjunto de crenças e atividades grupais, organizado de maneira mais ou menos permanente com vistas na consecução de algum objetivo do grupo. Costuma incluir um corpo de costumes e tradições, um código de regras e padrões, e complementos físicos tais como edifícios, meios punitivos e facilidades para a comunicação e a doutrinação. Visto que o homem é um ser social, alguns desses elementos existiram provavelmente desde os tempos mais recuados, mas as instituições em sua forma plenamente desenvolvida parecem ter sido uma realização do período neolítico.

Uma das mais antigas instituições humanas é a família. Os sociólogos não concordam quanto à sua definição. Historicamente, no entanto, a família sempre significou uma unidade mais ou menos permanente, composta dos pais e de sua prole, e servindo os fins de proteção dos pequenos, divisão do trabalho, aquisição e transmissão de propriedade, e conservação e transmissão de crenças e costumes. A família não é hoje, nem nunca foi de caráter exclusivamente biológico. Como a maioria das instituições, evoluiu através de um longo período de convenções variáveis que lhe deram uma natureza multiforme e uma diversidade de funções.

Nos tempos neolíticos a família parece ter existido tanto sob a forma poligâmica como sob a monogâmica. O termo "poligamia" é usado pelos sociólogos para designar qualquer tipo de matrimônio plural - quer uma pluralidade de maridos, quer de esposas. A designação científica da primeira é "poliandria" e da segunda, "poliginia". A poliandria sempre parece ter sido rara. Na época atual, limita-se a algumas comunidades de esquimós, às tribos Wahumas da África Oriental, à Índia meridional e ao Tibete. Parece desenvolver-se sob condições de extrema pobreza, em que vários homens precisam reunir os seus recursos para comprar ou sustentar uma esposa, ou em que o infanticídio feminino é praticado como meio de controlar o crescimento da população. Este último costume não tarda a produzir um excesso de indivíduos masculinos. Quanto à poliginia, surge sob uma

variedade de condições. Em alguns casos ela resulta de uma preponderância das mulheres. A existência do caçador de focas do Ártico, por exemplo, é tão arriscada que em algumas aldeias o número de homens pode chegar a menos de metade do número de mulheres. Em certos casos, recorreu-se à poliginia como meio de aumentar rapidamente a população. Visto como um homem pode procriar muito mais filhos do que uma mulher pode dar à luz, certos povos como os antigos hebreus ou os mórmons primitivos encorajaram a prática de desposar mais de uma mulher, a fim de que o grupo se multiplicasse rapidamente, resguardando-se assim da absorção ou aniquilação por parte de vizinhos hostis. Um terceiro fator de que se originou a poliginia foi o gesto da exibição. Governantes e outros homens ricos mantinham uma pluralidade de esposas como sinal ostensivo de opulência. O rei Salomão tinha um harém de 700 esposas e 300 concubinas, não necessariamente em razão de um apetite sexual desmedido, mas a fim de impressionar outros monarcas com a sua capacidade de sustentar tão numerosa família. Também lhe interessavam, como é natural, as alianças políticas com o maior número possível de monarcas vizinhos, e casar com as filhas destes era um excelente meio de firmar tais alianças.

Uma segunda instituição, desenvolvida sob forma mais complexa pelo homem neolítico, foi a religião. Devido às suas infinitas variedades, é ela mais difícil de definir, mas o que segue talvez seja aceito como definindo o que é essa instituição no seu caráter básico: "A religião é em toda parte a expressão, sob uma forma ou outra, de um sentimento de dependência em face de um poder exterior a nós mesmos, poder cuja natureza é lícito qualificar de espiritual ou moral." Os antropólogos modernos põem em relevo o fato de que a religião primitiva não era tanto questão de crença como de ritos. Os ritos, na maioria dos casos, vieram em primeiro lugar; os mitos, dogmas e teologias foram racionalizações ulteriores. O homem primitivo dependia universalmente da natureza - da sucessão regular das estações, da queda de chuvas nas ocasiões apropriadas, do crescimento das plantas e da reprodução dos animais. Esses fenômenos naturais não

ocorreriam a não ser que ele cumprisse certos sacrifícios e ritos. Instituiu, assim, cerimônias destinadas a fazer chover, nas quais se borrifava água sobre espigas de milho para imitar a precipitação da chuva. As danças rituais dos índios americanos tinham muitas vezes uma significação análoga. A totalidade dos habitantes de uma aldeia, ou mesmo dos componentes de uma tribo, vestiam peles de animais e arremedavam os hábitos e atividades de alguma espécie da qual dependessem para a obtenção de alimento. Pareciam ter a vaga noção de que, com o imitar o gênero de vida da espécie, estavam contribuindo para garantir a sobrevivência dela.

Mas havia outro elemento cuja presença era manifesta na religião primitiva. Referimo-nos ao elemento do medo. Os homens primitivos de nossos tempos, pelo menos, vivem num estado constante de alarma e de terror. Como disse um velho médico-feiticeiro esquimó ao explorador Knud Rasmussen: "Nós não cremos, nós tememos." Tudo que é estranho e mal conhecido está repleto de perigos. O selvagem não só teme a doença e a morte, mas também a fome, a seca, as tempestades, os espíritos dos morros e os animais que ele próprio matou. Toda desgraça, perda ou malogro é precursora de outras calamidades do mesmo gênero, a não ser que a má influência causadora seja apaziguada, paralisada ou aniquilada. Para a obtenção de tais fins, os encantamentos, sortilégios e outros recursos de poder mágico parecem ser uma necessidade imprescindível.

Segue-se daí que grande parte da religião do homem consiste em precauções rituais para afastar o mal. Por nenhum selvagem se arriscará a atravessar a nado um rio perigoso sem primeiro procurar ganhar o seu beneplácito por meio de orações e encantamentos. O esquimó que mata um urso polar deve presenteá-la com armas e utensílios que lhe sejam agradáveis; se o urso é fêmea, a dádiva consiste em facas de uso feminino e em estojos de agulhas. Tais presentes são necessários para apaziguar a cólera da alma do animal morto e evitar que ela opere malefícios. Na África Ocidental, o caçador que matou um hipopótamo desentranha-o e, completamente nu, penetra na carcaça para

banhar todo o seu corpo no sangue do animal. Enquanto faz isso reza para o espírito do hipopótamo a fim de que este não lhe guarde rancor por tê-la matado e de que não incite outros hipopótamos a vingar o morto atacando a canoa do matador.

Entre a espécie de religião que acabamos de descrever e as religiões teológicas como o judaísmo, o cristianismo e o islã, não parecem existir senão as mais vagas conexões. A maioria dos homens neolíticos achavam-se e acham-se ainda hoje num estágio pré-lógico. O seu pensamento assemelha-se muito mais ao de uma criança que ao do homem civilizado. Não fazem distinção clara entre objetos animados e inanimados, nem entre o natural e o sobrenatural. Não reconhecem milagres porque, para eles, nada é impossível ou absurdo. Do mesmo modo, não existem acidentes casuais, pois tudo que acontece tem um significado místico. Se uma criança cai no fogo é que alguém lhe lançou um feitiço, e os pais não descansarão enquanto não encontrarem o culpado. A maioria dos homens primitivos atuais mal concebem o que seja uma causa natural. Algumas tribos rejeitam completamente a idéia de morte natural. Outras não têm noção do processo da geração e do nascimento. Não percebem nenhuma relação definida entre a coabitação sexual e a reprodução. A união dos sexos, nada faz senão preparar o caminho para que um espírito penetre no corpo da mulher e a torne grávida.

A primeira revolução intelectual na história da humanidade foi provavelmente a passagem da base pré-lógica da religião primitiva para o tipo de pensamento religioso que repousa sobre uma crença em deuses benévolos e uma explicação filosófica do universo. Ninguém sabe como se realizou a transição. Ao que parece, algumas tribos conceberam a idéia de que seres sobrenaturais sob forma humana seriam mais capazes de ouvir e atender as súplicas dos vivos do que espíritos desencarnados ou fantasmas. Como a quase totalidade dos homens pré-históricos acreditava na sobrevivência da alma humana após a morte do corpo e como os médicos-feiticeiros eram venerados por toda parte, parece possível que os espíritos de alguns destes tenham sido transferidos para os cumes das montanhas ou para

habitações celestes e adorados como deuses. Em certos casos, talvez, o despertar do senso moral conduziu à crença em um ou mais deuses como defensores da retidão e da justiça. Tais idéias, sem dúvida, surgiriam desde o começo no espírito de homens excepcionais, resultando daí que em certas regiões a crença numa divindade bondosa e única bem podia coexistir com os mais primitivos terrores de fantasmas e feiticeiros. Fosse qual fosse a sua origem, as divindades pessoais eram veneradas pelas mais antigas civilizações e parece certo que as crenças relativas a essas divindades surgiram durante a fase de cultura neolítica.

Ainda outra grande instituição que foi desenvolvida pelo homem neolítico é o estado. A guisa de definição, podemos descrever o estado como uma sociedade organizada que ocupa um território definido e possui um governo efetivo, independente de controle externo. A essência do estado é a soberania, ou o poder de fazer e executar leis, preservando a ordem social pela punição daqueles que infringem essas leis. Não se deve confundir um estado com uma nação. Esta é um conceito étnico, usado para designar um povo unido por laços de língua, costumes ou origem racial, por um passado comum ou pela crença num comum destino. Uma nação pode ocupar ou não um território definido, mas não possui o elemento da soberania. Pode até não ter um governo independente, como, por exemplo, os poloneses durante o longo período em que estiveram submetidos ao jugo austríaco, alemão e russo. Nos nossos tempos a maioria das nações são também estados, mas isso se deve principalmente à fragmentação dos impérios russo, austríaco, alemão e turco no fim da primeira guerra mundial.

A não ser em tempo de crise, o estado não existe na grande maioria das sociedades primitivas - fato que indica, provavelmente, ter sido a sua gênese bastante tardia na fase de cultura neolítica. A maior parte das comunidades selvagens não têm um sistema permanente de tribunais, nem força policial, nem um governo com poderes coercivos. O costume toma o lugar da lei, a vendeta é a única maneira de ministrar justiça e quase não existe o conceito de crime contra a comunidade. Os crimes do homem primitivo são na

sua maioria "agravos" ou delitos privados em cuja punição nenhuma autoridade pública toma parte. A aceitação do wergeld ou preço do sangue é uma prática comum e até atos como o assassinio são considerados simples danos causados à família da vítima. Já que a família foi privada de um membro valioso, a reparação adequada é um pagamento em dinheiro. Sendo este recusado, a família pode indenizar-se em espécie matando o ofensor ou um membro da família do ofensor. Praticamente as únicas ofensas à sociedade são as violações de tabus, ou proibições religiosas, mas a sua punição é religiosa e não política. A origem do estado encontra-se provavelmente numa variedade de fatores. Há fundamento, por certo, na suposição de que o desenvolvimento da agricultura tenha sido um dos mais importantes. Em certas regiões como o vale do Nilo, onde uma população numerosa vivia da cultura intensiva de uma área limitada de solo fértil, um alto grau de organização social era absolutamente indispensável. Os antigos costumes não seriam suficientes para definir os direitos e deveres numa sociedade como essa, com o seu elevado padrão de vida, a sua distribuição desigual da riqueza e o vasto campo que oferecia ao embate dos interesses pessoais. Novas medidas de controle social se tornariam necessárias, medidas que dificilmente poderiam ser postas em prática por outro meio que não a instituição de um governo revestido de autoridade soberana e a submissão a esse governo; em outras palavras; pela criação de um estado. Esse resultado não se obteria no espaço de um dia, nem mesmo de um ano. As formas iniciais de controle público seriam poucas e de caráter tentativo, mas se estenderiam pouco a pouco, até que por fim se formaria um estado, não necessariamente despótico, porém armado de plena autoridade.

Certo número de estados antigos evidentemente deveram a sua origem a causas militares. isto é: foram fundados para fins de conquista, para a defesa contra a invasão ou para tornar possível a expulsão de um invasor de dentro das fronteiras do país. O estabelecimento da monarquia dos hebreus parece ter-se devido à primeira dessas razões. Como a guerra pela conquista de Canaã

não fosse muito bem sucedida, o povo hebreu implorou ao seu chefe Samuel que lhe desse um rei, a fim de que eles fossem "como todas as nações", com um soberano poderoso para mantê-las em ordem e conduzi-los à vitória na batalha. Basta observar como a guerra moderna, tanto ofensiva como defensiva, reforça e amplia os poderes do governo, para compreender como influências semelhantes poderiam ter dado origem ao estado.

Alguns antropólogos modernos dão grande importância à liderança como fator na origem do estado. Fazem ver que em tempo de crise um indivíduo dotado de qualidades de comando invariavelmente se eleva da multidão e assume o controle. Num naufrágio, por exemplo, um dos ocupantes de cada escaler salva-vidas assume o comando, racionando a água e os alimentos, se os há, e mantendo os seus companheiros em ordem. Entre os boximanes da Austrália e entre os esquimós não existem instituições políticas de nenhuma espécie em tempos ordinários. Mas quando surge uma emergência alguém se coloca à frente do grupo e o bando informe de caçadores assume o caráter de um estado rudimentar. Entre os povos que têm uma existência mais estabilizada o líder tem-se tornado freqüentemente uma espécie de chefe político, presidindo a uma "máquina" e dispensando festas e outros favores. Às vezes ele é reverenciado como um ser quase divino, como um símbolo da unidade e da interdependência do grupo. Imagina-se que os indivíduos vivam por meio dele, assim como os diversos órgãos e membros de um corpo vivem por meio da cabeça.

Conquanto se possam encontrar provas para apoiar todas as hipóteses acima, elas não devem ser encaradas como as únicas explicações possíveis. A religião contribuiu indubitavelmente para o aparecimento do estado em certas áreas. Os xamãs e pajés exercem amiúde uma espécie de soberania. É certo que não dispõem de nenhuma força física, mas o seu poder de impor penalidades religiosas e infundir terror no espírito dos seus adeptos lhes confere um grau de autoridade coerciva que não é para desprezar. Com toda probabilidade, alguns deles se fizeram reis. Concebe-se que em outros casos o estado tenha surgido da natural expansão da vida grupal, com as resultantes

complexidades e conflitos. À medida que a população aumenta dentro de áreas limitadas, a lei consuetudinária e a administração familiar da justiça revelam-se insuficientes e faz-se sentir a necessidade da organização política como substituto. No domínio da política como em todas as demais esferas relacionadas com as origens sociais, não existe explicação única que possa acomodar-se a todos os fatos.

Capítulo 2

Natureza e Origem das Civilizações

1. CULTURAS E CIVILIZAÇÕES

Designamos pelo nome de culturas as fases do progresso humano até agora descritas. Essa palavra é comumente usada para indicar as sociedades ou períodos que ainda não alcançaram o conhecimento da escrita e cujo nível de cultura geral de evolução é ainda relativamente primitivo.

Mas o termo tem outros significados. Aplica-se por vezes às realizações intelectuais e artísticas, à literatura, à arte, à música, à filosofia e à ciência. Alguns historiadores o empregam para designar todo o entrelaçamento complexo de idéias, realizações, tradições e características de uma nação ou império em determinada época.

O termo civilização também possui uma variedade de sentidos. Oswald Spengler, o historiólogo alemão, referia-se às civilizações como fases decadentes de culturas altamente desenvolvidas. Quando um grande povo ou império se achava em pleno viço ele caracterizava-lhe o complexo social e intelectual como uma cultura. Quando começava a envelhecer, ossificando-se e estagnando, ele o descrevia como uma "civilização". O ilustre historiador inglês Arnold J. Toynbee também encara a história mundial como uma sucessão de unidades culturais, mas designa cada uma das unidades primárias, através de todo o seu desenvolvimento, pelo termo de "civilização". Com base num critério em grande parte quantitativo, estabelece distinção entre civilizações e "sociedades primitivas". Estas últimas são relativamente efêmeras, restringem-se a limites geográficos relativamente estreitos e são abraçadas por um número relativamente pequeno de seres humanos.

O termo civilização tem ainda outro sentido. Uma vez que cada cultura possui feições próprias e uma vez que algumas culturas são mais desenvolvidas do que outras, podemos muito

apropriadamente falar de uma civilização como de uma cultura superior. Dizemos, pois, que uma cultura merece o nome de civilização quando atingiu um nível de progresso em que a escrita tem largo uso, em que as artes e as ciências alcançaram certo grau de adiantamento e as instituições políticas, sociais e econômicas se desenvolveram suficientemente para resolver ao menos alguns dos problemas de ordem, segurança e eficiência com que se defronta uma sociedade complexa. Tal o sentido em que o termo será usado através de todo o resto deste livro.

2. FATORES DETERMINANTES DA ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DAS CIVILIZAÇÕES

Quais as causas que contribuem para o aparecimento das civilizações? Quais os fatores que lhes determinam o desenvolvimento? Por que certas civilizações alcançam um nível muito mais alto de evolução do que outras? O esclarecimento de tais questões constitui um dos objetivos principais dos sociólogos. A maioria deles chegou a convicções bem definidas quanto ao valor relativo das possíveis respostas. Alguns concluíram que os fatores geográficos são os mais importantes. Outros põem em relevo os recursos econômicos, as fontes alimentares, o contato com civilizações mais velhas e assim por diante. Comumente se admite uma variedade de causas, mas uma delas é salientada como predominante.

As mais populares dentre as teorias que explicam o aparecimento das culturas superiores são provavelmente aquelas que pertencem ao âmbito da geografia. Entre elas goza de preeminência a hipótese do clima. A teoria climática, defendida no passado por notabilidades como Aristóteles e Montesquieu, teve sua exposição mais eloqüente na obra de um geógrafo americano, Ellsworth Huntington. O Dr. Huntington reconhecia a importância de outros fatores, mas insistia em que nenhuma nação, antiga ou moderna, alcançou o mais alto nível cultural a não ser sob a influência de um estímulo climático. Descrevia o clima ideal como aquele em que a

temperatura média raramente cai abaixo do valor ótimo mental de 4°C ou se eleva acima do valor ótimo físico de 18°C. Mas a temperatura não é o único elemento importante. A umidade também é essencial, e deveria variar em torno de 75%. Por último, o clima não deve ser uniforme; tempestades ciclônicas ou tempestades comuns, resultando em mudanças diárias do tempo, devem ter a frequência e a intensidade necessárias para purificar de quando em quando a atmosfera e produzir aquelas súbitas variações de temperatura que parecem ser necessárias para estimular e revitalizar o homem.

Muito se pode dizer em favor da hipótese climática. Há certamente algumas zonas da terra que, sob as condições atmosféricas vigentes, nunca poderiam ter sido o berço de uma cultura superior. São muito quentes ou muito úmidas, muito frias ou muito secas. Tal é o caso das regiões que se estendem além do Círculo Ártico, das grandes áreas desérticas e das selvas da Índia, América Central e Brasil. Existem indícios, ademais, de que alguns desses lugares nem sempre estiveram submetidos a um clima tão desfavorável como o que ali prevalece agora. Vários recantos inóspitos da Ásia, da África e da América revelam traços inequívocos de condições mais salubres no passado. Aqui e ali são encontradas ruínas de cidades e metrópoles, em lugares onde o atual suprimento de água parece absolutamente insuficiente. Estradas atravessam desertos que hoje são intransponíveis. Pontes cavalgam leitos de rios que por muitos anos não têm tido água. Esses fenômenos e outros análogos, observados por viajantes em regiões desérticas, parecem fornecer prova de que o fator climático, na história, não pode ser totalmente desprezado.

Os mais notórios testemunhos da importância cultural das alterações climáticas são os que se relacionam com a civilização dos maias. Esta civilização floresceu na Guatemala, em Honduras e na Península de Iucatã (México), aproximadamente entre os anos 400 e 1.500 d.C. Entre as suas conquistas figuram a fabricação do papel, a invenção do zero, a perfeição do calendário solar e o desenvolvimento de um sistema de escrita parcialmente fonética. Grandes cidades foram construídas; realizaram-se

notáveis progressos na astronomia; e arquitetura e escultura alcançaram um elevado nível de perfeição. Hoje, quase tudo que resta dessa civilização está em ruínas. Inúmeros fatores, sem dúvida, conspiraram para produzir esse fim prematuro, inclusive guerras mortíferas entre as tribos, mas a mudança climática parece ter sido um deles. Os remanescentes das grandes cidades estão hoje rodeados, na sua maioria, por uma selva onde grassa a malária e a agricultura é difícil. Mal podemos acreditar que a civilização maia ou qualquer outra pudesse ter alcançado a maturidade sob tais condições. É provável, portanto, que o clima da região maia fosse diferente, até cinco ou seis séculos atrás, do que é na atualidade.

A hipótese, porém, está exposta à crítica em vários pontos. Os indícios de mudança climática em escala considerável estão ainda longe de ser concludentes: Não há nada a indicar, por exemplo, que o clima da Grécia ou de Roma na antiguidade fosse mais revigorante do que é hoje. Indubitavelmente, as condições de umidade na antiga Grécia eram mais favoráveis, mas não existe prova de que a temperatura se tenha alterado. Tampouco é possível explicar o declínio da civilização no Egito e na Mesopotâmia por meio de mudanças radicais nas condições atmosféricas. A evidência parece ser de que os fatores econômicos e sociais, tais como o esaurimento dos recursos, a escravidão sempre crescente e os hábitos de indolência, tiveram efeitos muito mais sérios. A segunda das teorias geográficas sustenta que a topografia da superfície do globo tem sido o principal elemento condicionador da origem das civilizações. Um famoso defensor dessa teoria foi o alemão Karl Ritter, que viveu na primeira metade do século XIX. Afirmava Ritter que a forma e a configuração dos continentes são de grande importância quando oferecem vantagens para o desenvolvimento cultural. Os continentes que possuem uma costa irregular e condições geográficas diversificadas proporcionam os únicos meios favoráveis ao progresso das nações. Quanto mais compacto e homogêneo for um continente, mais atrasados serão os seus habitantes.

Em todo o território será uniforme a cultura, e a ausência de bons portos limitará o contato com o mundo exterior. O resultado será a estagnação. Já, em contraste, os povos que vivem em continentes como a Europa, com a sua costa fortemente recortada e sua variedade de condições geográficas, desfrutam importantes vantagens. Sua terra é acessível pela água até bem no interior. Numerosas baías, portos e ilhas ao largo da costa tornam fácil a navegação e quebram o isolamento, de outro modo inevitável. Em consequência, não é estranhável que a Europa tenha sido capaz de desenvolver "a mais alta de todas as civilizações".

Ainda mais famoso como expoente da teoria topográfica foi o historiador inglês Henry Thomas Buckle (1821-62). Buckle dividia os principais ambientes do homem em duas classes: 1) os que estimulam a imaginação, 2) os que aguçam o entendimento. Para ilustrar os primeiros apresenta o exemplo da Índia, onde as obras da natureza são de "espantosa magnitude", intimidando o homem e imbuindo-o do sentimento da sua própria insignificância. Por essa razão os nativos torturam-se a si mesmos, inventam deuses cruéis e terrificantes e praticam uma religião de orgias horrendas. São pessimistas e fatalistas, negam qualquer valor à vida e repudiam a capacidade do homem para compreender e controlar o seu mundo. Como um exemplo da segunda classe de ambiente Buckle cita a Grécia, onde o aspecto da natureza é mais normal e "menos ameaçador para o homem". Tal meio, argumenta ele, promove a elevação do homem, gera uma atitude de otimismo e estimula o sentimento de confiança nos poderes da inteligência humana. Por esse motivo, não era para ele um milagre ter sido a Grécia capaz de produzir uma das mais brilhantes culturas do mundo e alguns dos mais atilados pensadores críticos de todos os tempos.

A teoria topográfica parece ter ainda menos argumentos a confirmá-la do que a hipótese do clima. Nenhum geólogo reconheceria que as anfractuosidades da costa ou a altitude das montanhas tenham passado por grandes alterações no decurso dos tempos históricos. A Grécia não tem hoje menos portos que no tempo de Péricles, nem o Monte Olimpo se elevou, nos últimos

anos, a proporções de "espantosa magnitude"; apesar disso, os gregos modernos não podem ser classificados como um povo dotado de altas qualidades criadoras. Se a influência topográfica em determinada época favoreceu o pensamento racional e contribuiu para desenvolver a auto-confiança e a alegria da realização, por que teria cessado de agir essa influência? A teoria não explica tampouco de que modo um país como a Suíça pôde tornar-se em nossos dias um dos centros mais esclarecidos da Europa. Por outro lado, não há como negar que uma costa irregular e extensa facilita o desenvolvimento do comércio e representa, assim, uma importante vantagem para a difusão e aquisição de conhecimentos.

Segundo alguns filósofos da história, a maioria das grandes culturas históricas foi fundada por nômades. O expoente máximo dessa teoria foi um alemão, Franz Oppenheimer. Sustentam, ele e os seus seguidores, que os povos nômades foram os conquistadores das culturas primitivas e os fundadores do estado e da sociedade complexa. A exploração do trabalho dos vencidos e a confiscação das suas riquezas, supõe-se, habilitaram os conquistadores a viver com facilidade e luxo. Arvoraram-se em classe aristocrática e recrutaram para seu entretenimento todos os talentos do país. Vieram, com o correr do tempo, a estimular ativamente o progresso das ciências e das artes, como símbolos da sua vida de lazer e da sua posição privilegiada. Só eles tinham tempo para gozar tais coisas e, além disso, a proteção dispensada a artistas e homens de letras era uma forma conspícua de ostentação e luxo.

Ninguém contestará que a alimentação dos pastores nômades consistindo, como consiste, em carne e leite, seja altamente nutritiva. Em razão disso, o nômade possui reservas ilimitadas de energia e infunde vida nova às populações estagnadas, onde quer que vá.

Ainda que brutal e prepotente, ele não obstante organiza, impõe a disciplina e cria as desigualdades de condição e classe que parecem ser necessárias como bases do desenvolvimento cultural. Além disso, os costumes e a alimentação dos povos pastores são

particularmente propícios a um rápido aumento da população. A forma de casamento é em geral poligâmica e a abundante provisão de leite animal “encurta o período de aleitamento para as mães, permitindo, assim, que nasça e chegue até a idade adulta um maior número de crianças”. Daí resulta que, periodicamente, os nômades transpõem os seus limites territoriais e invadem e conquistam as terras dos povos sedentários.

Certa espécie de provas podem ser aduzidas em abundância para corroborar esta teoria. Não poucas das grandes culturas do passado parecem ter sido fundadas por nômades conquistadores. Três grandes reservatórios humanos parecem ter despejado, de tempos em tempos, inundações de povos que se espalharam pelas áreas mais férteis do Velho Mundo. Das terras de pastagem situadas ao norte do deserto da Arábia vieram os babilônios, os assírios e os caldeus, que conquistaram uns após outros o vale do Tigre e do Eufrates. Das estepes da Ásia Central, irromperam os medos, persas, hindus e, provavelmente, a maioria dos antepassados dos povos europeus. O próprio deserto da Arábia foi o ponto de partida das migrações hebréias para a terra de Canaã e das conquistas dos muçulmanos. Nenhuma dessas áreas focais se presta para a agricultura, sendo elas até hoje habitadas por nômades. Segue-se que os povos citados deviam viver inicialmente sob um regime de economia pastoril, se bem que alguns deles já houvessem abandonado rebanhos e manadas quando realizaram as suas grandes conquistas.

Mas a teoria dos nômades tem as suas deficiências na explicação da origem das culturas superiores. É certo que não nos podemos servir dessa teoria para explicar todas elas. A civilização egípcia, por exemplo, parece ter sido criação de um povo que se sustentava primariamente pela agricultura. Os fenícios, que vieram da Babilônia mais ou menos no ano 2.000 a.C., para fundar uma cultura marítima no vale do Líbano, devem ter-se acomodado às artes pacíficas do cultivo do solo muito tempo antes dessa migração. Além disso, há razões para crer que a maioria das grandes invenções e descobrimentos que constituíram a base original da civilização foram feitos por povos pacíficos e

sedentários. Tal parece ter sido o caso no tocante ao desenvolvimento da irrigação, à matemática, à astronomia e até aos sistemas de escrita. Afirmava o economista e filósofo americano Thorstein Veblen que os povos nômades não contribuíram com coisa alguma de importante, salvo poesias e, por outro lado, credos e cultos religiosos. Não se pode negar, no entanto, que os nômades infundiram energia nova na cultura das populações sedentárias e provavelmente instigaram os habitantes a uma atividade que resultou, com o tempo, em novas conquistas para a civilização. Além disso, as circunstâncias em que se deu a expansão inicial de povos tais como os babilônios, assírios, hebreus e muçulmanos quase não deixam dúvida de que o fato desses povos terem fundado civilizações se deveu em grande parte às condições da existência nômade.

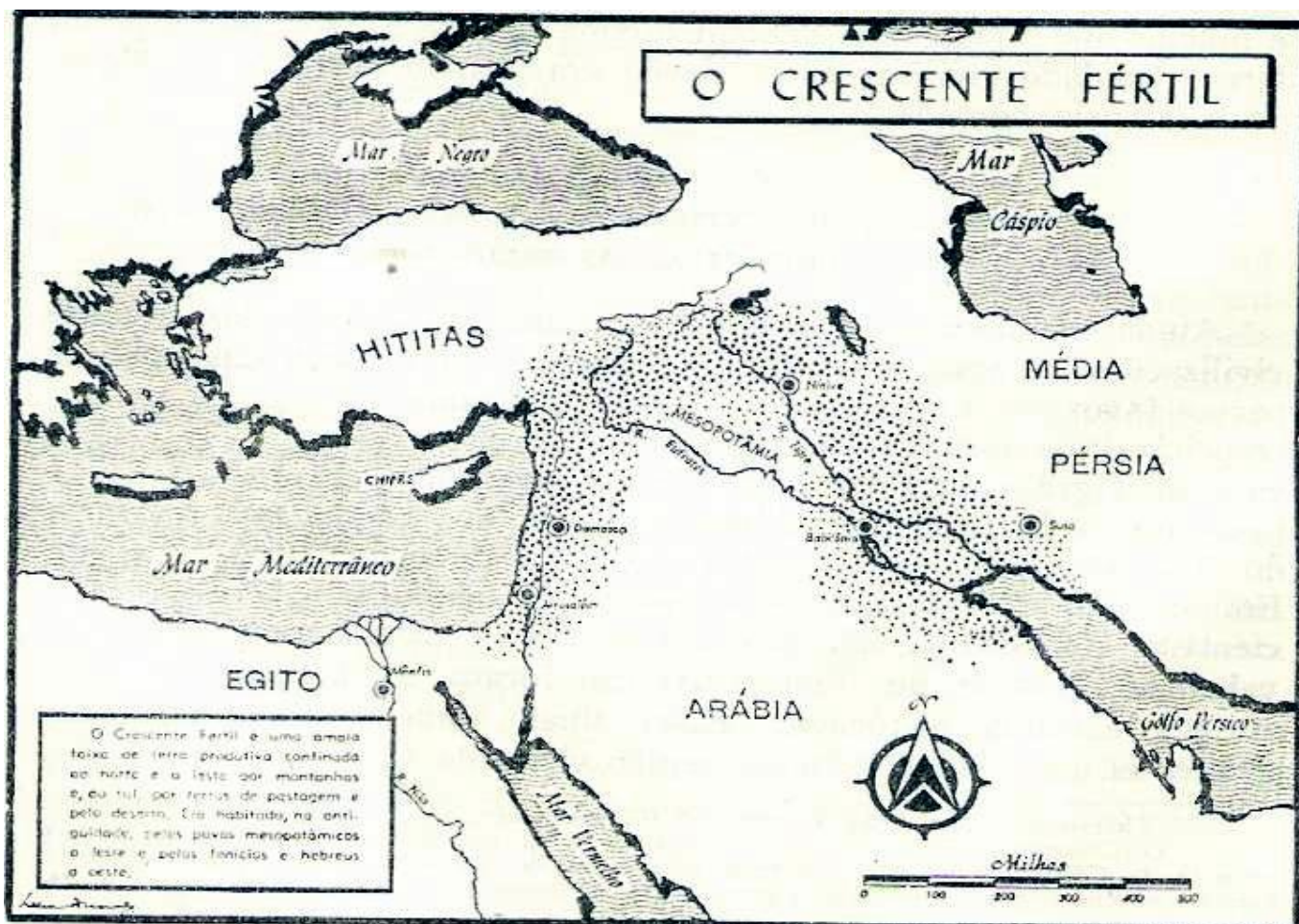
3. POR QUE AS MAIS ANTIGAS CIVILIZAÇÕES COMEÇARAM EM DETERMINADAS REGIÕES

Ainda se discute acaloradamente para saber qual das grandes civilizações da antiguidade foi a primeira. A maioria das opiniões parece favorável à egípcia, não obstante um número respeitável de autoridades advogar os direitos do vale do Tigre e do Eufrates. Outros especialistas preferem o Elam, região situada a leste do vale do Tigre-Eufrates e margeando o Golfo Pérsico. Embora não se deva descurar a opinião de nenhum cientista competente, há mais fortes razões para acreditar que os vales do Nilo e do Tigre-Eufrates foram os berços das mais antigas culturas históricas. Essas duas áreas eram, geograficamente, as mais favorecidas da região chamada Crescente Fértil. Aí foi encontrado maior número de artefatos de antiguidade incontestável do que em qualquer outra parte do Oriente Próximo.

Além disso, o progresso nas artes e nas ciências tinha atingido um nível sem par em ambas essas áreas já pelas alturas do ano 3.000 a.C., quando quase todo o resto do mundo estava ainda mergulhado na ignorância. Se os alicerces desse progresso foram

de fato assentados em outros lugares, parece estranho que tenham desaparecido, embora ninguém possa prever, naturalmente, o que o alvião dos arqueólogos virá a descobrir no futuro.

Das diversas causas que determinaram o aparecimento remoto de civilizações nos vales do Nilo e do Tigre-Eufrates, parece ter sido o fator geográfico o mais importante. Ambas as regiões apresentavam a vantagem de possuir uma área limitada de solo extremamente fértil. Ainda que se prolongue por uma extensão de 1.150 quilômetros, o vale do Nilo não mede mais de 16 km de largura em alguns lugares, sendo a sua amplitude máxima de 50 km. A área total é de menos de 26.000 quilômetros quadrados, ou seja, uma superfície um pouco inferior à do Estado de Alagoas. Através de séculos incontáveis o rio tinha cavado um vasto canhão ou desfiladeiro, limitado de cada lado por penhascos cuja altura vai de uns 50 a 300 metros. O leito do canhão era coberto por um rico depósito aluvial que, em alguns lugares, alcançava uma profundidade de 10 metros. O solo era de uma uberdade tão espantosa que nada menos de três colheitas anuais se podiam obter da mesma terra. Esse largo e extenso canhão constituía a área cultivável do antigo Egito. Muitos milhões de habitantes estavam ali concentrados. No tempo da dominação romana a população do vale era de cerca de sete milhões, e não seria, provavelmente, muito menor na época dos faraós. Para além dos rochedos nada havia, a não ser o deserto: deserto da Líbia a oeste e deserto da Arábia ao nascente. Na língua do antigo Egito, "montanhês" era sinônimo de estrangeiro; "subir" equivalia a viajar para o exterior e "descer" era a expressão popular correspondente a voltar para a pátria vindo do estrangeiro.



No vale do Tigre-Eufrates predominavam condições semelhantes. Como no Egito, os dois rios ofereciam excelentes facilidades para o transporte interior e neles enxameavam os peixes e as aves ribeirinhas, fonte abundante de alimentação proteínica. A distância entre o Tigre e o Eufrates era, em dado ponto, aproximadamente trinta quilômetros, sendo que em nenhuma parte do vale inferior excedia oitenta quilômetros. O fato de ser deserta a terra circundante impedia o povo de se dispersar numa extensão muito grande do território. O resultado, como no Egito, foi a fusão dos habitantes numa sociedade compacta, sob condições que facilitaram um rápido intercâmbio de idéias e de descobertas. Com o crescimento da população tornou-se cada vez mais urgente a necessidade de órgãos de controle social. Incluídos entre esses órgãos estavam o governo, as escolas, os códigos morais e sociais e as instituições de produção e distribuição de riqueza. Ao mesmo tempo as condições da vida tornavam-se mais complexas e

artificiais, exigindo o registro das coisas realizadas e a perfeição de técnicas novas. Entre as conseqüências disso estão a invenção da escrita, a prática de fundir os metais, as operações matemáticas, o desenvolvimento da astronomia e os primeiros rudimentos de física. Com essas conquistas a civilização venceu a primeira grande prova a que foi submetida.

As influências climáticas também desempenharam seu papel em ambas as regiões. A atmosfera do Egito é seca e revigorante. Mesmo os dias mais quentes não causam nada do desconforto opressivo que freqüentemente é sentido em regiões mais para o norte, durante a estação estival. A temperatura média do inverno varia de 13 graus, no Delta, a 19 graus vale acima. A média do verão é de 28 graus e ocasionalmente é alcançada uma máxima de 50 graus, mas as noites são sempre frescas e a umidade é extremamente baixa. Exceto no Delta, a precipitação de chuvas ocorre em quantidades insignificantes, mas a deficiência de umidade atmosférica é contrabalançada pelas inundações anuais do Nilo, que se dão de julho a outubro. Também muito importante do ponto de vista histórico é a ausência total de malária no Alto Egito, ao mesmo tempo que, na região costeira, essa doença é praticamente desconhecida. A direção dos ventos dominantes é, do mesmo modo, um fator favorável de não pequena importância. Durante mais de nove meses o vento procede do norte, soprando em direção contrária à corrente do Nilo. O efeito é simplificar imensamente o problema do transporte. O tráfego rio acima, com a propulsão do vento a compensar a força do rio, não apresenta maior dificuldade do que o tráfego rio abaixo. Este fator deve ter oferecido, nos tempos antigos, enorme vantagem por promover a facilidade de comunicação entre populações numerosas, algumas das quais estavam separadas por centenas de quilômetros.

As condições climáticas, na Mesopotâmia, não parecem ter sido tão favoráveis quanto no Egito. O calor do verão é mais implacável, a umidade um pouco mais alta e as doenças tropicais fazem sentir a sua presença. Por outro lado, a queda da chuva é mais abundante, alcançando uma média de 7,5 cm por ano, isto é, o triplo da quantidade de precipitação pluvial no delta do Nilo.

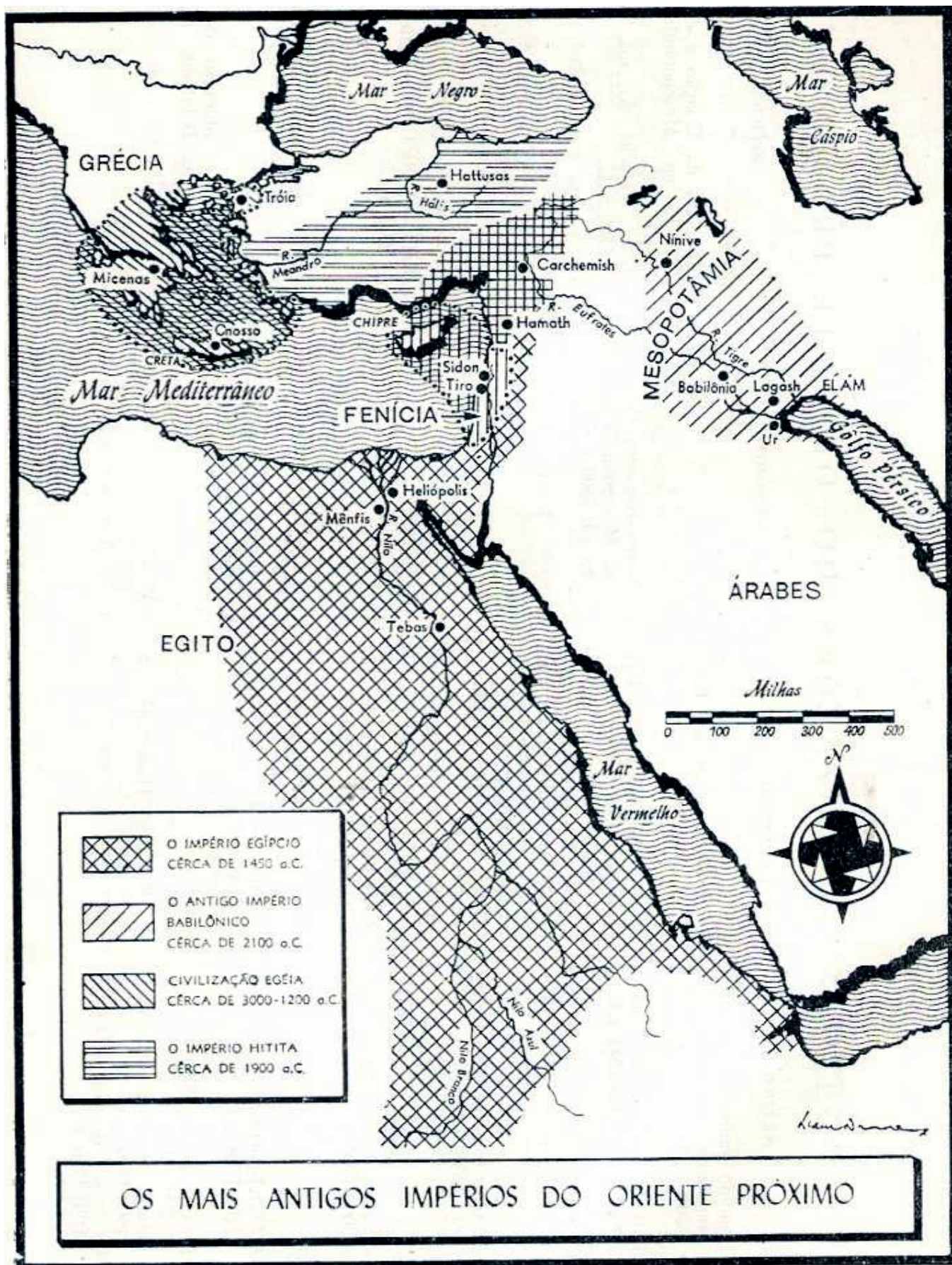
Acresce que os ventos abrasadores do Oceano Índico, embora enervantes para os seres humanos, sopram sobre o vale justamente na estação em que são necessários ao perfeito sazonal dos frutos da tamareira. Mais do que qualquer outra coisa, foi o ótimo rendimento da tâmara, o artigo principal de alimentação no Oriente, que incitou populações numerosas e estabelecerem-se no vale dos dois rios. Por fim, a fusão da neve das montanhas do norte produzia, na planície babilônica, uma inundação anual semelhante à do Egito. Isso tinha como efeito prover o solo de umidade e recobri-lo com uma camada de lama de incomparável fertilidade.

A mais importante de todas as influências geográficas foi, todavia, o fato de não ser abundante a queda de chuvas em ambas as regiões, o que constituía um incitamento à iniciativa e à capacidade inventiva. Apesar das inundações anuais dos rios, era insuficiente a umidade deixada no solo para que se produzissem colheitas abundantes. Poucas semanas depois de terem as águas retrocedido, a terra ressequia-se e ficava dura como pedra. Era, conseqüentemente, necessária a irrigação a fim de tirar inteiro proveito da riqueza do solo. Em resultado disso, complicados sistemas de represas e canais de irrigação foram construídos há nada menos de 5.000 anos atrás, tanto no Egito como na Mesopotâmia. A habilidade matemática, a perícia dos engenheiros e a cooperação social necessária à execução desses projetos foram de importância vital para o pleno desenvolvimento da civilização.

Permanece sem resposta satisfatória a pergunta: qual das duas civilizações, a egípcia ou a mesopotâmica, foi a mais antiga? Há vários fatos que parecem sugerir a prioridade do Egito. Acima de tudo, os habitantes do vale do Nilo gozavam de vantagens geográficas que eram negadas aos nativos da Mesopotâmia: uma atmosfera menos enervante, um clima dos mais salubres e a disponibilidade de metais e boa pedra de construção. Além disso, o Egito estava bem protegido contra a invasão e contra a mistura com povos mais atrasados. A leste e a oeste estendia-se o deserto impérvio; ao norte, uma costa sem portos; e, ao sul, as barreiras

rochosas de uma série de cataratas obstavam às incursões dos selvagens africanos. Somente pelos dois ângulos setentrionais podia o território ser penetrado com facilidade. Contrastando com isso, a Mesopotâmia era relativamente desprotegida. Nenhuma das suas fronteiras oferecia um grau apreciável de segurança. Apresentava-se como uma tentação constante às hordas famintas de nômades das montanhas e desertos circundantes. Em consequência disso, o progresso da evolução cultural estava sujeito a freqüentes interrupções provocadas pela invasão de tribos salteadoras.

Até há poucos anos atrás a maioria dos historiadores parecia ter como assente que a civilização egípcia era a mais antiga das duas. Sua convicção se baseava nas conclusões de dois egiptólogos que se contam entre os mais famosos do mundo, James H. Breasted e Alexandre Moret. Entre as duas guerras mundiais do século XX, porém, vieram à luz certos fatos que pareciam provar uma considerável influência mesopotâmica no vale do Nilo, em data tão recuada como a de 3.500 a.C. Essa influência era exemplificada pelo uso de sinetes cilíndricos, métodos de construção arquitetônica, motivos artísticos e elementos de um sistema de escrita indubitavelmente originado na Mesopotâmia. O fato de esses progressos terem ocorrido no vale do Tigre-Eufrates em época tão remota parecia indicar a imensa antiguidade da civilização mesopotâmica. Não provava, entretanto, que ela fosse mais antiga do que a egípcia, pois as inovações que mencionamos não foram simplesmente copiadas nem assimiladas com espírito servil. Pelo contrário, os egípcios modificaram-nas radicalmente para adaptá-las ao seu complexo cultural. Em face disto, parece-nos que a única conclusão legítima é a de que ambas as civilizações eram muito antigas e, de um modo geral, se desenvolveram paralelamente.



ANTIGAS CIVILIZAÇÕES DO ORIENTE PRÓXIMO

POLÍTICO	CULTURAL	ECONÔMICO	RELIGIOSO
Domínio sumeriano na Mesopotâmia, ca. 4500-2000 a.C.	Calendário solar no Egito, ca. 4000 a.C.		Epopéias da Criação e do Dilúvio na Mesopotâmia, ca. 4000 a.C.
Período pré-dinástico no Egito, ca. 4000-3200 a.C.	Escrita hieroglífica no Egito, ca. 3500 a.C. Desenvolvimento da irrigação e da matemática, astronomia rudimentar no Egito e na Mesopotâmia, ca. 3500-2500 a.C.	Desenvolvimento da servidão na Mesopotâmia e no Egito, ca. 3500 a.C.	Culto egípcio do sol, ca. 3500 a.C.
Antigo Império do Egito, ca. 3200-2300 a.C.	Escrita cuneiforme, ca. 3200 a.C. Invenção do princípio do alfabeto no Egito, ca. 3000 a.C.		Religião ética no Egito, ca. 3000 a.C.
Civilização egéia, ca. 3000-1000 a.C.	Construção das grandes pirâmides no Egito, ca. 2700 a.C. Filosofia no Egito, ca. 2500 a.C.		Crença egípcia na imortalidade pessoal, ca. 2500 a.C.
Médio Império do Egito, ca. 2100-1788 a.C.	Código de Dungi, ca. 2100 a.C.	Indústria em larga escala no Egito e em Creta, ca. 2000 a.C.	Bruxaria e adoração de demônios na Babilônia, ca. 1900 a.C.
Império Hitita, 2000-1200 a.C.			
Antigo reino da Babilônia, 1900-1600 a.C.	Código de Hamurabi, ca. 1790 a.C.		
Os hititas ocupam o Egito, 1750-1580 a.C.			

Capítulo 3

A Civilização Egípcia

A Fase de cultura neolítica chegou ao seu fim, em algumas partes do mundo, pouco depois de 5.000 a.C. Parece ter desaparecido no vale do Nilo antes que em qualquer outro lugar, mas a área banhada pelos rios Tigre e Eufrates não ficou muito atrás. O declínio da cultura neolítica marcou o fim do que chamamos período pré-literário na história do homem. Foi substituído gradualmente por padrões mais complexos de cultura, baseados no conhecimento da escrita e comumente chamados civilizações. Mas a invenção da escrita não foi a única feição distintiva dessa nova ordem. Os instrumentos de pedra foram quase inteiramente suplantados por utensílios de bronze e outros metais. Além disso, calendários foram inventados; a religião, o estado e outras instituições desenvolveram-se em mais alto grau; a arte tornou-se mais refinada e houve avanços consideráveis na ciência e, por fim, no comércio e na indústria. Os progressos em tal terreno parecem ter sido muito rápidos no Egito; não somente isso, senão que também as realizações dos egípcios lançaram os alicerces de grande parte do trabalho de outros povos. É conveniente, portanto, que comecemos o nosso estudo das culturas históricas pelo aparecimento da civilização nas margens do Nilo.

1. O PERÍODO PRÉ-DINÁSTICO

Uma vez que não houve, até mais ou menos 3.200 a.C., um estado unificado duradouro no vale do Nilo, os séculos que vão de 4.000 a 3.200 são conhecidos como período pré-dinástico. Na parte inicial do período vamos encontrar a região dividida em certo número de cidades-estados ou "nomos", cada um deles independente, embora, é claro, cooperando com os demais quanto aos fins econômicos. Logo após o começo do quarto milênio deu-se uma fusão de estados que levou à formação de dois grandes

reinos um ao norte e outro ao sul. Ninguém sabe como ocorreram essas consolidações, mas é possível que se tenham efetuado por acordo voluntário ou aquiescência pacífica ao governo de um soberano capaz. São escassos os indícios de conquista militar. Esses reinos duraram até o fim do período, se bem que pareçam ter estado unidos por breve espaço de tempo, logo depois da sua fundação.

A compleição racial do Egito pré-dinástico era essencialmente a mesma que se observa em épocas posteriores. Os habitantes pertenciam ao ramo mediterrâneo da raça caucásica. Eram baixos, de tez escura, cabeça alongada, cabelos lisos e pretos, olhos fundos e nariz levemente aquilino. Alguns mostravam traços de cruzamentos negróides e líbios e, possivelmente, de sangue semita ou de outros povos da Ásia Ocidental. O idioma continha vestígios de elementos semíticos, que indicariam, do mesmo modo, relações estreitas com alguns dos nativos da Ásia. Seja como for, os egípcios não eram uma raça pura e nada indica que os fatores raciais em si mesmos tenham desempenhado papel importante no desenvolvimento da sua cultura.

O período pré-dinástico não foi de nenhum modo insignificante na história cultural do Egito. Houve notáveis progressos nas artes e ofícios, e até mesmo em algumas ciências. Instrumentos, armas e ornamentos eram habilmente confeccionados de pedra, cobre e ouro. Descobriram-se novos processos de acabamento, vidragem e decoração dos artefatos de cerâmica, o que habilitou os egípcios desse período a fazer vasilhas de utilidade e excelência artística não inferior às de quaisquer outras produzidas pelos seus descendentes de época mais adiantada. Outras realizações importantes foram o desenvolvimento de um sistema eficiente de irrigação, o saneamento de terras pantanosas e a confecção de tecidos de linho de qualidade verdadeiramente superior.

Mas isso não é tudo. Há testemunhos de que os egípcios do período pré-dinástico desenvolveram um sistema de leis baseado nos costumes, sistema esse cercado de tamanho prestígio que mais tarde se impôs ao próprio faraó. Parece ter também entrado em uso um sistema de escrita. Apesar de nunca se ter encontrado

um exemplar de tal escrita, os espécimes que possuímos da Primeira Dinastia são de natureza tão complexa que devem ter-se originado muito tempo antes. Os egípcios desse período inventaram, ainda, o primeiro calendário solar da história do homem. Parece ter-se baseado no reaparecimento anual da estrela Sírius e dividia o ano em doze meses de trinta dias cada um, com cinco dias de festa adicionados ao fim de cada ano. De acordo com o cômputo dos egiptólogos modernos, esse calendário foi posto em vigor por volta de 4.200 a.C. A existência de um calendário exato nessa época prova que a matemática, e possivelmente as demais ciências, já haviam alcançado um grau considerável de desenvolvimento.

2. HISTÓRIA POLÍTICA SOB OS FARAÓS

Cerca do ano 3.200 a.C. os reinos do norte e do sul do Egito foram reunidos numa só unidade política, aparentemente pela segunda vez, embora a primeira união tivesse sido efêmera. O fundador tradicional do novo estado foi Menés, que ipso facto se tornou o fundador da Primeira Dinastia. Seguiram-se em ordem ininterrupta cinco outras dinastias, até 2.300 a.C. Durante as duas primeiras, a capital conservou-se em Tínis, no Alto Egito. A Terceira Dinastia transferiu a sede do governo para Mênfis, na orla meridional do Delta, tendo em vista as vantagens de uma localização mais central das funções administrativas. Ali permaneceu ela pelo espaço aproximado de cinco séculos. O período que vai de mais ou menos 2.800 a 2.300 a.C. é, por esse motivo, denominado Período Menfita, enquanto toda a época correspondente às seis primeiras dinastias é conhecida pelo nome de Antigo Império.

O governo do Antigo Império não alcançou, na realidade, o grau de absolutismo pessoal que comumente se lhe atribui. Era mais uma teocracia do que uma autocracia. O absolutismo do rei era exercido não em seu próprio nome, mas como vigário do deus. De acordo com a concepção predominante, era o deus, como personificação da justiça e da ordem social, que de fato governava

- o monarca era seu agente. Não há dúvida de que o próprio rei era considerado divino, como filho do deus solar Re. Tal era o respeito votado ao rei que não se podia mencioná-lo pelo nome, mas cumpria referir-se a ele como o "faraó", do egípcio per-o, que significa "casa grande" ou "casa real". Não podia ele casar com qualquer pessoa que não fosse sua parenta próxima, para que o sangue divino se não contaminasse com uma estirpe inferior. Deve-se notar, no entanto, que em todos os atos oficiais a lei antiga, que se acreditava encarnar a vontade divina, limitava-lhe a autoridade. Não estava acima da lei, mas sujeito a ela. Conseqüentemente, compará-lo com os monarcas de direito divino de tempos mais modernos é compreender mal a sua função.

Não havia separação entre o estado e a igreja no Antigo Império. Os principais subordinados do faraó eram, em primeiro lugar, os sacerdotes, sendo ele próprio o sumo sacerdote. Mas possuía, também, outros agentes: um vizir ou primeiro ministro, um tesoureiro real, um arquiteto-chefe, um superintendente de obras públicas, um juiz supremo e quarenta e dois nomarcas. Estes últimos eram os governadores dos nomos ou províncias em que estava dividido o reino. Eram a princípio designados pelo faraó, presumindo-se que executassem a sua vontade, mas gradualmente tornaram seus cargos hereditários e foram usurpando prerrogativas de soberania. Sendo os nomos sobrevivências das antigas cidades-estados, restava ainda algo do sentimento regionalista que encorajava os governos locais a desafiar a autoridade central.

O título de faraó era hereditário, mas o privilégio também envolvia responsabilidades. O príncipe herdeiro fazia comumente um aprendizado, sob a orientação de seu pai, como superintendente das obras públicas ou ministro. Desse modo já chegava ao trono como estadista esclarecido e adestrado, familiarizado com as necessidades do reino e instruído nas grandes empresas públicas de mineração, construção de obras públicas e irrigação. Era muito bom que assim fosse, pois, como rei, seria obrigado pelo costume a devotar grande parte de seu tempo à inspeção e administração dos vários projetos traçados para satisfazer aos interesses

nacionais. A divindade que aureola os reis não isentava o faraó de árduos serviços em prol do bem público.

Quanto já foi dito acerca da importância da lei egípcia sugere a conclusão de que se deveria observar regularmente uma administração de justiça de alta qualidade. Tal era o caso. Ainda que o Antigo Império não possuísse uma classe bem definida de juízes profissionais, os funcionários administrativos que serviam, em dadas ocasiões, no caráter de juízes, eram instruídos em direito e gloriavam-se de sua justiça imparcial na decisão dos casos. Compunha a divisão judiciária do governo um conjunto de seis tribunais, para os quais eram designados, de tempos a tempos, funcionários administrativos para servirem como juízes. Acima de todos eles estava o juiz supremo, que às vezes ocupava simultaneamente o cargo de primeiro ministro. Em certas circunstâncias podia-se recorrer ao próprio faraó. Nenhuma espécie de causa, ao que parece, era excluída da jurisdição regular dos tribunais. Assentamentos mostram que mesmo os casos de traição na família do rei eram examinados com o mesmo escrupuloso respeito pelo processo legal demonstrado nos casos de ofensas de menor importância. Os faraós do Antigo Império não tinham, ainda, aprendido a infame distinção entre crimes políticos e crimes comuns, que foi estabelecida pelos governantes de alguns estados modernos.

O governo do Antigo Império fundava-se numa política de paz e de não-agressão. Neste particular constituía um caso quase único entre os antigos estados. O faraó não tinha exército permanente nem qualquer outra coisa que possa ser considerada como uma milícia nacional. Cada nomo possuía a sua milícia local, mas era comandada por autoridades civis e, quando chamada ao serviço ativo, devotava em geral sua energia ao trabalho nas obras públicas. Em caso de ameaça de invasão, as várias unidades se reuniam por convocação do faraó e colocavam-se sob o comando de um de seus subordinados civis. Salvo em tais ocasiões, o chefe do governo nunca possuía uma força militar à sua disposição. Os egípcios do Antigo Império, na sua maioria, contentavam-se em seguir o seu destino e deixavam as demais nações em paz. As

razões disso podem ser atribuídas à posição privilegiada de sua região, ao fato de possuírem uma terra de fertilidade inesgotável e de ser seu estado um produto da necessidade de cooperação, em lugar de ter nascido de proezas bélicas.

Depois de um sólido milênio de paz e relativa prosperidade, o Antigo Império chegou ao seu termo mais ou menos em 2.300 a.C. Inúmeras causas parecem ter contribuído para isso: a usurpação do poder pelos nomarcas, a persistência do particularismo, isto é, do sentimento dos direitos provinciais, o incremento do individualismo, os pesados tributos impostos ao povo por faraós com grandiosos projetos de desenvolvimento nacional. O período que se seguiu é chamado de Idade Feudal. Salvo durante alguns intervalos de ordem e progresso, caracterizou-se pela anarquia, pelo aumento do poder dos nobres, pela revolução social das massas e pela invasão das tribos negróides e asiáticas. Não terminou senão com o aparecimento da XI Dinastia, mais ou menos no ano 2.000, acontecimento que introduziu a fase seguinte da história egípcia, que é conhecida como Médio Império.

O governo do Médio Império era consideravelmente mais fraco do que o do Antigo Império. As dinastias dos faraós conservavam uma suserania nominal, mas uma autoridade cada vez maior concentrava-se nas mãos dos nomarcas e dos nobres de grau inferior. A glória desses homens era governar como déspotas benevolentes, desempenhando nas suas jurisdições locais as funções que legitimamente pertenciam ao chefe de estado. Também foram, a seu tempo, assediados pelas massas, do que resultou tornarem-se os faraós da XII Dinastia capazes de recuperar, depois de 2.000 a.C., um quinhão de seu primitivo poder. O próprio povo foi recompensado com designações para cargos governamentais e com concessões de terra e outorga de direitos a certas funções especiais. Parece que se concederam privilégios, até então reservados a poucos, à população total, sem atender às condições de nascimento ou nível social. Por essa razão o governo da XII Dinastia é, às vezes, citado como o primeiro império democrático da história. O período de seu

governo foi uma época áurea de justiça social e de empreendimento intelectual.

Com o fim de XII Dinastia o Egito entrou em outra era de caos interno e de invasões estrangeiras, que durou mais de dois séculos - de 1.788 a 1.580 a.C. Os documentos do tempo são escassos, mas parecem indicar que a desordem interna resultou de uma contra-revolução dos nobres. Os faraós foram novamente reduzidos à impotência e grande parte do progresso social da época precedente ruiu por terra. Aproximadamente em 1.750, o país sofreu uma invasão dos hicsos ou Reis Pastores, um povo de língua semítica, da Ásia Ocidental. Estenderam um governo nominal a todo o reino, embora sua soberania real se limitasse, provavelmente, ao Delta. A eficiência militar dos hicsos é comumente atribuída ao fato de possuírem cavalos e carros de guerra, mas certamente sua vitória se tornou mais fácil graças à dissensão entre os próprios egípcios. Como conquistadores, seu governo influenciou profundamente a história egípcia. Não somente familiarizaram os conquistados com novos métodos de guerra, mas também, com o submetê-los todos ao agravo de uma tirania estrangeira, capacitaram-nos a esquecer suas diferenças e os uniram numa causa comum. Desse modo abriu-se o caminho para a restauração de um governo forte sobre todo o reino.

Próximo ao fim do século XVII os governantes do Alto Egito promoveram uma revolta contra os hicsos, movimento que acabou tendo a colaboração dos nativos do vale. Cerca de 1.580 a.C, todos os conquistadores que não tinham sido mortos ou escravizados foram expulsos da região. O herói dessa vitória, Amósis I, fundador da XVIII Dinastia, tornou-se déspota do Egito. O regime que estabeleceu era muito mais fortemente consolidado do que qualquer outro de até então. No grande ressurgimento de nacionalismo que acompanhou a luta contra os hicsos foi aniquilado o patriotismo local e, com ele, o poder dos nobres. Muitos dos nomarcas se opuseram à subida de Amósis e seu triunfo final tornou insustentável a posição daqueles e não lhes deixou outra alternativa senão a de abandonarem suas pretensões à soberania.

O período que se segue à ascensão de Amósis tem o nome de Novo Império, ou império propriamente dito. Estendeu-se de 1.580 a 1.090 a.C., sendo a região governada, nessa época, por três sucessivas dinastias faraônicas: a XVIII, a XIX e a XX. A política dominante do estado não era mais pacífica e isolacionista, pois um espírito de agressivo imperialismo rapidamente perverteu a nação. As causas dessa mudança não são difíceis de encontrar. O ardor militar, gerado pela luta bem sucedida contra os hicsos, incitou o desejo de outras vitórias. A enorme máquina militar criada para expulsar o invasor provara ser um auxiliar do poder do faraó, valioso demais para ser imediatamente posto fora de uso. Além disso, existia o medo, real ou imaginário, de novas invasões vindas da Ásia Ocidental.

O primeiro passo no sentido de uma nova política foi dado pelos sucessores imediatos de Amósis ao realizarem incursões progressivas pela Palestina adentro e ao reclamarem a soberania sobre a Síria. A ambição de império alcançou seu auge alguns anos depois, durante o reinado de Tutmósis III, que subiu ao trono em 1.479 a.C. Com um dos maiores exércitos dos tempos antigos, ele aniquilou prontamente toda a resistência da Síria e tornou-se finalmente senhor de um vasto domínio que se estendia do Eufrates às longínquas cataratas do Nilo. Fenícios, cananeus, hititas e assírios reconheceram sua soberania ou pagaram-lhe tributos. Nunca conseguiu, porém, a união dos povos conquistados como súditos leais e sua morte foi o sinal para uma revolta que se alastrou pela Síria. Os sucessores de Tutmósis abafaram o levante e lograram manter o império unido por algum tempo, mas o derradeiro desastre não pôde ser evitado. Tinham-se anexado mais territórios do que se podiam dirigir eficazmente; o afluxo de riquezas para dentro do Egito enfraquecera a fibra nacional com o culto da corrupção e do luxo, ao mesmo tempo que revoltas constantes solapavam a soberania do estado, não restando qualquer esperança de restabelecimento. Pelo século XII a maioria das províncias conquistadas tinham sido perdidas para sempre.

O governo do Novo Império se assemelhava ao do Antigo Império, exceto um ser mais absoluto. A base do governo do faraó era,

agora, antes a força militar que a unidade nacional. Um exército profissional estava sempre a postos e, com ele, podia-se submeter os súditos. O filho mais velho do faraó, que no Antigo Império fazia um aprendizado como vizir ou primeiro ministro, tornara-se o oficial de mais alto posto no exército permanente. Quase nenhum vestígio de autoridade local permaneceu. A nação estava dividida em mais de cinquenta unidades administrativas, muitas das quais puramente arbitrárias, e para cada uma delas era designado um "conde" ou governador como representante direto do governo do monarca. Muitos dos antigos nobres tornaram-se cortesãos ou membros da burocracia real sob o completo domínio do rei. O faraó não era, ainda, um monarca por direito divino, mas a extensão de seu poder começara a se aproximar da dos déspotas mais modernos.

O último dos grandes faraós foi Ramsés III, que governou de 1.198 a 1.167 a.C. Foi sucedido por uma longa linhagem de nulidades que lhe herdaram o nome, mas não a habilidade. Em meados do século XII o Egito foi atingido pelos numerosos infortúnios atinentes à invasão de bárbaros e à decadência social. Líbios e núbios afluíam à região e gradualmente rebaixavam-lhe os padrões culturais. Ao mesmo tempo, parece que os próprios egípcios tinham perdido o talento criador; seu intelecto como que fora transviado pelas seduções da magia e da superstição. O resultado inevitável foi tornar-se sua vida social dominada por um grosseiro formalismo religioso. Alcançar a imortalidade por meio de processos mágicos era, nesse tempo, o interesse predominante dos homens de todas as classes. O processo de declínio foi também apressado pelo poder crescente dos sacerdotes que, por fim, usurparam as prerrogativas reais e ditaram os decretos do faraó.

Dos meados do século X até quase os fins do VIII, uma dinastia de bárbaros tíbios ocupou o trono dos faraós. Os líbios foram sucedidos por uma linhagem de etíopes ou núbios que vieram das regiões desérticas situadas a oeste do Alto Nilo. Em 670 o Egito foi conquistado pelos assírios, que conseguiram manter sua supremacia somente por oito anos. Depois do colapso do domínio,

assírio, em 662, os egípcios readquiriram a independência, do que resultou um brilhante renascimento cultural. Estava este, no entanto, condenado a um fim prematuro, pois em 525 a.C. a região foi conquistada pelos persas. A antiga civilização nunca mais reviveu.

ARTE EGÍPCIA

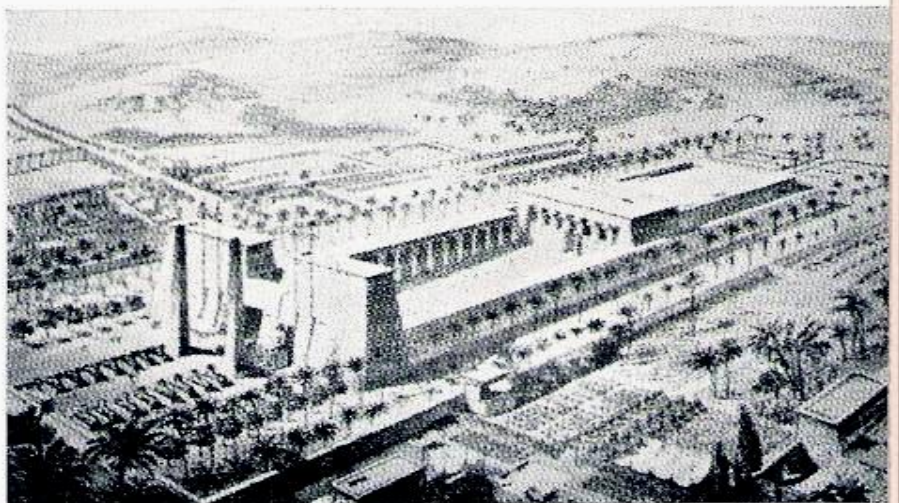
Estátuas colossais à frente do Templo de Abu-Simbel, que é cavado no rocha. Note-se nos rostos a expressão de poder e de segurança. (Foto do Departamento de Arte da Rutgers University.)

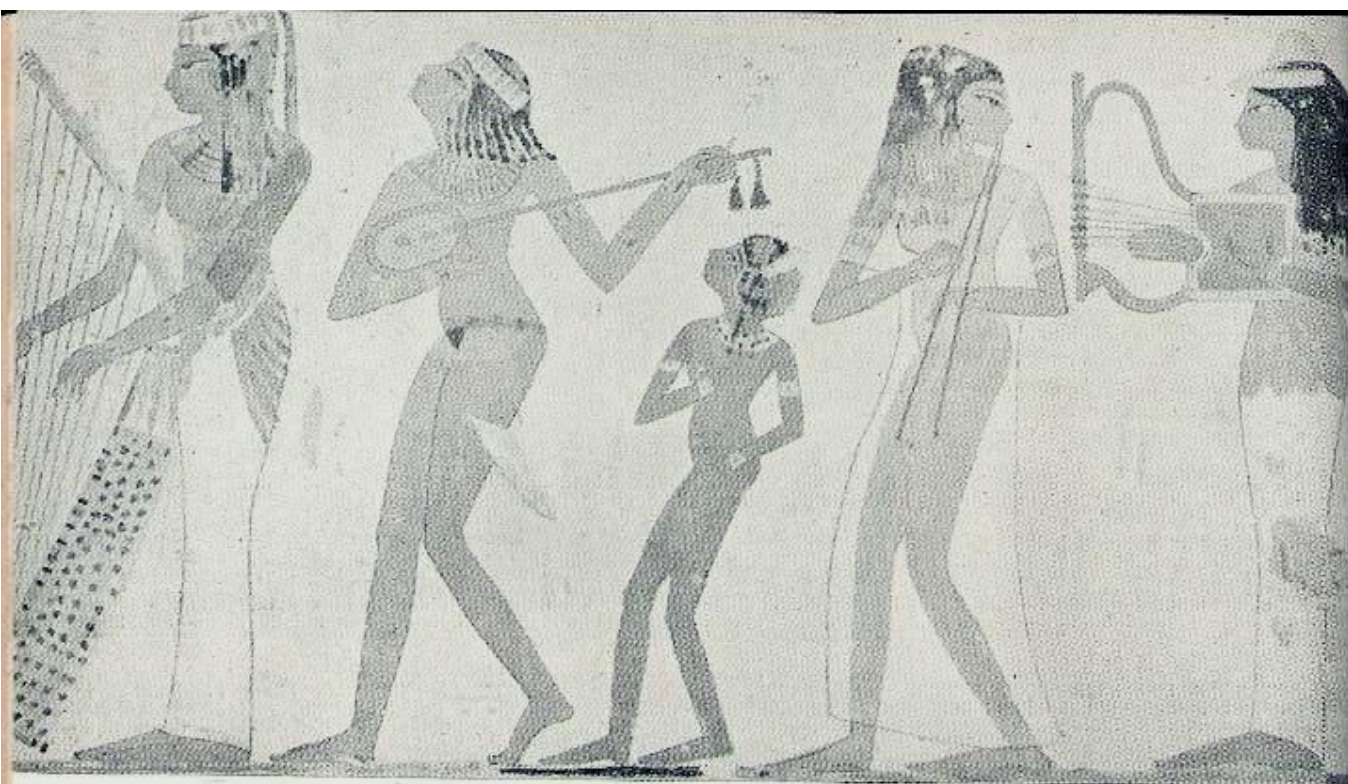


O Templo de Amenófis e Ramsés III, em Carnac. As estátuas exibem o rígido formalismo comum na escultura egípcia. (Foto do Departamento de Arte da Rutgers University.)



Reconstituição do Templo de Edfu. O imenso pórtico, os obeliscos, as colunas e as filas de esfinges são elementos característicos dos templos egípcios. (Gravura do Bettmann Archive.)



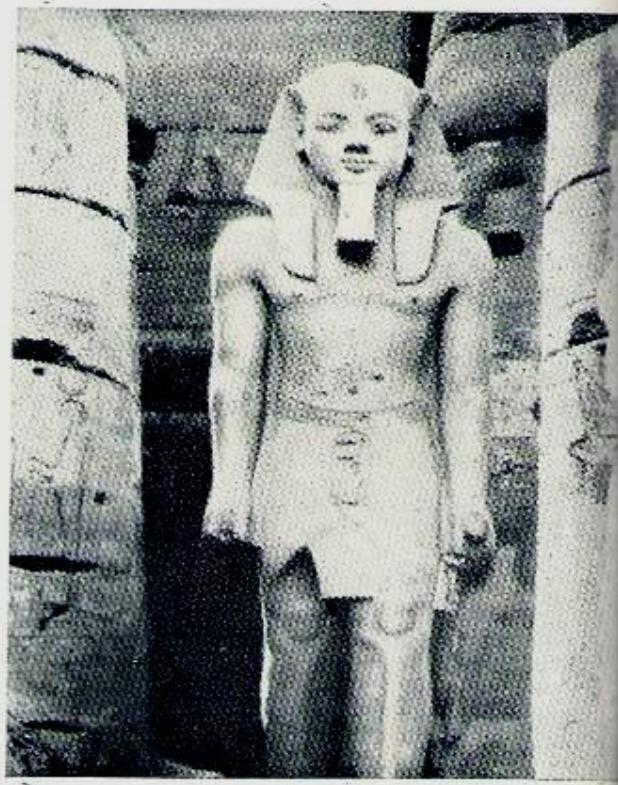


Jovens bailarinas — pintura mural egípcia. Apesar de sua maneira convencional, o artista conseguiu dar uma personalidade distinta a cada uma das bailarinas retratadas e um tom geral de graça e movimento.

Retrato de Seti I, da XIX Dinastia, escultura egípcia em relevo. A face é quase que a única parte individualizada deste retrato. Observe-se a apresentação frontal dos ombros e o comprimento igual de todos os dedos.



O colosso de Ramsés II (XIX Dinastia). Apesar de ser quase moderna por suas linhas duras, cubistas, esta estátua é tipicamente egípcia pela expressão imperturbável do rosto e pelo tratamento convencional dos ombros, dos braços e das pernas.



A religião desempenhou um papel predominante na vida dos antigos egípcios. A descrição dos egípcios pelos gregos como "os mais religiosos dos homens" é de algum modo exagerada; não há, contudo, negar que a crença no sobrenatural tenha sido tão importante para a cultura do vale do Nilo quanto para qualquer outra civilização, passada ou presente. A religião deixou sua marca em quase todos os setores da vida egípcia. A arte era uma expressão de simbolismo religioso; a literatura e a filosofia estavam embebidas de ensinamentos religiosos. O governo do Antigo Império era, em grande parte, uma teocracia: e mesmo os faraós militares do Novo Império diziam governar em nome do deus. O potencial econômico e os recursos materiais eram desperdiçados, em grandes quantidades, na construção de tumbas complicadas e na manutenção de um corpo eclesiástico suntuoso. A religião dos antigos egípcios evoluiu, em vários estágios, de um simples politeísmo para um monoteísmo filosófico. Parece que no começo cada cidade ou distrito possuiu suas divindades locais, isto é, deuses tutelares da localidade ou personificações de forças da natureza. A unificação do país no Antigo Império foi consequência não somente de uma consolidação do território, mas também de uma fusão de divindades. Todas as divindades protetoras foram consubstanciadas nos deus solar Re ou Ra. Em tempos posteriores, com a ascensão de uma dinastia tebana ao poder, essa divindade passou a se chamar vulgarmente Amon (Amen) ou Ammon-Re, nome do deus principal de Tebas. Os deuses que personificavam as forças produtivas da natureza se fundiram numa divindade chamada Osíris, que era, também, o deus do Nilo. Através de toda a história do Egito essas duas grandes forças que disciplinavam o universo, Re e Osíris, rivalizaram entre si pela conquista da supremacia. Outras divindades, como veremos, eram também reconhecidas, mas ocupavam um posto de visível subordinação àquelas.

Durante o período do Antigo Império o culto do sol, corporificado na adoração de Re, foi o sistema dominante de crença. Servia como religião oficial, cuja função principal era dar imortalidade ao estado e ao povo, coletivamente. O faraó era o representante vivo

da fé na terra e, através da sua lei, mantinha-se a lei do deus. Prevalecia, também, a crença de que a mumificação do corpo do faraó e a sua conservação num túmulo eterno contribuiria para a existência eterna da nação. Mas Re, além de divindade protetora, era também o deus da retidão, da justiça, da verdade e o protetor da ordem moral do universo. Não oferecia benefícios espirituais ou mesmo recompensas materiais aos homens como indivíduos, nem se interessava de qualquer modo pela felicidade cotidiana. A religião solar não era uma religião para as massas, exceto na medida em que a felicidade destas coincidia com a prosperidade do estado.

O culto de Osíris, como já observamos, começou como uma religião da natureza. O deus personificava o crescimento da vegetação e das forças criadoras do Nilo. A figura de Osíris estava envolta em complicada lenda. Em tempos remotos corria a crença de que ele agira como um guia benévolo que ensinava a seu povo a agricultura e outras artes práticas e lhe ditava leis. Depois de algum tempo foi traiçoeiramente morto por um irmão perverso, de nome Set, e seu corpo feito em pedaços. Sua esposa Ísis, que também era sua irmã, saiu à procura dos pedaços, reuniu-os e milagrosamente restituiu-lhe a vida. O rei ressuscitado reconquistou o trono e continuou seu governo benéfico por certo tempo, descendo finalmente aos infernos para servir de juiz dos mortos. Horus, seu filho póstumo, ao alcançar a maturidade vingou a morte do pai, matando Set.

Esta lenda parece ter sido, a princípio, apenas um mito da natureza. A morte e a ressurreição de Osíris simbolizavam a retirada das águas do Nilo no outono e a volta da inundação na primavera. Mas, depois de algum tempo, a lenda de Osíris assumiu uma significação mais profunda. As qualidades humanas das divindades nela contidas - a solicitude paternal pelos súditos, a fiel devoção da esposa e do filho - tocaram a sensibilidade do egípcio médio, que assim se tornava capaz de ver suas próprias tribulações e triunfos refletidos na vida dos deuses. E, o que era mais importante ainda, a morte e a ressurreição de Osíris passaram a ser encaradas como o penhor duma promessa de

imortalidade pessoal para o homem. Assim como o deus triunfara da morte e da sepultura, assim também podia o indivíduo que o seguisse fielmente adquirir vida imortal. Finalmente, a vitória de Horus sobre Set , parecia uma prefiguração da vitória final do bem sobre o mal.

Com a percepção crescente dessas conseqüências implícitas, o culto de Osíris tornou-se gradativamente o ramo mais popular da religião egípcia. A adoração do grande deus-sol exigia tão altos poderes de abstração que interessou muito pouco ao homem comum. Especialmente durante o período do Médio Império, quando o individualismo atingiu sua maior plenitude, o culto popular recebeu mais do que o quinhão merecido de atenção. O resultado não foi totalmente feliz. Osíris era essencialmente o deus da morte, não recompensava os homens nesta vida. Em conseqüência deste seu culto, a mente das massas egípcias voltava-se cada vez mais para a outra vida. Atribuiu-se demasiada importância à garantia da salvação no outro mundo e importância insuficiente à cooperação com Re a fim de promover o reinado da justiça neste mundo. O culto solar não morreu durante o Médio Império, mas passou evidentemente para um segundo plano.

As idéias egípcias sobre a vida após a morte atingiram seu completo desenvolvimento no período final do Médio Império. A princípio, pensava-se que o morto continuasse sua existência na tumba. A fim de assegurar-lhes imortalidade, os corpos tinham que contar com uma provisão de alimentos e de outras coisas essenciais à vida. Homens ricos deixavam largas doações aos sacerdotes para que estes se encarregassem de fornecer sustento às múmias por quanto tempo durassem esses fundos. Com o amadurecimento da teologia, foi, no entanto, adotada uma concepção menos ingênua da vida extraterrena. Acreditava-se então que os mortos deveriam comparecer diante de Osíris para ser julgados de acordo com suas ações na terra. O processo de julgamento compreendia três estágios. No primeiro, exigia-se que o morto declarasse ser inocente de quarenta e dois pecados, inclusive o homicídio, o furto, a mentira, a cobiça, o adultério, a blasfêmia, a ira, o orgulho e a desonestidade em transações

comerciais. Após desonerar-se desse rol de vícios o defunto era obrigado a afirmar suas virtudes. Devia confessar que satisfizera as vontades dos deuses, que dera "pão ao faminto, água ao sedento, vestira o despido e dera condução a quem não possuía um barco". No terceiro e último estágio, o coração do réu era posto na balança em face de uma pena, símbolo da verdade, para se determinar a exatidão do que afirmara. De acordo com a concepção egípcia, o coração representava a consciência, que denunciaria o falso testemunho.

Todos os mortos que passassem pelas provas desse sistema de julgamento entravam num reino celestial de gozos físicos e prazeres simples. Aí, em alagadiços cheios de lotos e nenúfares, caçariam gansos selvagens e os abateriam com inesgotável sucesso. Ou então poderiam construir casas no meio de pomares com frutos deliciosos em safras sempre abundantes. Encontrariam lagos repletos de lírios nos quais poderiam navegar, lagoas de água brilhante onde se banhariam e sombrias florestas habitadas por pássaros canoros e por toda a sorte de criaturas gentis. Os infelizes cujos corações revelassem vidas viciosas eram condenados à fome e à sede perpétuas num lugar escuro, para sempre privado da gloriosa luz de Re.

A religião egípcia atingiu sua mais completa perfeição por volta do fim do Médio Império e do começo do império propriamente dito. Por esse tempo o culto solar e o de Osíris tinham-se fundido de maneira a preservar os melhores atributos de ambos. A Re, cuja função era a de deus dos vivos, defensor do bem no mundo, conferia-se quase a mesma importância que a atribuída às funções de Osíris, dispensador da imortalidade e juiz dos mortos. É bem nítido, a essa altura, o caráter ético da religião. Repetidamente os homens confessavam seu desejo de praticar a justiça por ser tal conduta do agrado do grande deus-sol.

Logo após o estabelecimento do Novo Império a religião que acabamos de descrever sofreu uma séria adulteração. Seu significado ético foi largamente desvirtuado e a superstição e a magia ganharam ascendência. A causa principal parece ter sido uma desvalorização intelectual ocorrida ao tempo da longa guerra

de expulsão dos hicsos. O rigor da luta favoreceu o desenvolvimento de atitudes irracionais. O resultado foi um notável aumento de poder dos sacerdotes, que exploravam o terror das massas em proveito próprio. Ávidos de lucro, inauguraram a prática da venda de feitiços mágicos, que tinham supostamente o poder de evitar que o coração dos mortos denunciasse o verdadeiro caráter destes. Vendiam também fórmulas que, asseveravam, inscritas em rolos de papiro e colocadas nas tumbas, eram valiosas para facilitar a entrada do morto no reino dos céus. O conjunto dessas fórmulas constituía o chamado Livro dos Mortos. Contrariamente à impressão geral, não se tratava de uma Bíblia egípcia, mas de uma mera coleção de inscrições mortuárias. Algumas delas proclamavam a pureza moral do morto; outras ameaçavam os deuses com desastres, a menos que fosse por eles assegurada a recompensa eterna às pessoas cujos nomes registravam. Todas eram compradas na crença de que garantiam livre ingresso ao reino de Re. As boas ações e a consciência pura tinham caído da moda.

Esta degradação da religião provocada pelos sacerdotes, que a transformaram num sistema de magia fraudulenta, levou finalmente a uma grande reforma ou revolução religiosa. O chefe desse movimento foi o faraó Amenotep IV, que começou a reinar por volta de 1.375 a.C. Depois de algumas tentativas infrutíferas para reprimir os principais abusos, resolveu eliminar todo o sistema. Expulsou os sacerdotes dos templos, suprimiu dos monumentos públicos os nomes das divindades tradicionais e ordenou ao povo que adorasse um novo deus, que chamou Áton, antiga denominação do sol físico. Mudou seu próprio nome de Amenotep ("Amon repousa") para Ikhnáton, que quer dizer "Áton está satisfeito". Ikhnáton é o nome pelo qual é, geralmente, designado na história.

Mais importante do que essas mudanças materiais foi o novo conjunto de doutrinas enunciado pelo faraó reformador. Antes de mais nada, ensinou uma religião monoteísta universal; Áton, declarava, era o único deus existente, não somente o deus do Egito, mas de todo o universo. Restaurou, do melhor modo

possível, o princípio ético da religião nacional, insistindo em ser Áton o autor da ordem moral do mundo e o recompensador da integridade e pureza do coração humano. Figurou o novo deus como o criador eterno e o sustentáculo de tudo quanto beneficia o homem, como pai celestial que vigia com atenção benevolente todas as criaturas. Concepções como essas, de um Deus uno, justo e benévolo, só foram atingidas de novo no tempo dos profetas hebreus, uns 600 anos depois.

A revolução de Ikhnáton não teve sucesso duradouro. Os faraós que o sucederam no governo do Império não se inspiravam no mesmo idealismo devotado. Isto se aplica particularmente ao famoso Tutenkhamen que permitiu que os sacerdotes corruptos e mercenários retomassem seu antigo poder. O resultado foi uma revivescência e uma expansão gradual das mesmas antigas superstições que tinham prevalecido antes do reinado de Ikhnáton. Para a grande massa do povo o significado ético da religião perdera-se para sempre, e eles foram mais uma vez entregues à ignorância e à cobiça do clero. Entre as classes educadas, no entanto, a influência dos ensinamentos de Ikhnáton prolongou-se por algum tempo. Ainda que o deus Áton não fosse mais reconhecido, as qualidades que ele representava continuaram a merecer profunda reverência. O fato é que a minoria educada transferiu os atributos de Áton a Amon-Re. A tradicional divindade solar era aclamada como o único deus e a corporificação da retidão, da justiça e da verdade. Era adorada, além disso, como um ser misericordioso e amado, "que ouve as orações, que dá a mão ao pobre, que encoraja o fraco". É preciso notar, também, que a esse monoteísmo ético adicionava-se um elemento de salvação pessoal pelo arrependimento. Os filósofos religiosos desse tempo desenvolveram a nova idéia de que o deus suspenderia a punição do pecador penitente que implorasse com humildade o perdão.

A adesão de uns poucos indivíduos esclarecidos a essas nobres idéias não foi suficiente para salvar a religião de uma degeneração completa e da ruína. O desenvolvimento da superstição, a popularidade da magia e o poderio desenfreado de um clero corrupto foram extremamente funestos, e seus efeitos não podiam

ser suplantados por doutrinas elevadas. Por fim, todo o sistema de crença e de adoração foi engolfado no formalismo e na ignorância, no fetichismo, na adoração de animais, na necromancia e noutras magias grosseiras. O mercadejar dos sacerdotes era mais despudorado do que nunca e a principal função da religião organizada veio a ser a venda de fórmulas e feitiços que abafariam a consciência e enganariam os deuses, levando-os a conceder a salvação eterna. A verdadeira tragédia consiste, naturalmente, no fato de exercer a religião, ao decair, efeitos mortais sobre o resto da cultura. A filosofia, a arte e o governo estavam tão intimamente ligados à religião, que todos eles soçobraram ao mesmo tempo.

4. REALIZAÇÕES INTELECTUAIS DOS EGÍPCIOS

I. Filosofia

A filosofia do antigo Egito era, sobretudo, ética e política, embora ocasionalmente se possa encontrar traços de concepções filosóficas mais largas. A idéia, por exemplo, de que o universo é regido por uma mente ou uma inteligência aparece, de tempos a tempos, nas obras dos sacerdotes e dos sábios. Foi pela primeira vez expressa numa inscrição conhecida como o Drama Menfítico, que deve datar do fim do quarto milênio, e foi revivida por Ikhnáton dois mil anos depois. A idéia a tal ponto se distancia das crenças antropomórficas comuns aos antigos povos que parece quase incrível encontrá-la desenvolvida por uma das civilizações mais amigas; mas tal foi o caso. Outras idéias filosóficas dos egípcios desse tempo incluíam a concepção de um universo eterno, a noção de ciclos de acontecimentos, que se reproduziam constantemente, e a doutrina das causas naturais.

O mais antigo exemplo de filosofia ética está contido nas Máximas de Ptahotep, que foi vizir de um dos faraós da V Dinastia por volta de 2.500 a.C. O trabalho consiste em uns quarenta parágrafos de sábios conselhos, deixados pelo vizir para a educação do filho. Cerca da metade deles são aforismos de sabedoria prática que

visam guiar o moço na consecução do sucesso na vida. Outros, no entanto, incutem uma moral de teor muito alto. O filho é aconselhado a ser delicado, tolerante, bondoso e jovial, mas, acima de tudo, a ser reto e justo, mesmo com o sacrifício de seus próprios interesses, pois "o poder da retidão é o único que perdura". O autor aconselha, também, o repúdio da cobiça, da sensualidade, do orgulho e insiste na moderação e na continência. Ainda que essas máximas sejam elementares, não deixam de ter alta significação, por serem as primeiras expressões de idealismo moral em toda a literatura do mundo.

Durante o Médio Império a filosofia ética desenvolveu uma linha mais sinuosa. Na verdade, seus característicos predominantes são as atitudes de pessimismo e de desilusão. Diversas causas conspiraram para produzir esse resultado. Para começar, a antiga fé na religião de Re fora destruída. Os homens não acreditavam mais que a preservação dos despojos materiais do faraó pudesse assegurar a imortalidade da nação. Em segundo lugar, a dissolução do império uno, o predomínio da desordem social e a invasão estrangeira causaram um sentimento de insegurança e desalento. Por fim, o amadurecimento intelectual fez com que parecessem ingênuas e sem fundamento as antigas concepções da vida. A consequência disso foi uma tendência ao extremo oposto, isto é, a não acreditar em nada.

Um exemplo característico da nova orientação filosófica é a Canção do Harpista que um dos faraós da XI Dinastia mandou gravar na parede de seu túmulo-santuário por volta de 2.100 a.C. Dava largas a uma filosofia de completo ceticismo no tocante à outra vida: "Ninguém de lá regressa para nos contar como eles vivem." Os deuses não são reconhecidos, exceto Re, que é concebido como uma força impessoal e cega. Nenhuma importância é dada às tradicionais recompensas à virtude e ao esforço. A fama, a riqueza e o poder são ilusões vãs. A morte é o destino comum, tanto do faraó como de seu servo, e ninguém sabe a hora em que ela chegará. O caminho lógico a ser procurado pelo homem é, conseqüentemente, guiar-se pelos desejos, prodigalizar-se prazeres enquanto possa. A indulgência consigo mesmo não é,

porém, suficiente. O homem deve, também, esforçar-se por ganhar um bom nome, dando "pão ao que não tem terras" e por outros trabalhos de benemerência.

O último dos grandes filósofos éticos do antigo Egito foi Amenemope, que viveu no fim da época imperial. Escreveu um tratado de trinta capítulos, que se chamou A Sabedoria de Amenemope. Sua filosofia era bem mais imbuída de teologia do que a de seus predecessores. Flui, através de toda a obra, uma consciência inalterável de Deus como o arquiteto do destino humano. Cumpre aos homens, portanto, ser tolerantes com a fraqueza do próximo e perdoar as suas transgressões, auxiliando o desamparado e aquele que já está com um pé na sepultura, pois "Deus derruba e constrói cada dia. E faz um milhar de humildes segundo o seu desejo e põe um milhar como capatazes sobre os outros". O autor aconselha, também, seus discípulos a ganhar o pão pelo próprio esforço, a se contentarem com pouco e a confiar em Deus para ter paz de espírito. A Sabedoria de Amenemope tem especial significação pelo fato de ter sido traduzida para o hebreu e de serem copiadas dela seções inteiras do Livro dos Provérbios. Um sacerdote de Heliópolis foi o primeiro de uma série de filósofos egípcios cujos interesses eram predominantemente políticos. Viveu nos anos que se seguiram ao colapso do Antigo Império. Seu nome (Khekheperre-soneb) é de tão formidável comprimento que se costuma designá-lo como o Sacerdote de Heliópolis. Foi o autor da mais antiga acusação contra a sociedade e do primeiro libelo contra as altas classes pela sua injustiça para com os pobres. "O homem pobre", dizia, "não tem força para livrar-se daquele que é mais forte do que ele." A miséria reina por toda a terra. Aqueles que nasceram para dirigir são degenerados e covardes. A própria sociedade é corrupta e complacente. O autor não recomenda reformas específicas, mas, como sugere Breasted, muitas de suas reflexões poderiam perfeitamente enquadrar-se nas obras dos críticos sociais de nossos dias.

Com a ascensão da XI Dinastia, cerca de 2.100 a.C., o Egito voltou a uma aparente ordem e prosperidade. É natural que a filosofia política da época reflita tão fagueira mudança. A mais famosa

amostra dessa filosofia é um trabalho que recebeu o título de Discurso do Camponês Eloqüente. É desconhecida sua autoria, mas provavelmente foi escrito a mando de um faraó inteligente que queria inculcar altos padrões de moralidade oficial nos seus súditos e impressionar o público com a justiça do seu governo. Foi composto em forma narrativa e conta a história de um camponês roubado por um funcionário inescrupuloso. A vítima apela para o superior do funcionário que, a instâncias do faraó, a anima a desabafar todas as suas queixas e a expor sua concepção da justiça administrativa. No decorrer do arrazoado o camponês afirma que os funcionários do estado têm as seguintes obrigações: agir como pais dos órfãos, maridos das viúvas e irmãos dos abandonados; prevenir o roubo e proteger o miserável; executar a punição dos que a merecem; julgar imparcialmente e não afirmar falsidades; promover um tal estado de harmonia e prosperidade que ninguém possa sofrer fome, frio ou sede. Os filósofos políticos têm emitido poucos conceitos sobre as funções dos dirigentes que sejam mais nobres do que estes. Não devemos supor que os sentimentos expressos fossem realmente dum camponês. A história é fictícia. A filosofia que contém reflete os ideais de um faraó esclarecido.

II. Ciência

Os ramos da ciência que primeiro ocuparam a atenção dos egípcios foram a astronomia e a matemática. Ambas se desenvolveram com fins práticos: prever a época das inundações do Nilo, traçar os planos das pirâmides e dos templos e resolver os intrincados problemas de irrigação e de controle público das funções econômicas. Os egípcios não eram cientistas puros. Tinham escasso interesse pela natureza do universo físico em si mesmo - fato que talvez explique os seus progressos medíocres na ciência da astronomia. Aperfeiçoaram o calendário solar, como já vimos, fizeram mapas dos céus, identificaram as principais estrelas fixas e conseguiram algum sucesso na determinação

exata das posições dos corpos celestes. Quase todas essas realizações se verificaram no período pré-dinástico do Antigo Império. Em tempos posteriores declinou o interesse pela astronomia.

A ciência da matemática foi mais largamente desenvolvida. Os egípcios lançaram os fundamentos de pelo menos duas das disciplinas matemáticas comuns: a aritmética e a geometria. Sabiam realizar as operações matemáticas da soma, subtração e divisão, apesar de nunca terem descoberto um modo de multiplicar mais prático do que aquele que consiste numa série de adições. Inventaram o sistema decimal, mas não possuíam um símbolo para o zero. As frações causavam-lhes alguma dificuldade: todas as de numerador maior do que 1 tinham que ser divididas em parcelas, cada uma com o 1, como numerador, antes de poderem ser usadas nos cálculos matemáticos. A única exceção era a fração $\frac{2}{3}$, que os escribas aprenderam a usar tal como se apresentava. Os egípcios compreendiam, também, a diferença entre a progressão aritmética e a geométrica e inventaram o ábaco. Alcançaram surpreendente habilidade na mensuração, computando com precisão as áreas dos triângulos, retângulos e hexágonos. Calculavam em 3.16 a razão entre a circunferência de um círculo e seu diâmetro. Aprenderam a calcular o volume das pirâmides e do cilindro, e até o volume do hemisfério.

O terceiro ramo da ciência em que os egípcios realizaram alguns trabalhos notáveis foi a medicina, apesar de ter sido lento, até o Médio Império, o progresso nessa especialidade. A primitiva prática da medicina era conservadora e corrompida em grande escala pela superstição, mas um documento datado de 1.700 a.C. revela uma concepção bastante adequada do diagnóstico e do tratamento científicos. Os médicos egípcios, freqüentemente, eram especialistas: alguns eram oculistas, outros dentistas, outros cirurgiões, especialistas em doenças do estômago etc. No decurso de seu trabalho fizeram numerosos descobrimentos de valor duradouro. Reconheceram a importância do coração e tiveram uma vaga idéia do significado da pulsação. Adquiriram certo grau de habilidade no tratamento de fraturas e realizaram operações

simples. Diversamente de alguns povos de épocas mais tardias, apontavam como causa das moléstias os fatores naturais. Descobriram o valor dos catárticos, observaram as propriedades curativas de numerosas drogas e compilaram a primeira farmacopéia que se conhece. Muitos de seus medicamentos, tanto científicos como mágicos, foram levados para a Europa pelos gregos e são ainda empregados pelos camponeses em regiões isoladas.

Os egípcios pouco fizeram em outros campos científicos. Apesar de serem realizado façanhas de engenharia que rivalizam com a perícia da mecânica moderna, seus conhecimentos de física eram os mais rudimentares possíveis. Conheciam o princípio do plano inclinado, mas ignoravam a roldana e, provavelmente, também, o rolo. Embora fosse pequeno o seu conhecimento de química, ao menos deram o nome a essa ciência. Deve também ser consignado, em seu favor, um considerável progresso na metalurgia, a invenção do relógio de sol e do de água, o fabrico do papel e do vidro. Com todas as suas deficiências como cientistas puros, igualaram realmente os romanos nas realizações práticas e foram muito além dos hebreus e dos persas.

III. Escrita e Literatura

Os egípcios desenvolveram sua primeira forma de escrita no período pré-dinástico. Esse sistema, conhecido como hieroglífico (termo derivado do grego, significando gravura sagrada), foi inicialmente composto de sinais pictográficos para designar objetos concretos. Gradualmente alguns desses sinais tomaram um sentido convencional e foram usados para representar conceitos abstratos. Outros caracteres foram introduzidos para designar sílabas separadas, que podiam ser combinadas para formar palavras. Finalmente foram adicionados, logo no início do Antigo Império, vinte e quatro símbolos, representando cada um deles um único fonema consonantal da voz humana. Assim o sistema hieroglífico de escrita, em época bem remota, veio a incluir três

tipos separados de caracteres: pictográficos, silábicos e alfabéticos.

A última etapa nessa evolução da escrita teria sido a separação dos caracteres alfabéticos dos não-alfabéticos e o uso exclusivo dos primeiros nas comunicações escritas. Os egípcios relutaram em dar esse passo decisivo. Suas tradições de conservantismo impeliavam-nos a seguir os antigos hábitos. Apesar de fazerem uso constante dos caracteres consonantais, não os empregavam comumente como um sistema independente de escrita. Isso foi deixado para os fenícios, que o fizeram 1.500 anos depois. Não obstante, deve ser atribuída aos egípcios a invenção do princípio do alfabeto. Foram eles os primeiros a perceber o valor dos símbolos singulares para representar sons isolados da voz humana. Os fenícios apenas adotaram esse princípio, basearam nele seu próprio sistema de escrita e difundiram a idéia entre as nações vizinhas. Em última análise, portanto, foi na verdade o alfabeto egípcio o antepassado de todos os demais que vieram a ser usadas no mundo ocidental. Os egípcios deixaram também dois outros sistemas de escrita além do hieroglífico: o hierático, que era uma forma cursiva de escrita empregada para fins práticos; e o demótico, que era uma forma simplificada e mais popular do hierático.

A literatura egípcia era em grande parte filosófica e religiosa. O primeiro tipo já foi discutido. Sem dúvida, os melhores representantes do segundo foram o Drama Menfítico, o Hino ao Rei-Sol, de Ikhnáton, e os hinos de devoção pessoal que sobreviveram do período do Novo Império. O Drama Menfítico, escrito por volta de 3.000 a.C., é um diálogo teológico no qual vários deuses discorrem sobre as doutrinas da religião solar. O objeto desse trabalho, aparentemente, era promover a adoração nacional do rei-sol Re. Seu tema predominante é a idéia que Re é o árbitro do destino humano, o autor do bem e o doador de vida ao "pacífico" e de morte "ao culpado". O Hino de Ikhnáton, composto pelo grande faraó reformador do século XIV a.C., é uma ode magnífica em louvor da majestade, da providência e da justiça de Áton, o "único deus perante o qual nenhum outro existe". Constitui

a suprema expressão do conceito egípcio do monoteísmo universal.

Uma literatura de qualidade emocional mais profunda e exemplificada pelos hinos de devoção pessoal, escritos durante os duzentos ou trezentos anos que se seguiram à morte de Ikhnáton. Esses hinos afirmam, igualmente, a crença num único Deus, mas o chamam pelo nome mais antigo de Amon e celebram antes sua adorável bondade do que seu esplendor e majestade. É aclamado como "o senhor da doçura que dá vida a todos os que ama" e dispensa seu carinho afetuoso às humildes criaturas. É misericordioso, prudente e justo, perdoa aqueles que imploram pelo seu nome. "Não me punas pelos meus inumeráveis pecados" é uma súplica comum a ele dirigida. Eis um excerto típico de um desses hinos:

Tu, oh Amon, és o senhor do silêncio
Que acodes ao chamado do pobre.
Quando, em minha aflição, chamo por ti,
Tu vens para salvar-me.
Dá, pois, alento a quem se prostra diante de ti,
E não deixes que eu caia em escravidão.

Ao lado dos trabalhos filosóficos e religiosos havia muitos escritos de caráter mais simples. Entre os vários tipos que chegaram até nós figuram canções populares cantadas pela gente simples durante o seu trabalho, histórias de viagens e aventuras, odes de vitória na guerra e encantadores versos de amor, que sugerem o estilo e a riqueza de imagens do Cântico dos Cânticos de Salomão. A mais famosa das composições individuais é a História dos Dois Irmãos, considerada por algumas autoridades como a fonte da história de José e da mulher de Putifar, do Velho Testamento. A literatura popular do Egito é especialmente significativa pela sua influência, pois grande parte de seu conteúdo foi copiado por povos orientais posteriores, e também pela luz que lança sobre a vida das camadas populares. Descreve o egípcio comum no seu estado normal de resignação satisfeita e de alegria

nos prazeres simples. Revela uma sociedade comparativamente liberta das formas grosseiras de tirania e ignorância. Temos a impressão de um padrão de vida que não era excessivamente pobre e mesquinho, e no qual ao menos a classe média podia adquirir os rudimentos de uma educação e escapar a uma vida de trabalho penoso e ingrato.

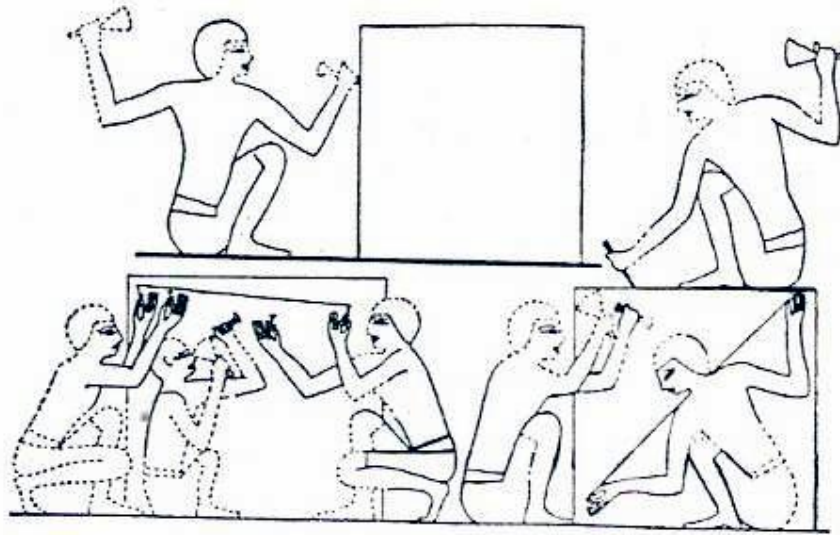
5. O SIGNIFICADO DA ARTE EGÍPCIA

Uma interpretação unilateral não bastaria para explicar o significado da arte egípcia. Seus fins eram variados e os ideais que se propunha representar mudavam com as variações das tendências da história política e social. Expressava, em geral, as aspirações de uma vida nacional coletivizada. Não era arte pela arte, nem servia para comunicar as reações do indivíduo em face dos problemas de seu mundo pessoal. Contudo, houve ocasiões em que foram destruídas as convenções de uma sociedade comunal e coube a supremacia a uma arte individual espontânea, sensível à beleza de uma flor ou ao idealismo irradiante de um rosto moço. Poucas vezes foi inteiramente abafado o talento egípcio para a reprodução fiel da natureza. Até o formalismo rígido da arquitetura oficial era geralmente suavizado por toques de naturalismo: as colunas imitando troncos de palmeiras, os capitéis de flores de loto e algumas estátuas de faraós não eram tipos convencionais, mas reproduções individuais.

Na maioria das civilizações em que os interesses da sociedade são colocados acima dos de todos os seus membros a arquitetura é, ao mesmo tempo, a arte mais típica e a mais altamente desenvolvida. O Egito não constituiu uma exceção. Tanto no Antigo como no Médio ou no Novo Império, os problemas de edificação absorveram o talento dos artistas. Ainda que a pintura e a escultura não fossem de modo algum primitivas, tinham, contudo, como função primária o embelezamento dos templos. Somente em certas oportunidades alcançaram a situação de artes independentes.

Exemplos característicos da arquitetura do Antigo Império são as pirâmides, a primeira das quais já devia estar construída em 2.700 a.C. Um espantoso acervo de trabalho e engenho foi despendido na sua execução. O historiador grego Heródoto calculava que tivessem sido empregados, durante 20 anos, para completar a pirâmide de Khufu (Quéops), em Gizé, 100.000 homens. Sua altura total atinge quase 150 m e mais de dois milhões de blocos de pedra calcária nela empregados estão ajustados com uma precisão que poucos pedreiros modernos poderiam repetir. Em alguns lugares a largura das juntas não ultrapassa um milésimo de polegada. Foi também necessário um alto grau de capacidade matemática e de engenharia para construir as complicadas passagens e abóbadas do seu interior.

Comumente o significado das pirâmides é mal compreendido. Há uma teoria corrente de que a falência do sistema econômico mal orientado compeliu os faraós a empregar seus súditos na edificação de inúteis monumentos de pedra. Mas essa teoria é refutada pelo fato de já estarem construídas as pirâmides quando a civilização egípcia se encontrava ainda na infância. Pode-se, certamente, encontrar algumas provas de decadência econômica no terceiro milênio a.C., mas o significado real das pirâmides era político e religioso. Sua construção foi um ato de fé que exprimia ambição de dar ao estado permanência e estabilidade. Tumbas indestrutíveis dos soberanos, acreditava-se serem elas garantias da imortalidade do povo, pois o faraó era a corporificação da vida nacional. É possível, também, que fossem destinadas a servir como símbolos da adoração do sol. Como as mais altas construções do Egito, captariam os primeiros raios do sol nascente e refleti-los-iam na direção do vale.



Canteiros talhando blocos de pedra. Quatro homens com maços e escopros estão dando aos blocos uma superfície lisa. À esquerda, em baixo, um deles é auxiliado por dois outros, que controlam a exatidão do seu trabalho. Estas figuras são de um mural de Tebas, datando de cerca de 1 500 a. C. (Metropolitan Museum of Art.)

Durante o Médio e o Novo Império, o templo tomou o lugar da pirâmide como forma principal de arquitetura. Não era mais considerada tão importante a conservação dos restos materiais do faraó, nem subsistia inteiramente a mesma fé crédula na identificação entre o governante e a nação. Por outro lado, havia quase o mesmo interesse pelas estruturas de proporções maciças que expressariam a força nacional e a crença na eternidade da cultura. Essas estruturas, porém, não eram tumbas. Os mais famosos exemplos delas foram os templos de Carnac e Luxor, construídos durante o Novo Império. Muitas de suas colunas gigantescas e ricamente lavradas ainda estão de pé como testemunhas silenciosas de um esplêndido talento arquitetônico.

O característico principal dos templos egípcios era o seu volume maciço. O templo de Carnac, com o comprimento de cerca de 400 metros, é o maior edifício religioso que já se construiu. Somente em sua nave central caberia qualquer das catedrais góticas da Europa. Mas, não obstante seu enorme vulto, não era ainda suficiente para satisfazer a paixão de grandeza dos seus construtores. Empregavam-se artifícios especiais para fazer com

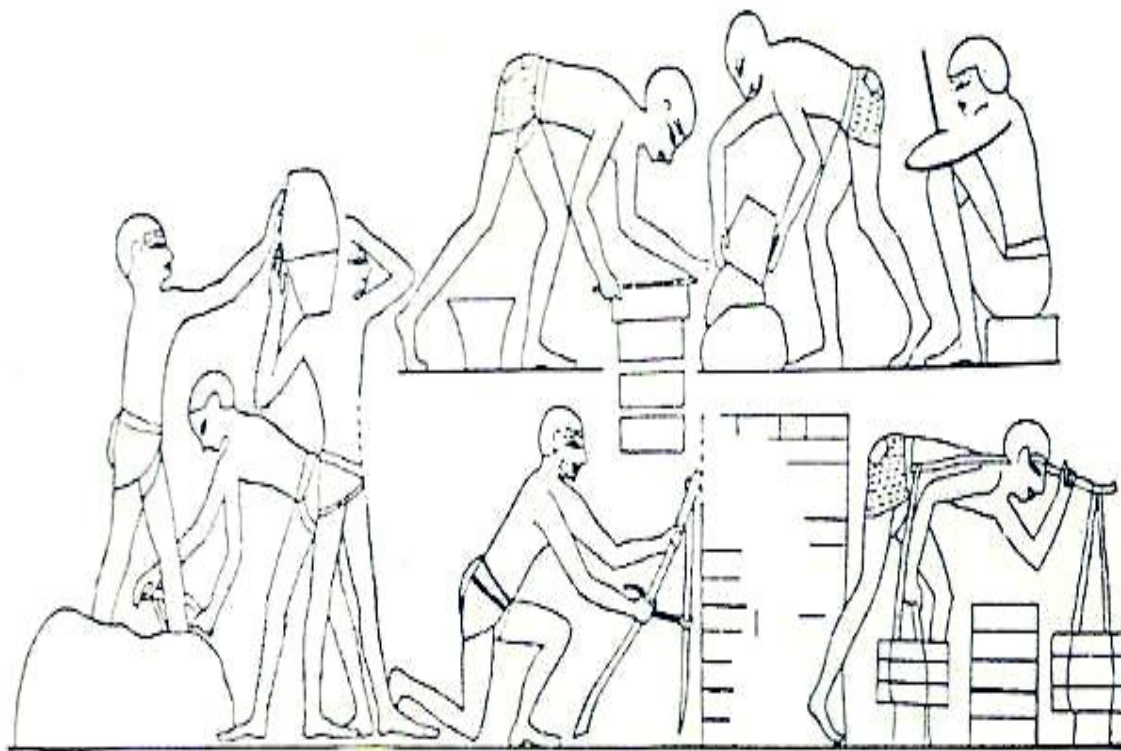
que o edifício parecesse maior do que realmente era. Como exemplo, podemos citar o seguinte: a altura do teto diminuía progressivamente a partir da entrada até o fundo, a fim de dar a ilusão de uma longa perspectiva e, por conseguinte, de uma vasta extensão do plano do piso. As colunas dos templos tinham proporções espantosas. A maior delas contava vinte metros de altura, com mais de 6 metros de diâmetro. Calculou-se que, nos capitéis que as completavam poderia ser acomodada uma centena de homens.

Os egípcios procuraram deliberadamente dar a seus templos excessiva grandeza em tamanho e solidez na construção. Não sacrificaram completamente a beleza e a proporção - grande parte da decoração é cheia de vida e, muitas vezes, o desenho mostra uma grande preocupação com a simetria. Mas a impressão de grandioso e de maciço era, evidentemente, o cuidado principal, sobretudo nos templos do Novo Império. Comprova esta conclusão o fato de não serem, de modo algum, os materiais usados na construção do templo, de consistência fraca ou precária. Não é que as paredes de muitos metros de espessura e as colunas de diâmetro enorme se tornassem necessárias por causa da escolha de um material capaz de esfarelar-se; ao contrário, os egípcios usavam unicamente a pedra mais dura. Somos levados a acreditar, em consequência, que a finalidade real do seu estilo de construção era simbolizar as concepções do orgulho nacional e da glória imperial, a força e a estabilidade do estado. Muitos outros povos imperialistas, como os assírios e os romanos, ambicionaram expressar a majestade de seus feitos em construções grandiosas. Talvez a tendência da arquitetura moderna, identificando beleza com grandeza, seja um reflexo de idêntico orgulho de conquista. Como já foi dito, a escultura e a pintura egípcia serviam principalmente como auxiliares da arquitetura. A primeira era muitíssimo prejudicada por convenções que lhe restringiam o estilo e o significado. As estátuas dos faraós eram comumente de tamanho colossal. As produzidas durante o Novo Império tinham alturas que variavam de vinte a trinta metros. Algumas delas eram coloridas para imitar a vida e, freqüentemente, tinham olhos

embutidos de cristal de rocha. Quase sempre as figuras apresentam-se rígidas, com os braços cruzados sobre o peito ou estendidos aos lados do corpo, os olhos fitos em frente. Os semblantes mostram-se, em geral impassíveis, não traindo qualquer emoção. Praticavam-se, freqüentemente, distorções anatômicas: o comprimento das coxas precisava ser aumentado, acentuadas as linhas retas dos ombros, ou então faziam-se todos os dedos das mãos de igual comprimento. As figuras dos relevos são ainda menos conformes com a natureza. O rosto apresenta-se de perfil, com o olho de frente; o torso acha-se em posição frontal, enquanto as pernas são representadas de perfil. Constituíam esses característicos as tendências gerais, devendo-se, porém, notar que não eram constantes. Ocasionalmente o artista conseguia bom êxito ao desafiar, em parte, as convenções, como o podem provar algumas imagens, de grande semelhança, dos últimos faraós. O exemplo mais notável é a bela cabeça, feita em pedra calcária, de Ikhnáton, encontrada alguns anos atrás em Amarna e que claramente retrata o misticismo sonhador da alma do grande reformista.

Não é difícil penetrar o significado da escultura egípcia. Sem dúvida, o tamanho colossal das estátuas dos faraós pretendia simbolizar sua força e a do estado que representavam. É significativo ter aumentado o tamanho dessas estátuas à medida que o império se expandia e que o governo se tornava mais absoluto. As convenções de rigidez e impassibilidade que dominavam não somente as estátuas dos soberanos, mas também as esculturas de caráter menos formalista, como a figura do Escriba sentado, pretendiam expressar uma vida nacional estável e imune ao tempo. Ali estava uma nação que, de acordo com o ideal, não era abalada em seus fundamentos pelas mudanças incertas da sorte, mas permanecia firme e imperturbável. Os retratos de seus chefes, conseqüentemente, não podiam demonstrar ansiedade, medo ou triunfo, mas uma calma imperturbável através dos tempos. Do mesmo modo, a deformação anatômica pode ser interpretada como uma tentativa deliberada para exprimir algum ideal nacional. Certamente não há razão para

se acreditar que fosse praticada por ignorância das leis de proporção ou por incapacidade de copiar as formas naturais. Muito possivelmente pretendiam negar a mortalidade. Julgava-se talvez que a existência eterna do povo dependia de serem seus líderes investidos de atributos que negassem sua morte como seres humanos comuns. O mais eloqüente artifício adotado com esse fim era a representação do corpo do faraó com uma cabeça de deus, mas outros exemplos de retratos idealísticos tinham provavelmente o mesmo objetivo.



Fabricação de tijolos secados ao sol. A lama do Nilo (em geral misturada com farelo ou palha) está sendo puxada com enxada, carregada em baldes e acumulada em montes. No chão, dispostos em fileira, estão três tijolos, do último dos quais está sendo retirada a fôrma de madeira que se usou para moldá-los. Sentado, um capataz com um bastão. Os tijolos prontos são carregados por meio de uma canga passada sôbre os ombros. De uma pintura mural de Tebas, cêrca de 1500 a. C. (Metropolitan Museum of Art.)

Ainda que a maior parte das pinturas egípcias tenha perecido, as que sobreviveram são bastante libertas de convenções políticas e religiosas. Certamente não eram dominadas por elas na mesma extensão que o eram a arquitetura e a escultura. A razão disso talvez possa ser encontrada no fato de se ter a pintura desenvolvido mais tarde e não ter tido tempo para ser oprimida por um grande acervo de tradições. A religião exerceu sua influência, mas de um modo positivo. As melhores pinturas foram as criadas durante o reinado de Ikhnáton e imediatamente depois dele. A doutrina desse rei reformador, com sua reverência pela natureza como obra feita pelas mãos de Deus, criara uma revivescência do naturalismo na arte, que se evidencia especialmente na pintura. Como resultado, os murais desse período revelam verdadeiro talento para a representação das cenas naturais. Têm um valor especial quando retratam o movimento. Apanhavam o flagrante do touro bravo saltando no pântano, a corrida doida do veado amedrontado e o nado fácil dos patos na lagoa. Mesmo as pinturas do grande templo de Luxor exerciam um atrativo semelhante sobre os sentidos; o teto azul cravejado de estrelas, as flores e árvores estampadas nas colunas e nas paredes testemunhavam quanto o artista sabia apreciar a beleza de seu ambiente natural.

6. VIDA SOCIAL E ECONÔMICA

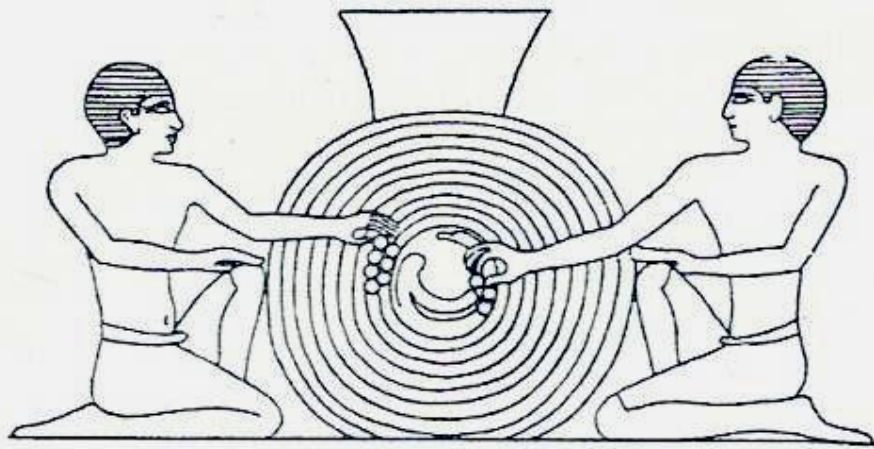
A organização social do Egito distinguia-se por um surpreendente grau de maleabilidade. Jamais se desenvolveu um sistema inflexível de casta. Todos os homens eram iguais perante a lei. Ainda que naturalmente existissem graus de desigualdade econômica, ninguém se sentia aprisionado para sempre na sua categoria social, a menos que se tratasse de um membro da família real. Mesmo os servos parece terem sido capazes de se elevar acima de sua humilde condição. Quanto aos homens livres, era comum passarem de uma condição a outra. Tal estrutura da sociedade diferia profundamente do regime estratificado que

existia em outras partes do Oriente, como, por exemplo, na Índia e na Mesopotâmia.

Durante a maior parte da história do Egito a população esteve dividida em cinco classes: a família real; os sacerdotes; os nobres; a classe média dos escribas, mercadores, artífices e lavradores; e, por último, a classe dos servos. No Novo Império foi adicionada uma sexta classe - a dos soldados profissionais, que se situavam imediatamente abaixo dos nobres. Nesse período foram também capturados milhares de escravos, e estes, durante certo tempo, formaram uma sétima classe. Desprezados tanto pelos homens livres como pelos servos, eram forçados a trabalhar nas pedreiras do governo e nas terras pertencentes aos templos. Aos poucos, no entanto, foram sendo alistados no exército e até no serviço pessoal do faraó. Desse modo, deixaram de constituir uma classe separada. A posição relativa das várias classes da sociedade mudava de tempos em tempos. No Antigo Império, os nobres e os sacerdotes tinham a supremacia entre todos os súditos do faraó. No Médio Império, foi a vez da classe comum. Escribas, mercadores, artífices e servos rebelaram-se contra os nobres e arrebataram concessões do governo. É especialmente digno de nota o papel preponderante que mercadores e indústrias desempenharam nesse período. A fundação do império propriamente dito, acompanhada, como foi, pela extensão das funções administrativas, deu origem à ascendência de uma nova nobiliarquia, formada principalmente por burocratas. O poder dos sacerdotes também cresceu com o desenvolvimento da magia e da superstição.



O abismo que separava o padrão de vida das classes superiores e inferiores do Egito era quase tão profundo quanto o conhecido hoje, na Europa e na América. Os nobres abastados viviam em esplêndidas vilas que se erguiam no meio de jardins fragrantes e bosques umbrosos. Sua alimentação constava de uma rica variedade de artigos como carne de toda espécie, aves domésticas, bolos, frutas, vinho, cerveja e doces. Comiam em vasilhas de alabastro, ouro e prata, e adornavam-se com tecidos suntuosos e jóias de valor. Contrastando com esta, a vida do pobre era na verdade miserável. Os operários das cidades viviam em bairros superpovoados, constituídos por choças de tijolos com teto de palha. Seus únicos trastes eram bancos, caixas e alguns jarros de cerâmica tosca. Os camponeses, nas grandes fazendas, gozavam uma vida onde era menor a concentração, mas não era maior a abundância.



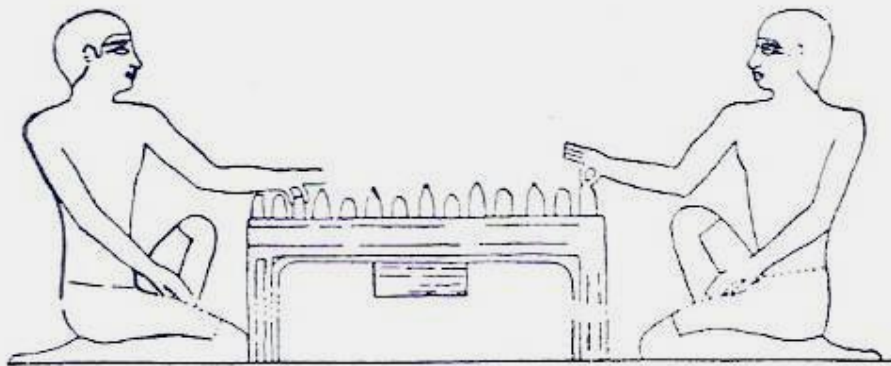
Jogo egípcio chamado "o vaso", que aqui se representa como sendo jogado num tabuleiro circular com pedrinhas esféricas. Desconhecem-se as regras do jogo. De um relêvo, mais ou menos de 2700 a. C. (Metropolitan Museum of Art.)

A unidade social básica entre os egípcios era a família monogâmica. Nenhum homem, nem mesmo o faraó, podia ter mais de uma esposa legal. A concubinação, no entanto, era uma instituição respeitada pela sociedade. As mulheres gozavam de uma situação verdadeiramente invejável, pois, na realidade, a família egípcia era quase matriarcal. A descendência traçava-se pela linha feminina e a autoridade do avô materno sobre os filhos era maior do que a do próprio pai. Foram os egípcios quase o único povo oriental que permitiu às mulheres a sucessão no trono. Outra prática social fora do comum era o casamento com pessoas da mesma família. O soberano, como filho do grande deus-sol, tinha que desposar uma irmã ou qualquer outra mulher de sua parentela próxima, a fim de que o sangue divino se não contaminasse. O resto da população comumente seguia hábito idêntico. Até agora os historiadores foram incapazes de descobrir quaisquer traços positivos de degenerescência racial causada por essa prática, sem dúvida por ser a raça egípcia, fisicamente, bastante forte para se mostrar imune a ela.

O sistema educacional desse antigo povo era mais ou menos o que se podia esperar duma sociedade altamente integrada. Mantidas pelo tesouro, existia um certo número de escolas

públicas organizadas para o ensino de milhares de escribas, que se faziam indispensáveis no papel de amanuenses e contadores, bem assim como nas funções administrativas do governo. Muitos deles também se empregavam a serviço dos proprietários de terras e dos homens de negócio mais importantes. Essas escolas eram franqueadas a todos os jovens promissores, sem qualquer consideração de classe. Ao que parece, a instrução era mantida gratuitamente pelo governo, dada a necessidade vital de homens preparados. Somente os assuntos de inteira utilidade incluíam-se no currículo, pois o fim não era a educação em seu sentido lato, mas o preparo prático. A despeito de suas limitações, essas escolas ofereciam aos moços pobres, mas talentosos, um meio de escapar a uma vida de trabalho sem esperança.

O sistema econômico dos egípcios repousava principalmente numa base agrária. A agricultura era variada e grandemente desenvolvida, e o solo produzia excelentes colheitas de trigo, cevada, painço, legumes, frutas, linho e algodão. Teoricamente, a terra constituía propriedade do rei, mas em períodos remotos este doara grande parte delas aos seus súditos e, por isso, na prática muitos indivíduos eram proprietários. O comércio não teve grande papel até 2.000 a.C., mas depois dessa data subiu rapidamente a uma importância de primeira plana. Estabeleceu-se um comércio florescente com a ilha de Creta, a Fenícia, a Palestina e a Síria. Os principais artigos de exportação consistiam em trigo, tecidos de linho e cerâmica fina. A importação limitava-se dum modo geral ao ouro, prata, marfim e madeira. A manufatura constituía um ramo da vida econômica de não menor significado que o comércio. Já em 3.000 a.C., grande número de pessoas eram ocupadas em atividades industriais, na maior parte em ofícios especializados. Em épocas posteriores, estabeleceram-se oficinas que empregavam vinte ou mais pessoas, sob o mesmo teto e com certo grau de divisão de trabalho. As indústrias principais eram a cantaria, a construção de navios e a manufatura de cerâmica, vidro e tecidos.



*Jogo de damas numa mesa baixa, com sete pedras para cada jogador. De um relêvo mural de 2700 a. C., aproximadamente.
(Metropolitan Museum of Art.)*

Desde épocas remotas os egípcios tinham feito progressos no aperfeiçoamento das técnicas de comércio. Conheciam elementos de contabilidade e de escrituração. Seus mercadores emitiam pedidos e recibos de mercadorias. Inventaram a escritura de propriedade, o contrato escrito e o testamento. Apesar de não possuírem nenhum sistema de cunhagem, chegaram a ter, não obstante, um padrão monetário. Argolas de cobre e de ouro, de moeda-argola egípcia o mais antigo sistema de circulação na história das civilizações. Provavelmente só era usado para as transações maiores. Os negócios simples dos camponeses e dos cidadãos mais pobres continuaram, sem dúvida, a se fazer na base da troca direta.

O sistema econômico egípcio sempre foi coletivista. Desde os mais remotos tempos as energias do povo foram dirigidas dentro de normas socialistas. Concebiam-se como idênticos os interesses do indivíduo e os da sociedade. As atividades produtivas da nação inteira giravam em torno das imensas empresas do estado e o governo por muito tempo continuou sendo o maior dos empregadores. Deve-se notar, contudo, que durante o Antigo e o Médio Império esse coletivismo não foi completo, deixando largo campo à iniciativa particular. Os mercadores dirigiam pessoalmente seus negócios; muitos artífices tinham lojas próprias

e, com o correr dos tempos, um número cada vez maior de camponeses elevaram-se à condição de lavradores independentes. O governo continuava a tomar conta das pedreiras e das minas, a construir pirâmides e templos e a lavrar as propriedades reais.

O mais alto desenvolvimento do controle estatal se deu com a fundação do Novo Império. A extensão que tomava o absolutismo militar e a crescente frequência das guerras de conquista aumentaram a necessidade de maiores rendas e de uma produção ilimitada de mercadorias. A fim de atender a essa necessidade, o governo estendeu seu controle sobre todos os departamentos da vida econômica. A totalidade das terras cultiváveis tornou-se propriedade do faraó, tanto em teoria como na prática. Ainda que vastos territórios fossem concedidos aos favoritos do rei, grande parte do solo era trabalhada por servos e escravos reais. A antiga classe média independente desapareceu quase por completo. Os serviços dos artífices eram reclamados para o levantamento dos magníficos templos e para a manufatura dos apetrechos de guerra, enquanto o comércio exterior se tornava monopólio do estado. À medida que o Império marchava para a ruína o governo absorvia cada vez mais as atividades econômicas do povo.

Exceto no reinado de Ikhnáton, sempre existiu uma aliança aviltante entre os faraós do Novo Império e os sacerdotes. Levados pela cobiça do poder e dos proveitos materiais, os membros da hierarquia eclesiástica apoiavam os imperadores em suas ambições de domínio despótico. Como recompensa era-lhes concedida isenção de tributos e uma grande parcela da riqueza nacional. Prisioneiros de guerra lhes eram entregues em tal número que chegaram a ser donos de dois por cento da população do país como escravos do templo. Além disso, recebiam dos seus generosos patronos uma sétima parte da terra arável, centenas de milhares de cabeças de gado e aproximadamente uma centena de navios. Empregavam grande número de artífices na manufatura de amuletos e de objetos funerários, que vendiam com enorme lucro aos devotos iludidos. É indubitável que essas empresas clericais significavam um sério desvio dos recursos nacionais e, por esse

motivo, contribuíram para a decadência econômica e social. Uma parte desproporcionada da riqueza do Egito estava sendo desperdiçada em propósitos estéreis da igreja e do estado, em preparativos para o além-túmulo e na conquista de um império.

7. AS REALIZAÇÕES EGÍPCIAS E SUA IMPORTÂNCIA PARA NÓS

Poucas civilizações antigas sobrepujam a egípcia em importância para o mundo moderno. Mesmo a influência dos hebreus não teve maior extensão. Da terra dos faraós vieram o germe e o estímulo de numerosas conquistas intelectuais dos tempos posteriores. A filosofia, a aritmética, a geometria, a astronomia, a escrita e a literatura tiveram seu marco inicial nessa época. Os egípcios desenvolveram, também, um dos mais antigos sistemas de jurisprudência e de teoria política. Aperfeiçoaram as conquistas práticas da irrigação e da engenharia, o fabrico de cerâmica, vidro e papel. Foram o primeiro povo a ter uma clara concepção da arte com fins outros que não os utilitários, e estabeleceram princípios arquitetônicos destinados a largo uso no futuro. Entre eles são notáveis a coluna, a colunata, o obelisco e o clerestório.

De maior significação ainda foram as contribuições egípcias no campo da religião e da ética individual e social. Com exceção dos persas, os habitantes das margens do Nilo foram o único povo do mundo antigo a erigir uma religião nacional em torno da doutrina da imortalidade da alma. Tanto os sacerdotes como os sábios egípcios foram os primeiros a pregar o monoteísmo universal, a providência divina, o perdão dos pecados e as recompensas e punições depois da morte. A teoria ética egípcia foi a fonte na qual várias nações foram buscar suas normas de moralidade pessoal e social, pois ela compreendia não somente a condenação do assassinio, do furto e do adultério, mas incluía, também, elevadas concepções de justiça, de benevolência e da igualdade de todos os homens.

Tão impressionante é o vulto das realizações egípcias que alguns historiadores, ardentes admiradores dessa cultura, chegaram à conclusão de que as civilizações posteriores se distinguiram principalmente pela sua falta de originalidade. De acordo com esse ponto de vista, os seres humanos nos últimos 3.000 anos pouco mais fizeram do que copiar e adaptar conhecimentos e descobertas herdadas do Egito. Pretende-se ter sido o vale do Nilo o nascedouro de cada instituição e crença. Que veio ocupar posição de importância fundamental na cultura das épocas mais recentes. Vêm-se ali a fonte das doutrinas básicas de todas as grandes religiões do mundo, os princípios do direito e da moralidade, os fundamentos do progresso científico (as formas de organização econômica). Presenteados com uma herança tão rica, todos os povos subsequentes seguiram o caminho do menor esforço e se contentaram em aplicar o que lhes foi transmitido pelo passado. Em última análise, tudo é explicado como sendo de origem egípcia. Embora seja essa interpretação claramente exagerada, pode prestar serviço prevenindo-nos contra uma possível subestima das contribuições duradouras da civilização egípcia.

Capítulo 4

A Civilização Mesopotâmica

A segunda das mais antigas civilizações do mundo foi, provavelmente, a que começou no vale do Tigre e do Eufrates mais ou menos em 3.500 ou 3.000 a.C. Por conveniência, os historiadores se referem a essa civilização como "mesopotâmica", embora seja às vezes o termo Mesopotâmia restringido à parte norte da terra que fica entre os dois rios. A civilização mesopotâmica era completamente diferente da egípcia. Sua história política é assinalada por interrupções bruscas. Sua composição racial era menos homogênea e sua estrutura social e econômica oferecia campo mais largo à iniciativa individual.

Talvez fossem mais profundas as diferenças entre os ideais, a religião e as atitudes sociais dos dois povos. A cultura egípcia era predominantemente ética; a mesopotâmica, jurídica. O desprezo dos egípcios pela vida, excetuando-se o período do Médio Império, era geralmente uma atitude de alegre resignação, relativamente liberta de superstições grosseiras. A atitude mesopotâmica, ao contrário, era melancólica, pessimista e inquietada por terrores mórbidos. Enquanto o nativo do Egito acreditava na imortalidade da alma e dedicava grande parte de seus esforços à preparação da vida futura, seu contemporâneo mesopotâmio vivia no presente e olhava com indiferença seu destino no além-túmulo. Finalmente, a civilização do vale do Nilo compreendia conceitos de monoteísmo, uma religião de amor e igualdade social; a do Tigre-Eufrates era mais egoísta e desdenhosa. Sua religião raramente ultrapassou o estágio dum politeísmo primitivo e seus ideais de justiça se limitavam em grande parte à observância literal dos termos de um contrato.

1. HISTÓRIA POLÍTICA

Os pioneiros no desenvolvimento da civilização mesopotâmica foram os chamados sumerianos, que se estabeleceram na parte

baixa do vale do Tigre-Eufrates, entre 3.500 e 3.000 a.C. Sua origem precisa é desconhecida, mas parece que vieram do planalto da Ásia Central. Falavam uma língua sem relação com qualquer outra por nós conhecida, muito embora sua cultura apresentasse certa semelhança com a mais primitiva civilização da Índia. Com pequena ou nenhuma dificuldade subjugaram os nativos que já se achavam no vale, um povo misterioso que acabava de emergir da fase neolítica.

Mais ou menos em 2.550 a.C. os sumerianos foram dominados por Sargão I, chefe de uma nação semítica que se havia estabelecido numa região do vale conhecida por Acad. Foi esse o prelúdio da fundação do primeiro grande império semítico na Ásia Ocidental, pois logo depois Sargão submeteu os elamitas e todos os outros povos do norte da Síria até o Mediterrâneo. Mas, como tantos outros estados que tiveram suas raízes na conquista, esse império foi de curta duração. A morte de Sargão foi o sinal para a primeira de uma série de revoltas sumérias. Não obstante serem essas revoltas sufocadas, enfraqueceram o estado e abriram o caminho para a sua destruição pelos guti, um feroz povo bárbaro do norte. Finalmente, cerca de 2.300 a.C., os sumerianos, tendo à frente a cidade de Ur, rebelaram-se com sucesso contra o governo dos guti e estabeleceram seu poder sobre todo o território de Sumer e Acad. O mais famoso rei do novo estado foi Dungi, que se atribuiu o grandiloquente título de "rei das quatro regiões da terra" e tentou repetir as façanhas militares de Sargão I.

O novo império sumério não sobreviveu à morte de Dungi. Foi anexado pelos elamitas no século XXI e, mais ou menos no ano 2.000 a.C., conquistado por um povo semita conhecido pelo nome de amoritas, que vieram das orlas do deserto da Arábia. Desde a época em que fizeram da povoação de Babilônia a capital de seu império, são comumente chamados babilônios ou antigos babilônios, para distingui-los dos neobabilônios ou caldeus, que ocuparam o vale muito mais tarde. A ascensão dos antigos babilônios inaugurou a segunda fase importante da civilização do Tigre-Eufrates. A dominação dos sumerianos encerrara-se nessa época, embora sobrevivesse grande parte da sua cultura. Os

babilônios estabeleceram um estado autocrático e durante o reino de Hamurabi, seu mais famoso rei, estenderam seu domínio no norte até a Assíria. Mas depois dessa época o império entrou em franco declínio, até que finalmente foi destruído pelos cassitas, aproximadamente em 1.750 a.C.

Com a queda dos antigos babilônios sobreveio um período de retrocesso, que durou seiscentos anos. Os cassitas eram bárbaros e não demonstraram nenhum interesse pelas realizações culturais de seus predecessores. A sua única contribuição foi a introdução do cavalo no vale do Tigre e do Eufrates. A antiga cultura teria morrido completamente se não fosse em parte adotada por outro povo semita que, já pelas alturas de 3.000 a.C., fundara um pequenino império no planalto de Assur, cerca de 800 quilômetros a montante do rio Tigre. Esse povo veio a chamar-se assírio e a sua posterior ascensão ao poder marcou o início do terceiro estágio no desenvolvimento da civilização mesopotâmica. Mais ou menos em 1.300 a.C., começaram a se expandir e logo depois se fizeram donos de todo o vale do norte. No século X conquistaram o que ainda restava em poder dos cassitas, na Babilônia. Seu império alcançou o auge nos séculos VIII e VII, sob Sargão II (772-705 a.C.), Senaqueribe (705-681) e Assurbanipal (668-626), chegando a incluir quase todo o mundo civilizado da época. Um após outro, caíram vítimas das proezas militares desses imperadores, a Síria, a Fenícia, o Reino de Israel e o Egito. Somente o pequeno Reino de Judá foi capaz de resistir às hostes de Nínive, provavelmente devido a um surto de peste nas fileiras do exército de Senaqueribe.

Ainda que brilhantes, os sucessos dos assírios não perduraram muito. Os novos territórios foram tão rapidamente anexados que o império logo atingiu um tamanho impossível de se governar. Ora, o gênio dos assírios para o governo era inferior ao seu gosto pela conquista. As nações subjugadas se ressentiam do despotismo cruel que lhes fora imposto e, como desse o império sinais de desagregação interna, decidiram reconquistar sua liberdade. O golpe de morte foi dado pelos kaldi ou caldeus, uma nação de semitas que se estabelecera no sudeste do vale dos dois rios. Sob

o comando de Nabopolassar, que servira aos imperadores assírios como governador provincial, organizaram uma revolta e finalmente capturaram Nínive em 612 a.C.

Nabopolassar teve como sucessor seu filho Nabucodonosor, que governou até 562 a.C. Durante o reinado deste último os caldeus estabeleceram o seu domínio sobre um novo império cosmopolita no Oriente Próximo. Os últimos vestígios da autoridade dos assírios foram eliminados em todas as partes mais importantes do Crescente Fértil. Mesmo o Reino de Judá, que com tanto sucesso desafiara os "lobos" assírios, seria fácil presa da energia implacável de Nabucodonosor. O templo de Jerusalém foi saqueado e incendiado e o rei Zedequias, depois de lhe tirarem a vista, marchou com muitos milhares de seus súditos para o cativeiro na Babilônia.

Mas o império dos caldeus não sobreviveu por muito tempo à morte do maior de seus chefes. Durante o governo de sucessores de Nabucodonosor a nação entregou-se ao saudosismo, à adoração dos feitos dos antigos babilônios, que, por ignorância, eram reverenciados como avoengos. Contendas ciumentas surgiram entre os imperadores e os sacerdotes, e os medos, uma nação tributária da fronteira de leste, iniciaram uma série de distúrbios. A maior razão do declínio do império caldeu foi, porém, a cobiça insaciável de seu fundador. Essa ambição de poder e de glória o levou a repetir os desatinos dos monarcas assírios que o precederam, conquistando um império desmesurado e humilhando povos orgulhosos. As palavras escritas na parede, que se diz ter Baltasar visto no seu famoso festim, teriam servido para Nabucodonosor.

Em 539 a.C. ruiu o império dos caldeus, após uma existência de menos de um século. Foi derrubado por Ciro, o Persa, "sem batalha e sem luta", como ele próprio declarou. A fácil vitória parece ter sido possibilitada pelo auxílio dos judeus e pela conspiração dos sacerdotes da Babilônia para entregar a cidade a Ciro, como um ato de vingança contra o rei caldeu, cuja política não lhes agradava. Parece que também os membros de outras classes influentes consideraram os persas como libertadores.

Embora o estado persa incorporasse todos os territórios que anteriormente tinham feito parte dos impérios mesopotâmicos, ele incluía, além deles, muitas outras províncias. Além disso, foi o veículo de uma cultura nova e diferente. Portanto, a queda da Caldéia deve ser considerada como o marco final da história política da Mesopotâmia.

2. ORIGENS SUMÉRIAS DA CIVILIZAÇÃO

Mais do que a qualquer outro povo, a civilização mesopotâmica deve sua feição aos sumerianos. Muito do que costumava ser atribuído aos babilônios e aos assírios, sabe-se, agora, ter sido desenvolvido pela nação que os precedeu. O sistema de escrita era de origem suméria e também a religião, as leis e grande parte das práticas científicas e comerciais. O talento criador dos conquistadores subseqüentes manifestou-se, de modo particular, apenas na evolução das técnicas de governo e das táticas militares, assim como no desenvolvimento das artes.

Através da maior parte de sua história os sumerianos viveram numa frouxa confederação de cidades-estados, unida unicamente para fins militares. À frente de cada uma estava um patesi, que acumulava as funções de primeiro sacerdote, comandante do exército e superintendente do sistema de irrigação. Ocasionalmente, um desses governadores, mais ambicioso, teria estendido seu poder sobre um certo número de cidades e assumido o título de rei. No entanto, foi só na época de Dungi, mais ou menos em 2.300 a.C., que todos os sumerianos se uniram sob a autoridade única de um chefe da sua nacionalidade.

O sistema econômico sumério era relativamente simples e ensejava um campo mais largo aos empreendimentos individuais do que geralmente se concebia no Egito. A terra nunca fora propriedade exclusiva do rei, quer na prática, quer teoricamente. Nem o comércio nem a indústria constituíam monopólio do governo. Por outro lado, as massas populares pouco tinham que pudessem considerar de sua propriedade. Os servos contavam-se

em grande número, porém mesmo aqueles que eram nominalmente livres não gozavam de uma situação muito melhor, uma vez que eram forçados a pagar altas taxas e a trabalhar em obras públicas. A escravidão, no sentido estrito da palavra, não era uma instituição importante. Muitos dos que eram considerados como escravos não passavam, na realidade, de servos que haviam hipotecado sua pessoa por dívidas. Não parece que formassem uma classe muito degradada. Podiam ter propriedades, trabalhar por salário quando seu amo não tinha necessidade deles e até casar com mulheres livres. Sem dúvida, a grande maioria era de nacionalidade suméria, fato que ajuda a explicar esse tratamento bastante liberal.

A agricultura era o principal interesse econômico da maior parte dos cidadãos, sendo os sumerianos ótimos lavradores. Devido ao seu conhecimento de irrigação, conseguiam fartas colheitas de cereais e de frutos subtropicais. Sendo a terra dividida em grandes propriedades que se achavam nas mãos dos governantes, dos padres e dos oficiais do exército, o cidadão rural médio ou era um rendeiro ou um servo. No comércio estava a segunda fonte da riqueza nacional. Um ativo intercâmbio se estabelecera com todos os países vizinhos, girando em torno da troca de metais e de madeiras, procedentes do norte e do oeste, por produtos agrícolas e mercadorias manufaturadas das regiões inferiores do vale. Quase todas as técnicas usuais de negócios tinham grande desenvolvimento; usavam-se habitualmente faturas, recibos, notas promissórias e cartas de crédito. O costume requeria que as transações fossem confirmadas em contrato escrito, assinado por testemunhas. Os mercadores empregavam vendedores que viajavam até regiões distantes e vendiam mercadorias em comissão. Em todas as transações maiores serviam como dinheiro barras ou lingotes de ouro e de prata, sendo a unidade-padrão de troca um siclo de prata, do valor aproximado de dois dólares ao câmbio moderno.

A mais alta realização dos sumerianos foi o seu sistema de leis. Esse produto de uma evolução gradual dos usos locais foi incorporado finalmente numa compilação de leis por Dungi, depois

dos meados do terceiro milênio. Sobreviveram na sua forma original somente alguns fragmentos dessa compilação, mas o famoso código de Hamurabi, o rei babilônico, é hoje tido como não sendo mais do que uma revisão do código de Dungi. Posteriormente, esse código tornou-se a base do direito de quase todos os povos semitas: babilônios, assírios, caldeus e hebreus. Eis aqui o que se deve considerar como sendo os característicos principais do direito sumério:

(1) A lei de talião - "olho por olho, dente por dente, braço por braço etc.".

(2) Administração da justiça em caráter semiprivado. Incumbia à própria vítima ou à sua família trazer o ofensor à justiça. O tribunal funcionava principalmente como árbitro na disputa entre o queixoso e o réu, e não como um agente do estado para manter a segurança pública, embora os agentes da lei pudessem auxiliar a execução da sentença.

(3) Desigualdade perante a lei. O código dividia a população em três classes: patrícios ou aristocratas; burgueses ou cidadãos comuns; servos e escravos. As penalidades eram aplicadas de acordo com a classe da vítima, mas também, em alguns casos, de acordo com a classe do ofensor. A morte ou a mutilação de um patrício era uma ofensa muito maior do que um crime semelhante cometido contra um burguês ou um escravo. Por outro lado, sendo um patrício o ofensor, era ele punido mais severamente do que o seria um homem de situação inferior pelo mesmo crime. A origem dessa curiosa lei provavelmente se baseava em considerações de disciplina militar. Uma vez que os patrícios eram oficiais do exército e, conseqüentemente, os principais defensores do estado, não era admissível que dessem livre curso às suas paixões ou se abandonassem a uma conduta dissoluta.

(4) Distinção insuficiente entre o homicídio accidental e o intencional. O acusado não era punido com a pena de morte, mas

tinha de pagar uma multa à família da vítima, baseando-se isso, aparentemente, na teoria de serem os filhos propriedade dos pais e as esposas, propriedade dos maridos.

Tanto quanto o direito, a religião dos sumerianos ilustra as concepções sociais e o caráter da cultura desse povo. Não, conseguiram desenvolver uma religião de alta espiritualidade; ela, entretanto, ocupava um lugar importante em sua vida. Para começar, era politeísta e antropomórfica. Acreditavam num dado número de deuses e deusas, tendo cada um deles uma personalidade distinta, com atributos humanos. Para citar alguns, temos Shamash, o deus do sol; Enlil, o senhor da chuva e do vento; Istar, a deusa do princípio feminino na natureza. Ainda que os sumerianos tivessem uma divindade especial da peste na pessoa do deus Nergal, sua religião era realmente monística, no sentido de considerar todas as divindades como capazes tanto do bem como do mal. Shamash, por exemplo, como deus do sol, dava calor e luz em benefício do homem, mas podia também mandar seus raios abrasadores para crestar o solo e secar as plantas tenras antes que se tivesse tempo de colher seus frutos. O dualismo religioso, envolvendo a crença em divindades inteiramente separadas do bem e do mal, só apareceu, na civilização mesopotâmica, muito depois.

A religião suméria destinava-se exclusivamente não oferecia qualquer esperança quanto à outra uma existência meramente temporária, num lugar desolado e sombrio que mais tarde veio a se chamar Sheol. Lá, as almas dos mortos permaneciam um certo tempo, talvez durante uma geração ou coisa parecida, e depois desapareciam. Ninguém podia almejar a ressurreição num outro mundo e uma existência eterna e feliz como compensação aos males desta vida; a vitória da tumba era completa. De acordo com essa crença, os sumerianos não dispensavam qualquer cuidado particular aos corpos de seus mortos. Não se praticava a mumificação nem se construíam túmulos complicados. Os cadáveres eram, comumente, enterrados sob o piso da casa, sem caixão e com muito poucas coisas para o uso da alma.

Nem o conteúdo espiritual nem o ético representavam papel de real importância nessa religião. Como vimos, os deuses não eram seres superiores, mas criaturas vazadas no molde humano, com larga dose das fraquezas e das paixões do homem mortal. Tampouco eram os objetivos da religião mais espirituais. Não ministrava bênçãos sob a forma de consolação, elevação da alma ou união com Deus. Quanto a beneficiar o homem, só o fazia na forma de proveitos materiais: colheitas abundantes e prosperidade nos negócios. Do mesmo modo, as doutrinas e formas de adoração eram quase todas destituídas de significado ético. A religião não prescrevia nem impunha padrões de moralidade. As obrigações impostas aos indivíduos eram principalmente rituais. Posto que os deuses freqüentemente se irritassem com os homens e desencadeassem sua ira sobre eles, esta não era provocada por ofensas aos mandamentos divinos, mas ao fato de o homem não mostrar o respeito devido às divindades e não atender às necessidades destas.

A verdadeira natureza da religião suméria é revelada nas famosas narrativas épicas da Criação e do Dilúvio, que, posteriormente, serviram de base a muitas histórias hebraicas do Velho Testamento. O mito da Criação conta o triunfo mágico do Deus Marduc sobre os deuses ciumentos e covardes que o criaram, a formação do mundo com os despojos de um de seus rivais mortos, e finalmente, para dar de comer aos deuses, a confecção do homem com barro e sangue de dragão. Toda essa narrativa era grosseira e revoltante, não apresentando nada que apelasse para o senso espiritual ou moral. Rivalizava com ela em barbarismo a versão suméria do Dilúvio. Cheios de inveja do homem, os deuses resolveram destruir completamente a raça dos mortais, afogando-os. Um deles, no entanto, revelou o segredo a um habitante da terra, seu favorito, ensinando-lhe a construir uma arca para a salvação da sua pessoa e da sua espécie. A inundação imperou durante sete dias, até que toda a terra ficou coberta pela  gua. Os próprios deuses "se agachavam como cães de encontro à parede". Finalmente o turbilhão sossegou e as águas baixaram. O homem favorito e seus irmãos saíram da arca e ofereceram um sacrifício

em ação de graças. Esfomeados, devido à longa privação de alimentos, os deuses "aspiraram o doce cheiro e juntaram-se como moscas sobre o sacrifício", decidindo nunca mais cometerem a loucura de tentar a destruição do homem.

No campo da atividade intelectual os semerianos não realizaram grande coisa. Produziram, no entanto, um sistema de escrita que estava destinado a ser usado durante milhares de anos após o desaparecimento de sua nação. É a famosa escrita cuneiforme, que consiste em caracteres em forma de cunha, gravados em tabuletas de argila com uma haste de ponta quadrada. Apesar de ser a princípio um sistema pictográfico, pouco a pouco se transformou num conjunto de sinais silábicos e fonéticos, orçando aproximadamente em trezentos e cinqüenta. Nenhum alfabeto jamais se derivou dele. Os sumerianos nada escreveram que merecesse o nome de filosofia, mas iniciaram-se, de maneira rudimentar, no campo científico. Descobriram os processos de multiplicação e divisão e até a extração da raiz quadrada e cúbica. Seus sistemas de numeração e de pesos e medidas era duodecimal, com o número sessenta como unidade mais comum. Inventaram o relógio de água e o calendário lunar, sendo este último uma divisão inexata do ano em meses, baseada nos ciclos lunares. A fim de harmonizá-lo com o ano solar, de tempos a tempos adicionava-se um mês extraordinário. A astronomia era pouco mais do que astrologia e a medicina, um curioso misto de ervanaria e magia. O receituário dos médicos consistia principalmente em feitiços para exorcizar os espíritos maus que se acreditava serem a causa das moléstias.

Como artistas, os sumerianos salientaram-se nos trabalhos de metal, na lapidação de pedras preciosas e na escultura. Produziram alguns espécimes notáveis de arte naturalista em suas armas, vasos, jóias, e também representações de formas humanas e animais que revelam ao mesmo tempo habilidade técnica e dotes de imaginação. Evidentemente, as convenções religiosas não tinham então qualquer influência proibitória e, por isso, o artista ainda podia seguir livremente seus impulsos. A arquitetura, por outro lado, era nitidamente inferior, devido, sem dúvida, às

limitações impostas pela escassez de bons materiais de construção. Uma vez que não havia pedra no vale o arquiteto dependia de tijolos secados ao sol, cujas possibilidades decorativas eram naturalmente escassas. O edifício sumério característico, amplamente copiado pelos seus sucessores semitas, foi o ziggurat, uma construção em forma de torre composta de sucessivos terraços, erigida sobre uma plataforma e encimada por um pequeno templo. A construção era maciça, de linhas monótonas, e revelava pouco engenho arquitetônico. Os túmulos reais e as casas particulares apresentavam maior originalidade. Nesses é que se empregavam ocasionalmente as invenções suméricas do arco, da abóbada e da cúpula, e até a coluna, às vezes, era usada.

3. AS “CONTRIBUIÇÕES” DOS ANTIGOS BABILÔNIOS

Apesar de os antigos babilônios constituírem uma nação estrangeira, viveram em contato com os sumerianos um tempo bastante longo para serem profundamente influenciados por eles. Não possuíam cultura própria digna deste nome quando chegaram ao vale e, em geral, apropriaram-se simplesmente do que os sumerianos já tinham desenvolvido. Com tão excelentes bases para a formação de uma cultura poderiam ter realizado progressos notáveis, mas isso não aconteceu. Quando encerraram sua história, a civilização do vale do Tigre-Eufrates não se achava mais avançada do que nos tempos em que ali chegaram.

Em primeiro lugar, entre as mudanças significativas que os antigos babilônios introduziram na sua herança cultural podem ser mencionadas a renovação política e a do direito. Como conquistadores militares, mantendo em sujeição numerosas nações vencidas, julgaram necessário estabelecer um estado consolidado. Os vestígios do antigo sistema de autonomia local foram varridos e a autoridade do rei de Babilônia tornou-se suprema. Adotou-se um sistema de tributação régia, bem como o

serviço militar obrigatório. O sistema de leis também foi transformado de acordo com as novas condições. Cresceu a lista de crimes contra o estado e os funcionários do rei desempenharam um papel mais ativo na apreensão e punição dos infratores, ainda que fosse impossível ser qualquer criminoso perdoado sem o consentimento da vítima ou de sua família. Aumentou consideravelmente a severidade das penas, em especial contra os crimes que envolvessem sinais de traição ou sedição. Infrações aparentemente triviais como "vadiagem" e "desordem numa taberna" tornavam-se puníveis de morte, sem dúvida pela crença de que poderiam alimentar atividades desleais ao rei. Enquanto sob a lei suméria o acoitamento de escravos fugitivos era punível somente com uma multa, a lei babilônia transformou-o em crime capital. De acordo com o código sumério, o "escravo que contestasse os direitos do amo sobre a sua pessoa devia ser vendido; o código de Hamurabi prescrevia que lhe fosse cortada a orelha. O adultério também foi transformado em infração grave, ao passo que na lei suméria não levava necessariamente ao divórcio. Em alguns particulares o novo sistema legal revelou certo progresso. As mulheres e crianças vendidas por dívida não podiam ser conservadas sob escravidão por mais de quatro anos, enquanto a escrava que tivesse um filho do amo absolutamente não podia ser vendida.

As leis dos antigos babilônios refletiam também, de certo modo, um desenvolvimento mais amplo do comércio que o existente na cultura anterior. A prova de que aqueles que negociavam por lucro gozavam de uma posição privilegiada na sociedade está no fato de serem as cláusulas do código de Hamurabi baseadas no princípio: "o comprador que se acautele". Os legisladores babilônios não acreditavam, todavia, num regime de competição livre. O comércio, as transações bancárias e a indústria eram submetidos a uma regulamentação cuidadosa pelo estado. Havia leis concernentes à sociedade comercial, ao armazenamento e à mediação, leis referentes a escrituras, testamentos, empréstimos de dinheiro a juros e ainda uma grande quantidade de outras leis. Quem negociasse sem um contrato escrito ou sem testemunhas podia

ser punido com a morte. A agricultura, que ainda constituía a ocupação da maioria dos habitantes, também não escapava à regulamentação. O código prescrevia penalidades ao não cultivo de um campo e ao negligenciamento dos diques e canais. Tanto a propriedade pública da terra quanto a posse privada eram permitidas; mas, qualquer que fosse o proprietário, o rendeiro era obrigado a pagar como aluguel dois terços de tudo o que produzisse.

A religião sofreu nas mãos dos antigos babilônios numerosas mudanças, tanto superficiais como profundas. Divindades veneradas pelos sumerianos foram esquecidas e outras erigidas em substituição. Marduc, primitivamente deus local da cidade de Babilônia, foi elevado à mais alta hierarquia. Istar continuou sendo a deusa principal. Tamuz, seu irmão e amante, que não tivera significado especial na religião suméria, tornou-se nessa época a terceira das divindades mais importantes. Sua morte no outono e ressurreição na primavera simbolizavam a morte e a revivescência da vegetação. Mas a morte e a ressurreição do deus tinha mais do que um significado simbólico; ao menos vagamente, eram concebidas como as causas reais dos próprios processos da natureza. Não continham, no entanto, qualquer significado espiritual, não prometendo a ressurreição dos mortos ou a imortalidade da alma. Os antigos babilônios não desprezavam o mundo do além menos que os sumerianos.

Igualmente digno de nota foi o aumento da superstição. A astrologia, a previsão do futuro e outras formas de magia cresceram de importância. Uma consciência mórbida do pecado substituiu aos poucos a atitude essencialmente amoral dos sumérios. Além disso, houve um incremento na adoração dos demônios. Nergal, o deus da peste, chegou a ser considerado como um monstro terrível que buscava todas as oportunidades para abater suas vítimas. Hordas de outros demônios e espíritos malévolos escondiam-se na escuridão e cruzavam os ares, espalhando no seu caminho o terror e a destruição. Não havia defesa contra eles, exceto os sacrifícios e os sortilégios mágicos. Se o antigo babilônio não inventou a feitiçaria, foi pelo menos o

primeiro povo "civilizado" a dar-lhe um lugar de grande importância. As leis prescreviam a pena de morte contra ela e há provas de ter sido bastante temido o poder dos feiticeiros. Se o desenvolvimento da demonologia e da feitiçaria se deveu a um aumento de insalubridade do clima do vale dos dois rios ou se à própria mentalidade sombria do povo, é questão sem resposta, mas é provável que a primeira seja a melhor explicação.

Parece não haver dúvida quanto a ter sofrido a civilização mesopotâmica, nos seus aspectos culturais e artísticos, um declínio parcial durante o período da dominação babilônica. Não foi este o primeiro exemplo de retrocesso cultural na história, mas foi um dos mais flagrantes. Nada de importância foi adicionado às descobertas científicas dos sumerianos e algumas delas parecem ter sido abandonadas ou esquecidas. A literatura demonstrou algum progresso sobre as obras anteriores, principalmente na famosa epopéia de Gilgamesh, narração dos grandes feitos de um aventureiro sobrenatural. Embora a maioria das lendas fosse de origem suméria, os poetas babilônios é que as vazaram num vigoroso estilo descritivo. Uma espécie de protótipo do Livro de Jó, o chamado Jó Babilônio, também foi escrito nesse período. Conta a história de um piedoso sofredor que é castigado pelos deuses sem saber por que e contém maduras reflexões sobre o desamparo do homem e os mistérios impenetráveis do universo. Não deixa de ter mérito como um exemplo de filosofia oriental. A arte, por outro lado, decaiu francamente. Os babilônios careciam de interesse criador e de talento para emular o frescor e a habilidade dos entalhes e gravações dos sumerianos. Além disso, a escultura achava-se dominada pelas convenções religiosas e políticas, o que sufocava toda originalidade.

4. A TRANSFORMAÇÃO TRAZIDA PELO IMPÉRIO ASSÍRIO

Foram os assírios que, entre todos os povos da área mesopotâmica, depois da época dos sumerianos, passaram pela

mais completa evolução autônoma. Durante vários séculos eles levaram uma existência relativamente isolada no seu pequeno planalto da parte superior do vale do Tigre. Com o tempo vieram a cair sob a influência dos babilônios, mas não antes de estar o curso de sua própria história em parte fixado. Conseqüentemente, o período da supremacia assíria (de mais ou menos 1.300 a 612 a.C.) teve um caráter mais pronunciado que qualquer outra era da história mesopotâmica.

Os assírios eram antes de tudo uma nação de guerreiros, não por diferirem racialmente dos outros povos semitas. mas, graças às condições especiais de seu próprio ambiente. Sua situação apresentava notável semelhança com a dos japoneses modernos, salvo quanto a viverem num planalto em vez dum arquipélago. Os recursos limitados de sua terra natal e o perigo constante de ataques por parte de nações hostis da circunvizinhança forçaram-nos a desenvolver hábitos belicosos e ambições imperialistas no momento em que a população começou a ultrapassar as possibilidades de subsistência. Portanto, não é de se estranhar fosse ilimitada a sua cobiça territorial. Quanto mais conquistavam, mais sentiam a necessidade de conquistar a fim de proteger o que já haviam ganho. Cada êxito feliz excitava a ambição e robustecia mais do que nunca as cadeias do militarismo. O desastre era inevitável.

As exigências da guerra determinaram o traço característico da organização assíria. O estado era uma grande máquina militar. Os comandantes do exército constituíam, ao mesmo tempo, a classe mais rica e mais poderosa. Não só participavam da pilhagem de guerra, mas também freqüentemente lhes eram concedidas imensas propriedades como recompensa de suas vitórias. Ao menos um deles, Sargão II, atreveu-se a usurpar o trono. As forças militares em si mesmas representavam a última palavra em matéria de preparação bélica. O exército permanente excedia em número ao de qualquer outra nação do Oriente Próximo. Armamentos novos e aperfeiçoados e técnicas de combate superiores conferiam aos soldados assírios vantagens insuperáveis. Espadas de ferro, arcos pesados; longas lanças,

aríetes, fortalezas sobre rodas e couraças, escudos e capacetes metálicos, eis alguns exemplos do seu poderoso equipamento.

Mas espadas, lanças e máquinas bélicas não eram seus únicos instrumentos de combate. Os assírios também lançavam mão do terror como meio de subjugar o inimigo. Infligiam aos soldados capturados em batalha e, às vezes, também aos não combatentes, crueldades indescritíveis, como o esfolamento em vida, o empalamento, a amputação das orelhas, narizes e órgãos sexuais e, depois, exibiam em gaiolas as vítimas mutiladas, para servir de advertência às cidades que ainda não se tinham rendido. O relato dessas crueldades não é tirado de histórias horripilantes propaladas por seus inimigos, mas dos próprios documentos assírios. Seus cronistas ufanavam-se delas como de triunfos e o povo os tinha como garantias de segurança e de poder. Eis aí por que os assírios foram a nação mais odiada da antiguidade.

O pacifismo tem muito proveito a tirar da história militar da Assíria. Não há melhor ilustração da inutilidade da preparação bélica e do delírio da força bruta. Poucas vezes o declínio de um império foi tão veloz e tão completo, pois, a despeito dos seus magníficos armamentos e da liquidação dos seus inimigos, o período assírio de esplendor imperial durou pouco mais de um século. Nação após nação conspirou contra eles e, finalmente, conseguiram sua destruição. Seus inimigos exerceram tremenda vingança. A região toda foi tão intensamente saqueada e o povo tão completamente escravizado ou exterminado, que se torna difícil distinguir na história subsequente qualquer influência assíria. O poder e a segurança, que se pretendia alcançar por meio da força militar, provaram ser, afinal, uma irrisão. Se a Assíria fosse totalmente indefesa o seu destino não poderia ter sido pior.

Tão completamente absorvidos pelas atividades militares, os assírios inevitavelmente descurariam, de certo modo, as artes pacíficas. O progresso que conseguiram foi em grande parte condicionado por fatores bélicos. Não houve maior desenvolvimento da indústria e do comércio, pois os assírios desprezavam tais ocupações como inferiores à dignidade de um povo militar. Em contraste com os milhares de tijoletas comerciais

deixadas pelos antigos babilônios, somente umas poucas centenas foram encontradas em Nínive. O mínimo de indústria e de comércio que se não podia dispensar foi deixado aos arameus, um povo intimamente ligado aos fenícios e aos hebreus. Quanto aos assírios, preferiam obter seu sustento da agricultura. O sistema latifundiário incluía tanto propriedades públicas como privadas. Por razões não muito claras, os templos possuíam a maior parte das terras cultivadas. Apesar de também serem extensas, as propriedades da coroa eram constantemente diminuídas pelas doações a oficiais do exército. Numerosos cidadãos particulares possuíam, também, propriedades livres.

Nem a ordem econômica, nem a social eram sólidas. As freqüentes campanhas militares esvaíam as energias e os recursos da nação. Com o decorrer do tempo os oficiais do exército tornaram-se uma aristocracia farta, que delegava seus deveres a subordinados e se devotava a prazeres e esbanjamentos. A influência estabilizadora de uma classe média próspera e inteligente era afastada pela lei que só permitia aos estrangeiros dedicar-se a atividades comerciais. Ainda mais sério, talvez, foi o tratamento dispensado às classes mais baixas: os servos e os escravos. Os primeiros compreendiam a massa da população rural. Alguns deles cultivavam determinados tratos do domínio de seus amos e ficavam com uma parte do que produziam. Outros nada possuíam, nem mesmo um pedaço de terra para cultivar, dependendo, para prover à própria subsistência, da procura de braços para o trabalho de cada estação. Eram todos extremamente pobres e sujeitos ao trabalho adicional obrigatório nas obras públicas e ao serviço militar obrigatório. Os escravos, que formavam principalmente uma classe de trabalhadores urbanos, dividiam-se em dois tipos diferentes: os escravos domésticos, que executavam trabalhos caseiros e às vezes empreendiam negócios para seus amos, e os prisioneiros de guerra. Os primeiros não eram numerosos, sendo-lhes concedida grande liberdade e até mesmo a posse de propriedades. Os últimos suportavam miséria maior. Presos por pesados grilhões,

eram compelidos a trabalhar até à exaustão na construção de estradas, canais e palácios.

Nunca se comprovou se os assírios adotaram ou não o direito dos antigos babilônios. Sem dúvida foram influenciados por ele, mas muitas feições características do código de Hamurabi tinham desaparecido completamente, em especial a lei de talião e o sistema de graduação das penalidades de acordo com a classe da vítima e do ofensor. Enquanto os babilônios prescreviam as mais drásticas punições para os crimes de incitamento à traição ou à sedição, os assírios as reservavam para infrações tais Como o aborto ou as perversões, provavelmente pelo interesse militar de prevenir o declínio da taxa de natalidade. Outro contraste é apresentado pelas leis assírias, que garantiam uma maior sujeição da mulher: as esposas eram tratadas como bens dos maridos, o direito de divórcio era exclusividade do homem, permitia-se a poligamia e a todas as mulheres casadas era proibido aparecer em público sem um véu na face. Esse foi, de acordo com o Prof. Olmstead, o início da segregação oriental das mulheres.

É fácil de compreender que uma nação militar como a dos assírios não tivesse alcançado um lugar de projeção no campo das realizações intelectuais. A atmosfera das campanhas militares não é favorável à reflexão ou à pesquisa desinteressada, ainda que possam as exigências do sucesso nas campanhas levar a um certo acúmulo de conhecimentos pela necessidade de se resolverem os problemas práticos. Em tais circunstâncias, os assírios realizaram algum progresso científico. Parece que dividiram o círculo em 360 graus e que localizavam pontos da superfície da terra por meio de qualquer coisa parecida com as nossas coordenadas geográficas. Reconheceram e deram o nome a cinco planetas e conseguiram certo êxito da previsão dos eclipses. Visto que a sanidade dos exércitos é coisa importante, a medicina recebeu atenção considerável. Mais de 500 drogas, tanto vegetais como minerais, foram catalogadas, com indicações para seu uso. Foram descritos os sintomas de várias doenças, que geralmente se atribuíam a causas naturais, embora fossem comumente empregados como métodos de cura os

encantamentos e se prescrevessem misturas repugnantes para a expulsão de demônios.

No domínio da arte os assírios sobrepujaram os antigos babilônios e, ainda que sob forma diferente, pelo menos igualaram o trabalho dos sumerianos. A escultura foi a arte mais desenvolvida, em especial no tocante aos baixos-relevos. Estes representavam incidentes dramáticos da guerra e da caça, com extrema fidelidade à natureza e vívida reprodução do movimento. Os assírios deleitavam-se em retratar a bravura fria do caçador em face do maior perigo, a ferocidade dos leões acossados e a agonia e morte dos animais feridos. Por infelicidade, essa arte se limitava quase completamente aos dois temas: guerra e esporte. Seu fim era glorificar os empreendimentos da classe dominante. A arquitetura classificava-se em segundo lugar do ponto de vista da excelência artística. Os palácios e os templos assírios eram construídos de pedra, em vez de tijolos de barro como nos velhos tempos. Seus característicos principais eram o arco e a cúpula. A coluna também foi usada, mas nunca com grande sucesso. O principal defeito dessa arquitetura era a sua grandeza excessiva que, parece, os assírios consideravam como sinônimo de beleza.

A cultura assíria atingiu seu auge no século VII, sob o reinado de Assurbanipal. Homem possuidor de consideráveis dotes de espírito, foi talvez o único soberano assírio a devotar alguma atenção ao ensino e às artes. Ordenou a seus escribas que coligissem todos os escritos babilônicos, sobre qualquer assunto, e os trouxessem para a biblioteca real de Nínive. Quando necessário, autorizava revisões tendentes a harmonizar o antigo ensino com os conhecimentos mais modernos. Sob o patrocínio de Assurbanipal a biblioteca real veio a conter mais de 22.000 tabuletas. Muitas delas eram fórmulas mágicas, mas incluídas no lote encontravam-se milhares de cartas, documentos comerciais e crônicas militares. O próprio rei escreveu uma autobiografia e numerosas cartas que revelam certo talento literário. Contudo, a mais importante das composições originais assírias eram as narrativas de campanhas militares, que, na sua forma adornada ao

extremo e deliberadamente exagerada, representam uma das mais primitivas tentativas de literatura histórico-patriótica.

5. A RENASCENÇA CALDAICA

A civilização mesopotâmica entrou em seu estágio final com a destruição da Assíria e o estabelecimento da supremacia caldaica. Esse estágio é comumente chamado neobabilônico, porque Nabucodonosor e seus seguidores restauraram a capital em Babilônia e tentaram reviver a cultura da época de Hamurabi. Como era de esperar, a tentativa não foi bem sucedida. A metamorfose assíria havia imprimido a essa cultura vários traços profundos e inapagáveis. Além disso, os caldeus tinham a sua própria história, à qual não podiam fugir inteiramente. Não obstante, conseguiram ressuscitar um certo número de velhas instituições e ideais. Restauraram a antiga lei e a literatura, o essencial da forma de governo dos antigos babilônios e o sistema econômico de seus supostos antepassados, com a predominância da indústria e do comércio. Não foram capazes de ir além.

Na religião é que o fracasso dos caldeus foi mais nítido. Apesar da restauração de Marduc no seu posto tradicional de chefe da hierarquia sagrada, o sistema de crença era pouco mais do que superficialmente babilônico. O que os caldeus realmente fizeram foi desenvolver uma religião astral. Os deuses foram despidos de suas limitações humanas e exaltados como seres transcendentais e onipotentes. Chegaram a ser identificados com os próprios planetas. Marduc se tornou Júpiter; Istar, Vênus; e assim por diante. Posto que não de todo alheios ao homem, perderam, é certo, o caráter de seres humanos que podiam ser lisonjeados e coagidos pela magia. Governavam o universo de um modo quase mecânico. Embora suas intenções imediatas fossem algumas vezes discerníveis, seus fins últimos eram inescrutáveis.

Dois resultados verdadeiramente significativos derivaram dessas pasmosas concepções. O primeiro foi uma atitude de fatalismo. Uma vez que os atos dos deuses ficavam além da compreensão,

tudo o que o homem tinha a fazer era resignar-se com sua sorte. Cumpria, por conseguinte, submeter-se de maneira absoluta aos deuses, neles confiar cegamente, na vaga esperança de que os resultados finais seriam bons. Desse modo surge, pela primeira vez na história, a concepção da piedade como submissão, concepção que foi adotada por diversas outras religiões, como veremos nos capítulos subseqüentes. Para os caldeus não implicava ela nenhum significado supraterrâneo: a resignação às calamidades desta vida não valiam de justificação na outra. Os caldeus não tinham interesse algum pela vida futura. A submissão podia trazer algumas recompensas terrestres, mas tal como a concebiam, em essência, não era meio para alcançar qualquer fim. Era antes a expressão de uma atitude de desespero, de humildade em face de mistérios impenetráveis.

O segundo grande resultado do incremento de uma religião astral foi o desenvolvimento de uma consciência espiritual mais forte, como revelam os hinos de penitência de autores desconhecidos e as orações atribuídas a Nabucodonosor e a outros reis, como intérpretes da nação que eram. Na maioria desses escritos apela-se para os deuses como seres elevados que se preocupam com a justiça e a retidão dos homens, embora nem sempre se delineie nítida a distinção entre a moral ritual e a moral genuína. Sustentou um historiador que esses hinos teriam sido usados pelos hebreus com pequenas variações, exceto quanto à substituição do nome do deus caldeu pelo de lavé.

Com os deuses promovidos a um plano tão alto, talvez fosse inevitável que se rebaixassem os homens. Criaturas possuidoras de corpos mortais não podiam ser comparadas a seres transcendentais, impassíveis, que habitavam as estrelas e guiavam os destinos da terra. O homem era uma criatura rasteira, mergulhada na iniquidade e na covardia, e raramente merecedora de se aproximar dos deuses. A consciência do pecado, presente já nas religiões babilônico-assíria, atingiu nessa época a um grau de intensidade quase patológica. Nos hinos, os filhos do homem são comparados a prisioneiros, amarrados de pés e mãos, consumindo-se na escuridão. Seus pecados são "sete vezes sete".

Sua miséria é aumentada pelo fato de sua natureza corrupta os arrastar ao pecado impremeditado. Nunca, até então, se haviam considerado os homens tão irremediavelmente depravados, nem fora a religião sobrecarregada por tão triste concepção da vida.

É bastante curioso não ter, ao que parece o pessimismo dos caldeus afetado gravemente sua moral. Tanto quanto se sabe, eles não se abandonaram aos rigores do ascetismo. Não mortificavam a carne, nem mesmo praticavam o abandono de si mesmo. Aparentemente, tinham como certo que o homem não podia evitar o pecado, por mais que o tentasse. Mostram-se tão presos aos interesses materiais da vida e à busca dos prazeres dos sentidos quanto os povos que os precederam. Parece, mesmo, que foram ainda mais cobiçosos e sensuais. Referências ocasionais à reverência, à benevolência e à pureza do coração como virtudes, à opressão, à calúnia e à ira como vícios, aparecem em seus hinos e preces, mas de mistura com concepções ritualistas de limpeza ou falta de limpeza e com expressões do desejo de satisfações físicas. Quando os caldeus oravam, nem sempre era por poderem os deuses torná-los bons, mas, com maior frequência, porque eles lhes poderiam conceder longos anos, descendência numerosa e uma vida de prazeres.

Ao lado da religião, a cultura caldaica diferia da dos sumerianos, babilônios e assírios principalmente no que diz respeito às realizações científicas. Os caldeus foram, sem dúvida, os mais capazes cientistas de toda a história mesopotâmica, apesar de se limitarem suas conquistas principalmente à astronomia. Criaram o mais perfeito sistema de registro cronológico até então imaginado, inventando a semana de sete dias e a divisão do dia em doze horas duplas, de 120 minutos cada uma. Guardaram assentamentos minuciosos de suas observações dos eclipses e de outros fenômenos celestes durante mais de 350 anos, até muito depois da queda do império. Duas de suas mais notáveis realizações foram efetuadas por astrônomos cujos nomes chegaram até nós. No século VI a.C. Nabu-Rimannu calculou a duração correta do ano com uma aproximação de vinte e seis

minutos, e mais ou menos uma centena de anos depois Kidinnu descobriu e provou a variação anual da inclinação do eixo da terra. A força instigadora da astronomia caldaica era a religião. O principal objetivo dos mapas celestes e da coleção de dados astronômicos era descobrir o futuro que os deuses tinham preparado para a raça humana. Sendo os próprios planetas deuses, podia-se melhor adivinhar o futuro pelo movimento dos corpos celestes. Por essa razão a astronomia era principalmente astrologia. Outras ciências, que não a astrologia, continuavam em situação inferior, por não se relacionarem intimamente com a religião. Em particular a medicina mostrou pequeno adiantamento além do alcançado pelos assírios. A mesma coisa quanto aos restantes aspectos da cultura caldaica. A arte distinguia-se apenas por sua maior magnificência. A literatura, dominada pelo gosto das antiguidades, revelava uma monótona falta de originalidade. Os escritos dos antigos babilônios foram extensamente copiados e reeditados, mas ganharam pouca coisa de novo.

6. O LEGADO MESOPOTÂMICO

Não obstante a qualidade relativamente inferior da civilização mesopotâmica, sua influência foi pouco menor que a do Egito. De uma ou de outra das quatro nações mesopotâmicas recebemos um considerável número de nossos elementos culturais mais comuns: o ano de doze meses, a semana de sete dias; o fato de os mostradores de nossos relógios conterem os números de um até doze, correspondentes à divisão caldaica do dia em doze horas duplas; a crença nos horóscopos; a superstição de fazer o plantio de acordo com as fases da lua; os doze signos do zodíaco; o círculo de 360 graus; e o processo aritmético da multiplicação.

A influência exercida por eles em várias nações da antiguidade foi ainda mais significativa. Os persas sofreram profundamente a influência da cultura caldaica. Os hititas, que ajudaram os cassitas na destruição dos babilônios mais ou menos em 1.750 a.C., adotaram as tabuletas de argila, a escrita cuneiforme, a epopéia de

Gilgamesh e muito da religião da nação que conquistaram. A religião babilônica influenciou também os fenícios, como se evidencia da adoração de Astarte (Istar) e Tamuz. Dos sumerianos ou dos antigos babilônios, os cananeus herdaram grande parte de seu direito e também muitas de suas crenças religiosas. Os principais herdeiros da cultura mesopotâmica foram, porém, os hebreus. Provavelmente já pelas alturas de 1.400 a.C., um de seus patriarcas, Abraão, viveu por algum tempo em Ur, cidade do baixo Eufrates. Numerosos traços mesopotâmicos foram também adquiridos indiretamente, através do contato com os cananeus e com os fenícios. Foi, possivelmente, desse modo que os hebreus se apoderaram das lendas da Criação e do Dilúvio e dum sistema de direito que tinham sua origem última na civilização mesopotâmica. Uma influência ainda maior foi exercida durante o período do Cativeiro, de 586 a 539 a.C. No espaço desses 47 anos os judeus viveram, pela primeira vez, em contato íntimo com uma nação rica e poderosa. A despeito do ódio aos opressores, adotaram inconscientemente muitos de seus costumes. Há provas, por exemplo, de que a predileção dos judeus pelo comércio foi adquirida por influência da cultura mercantil da Babilônia. Além disso, muita coisa do simbolismo, pessimismo, fatalismo e demonologia dos caldeus passou para a religião de Judá, corrompendo-a grandemente.

As instituições e crenças mesopotâmicas exerceram também sua influência sobre os gregos e os romanos, embora de modo indireto. A filosofia estóica, com suas doutrinas do determinismo e do pessimismo, deve ter refletido esta influência em certa medida, pois seu criador Zenão era semita, provavelmente um fenício. Melhor exemplo duma origem mesopotâmica possivelmente será encontrado em práticas romanas tais como a adivinhação, a adoração de planetas como deuses e o uso do arco e da abóbada. Muitos desses elementos foram introduzidos entre os romanos pelos etruscos, povo de origem asiática ocidental. Outros foram trazidos pelos próprios romanos em consequência de suas campanhas militares na Ásia Menor. Comprova-se a existência, ao menos nos últimos séculos da história imperial, de nativos da

região mesopotâmica residindo em Roma, pelo fato de usarem os romanos o nome de "caldeu" como sinônimo de "astrólogo" e de recorrerem a eles em numerosas ocasiões, como previsores do futuro.

Capítulo 5

A Civilização da Pérsia Antiga

A Caldéia, como vimos, foi a última nação a apresentar uma cultura essencialmente mesopotâmica. Em 539 a.C. os persas conquistaram o vale dos dois rios e, logo depois, todo o império dos reis caldeus. A civilização estabelecida pelos persas foi, porém, uma civilização realmente nova. Conquanto adotassem muita coisa do patrimônio caldeu, não fizeram qualquer esforço concomitante para preservar intacta a antiga cultura e introduziram muitos elementos novos, oriundos de outras fontes. Sua religião era inteiramente diversa, enquanto sua arte se compunha de elementos tomados de quase todos os povos que haviam conquistado. Não levaram avante o interesse caldeu pela ciência, nem pelo desenvolvimento dos negócios e da indústria. Finalmente, convém lembrar que o império dos persas incluía muitos territórios que nunca tinham sido submetidos aos reis caldeus.

1. O IMPÉRIO E SUA HISTÓRIA

Relativamente pouca coisa se conhece a respeito dos persas antes do século VI a.C. Até essa época parece terem levado uma existência obscura e pacífica na costa oriental do Golfo Pérsico. Sua terra natal oferecia vantagens muito modestas. A leste era enclausurada por altas montanhas e sua costa não possuía portos. Os vales férteis do interior, no entanto, eram capazes de oferecer farta subsistência a uma população limitada. Exceto quanto ao desenvolvimento de uma religião bem arquitetada, esse povo pouco progredira culturalmente. Não possuía sistema de escrita, mas falava um idioma intimamente relacionado com o sânscrito e com as línguas da Europa antiga e moderna. Somente por essa razão é que é classificado como um povo indo-europeu. Na aurora de sua história não constituía uma nação independente, pois eram

os persas vassallos dos medos, um povo aparentado com eles que regia um grande império do norte, a leste do rio Tigre.

Em 559 a.C. um príncipe chamado Ciro tornou-se rei de uma tribo persa do sul. Aproximadamente cinco anos depois, fez-se governador de todos os persas e, então, concebeu a ambição de dominar os povos vizinhos. Ficou na história como Ciro o Grande, um dos mais sensacionais conquistadores de todos os tempos. Dentro do pequeno espaço de vinte anos fundou um vasto império, maior do que qualquer outro que já existira. É impossível acreditar que seu êxito se devesse inteiramente à força de sua própria personalidade. Para começar, foi aceito pelos medos como rei logo depois de se tornar monarca dos persas. As razões disso não são bem conhecidas. De acordo com várias tradições, era neto ou genro de um rei medo. Talvez um vago sentimento de consanguinidade nacional impelisse medos e persas a se unirem sob um chefe comum. Seja como for, a "conquista" dos medos por Ciro foi realizada com tão pequena oposição que pouco mais significou que uma mudança de dinastia. Ciro aproveitou-se também da dissensão interna do estado caldeu, como salientamos no capítulo precedente, e do estado de decadência dos impérios do Oriente Próximo. Além disso, as condições geográficas da terra dos persas eram particularmente propícias à idéia do imperialismo. A área limitada de terra fértil, a falta de outros recursos e as ricas regiões vizinhas convidando à conquista tomavam virtualmente inevitável que a nação rompesse os limites de seu território primitivo logo que começou a se fazer sentir a pressão da pobreza. A primeira das conquistas autênticas de Ciro foi o império da Lídia, que ocupava a metade ocidental da Ásia Menor e separava-se da terra dos medos somente pelo rio Hális. Percebendo as ambições dos persas, Creso, o famoso rei da Lídia, determinou iniciar uma guerra preventiva para salvar sua nação da conquista. Estabeleceu alianças com o Egito e Esparta, feito o que consultou o oráculo grego de Delfos sobre a conveniência de um ataque imediato. Segundo Heródoto, o oráculo respondeu que se ele atravessasse o Hális e assumisse a ofensiva, destruiria um grande exército. Assim o fez, mas o exército destruído foi o seu. Suas forças foram

completamente derrotadas e seu pequeno e próspero reino anexado como província do estado persa. Sete anos depois, em 539 a.C., Ciro aproveitou-se de descontentamentos e conspirações no império caldeu para submeter a cidade de Babilônia. Sua vitória foi fácil, pois teve, dentro da própria cidade, a ajuda dos judeus e dos sacerdotes caldeus insatisfeitos com a política de seu rei. A conquista da capital caldéia tornou possível estender rapidamente o controle sobre todo o império e, desse modo, anexar o Crescente Fértil aos domínios de Ciro.

O grande conquistador morreu em 529 a.C., aparentemente vítima de ferimentos recebidos numa guerra com tribos bárbaras. Logo depois uma série de perturbações pôs em perigo o estado que fundara. Como muitos construtores de impérios, tanto anteriores como posteriores, ele devotara demasiada energia à conquista e muito pouca ao desenvolvimento interno. Sucedeu-o no trono seu filho Cambises, que conquistou o Egito em 525 a.C. Durante a ausência do novo rei uma revolta alastrou-se por todas as suas possessões asiáticas. Caldeus, elamitas e até os medos esforçavam-se para reaver a sua independência. O primeiro ministro do reino, incitado pelos sacerdotes, organizou um movimento para dar posse do trono a um pretendente que não passava de um títere dos conspiradores. Sabendo do que acontecia na sua terra, Cambises regressou do Egito com suas tropas mais fiéis, mas foi assassinado em viagem. A mais séria das revoltas foi finalmente esmagada por Dario, um poderoso nobre que matou o pretendente e apossou-se do trono.

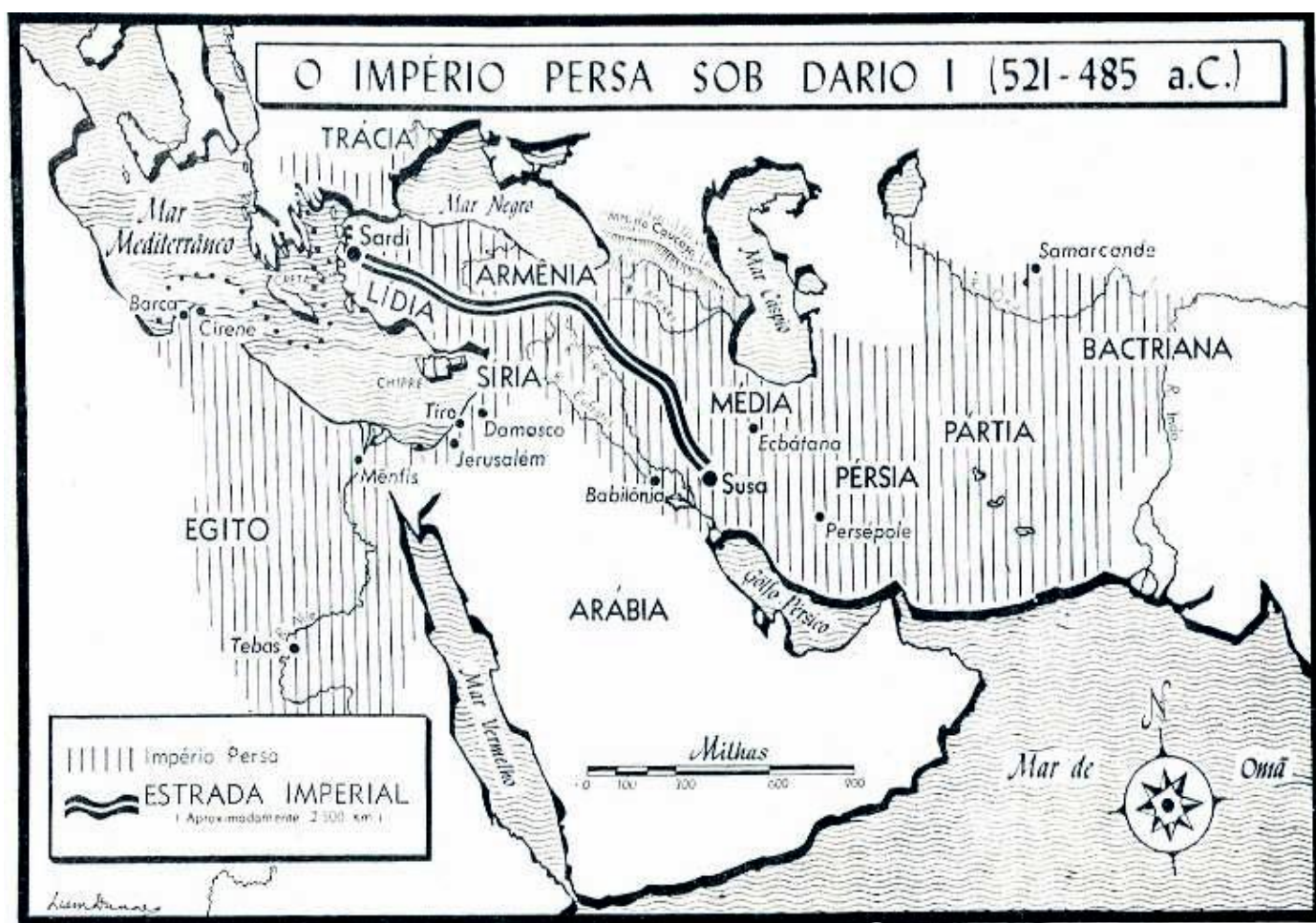
Dario I, ou o Grande, como é um tanto inexatamente chamado, dominou o império de 521 a 486 a.C. Ocupou os primeiros anos de seu reinado em reprimir revoltas de povos submetidos e em reforçar a organização administrativa do estado. Em ambas essas tarefas conseguiu êxito considerável, mas suas ambições de poder levaram-no longe demais. A pretexto de reprimir as incursões dos citas, atravessou o Helesponto, conquistou uma grande parte da costa da Trácia e dessa forma provocou a hostilidade dos atenienses. Além disso, aumentou a opressão sobre as cidades jônicas da costa da Ásia Menor, que tinham caído sob o domínio

persa com a conquista da Lídia. Interferiu em seu comércio, impôs-lhes tributos mais pesados e forçou os seus cidadãos a servir nos exércitos imperiais. O resultado imediato foi uma revolta das cidades jônicas, com o apoio de Atenas. Quando Dario tentou punir os atenienses pela sua participação na rebelião, encontrou-se envolvido numa guerra com quase todos os estados da Grécia. A derrota decisiva dos persas nessa guerra foi o ponto de reversão de sua história. A força ofensiva do império esfacelou-se definitivamente e, como os interesses do povo estivessem centralizados em torno da glória militar, desapareceu a influência unificadora. A nação submergiu lentamente na estagnação e na decadência. O último século e meio de sua existência foi assinalado por assassinios freqüentes, revoltas de governos provinciais e invasões de bárbaros, até que finalmente, em 330 a.C., sua independência foi aniquilada pelos exércitos de Alexandre Magno.

Muito se escreveu sobre a liberalidade e a eficiência do governo persa, mas parece duvidoso que tenha sido bastante superior às dos governos de outros impérios anteriores. Mesmo sendo verdade que nem Ciro nem qualquer de seus sucessores tenha imitado o terrorismo dos assírios, a política dos déspotas persas não era isenta de opressão. De outro modo, teria sido algo difícil justificar a freqüência das insurreições contra eles. O certo é que eles impuseram elevados tributos às nações conquistadas, no valor de 700 talentos de prata anuais para o Egito e de 1.000 talentos para a Caldéia, para não falar no fato de terem forçado os cidadãos dessas nações a servir no exército e de os terem excluído dos empregos públicos. Desvantagens como essas mal contrabalançam o privilégio de manter os costumes, as leis e as religiões locais, que os persas concediam aos povos subjugados.

Em teoria, o rei persa era um monarca absoluto que governava pela graça do deus da luz. Nenhuma constituição ou princípio de justiça limitava sua autoridade soberana. Na prática, porém, devia deferência aos principais nobres do reino e dispensar alguma consideração aos costumes antigos e às leis tradicionais dos medos e dos persas. Para efeitos de administração local o império

era dividido em vinte e uma províncias, cada uma das quais se encontrava sob o mando de um sátrapa ou governador civil. Apesar de absoluto em todos os assuntos de jurisdição civil, o sátrapa não tinha autoridade militar. As forças militares eram confiadas ao comandante das guarnições em toda a província. Como uma salvaguarda adicional designava-se um secretário para cada província a fim de examinar a correspondência do sátrapa e denunciar quaisquer provas de deslealdade. E, finalmente, para maior segurança, o rei enviava inspetores especiais uma vez por ano, com uma poderosa guarda, a fim de visitar cada província e investigar a conduta do governo.



Esses funcionários, conhecidos como Olhos e Ouvidos do Rei, eram geralmente membros da família real ou outras pessoas em quem o monarca podia depositar toda a confiança. Apesar de trabalhoso e caro, o sistema funcionou tão ineficientemente que as

revoluções dos sátrapas figuraram entre as causas principais da queda da Pérsia.

Quase todas as atividades do governo imperial visavam fins de eficiência militar e de segurança política. Dario I, principalmente, envidou esforços para adestrar os jovens de nacionalidade persa em hábitos que os tornassem aptos à vida militar. Procurou incutir nas classes superiores as virtudes da austeridade, da lealdade e da honra e impedir que sucumbissem ao luxo e ao vício. Todos os seus esforços foram afinal em vão, pois os persas não puderam resistir mais do que os assírios às tentações de um poder e de uma riqueza inesperados. Outro trabalho importante do governo foi a construção de uma esplêndida rede de estradas, a melhor que se conheceu antes da época dos romanos. A mais famosa era a Estrada Real, de cerca de 2.500 quilômetros de extensão, que ligava Susa, perto do Golfo Pérsico, a Sárdis, na Ásia Menor. Tão bem conservada era essa estrada real que os mensageiros do rei, viajando dia e noite, podiam cobrir sua extensão total em menos de uma semana. Quase todas as províncias eram ligadas a uma ou outra das quatro capitais persas: Susa, Persépolis, Babilônia e Ecbátana. Ainda que contribuindo naturalmente para o desenvolvimento do comércio, essas estradas foram construídas com o objetivo principal de facilitar o controle sobre as partes remotas do império.

2. A CULTURA PERSA

A cultura persa, no sentido estrito das realizações intelectuais e artísticas derivou em grande parte das civilizações anteriores da Mesopotâmia, do Egito e também alguma coisa da Lídia e da Palestina do Norte. Seu sistema de escrita era originalmente o cuneiforme babilônico, mas com o tempo inventaram um alfabeto de trinta e nove letras, baseado no dos arameus que comerciavam em suas fronteiras. Em ciência nada fizeram, exceto adotar, com ligeiras modificações, o calendário solar dos egípcios e favorecer as viagens de exploração, como fatores auxiliares do comércio.

Merecem louvor, também, por terem difundido o conhecimento da cunhagem lídia através de muitas partes da Ásia ocidental.

Foi a arquitetura dos persas, no entanto, que deu a mais positiva expressão do caráter eclético da sua cultura. Copiaram o estilo das plataformas elevadas e das construções em terraços tão comuns na Babilônia e na Assíria. Imitaram, também, os touros alados, os tijolos vidrados e brilhantemente coloridos e ainda outros motivos decorativos da arquitetura mesopotâmica. Mas ao menos dois dos característicos principais da construção mesopotâmica não foram em absoluto usados pelos persas: o arco e a abóbada. Em lugar deles adotaram o pilar e a colunata do Egito. Elementos como a disposição interior e o uso do motivo da palmeira e do loto na base das colunas também acusam influência egípcia muito nítida. Por outro lado, o acanalamento das colunas e as volutas ou cartuchos inferiores dos capitéis não eram egípcios, mas sim gregos, tomados de empréstimo não diretamente à Grécia, mas às cidades jônicas da Ásia Menor. Se há algo de original na arquitetura persa, estará no fato de ser puramente secular. As grandes construções persas não eram templos, mas palácios. As mais famosas foram as magníficas residências de Dario e de Xerxes, em Persépolis. A última delas, construída à feição do templo de Carnac, tinha um enorme salão central de audiências, com uma centena de colunas e rodeado por inúmeras salas que serviam de escritórios e de alojamento para os eunucos e as mulheres do harém real.

3. A RELIGIÃO ZOROÁSTRICA

A influência mais duradoura deixada pelos antigos sem dúvida, a da sua religião. Na maior parte dos povos da cultura não deixaram mais que uma leve impressão nos povos circunvizinhos, e mesmo essa impressão não durou muitos séculos, o que era inevitável, pois quando apareceram no palco da história não passavam de um povo semibárbaro. Quanto à religião, no entanto, o caso é bem outro. Sua doutrina religiosa tinha origem antiga, já estava amplamente desenvolvida ao iniciarem suas conquistas, e a

atração dessa doutrina era tão forte e tão maduro estava o ambiente para aceitá-la, que se espalhou por quase toda a Ásia Ocidental. Revolucionou outras religiões, abalou crenças secularmente enraizadas. Até hoje, o conceito que os povos formam do universo tem sido ao mesmo tempo enaltecido e pervertido por ela.

Embora se possam encontrar raízes dessa religião em época tão remota como o século XV a.C., seu verdadeiro fundador foi Zoroastro, que parece ter vivido aproximadamente uma centena de anos antes de Ciro. Do seu nome provém o de zoroastrismo, aplicada à religião. Somos levados a crer que ele concebera a missão de purificar as crenças tradicionais de seu povo, eliminando o politeísmo, o sacrifício de animais, a magia, e elevando a adoração a um plano mais espiritual e ético. Que o movimento encabeçado por Zoroastro era o corolário natural da transição para uma cultura agrícola mais civilizada, evidencia-se pela fato de aconselhar ele o culto à vaca e pela prescrição do cultivo da terra como dever sagrado. A despeito de seus esforços reformadores, sobreviveram, como geralmente acontece, muitas das velhas superstições que gradualmente se fundiram com os novos ideais.

Em muitos aspectos, a zoroastrismo tinha um caráter único entre as religiões que existiram no mundo até então. Primeiro, era dualístico e não monístico como as religiões suméria e babilônica, nos quais o mesmo deus era capaz tanto do bem como do mal, e também não tinha qualquer pretensão ao monoteísmo, como as religiões do Egito e dos judeus na sua fase mais perfeita. Duas grandes divindades regiam a universo: uma, Ahura-Mazda, infinitamente boa e incapaz de qualquer fraqueza, personificava os princípios da luz, da verdade e da retidão; a outra, Ahriman, traiçoeira e maligna, presidia as forças das sombras e do mal. As duas empenhavam-se em desesperada luta pela supremacia. Posto que mais ou menos equivalentes em poder, o deus da luz por fim triunfaria e a mundo seria salvo das forças do mal.

Em segundo lugar, a zoroastrismo era uma religião escatológica. "Escatologia" é a doutrina das coisas últimas ou finais. Incluía

ideais tais como a vinda de um Messias, a ressurreição dos mortos, o julgamento final e a trasladação do redimido para um paraíso eterno. De acordo com a crença zoroástrica, o mundo duraria doze mil anos. No fim de nove mil anos ocorreria a segunda vinda de Zoroastro, como um sinal e uma promessa da redenção final dos bons. Isso seria seguido, a seu tempo, pelo nascimento miraculoso de Saashyant, o messias, cuja missão consistiria em aperfeiçoar os bons como uma preparação para o fim do mundo. Finalmente, chegaria o grande último dia, quando Ahura-Mazda derrotaria Ahriman e a precipitaria no abismo. Os mortos erguer-se-iam então das tumbas para ser julgados segundo os seus merecimentos. Os justos entrariam no gozo imediato da bem-aventurança, enquanto os maus seriam sentenciados às chamas do inferno, ainda que, no fim, todos se salvariam, pois o inferno persa, diferentemente do cristão, não durava para sempre. Do que já foi dito é fácil inferir o caráter positivamente ético da religião zoroástrica. Apesar de conter sugestões de predestinação e de que alguns foram eleitos desde o começo dos tempos para ser salvos, em sua essência permanecia a convicção de que o homem possuía livre arbítrio, de que era livre de pecar ou de não pecar e de que seria recompensado ou punido na vida futura, de acordo com sua conduta na terra. As virtudes recomendadas pela religião formavam uma lista grandiosa. Algumas eram nitidamente de origem econômica ou política: diligência, respeito aos contratos, obediência aos governantes, procriação de uma prole numerosa e cultivo do solo ("Aquele que semeia o grão, semeia santidade"). Outros tinham um significado mais amplo: Ahura-Mazda recomendava que os homens fossem fiéis, amassem e auxiliassem uns aos outros do melhor modo que pudessem, que fossem amigos do pobre e que praticassem a hospitalidade. A essência dessas virtudes mais amplas acha-se talvez expressa em outubro dos decretos do deus: "Todo aquele que der de comer a um crente irá para o Paraíso".

As formas de conduta proibidas eram suficientemente numerosas e variadas para cobrir a lista completa dos Sete Pecados Mortais do cristianismo medieval e muitos mais. Orgulho, gula, indolência,

cobiça, ira, luxúria, adultério, aborto, calúnia e dissipação encontravam-se entre os mais típicos. Cobrar juros de empréstimo a alguém da mesma religião era apontado como "o pior dos pecados" e o acúmulo de riquezas era severamente reprovado. As restrições a que os homens tinham de obedecer incluíam também uma espécie de preceito áureo negativo: "Só é bom aquele que não faz a outro o que não for bom para si mesmo." Cabe acrescentar que o zoroastrismo original condenava o ascetismo. Infligir sofrimento a si mesmo, jejuar e mesmo suportar dores excessivas era proibido sob o fundamento de que prejudicavam tanto a alma quanto o corpo, tornando os seres humanos incapazes para os deveres da agricultura e da procriação. O ideal persa tradicional era antes a temperança do que a abstinência completa.

O zoroastrismo tem significado especial por ser uma religião revelada, aparentemente a primeira do seu gênero na história do mundo ocidental. Acreditava-se que seus adeptos fossem os únicos possuidores da verdade, não por serem mais doutos do que outros homens, mas por partilharem dos segredos do deus. Como partes da substância divina, naturalmente participavam de sua sabedoria, não certamente no todo, mas em certa parcela. A verdade que possuíam era, por essa razão, oculta e não podia ser deduzida pela lógica ou descoberta pela investigação intelectual. Parte dela apresentava-se sob a forma de escritos sagrados, como o Avesta que se acreditava ter baixado do céu, mas outra grande parte consistia em revelações orais recebidas de Mazda por Zoroastro e transmitidas a seus discípulos. Contrariamente à opinião geral, as religiões reveladas não têm sido tão comuns na história do mundo. Os egípcios não possuíam livros sagrados ou qualquer registro da lei divina, nem tampouco as nações mesopotâmicas. As religiões da Grécia e de Roma não se apoiavam, igualmente, numa Verdade enunciada pelos deuses. O zoroastrismo, o judaísmo, o cristianismo e o islamismo são as únicas crenças que tiveram a revelação divina como um de seus elementos essenciais. Esse foi, sem dúvida, um fator que

aumentou a força dessas religiões, mas também favoreceu, até certo ponto, o seu dogmatismo e intolerância.

4. A HERANÇA MÍSTICA E EXTRATERRENA DA PÉRSIA

A religião dos persas, tal como foi ensinada por Zoroastro, não permaneceu por muito tempo em seu estado original. Foi corrompida principalmente pela persistência de superstições primitivas, pela magia e pela ambição do clero. Quanto mais a religião se estendia, tanto mais nela se enxertavam essas relíquias do barbarismo. Com o passar dos anos, a influência de crenças de outras terras, particularmente as dos caldeus, determinou novas modificações. O resultado final foi desenvolvimento de uma poderosa síntese na qual o primitivo sacerdotalismo, o messianismo e o dualismo dos persas se combinavam com o pessimismo e o fatalismo dos neobabilônios.

Dessa síntese emergiu, aos poucos, uma profusão de cultos, semelhantes em seus dogmas básicos, mas concedendo a eles valores diferentes. O mais antigo dos cultos era o mitraísmo, nome que se deriva de Mitra, o principal lugar-tenente de Mazda na luta contra as forças do mal. Mitra, a princípio apenas uma divindade menor da religião zoroástrica, encontrou finalmente agasalho no coração de muitos persas como deus mais merecedor de adoração. A razão dessa mudança foi, provavelmente, a auréola emocional que cercava os acidentes de sua vida. Acreditava-se que nascera num rochedo, em presença de um pequeno - grupo de pastores, que lhe trouxeram presentes em sinal de reverência pela sua grande missão na terra. Passou então a sujeitar todos os seres vivos que encontrava, conquistando e tornando úteis ao homem muitos deles. Para melhor desempenhar essa missão, fez um pacto com o sol, obtendo calor e luz para que as plantações pudessem florescer. O mais importante de seus feitos foi, contudo, a captura do touro divino. Agarrando o animal pelo chifres, lutou desesperadamente até forçá-lo a entrar numa caverna, onde, em

obediência a uma ordem do sol, o matou. Da carne e do sangue do touro provieram todas as espécies de ervas, grãos e outras plantas valiosas para o homem. Mal esses feitos foram realizados, Amimam provocou uma seca na terra, mas Mitra enfiou a sua lança numa rocha e as águas dela borbulharam. Em seguida o deus do mal mandou um dilúvio, mas Mitra mandou construir uma arca para permitir a salvação de um homem com os seus rebanhos. Depois de terminados os seus trabalhos, Mitra participou de um festim sagrado com o sol e subiu aos céus. No devido tempo voltará e dará a todos os crentes a imortalidade.

O ritual do mitraísmo era complicado e significativo. Incluía uma complexa cerimônia de iniciação em sete estágios ou graus, o último dos quais firmava uma amizade mística com o deus. Longas provas de abnegação e mortificação da carne constituíam complementos necessários ao processo de iniciação. A admissão à completa participação no culto habilitava uma pessoa a participar dos sacramentos, sendo o mais importante o batismo e uma refeição sagrada de pão, água e, possivelmente, vinho. Outras observâncias incluíam a purificação lustral (ablução cerimonial com água santificada), a queima de incenso, os cânticos sagrados e a guarda dos dias santos. Destes últimos, eram exemplos típicos o domingo e o dia vinte e cinco de dezembro. Imitando a religião astral dos caldeus, cada dia da semana era dedicado a um corpo celeste. Uma vez que o sol, como fonte de luz e fiel aliado de Mitra, era o mais importante desses corpos, seu dia era, naturalmente, o mais sagrado. O dia vinte e cinco de dezembro possuía, também, significação solar: sendo a data aproximada do solstício do inverno, marcava a volta do sol de sua longa viagem ao sul do Equador. Era, em certo sentido, o "dia do nascimento do sol", uma vez que assinalava a renovação de suas forças vivificadoras para benefício do homem.

Não se sabe exatamente quando a adoração de Mitra se transformou num culto definido, mas sem dúvida não foi depois do século IV a.C. Seus característicos se estabeleceram firmemente durante o período de fermentação social que se seguiu ao colapso do império de Alexandre, e sua expansão nessa época foi

multíssimo rápida. No último século a.C. foi introduzido em Roma. embora tivesse pequena importância na própria Itália até o ano 100 d.C. Fazia conversos principalmente nas classes mais baixas - soldados, estrangeiros e escravos. Finalmente, atingiu a situação de uma das mais populares religiões do Império, tornando-se o principal concorrente do cristianismo e do próprio velho paganismo romano. Depois de 275, no entanto, sua força decaiu rapidamente. É impossível avaliar a influência que esse extraordinário culto exerceu. Não é difícil perceber sua semelhança superficial com o cristianismo, mas certamente isso não quer dizer que os dois fossem idênticos, ou que um fosse derivação do outro. Não obstante, é provável que o cristianismo, o mais jovem dos dois rivais, tenha tomado de empréstimo um bom número dos aspectos externos do mitraísmo, conservando, ao mesmo tempo, virtualmente intacta a sua filosofia essencial.

Um dos principais sucessores do mitraísmo na transmissão da herança persa foi o maniqueísmo, fundado por Mani, um sacerdote de origem ilustre de Ecbátana, aproximadamente em 250 d.C. Como Zoroastro, achava que sua missão na terra era reformar a religião dominante, mas obteve pequena simpatia em seu próprio país e teve que se contentar com aventuras missionárias na Índia e na China Ocidental. Mais ou menos em 276, foi condenado e crucificado pelos seus próprios rivais persas. Depois da morte de Mani, os ensinamentos deste foram levados por seus discípulos praticamente a todos os países da Ásia Ocidental e, por fim, à Itália, mais ou menos em 330. Grande número de maniqueus ocidentais, inclusive o grande Agostinho, acabaram por se tornar cristãos.

De todos os ensinamentos do zoroastrismo, o que causara a mais profunda impressão na mente de Mani fora o dualismo. Era, por conseguinte, natural que se tornasse a doutrina central da nova fé. Mas Mani deu a essa doutrina interpretação mais larga do que tivera nas religiões precedentes. Concebeu não simplesmente duas divindades empenhadas numa luta inexorável pela supremacia, mas todo um universo dividido em dois reinos, sendo um a antítese do outro: um, o reino do espírito dominado por um

Deus eternamente bom; outro, o reino da matéria sob o domínio de Satã. Somente substâncias "espirituais" como o fogo, a luz e as almas dos homens eram criadas por Deus. Tinham sua origem em Satã a escuridão, o pecado, o desejo e todas as coisas corporais e materiais. A própria natureza humana era má, pois os primeiros pais da raça receberam seus corpos físicos do rei das trevas.

As inferências morais desse dualismo rigoroso eram demasiado evidentes. Uma vez que tudo quanto se relacionasse com a sensualidade e o desejo era trabalho de Satã, o homem devia esforçar-se por se libertar o mais completamente possível da escravidão de sua natureza física. Devia refrear todos os prazeres dos sentidos, abster-se de comer carne, de beber vinho e de satisfazer o desejo sexual. Até o casamento era proibido, pois levaria à geração de novos corpos físicos para povoar o reino de Satã. Além disso, o homem dominaria a carne por meio de jejuns prolongados e penitências corporais. Reconhecendo que essa norma de austeridade seria muito dura para mortais comuns, Mani dividiu a raça humana em "perfeitos" e "seculares". Somente os primeiros eram obrigados a submeter-se à norma completa como um ideal que todos deviam almejar. À segunda categoria cumpria somente evitar a idolatria, a avareza, a fornicação, a falsidade e a ingestão de carne. A fim de ajudar os filhos dos homens na luta contra o poder das trevas, Deus enviava, de tempos em tempos, profetas e redentores a fim de confortá-los e inspirá-los. Noé, Abraão, Zoroastro, Jesus e Paulo eram enumerados entre esses emissários divinos, mas o último e maior de todos era Mani.

É muito difícil estimar a influência do maniqueísmo, mas sem dúvida ela foi considerável. Pessoas de todas as classes do império romano, incluindo alguns membros do clero católico, adotaram suas doutrinas. Na sua forma cristianizada, tornou-se uma das seitas principais da igreja primitiva e forneceu a base essencial da heresia albigense, ainda nos séculos XII e XIII. Inspirou extravagantes especulações cristãs em torno do dualismo entre Deus e o diabo e entre o espírito e a matéria. Não somente contribuiu para o ascetismo cristão, mas também fortaleceu as doutrinas do pecado original e da depravação do homem, tais

como as ensinaram alguns teólogos. Foi, finalmente, a grande fonte da famosa dicotomia dos padrões éticos estabelecida por Santo Agostinho e outros Padres da Igreja: 1) um padrão de perfeição para poucos (os monges e as freiras), que se retirariam do mundo e levariam vida santa para exemplo dos demais; e 2) um padrão socialmente viável para os cristãos comuns.

O terceiro culto mais importante, que se desenvolveu como legado da religião persa, foi o gnosticismo (do grego *gnosis*, que significa conhecimento). O nome do seu fundador é desconhecido, bem assim como a data da sua origem, mas certamente existia já no primeiro século da nossa era. Atingiu o auge da popularidade na última metade do segundo século. Ainda que granjeasse alguns seguidores na Itália, sua influência se limitou, sobretudo, ao Oriente Próximo.

O misticismo era o característico que mais distinguia dos outros este culto. Os gnósticos negavam que as verdades da religião pudessem ser descobertas pela razão ou que se pudessem tornar inteligíveis. Consideravam-se como os detentores exclusivos de uma secreta sabedoria espiritual revelada por Deus, sabedoria essa de absoluta importância como guia da fé e da conduta. Suas observâncias religiosas eram também altamente esotéricas, isto é, tinham um significado oculto conhecido unicamente pelos iniciados. Os sacramentos em grande profusão, batismos inumeráveis, ritos místicos e o uso de fórmulas e números sagrados são os melhores exemplos desses ritos.

Foi enorme a influência conjunta desses vários tipos de religião persa. Muitos deles foram lançados numa época de condições sociais e políticas particularmente favoráveis à sua expansão. O fim do Império de Alexandre, mais ou menos em 300 a.C., inaugurou na história do mundo antigo um período singular. Foram derrubadas as barreiras internacionais, houve uma extensa migração e caldeamento de povos, e o colapso da antiga ordem social despertou profunda desilusão e um vago anseio de salvação individual. A atenção dos homens se centralizou, como nunca mais acontecera desde a queda do Egito, nas compensações da vida futura. Em tal terreno as religiões do tipo descrito estavam

destinadas a medrar como erva nova. Sendo sobrenaturais, místicas e messiânicas, ofereciam na irrealidade que buscavam os homens o verdadeiro refúgio de um mundo de ansiedade e confusão.

A herança deixada pelos persas, ainda que não tenha sido exclusivamente religiosa, continha muito poucos elementos de natureza secular. A forma de governo característica desse povo foi adotada pelos monarcas romanos de época avançada, não no seu aspecto puramente político, mas no seu caráter de despotismo de direito divino. Quando imperadores como Diocleciano e Constantino I invocavam a autoridade divina como base do seu absolutismo e exigiam que os súditos se prostrassem na sua presença, estavam, em realidade, identificando o estado com a religião como os persas tinham feito na época de Dario. São também discerníveis traços da influência persa em certos filósofos helenistas, mas ainda aqui essa influência foi essencialmente religiosa, pois se limitou quase inteiramente às teorias místicas dos neoplatônicos e dos seus aliados filosóficos.

Capítulo 6

A Civilização Hebraica

Nenhum dos povos do antigo Oriente, com exceção, talvez, dos egípcios, teve maior importância para o mundo moderno do que os hebreus. Foram eles, já se sabe, que nos deram grande parte do substrato da religião cristã, como os mandamentos, as histórias da criação e do dilúvio, o conceito de Deus como legislador e juiz, e ainda mais de dois terços de sua Bíblia. As concepções hebraicas da moral e da teoria política influenciaram também profundamente as nações modernas, em especial aquelas em que a fé calvinista foi particularmente vigorosa. Por outro lado, é necessário lembrar que os próprios hebreus não desenvolveram sua cultura no vácuo. Não foram mais capazes que qualquer outro povo de fugir à influência das nações circunvizinhas. A religião hebraica, em consequência disso, continha numerosos elementos cuja origem egípcia ou mesopotâmica é evidente. Apesar de todos os esforços dos profetas para expurgar a fé hebraica de corrupções estrangeiras, muitas permaneceram e outras foram adicionadas depois. Como em breve descobriremos, a lei hebraica baseou-se largamente em fontes da antiga cultura babilônica, ainda que certamente com modificações. A filosofia hebraica era em parte egípcia e em parte grega; muito antes mesmo de ser escrito o Livro de Jó, existia já um antigo drama babilônico de caráter semelhante. Ninguém pode negar, por certo, que os hebreus fossem capazes de realizações originais; mas ainda assim não podemos passar por alto o fato de terem sido eles grandemente influenciados pelas civilizações mais antigas que os rodeavam.

1. ORIGENS HEBRAICAS E RELAÇÕES COM OUTROS POVOS

A origem do povo hebreu constitui um problema ainda confuso. Certamente não constituíam uma raça à parte, nem possuíam qualquer caráter físico capaz de distingui-los nitidamente dos

povos vizinhos. A origem do seu nome é duvidosa. Segundo alguns ele deriva de khabiru ou habiru, apelativo dado pelos seus inimigos e significando "estrangeiro", "vagabundo" ou "nômade". De acordo com outras autoridades ele se relaciona com a palavra Ever ou Eber, a qual designava os que procediam do outro lado do Eufrates. Seja qual for a sua origem, o nome parece ter sido aplicado originalmente a vários povos imigrantes, restringindo-se mais tarde aos israelitas.

A maioria dos historiadores admitem que o berço primitivo dos hebreus foi o Deserto da Arábia. A primeira vez que os fundadores da nação de Israel aparecem na história é, contudo, no noroeste da Mesopotâmia. Já em 1.800 a.C., segundo todas as probabilidades, um grupo de hebreus sob a chefia de Abraão se estabelecera ali. Mais tarde o neto de Abraão, Jacó, conduziu uma migração para o poente e iniciou a ocupação da Palestina. Foi de Jacó, subsequenteiramente chamado Israel, que os israelitas derivaram o seu nome. Em época incerta, mas posterior a 1.700 a.C., algumas tribos israelitas, em companhia de outros hebreus, desceram ao Egito para escapar às conseqüências da fome. Segundo parece, instalaram-se nas vizinhanças do Delta e foram escravizados pelo governo do Faraó. Por volta de 1300-1250 a.C. os seus descendentes encontraram um novo líder no indômito Moisés, que os libertou da servidão, conduziu-os à Península do Sinai e converteu-os ao culto de Iavé. Até então Iavé tinha sido a divindade dos povos pastores hebreus que habitavam o Sinai. Utilizando como núcleo o culto iavista, Moisés uniu as várias tribos de seus seguidores numa confederação por vezes chamada Anfitionia de Iavé. Foi essa confederação que desempenhou o papel dominante na conquista da Palestina ou Terra de Canaã.

Como refúgio para os filhos de Israel, a Palestina deixava muito a desejar com suas chuvas escassas e sua topografia escabrosa. Era, em grande parte, uma região estéril e inóspita. Comparada, porém, com os desertos da Arábia, representava um verdadeiro paraíso e não surpreende que os condutores do povo de Israel a tenham descrito como uma "terra que emana leite e mel". Grande parte dela já estava ocupada pelos cananeus, outro povo de língua

semita, que lá viveu durante séculos. Graças ao contato com babilônios, hititas e egípcios, os hebreus haviam desenvolvido uma cultura que nada tinha de primitiva. Praticavam a agricultura e o comércio. Conheciam o uso do ferro e a arte de escrever, e tinham adaptado as leis do código de Hamurabi às necessidades de sua existência mais simples. Sua religião, que também se derivava em grande parte de Babilônia, era cruel e sensual, incluindo sacrifícios humanos e a prostituição no templo.

Foi um processo lento e difícil a conquista hebraica da terra de Canaã. Poucas vezes as tribos se uniram num ataque combinado e, mesmo quando o faziam, as cidades inimigas estavam assaz fortificadas para resistir à captura. Depois de se empenharem varias gerações em lutas esporádicas, os hebreus conseguiram tomar unicamente as colinas de pedra calcária e alguns dos vales menos férteis. Nos intervalos das guerras, misturavam-se livremente com os cananeus e adotaram não pequena parcela de sua cultura. Antes de terem oportunidade de completar a conquista, encontraram-se em face de um inimigo novo e mais terrível. Os filisteus, que chegaram à Palestina procedentes da Ásia Menor e das ilhas do mar Egeu. Mais fortes que os hebreus e os cananeus, os novos invasores ocuparam rapidamente o país e forçaram os hebreus a entregar grande parte do território que já haviam ganho. É dos filisteus que a Palestina deriva o seu nome.

2. CRÔNICA DE ESPERANÇAS E FRACASSOS POLÍTICOS

A crise produzida pelas conquistas dos filisteus não desencorajou os hebreus, mas, ao contrário, concorreu para uni-los e intensificar seu ardor guerreiro. Além disso, levou-os diretamente à fundação da monarquia hebraica, mais ou menos em 1.025 a.C. Até esse tempo a nação fora governada por "juízes", que possuíam pouco mais do que a autoridade de chefes religiosos. Mas a partir de então, sentindo uma necessidade mais premente de organização e disciplina, o povo começou a pedir um rei para governá-lo,

marchar à sua frente e participar de suas batalhas. O primeiro homem escolhido para preencher essa função foi Saul, um "moço na flor da idade e belo", pertencente à tribo de Benjamim.

A despeito de sua popularidade inicial, o reinado do rei Saul não foi feliz, tanto para a nação como para o próprio governante. Apenas vagas indicações são dadas na narrativa do Velho Testamento quanto às causas disso. Saul incorreu evidentemente no desagrado de Samuel, o último dos grandes juízes, que esperava conservar o poder mantendo-se nos bastidores. Não tardou a aparecer em cena o ambicioso Davi, que, com o encorajamento de Samuel, executou habilidosas manobras para solapar o apoio popular ao rei. Lançando sua campanha pessoal contra os filisteus, conseguiu sangrentos triunfos, uns após outros. Contrastando com isso, os exércitos de Saul experimentaram reveses desastrosos. Finalmente o próprio rei, tendo recebido grave ferimento, pediu ao escudeiro que o matasse. Não aquiescendo este, o rei matou-se com a própria espada.

Davi então tornou-se rei e governou por quarenta anos. Seu reinado foi um dos mais gloriosos períodos da história hebraica. Bateu em toda a linha os filisteus e reduziu o território destes a uma estreita faixa de costa, no sul. Uniu as doze tribos num estado forte, sob um monarca absoluto, e começou a construção de uma magnífica capital em Jerusalém. Mas, o governo forte, a glória militar e o esplendor material não deixavam de ter os seus percalços para o povo. Suas conseqüências inevitáveis era a tributação pesada e a conscrição. Em conseqüência, antes que Davi morresse, ouviam-se em certas partes do reino francos murmúrios de descontentamento.

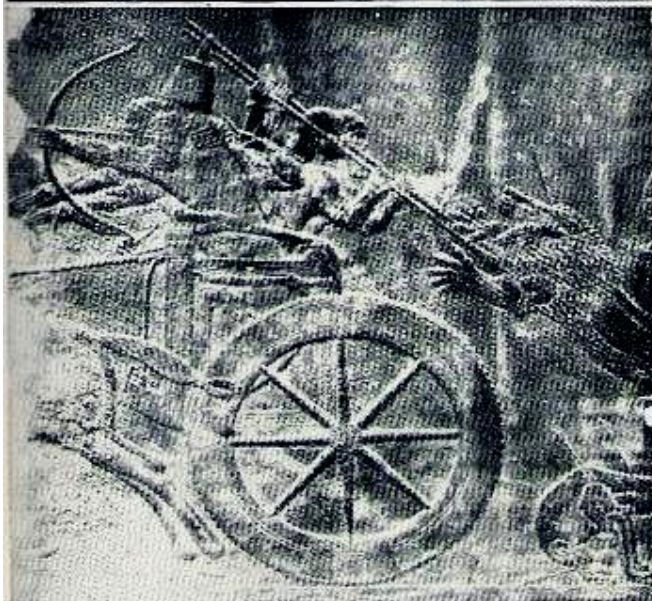
Davi teve como sucessor seu filho Salomão, o último dos reis da monarquia unificada. Como resultado das aspirações nacionalistas dos tempos posteriores, Salomão tem sido descrito pela tradição hebraica como um dos mais sábios, mais justos e esclarecidos governantes de toda a história. Os fatos de sua vida oferecem pequena base para tal crença. O que se pode dizer em seu favor é que foi um diplomata ladino e um ativo protetor do comércio. Em grande parte sua política era opressora, ainda que essa opressão

não fosse por certo exercida deliberadamente. Ambicionando copiar o luxo e a magnificência de outros déspotas orientais, estabeleceu um harém de 700 esposas e 300 concubinas e completou a construção de suntuosos palácios, estábulos para 4.000 cavalos e um suntuoso templo em Jerusalém. Sendo, como era, a Palestina pobre de recursos, grande parte do material para os projetos de construção tinha de ser importado. Ouro, prata, bronze e cedro eram comprados em tais quantidades que as rendas provenientes da taxaço e dos impostos arrecadados do comércio não bastavam para pagá-los. A fim de compensar o deficit, Salomão cedeu vinte cidades e recorreu ao sistema de trabalho obrigatório. Cada três meses, eram 30.000 hebreus recrutados e mandados à Fenícia para trabalhar nas florestas e minas de Hirão, rei de Tiro, de quem tinham sido comprados os mais caros materiais.

As extravagâncias e a opressão de Salomão produziram agudo descontentamento entre seus súditos. A morte do rei, em 935 a.C., foi o sinal para uma franca revolta. As dez tribos do norte recusaram submeter-se a seu filho Reoboão, separaram-se e fundaram um reino à parte. Diferenças regionais desempenharam também seu papel no esfacelamento da nação. Os hebreus do norte eram mundanos, acostumados a uma vida urbana e ao infiltramento de influências estrangeiras. Ao contrário, as duas tribos do sul compunham-se na maioria de pastores e lavradores, leais à religião de seus pais e odiando os hábitos do estrangeiro. Talvez bastassem tais diferenças para oportunamente dividir a nação.



(Ao alto.) Sinete cilíndrico caldeu. Estes sinetes eram usados pelos sumerianos e outros povos mesopotâmicos para apor assinaturas em contratos, documentos etc., escritos em tabuletas de argila. À esquerda está a impressão completa na argila. (Metropolitan Museum of Art.)



A caça do leão, exemplo característico dos relevos assírios. Os assírios eram mestres no retratar cenas de violência e de ferocidade dos animais. (Metropolitan Museum of Art.)

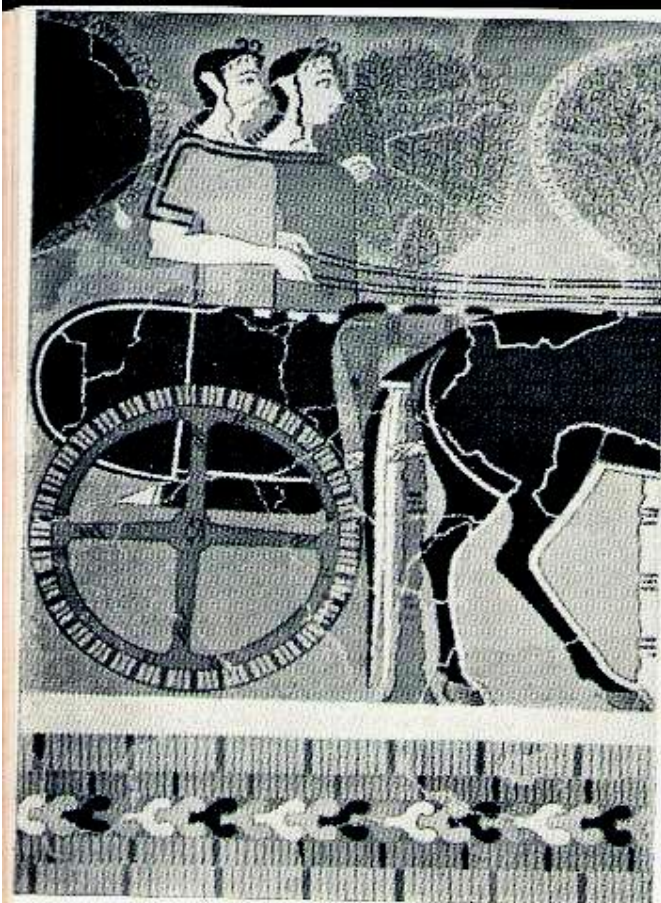


ARTE DOS POVOS MESOPOTÂMICOS

Touro alado assírio, que está no Oriental Institute de Chicago. Desconhece-se o seu significado exato, mas devia ter a intenção de simbolizar a veneração dos militaristas assírios pela força e pela rapidez. (Oriental Institute.)

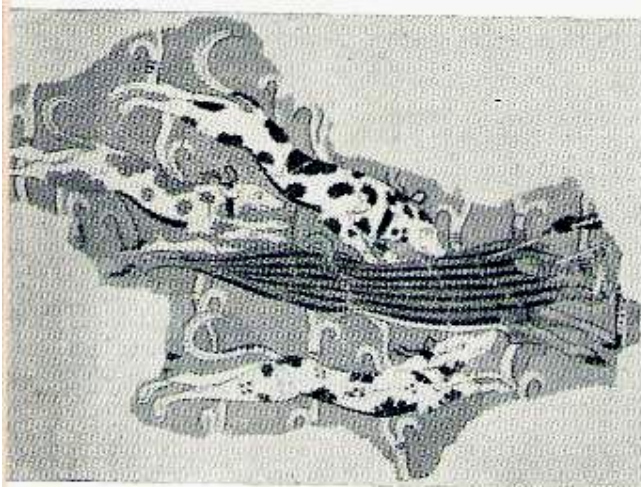


Arquitetura assíria. Reconstituição do palácio de Sargão II, em Khorsabad-Dur-Sarrukin, construído em 772 a. C. A torre é um remanescente do ziggurat sumério. (Bettmann Archive.)



Dois mulheres assistindo, de um carro, a uma caçada de javali. O artista não deixa dúvidas quanto à emoção experimentada pelos espectadores em ocasiões como esta. (Metropolitan Museum of Art.)

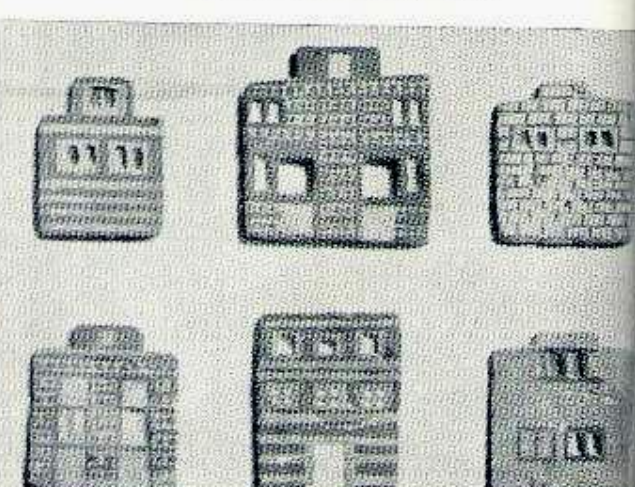
Caça do javali — pintura cretense. Embora obedecendo a certas convenções, a principal qualidade desta, como de outras pinturas de Creta, é o naturalismo. (Metropolitan Museum of Art.)



Vasos cretenses, trabalhados em lindos relevos. As cenas representam lutas de boxe, toureadas e outras atividades peculiares a um povo esportivo. (Bettmann Archive.)

A ARTE E A VIDA NA CIVILIZAÇÃO EGÍCIA

Modelos de casas cretenses. Ainda que interessantes sobretudo pelos interiores bonitos e cómodos, estes modelos mostram não serem seus arquitetos indiferentes à variedade e ao aspecto agradável da fachada exterior. (Metropolitan Museum of Art.)



Depois da separação, as dez tribos do norte vieram a ser conhecidas como o reino de Israel, enquanto as tribos sulistas formavam o reino de Judá. Durante mais de dois séculos os dois pequenos estados mantiveram existências separadas, mas em 722 a.C., o reino de Israel foi conquistado pelos assírios. Seus habitantes foram disseminados através do vasto império dos conquistadores, acabando por se absorverem na população circundante, muito mais numerosa. Desde então têm sido chamadas as Dez Tribos Perdidas de Israel. O reino de Judá conseguiu sobreviver por mais de cem anos, desafiando com sucesso a ameaça assíria. Mas em 586 a.C., como já sabemos, foi destruído pelos caldeus, sob Nabucodonosor. Estes pilharam e queimaram Jerusalém, levando seus principais cidadãos para Babilônia. Quando Ciro, rei da Pérsia, conquistou os caldeus, libertou os judeus e permitiu que regressassem à sua terra natal. Poucos desejaram voltar e um considerável espaço de tempo se escoou antes que fosse possível reconstruir o templo. De 539 a 332 a.C., a Palestina foi estado vassalo da Pérsia. Em 332 a.C., Alexandre a conquistou e depois de sua morte a região ficou sob o governo de Ptolomeu. Em 63 a.C., tornou-se protetorado romano. Sua história política, como comunidade judaica, acabou-se em 70 d.C., depois de uma revolta desesperada que os romanos puniram destruindo Jerusalém e anexando o país como província. Seus habitantes aos poucos se dispersaram pelas outras partes do Império.

3. A EVOLUÇÃO DA RELIGIÃO HEBRAICA

Muito poucos povos na história passaram por uma evolução religiosa comparável à dos hebreus. Seu ciclo de desenvolvimento abrange todo o caminho que vai das mais cruas superstições até as concepções espirituais e éticas mais sublimes. Isso pode em parte ser explicado por meio da posição geográfica especial ocupada pelo povo hebreu. Localizados como foram, depois da conquista de Canaã, no caminho de ligação entre o Egito e as

maiores civilizações da Ásia, estavam da religião destinados a sofrer uma extraordinária variedade hebraica de influências.

É possível distinguir, na evolução da religião hebraica, ao menos cinco períodos diferentes. O primeiro pode ser chamado período pré-mosaico, indo desde as mais primitivas origens do povo até aproximadamente 1.100 a.C. Esse período caracterizou-se, a princípio, pelo animismo, pela adoração de espíritos que residiam em árvores, montanhas, poços e fontes sagradas, ou mesmo em pedras de forma especial. Eram praticadas também, nesse tempo, diversas formas de magia: necromancia, magia imitativa, sacrifícios de bodes expiatórios etc. O animismo gradualmente cedeu lugar aos deuses antropomórficos. Sabe-se que algumas das novas divindades receberam nomes; cada uma delas era designada comumente pelo nome genérico de "el", isto é, "deus". Eram deuses tutelares de lugares especiais e possivelmente de tribos distintas. Não se conhecia nesse tempo nenhuma adoração nacional de lavé.

O segundo período, que se estendeu do século XII ao IX a.C., foi o da "monolatria" nacional. O termo pode ser definido como a adoração exclusiva de um único deus, sem, no entanto, negar a existência de outros deuses. Devido principalmente à influência de seu chefe Moisés, os hebreus adotaram então, como divindade nacional, um, deus cujo nome parece ter sido escrito "Jhwh". Ninguém sabe como se pronunciava essa palavra, mas os especialistas em geral concordam que era proferida como se estivesse escrito Yahweh. O significado é outro mistério. Perguntando Moisés a lavé o que devia dizer ao povo quando este quisesse saber que deus o tinha enviado, lavé respondeu: "EU SOU o QUE SOU, e acrescentou : Assim dirás aos filhos de Israel: EU SOU enviou-me a vós." Nem nesse tempo, nem em qualquer outro período da história antiga, os hebreus se referiram ao seu deus denominando-o "Jeová". Este último nome foi o resultado de um erro cometido pelos hebraístas cristãos do século XIII.

No tempo de Moisés e por dois ou três séculos depois, lavé foi uma divindade bastante singular. Era concebido quase exclusivamente em termos antropomórficos. Possuía um corpo

físico, para não falar das qualidades emocionais dos homens. Era caprichoso, por vezes, e algum tanto irascível, tão capaz de julgamentos maus e raivosos quanto de bons. Suas decisões freqüentemente eram arbitrárias e punia os homens que pecassem sem intenção, com a mesma presteza com que punia aqueles cuja culpa fosse real. A onipotência dificilmente seria um atributo a que pudesse lavé pretender, pois seu poder se limitava ao território ocupado pelos próprios hebreus. Quando Naaman, o sírio, decidiu tornar-se um seguidor de lavé, só pôde resolver o problema do domínio territorial levando consigo duas bestas carregadas de boa terra da Palestina. Mas, a despeito desses defeitos de seu caráter e de sua autoridade, os hebreus reverenciavam seu Deus como único guia e salvador, protetor das viúvas e dos órfãos e o estrênuo vingador dos agravos da nação.

A religião desse período não era nem essencialmente ética nem profundamente espiritual. lavé era venerado como legislador supremo e inflexível mantenedor da ordem moral do universo. De acordo com a narração bíblica, ele ditou os Dez Mandamentos a Moisés no cume do Monte Sinai. Não obstante, os biblistas versados no Velho Testamento não aceitam em geral essa tradição. Admitem que um Decálogo primitivo tenha existido nos tempos de Moisés, mas duvidam que os Dez Mandamentos, na forma em que são conservados no Livro do Êxodo, datem de época anterior ao século VII. De qualquer forma, é evidente que o Deus de Moisés se interessava quase tanto pelos sacrifícios e pela observância dos ritos como pela boa conduta e pela pureza do coração. Além disso, a religião não se preocupava fundamentalmente com os assuntos espirituais. Nada oferecia além de recompensas materiais nesta vida, e nenhuma na vida futura. Finalmente, a "monolatria" estava misturada com certos elementos de fetichismo, magia e mesmo superstições grosseiras que ficaram dos tempos mais primitivos, ou outras que foram adquiridas paulatinamente dos povos vizinhos. Variavam esses elementos desde a adoração da serpente até aos sacrifícios sangrentos e licenciosas orgias de fertilidade.

Pelas alturas do século IX a crença hebraica estava necessitando urgentemente de uma reforma interna. A superstição e a idolatria tinham progredido constantemente com o passar dos anos, ao ponto que mal se podia distinguir a adoração de Iavé da adoração dos ídolos fenícios e assírios. Os primeiros a sentir a necessidade de mudanças drásticas foram os chefes de seitas ascéticas como os nazireus e recabitas, que denunciavam a corrupção estrangeira e clamavam pela volta ao que pensavam ser a piedade singela de seus pais. Com o fim de acentuar sua aversão por tudo que era estrangeiro, condenavam os refinamentos da vida civilizada e incitavam o povo a morar em tendas. Seu trabalho foi seguido pelo do fanático pregador Elias, que arrancou dos altares os sacerdotes dos cultos de Baal e os matou com suas próprias mãos. Não obstante sua cruzada contra os cultos estrangeiros, Elias não negava a existência daqueles deuses, mas insistia em ser Iavé o deus da retidão e a única divindade que os hebreus deviam adorar. O trabalho realmente importante de reforma religiosa foi realizado, no entanto, pelos grandes profetas: Amós, Oséias, Isaías e Miquéias. Suas inovações representam o terceiro período do desenvolvimento da religião hebraica o período da revolução profética, que ocupou os séculos VIII e VII a.C. Os grandes profetas eram homens de visão muito mais larga do que Elias ou do que os chefes das seitas ascéticas. Sua atitude era progressista, pois não pediam o retorno a uma época de simplicidade do passado, mas ensinavam que a religião devia ser imbuída de uma nova filosofia e de uma nova concepção dos seus próprios fins. Três doutrinas básicas formavam a substância desses ensinamentos: 1) monoteísmo (Iavé é o senhor do universo, os deuses de outras nações não existem); 2) Iavé é exclusivamente um deus da retidão; ele não é realmente "Onipotente, mas Sua força é limitada pela justiça e pela bondade; o mal deste mundo vem dos homens e não de Deus; 3) os fins da religião são principalmente éticos: Iavé não faz nenhuma questão de ritos e sacrifícios, mas sim de que os homens "aspiem à justiça, ajudem os oprimidos, façam justiça aos órfãos e defendam as viúvas". Ou, como Miquéias se expressou: "Que é que o Senhor

requer de ti, senão que pratiques a justiça, ames a misericórdia e acompanhes humildemente o teu Deus?".

Nessas doutrinas estava contido um repúdio categórico de quase tudo o que a religião mais antiga representava. Em outras palavras, sua aceitação envolvia uma revolução religiosa, que apresentava importantes aspectos sociais e políticos. A riqueza se concentrara nas mãos de poucos. Milhares de pequenos lavradores tinham perdido sua liberdade e passado à sujeição de ricos proprietários. Se dermos crédito ao testemunho de Amós, o suborno era tão corrente nas cortes de justiça que o querelante num processo de execução de dívida, somente por dar ao juiz um par de sapatos, receberia, em ganho de causa, o acusado como escravo. A ameaça da dominação assíria pairava como uma sombra sobre essa situação. A fim de capacitar a nação a enfrentar essa ameaça, acreditavam os profetas que deveriam os abusos sociais ser escorraçados e o povo unido sob uma religião expurgada de corrupções alienígenas.

Os resultados dessa revolução não devem ser mal interpretados. Ela destruiu algumas das mais atrozes formas de opressão e extirpou grande parte dos barbarismos que se haviam insinuado na religião, vindo de fontes estrangeiras. Mas a fé hebraica ainda não era uma religião que cogitava da apresentasse clara semelhança com o judaísmo moderno. Mostrava escassa índole espiritual e quase nenhum traço de caráter místico. Em lugar de cogitar da vida do além, era orientada para esta vida. Seus fins eram sociais e éticos - promover uma sociedade justa e harmônica e diminuir ou reprimir a desumanidade do homem para com o homem - mas não cogitava em conferir a salvação individual depois da morte. Além disso, não havia crença no céu ou no inferno, ou em Satã como um poderoso opositor de Deus. As sombras dos mortos subiam ao Sheol, onde demoravam algum tempo no pó e na obscuridade, e depois desapareciam.

Não obstante, os ideais da revolução profética representavam, provavelmente, a mais alta perfeição da religião hebraica. Depois dessa época a sua degenerescência foi devida, mais uma vez, aos efeitos corruptores das influências externas. A primeira dessas

influências fêz-se sentir durante o período do Cativo da Babilônia, de 586 a 539 a.C., que constituiu o quarto período na evolução religiosa. Como resultado do contato com os neobabilônios, os judeus adotaram as idéias do pessimismo, do fatalismo e do caráter transcendental de Deus. Não mais conceberam Iavé como relacionado intimamente com os problemas sociais do seu povo, mas como um ser onipotente e inacessível cujo característico essencial era a santidade. Seus pensamentos não eram pensamentos de homem, nem seus hábitos os dos mortais. O dever principal do homem era submeter-se completamente à sua vontade inescrutável. As formas da religião também sofreram uma alteração profunda. Numa tentativa desesperada para preservar a identidade dos judeus como nação, seus chefes adotaram ou restauraram costumes e ditames que serviriam para distingui-los como um povo particular. A instituição do sábado, as formas de adoração na sinagoga, a prática da circuncisão e complicadas distinções entre alimentos puros e impuros assumiram, então, importância fundamental. Conquanto seja verdade que muitas dessas práticas tinham tido origem antes do exílio, por muitos anos não foram consideradas como elementos essenciais da religião. Além disso, os profetas tinham negado energicamente sua importância. O desenvolvimento de extensas regulamentações para a conduta do ritual aumentou inevitavelmente o poder dos sacerdotes, dando como resultado a transformação gradual do judaísmo numa religião eclesiástica.

O último período significativo da evolução da religião hebraica foi o período de após exílio, ou da influência persa. Pode-se dizer que ele se estendeu de 539 a cerca de 300 a.C. Talvez já se tenha dito o bastante para indicar o caráter da influência persa. Lembremos que, segundo o último capítulo, o zoroastrismo era uma religião dualística, messiânica, extraterrena e esotérica. No período que se seguiu ao exílio, essas mesmas idéias ganharam uma aceitação mais ampla entre os judeus. Adotaram a crença em Satã como o Grande Inimigo e o autor do mal. Desenvolveram uma escatologia, inclusive certas concepções como a da vinda do redentor espiritual, a da ressurreição dos mortos e a do julgamento final.

Voltaram sua atenção para a salvação num mundo extraterreno, como sendo mais importante do que o gozo desta vida. Finalmente, adotaram a concepção de uma religião revelada. Afirmava-se, por exemplo, que o Livro de Ezequiel fora preparado por Deus no céu e dado ao homem cujo nome traz, com a recomendação de que o "comesse". A seu tempo desenvolveu-se a idéia de que outros livros tinham sido ditados diretamente por lavé a alguns de seus fiéis. Com a adoção de crenças como essas, a fé hebraica evoluiu para longe do estrito monoteísmo e da simples religião ética dos tempos dos profetas.

4. CULTURA HEBRAICA

A certos respeito, o gênio hebraico era inferior a alguns de outras grandes nações da antiguidade. Em primeiro lugar, não revelava nenhum talento científico. Nenhuma descoberta importante foi realizada pelos hebreus em qualquer dos ramos da ciência. Nem tinham particular disposição para apropriar-se dos conhecimentos alheios. Não conseguiam construir uma ponte ou um túnel, a não ser do tipo mais primitivo. Não se sabe se isso era devido a uma falta de interesse por tais coisas ou se era ocasionado pela complexa absorção nos assuntos religiosos. Em segundo lugar, parece terem sido quase completamente destituídos de habilidade artística. Os únicos exemplos de arte glíptica hebraica consistem na gravação de sinetes, semelhantes aos dos sumerianos e hititas e usados para por assinaturas. Não possuíam arquitetura, escultura ou pintura dignas de menção. O famoso templo de Jerusalém absolutamente não era construção hebraica, mas produto da capacidade fenícia, pois Salomão importara artífices de Tiro para executar as tarefas mais complicadas.

Foi antes no direito, na literatura e na filosofia que o gênio hebraico se exprimiu de modo mais perfeito. Ainda que todos esses assuntos se ligassem intimamente à religião, apresentavam aspectos seculares. O mais belo exemplo de direito judaico é o Código Deuterônômico, que constitui o núcleo do Deuterônômio. A

despeito de suas pretensões a uma origem muito antiga, era provavelmente um fruto da revolução profética. Baseava-se, em parte, numa Lei do Pacto, bastante anterior, que por sua vez se derivava das leis dos cananeus e antigos babilônios. Suas disposições eram, em geral, mais esclarecidas que as do Código de Hamurabi. Uma delas recomendava a liberalidade para com o pobre e o estrangeiro. Outra ordenava a libertação do escravo hebreu que tivesse servido durante seis anos e insistia em que não fosse mandado embora com as mãos vazias. Uma terceira assentava que os juízes e outros funcionários deviam ser escolhidos pelo povo e proibia que aceitassem presentes ou mostrassem de qualquer forma parcialidade. Uma quarta condenava a feitiçaria, a adivinhação e a necromancia. A quinta denunciava a punição de crianças pela culpa dos pais e afirmava o princípio da responsabilidade individual pelo pecado. Uma sexta proibia a cobrança de juros em qualquer tipo de empréstimo feito de um judeu a outro. A sétima dispunha que ao fim de cada sete anos houvesse uma remissão das dívidas. "Todo credor remitirá ao seu próximo o que lhe tem emprestado; não o exigirá do seu próximo ou do seu irmão... salvo quando entre vós não houver pobres." Como era de esperar, dadas as circunstâncias de que se originou, o principal fim do Código Deuteronômico era infundir na sociedade judaica um caráter mais democrático e igualitário. Seus autores não estavam interessados em princípios abstratos. Não condenavam, por exemplo, a escravidão como um mal em si mesma: procuravam unicamente prevenir a escravidão permanente dos judeus. Não obstante, é inegável que esse código era política e socialmente mais democrático do que as leis de qualquer outra nação oriental, com exceção dos egípcios. Ao próprio rei era vedado acumular grandes riquezas ou abandonar-se às ostentações do luxo. Não se devia tolerar nenhum despotismo militar do tipo assírio ou babilônico. O rei não estava acima da lei, mas muito claramente submetido a ela. Devia levar sempre consigo uma cópia do código e "nele ler todos os dias de sua vida... para que seu coração não se eleve sobre os seus irmãos e não se aparte do mandamento". Além disso, seu poder e

o de seus funcionários era estritamente limitado. A administração da justiça era deixada quase inteiramente nas mãos do povo. Nos casos de culpabilidade controversa a decisão cabia aos mais velhos da cidade, mas a punição ordenada pelo código seria infligida pela família da vítima ou por toda a comunidade. Era também proibida a conscrição civil para serviço no estrangeiro; concedia-se isenção militar ao homem que construísse uma casa nova, plantasse uma nova vinha ou se casasse com uma nova esposa, e até mesmo ao homem que fosse "medroso e de coração tímido... a fim de que o coração de seus irmãos não se derreta como o seu coração".

A literatura hebraica foi, indiscutivelmente, a melhor que o Oriente antigo produziu. Quase tudo o que dela restou se conserva no Velho Testamento e nos chamados livros apócrifos. Com exceção de alguns fragmentos, como o cântico de Débora no Livro dos Juízes, 5, não é na verdade tão antiga quanto comumente se supõe. Os especialistas admitem atualmente que o Antigo Testamento originou-se de uma série de compilações e revisões nas quais os velhos e os novos fragmentos se consolidaram, sendo em geral atribuídos a um autor antigo, como, por exemplo, Moisés. A mais remota dessas redações não foi, porém, feita senão em 850 a.C. A maioria dos livros do Velho Testamento são de origem ainda mais nova, com exceção, por certo, de algumas das crônicas. Como facilmente se compreende, os livros filosóficos são de data posterior. Possivelmente muito poucos dos Salmos foram escritos antes do período do Cativo, ainda que grande número deles seja atribuído ao rei Davi. Os mais recentes são os livros do Eclesiastes, de Ester e de Daniel, compostos não antes do século III. Do mesmo modo os Apócrifos, ou seja, os livros de duvidosa autoridade religiosa, não viram a luz do dia antes de estar quase extinta a civilização hebraica. Alguns, como o livro dos Macabeus, I e II, relatam acontecimentos do século II a.C. Outros, inclusive a Sabedoria de Salomão e o Livro de Enoc, foram escritos sob a influência da filosofia greco-oriental.

Nem todos os escritos dos hebreus tinham alto mérito literário. Um número considerável era formado de crônicas repisativas e

monótonas. Apesar disso, a maioria deles, quer em forma de canto militar, profecia, poema lírico ou dramático, eram ricos de ritmo, imagens concretas e vigor emocional. Poucas passagens de qualquer literatura superam a escarninha acusação dos abusos sociais que o profeta Amós proferiu:

"Ouvi isto, vós que engolis o necessitado e fazeis perecer os indigentes da terra, dizendo: quando passará a lua nova para vendermos o nosso cereal, e o sábado para abrirmos os celeiros, para diminuirmos a medida e aumentarmos o siclo e servirmo-nos de balanças falsas, para comprarmos o pobre por prata e o necessitado por um par de sandálias, e para lhes vendermos, por bom preço, até as cascas do nosso trigo?"

O mais belo dos poemas de amor hebraicos foi o Cântico dos Cânticos, ou Cântico de Salomão. Muito provavelmente seu tema se derivava de um antigo hino ou motivo cananeu, celebrando a afeição apaixonada da Sulamita ou a deusa da fertilidade pelo seu amante, o Dod; esse hino, porém, havia muito que perdera seu significado original.

Os seguintes versos são típicos de sua beleza sensual:

Eu sou a rosa de Sharon, e a açucena dos vales.
Como a açucena entre os espinhos, assim é a minha amada entre as donzelas.

Meu amado é cândido e rubicundo, o primeiro entre dez mil.

A sua cabeça é como o ouro mais puro;

Os seus cabelos são crespos e negros como o corvo.

Os seus olhos são como olhos de pombas junto às torrentes das
águas.

Lavados em leite e como pedras bem engastadas.

As suas faces são como canteiros de bálsamo, como flores
aromáticas;

Os seus lábios são açucenas que destilam mirra cheirosa.

Quão belos são os teus pés calçados de sandálias, ó filha de
príncipe!

As juntas das tuas coxas são como colares fabricados por mão de mestre.

Poucas autoridades negariam ser o Livro de Jó a suprema realização do gênio literário hebraico. A obra tem a forma de um drama sobre a luta trágica entre o homem e o destino. Seu tema central é o problema do mal: como se explica que o justo sofra enquanto os olhos do ímpio andam esbugalhados de gordura? É uma história antiga, muito provavelmente adaptada de um escrito babilônio de conteúdo semelhante, mas os hebreus nele introduziram uma percepção mais profunda das possibilidades filosóficas do assunto. A figura principal - Jó - um homem de irrepreensível virtude, é subitamente colhido por uma série de desastres: é despojado de sua propriedade, seus filhos são mortos e seu corpo atormentado por dolorosa enfermidade. A princípio, a atitude de Jó é de resignação estóica, pois se deve aceitar o mal como se aceita o bem. Mas, com o acúmulo de seus sofrimentos, mergulha no desespero. Amaldiçoa o dia em que nasceu e apostrofa a morte, no seio da qual "o ímpio cessa de inquietar e o cansado encontra descanso".

Segue-se um extenso debate entre Jó e seus amigos sobre o significado do mal. Estes tomam o ponto de vista hebreu tradicional, segundo o qual todo o sofrimento é punição de pecados cometidos e todos os que se arrependem são perdoados e fortalecidos no caráter. Mas Jó não se convence com nenhum desses argumentos. Dividido entre a esperança e o desespero, procura reexaminar o problema sob todos os ângulos. Considera até a possibilidade de que a morte não seja o fim e de que haja algum ajustamento da balança no além. Mas recai no desespero e chega a considerar Deus como um demônio onipotente, destruindo sem misericórdia quanto ordena Seu capricho ou Sua ira. Finalmente, apela em sua angústia ao Deus todo-poderoso para que se revele e faça conhecer ao homem o Seu caminho. Deus, apresentando-se num redemoinho, responde com uma magnífica exposição das formidáveis obras da natureza. Convencido de sua

própria insignificância e da inexprimível majestade de Deus, Jó humilha-se e penitencia-se no pó e na cinza. Não se chega, afinal, a qualquer solução para o problema do sofrimento individual. Não se faz qualquer promessa de recompensa numa vida extraterrena, nem se esforça Deus em refutar o pessimismo sem esperança de Jó. O homem deve encontrar conforto na reflexão filosófica de que o universo ultrapassa a sua pessoa e de que Deus não pode realmente, na prossecução de Seus sublimes fins, limitar-se aos padrões humanos de equidade e bondade.

Como filósofos, os hebreus sobrepujaram todos os outros povos anteriores aos gregos, excetuando-se possivelmente os egípcios. Apesar de não serem brilhantes metafísicos e de não terem construído grandes teorias sobre o universo, interessaram-se pela maior parte dos problemas relacionados com a vida e o destino do homem. Seu raciocínio era antes pessoal que abstrato. Seus mais antigos escritos de caráter nitidamente filosófico são talvez o Livro dos Provérbios e o livro apócrifo do Eclesiástico. Na sua forma final ambos são de composição recente, mas grande parte do material neles contido é sem dúvida bem antiga. Nem tudo ali é original, pois uma considerável parcela foi tomada de fontes egípcias, especialmente dos escritos de Amenemope, que viveu mais ou menos em 1000 a.C. A filosofia dos Provérbios e do Eclesiástico não é muito profunda e pode ser considerada como representativa da adolescência intelectual da nação hebraica. É quase completamente ética, mas apela acima de tudo para as considerações de prudência e não para a vontade de Deus ou para quaisquer padrões absolutos de justiça e injustiça. Seus ensinamentos principais são: quem for moderado, diligente, prudente e honesto será certamente recompensado com a prosperidade, uma vida longa e um bom nome entre os homens. Somente em algumas passagens isoladas reconhecem-se motivos mais elevados de simpatia ou respeito pelos direitos dos outros; eis um exemplo: "O que escarnece do pobre exprobra Aquele que o criou; o que se alegra com a calamidade não ficará impune."

Uma filosofia muito mais profunda e crítica está contida no Eclesiastes, um livro do Antigo Testamento que não deve ser

confundido com o apócrifo Eclesiástico, acima mencionado. O autor do Eclesiastes é desconhecido. Por uma razão qualquer foi atribuído a Salomão, mas certamente não é de sua autoria, pois inclui doutrinas e formas de expressão desconhecidas dos hebreus durante centenas de anos depois de sua morte. Os críticos modernos não o datam de antes do século III a.C. As idéias básicas da filosofia desse livro podem ser sumariadas como se segue:

1) Mecanismo. O universo é uma máquina que marcha eternamente, sem acusar qualquer objetivo ou fim. Nada há de novo sob o sol; não há progresso, mas mera repetição sem fim do passado. A aurora e o pôr do sol, o nascimento e a morte não são mais do que fases isoladas de ciclos que constantemente se repetem.

2) Determinismo. O homem é uma vítima dos caprichos do destino. Não há relação necessária entre esforço e êxito: "A corrida não é feita para o rápido, nem a batalha para o forte, nem ainda o sustento para o prudente... mas a todos acontece o tempo e a sorte."

3) Ceticismo. É impossível conhecer as últimas causas. Não há provas de existir uma alma ou uma vida depois da morte. Homens e animais são semelhantes: "todos vêm do pó e voltam para o pó".

4) Pessimismo. Tudo é vaidade e inquietação de espírito. Fama, riqueza, prazeres extravagantes são armadilhas e, no fim, desilusão. Ainda que a sabedoria seja melhor que a loucura, ela própria não é uma chave segura para a felicidade, pois o aumento de sabedoria traz uma percepção mais nítida do sofrimento. Somente uma boa reputação e a alegria no trabalho executado pelas próprias mãos são dignas de grande apreço.

5) Moderação. Os extremos do ascetismo, bem como os extremos do prazer, devem ser evitados. "Não sejas reto demais... não sejas ímpio demais; por que deverias morrer antes de teu dia?" (19).

5. A MAGNITUDE DA INFLUÊNCIA HEBRAICA

A influência dos hebreus, como a de quase todas as demais nações do Oriente, foi principalmente religiosa e ética. Embora seja verdade que o Velho Testamento serviu como fonte de inspiração para grande parte da literatura e da arte da Renascença e das civilizações modernas recentes, deve-se isso principalmente ao fato de a Bíblia constituir já, como parte da herança religiosa, assunto de conhecimento comum. A mesma explicação pode ser aplicada ao uso do Velho Testamento como fonte de direito e de teoria política pelos calvinistas do século XVI e por muitos outros cristãos, tanto depois como antes desse tempo.

Mas esses fatos não significam que a influência hebraica tenha sido pequena. Pelo contrário, a história de quase todas as civilizações ocidentais, durante os últimos dois milhares de anos, teria sido radicalmente diferente sem a herança de Judá, pois não se deve esquecer que as crenças hebraicas faziam parte dos fundamentos principais do cristianismo. A relação entre as duas religiões é freqüentemente mal interpretada. Costuma-se apresentar o movimento inaugurado por Jesus de Nazaré como uma revolta contra o judaísmo, mas esse fato constituía só um ângulo da questão. Pouco antes da era cristã a nação judaica se dividira em três seitas principais: uma seita de maioria - a dos fariseus, e duas outras de minoria - a dos saduceus e a dos essênios. Os fariseus representavam a classe média e a parte mais instruída do povo comum. Acreditavam na ressurreição, em recompensas e punições depois da morte e na vinda de um messias político. Ardentemente nacionalistas, advogavam a participação no governo a fiel observância do ritual antigo. Infelizmente, consideravam todas as partes da lei como tendo a mesma importância virtual, quer se referissem a assuntos de cerimonial, quer a obrigações de ética social.

Representando uma camada social completamente as seitas minoritárias discordavam dos fariseus tanto nas questões religiosas como nas políticas. Os saduceus, que incluíam os

sacerdotes e as classes mais ricas, eram famosos por negar a ressurreição e as recompensas e punições na vida extraterrena. Ainda que, ao menos temporariamente, tenham favorecido a aceitação da ordem romana, sua atitude em relação à lei antiga era ainda mais inflexível do que a dos fariseus. A seita dos essênios, a menor delas, foi talvez a mais influente. Seus membros, que eram tirados das classes mais baixas, praticavam o ascetismo e pregavam o misticismo como meios de protesto contra a riqueza e o poder dos sacerdotes e dos governantes. Comiam e bebiam apenas o suficiente para se manterem vivos, possuíam todos os seus bens em comum e consideravam o casamento um mal necessário. Longe de ser patriotas fanáticos, encaravam o governo com indiferença e se recusavam a prestar juramento em qualquer contingência. Acentuavam mais os aspectos espirituais da religião do que o ritual e insistiam particularmente na imortalidade da alma, na vinda de um messias religioso e na iminente destruição do mundo.

Todos os ramos do judaísmo, com exceção dos saduceus, exerceram forte influência sobre o desenvolvimento do cristianismo. Na verdade, muitos cristãos encaram a sua religião como o próprio judaísmo completado e aperfeiçoado. Foi às fontes judaicas que o cristianismo foi buscar a sua cosmogonia, os Dez Mandamentos e uma boa parte da sua teologia. O mesmo Jesus, embora condenasse o legalismo e a hipocrisia dos fariseus, não repudiava todos os princípios da seita. Como eles, reverenciava os profetas, acreditava nas recompensas e castigos depois da morte e considerava os judeus como o povo eleito de Deus. Ao invés de abolir a Lei, como em geral se supõe, exigia o seu cumprimento, mas insistindo em que isso não se devia tornar parte predominante da religião. Até que ponto as crenças e práticas da religião cristã foram moldadas pelo judaísmo mais radical dos essênios, é questão que nunca recebeu resposta satisfatória. A influência permanente deve ter sido pequena. Sem embargo, sabemos que muitos cristãos primitivos praticavam o ascetismo, olhavam o governo com indiferença, tinham os seus bens em comum e acreditavam na iminência do fim do mundo. Isso não significa, por

certo, que o cristianismo fosse uma simples adaptação de crenças e práticas emanadas do judaísmo. Devido a vários fatores, continha ele muitos elementos próprios; mas este é um assunto que será mais conveniente discutir alhures.

Também foi considerável a influência ética e política dos hebreus. Suas concepções morais tornaram-se um fator dominante do desenvolvimento da atitude negativa em face da ética, que prevaleceu por tanto tempo nos países do Ocidente. Para os antigos hebreus, a "retidão" consistia principalmente na observância de tabus. Se bem que uma moral positiva de caridade e justiça social tivesse feito rápidos progressos na época dos profetas, essa moral foi, por sua vez, em parte obscurecida pelo reflorescimento da influência dos sacerdotes durante o período que se seguiu. Em resultado disso, a Torá ou Pentateuco, que continha o código de conduta pessoal do judeu, chegou a ficar saturada de proibições ritualísticas. Com respeito à influência política o quadro é mais imponente. Os ideais hebreus do governo limitado, da soberania da lei e da consideração pela dignidade e pelo valor do indivíduo contam-se entre as grandes influências formadoras que plasmaram o desenvolvimento da moderna democracia. É universalmente admitido, hoje, que as tradições do judaísmo não contribuíram menos que a influência do cristianismo e da filosofia estóica para promover o reconhecimento dos direitos do homem e o desenvolvimento da sociedade livre.

Capítulo 7

As Culturas Hitita e Egéia; Culturas Menores

ALGUMAS outras culturas do Oriente Próximo requerem mais que uma referência de passagem. As principais entre elas são as culturas hitita, egéia, lídia e fenícia. A importância dos hititas residiu primariamente no seu papel de intermediários entre Oriente e Ocidente. Foram eles um dos grandes elos de ligação entre as civilizações do Egito, do vale do Tigre-Eufrates e da região do Mar Egeu. Parece certo, além disso, que foram os primeiros descobridores do ferro. Introduziram o uso desse metal entre os povos circunvizinhos, que não tardaram a adotá-lo em lugar do bronze. A civilização egéia é significativa pelas suas notáveis realizações nas artes, pelo espírito de liberdade e pela coragem das suas tentativas. Ainda que muitas de suas realizações tenham perecido, há provas de que os gregos deveram muito a esses povos. A religião grega, por exemplo, continha numerosos elementos egeus. É provável que fossem igualmente de origem egéia o amor dos gregos pelo atletismo, o seu sistema de pesos e medidas, o conhecimento da navegação e talvez muitas de suas tradições artísticas. Quanto aos fenícios, ninguém poderia negar a importância da difusão, que a eles se deve, do conhecimento do alfabeto através do mundo civilizado circundante. Os lídios, por sua vez, passaram à história como os criadores do primeiro sistema de cunhagem.

1. OS HITITAS

Até mais ou menos oitenta anos atrás, pouco se conhecia dos hititas além de seu nome. Admitia-se comumente não terem eles desempenhado papel de nenhuma significação no drama da história. As raras referências feitas aos hititas na Bíblia davam a impressão de serem pouco mais que uma tribo semibárbara. Mas, em 1870, foram encontradas em Hamath, na Síria, algumas pedras com inscrições singulares. Foi esse o ponto de partida de uma

extensa pesquisa, que continuou até hoje com poucos interrupções. Não tardaram a ser descobertas dezenas de outros monumentos e grande número de tabuletas de argila, espalhados por quase toda a Ásia Menor e pelo Oriente Próximo, até ao vale do Tigre-Eufrates. Em 1907 a pá dos escavadores pôs a nu alguns restos de uma antiga cidade, próxima ao vilarejo de Boghaz-Keui, na província da Anatólia. Escavações ulteriores revelaram, por fim, as ruínas de uma grande capital fortificada, que é conhecida como Hatusas ou Cidade Hitita. Dentro de seus muros foram descobertos mais de 20.000 documentos e fragmentos, sendo grande parte constituída por leis e decretos, dos quais um bom número já se encontra decifrado.

À base desses achados e de outras provas que gradualmente se foram acumulando, tornou-se logo claro terem sido os hititas, outrora, os senhores de um poderoso império que cobria grande parte da Ásia Menor e se estendia até as vizinhanças do Alto Eufrates. Em certa época esse império incluiu também a Síria e mesmo porções da Fenícia e da Palestina. Os hititas alcançaram o zênite de seu poder nos anos compreendidos entre 2.000 a 1.200 a.C. No último século desse período, empenharam-se em longa e exaustiva guerra com o Egito, guerra essa que influiu bastante na queda dos dois impérios. Ambos tornaram-se incapazes de reaver suas forças. Depois de 1.200 a.C., Carchemish, no rio Eufrates, tornou-se por algum tempo a principal cidade hitita, antes porém como centro comercial do que como capital de um grande império. Os dias de glória imperial tinham-se acabado. Finalmente, depois de 717 a.C., todos os territórios hititas restantes foram conquistados e absorvidos pelos assírios, lídios e frígios.

São problemas ainda não resolvidos a proveniência dos hititas e suas ligações raciais. A crer nas pinturas egípcias, alguns deles parecem ter sido de tipo mongolóide. Todos tinham enormes narizes aduncos, fronte fugidias e olhos oblíquos. A maioria dos arqueólogos modernos coloca no Turquestão o seu lugar de origem e considera-os relacionados com os gregos. Falavam uma língua indo-européia, cujo segredo foi desvendado durante a primeira guerra mundial pelo orientalista tcheco Hrozny. Desde

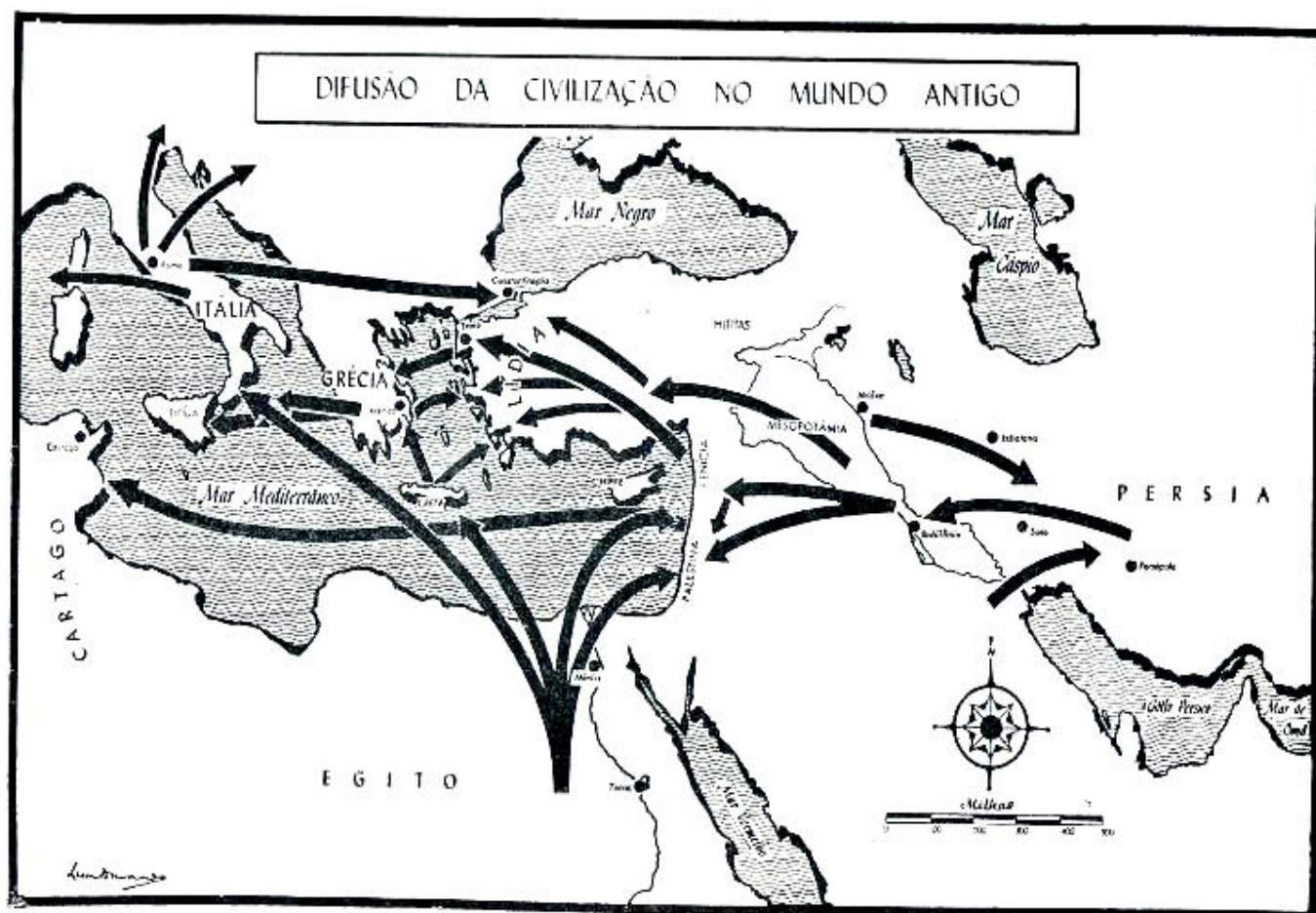
então têm sido decifrados milhares de tabuletas de argila contendo as leis e os registros oficiais do império. Esses documentos revelam uma civilização mais próxima da dos antigos babilônios que de qualquer outra.

Os elementos de que dispomos não são ainda suficientes para tornar possível uma avaliação exata da civilização hitita. Alguns historiadores modernos referem-se a ela como se estivesse em nível idêntico ao da civilização mesopotâmica ou até ao da egípcia. Talvez isso seja verdade do ponto de vista material, pois os hititas tiveram sem dúvida alguma um conhecimento extensivo da agricultura e uma vida econômica em geral altamente desenvolvida. Extraíam grande quantidade de prata, cobre e chumbo, que vendiam às nações circunvizinhas. Descobriram a mineração e o uso do ferro, tornando utilizável esse material para o resto do mundo civilizado. O comércio foi também uma de suas principais atividades econômicas. Parece, com efeito, que, na expansão de seu império, dependeram quase tanto da penetração comercial quanto da guerra.

Por outro lado, nada há que indique por ora qualquer nítida superioridade no terreno das aquisições intelectuais, se bem que, certamente, ninguém possa dizer o que revelarão as futuras pesquisas. Os milhares de tabuletas de argila recuperados parecem ser acima de tudo documentos relacionados com negócios, leis e religião. A literatura dos hititas consistia mormente em mitologia, inclusive adaptações da epopéia de Gilgamesh e das lendas da Criação e do Dilúvio dos antigos babilônios. Nada tinham que mereça o nome de filosofia, nem há indícios duma originalidade científica fora das artes metalúrgicas. Evidentemente possuíam certo dom para o aperfeiçoamento da escrita, pois, além de uma escrita cuneiforme modificada que derivaram da mesopotâmica, desenvolveram também um sistema hieroglífico de caráter parcialmente fonético.

Uma das realizações mais significativas dos hititas foi o seu sistema legal. Refletindo, embora, a influência babilônica, era em larga parte original. Aproximadamente duzentos artigos isolados ou decretos completos, versando sobre grande variedade de

assuntos, foram traduzidos. Refletem uma sociedade relativamente urbana e requintada, mas submetida a um minucioso controle governamental. Os proprietários de toda a terra eram o rei ou os governos das cidades. Faziam-se concessões aos indivíduos somente como recompensa de serviços militares e sob a condição estrita de ser a terra cultivada. Se algum beneficiário deixava de cumprir tais obrigações, revertiam suas terras para o Estado. Nas próprias leis se estabeleciam os preços de grande número de mercadorias - não só artigos de luxo e produtos industriais, mas também de alimentação e vestuário. Os salários e os pagamentos de serviços eram do mesmo modo minuciosamente prescritos, sendo o pagamento das mulheres fixado em menos da metade do homem.



Globalmente, o direito hitita era mais humano que o dos antigos babilônios. A morte era punição estabelecida tão-só em oito casos,

entre os quais crimes como a feitiçaria, relações sexuais com animais e furtos de objetos pertencentes ao palácio. Mesmo o assassinio premeditado era punível somente por uma multa. A mutilação não figura como pena, a não ser para o incêndio premeditado ou para o roubo, quando cometidos por um escravo. O contraste com as crueldades da lei assíria é muito mais flagrante. Nos decretos hititas não há um exemplo sequer de punições cruéis como o esfolamento, a "castração e o empalamento, que os soberanos de Nínive julgavam necessários à manutenção de sua autoridade". Infortunadamente, permanecem imersas em mistério as causas que determinaram esse espírito mais liberal dos legisladores hititas. Talvez tivessem o bom senso de perceber que a justiça é mais importante do que a força na preservação de uma sociedade bem ordenada.

A arte dos hititas não possuía mérito especial. Tanto quanto sabemos, incluía somente a escultura e a arquitetura. A primeira era tosca e ingênua, mas ao mesmo tempo revelava uma frescura e um vigor raríssimos nas obras dos povos orientais. Grande parte dela compõe-se de relevos representando cenas de guerra e da mitologia. A arquitetura, volumosa e pesada, mostra-nos templos e palácios acachapados, construções desadornadas com pequenos pórticos de duas colunas e grandes leões de pedra guardando a entrada.

Pouco se sabe a respeito da religião hitita além do fato de que possuía uma mitologia complicada, inúmeras divindades e formas de culto de origem mesopotâmica. O nome da divindade masculina principal parece ter sido Addu, um deus da tempestade constantemente representado com um feixe de raios saindo da mão. O posto principal da hierarquia era dado, contudo, à deusa-mãe da fertilidade, cujo nome se desconhece. Adoravam também um deus do sol e uma multidão de divindades, algumas das quais, aparentemente, não tinham nenhuma função particular. Os hititas parecem ter acolhido no seu panteão quase todos os deuses dos povos que conquistaram e até das nações que deles compravam mercadorias. As práticas religiosas incluíam a adivinhação, o sacrifício, as cerimônias de purificação e as orações. Nada pôde

ser encontrado nos documentos que indicasse ter sido a religião, em qualquer sentido, uma religião ética.

O maior valor histórico dos hititas reside, provavelmente, no papel que desempenharam como intermediários entre o vale do Tigre-Eufrates e as partes mais ocidentais do Oriente Próximo. Foi, sem dúvida, principalmente desse modo que certos elementos culturais da Mesopotâmia foram transmitidos a povos como os cananeus e os hicsos e, talvez, aos povos das ilhas do Egeu. Mas a própria cultura hitita não deixou de exercer uma influência direta. Refletia-se nitidamente nos costumes sociais dos frígios, que floresceram nos últimos anos da era pré-cristã. Algumas autoridades sustentam que os troianos, que foram atacados pelos gregos no século XII a.C., eram aliados dos hititas. Se isso for verdade, será quase inelutável a conclusão de que a cultura troiana teria sofrido a influência hitita. Visto que os troianos mantinham estreitas relações com os cretenses, se é que não eram da mesma raça, é razoável supor um certo intercâmbio cultural entre os hititas e os principais centros da civilização egéia.

2. A CIVILIZAÇÃO EGÉIA

Por uma estranha coincidência, o descobrimento da existência das civilizações hitita e egéia, foi feito quase ao mesmo tempo. Antes de 1870, quase ninguém imaginava que uma grande civilização tivesse florescido nas ilhas do Egeu e no litoral da Ásia Menor centenas de anos antes do aparecimento dos gregos. Os estudantes da Ilíada naturalmente conheciam as referências a um povo estranho que se dizia ter residido em Tróia e o qual raptara a formosa Helena e fora punido pelos gregos com o cerco e a destruição de sua cidade. Supunha-se comumente, porém, que essas histórias fossem meros produtos da imaginação poética.

O primeiro descobrimento de um centro de cultura egéia não foi realizado por um arqueólogo profissional, mas por um negociante alemão aposentado, que se chamava Heinrich Schliemann. Fascinado, desde adolescente, pelas histórias relatadas nos

versos épicos de Homero, resolveu dedicar sua vida às pesquisas arqueológicas, tão logo tivesse rendimentos que o habilitassem a realizá-la. Felizmente para ele e para o mundo, acumulou uma fortuna graças ao petróleo russo e então se retirou dos negócios para despendar o seu tempo e o seu dinheiro na realização dos seus sonhos da juventude. Em 1870 começou a escavar em Tróia. Dentro de poucos anos tinha descoberto partes de nove cidades diferentes, cada qual construída sobre as ruínas de sua predecessora. Identificou a segunda dessas cidades com a Tróia da Ilíada, embora se tenha provado mais tarde que Tróia era a sexta. Depois de realizar sua primeira grande ambição, iniciou escavações no território continental grego e descobriu finalmente duas outras cidades egéias: Micenas e Tirinta. O trabalho de Schliemann foi logo seguido pelo de outros investigadores, especialmente pelo inglês sir Arthur Evans, que descobriu Cnosso, a resplandecente capital dos reis de Creta. Até a presente data foi cuidadosamente pesquisada mais da metade das localidades egéias e acumulou-se grande cópia de conhecimentos sobre vários aspectos da sua cultura.

Parece que a civilização egéia se originou na ilha de Creta, sendo seus estabelecimentos na Grécia Continental e na Ásia Menor devidos, evidentemente, à expansão. Em poucos outros exemplos da história tem a interpretação geográfica das origens culturais, tão justa aplicação. Creta possuía um clima benigno e uniforme, nem quente a ponto de tornar o homem preguiçoso, nem tão frio que exigisse uma vida de lutas incessantes. Embora o solo fosse fértil, a área era limitada; em consequência, com o crescimento da população, os homens se viram compelidos a aguçar a imaginação e a inventar novos meios de ganhar a vida. Alguns emigraram, outros fizeram-se marinheiros, mas um grande número permaneceu na terra natal, produzindo mercadorias para exportar. Assim se tornaram uma nação industrial e comercial, com cidades prósperas e numerosos contatos com o mundo civilizado que os circundava. Além disso, havia provisões naturais de cobre, ouro, prata, chumbo e bons materiais de construção. E, finalmente, as

belezas naturais que abundavam por quase toda a parte estimularam o desenvolvimento de uma arte maravilhosa.

A civilização egéia foi uma das mais antigas na história do mundo. Já em 3.000 os naturais de Creta haviam realizado a transição do período neolítico para a idade dos metais e, provavelmente, para a da escrita. A primeira etapa foi completada sob a direção das cidades de Cnosso e Festo, mais ou menos em 1.800 a.C. Cerca de uma centena de anos depois, ocorreu uma tremenda calamidade. O grande palácio de Cnosso foi demolido e, também, as principais construções de várias outras cidades. Não pôde ser determinado exatamente o que aconteceu, mas há fundamentos para se julgar que a causa do desastre tenha sido um terremoto seguido de uma revolução. Seja como for, uma nova dinastia subiu ao trono, adotou-se um novo sistema de escrita e outros elementos da vida passada foram mudados.

Depois de mais ou menos cinqüenta anos de incerteza a civilização egéia alcançou novos píncaros em brilhantismo e força. Foram reconstruídas Tróia e as cidades de Creta e fundaram-se novos centros em Micenas e Tirinta. Logo depois, a hegemonia cretense se estendeu por sobre as partes restantes do mundo egeu. Mas não devia durar muito a nova era de poder e esplendor. No século XVI a.C. um grupo de bárbaros gregos, conhecidos como aqueus, investiu contra o Peloponeso e finalmente conquistou Micenas. Absorvendo gradativamente a cultura dos vencidos, tornaram-se ricos e poderosos senhores dos mares. Mais ou menos em 1.400 a.C. subjugaram a cidade de Cnosso e, logo depois, toda a ilha de Creta passou para o seu poder. Embora já não fossem um povo primitivo, parece que nunca apreciaram os mais belos aspectos da cultura egéia. Em resultado, esse período de supremacia de Micenas caracterizou-se por um declínio dos egeus na arte e, provavelmente, também no campo intelectual. No século XII os aqueus guerrearam com os troianos e saíram vitoriosos, mas menos de dois séculos depois eles mesmos sofreram uma invasão bárbara. As novas hordas eram também gregas, mas pertenciam ao grupo conhecido como os dórios. Sua cultura era relativamente primitiva, salvo o fato de possuírem

armas de ferro. Viveram vários séculos na parte continental da Grécia e aos poucos foram avançando em direção ao sul. Aproximadamente em 1.200 a.C., iniciaram a conquista das cidades micênicas. Duzentos anos depois, a civilização egéia passara para o limbo da história.

O caráter racial do povo egeu pôde ser determinado com bastante exatidão. A ilha de Creta, pelo menos, tem oferecido dados arqueológicos em suficiente abundância para não deixar dúvida quanto à origem mista dos seus antigos habitantes, cujos antepassados parecem ter vindo da Síria e da Anatólia e eram estreitamente aparentados aos hititas e aos primeiros invasores da Índia. Além disso, o fato de que os seus artistas os pintavam como indivíduos de cabeça alongada, pequena estatura, corpo esbelto e cabelos negros e ondulados constitui indício de parentesco entre eles e os egípcios. Embora ocupassem território grego, não eram, em absoluto, gregos no significado histórico da palavra. Os verdadeiros gregos, como veremos mais adiante, eram de origem étnica totalmente diversa.

A civilização egéia foi provavelmente uma das mais livres e progressistas de todo o Oriente Próximo. O governante era conhecido pelo título de Minos, que equivalia mais ou menos ao de faraó. O fato de ser o termo usado, acidentalmente, com referência a um deus mostra que era um título de divindade. Entretanto, Minos não era um guerreiro feroz como os reis assírios e persas, seu exército profissional era pequeno; não possuía grandes cidades fortificadas, nem há qualquer indício da prática da conscrição militar. Possuía uma grande e eficiente armada, mas se destinava à defesa contra o ataque externo e à proteção do comércio, e não a subjugar os cidadãos na terra natal.

Por outro lado, havia uma arregimentação da indústria, mas não se sabe para que fim. O rei era o principal capitalista e empresário do país. As fábricas ligadas ao seu palácio produziam, em larga escala, cerâmica de ótima qualidade, tecidos e artigos de metal. Alguns desses produtos destinavam-se a suprir as necessidades da corte, mas grande número deles eram vendidos tanto no interior como no exterior. Embora não fosse proibida a empresa privada,

os possuidores de estabelecimentos menores sofriam naturalmente certa desvantagem em competir com o rei. Não obstante, floresceram numerosas fábricas pertencentes a particulares, sobretudo em cidades que não a capital. Gúrnica, por exemplo, possuía fundições para a manufatura de bronze; Terásia, refinarias de óleo de azeitona e Festo, fábricas de cerâmica. Deve-se compreender que esses estabelecimentos, tanto os reais como os particulares, eram fábricas quase que em todos os sentidos modernos da palavra. Apesar de não usarem maquinaria acionada a força motriz, empenhavam-se na produção em larga escala e havia divisão de trabalho, controle centralizado e supervisão dos trabalhadores.

O povo egeu de quase todas as classes parece ter levado uma vida feliz e bastante próspera. Se de fato existia a escravidão, certamente desempenhava um papel bem pouco importante. As casas dos mais pobres quarteirões das cidades industriais, como Gúrnica, eram construídas com solidez e comodidade, muitas vezes com seis ou oito peças, embora, está claro, não saibamos quantas famílias nelas residiam. A julgar pelo número de inscrições achadas nas casas de gente comum, a alfabetização era quase universal. As mulheres gozavam de completa igualdade em relação aos homens. Sem consideração de classe, não havia atividade pública que lhes fosse vedada e nenhuma ocupação da qual não pudessem participar. Creta possuía seus toureiros femininos e até mesmo mulheres lutadoras. As senhoras das camadas superiores devotavam grande tempo à moda. Vestidas com seus corpetes bem justos e saias em forma de sino, guarnecidas de folhos que não estariam fora de estilo no século XIX europeu, porfiavam umas com as outras no atrair a atenção quando estavam nos camarotes dos teatros ou nos outros numerosos centros de diversões.

Os naturais da área do Egeu deleitavam-se com jogos e competições de todo tipo. O xadrez, a dança, as corridas e o boxe rivalizavam na atração que exerciam sobre o povo. Os cretenses foram os primeiros a construir teatros de pedra, nos quais os desfiles e a música entretinham grandes públicos. Mas a mais

popular de todas as diversões, ao menos como espetáculo, era o cavalgar touros como nos rodeios de nossos dias. Esse esporte não era tão cruel quanto as modernas touradas, por isso que não havia picador para torturar o touro nem matador para sacrificá-la. Assim que o animal ficava bastante enfurecido, para investir, de cabeça baixa, um atleta o agarrava pelos chifres, saltava sobre o lombo, fazia algumas piruetas perigosas e depois pulava para o chão. De certo modo, faltava a essas exhibições a trágica beleza que Ernest Hemingway viu nas touradas espanholas, mas eram sem dúvida mais humanas.

A religião dos súditos do Minos era uma mistura de estranhos característicos. Em primeiro lugar, era matriarcal. A divindade principal não era um deus, mas uma deusa que dominava todo o universo: o mar e o céu não menos que a terra. Todas as coisas existentes emanavam dela. Mas era principalmente como corporificação da fecundidade e, em consequência, como fonte de toda a vida, que assumia significado especial. Nessa função era amiúde representada como uma madona de seios nus, carregando o infante sagrado ou vigiando-o com ternura. Acompanhavam-na constantemente a serpente e a pomba, quiçá como símbolos de sua força geradora e de suas qualidades de sabedoria e de misericórdia. A princípio não parece ter sido adorada qualquer divindade masculina, porém mais tarde foi associado um deus à deusa, como seu filho e amante. Ainda que, como os filhos divinos em inúmeras outras religiões, morresse e ressurgisse dos mortos, nunca foi considerado de grande importância pelos cretenses.

A religião egéia tinha, em segundo lugar, um caráter totalmente monístico. A deusa-mãe era tanto a fonte do mal como do bem, mas nunca com sentido mórbido ou terrificante. Embora trouxesse no seu rastro a tempestade e espalhasse a destruição, isso apenas servia para renovar a natureza. A própria morte era interpretada como um pré-requisito condicional da vida. Não se sabe se a religião envolvia quaisquer objetivos éticos. Seus fiéis punham sem dúvida as esperanças numa feliz sobrevivência no outro mundo, ainda que isso não constituísse necessariamente uma recompensa das boas ações praticadas na terra. Os mortos

eram solicitamente enterrados e providos de quase tudo o que pudesse contribuir para o seu conforto e prazer. Os principais suprimentos que acompanhavam os mortos de qualquer classe e idade eram: alimentos, bebidas, objetos de toilette, lâmpadas, navalhas, espelhos e jogos. Além disso, dava-se ao caçador sua lança; ao marinheiro, uma miniatura de seu barco favorito; às crianças seus brinquedos; e aos homens ricos, efígies de seus servos. Nunca se encontraram sinais de qualquer crença num lugar de punição futura.

Havia ainda outros característicos curiosos: a adoração de animais (o touro, o veado e o minotauro, que era metade touro e metade homem), a adoração de árvores sagradas, a veneração de objetos sagrados, que provavelmente eram símbolos da reprodução (o machado de dois gumes, o pilar e a cruz) e o emprego de sacerdotisas em lugar de sacerdotes para executar os ritos do culto. Indubitavelmente, o ato de adoração mais importante era o sacrifício. Nos grandes festivais religiosos eram apresentadas, como oferendas de agradecimento à deusa e ao seu filho, centenas de animais e grande quantidade de cereais e frutas. É duvidoso, no entanto, que tais sacrifícios representassem, em qualquer sentido, uma expiação de pecados cometidos. Eram, antes, feitos com o fim de oferecer sustento às divindades e colocar o homem em estado de amizade sacramental com elas. A idéia oriental do bode expiatório, ou o derramamento de sangue para a remissão de pecados, parecem ter sido estranhos ao espírito egeu.

Durante cerca de oitenta anos após o descobrimento da civilização egéia, o seu sistema de escrita permaneceu um dos enigmas da história. Por volta de 1950, no entanto, o orientalista tcheco Bedrich Hrozny, que já havia decifrado a escrita hitita, logrou desvendar o mistério das inscrições cretenses. Mostrou ele que esse povo dominante do Egeu possuiu não apenas um sistema de escrita, mas três: uma escrita hieroglífica e duas lineares, que foram usadas em épocas sucessivas. Por infortúnio, os espécimes atualmente decifrados muito pouco revelam sobre a natureza da cultura egéia. Se existem escritos literários ou filosóficos, é

questão até agora sem resposta. O problema das realizações científicas não apresenta tantas dificuldades, uma vez que temos relíquias materiais para nos orientar. Os descobrimentos arqueológicos feitos na ilha de Creta indicam que os seus antigos habitantes eram talentosos inventores e engenheiros. Construíam excelentes estradas de concreto, com cerca de três metros e meio de largura. Quase todos os princípios fundamentais da moderna engenharia sanitária eram conhecidos pelos planeadores do palácio de Cnosso, graças ao que a família real de Creta, no século XVII a.C., gozava de confortos e conveniências que não eram desfrutados pelos mais ricos monarcas dos países ocidentais no século XVII da nossa era.

A arte é a realização do povo egeu que, mais do que qualquer outra, parece refletir a vitalidade e a independência de sua cultura. Excetuando-se a dos gregos, nenhuma outra arte do mundo antigo pode se igualar a ela. Seus traços característicos eram a delicadeza, a espontaneidade e o naturalismo. Não pretendia glorificar a ambição de uma arrogante classe dominante ou inculcar doutrinas religiosas, mas exprimir a satisfação do homem comum com o mundo de beleza que o rodeava. Em consequência, era notavelmente liberta da influência retardadora da tradição. Não tinha competidora, além disso, na universalidade de suas aplicações, pois se estendia não somente às pinturas e às estátuas, mas até aos mais humildes objetos de uso cotidiano.

Das artes maiores, a arquitetura foi a menos desenvolvida. Os grandes palácios não eram realmente construções muito belas, mas estruturas caprichosas que visavam principalmente a amplitude e o conforto. À medida que um maior número de funções era absorvido pelo estado, os palácios se alargavam para acomodá-las. Novas partes anexavam-se às já construídas ou empilhavam-se sobre elas, sem qualquer consideração de ordem ou simetria. Os interiores, no entanto, eram decorados com belas pinturas e guarnições. Pode-se dizer que a arquitetura cretense se assemelhou ao moderno estilo internacional no sacrificar a forma à utilidade e a beleza externa aos interiores agradáveis e acolhedores.

A pintura foi a suprema arte do mundo egeu. Quase toda ela consistia em afrescos murais, embora se encontrassem, de quando em quando, relevos pintados. Os murais dos palácios cretenses foram, em toda a linha, os melhores de quantos sobreviveram dos antigos tempos. Revelavam com perfeição os notáveis dons do artista minóico: a dramaticidade instintiva, o senso do ritmo, o sentimento dos aspectos mais característicos da natureza. Gostava de pintar a doida corrida do veado amedrontado, o andar disfarçado do felino perseguindo a presa entre as ervas, ou o lírio gracioso pendendo da haste delgada.

Haviam, também, alcançado um nível bem elevado de perfeição a escultura, a cerâmica e a lapidação de pedras preciosas. A escultura dos cretenses diferia da de qualquer outro povo do Antigo Oriente. Nunca se valeu do tamanho como estratégia para dar a idéia de força. Os cretenses não produziram colossos como os do Egito nem relevos semelhantes aos da Babilônia, que representavam um rei de proporções gigantescas a desbaratar inimigos pequeninos. Preferiam, ao invés, as esculturas em miniatura. Quase todas as estátuas de seres humanos ou divindades que os arqueólogos têm encontrado são menores do que o tamanho natural. A arte plástica dos egeus não era também essencialmente propagandística. A finalidade predominante, no caso da pintura, era expressar o prazer individual proporcionado pela cor e pelo drama do ambiente. Do mesmo modo, a cerâmica delicadamente pintada, delgada como uma casca de ovo, as adagas e as facas habilmente lavradas e tauxiadas, as pedras preciosas e os sinetes de desenho variado, revelam um domínio quase incrível do material e um respeito pela forma e pela beleza naturais.

Muito se tem escrito sobre o significado da civilização egéia e suas relações com as culturas dos povos vizinhos. Para alguns historiadores, ela não passa de um mero prolongamento da civilização egípcia. Podem citar-se inúmeros fatos em defesa desse ponto de vista: ambas as nações pertenciam à mesma raça; seus governos assemelhavam-se quanto ao caráter teocrático; ambas as sociedades continham elementos de matriarcado e

coletivismo econômico. Mas só até aí pode ir a comparação. As diferenças eram tão nítidas quanto as semelhanças. O povo egeu não construiu grandes pirâmides ou templos magníficos; somente na pintura sua arte se assemelhava de perto à egípcia. Os sistemas de escrita das duas civilizações parecem ter sido de origem completamente independente, como evidencia o fato de pouco ajudar o conhecimento do egípcio na decifração da escrita cretense. Enquanto a religião egípcia era um complicado sistema ético, baseado na adoração de um deus do sol feito de retidão e justiça, a religião dos egeus venerava uma deusa da natureza sem qualquer indício de fins éticos. Os dois povos diferiam, finalmente, em sua filosofia básica da vida. Os egípcios acreditavam no sacrifício dos interesses pessoais em prol da glória e da eternidade do estado e consideravam as recompensas na existência futura como uma justa compensação pelas boas ações na terra. Os egeus eram individualistas, tratavam de viver suas vidas feitas de aprazível atividade e interessavam-se pela vida do além tão só como uma extensão de sua existência terrestre prazenteira e satisfatória.

Não é fácil avaliar a influência da civilização egéia. Os filisteus, que provinham de algum recanto do mundo egeu, introduziram certos aspectos dessa cultura na Palestina e na Síria. Há razões para acreditar que muitos elementos da arte fenícia, assim como as lendas de Sansão, do Velho Testamento, foram, na realidade, tomadas aos filisteus. É provável também que as tradições religiosas e estéticas dos cretenses, e talvez alguma coisa de seu espírito de liberdade, tenham influenciado os gregos. Mas uma considerável parte da civilização egéia perdeu-se ou foi destruída. Em seguida à queda de Cnosso iniciou-se uma era de obscurantismo que durou quase quatrocentos anos. Os conquistadores eram bárbaros, incapazes de apreciar grande parte da cultura do povo que dominaram e, conseqüentemente, deixaram que ela perecesse.

A despeito de sua influência limitada, a civilização egéia tem importância para os estudiosos de história, pois foi Creta uma das poucas nações dos antigos tempos que asseguraram, mesmo aos

seus cidadãos mais humildes, uma razoável parcela de felicidade e de prosperidade, vivendo livres da tirania de um estado despótico e de um clero insidioso e astuto. A ausência aparente de escravidão, de punições brutais, de trabalho forçado e de conscrição militar, juntamente com uma igualdade virtual entre as classes e a nobilitação da mulher - tudo compõe um regime em flagrante contraste com o dos impérios asiáticos. Se forem ainda necessários testemunhos adicionais para salientar esse contraste, eles serão encontrados na arte das várias nações. O escultor ou o pintor egípcio não se gloriava em representar a destruição dos exércitos ou o saque das cidades, mas em retratar paisagens floridas, festas alegres, emocionantes exposições de proezas atléticas e cenas semelhantes, próprias de uma existência livre e pacífica. Por fim, a civilização egípcia é significativa pelo parentesco com o que muitas vezes pensamos ser o espírito moderno. Isso é claramente exemplificado pela inclinação do povo ao conforto e à opulência, pelo seu amor aos divertimentos, seu individualismo, seu gosto pela vida e a coragem de tudo submeter à experiência.

3. Os Lídios e os Fenícios

Quando caiu o império hitita, no século VIII antes da nossa era, seu sucessor nas principais áreas de domínio foi o reino da Lídia. Os lídios estabeleceram o seu poder sobre o que é hoje território da República Turca, na Anatólia. Não tardaram a obter o controle das cidades gregas da costa da Ásia Menor e de todo o planalto ao longo do rio Hális. Mas esse poder foi de curta duração. Em 550 a.C., Creso, o fabuloso rei dos lídios, julgou ver uma boa oportunidade de acrescentar aos seus domínios o território dos medos, a leste daquele rio. O rei medo acabava de ser deposto por Ciro, o chefe dos persas. Antecipando um fácil triunfo para os seus exércitos, Creso lançou-se à conquista das terras de além-Hális. Após uma batalha indecisa com Ciro, tornou-se a sua capital (Sárdis), em busca de reforços. Ali, Ciro apanhou-o desprevenido num ataque de surpresa, capturou e incendiou a cidade. Os lídios

nunca se refizeram do golpe e em pouco tempo todo o seu território, inclusive as cidades gregas da costa, passaram para o domínio de Ciro o Grande.

Falavam os lídios uma língua indo-européia e eram provavelmente uma mistura de povos nativos da Ásia Menor e elementos étnicos procedentes da Europa Oriental. Aproveitando as vantagens de uma posição favorável e da abundância de recursos naturais, desfrutavam um dos mais altos padrões de vida da antiguidade. Eram famosos pelo esplendor dos seus carros blindados e pela profusão de ouro e objetos de luxo que os cidadãos possuíam. A riqueza dos seus reis era lendária, como o atesta a frase feita "rico como Creso". As principais fontes dessa prosperidade eram o ouro extraído das torrentes, a lã dos milhares de ovelhas que pastavam nas colinas e os lucros auferidos do extenso tráfico entre o vale do Tigre-Eufrates e o Mar Egeu. Mas, com toda a sua opulência e oportunidades de lazer, a civilização não deve aos lídios mais que uma única contribuição original. Referimo-nos à cunhagem de moeda com eletro ou "ouro branco", uma liga natural de ouro e prata, encontrada nas areias de um dos seus rios. Até então, todos os sistemas monetários tinham consistido em argolas ou barras de metal, de peso determinado. As novas moedas, de vários tamanhos, traziam gravado o valor que lhes era conferido, de maneira mais ou menos arbitrária, pelo soberano que as emitia.

Em contraste com os lídios, que ganharam a ascendência em resultado da queda dos hititas, os fenícios lucraram com a desintegração da supremacia egéia. Mas os fenícios não foram conquistadores nem construtores de um império. Exerceram a sua influência através das artes pacíficas e especialmente do comércio. Durante a maior parte da sua história, o sistema político fenício foi uma vaga confederação de cidades-estados que freqüentemente compravam a sua segurança pagando tributo a potências estrangeiras. O território ocupado era a estreita faixa de terra entre os montes do Líbano e o Mediterrâneo. Com os seus bons portos e a sua posição central, estava admiravelmente situado para o comércio. Entre os grandes centros comerciais figuravam Tiro, Sidon e Beirute. Sob a hegemonia do primeiro, a

Fenícia alcançou o zênite do seu esplendor cultural entre os séculos X e VIII a.C. Durante o século VI passou para o domínio dos caldeus e posteriormente dos persas. Em 332 a.C. Tiro foi destruída por Alexandre Magno, após um cerco de sete meses.

Os fenícios eram um povo de língua semítica, parente próximo dos cananeus. Revelaram muito pouco gênio criador, mas foram notáveis adaptadores das inovações alheias. Não produziram nenhuma arte original digna desse nome e suas contribuições literárias são insignificantes. A religião fenícia, como a dos cananeus, caracterizava-se pelos sacrifícios humanos ao deus Moloc e por ritos licenciosos de fecundidade. Distinguiam-se, contudo, nas manufaturas especializadas, na geografia e na navegação. Eram famosos através do mundo antigo pelas suas indústrias de vidro e metal e pelo seu corante de púrpura, extraído de um molusco encontrado nos mares vizinhos. Fizeram tais progressos na arte da navegação que podiam marear à noite, à luz das estrelas. Entre os povos menos aventureiros a estrela polar foi conhecida, durante algum tempo, como a "estrela dos fenícios". Um navio tripulado por fenícios passa por ter circunavegado a África. O feito mais duradouro desse povo foi, todavia, o ter completado e difundido um alfabeto baseado em princípios que os egípcios haviam descoberto. A contribuição fenícia consistiu na adoção de um sistema de sinais que representavam os sons da voz humana e na eliminação de todos os caracteres pictográficos e silábicos. Os egípcios, como já vimos, tinham dado o primeiro desses passos, porém não o segundo.

Parte 2

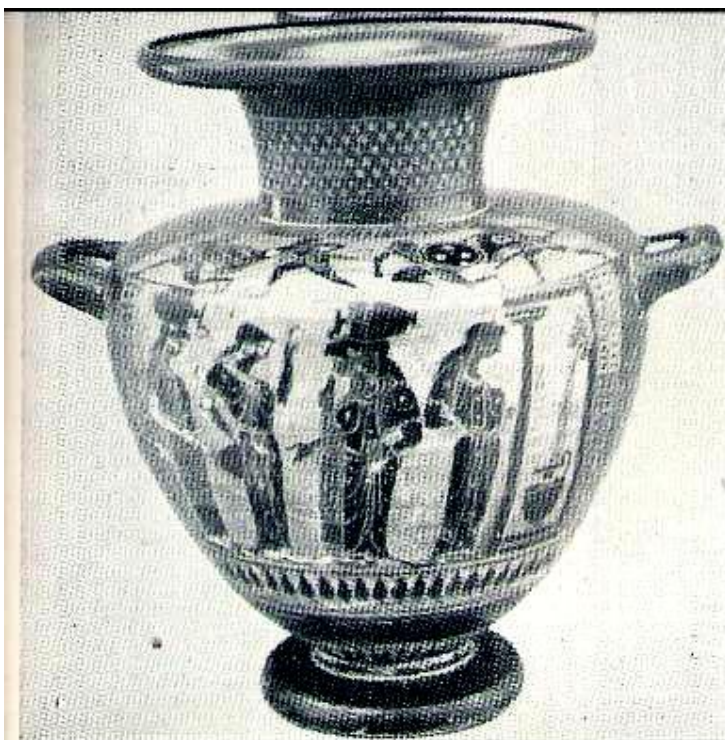
As Civilizações Clássicas: Grécia e Roma

DEPOIS de 600 a.C. os centros de civilização do mundo ocidental não mais se limitaram ao Oriente Próximo. Na Grécia e na Itália caminhavam, então, para a maturidade duas novas culturas. Ambas haviam começado a evoluir muito antes, mas a civilização da Grécia não iniciou seu pleno desenvolvimento senão por volta de 600 a.C., ao passo que os romanos, antes de 500 a.C., apenas acenavam com a promessa de realizações originais. Cerca de 300 a.C., a civilização grega propriamente dita chegava a seu fim e era suplantada por uma nova cultura, que representava uma fusão de elementos derivados da Grécia e do Oriente Próximo. Foi essa a civilização helenística, que se estendeu até mais ou menos o início da era cristã e que compreendia não só a península grega, mas também o Egito e grande parte da Ásia a ocidente do rio Indo. O característico básico que distingue essas três civilizações, entre tantas que tinham existido antes, é o secularismo. A religião não absorve mais os interesses do homem na extensão em que o fazia no antigo Egito ou nas nações da Mesopotâmia. O estado, agora, está acima da igreja e o poder dos sacerdotes na determinação das diretrizes da evolução cultural foi totalmente destruído. Além disso, os ideais de liberdade humana e o interesse pelo bem-estar do homem como indivíduo sobrepujaram largamente o despotismo e o coletivismo do velho Oriente Próximo.

AS CIVILIZAÇÕES CLÁSSICAS DA GRÉCIA E DE ROMA

(As datas sem indicação de era são a. C.)

POLÍTICA	ARTES E LETRAS	FILOSOFIA E CIÊNCIA	ECONOMIA	RELIGIÃO
Idade Homérica, 1200-800				Desenvolvimento da religião mundana e amoral dos gregos, 1200-800
Fundação de Roma, ca. 1000				
Início das cidades-estados da Grécia, ca. 800	<i>Ilíada e Odisséia</i> , ca. 800			
			Revolução econômica e colonização na Grécia, 750-600	
Idade dos tiranos na Grécia, 650-500	Arquitetura dórica, 650-500		Ascensão da classe média na Grécia, 750-600	
Reformas de Sólon, 594-560		Tales de Mileto, 640-546 Pitágoras, 582?-507		
Reformas de Clístenes, 508-502	Ésquilo, 525-456			
Queda da monarquia e fundação da república em Roma, ca. 500	Fídias, 500?-432			
Lutas entre patrícios e plebeus em Roma, 500-287	Arquitetura jônica, ca. 500-400			Culto dos mistérios órficos e eleusinos, 500-100
	Sófocles, 496-406			
Guerra dos gregos e persas, 493-479	Heródoto, 484-425	Protágoras, 481?-411		
Liga de Delos, 479-404		Sócrates, 469-399		
Perfeição da democracia ateniense, 461-429	Eurípides, 480-406	Hipócrates, 460-377? Demócrito, 460?-362?		
Lei das Doze Tábuas, em Roma, 445	Tucídides, 471?-400? Partenon, ca. 470	Sofistas, ca. 450-400		
Guerra do Peloponeso, 431-404	Aristófanes, 448?-380?	Platão, 427-347		

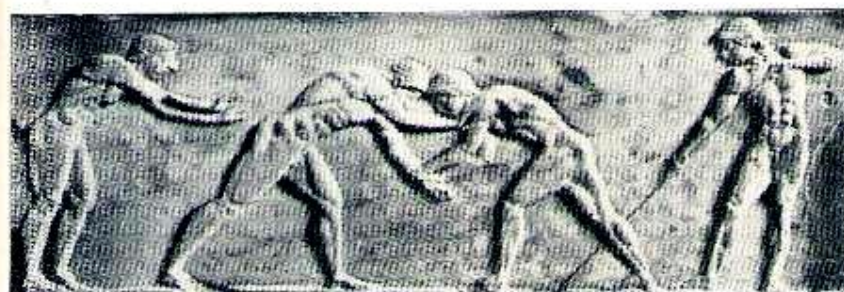


A PRIMITIVA ARTE GREGA

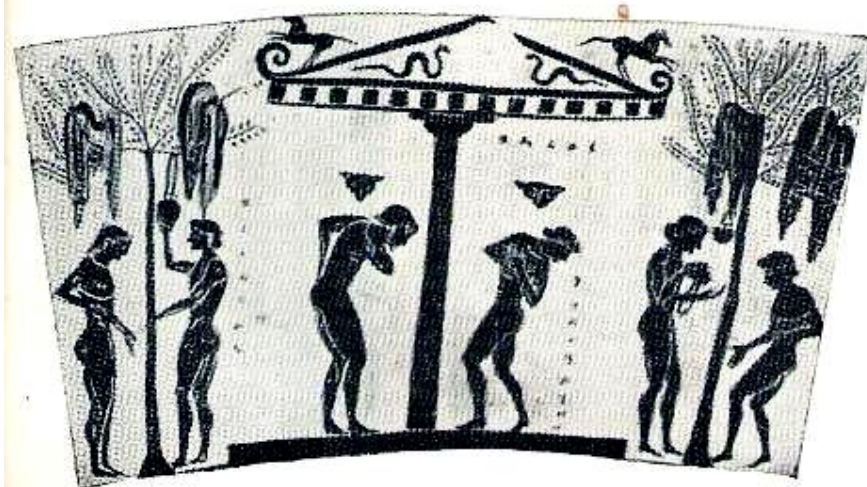


Vaso do começo do século V a. C., com pinturas que representam mulheres servindo-se duma fonte pública. Os vasos pintados, que se colocavam entre os principais produtos de Atenas e Corinto, têm valor não só como obras de arte, mas também pelas informações que nos dão da vida grega em seus primórdios. (Bettmann Archive.)

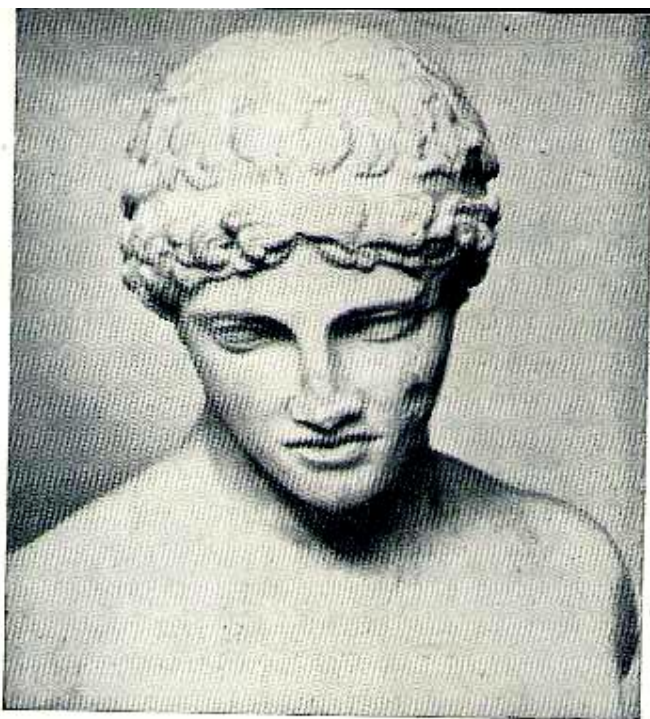
Estátua de mármore do tipo apolíneo, provavelmente dos fins do século VII a. C. A escultura grega ainda estava, neste tempo, sob a influência egípcia, como se pode ver pelo penteado e pela posição dos braços e dos pés desta figura. (Metropolitan Museum of Art.)



Relêvo, mais ou menos de 500 a. C., representando uma luta e outras cenas dum festival atlético. O atleta da esquerda está prestes a saltar, enquanto o da direita se prepara para lançar o dardo. (Museum of Fine Arts de Boston.)



Um antepassado do banho de chuveiro, tal como aparece num vaso pintado dos fins do século VI a. C. Os atletas estão se lavando e friccionando o corpo com óleo, depois de se exercitarem na palestra ou no ginásio. A água jorra das bicas da parede, que têm a forma de cabeças de pantera. (Museum of Fine Arts de Boston.)



Cabeça de jovem, cópia romana duma estátua grega mais ou menos de 450 a. C. Feições assim, tendentes a um tipo ideal, são características de Fídias e seus discípulos. (Metropolitan Museum of Art.)



Hermes com Dioniso menino, por Praxíteles (século IV a. C.). O deus Hermes é representado como um jovem esbelto e gracioso, simbolizando o humanismo da religião grega. A fisionomia sugere uma atitude de repouso e satisfação filosófica. (Departamento de Arte da Rutgers University.)



ESCULTURA CLÁSSICA GREGA

O lanceiro de Policleto. Tida como bom exemplo da escultura idealista do século V, esta estátua representa mais um tipo do que um determinado indivíduo. Ela comunica um sentimento de força física controlada. (Departamento de Arte da Rutgers University.)



Afrodite, uma peça grega do século V, de grande graça e ritmo nas formas do corpo e na roupagem.

Declínio da democracia
na Grécia, 400

Supremacia tebana na
Grécia, 371-362

Conquista macedônica da
Grécia, 338-337

Conquistas de Alexandre
Magno, 336-323

Divisão do império de
Alexandre, 323

Arquitetura coríntia, ca.
400-300

Praxíteles, 370?-310?

Aristóteles, 384-322

Epicuro, 342-270

Zenon (o Estóico),
336-264

Euclides, 323?-285

Aristarco, 310-230

Lei Hortênsia (Roma),
287

Guerras Púnicas, 264-146

Arquimedes, 287?-212

Eratóstenes, 276?-195?

Herófilo, 270?-150

Políbio, 205?-123?

Desenvolvimento da pu-
blicidade e dos seg-
uros, 300 a. C.-100 d. C.

Comércio mundial he-
lenístico, 300 a. C.-100
d. C.

Economia monetária in-
ternacional, 300 a. C.-
100 d. C.

Desenvolvimento da ser-
vidão nos impérios he-
lenísticos, 300 a. C.-
100 d. C.

Crescimento das metrô-
poles, 300 a. C.-400
d. C.

Desenvolvimento da es-
cravidão em Roma,
250-100

Ascensão da classe mé-
dia em Roma, 250-100

Declínio do pequeno agri-
cultor em Roma, 250-
100

AS CIVILIZAÇÕES CLÁSSICAS DA GRÉCIA E DE ROMA

(As datas sem indicação de era são a. C.)

POLÍTICA	ARTES E LETRAS	FILOSOFIA E CIÊNCIA	ECONOMIA	RELIGIÃO
Revolta dos Gracos, 133-122.		• Cépticos, 200-100 Introdução do estoicismo em Roma, ca. 140 Cícero, 106-43 Lucrécio, 98-55	Crises e desemprego no mundo helenístico, 200 a. C.-100 d. C. Declínio da escravidão no mundo helenístico, 200 a. C.-100 d. C.	Culto dos mistérios orientais em Roma, 250-50
Ditadura de Júlio César, 46-44	Vergílio, 70 a. C.-19 d. C. Horácio, 65 a. C.-8 d. C.			Desenvolvimento do misticismo e da religião extraterrena, 200
Principado de Augusto César, 27 a. C.-14 d. C.	Tácito, 55?-117 d. C. Coliseu, ca. 80 d. C.	Sêneca, 3 a. C.-65 d. C.	Declínio da escravidão em Roma, 27 a. C.-476 d. C.	Difusão do mitraísmo em Roma, 27 a. C.-270 d. C.
Invasões de bárbaros em Roma, ca. 100-476 d. C.		Marco Aurélio, 121-180 d. C. Galeno, 130-200? d. C.		Primeira perseguição dos cristãos em Roma, ca. 65 d. C.
Direito romano completado pelos grandes juristas, ca. 200 d. C.		Neoplatonismo, 250-600 d. C.		
Diocleciano, 284-305 d. C.			Desenvolvimento da servidão e do feudalismo extralegal em Roma, 300-500 d. C.	Início da tolerância dos cristãos em Roma, 311 d. C.
Constantino I, 306-337 d. C.				O cristianismo torna-se religião oficial do império romano, 380 d. C.
Teodósio I, 379-395 d. C.				
Deposição do último imperador romano, 476 d. C.				

Capítulo 8

A Civilização Helênica

ENTRE todos os povos do mundo antigo; o que melhor refletiu o espírito do homem ocidental foi o helênico ou grego. Nenhuma daquelas outras nações deu provas de tão forte dedicação à causa da liberdade ou de uma crença tão firme na nobreza das realizações humanas. Os gregos glorificavam o homem como a mais importante criatura do universo e recusavam submeter-se às imposições dos sacerdotes ou dos déspotas, e até a se humilhar ante os deuses.

Sua atitude era essencialmente laica e racionalista; exaltavam o espírito de livre exame e colocavam o conhecimento acima da fé. Foi, em grande parte, devido a tais razões que exaltaram sua cultura ao mais alto nível que o mundo antigo estava destinado a atingir. Os gregos não começaram, porém, do nada. É preciso lembrar que os alicerces de muitas de suas realizações já tinham sido assentados por certos povos orientais. Os rudimentos de sua filosofia e de sua ciência foram fornecidos pelos egípcios. O alfabeto grego provinha do fenício. E, provavelmente em extensão muito maior do que julgamos, a compreensão helênica da beleza e da liberdade se devia à influência egéia.

1. TEMPOS HOMÉRICOS

Para entender a evolução da civilização helênica é necessário nos reportarmos ao primeiro período de sua história: os tempos homéricos que se estenderam aproximadamente de 1.200 a 800 a.C. Foi então que se formou a raça grega e se lançaram as bases de grande parte do desenvolvimento social e político dos séculos subseqüentes. Nem toda a glória da Grécia pode ser reportada aos tempos homéricos, mas não é menos verdade que algumas das mais típicas instituições e atitudes dos gregos no seu apogeu foram modificações de formas remanescentes daqueles tempos.

Provavelmente o lugar de origem dos gregos achava-se algures no vale do Danúbio. Quando começaram suas migrações para a península grega, mais ou menos em 2.000 a.C., parece que era uma mistura das raças alpina e nórdica, predominando a primeira. Cruzaram-se depois com os nativos mediterrâneos que já se haviam estabelecido na Grécia, principalmente nas regiões do sul e nas ilhas do Egeu. Por conseguinte, é perfeito absurdo tentar qualquer explicação do gênio grego tomando por base a pureza de sua raça, pois ninguém sabe, na realidade, qual dos principais elementos de mistura veio afinal a predominar. Tudo que se pode afirmar é que os helenos eram uma raça mista que falava uma língua de filiação indo-européia.

Por volta de 1.200 a.C. os gregos haviam ocupado grande parte da zona norte da península e umas poucas localidades espalhadas ao longo da costa. A princípio infiltraram-se vagarosamente, trazendo consigo suas manadas e rebanhos, e se estabeleceram nas áreas menos densamente povoadas. Muitos desses primeiros imigrantes parecem ter pertencido ao grupo que mais tarde veio a ser conhecido como os jônios. Outro grupo, formado pelos aqueus, dirigiu-se mais para o sul, conquistou Micenas e Tróia e, por fim, dominou Creta. Logo depois de 1.200 iniciaram-se as grandes invasões dos dórios, que atingiram seu ponto culminante mais ou menos dois séculos depois. Alguns desses dórios estabeleceram-se na Grécia continental, mas muitos deles ganharam o mar, conquistando a parte leste do Peloponeso e as ilhas do sul do Egeu. Cerca de 1.000 anos a.C. capturaram Cnosso, o principal centro da civilização minóica na ilha de Creta.

Quer fossem aqueus, jônios ou dórios, todos os gregos da época homérica possuíam essencialmente a mesma cultura, que era relativamente primitiva em seus caracteres. Só no último século desse período tiveram conhecimento da escrita. Embora existam provas de terem, alguns dos jônios que migraram para a margem da Ásia Menor, adotado já em 900 a.C., o alfabeto fenício, os da Europa não fizeram uso dele até muito depois. Temos, conseqüentemente, que considerar os gregos homéricos, em grande parte de sua história, como um povo pré-literário cujas

produções intelectuais não iam muito além do desenvolvimento de cantos populares, baladas e pequenas epopéias cantadas e embelezadas pelos bardos em seu peregrinar de uma aldeia para outra. Grande parte desse material foi finalmente reunida numa grande epopéia cíclica, por um ou mais poetas, e passada à forma escrita no século IX a.C. Embora nem todos os poemas desse ciclo tenham chegado até nós, os mais importantes - a *Ilíada* e a *Odisséia* - nos fornecem o mais rico tesouro de informações sobre os ideais e os costumes dos tempos homéricos.

As instituições políticas dos gregos homéricos eram muitíssimo primitivas. Cada pequena comunidade de aldeias era independente de controle externo, mas a autoridade política era tão fraca que não seria exagero dizer que o estado existia apenas no nome. O rei não podia fazer ou mandar executar leis, nem administrar justiça. Não recebia remuneração de qualquer espécie, mas tinha de cultivar sua terra para prover ao sustento próprio, como qualquer outro cidadão. Praticamente, suas únicas funções eram militares e sacerdotais. Comandava o exército em tempo de guerra e sacrificava aos deuses para conservá-los em boa paz com a comunidade. Embora cada pequeno grupo de aldeias tivesse seu conselho de nobres e sua assembléia de guerreiros, nenhum desses corpos tinha organização definida ou o caráter jurídico de um órgão de governo. As obrigações do primeiro eram aconselhar e assistir o rei, evitando ao mesmo tempo que ele assumisse poderes despóticos. As funções da segunda consistiam em ratificar as declarações de guerra e aprovar os tratados de paz. Quase sempre o costume tomava o lugar da lei e a administração da justiça tinha caráter privado. Até o assassinio premeditado era punível unicamente pela família da vítima. Embora, na verdade, as disputas fossem às vezes submetidas ao julgamento do rei, em tais casos ele agia simplesmente como árbitro e não como juiz. Na realidade, a consciência política dos gregos desse tempo estava tão pouco desenvolvida que não concebiam o governo como uma força indispensável à preservação da ordem social. Quando Ulisses, rei de Ítaca, esteve ausente durante vinte anos, não foi designado regente para substituí-lo nem convocada nenhuma

sessão do conselho ou da assembléia. Ninguém parece ter pensado que uma suspensão completa do governo, mesmo por um tempo tão longo, fosse assunto de grave importância.

O padrão de vida social e econômica era assombrosamente simples. Embora o tom geral da sociedade descrito nos cantos épicos seja aristocrático, não havia em realidade uma estratificação rígida de classes. Qualquer guerreiro que realizasse na guerra um ato de bravura excepcional poderia tornar-se nobre. O trabalho manual não era considerado degradante e, aparentemente, não havia ricos ociosos. Parece claro, pelo conteúdo dos versos homéricos, que houve trabalhadores dependentes, de certo tipo, os quais lavravam as terras dos nobres e os serviam como fiéis guerreiros, mas é duvidoso que fossem realmente escravos, pois eram tratados como membros da família do nobre e não podiam ser vendidos a estranhos. As ocupações básicas eram a agricultura e a pecuária. Não havia especialização de trabalho, exceto em se tratando de certos ofícios, como a carpintaria de carros, a cutelaria, a ourivesaria e a olaria. Geralmente a própria família fabricava os seus instrumentos, tecia o seu pano e preparava o seu alimento. Tão longe estavam os gregos desse tempo de ser um povo comerciante, que não possuíam, na sua língua, a palavra "mercador" e a troca era o único sistema de comércio.

Para os gregos dos tempos homéricos, a religião significava principalmente um sistema para: 1) explicar o mundo físico de maneira que afastasse os seus mistérios inquietantes e desse ao homem um sentimento da íntima ligação com ele; 2) explicar as paixões tempestuosas que se apoderam dos homens, levando-os a perder o domínio de si mesmo, qualidade que os gregos consideravam essencial ao êxito na guerra; 3) obter benefícios concretos como a boa sorte, uma vida longa, a habilidade no seu ofício e colheitas abundantes. Nem nesse nem em qualquer outro período de sua história, esperaram os gregos que sua religião os salvasse do pecado ou lhes concedesse dons espirituais. De acordo com a concepção que tinham dela, a piedade não era nem um assunto de conduta nem de fé. Por conseguinte, sua religião

não compreendia mandamentos ou dogmas, nem rituais ou sacramentos complicados. Todo o homem era livre de acreditar no que lhe aprouvesse e conduzir sua vida como melhor entendesse, sem temer a ira dos deuses. Talvez não seja exagero dizer que essa libertação do dogmatismo e do medo do sobrenatural foi um dos fatores que mais contribuíram para o progresso intelectual e artístico dos gregos.

Como quase todos sabem, as divindades da religião homérica eram simples seres humanos ampliados. Era necessário, realmente, que assim fosse para que os gregos se sentissem bem no mundo que governavam. Seres remotos, onipotentes, como os deuses de grande parte das religiões orientais, teriam inspirado antes medo do que uma sensação de segurança. O que os gregos desejavam não era necessariamente deuses de grande poder, mas divindades com as quais pudessem tratar em pé de igualdade. Por isso, dotavam seus deuses de atributos semelhantes aos seus, isto é, de corpos humanos e de fraquezas e desejos também humanos. Imaginavam a grande família de divindades a brigar freqüentemente umas com as outras, necessitando de alimento e sono, misturando-se livremente com os homens e, mesmo, tendo por vezes filhos de mulheres mortais. Diferiam dos homens somente por se alimentarem de ambrósia e néctar, o que lhes conferia imortalidade. Não moravam no céu ou nas estrelas, mas no alto do Monte Olimpo, um pico do norte da Grécia, com cerca de 3.000 metros da altura.

A religião era politeísta e nenhuma das divindades se elevava muito acima das demais. Zeus, o deus do céu e manejador do raio, que às vezes era chamado pai dos deuses e dos homens, freqüentemente recebia menos atenções do que Apolo, o deus do sol, que podia predizer o futuro, ou ainda que Atena, a deusa da guerra e protetora das artes. Visto que os gregos não tinham nenhum Satã, sua religião não pode ser considerada dualística. Quase todas as suas divindades eram capazes tanto do mal como do bem, pois às vezes enganavam os homens e os induziam em erro. O que mais se parecia com um deus do mal era Hades, que presidia ao mundo infernal. Ainda que os poemas homéricos se

refiram a ele como "implacável e intransigente" e como o deus que mais odiava os mortais, nunca se supôs que tivesse desempenhado papel ativo em questões terrenas. Não era considerado como a causa da peste, dos terremotos ou da fome. Não fazia o homem cair em tentação nem agia contra os desígnios bem intencionados de outros deuses. Em suma, não era realmente considerado como outra coisa senão um guarda do reino dos mortos.

Os gregos dos tempos homéricos eram quase completamente indiferentes ao que lhes aconteceria depois da morte. Não só não consagravam nenhum cuidado aos corpos dos mortos, mas até freqüentemente os cremavam. Supunham, no entanto, que as sombras ou os fantasmas dos homens sobreviviam por certo tempo após a morte do corpo. Com raras exceções, iam todos para a mesma morada - o reino escuro de Hades, situado debaixo da terra. Não era nem um paraíso nem um inferno: ninguém era recompensado por suas boas ações ou punido pelos seus pecados. Cada uma das sombras parecia levar o mesmo tipo de vida que sua corporificação humana tivera na terra. Os poemas homéricos fazem ocasionalmente menção a dois outros reinos: o dos Campos Elísios e o do Tártaro, o que à primeira vista parece contradizer a idéia da não existência de recompensas e punições no além. Mas os poucos indivíduos que gozavam o sossego e o conforto dos Campos Elísios nada tinham feito para merecer tais bênçãos; eram tão-só pessoas a quem os deuses tinham favorecido em sua escolha. O reino do Tártaro absolutamente não era uma morada dos mortos, mas uma prisão para as divindades rebeldes.

O culto na religião homérica, consistia principalmente em sacrifícios. As oferendas, no entanto, eram feitas não como uma expiação do pecado, mas apenas para agradar os deuses e induzi-los a conceder favores. Em outras palavras, a prática religiosa era externa e mecânica e não estava muito distante da magia. A reverência, a humildade e a pureza de coração não participavam essencialmente dela. O adorador precisava somente desempenhar a sua parte do contrato, executando o sacrifício indicado, e os

deuses cumpriram a sua. Uma tal religião não requeria instituições complicadas. Mesmo o sacerdócio profissional era desnecessário. Uma vez que não havia mistérios e sacramentos, um homem podia celebrar os ritos simples tão bem como qualquer outro. Em regra, cada chefe de família implorava o favor dos deuses para ela e o rei desempenhava a mesma função para com a comunidade em geral. Embora seja verdade que videntes ou profetas fossem consultados, por se acreditar que eram diretamente inspirados pelos deuses e podiam, em consequência, predizer o futuro, eles não constituíam uma classe sacerdotal. Além disso, a religião homérica não incluía cultos ou relíquias sagradas, dias santificados ou qualquer sistema de adoração em templos. O templo grego não era uma igreja ou lugar de reunião religiosa, e nele não se realizavam quaisquer cerimônias. Era, sim, um santuário que os deuses podiam ocasionalmente visitar e usar como morada temporária.

Como já foi indicado, a moral dos gregos da idade homérica tinha apenas uma vaga ligação com sua religião. Embora seja verdade que os deuses estavam geralmente dispostos a apoiar o direito, não se consideravam no dever de combater o mal e fazer prevalecer a justiça.

Ao dispensar recompensas aos homens, pareciam ser levados mais pelo capricho e pela gratidão que lhes inspirava a oferenda de sacrifícios do que por qualquer consideração de índole moral. O único crime que puniam era o perjúrio, e mesmo isso sem grande coerência. Parece, pois, justificar-se a conclusão de que a moral da época homérica não se apoiava em qualquer base de sanções sobrenaturais. Talvez seu verdadeiro - fundamento fosse militar. Quase todas as virtudes louvadas nos cantos épicos eram aquelas que podem fazer do indivíduo um melhor soldado: bravura, autodomínio, patriotismo, sabedoria (no sentido de astúcia), devotamento aos amigos e ódio aos inimigos. Não havia concepção do pecado no sentido cristão de atos iníquos dos quais o pecador se arrepende ou pelos quais oferece expiação.

No fim dos tempos homéricos o grego já se havia iniciado no caminho dos ideais sociais, que deveria seguir nos séculos

subseqüentes. Era otimista, convencido de que a vida merecia ser vivida por si mesma, e não via qualquer razão para considerar a morte como uma libertação feliz. Era egoísta, esforçando-se pela plena afirmação do eu. Por isso, rejeitava a mortificação da carne e todas as formas de abnegação que pudessem implicar em frustração da vida. Não via nenhum mérito em se humilhar ou em oferecer a outra face. Era um humanista que adorava antes o finito e o natural do que o extraterreno e o sublime. Por essa razão recusava revestir seus deuses de qualidades que inspirassem medo ou formar qualquer concepção do homem como criatura depravada e pecaminosa. Era, finalmente, ainda mais devotado à liberdade que a maioria de seus descendentes do período clássico.

2. A EVOLUÇÃO DAS CIDADES-ESTADOS

Aproximadamente em 800 a.C., as comunidades de aldeias dos tempos homéricos, que se baseavam principalmente em organizações de clã, começaram a ceder lugar a unidades políticas maiores. A medida que aumentava a necessidade de defesa, ia sendo construída uma acrópole ou cidadela, em local elevado, e crescia em torno dela uma cidade como sede de governo para toda uma comunidade. Surgiu desse modo a cidade-estado, a mais famosa unidade de sociedade política desenvolvida pelos gregos. Podem ser encontrados exemplos dela em quase todas as partes do mundo helênico. As mais conhecidas foram: Atenas, Tebas e Mégara, no continente; Esparta e Corinto, no Peloponeso; Mileto na costa da Ásia Menor, e Mitilene e Cálcis, nas ilhas do Egeu. Essas cidades variavam enormemente, tanto em área como em população. Esparta, com cerca de 8.000 quilômetros quadrados, e Atenas, com 2.750, tinham incomparavelmente a maior extensão; as outras tinham, em média, menos de 250 quilômetros quadrados. No auge de seu poder, Atenas e Esparta, cada qual com uma população de cerca de 400.000 almas, contavam com uma força numérica aproximadamente três vezes maior do que a dos estados vizinhos.

Com poucas exceções, as cidades-estados tiveram uma evolução política semelhante. Começaram sua história como monarquias. Durante o século oitavo transformaram-se em oligarquias. Mais ou menos cem anos depois, em média, as oligarquias foram derrubadas por ditadores ou tiranos, como os denominavam os gregos, querendo com o termo significar que eram usurpadores que governavam ilegalmente, fosse ou não pela opressão. Finalmente, nos séculos VI e V, estabeleceram-se as democracias ou, em alguns casos, "timocracias", isto é, governos baseados sobre uma classificação das propriedades para o exercício dos direitos políticos.

De um modo geral, pode-se com facilidade determinar as causas dessa evolução política. A primeira mudança adveio como resultado da concentração da riqueza agrária. Aumentando o poder econômico dos possuidores de grandes terras, resolveram eles arrebataram a autoridade política do rei e dá-la a um conselho, que em geral manobravam. Por fim, aboliram completamente a monarquia. Seguiu-se então um período de rápidas mudanças econômicas e de perturbações políticas. A crescente escassez de terra forçou muitos gregos a imigrar e procurar novos lares em regiões inabitadas. Conseqüentemente, fundaram-se numerosas colônias, sendo a maioria delas ao longo das margens dos mares Egeu e Jônio, mas havia outras até nas costas do Mar Negro, a leste, e na Itália e Espanha, a oeste. A procura de novos mercados para o comércio também ajudou em parte essa expansão. Resultou daí uma verdadeira revolução econômica no mundo grego. O comércio e a indústria passaram a ser as principais atividades, cresceu a população urbana e a riqueza assumiu novas formas. A classe média ascendente uniu-se, então, com os lavradores esbulhados na luta contra a oligarquia dos latifundiários. O fruto natural desses acerbos conflitos de classe foi a ditadura. Encorajando esperanças extravagantes e prometendo a supressão do caos, demagogos ambiciosos conseguiram o suficiente apoio popular para capacitá-los a assumir o poder, desafiando as constituições e as leis. Por fim, o descontentamento com o governo despótico, o aumento do poder econômico e da

consciência política dos cidadãos comuns levaram à fundação de democracias ou de oligarquias liberais.

Infelizmente, o espaço de que dispomos não permite uma análise da história política de cada uma das cidades-estados gregas. Exceto nas partes mais recuadas da Tessália e do Peloponeso, pode-se concluir com segurança que o desenvolvimento interno de todas elas acompanhou a descrição que fizemos acima, embora, sem dúvida, tivessem ocorrido variações menores devidas às condições locais. Os dois mais importantes estados helênicos - Esparta e Atenas merecem um estudo mais detalhado.

3. Esparta: Um Acampamento em Armas

A história de Esparta foi a grande exceção na evolução política das cidades-estados. Apesar de serem seus cidadãos da mais pura linhagem dórica, não conseguiram progredir no sentido de uma ordem democrática. Seu governo, pelo contrário, degenerou rapidamente numa forma mais próxima do absolutismo oriental. Também culturalmente a nação estagnou. As causas de tais fatos eram devidas, em parte, ao isolamento. Cercados de montanhas a nordeste e a oeste, e sem bons portos, os espartanos tinham poucas oportunidades de lucrar com os progressos do mundo exterior. A par disso, não surgiu uma classe média para ajudar as massas na luta pela liberdade.

A verdadeira explicação, no entanto, encontra-se no militarismo. Os espartanos chegaram ao Peloponeso oriental como um exército invasor. Durante séculos lutaram para subjugar os nativos micenenses que ali encontraram. Em 800 a.C., quando finalmente conseguiram dominar toda a Lacônia, os costumes militares estavam tão fortemente enraizados, que deles não puderam se desvencilhar. Em consequência, enquanto outros estados gregos conquistavam terras por meio da colonização, Esparta, com o crescimento de sua população, inevitavelmente teve de decidir-se pela luta armada.

Ao oeste do Taígeto estende-se a planície fértil da Messênia. No fim do século VIII os espartanos resolveram conquistá-la. A aventura foi bem sucedida e o território messênio anexado à Lacônia. Aproximadamente cinqüenta anos depois, os messênios obtiveram o auxílio de Argos e desencadearam uma revolta. A guerra que se seguiu foi violentíssima; a própria Lacônia foi invadida e a salvação dos espartanos parece ter-se devido unicamente à morte do comandante argivo e aos inflamados discursos do poeta-espadachim Tirteu. Desta vez os vencedores não hesitaram. Confiscaram as terras dos messênios, assassinaram e expulsaram seus chefes e forçaram as massas à escravidão.

Pouquíssimos aspectos da vida dos espartanos deixaram de ser condicionados pelas suas empresas militares. Subjugando e despojando os inimigos, escravizaram-se sem querer a si mesmos, pois viveram os restantes séculos de sua história num temor mortal de insurreições. Esse medo explica o conservantismo do povo, sua resistência teimosa às mudanças, afastando qualquer inovação que lhes enfraquecesse o sistema. Pode, também, ser atribuído à mesma causa o provincialismo espartano, Amedrontados pela perspectiva de que idéias perigosas pudessem ser introduzidas no país, condenaram as viagens e proibiram o comércio com o exterior. A necessidade de manter uma supremacia absoluta da classe dos cidadãos sobre uma enorme população de escravos exigia disciplina férrea e completa subordinação do indivíduo; daí o coletivismo espartano, que se estendeu por todos os ramos de sua vida social e econômica. Finalmente, o atraso cultural dos espartanos se devia em grande parte à atmosfera de rudeza e de ódio inevitáveis, dadas as acerbos lutas para conquistar os messênios e conservá-los sob severa repressão.

A constituição espartana, que a tradição atribui ao antigo legislador Licurgo, dispunha sobre a organização de um governo que preservasse as formas do antigo sistema dos tempos homéricos. Em lugar de um rei, no entanto, havia dois, representando famílias diferentes e categoria elevada. Os soberanos espartanos gozavam, porém, de poucos poderes, sendo estes, sobretudo, de

caráter militar e sacerdotal. Um segundo ramo do governo, com maior autoridade, era o conselho composto pelos dois reis e vinte e oito nobres, maiores de sessenta anos. Esse corpo supervisionava o trabalho de administração, elaborava medidas para submetê-las à assembleia e funcionava como tribunal supremo nos processos criminais. O terceiro órgão de governo, a assembleia, aprovava ou rejeitava as propostas do conselho e elegia todos os funcionários públicos, exceto os reis. A mais alta autoridade sob a constituição espartana era, porém, um conselho de cinco membros conhecidos como éforos. Os Éforos eram virtualmente o governo. Presidiam ao conselho e à assembleia, controlavam o sistema educacional e a distribuição da propriedade, censuravam as vidas dos cidadãos e exerciam o direito de veto sobre toda a legislação. Tinham também poder para determinar o destino dos recém-nascidos, iniciar ações judiciais junto ao conselho e até depor os reis, se os prognósticos religiosos parecessem desfavoráveis. Desse modo, era o governo espartano uma franca oligarquia. Apesar de serem os éforos escolhidos pela assembleia para um mandato anual, eram reelegíveis indefinidamente e desfrutavam tão vasta autoridade que quase nenhuma ramificação do sistema escapava ao seu controle. Além disso, deve-se ter em mente que a própria assembleia não era um corpo democrático. Nem sequer a totalidade dos cidadãos, que formavam pequena minoria na população total, tinha direito de participar dela, só o fazendo aqueles homens de alta situação política cujas rendas os qualificassem para o alistamento na infantaria pesada.

A população de Esparta, que ao atingir o seu maior crescimento contava mais ou menos 400.000 almas, dividia-se em três classes principais. A camada dominante era constituída pelos esparciatas, descendentes dos primeiros conquistadores. Embora nunca excedessem um vigésimo da população total, somente os esparciatas tinham privilégios políticos. Em seguida vinham os periecos, isto é, os que "moravam em redor". A origem dessa classe é incerta, mas provavelmente compunha-se de povos que em certa época tinham sido aliados dos espartanos ou se haviam

submetido voluntariamente ao seu domínio. Em retribuição de seus serviços, como camada intermediária entre a classe dominante e os servos, os periecos tinham permissão de comerciar e dedicar-se à manufatura. No sopé da escala estavam os ilotas ou servos da gleba, desprezados e perseguidos pelos seus amos.

Dessas classes, somente a dos periecos gozava de berdade apreciáveis. Sendo embora verdade que a condição econômica dos ilotas não deva ser descrita em termos de absoluta miséria, por isso que podiam guardar para si uma boa parte do que produziam nas propriedades de seus amos, eram submetidos a um tratamento pessoal tão vergonhoso, que constantemente se sentiam infelizes e revoltados. Em certas ocasiões obrigavam-nos a fazer exhibições de bebedeira e de danças lascivas para demonstrar à mocidade espartana os efeitos de tais práticas. No começo de cada ano, se dermos crédito ao testemunho de Aristóteles, os Horos declaravam guerra aos ilotas, com o fim presumível de dar aparência legal ao assassinio de alguns deles pela polícia secreta, sob suspeita de deslealdade.

Aqueles que nasciam na classe dos esparciatas eram condenados a uma escravidão digna durante a maior parte de sua existência. Forçados a se submeter à mais severa disciplina e ao sacrifício dos interesses individuais, nada mais eram do que engrenagens de uma vasta máquina. Sua educação limitava-se quase exclusivamente aos exercícios militares, completados por desumano regime de castigos corporais com açoite e tendo por fim enrijecê-los para os deveres da guerra. Entre vinte e sessenta anos, consagravam todo seu tempo ao serviço do estado. Embora o casamento fosse praticamente obrigatório, não era permitida a vida familiar. Os cidadãos masculinos tinham que viver em barracas, sob severa vigilância, mas supunha-se que arranjassem meio de escapar à noite e visitar em segredo as esposas. Segundo as palavras de Plutarco, "esses encontros, sendo assim difíceis e raros..., faziam com que unissem os corpos sadios e vigorosos, com as afeições frescas e vivas e sem a saciedade e o embotamento trazidos pela facilidade do acesso e a longa permanência de um com o outro". Evidentemente, os espartanos

adotavam a ingênua opinião de que há uma correlação positiva entre o apetite sexual e a saúde da descendência. Não era permitido o ciúme entre marido e mulher. Os maridos cuja saúde declinasse tinham que passar suas esposas a homens mais robustos do que eles, para assegurar o máximo de descendentes vigorosos. As crianças, naturalmente eram propriedade do estado.

A organização econômica de Esparta visava quase que unicamente garantir a eficiência militar e a supremacia da classe dos cidadãos. As melhores terras eram de propriedade do estado e, de início, tinham sido divididas em tratos iguais doados aos esparciatas, a título de propriedade inalienável. Mais tarde, tanto essas glebas como as terras pobres foram vendidas ou trocadas, com o que alguns cidadãos se tornaram mais ricos que outros. Os ilotas, que executavam todo o trabalho de cultivo do solo, pertenciam também ao estado e eram cedidos a seus amos juntamente com a terra. Estes eram proibidos de emancipá-los ou vendê-las fora do país. O trabalho dos ilotas provia o sustento de toda a classe dos cidadãos, a cujos integrantes não era permitido tomar parte em qualquer empreendimento econômico que não o agrícola. O comércio e a indústria ficavam reservados exclusivamente aos periecos.

O sistema econômico espartano é freqüentemente descrito pelos historiadores modernos como comunista. É verdade que certos meios de produção (como os ilotas e a terra) constituíam propriedade coletiva, ao menos em teoria, e que os componentes masculinos da classe dos espartatas contribuía de seu bolso para o rancho comum nas sociedades a que pertenciam. Salvo, porém, estas exceções um tanto duvidosas, o sistema ficava bem longe tanto do comunismo como da anarquia. Faz parte da essência do comunismo que todos os instrumentos de produção pertençam à comunidade, que ninguém possa viver da exploração do trabalho alheio e que a classe trabalhadora seja a classe dirigente. Em Esparta, o comércio e a indústria estavam em mãos de particulares, os ilotas eram forçados a contribuir com parte do que produziam para prover à subsistência de seus amos, e os privilégios políticos eram reservados a uma aristocracia hereditária,

não realizando a maioria dos membros desta qualquer trabalho socialmente útil. Com seu militarismo, sua polícia secreta, seu governo de minoria e sua economia fechada, o sistema espartano talvez se pareça mais de perto com o fascismo do que com o comunismo.

4. O Triunfo e a Tragédia de Atenas

Atenas começou sua história sob condições bem diferentes das que prevaleceram em Esparta. A Ática não sofrera nenhuma invasão armada ou qualquer duro conflito entre raças opostas. A penetração jônia fora gradual e quase sempre pacífica. Como resultado disso, nenhuma casta militar impôs seu predomínio sobre um povo vencido. Além disso, a riqueza da Ática consistia antes em jazidas minerais e esplêndidos portos, do que em recursos agrícolas. Por isso, Atenas não permaneceu um estado predominantemente agrário, e dentro em pouco desenvolveu um comércio próspero e uma cultura essencialmente urbana.

Até meados do século VIII a.C., Atenas, como os outros estados gregos, fora uma monarquia. Durante o século seguinte, o conselho de nobres ou Areópago, como veio a ser chamado, aos poucos despojou o rei de seus poderes. A transição para a ordem oligárquica foi tanto a causa como o efeito de um aumento da concentração da riqueza. A introdução da cultura da vinha e da oliveira proporcionou, mais ou menos nessa época, o desenvolvimento da agricultura como um grande empreendimento capitalista. Visto que os vinhedos e os olivais exigiam tempo considerável para produzirem, somente os lavradores que dispunham de recursos abundantes podiam prosperar. Seus vizinhos mais pobres e menos parcimoniosos depressa se atolaram em dívidas, principalmente porque o trigo começava a ser importado a preços ruinosos. O pequeno lavrador não tinha outra alternativa senão hipotecar sua terra e depois sua família e a si próprio, na vã esperança de algum dia encontrar um meio de

libertar-se. Muitos homens dessa classe acabaram como servos, quando não puderam mais pagar as hipotecas.

Levantaram-se, então, gritos de desespero e ouviram-se ameaças de revolução. A classe média cidadina aderiu à causa dos camponeses, exigindo que o governo se tornasse mais liberal. Finalmente, em 594 a.C., todos os partidos concordaram na indicação de Sólon como magistrado com amplos poderes para realizar reformas. As medidas postas em vigor por Sólon implicavam em ajustamentos tanto políticos como econômicos. Os primeiros incluíam: 1) a criação de um novo conselho, o Conselho dos Quatrocentos, e a admissão de elementos da classe média entre os seus membros; 2) a libertação das classes inferiores, tornando-se seus componentes elegíveis para a assembléia; e 3) a organização de um tribunal supremo, aberto a todos os cidadãos e eleito pelo sufrágio masculino universal, com poderes para julgar os recursos das decisões dos magistrados. As reformas econômicas beneficiaram os agricultores pobres, cancelando as hipotecas existentes, proibindo para o futuro a escravização por dívida e limitando a quantidade de terra que podia cada indivíduo possuir. Sólon não descurou a classe média. Introduziu um novo sistema de cunhagem destinado a dar a Atenas vantagens no comércio exterior, impôs pesadas penas à ociosidade, ordenou que todo homem ensinasse aos filhos um ofício e ofereceu plenos direitos de cidadania aos artífices estrangeiros que se radicassem no país.

Por importantes que fossem essas reformas, não aquietaram o descontentamento. Os nobres sentiam-se vexados com a perda de alguns de seus privilégios. As classes média e inferior estavam insatisfeitas porque ainda continuavam excluídas das funções da magistratura e porque o Conselho do Areópago conservava os seus poderes intactos. Pior ainda era ter Sólon, como alguns governantes modernos, tentado desviar o povo de seus problemas internos persuadindo-o a se empenhar em aventuras militares no exterior. Foi revivida uma antiga divergência com Mégara e Atenas comprometeu seu destino em guerras incertas. O caos e a desilusão que se seguiram possibilitaram a vitória de Pisístrato, o

primeiro tirano ateniense, em 560 a.C. Tentando ser um déspota benevolente, aboliu não obstante muitas das liberdades que o povo já obtivera, e Hípias, um de seus dois filhos que o sucedeu, foi um opressor implacável e vingativo.

Em 510 a.C. Hípias foi derrubado por um grupo de nobres com a ajuda de Esparta. Desencadearam-se novos conflitos de classe até que Clístenes, um aristocrata inteligente, recrutou o apoio das massas para eliminar seus rivais da cena. Tendo prometido concessões ao povo em recompensa do seu auxílio, reformou o governo de maneira tão radical que, desde então, ficou conhecido como o pai da democracia ateniense. Aumentou consideravelmente o número de cidadãos, conferindo plenos direitos a todos os homens livres que residiam na região nessa época. Estabeleceu um novo Conselho dos Quinhentos e transformou-o em órgão principal do governo, com poderes para submeter medidas à assembléia e o controle supremo das funções executiva e administrativa. Os membros desse corpo deviam ser escolhidos, por sorteio, de uma lista de candidatos submetidos pelos demos ou distritos. Qualquer cidadão do sexo masculino, com mais de trinta anos, era elegível. Sendo tão grande o Conselho, devia ser dividido em dez comissões de cinquenta membros, encarregando-se cada uma dos trabalhos do governo por um mês. Clístenes ampliou também a autoridade da assembléia, dando-lhe o poder de discutir e aceitar ou rejeitar as medidas sugeridas pelo Conselho, declarar guerra, consignar verbas e examinar as contas dos magistrados em fim de exercício. Por fim, acredita-se que Clístenes tenha inventado a instituição do ostracismo, pela qual qualquer cidadão que se tornasse perigoso ao estado podia ser enviado a um exílio honroso por um período de 10 anos. Este estratagema visava, muito claramente, eliminar os homens de cujas ambições ditatoriais se suspeitava.

A democracia ateniense atingiu sua mais alta perfeição na época de Péricles (461-429 a.C.). Foi nesse período que a assembléia adquiriu autoridade para apresentar projetos de lei, sem prejuízo de seus poderes de ratificar ou rejeitar propostas do Conselho. Foi nele, também, que o famoso Conselho dos Dez Generais alcançou

uma posição comparável, grosso modo, a do Gabinete inglês. Os generais eram escolhidos pela assembleia pelo prazo de um ano e podiam ser reeleitos indefinidamente. Péricles ocupou a posição de estrategista-chefe ou presidente do Corpo de Generais por mais de trinta anos. Os generais não eram simplesmente comandantes do exército, mas os principais funcionários legislativos e executivos do estado, assumindo paulatinamente grande parte das prerrogativas que Clístenes dera ao Conselho dos Quinhentos. Embora dispondo de grande poder, não podiam tornar-se tiranos, pois sua política tinha de ser submetida a uma revisão da assembleia e, com facilidade, poderiam ser demitidos acabado o mandato de um ano, ou a qualquer tempo, se acusados de mau comportamento. Foi, finalmente, na época de Péricles que o sistema judiciário ateniense foi desenvolvido ao máximo. Não mais existia uma corte suprema para ouvir os recursos das decisões dos magistrados, mas sim uma série de tribunais populares com autoridade para julgar toda espécie de causas. No começo de cada ano, uma lista de 6.000 cidadãos das várias partes da região era formada por sorteio. Com base nessa lista, escolhiam-se os membros dos júris que serviriam nos processos privados, alcançando o seu conjunto 201 a 1.001 cidadãos. Cada júri constituía um tribunal com o poder de decidir, por maioria de votos, sobre todas as questões. Embora um dos magistrados o presidisse, não tinha prerrogativas de juiz; o próprio júri era o juiz e não havia apelo de sua decisão. Seria difícil imaginar um sistema mais completamente democrático.

A democracia ateniense diferia da moderna em vários aspectos. Antes de mais nada, não se estendia a toda a população, mas somente à classe dos cidadãos. Conquanto seja verdade que no tempo de Clístenes (508-502 a.C.) os cidadãos provavelmente representavam a maioria dos habitantes, graças à inclusão dos residentes estrangeiros, na época de Péricles já formavam claramente uma minoria. Caberá observar, no entanto, que, dentro de seus limites, a democracia ateniense era mais completamente aplicada do que a moderna. A escolha por sorteio de todos os magistrados, excetuados os Dez Generais, a restrição de todos os

mandatos a um ano e a adoção inflexível do princípio da maioria, mesmo em julgamentos judiciais, constituíam exemplos de uma confiança serena na capacidade política do homem mediano, que poucas nações modernas estariam inclinadas a aceitar. A democracia de Atenas diferia também do ideal contemporâneo pelo fato de ser direta, não representativa. Contrariamente ao ponto de vista tradicional, os atenienses admitiam o princípio da representação, mas nunca o aplicaram, exceto de forma limitada, na seleção dos membros do Conselho dos Quinhentos. Não buscavam ser governados por homens de reputação e capacidade; o que os preocupava fundamentalmente era assegurar a cada cidadão a participação no controle de todos os negócios públicos. Numa palavra, seu ideal não era a eficiência governamental, mas a democracia.

No último século de sua existência como estado independente, Atenas se empenhou em duas grandes guerras. A primeira, a guerra com a Pérsia, foi uma repercussão da expansão daquele império na área oriental do Mediterrâneo. Os atenienses ofenderam-se com a dominação de seus parentes jônios da Ásia Menor e ajudaram-nos na luta pela libertação. Os persas responderam mandando um poderoso exército e uma grande frota para atacar os gregos. Embora toda a Grécia estivesse ameaçada de conquista, os atenienses agüentaram a parte mais dura da luta, repelindo o invasor. Esparta, principalmente, prestou pequeno auxílio até quase o fim da guerra. Esta, que começou em 493 a.C. e durou, com intervalos de paz, mais ou menos catorze anos, é comumente considerada como uma das mais importantes na história do mundo. A vitória decisiva dos gregos pôs fim à ameaça de conquista persa e impediu, pelo menos durante algum tempo, a submissão dos ideais helênicos de liberdade ao despotismo oriental. A guerra teve, também, o efeito de revigorar a democracia em Atenas e de tornar o estado a força principal na Grécia.

Outra das grandes lutas, a guerra do Peloponeso com Esparta, teve resultado de caráter bem diferente. Em lugar de ser outro marco miliário na marcha de Atenas para a supremacia, terminou em tragédia. Atenas foi tão completamente humilhada que nunca

mais desempenhou papel proeminente na política grega. As causas desta guerra interessam particularmente ao estudante da decadência das civilizações. A primeira e mais importante foi o desenvolvimento do imperialismo ateniense. No Último ano da guerra com a Pérsia, Atenas ligou-se a um grupo de outros estados gregos para a formação de uma aliança ofensiva e defensiva, conhecida como a Liga de Delos. Quando foi concluída a paz, a Liga não se dissolveu, pois muitos gregos temiam que os persas voltassem. Com o correr dos tempos, Atenas paulatinamente transformou a Liga num império naval para a defesa de seus próprios interesses. Usou os fundos do tesouro comum para fins particulares seus. Tentou reduzir todos os outros membros à condição de vassalos e, quando um deles se rebelava, dominava-o pela força, apoderava-se de sua marinha e impunha-lhe tributos como se fosse um país conquistado. Tais métodos arrogantes despertaram as suspeitas dos espartanos, temerosos de que a hegemonia ateniense visse a se estender sobre toda a Grécia.

Uma segunda causa pode ser encontrada nas diferenças culturais entre Atenas e Esparta. Atenas era democrática, progressista, urbana, imperialista e avançada intelectual e artisticamente. Esparta era aristocrática, conservadora, agrária, provinciana e culturalmente atrasada. Onde esses sistemas contrastantes coexistem lado a lado, é quase impossível impedir conflitos. Entre atenienses e espartanos reinava, já havia algum tempo, uma atitude de hostilidade. Os primeiros consideravam os segundos como perfeitos bárbaros. Os espartanos acusavam os atenienses de tentarem exercer domínio sobre os estados do norte do Peloponeso e de encorajar os ilotas à rebelião. Os fatores econômicos também desempenharam grande papel na eclosão do conflito. Os atenienses ambicionavam dominar o Golfo de Corinto, a principal rota de comércio com a Sicília e a Itália meridional. Assim se tornaram inimigos mortais de Corinto, o principal aliado de Esparta.

A guerra, que se desencadeou em 431 a.C. e durou até 404, acarretou medonhas calamidades para os atenienses. Seu

comércio foi destruído, sua democracia arruinada e sua população dizimada por uma terrível peste. Não menos prejudicial foi a degradação moral que veio na esteira dos reveses militares. A traição, a corrupção e a brutalidade contavam-se entre os males desencadeados nos últimos anos do conflito. Em certa ocasião os atenienses chegaram a dizimar toda a população masculina do estado de Melos e a escravizar as mulheres e crianças, unicamente pelo crime de se recusarem a romper a neutralidade. Por fim, abandonada por todos os seus aliados, exceto Samos, e com as vias de abastecimento cortadas, Atenas teve de enfrentar a alternativa de submeter-se ou morrer de fome. Os termos impostos foram assaz drásticos: destruição de suas fortificações, entrega de todas as possessões estrangeiras e praticamente de toda a marinha, e submissão a Esparta como estado dependente.

5. DERROCADA POLÍTICA - OS ÚLTIMOS DIAS

A guerra do Peloponeso não pôs fim somente à supremacia de Atenas; destruiu a liberdade de todo o povo grego e marcou a ruína do gênio político helênico. Depois da guerra, Esparta consolidou o seu poder sobre toda a Hélade, Oligarquias, garantidas pelas tropas espartanas, estados substituíram as democracias onde quer que estas existissem. A confiscação de propriedades e o assassinio eram os métodos comumente empregados para combater a oposição. Embora em Atenas, depois de um certo tempo, fossem destituídos os tiranos e restaurado temporariamente o governo livre, Esparta mostrou-se capaz de dominar o resto da Grécia por mais de trinta anos. Em 371 a.C., no entanto, Epaminondas, de Tebas, destróçou o exército lacedemônio em Leuctras, iniciando assim um período de supremacia tebana. Infelizmente, Tebas mostrou-se pouco mais sábia e tolerante no governo do que Esparta, e nove anos depois organizou-se uma coligação para libertar as cidades gregas de seu novo opressor. Não conseguindo dissolver a aliança, os tebanos deram-lhe batalha no campo de Mantinéia. Ambos os lados

proclamavam vitória, mas Epaminondas foi morto e, logo depois, o poder de seu império eclipsou-se.

A longa sucessão de guerras tinha levado os estados gregos à exaustão. Embora ainda permanecesse intacta a glória de sua cultura, politicamente estavam prostrados e indefesos. Seu destino foi em breve decidido com o aparecimento de Filipe da Macedônia. Exceto quanto a ligeiro verniz de cultura helênica, os macedônios eram bárbaros, mas Filipe, antes de se tornar seu rei, aprendera a comandar um exército no tempo em que fora refém entre os tebanos. Percebendo a fraqueza dos estados do sul, resolveu conquistá-los. Uma série de rápidos sucessos culminou na vitória decisiva de Queroneia, em 338 a.C., e logo depois lhe deu o domínio de toda a Grécia, com exceção de Esparta. Volvidos dois anos, Filipe foi assassinado em consequência de uma disputa familiar.

O domínio da Hélade passou então às mãos de seu filho Alexandre, um moço de vinte anos. Depois de eliminar pela morte todos os possíveis aspirantes ao trono e de dominar algumas débeis revoltas dos gregos, Alexandre concebeu o grandioso projeto de conquistar a Pérsia. Sucederam-se as vitórias até que, no pequeno espaço de doze anos, todo o antigo Oriente Próximo, do Indo ao Nilo, foi anexado à Grécia sob o domínio pessoal de um único homem. Alexandre não viveu para gozar seus feitos por longo tempo. Em 323 a.C. caiu doente com a febre dos pântanos da Babilônia e morreu com a idade de 33 anos.



É difícil avaliar o significado da carreira de Alexandre. Escravo de suas emoções e capaz das mais vis injustiças, mesmo para com seus amigos, merece pouquíssimo a grandeza que lhe foi atribuída. Conquanto fosse inquestionavelmente um gênio militar, deixou poucos atestados concretos de capacidade construtiva. Sua ambição era governar à maneira de um rei-deus oriental, e não de acordo com os avançados ideais helênicos de liberdade e justiça. Além disso, parece ter-se exagerado consideravelmente a sua

influência na expansão da cultura grega. A Pérsia, depois da conquista de Alexandre, não adotou grande número de instituições e costumes helênicos. Exceto nas cidades da embocadura do Nilo, o Egito conservou-se egípcio. A influência das conquistas de Alexandre manifestou-se antes na direção oposta: abriram caminho a uma inoculação de orientalismo na Europa, tal como nunca dantes ocorrera; inoculação de fato tão forte, que praticamente podia-se dar por findos os dias da civilização helênica propriamente dita.

6. O PENSAMENTO E A CULTURA HELÊNICOS

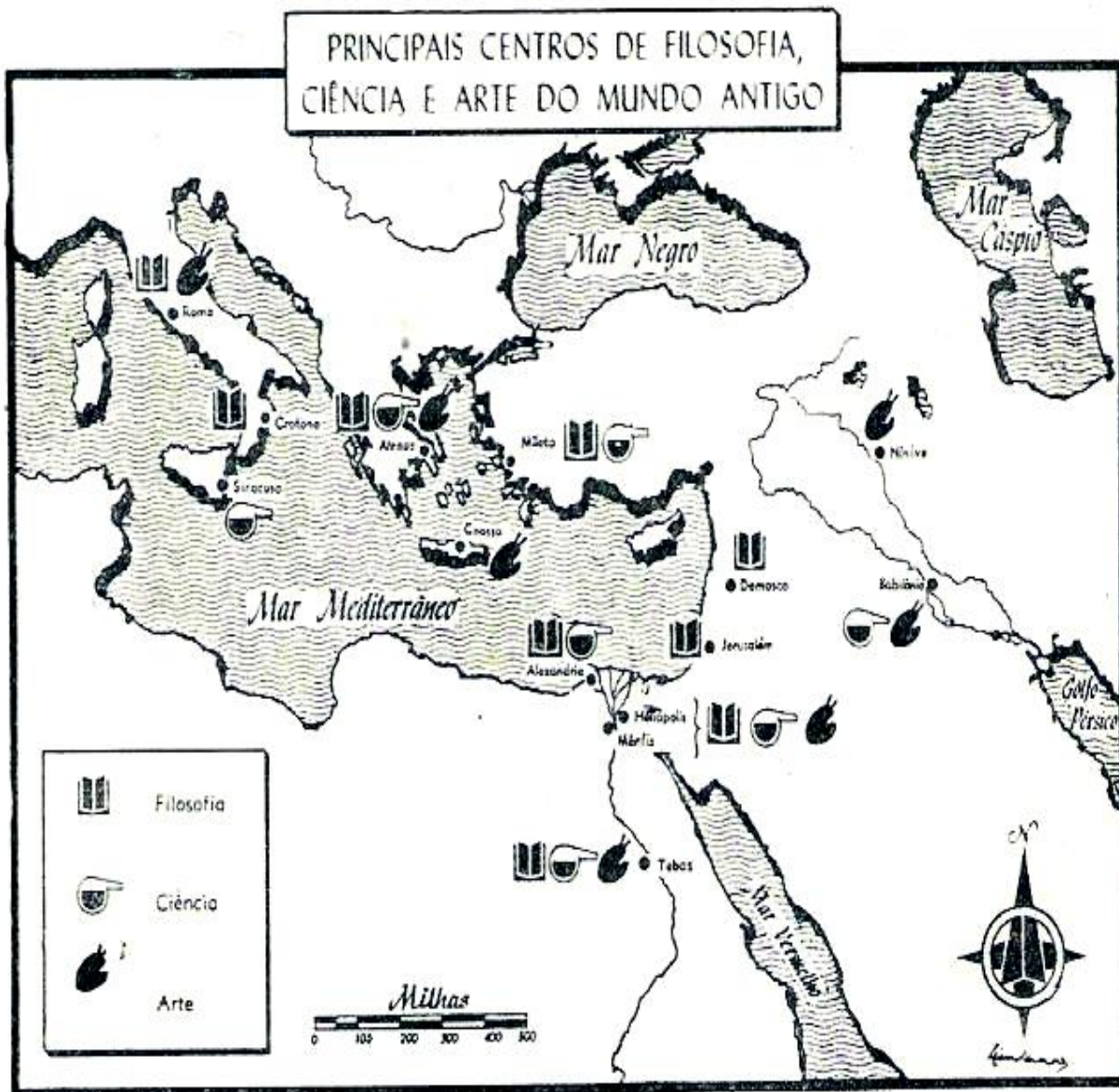
I. Filosofia

Com o que ficou dito nos capítulos precedentes, não restará dúvidas sobre ser errônea a noção popular de que toda a filosofia se originou na Grécia. Séculos antes, os egípcios já se haviam consagrado à elucidação da natureza do universo e os problemas sociais e éticos do homem. A realização dos gregos foi, antes, o desenvolvimento da filosofia num sentido mais vasto do que ela anteriormente tivera. Tentaram achar respostas para todas as questões concebidas no tocante à natureza do universo, ao problema da verdade e ao sentido e finalidade da vida. A magnitude de sua obra é atestada pelo fato de ter sido a filosofia desde então, em grande parte, um debate sobre a validade das diferentes conclusões gregas.

A filosofia grega teve suas origens no século VI a.C., com os trabalhos da chamada Escola de Mileto, cujos componentes eram naturais da cidade deste nome, grande centro comercial situado no litoral da Ásia Menor. A filosofia milésia era materialista, científica e monista. O problema que sobremaneira atraiu a atenção desses filósofos foi o da natureza física do mundo. Acreditavam que todas as coisas podem ser reduzidas a certo elemento primário ou matéria original, que era a fonte dos mundos, das estrelas, dos animais, das plantas e dos homens, e ao qual tudo voltaria no fim.

Tales, o fundador da escola, percebendo que todas as coisas contêm unidade, ensinava que a substância elementar era a água. Anaximandro insistia em que o elemento não podia ser uma coisa especial como a água ou o fogo, mas uma substância "não gerada e imperecível" que "contém e dirige todas as coisas". Chamava a essa substância o Infinito ou o Ilimitado. Evidentemente, o que ele tinha em mente era uma matéria indeterminada da qual se formavam as coisas individuais. O terceiro membro da Escola, Anaxímenes, afirmava que a matéria original do universo era o ar. A primeira vista parece ter ele dado um passo para trás, voltando à idéia de ser algum dos elementos a fonte da qual tudo provinha. Mas não foi assim, pois, na realidade, Anaxímenes escolheu o ar como substância geradora porque ele proporciona uma interpretação quantitativa do universo. Em outras palavras, afirmava que a diferença essencial entre as coisas consistia meramente na quantidade de substância básica nelas contida. O ar, quando rarefeito, torna-se fogo; quando condensado, transforma-se sucessivamente em "vento, vapor, água, terra e pedra.

Embora parecendo ingênua em suas conclusões, a filosofia da escola de Mileto tinha real importância. Deitou abaixo as crenças mitológicas dos gregos sobre a origem do mundo e as substituiu por uma explicação puramente racional. Reviveu e ampliou as idéias egípcias sobre a eternidade do universo e a indestrutibilidade da matéria. Sugeriu muito claramente, em especial nos ensinamentos de Anaximandro, o conceito da evolução no sentido de uma mudança rítmica, de uma criação e decomposição contínua. E não parecerá injustificada a conclusão de que a interpretação quantitativa do universo, de Anaxímenes, ajudou a preparar o caminho para a concepção atômica da matéria.



Antes do fim do século VI a filosofia grega tomou uma orientação metafísica, isto é, deixou de se ocupar com os problemas do mundo físico e transferiu sua atenção para questões abstrusas como a natureza do ser, o sentido da verdade, a posição do divino no esquema das coisas. Como primeiros representantes da nova tendência, temos os pitagóricos, que interpretaram a filosofia, sobretudo, em sentido religioso. Pouco se sabe a respeito deles, salvo ter seu chefe, Pitágoras, emigrado da ilha de Samos para o sul da Itália e fundado uma comunidade religiosa em Crotona. Ele e seus discípulos aparentemente ensinavam ser a vida

especulativa o mais alto bem, mas, para alcançá-lo, o homem devia purificar-se dos apetites maléficos da carne. Sustentavam que a essência das coisas não é uma substância material, mas um princípio abstrato - o número. A sua principal importância reside nas distinções nítidas que estabeleceram entre o espírito e a matéria, a harmonia e a discordância, o bem e o mal. Talvez não seja desacertado considerá-los como os verdadeiros introdutores do dualismo no pensamento grego.

Ainda outros gregos desse período concentraram sua atenção no problema da permanência e da mudança. Desse problema derivam-se as questões da natureza da matéria, da essência última do universo e do poder da razão para descobrir a verdade. O ponto de vista de alguns filósofos, em especial de Parmênides, era de que a natureza real das coisas consiste na estabilidade ou permanência, sendo a mudança e a diversidade puras ilusões dos sentidos. Parmênides queria dizer com isso que, sob as mudanças superficiais que se dão em torno de nós, há algo que realmente persiste. Não nos é dado percebê-lo com nossos sentidos, mas podemos descobrir-lhe a existência pelo raciocínio. Diretamente oposta a essa era a posição de Heráclito, que afirmava que a permanência é uma ilusão e somente a mudança é real. O universo, assegurava, está em estado de fluxo constante, de modo que é impossível entrar duas vezes no mesmo regato. A criação e a destruição, a vida e a morte, são apenas o verso e o reverso do mesmo quadro. Ao afirmar tais pontos de vista, Heráclito estava, no fundo, sustentando que as coisas que vemos e ouvimos constituem toda a realidade. A evolução ou a mudança constante é a lei do universo. A árvore ou a pedra que estão hoje aqui, amanhã não estarão mais; não existe nenhuma substância última imutável por toda a eternidade.

A solução final do problema da permanência e da mudança foi dada pelos atomistas. O fundador da teoria atômica foi Leucipo, mas o principal filósofo a quem se deve seu desenvolvimento foi Demócrito, que viveu em Abdera, na costa da Trácia, na segunda metade do século V. Como o próprio nome o diz, os atomistas afirmavam que os componentes últimos do universo são os

átomos, infinitos em número, indestrutíveis e indivisíveis. Embora diferindo em tamanho e forma, são idênticos quanto à composição química. Devido ao movimento que lhes é inerente, estão eternamente a se unir, a se separar e a se reunir em arranjos diferentes. Todo objeto ou organismo do universo é, pois, o produto de um concurso fortuito de átomos. A única diferença entre o homem e a árvore consiste no número e no arranjo diferentes de seus átomos. Eis aí uma filosofia que representava o ponto mais alto das tendências materialistas do primitivo pensamento grego. Demócrito negava a imortalidade da alma e a existência de um mundo espiritual. Ainda que possa isso parecer estranho à compreensão de algumas pessoas, era um idealista em moral, afirmando que "o bem significa não somente não fazer o mal, mas antes não desejar fazer o mal".

Mais ou menos nos meados do século V a.C., iniciou-se uma revolução intelectual na Grécia. A ascensão do homem médio, o desenvolvimento do individualismo e a necessidade de solução para os problemas práticos ocasionaram uma reação contra os antigos hábitos de pensamento. Em consequência disso, os filósofos abandonaram o estudo do universo físico e dirigiram suas cogitações para assuntos mais intimamente relacionados com o próprio homem. Os primeiros expoentes da nova tendência intelectual foram os sofistas. Originalmente este termo significava "aqueles que são sábios", mas veio a ser usado mais tarde no sentido pejorativo de homens que empregam um raciocínio especioso. Como grande parte de nosso conhecimento dos sofistas derivava-se, até há bem pouco tempo, de Platão, um dos mais severos críticos da escola, eram eles comumente considerados como tendo sido os inimigos de tudo o que havia de melhor na cultura helênica. Pesquisas modernas mostraram o erro de um juízo tão excessivo, ainda que alguns componentes do grupo não tivessem o sentimento de responsabilidade social e revelassem absoluta falta de escrúpulo no fazer com que "a pior causa parecesse a melhor".

O maior de todos os sofistas foi indubitavelmente Protágoras, nascido em Abdera, que ensinou quase toda a vida em Atenas.

Seu dito famoso, "o homem é a medida de todas as coisas", congrega a essência da filosofia sofista. Com isto queria ele dizer que a vontade, a verdade, a justiça e a beleza são relativas às necessidades e interesses do próprio homem. Não há verdades absolutas ou padrões eternos de direito e justiça. Sendo a percepção dos sentidos a fonte exclusiva do conhecimento, só pode haver verdades particulares, válidas para um certo tempo e um certo lugar. Do mesmo modo, a moral varia de povo para povo. Em certos casos, os espartanos animam o adultério tanto por parte das esposas como dos maridos; os atenienses segregam suas mulheres e até lhes recusam uma vida social normal. Qual desses padrões é o certo? Nenhum é certo num sentido absoluto, pois não há cânones absolutos do certo e do errado, decretados eternamente nos céus para atender a todos os casos.

Ambos são, porém, certos no sentido relativo de que só o julgamento do homem determina o que é bom.

Alguns dos últimos sofistas foram muito além dos ensinamentos de seu grande mestre, Górgias, por exemplo, perverteu o ceticismo de Protágoras na doutrina de que a mente humana nada pode conhecer senão o que vem de suas impressões subjetivas. "Nada existe", diz ele; "se algo existisse, não poderia ser conhecido; ainda que um homem conseguisse apreendê-lo, mesmo assim seria um segredo, impossível de ser comunicado a seus semelhantes". O individualismo necessariamente implícito nos ensinamentos de Protágoras foi desviado por Trasímaco para a doutrina de que todas as leis e costumes são puras expressões da vontade do mais forte e do mais astuto buscando o seu próprio proveito e que, por isso, o homem sábio é o "perfeito injusto" que se coloca acima das leis e se preocupa com a satisfação de seus próprios desejos.

Há, apesar disso, muita coisa admirável nos ensinamentos de todos os sofistas, mesmo dos mais extremistas. Condenavam sem exceção a escravidão e o exclusivismo racial dos gregos. Eram defensores da liberdade, dos direitos do homem comum e do ponto de vista prático e progressista. Perceberam a loucura da guerra e ridicularizaram o tolo chauvinismo de muitos atenienses.

Seu mais importante trabalho talvez tenha sido o alargamento da filosofia para incluir, não somente a física e a metafísica, mas ainda a ética, a política e a epistemologia, isto é, a ciência do conhecimento. Como disse Cícero, eles "desceram a filosofia dos céus para as moradas dos homens".

Era inevitável que o relativismo, o ceticismo e o individualismo dos sofistas despertassem tenaz oposição. No julgamento dos gregos, mais conservadores, essas doutrinas pareciam levar diretamente ao ateísmo e à anarquia. Se não há verdade eterna e se a vontade e a justiça dependem dos caprichos do indivíduo, então nem a religião, nem a moral, nem o estado, nem a própria sociedade podem durar muito tempo. O resultado dessa convicção foi o surto de um novo movimento filosófico, baseado na teoria de que a verdade é real e de que existem padrões absolutos. Os chefes desse movimento foram os três homens mais famosos, talvez, da história da filosofia: Sócrates, Platão e Aristóteles.

Sócrates nasceu em Atenas, em 469 a.C., de família humilde, sendo seu pai um escultor e sua mãe, uma parteira. Ninguém sabe como recebeu educação, mas o certo é que estava familiarizado com os ensinamentos dos pensadores gregos que o antecederam, presumivelmente devido a uma vasta leitura. A impressão de que era um simples discutidor de mercado é totalmente infundada. Tornou-se filósofo por sua própria conta, principalmente para combater as doutrinas dos sofistas, e em breve reuniu em torno de si um círculo de admiradores que incluía os dois jovens aristocratas, Platão e Alcibíades. Em 399 foi condenado à morte sob a acusação de "corromper a juventude e introduzir novos deuses". A verdadeira razão dessa iníqua sentença foi o trágico resultado que trouxe aos atenienses a guerra do Peloponeso. Dominado pelo ressentimento e pelo desespero, o povo voltou-se contra Sócrates por causa de suas ligações com os aristocratas, inclusive com o traidor Alcibíades, e de sua crítica às crendices populares.

Como Sócrates nada escreveu, os historiadores tiveram de enfrentar um problema ao pretenderem determinar a extensão dos seus ensinamentos. É considerado, em geral, sobretudo como um

professor de ética, sem qualquer interesse pela filosofia abstrata e sem o intuito de fundar uma nova escola de pensamento. Certas indicações de Platão sugerem, no entanto, que grande parte da famosa teoria das Idéias era, na realidade, de origem socrática. De qualquer modo, podemos ter razoável certeza de que Sócrates acreditava num conhecimento estável e universalmente válido, o qual o homem podia possuir bastando para isso que seguisse o método certo. Tal método consistia na troca e na análise de opiniões, estabelecendo e pondo à prova definições provisórias, até que finalmente pudesse ser destilada de todas elas uma essência da verdade reconhecida por todos. Sócrates argumentava que deste modo o homem podia descobrir princípios permanentes de direito e de justiça, independentes dos desejos egoístas dos seres humanos. Acreditava, além disso, que o descobrimento de tais princípios racionais de conduta seria um guia infalível para a vida virtuosa, pois negava que aquele que verdadeiramente conhecesse o bem pudesse jamais preferir o mal. O mais importante dos discípulos de Sócrates foi Platão, que nasceu em Atenas, em 427 a.C., filho de pais nobres. Seu verdadeiro nome era Aristocles, sendo "Platão" um apelido que se supõe ter-lhe dado um de seus mestres por causa dos seus ombros largos. Aos vinte anos juntou-se ao círculo de Sócrates, nele permanecendo até a trágica morte de seu mestre. Parece ter também colhido inspiração em outras fontes, sobretudo nos ensinamentos de Parmênides e Pitágoras. Ao contrário de seu grande mestre, era um escritor prolífero, embora alguns dos trabalhos a ele atribuídos sejam de autoria duvidosa. As mais famosas das obras platônicas são os diálogos, tais como a Apologia, Protágoras, Fedro, Tímon e a República. Dedicava-se ao acabamento de um outro grande trabalho - As leis - quando a morte o colheu aos oitenta e um anos de idade.

Os objetivos de Platão, ao desenvolver sua filosofia, eram semelhantes aos de Sócrates, embora de certo modo mais amplos: 1) combater a teoria da realidade como um fluxo desordenado e substituí-la por uma interpretação do universo considerado como essencialmente espiritual e obediente a um

plano: 2) refutar as doutrinas sofísticas do relativismo e do ceticismo e 3) fornecer uma base segura para a ética. A fim de alcançar esses objetivos desenvolveu a célebre doutrina das Idéias. Admitia que a relatividade e a mudança constante são característico, do mundo das coisas físicas, do mundo que percebemos com nossos sentidos. Negava, porém, que esse mundo constituísse todo o universo. Há um reino mais alto e espiritual, composto de formas eternas ou Idéias, que só a mente pode conceber. Não são, porém, meras abstrações criadas pelo homem, mas sim entes espirituais. Cada uma delas é o arquétipo ou modelo de certa classe especial de objetos ou de relações entre objetos na terra. Há, pois, Idéias de homem, de árvore, de forma, de tamanho, cor, proporção, de beleza e justiça. A mais alta de todas é a Idéia do Bem, que é a causa ativa e a finalidade orientadora de todo o universo. As coisas que percebemos por meio de nossos sentidos são apenas cópias imperfeitas das realidades supremas - as Idéias.

A filosofia ética e religiosa de Platão estava intimamente relacionada com sua doutrina das Idéias. Como Sócrates, ele acreditava que a verdadeira virtude tinha sua base no conhecimento. Mas o conhecimento derivado dos sentidos é limitado e variável, consistindo, pois a verdadeira virtude na apreensão racional das Idéias eternas de bondade e justiça. Relegando o físico para um plano inferior, deu à sua ética um sabor levemente ascético. Considerava o corpo como um obstáculo ao espírito e ensinava que somente a parte racional da natureza do homem é nobre e boa. Contrastando com alguns de seus continuadores pósteros, não exigia que os apetites e as emoções fossem totalmente negados, mas insistia em sua subordinação estrita à razão. Platão nunca deixou inteiramente clara sua concepção de Deus. Algumas vezes referia-se à Idéia do Bem como se fosse uma força divina de ordem subordinada, outras vezes, como se fosse a criadora suprema e a dominadora do universo. É possível que esta última afirmação representasse o seu verdadeiro pensamento. De qualquer modo, é certo que concebia o universo como sendo espiritual quanto à natureza e

governado por objetivos inteligentes. Rejeitava tanto o materialismo como o mecanicismo. Quanto à alma, considerava-a não somente como imortal, mas como preexistindo desde toda a eternidade.

Como filósofo político, Platão inspirava-se no ideal de construir um estado livre de perturbações e de disputas egoístas dos indivíduos e das classes. Os fins que ele desejava atingir não eram nem a democracia nem a liberdade, mas a harmonia e a eficiência. De acordo com isso, propôs na República o famoso plano duma sociedade cuja população se distribuía em três classes principais, correspondentes às funções da alma. A classe mais baixa, representando a alma apetitiva, incluiria os lavradores, os artífices e os comerciantes ou mercadores; a segunda classe, representando o elemento empreendedor ou vontade, seria formada pelos soldados; enquanto a classe mais alta, representando a razão, compreenderia a aristocracia intelectual. De cada uma dessas classes esperava-se a realização das tarefas para as quais tinha maior aptidão. A função da classe mais baixa seria a produção e a distribuição dos bens em benefício de toda a comunidade; a dos soldados, a defesa; ao passo que a aristocracia, dada a sua aptidão especial para a filosofia, desfrutaria o monopólio do poder político. A divisão do povo nessas categorias não se basearia no nascimento ou na riqueza, mas seria feita por um processo de seleção que levasse em conta a capacidade de cada indivíduo para aproveitar a educação que lhe fosse dispensada. Assim, os lavradores, os artífices e os mercadores seriam aqueles que demonstrassem a mais baixa capacidade intelectual, ao passo que os reis-filósofos seriam aqueles que se mostrassem mais bem dotados.

O último dos grandes representantes da tradição socrática foi Aristóteles, que nasceu em Estagira, em 384 a.C. Com a idade de dezessete anos entrou para a Academia de Platão, aí permanecendo como discípulo e mestre durante vinte anos. Em 343 foi convidado pelo rei Filipe da Macedônia para mestre do jovem Alexandre. Talvez a história ofereça poucos exemplos mais notáveis de talento mal empregado, do que esse. Sete anos depois

voltou a Atenas, onde passou a dirigir uma escola própria, conhecida como o Liceu, atividade que exerceu até a sua morte em 322 a.C. Aristóteles escreveu muito mais do que Platão, abordando uma variedade enorme de assuntos. Seus trabalhos principais incluem tratados de lógica, meta física, retórica, ética, ciências naturais e política. Um número considerável de escritos que se atribuem a ele nunca foram encontrados.

Embora Aristóteles se interessasse tanto quanto Platão e Sócrates pelo conhecimento absoluto e pelos princípios eternos, sua filosofia diferia da deles em vários aspectos importantes. Em primeiro lugar, tinha maior consideração pelo concreto e pelo prático. Em contraste com Platão, o esteta, e com Sócrates, que dizia nada poder aprender das árvores e das pedras, Aristóteles era um cientista profundamente interessado pela biologia, pela medicina e pela astronomia. Além disso, era menos inclinado do que seus predecessores aos assuntos espirituais. Por fim, não compartilhava das fortes simpatias de ambos pela aristocracia.

Aristóteles concordava com Platão em que os universais, as Idéias (ou as formas, como ele as chamava) são reais e em que o conhecimento derivado dos sentidos é limitado e inexato. Recusava, no entanto, atribuir, como seu mestre, uma existência independente aos universais e reduzir as coisas materiais a pálidos reflexos de suas formas espirituais. Ao contrário, afirmava que forma e matéria são de importância igual, ambas eternas, não podendo existir uma isolada da outra. É a união das duas que dá ao universo seu caráter essencial. As formas são as causas de todas as coisas; são as forças cujo fim é modelar o mundo da matéria, produzindo os objetos e organismos infinitamente variados que nos cercam. Toda evolução, tanto cósmica como orgânica, resulta da interação entre forma e matéria. Assim, a presença da forma homem no embrião humano modela e dirige o desenvolvimento deste até que, por fim, evolve como ser humano. Conquanto também o movimento mecânico da própria matéria desempenhe certo papel no processo, o fator determinante é a ação da forma, orientada para um fim. A filosofia aristotélica pode, por essa razão, ser considerada como intermediária entre o

espiritualismo transcendental de Platão e o materialismo mecanicista dos atomistas. Sua concepção do universo era teleológica, isto é, concebia-o como governado por uma finalidade; recusava, porém, considerar o espiritual como eclipsando completamente a sua corporificação material.

Que Aristóteles tenha concebido Deus precipuamente como uma Causa Primeira é o que se podia esperar da predominância da atitude científica na sua filosofia. Diferente da Idéia do Bem de Platão, o Deus de Aristóteles não realizava um fim ético. Seu caráter era o de um Primeiro Motor, fonte original do movimento orientado que se achava contido nas formas. Não era em qualquer sentido um Deus pessoal, pois sua natureza era a de uma inteligência pura, desprovida de qualquer sentimento, vontade ou desejo. Parece que Aristóteles não deixou lugar em seu sistema religioso para a imortalidade individual; todas as funções da alma, exceto a razão criadora, que de maneira alguma era individual, dependiam do corpo e pereciam com ele.

A filosofia ética de Aristóteles era menos ascética que a de Platão. Não considerava o corpo como a prisão da alma, nem acreditava que os apetites físicos são necessariamente maus em si mesmos. Pensava que o mais alto bem para o homem consiste na sua auto-realização, isto é, no exercício daquela parte de sua Aristóteles natureza que mais verdadeiramente o distingue como ser humano. A auto-realização seria, portanto, idêntica à vida da razão. Mas esta depende da combinação adequada de certas condições físicas e mentais. O corpo deve ser conservado em boa saúde e as emoções sob o necessário controle. A solução será encontrada no termo médio, pelo qual se mantém o equilíbrio entre a sensualidade excessiva de um lado e a negação ascética de outro. Isso era simplesmente a reafirmação do característico ideal helênico da *sophrosyne* (nada em excesso).

Embora tenha incluído em sua *Política* abundante material descritivo e analítico sobre a estrutura e as funções do governo, tratou principalmente dos aspectos mais amplos da teoria política. Considerava o estado como a instituição suprema para a consecução do bem-estar dos homens e, por essa razão,

interessava-se profundamente em conhecer sua origem e desenvolvimento, bem assim como pelas melhores formas que ele pudesse assumir. Afirmando que o homem era um animal social e político por natureza, negava que o estado fosse um produto artificial das ambições de poucos ou dos desígnios de alguns. Pelo contrário, sustentava que ele tinha sua base nos próprios instintos do homem e que a vida civilizada era impossível fora de seus limites. Considerava como o melhor dos estados, não a monarquia, a aristocracia ou a democracia, mas uma politeia - que ele definia como uma comunidade intermediária entre a aristocracia e a democracia. Seria, essencialmente, um estado sob o controle da classe média, mas Aristóteles tencionava fazer com que os membros dessa classe fossem suficientemente numerosos, pois advogava medidas preventivas da concentração da riqueza. Defendia a instituição da propriedade privada, mas se opunha ao entesouramento pelos ricos além do necessário a uma vida inteligente. Recomendava ao governo a distribuição de dinheiro aos pobres para a compra de pequenas lavouras ou para "iniciarem-se no comércio e na agricultura", e assim alcançarem a prosperidade e a dignidade.

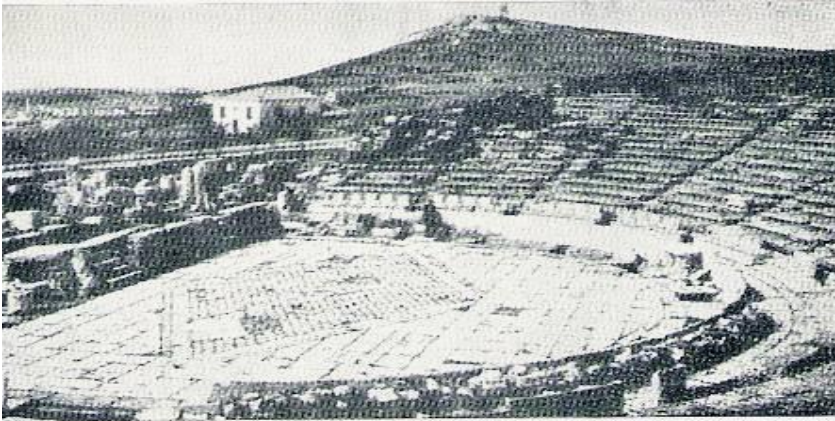
II. Ciência

Ao contrário do que supõe a crença popular, o período da civilização helênica, estritamente falando, não constituiu uma grande época científica. A grande maioria das conquistas científicas comumente consideradas como gregas viram a luz no período helenístico, quando não mais predominava a cultura helênica, mas uma mistura de helênico e oriental. Os interesses dos gregos, na época de Péricles e no século que se seguiu, eram principalmente especulativos e artísticos, não havendo grande devotamento ao conforto material ou ao domínio do universo físico. Por conseqüência, com exceção de alguns desenvolvimentos importantes na matemática, na biologia e na medicina, foram relativamente pequenos os progressos científicos.

O fundador da matemática grega foi, segundo parece, Tales de Mileto, que se supõe ter formulado vários teoremas mais tarde incluídos na geometria de Euclides. Entre eles contam-se os seguintes: 1) o círculo é cortado em duas partes iguais por qualquer diâmetro; 2) os ângulos da base de um triângulo isósceles são iguais; 3) se duas linhas retas se cruzam, os ângulos opostos pelo vértice são iguais. Talvez mais significativo fosse o trabalho dos pitagóricos, que desenvolveram uma complexa teoria dos números, classificando-os em várias categorias, tais como ímpares, pares, primos, compostos, duplamente pares, perfeitos etc. Supõe-se que tenham também descoberto a teoria das proporções e provado, pela primeira vez, que a soma dos três ângulos de qualquer triângulo é igual a dois ângulos retos. A mais famosa de suas realizações foi, porém, a descoberta do teorema atribuído ao próprio Pitágoras: o quadrado da hipotenusa de qualquer triângulo retângulo é igual à soma dos quadrados dos catetos. Hoje acredita-se que o primeiro grego que desenvolveu a geometria como ciência foi Hipócrates de Quios, que não deve ser confundido com o médico Hipócrates, de Cós.

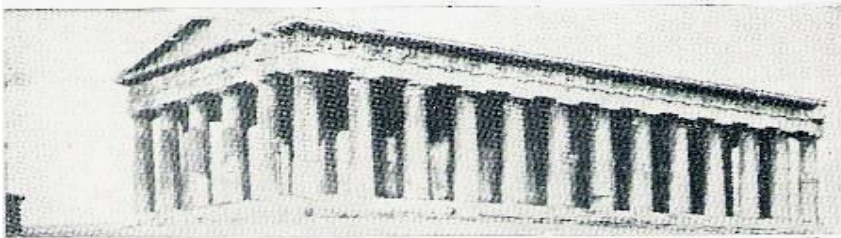
O primeiro grego a manifestar interesse pela biologia foi o filósofo Anaximandro, que desenvolveu uma rudimentar teoria da evolução orgânica, baseada no princípio da sobrevivência através da progressiva adaptação ao meio. Os primeiros animais, asseverava ele, viveram no mar, que no princípio cobria toda a superfície da terra. Quando as águas se retiraram, alguns organismos foram capazes de se ajustar a seu novo ambiente e de tornarem-se animais terrestres. O produto final desse processo de evolução foi o próprio homem. O verdadeiro fundador da ciência biológica foi, no entanto, Aristóteles. Devotando muitos anos de sua vida ao cuidadoso estudo da estrutura, dos hábitos e do crescimento dos animais, revelou inúmeros fatos que não seriam redescobertos senão a partir do século XVII. A metamorfose de vários insetos, os hábitos reprodutivos da enguia, o desenvolvimento embriológico do tubarão (como o embrião se nutre no útero graças à placenta, tal como acontece com os fetos dos mamíferos) - são apenas amostras da estupenda extensão de seus conhecimentos. Seu

estudo das estruturas homólogas foi tão importante, que ele é comumente considerado o pai da anatomia comparada. Infelizmente, cometeu alguns erros. Negou a sexualidade das plantas e aceitou, sem criticar, alguns mitos antigos como o das cabras que respiravam pelos ouvidos e o dos abutres que eram fecundados pelo vento. Embora subscrevesse a teoria geral da evolução, acreditava na geração espontânea de algumas espécies de vermes e insetos.

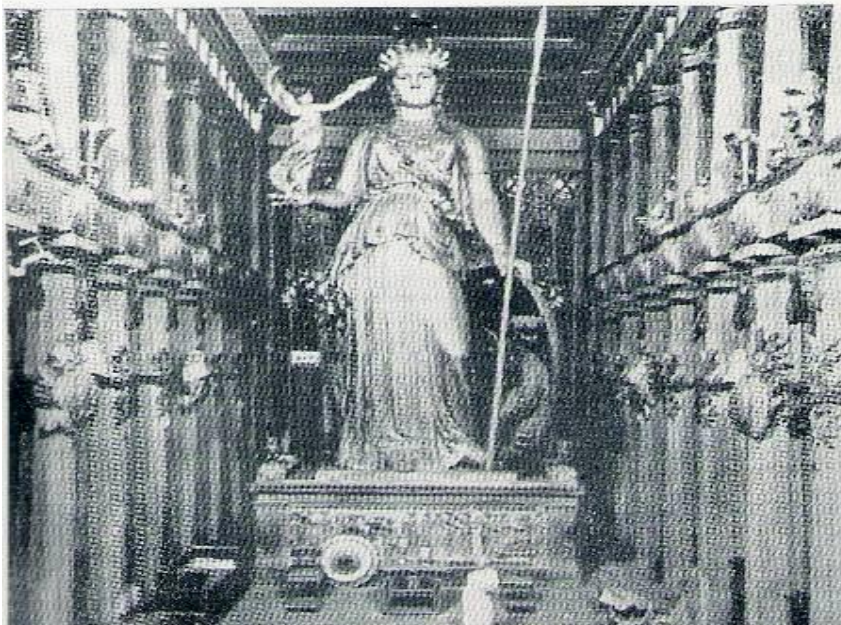


ARQUITETURA GREGA

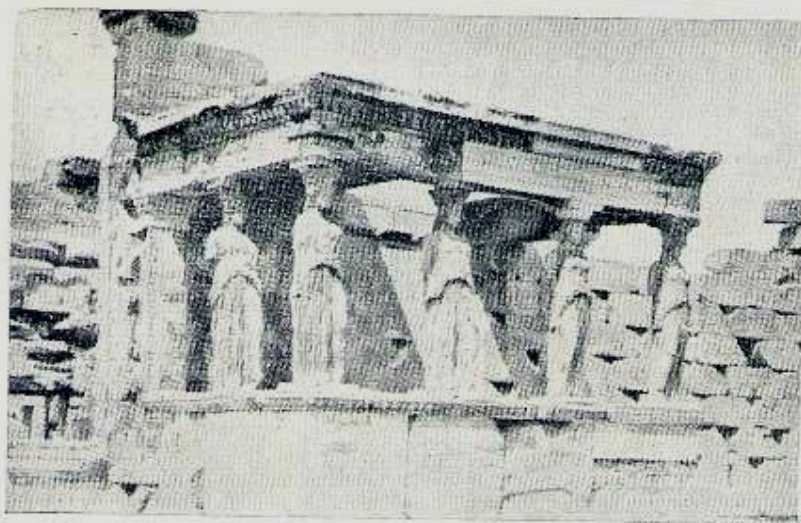
Teatro de Dioniso em Atenas, construído aproximadamente em 340 a. C. Os dramas gregos eram invariavelmente representados ao ar livre. O Teatro de Dioniso, acomodando cerca de 15 000 espectadores, foi erigido de modo a aproveitar o declive do terreno. (Metropolitan Museum of Art.)



Templo chamado de Te-seu, em Atenas, tido geralmente como um dos mais perfeitos monumentos em estilo dórico.



Reconstituição do interior do Partenon, mostrando a resplendente estátua feita de ouro e marfim, de Atená, a deusa protetora da cidade. Esta, como quase todas as esculturas do Partenon, era uma obra de Pídiás. (Metropolitan Museum of Art.)



A GRÉCIA E A ÉPOCA HELENÍSTICA

Pórtico das Virgens, na face sul do Erecteu de Atenas. Este belo templo jônico, dedicado ao lendário rei Erecteu, foi construído durante a guerra do Peloponeso. O Pórtico das Virgens (Cariátides) simboliza talvez uma procissão de jovens trazendo oferendas ao sacrário.

Templo de Atena Vitória, em Atenas, um dos mais encantadores exemplos do gracioso estilo jônico. Planejado por Péricles, em 450 a. C., provavelmente não se completou antes dos fins do século V. (Depart. de Arte da Rutgers University.)



Estátua duma velha vendadora do mercado. É tida como bom exemplo do realismo helenístico. Na época helenística o declínio do idealismo e da arte helêni-



ca deu lugar a uma tendência para retratar os aspectos humildes da vida e para exprimir compaixão ante o sofrimento humano. (Metropolitan Museum of Art.)

Moedas helenísticas (véem-se versos e reversos das mesmas moedas). Os objetos de uso comum deste período mostram, muitas vezes, a mesma beleza de linhas das Society.)

(American Numismatic obras de pura arte.



Também a medicina grega iniciou-se com os filósofos. Seus pioneiros foram Empédocles, expoente da teoria dos quatro elementos (terra, ar, fogo e água) e Alcmeon, um discípulo da escola pitagórica. O primeiro descobriu que o coração e o sangue fluem do coração e volta a ele, e que os poros da pele auxiliam o trabalho das trocas respiratórias. Alcmeon introduziu a prática de dissecar corpos de animais, descobriu o nervo óptico, a trompa de Eustáquio, e sabia que o cérebro é o centro do sistema nervoso. Mais importantes ainda foram os trabalhos de Hipócrates de Cós, nos séculos V e IV. Se esse grande médico não tivesse contribuído com outra coisa além da refutação da explicação sobrenatural das doenças, ainda assim mereceria ser chamado pai da medicina. Martelava os ouvidos de seus alunos com a doutrina de que "cada doença tem uma causa natural e sem causas naturais nada acontece". Além disso, pelos seus métodos de estudo metódico e pela comparação dos sintomas, lançou os fundamentos da clínica médica. Descobriu o fenômeno da crise na moléstia e fez progredir a prática da cirurgia. Embora tivesse um largo conhecimento de drogas, confiava muito mais no valor terapêutico da dieta e do repouso. O principal fato em seu desfavor é o desenvolvimento da teoria dos quatro humores: a idéia de que a moléstia se deve a uma excessiva quantidade de bile amarela, bile preta, sangue e fleuma no organismo. A prática da sangria foi a lastimável consequência dessa teoria.

III. Literatura

Em geral, o meio mais comum de expressão literária na época de formação dos povos é a narração épica de feitos heróicos. É uma forma bem adaptada aos dias das primeiras explorações, cheios de batalhas e vigorosas aventuras, quando ainda não houve tempo de serem os homens atemorizados pelo mistério das coisas. Os mais famosos poemas épicos gregos - a Ilíada e a Odisséia foram escritos justamente no fim da época homérica. O primeiro tem como tema o amor e a ira de Aquiles; o segundo descreve as

peregrinações e a volta de Ulisses. O supremo mérito literário de ambos reside em seus enredos cuidadosamente tramados, na música de sua poesia, na atração sensual de suas imagens, no realismo com que são retratados os caracteres e no domínio da gama completa das emoções. Exerceram influência quase incalculável nos escritores que vieram depois. Seu estilo e linguagem inspiraram a férvida poesia emotiva do século VI e eles foram uma fonte infalível de enredos e temas para os grandes trágicos da Idade Áurea.

Os três séculos que se seguiram aos tempos homéricos distinguiram-se, como já vimos, por mudanças sociais profundas. O padrão de vida rural deu lugar a uma sociedade urbana de complexidade cada vez maior. A fundação de colônias e o desenvolvimento do comércio criaram novos hábitos de vida. Indivíduos até então submersos no anonimato adquiriram consciência de sua força e de sua importância. Era inevitável que essas mudanças se refletissem em novas formas de literatura, em especial naquelas de expressão mais pessoal. A primeira a ser desenvolvida foi a elegia, que provavelmente se destinava a ser antes declamada do que cantada com acompanhamento musical. As elegias variavam em tema, desde as reações individuais diante do amor até o idealismo dos patriotas e reformadores. Eram, no entanto, dedicadas em geral à melancólica reflexão sobre as desilusões da vida ou a amargas lamentações sobre a perda de prestígio. Sobressaíram entre os autores de versos elegíacos Sólon, o legislador, Mimnermo e Teógnis.

No século VI e no começo do V, a elegia foi gradualmente cedendo lugar à poesia lírica, cujo nome se deriva do fato de ser cantada ao som de lira. O novo tipo de poesia era especialmente adaptado à expressão dos sentimentos apaixonados, dos amores e ódios violentos, despertados pela luta de classes. Era também empregado com outros fins. Tanto Alceu como Safo usaram-no para descrever a beleza pungente do amor, a graça delicada da primavera e o esplendor das estrelas numa noite de verão. Entrementes, alguns outros poetas desenvolveram o coral lírico, pretendendo exprimir antes os sentimentos da comunidade que os

de um indivíduo. O maior de todos os escritores deste grupo foi Píndaro, de Tebas, que escreveu durante a primeira metade do século V. Os versos de Píndaro tomam a forma de odes de louvor às vitórias de atletas e às glórias da civilização helênica. São também significativos pelas suas concepções religiosas e morais. Píndaro nutria a idéia de ser Zeus o deus da retidão, que puniria o mau com a "mais terrível condenação" e recompensaria o bom com uma vida "em que não se conhecem as lágrimas".

A suprema realização literária dos gregos foi o drama trágico. Como tantas outras grandes obras desse povo, tinha suas raízes na religião. No festival dedicado à adoração de Dioniso, o deus da primavera e do vinho, um coro de homens vestidos de sátiros ou homens-bodes cantava e dançava em torno de um altar, representando várias partes de um ditirambo ou coral lírico que contava a vida do deus. Em certo momento destacava-se do coro uma figura principal para recitar as passagens importantes da história. O verdadeiro drama nasceu mais ou menos no início do século V, quando Ésquilo introduziu um segundo "ator" e relegou o coro a um plano secundário. O nome "tragédia", que veio a ser aplicado a esse drama, derivava provavelmente da palavra grega tragos, que quer dizer bode.

A tragédia grega forma nítido contraste com as tragédias de Shakespeare ou de Eugene O'Neill. Em primeiro lugar, é mínima a ação desenrolada no palco; o trabalho principal dos atores consistia em recitar os incidentes de um enredo que já era familiar ao público, pois a história vinha de lendas populares. Em segundo lugar, a tragédia grega consagrava pequena atenção ao estudo da complicada personalidade individual. Não havia desenvolvimento de caracteres pessoais moldados pelas vicissitudes de uma longa vida. As personagens não são propriamente indivíduos, mas sim "tipos". No palco apresentavam-se os atores com máscaras a fim de disfarçar qualquer característico que servisse para distingui-los nitidamente do resto da humanidade. Além disso, a tragédia grega difere da variante moderna por ter como tema o conflito entre o homem e o universo e não o choque de personalidades individuais ou conflito do homem consigo mesmo. O destino trágico que

prostrava os caracteres principais nessas peças era externo ao próprio homem. Era provocado pelo fato de alguém ter cometido um crime contra a sociedade e, assim, ofendido os desígnios morais do universo. Devia seguir-se a punição para restaurar o equilíbrio da justiça retributiva. Por fim, o objetivo das tragédias gregas não era apenas representar o sofrimento e interpretar as ações humanas, mas retratar a conduta ideal do heleno numa situação angustiosa e purificar as emoções do público representando o triunfo da justiça.

Como já indicamos, o fundador da tragédia grega foi Ésquilo (525-456 a.C.). Embora se suponha que tenha escrito cerca de oitenta peças, somente sete sobreviveram em sua forma completa, contando-se entre elas: Os Persas, Os Sete contra Tebas, Prometeu Acorrentado, e a trilogia conhecida como Orestíades. Culpa e castigo é o tema comum de quase todas elas. O segundo dos dramaturgos, Sófocles (496-406), é considerado por muitos como tendo sido o maior de todos. Seu estilo era mais trabalhado e sua filosofia mais profunda que a de seu predecessor. Foi autor de mais de cem peças, dezoito das quais receberam o primeiro ou segundo prêmio. Mais do que qualquer outro escritor na história grega, ele personificou o ideal helênico do "nada em excesso". Sua atitude se distinguia pelo amor à harmonia e à paz, pelo respeito inteligente à democracia e pela profunda simpatia com que encara as fraquezas humanas. As mais famosas de suas peças hoje conhecidas são Édipo Rei, Antígona e Electra.

O trabalho do último dos dramaturgos, Eurípides (480-406) reflete um espírito bem diferente. Era um céptico, um individualista, um humanista que sentia prazer em ridicularizar os mitos antigos e as "vacas sagradas" da época. Como pessimista azedo que se irritava com as flechadas de seus críticos conservadores, gostava de humilhar o orgulhoso e exaltar o humilde nas peças que escrevia. Foi o primeiro a dar ao homem comum, mesmo ao mendigo e ao camponês, um lugar no drama. Eurípides também é famoso pela sua simpatia para com o escravo, pela condenação da guerra e pelos protestos contra o costume de excluir as mulheres da vida social e intelectual. Devido ao seu humanismo, à sua tendência de

descrever os homens como realmente eram (ou mesmo um pouco piores) e à introdução do amor no drama, é freqüentemente considerado um modernista. Não devemos esquecer, no entanto, que em outros aspectos suas peças eram perfeitamente condizentes com o modelo helênico. Não punham em cena ações violentas, não mostravam a evolução do tipo individual ou o conflito de personalidades de modo mais marcado do que os trabalhos de Sófocles ou de Ésquilo. Entre as mais conhecidas tragédias de Eurípides estão Alceste, Medéia e As Mulheres Troianas.

A comédia helênica era positivamente inferior à tragédia. Parece, como as tragédias, ter-se derivado dos festivais dionisíacos, mas não atingiu pleno desenvolvimento a não ser mais tarde, no século V a.C. Seu único representante de importância foi Aristófanes (448 ?-380?), um aristocrata um tanto incivil e briguento que viveu em Atenas. A maior parte de suas peças representam sátiras contra os ideais políticos e intelectuais da democracia radical de seu tempo. Em Os Cavaleiros fustigava os políticos incompetentes e ambiciosos pelas suas temerárias aventuras imperialistas. Em As Rãs ridicularizava Eurípides pelas inovações que introduzira no drama. Reservou As Nuvens para castigar os sofistas, classificando entre eles Sócrates, por ignorância ou por malícia. Conquanto fosse um hábil poeta, dotado de humor sutil e de grande poder imaginativo, suas idéias se baseavam geralmente em meros preconceitos.

Nenhum comentário da literatura grega estaria completo sem a menção de dois grandes historiadores da Idade Áurea. Heródoto, o "pai da história", nasceu em Halicarnasso, na Ásia Menor (484-425). Viajou longamente pelo Império Persa, Egito, Grécia e Itália, colhendo grande cópia de dados interessantes sobre vários povos. Seu famoso relato da grande guerra entre gregos e persas espraia-se tanto sobre os assuntos de fundo que o trabalho se parece quase a uma história mundial. Encarava essa guerra como uma luta épica entre o Oriente e o Ocidente, em que Zeus concedeu aos gregos a vitória sobre um poderoso exército de bárbaros.

Se Heródoto merece ser chamado o pai da história, tanto mais merece seu contemporâneo mais moço, Tucídides, ser considerado o fundador da história científica. Influenciado pelo ceticismo e pragmatismo dos sofistas, Tucídides preferiu trabalhar com base em provas cuidadosamente examinadas, rejeitando opiniões, lendas e boatos. O assunto de sua História foi a guerra entre Esparta e Atenas, que descreveu científica e desapassionadamente, salientando a complexidade das causas que produziram tão desastrosa luta. Seu fim era apresentar um registro exato, que pudesse ser estudado com proveito pelos estadistas e generais de todos os tempos, e deve-se reconhecer que alcançou completo êxito. Se qualquer defeito houve em seu método histórico, estará em ter salientado demais os fatores políticos em detrimento dos sociais e econômicos.

7. O SIGNIFICADO DA ARTE GREGA

A arte reflete, talvez melhor que a literatura, o verdadeiro caráter da civilização helênica. O grego era essencialmente materialista e tinha do mundo um conceito objetivo. Platão e os adeptos das religiões místicas foram certamente exceções, mas poucos outros gregos demonstraram interesse por um universo de realidades espirituais. É natural, por conseguinte, que os símbolos materiais da arquitetura e da escultura tenham exemplificado melhor os ideais que o grego alimentava.

Que exprimia a arte grega? Acima de tudo, simbolizava o humanismo - a glorificação do homem como a mais importante criatura do universo. Embora muitas esculturas representassem deuses, isso não diminui em nada o seu caráter humanístico. As divindades gregas existiam para o proveito do homem, de modo que ao glorificá-las, este glorificava a si próprio. Certamente nada havia de místico ou de teocêntrico nos aspectos religiosos da arte grega. Tanto a arquitetura como a escultura encarnavam os ideais de equilíbrio, harmonia, ordem e moderação. A anarquia e o excesso eram odiosos à mentalidade do grego, mas também o era

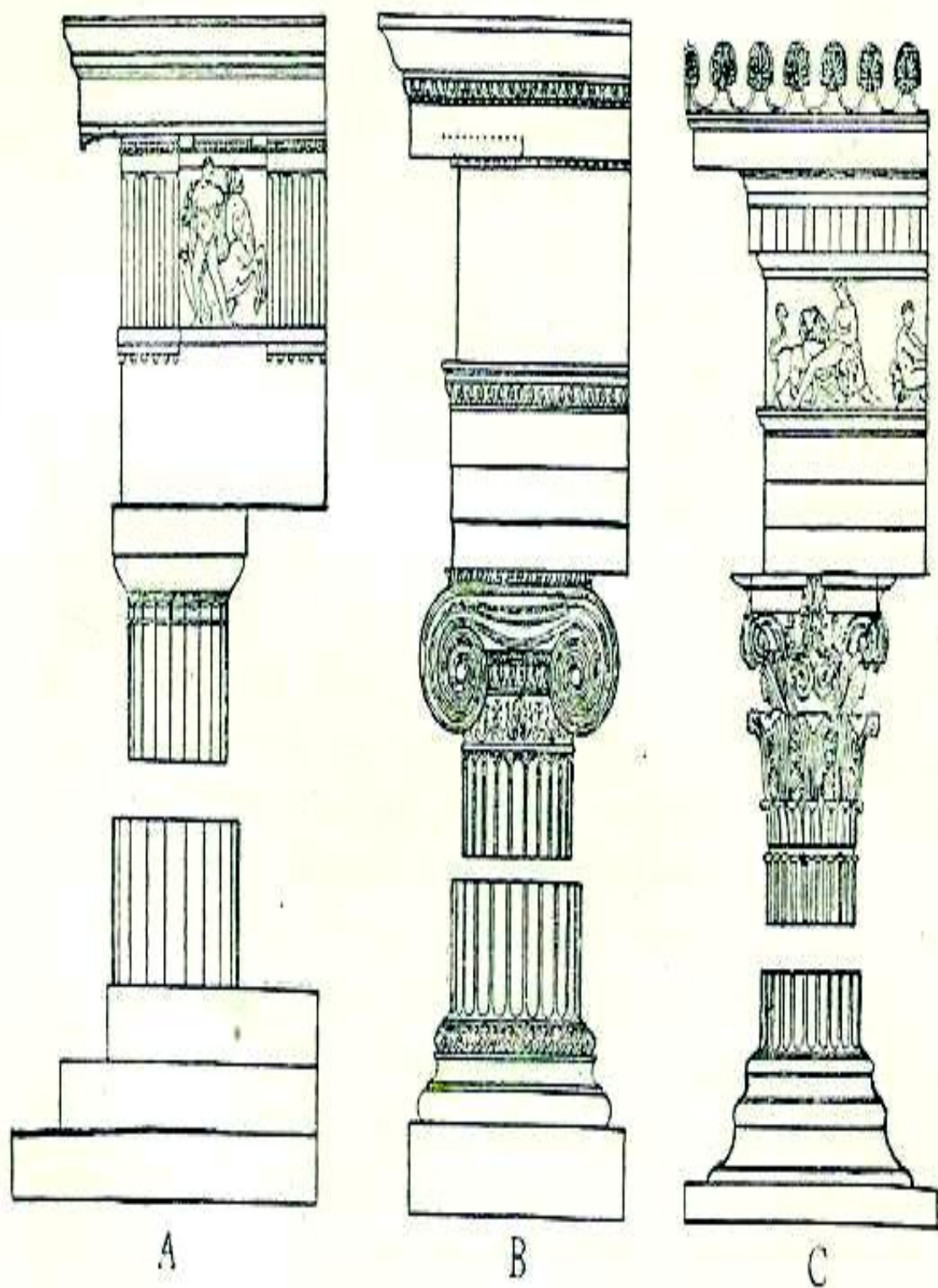
ao repressão absoluta. Por conseqüência, sua arte demonstrava qualidades de simplicidade e de contenção dignificadora - liberta, por um lado, de extravagâncias decorativas e, por outro, de convenções restritivas. Além disso, a arte grega era uma expressão da vida nacional. Seus fins não eram somente estéticos, mas também políticos: simbolizavam o orgulho do povo na sua cidade e aumentavam a consciência de unidade. O Partenon de Atenas, por exemplo, era o templo de Atena, a deusa protetora que presidia à vida una do estado. Oferecendo-lhe um belo templo, que podia ser freqüentemente visitado, os atenienses demonstravam seu amor pela cidade e a esperança na ininterrupta prosperidade desta.

A arte dos helenos diferia, em interessante variedade de aspectos, da de quase todos os povos que os sucederam. Como a maior parte das tragédias de Ésquilo e de Sófocles, era universal. Tanto a escultura como a pintura interessam-se pouco em retratar personalidades. Em geral, os seres humanos representados não eram indivíduos, mas tipos. A arte grega diferia, além disso, da arte da maioria dos povos ulteriores, por seus objetivos éticos. Não era uma arte praticada por amor à simples decoração ou para exprimir a filosofia individual do artista, mas um meio de enobrecimento do homem. Isso não quer dizer que fosse didática no sentido de ser seu mérito determinado pela lição de moral que ensinava; antes, porém, admitia-se que exemplificava aspectos da vida essencialmente artísticos em si mesmos. O ateniense, pelo menos, não estabelecia distinção nítida entre as esferas ética e estética; a beleza e o bem eram na realidade idênticos. Por essa razão, a verdadeira moral consistia numa vida racional, na fuga à grosseria, aos excessos de mau gosto e outras formas de conduta que fossem esteticamente ofensivas. Por fim, a arte grega pode ser diferenciada da maior parte das formas posteriores por não ter sido "naturalista". Embora desse maior atenção à descrição de belos corpos humanos, isso nada tinha a ver com a fidelidade à natureza. O grego não se interessava em interpretar a natureza por amor à natureza, mas em expressar ideais humanos.

A história da arte grega divide-se naturalmente em três grandes períodos. O primeiro, que pode ser chamado período arcaico, cobre os séculos VII e VI. Durante a maior parte dessa fase a escultura foi dominada pela influência egípcia, como se pode ver pela frontalidade e rigidez das estátuas, com os seus ombros quadrados e um dos pés ligeiramente avançado. Perto do fim do período, no entanto, essas convenções foram postas de parte. Os principais estilos arquitetônicos também nasceram nesse período, sendo então construídos vários templos de aparência tosca. O segundo período, que ocupou o século V, testemunhou perfeição completa tanto da arquitetura como da escultura. A arte desse tempo era absolutamente idealista. Durante o século IV, que foi o último período da arte helênica, a arquitetura declinou e a escultura apresentou novos característicos. Veio a refletir mais nitidamente as reações do artista como indivíduo, incorporou traços de realismo e perdeu parte de seu caráter, que era a expressão do orgulho cívico.

Apesar de toda a sua excelência artística, a arquitetura do templo grego é uma das formas estruturais mais simples. Seus elementos essenciais eram, na realidade, somente cinco: 1) a cela ou núcleo da construção, que era um compartimento retangular para acomodar a estátua do deus; 2) as colunas, que formavam o pórtico e circundavam a cela; 3) o entablamento ou arquitrave, que ficava sobre as colunas e suportava o teto; 4) o próprio teto, formando empena; 5) o pedimento, ou seja a seção triangular sob essa empena. Desenvolveram-se dois estilos arquitetônicos, apresentando modificações em alguns dos elementos enumerados. O mais popular foi o dórico, que fez uso de uma coluna mais pesada e fortemente estriada, completada na parte superior por um capitel liso. O outro, o jônico, possuía colunas mais delgadas e mais graciosas, com ligeiro estriado, base tripla e um capitel em voluta. O chamado estilo coríntio, que era essencialmente helenístico, diferia do jônico, sobretudo, por ser mais ornamentado. O Partenon, o mais belo exemplar da arquitetura grega, é uma construção de fundo dórico, mas reflete algo da graça e da sutileza da influência jônica.

De acordo com a opinião dominante entre os críticos, a escultura grega atingiu o auge de seu desenvolvimento no trabalho de Fídias (500 ?-432?). Suas obras-primas foram a estátua de Atena do Partenon e a estátua de Zeus, do Templo de Olímpia. Além disso, projetou e fiscalizou a execução dos relevos do Partenon. As principais qualidades de sua obra eram a grandeza da concepção, o senso patriótico, a proporção, a dignidade e a descrição. Quase todas as suas figuras são representações idealizadas de divindades e criaturas mitológicas sob forma humana. O segundo dos mais importantes escultores do século V foi Miron, famoso pela estátua do discóbolo e pela glorificação de outros tipos atléticos. Chegaram até nós os nomes de três grandes escultores do século IV. O mais dotado deles foi Praxíteles, célebre pelos seus retratos de divindades humanizadas, com corpos delgados e graciosos e semblantes que refletem serenidade filosófica. O mais conhecido de seus trabalhos é a estátua de Hermes com Dioniso menino. Seu contemporâneo mais velho, Escopas, distinguiu-se como escultor emocional. Uma de suas mais bem-sucedidas criações foi a estátua de um extático religioso, um adorador de Dioniso, em estado de exaltação mística. No fim do século, Lisipo introduziu na escultura qualidades ainda mais fortes de realismo e de individualismo. Foi o primeiro grande mestre do retrato realista como estudo de caráter pessoal.



Detalhes das três famosas ordens da arquitetura grega. A. Dórica; B. Jônica; C. Coríntia. (University Prints).

8. A VIDA ATENIENSE NA IDADE ÁUREA

A população de Atenas, nos séculos V e IV, dividia-se em três grupos distintos: os cidadãos, os metecos e os escravos. Os cidadãos, que orçavam por 160.000, eram somente aqueles nascidos de pais cidadãos, exceção feita de alguns introduzidos acidentalmente na classe, graças a leis especiais. Os metecos, que provavelmente não excediam um total de 100.000, eram moradores estrangeiros, sobretudo gregos não atenienses, embora houvesse também fenícios e judeus. Salvo pelo fato de não terem privilégios políticos e de geralmente não poderem possuir terras, os metecos gozavam de oportunidades iguais às dos cidadãos. Podiam dedicar-se à ocupação preferida e participar de quaisquer atividades sociais e intelectuais. Contrariamente a uma tradição corrente, os escravos atenienses jamais constituíram a maioria da população. Parece que seu número máximo não excedeu de 140.000. No conjunto eram muito bem tratados e amiúde recompensados com a alforria pela prestação de serviços fiéis. Podiam trabalhar em troca de remuneração e possuir propriedades, ocupando alguns deles posições de responsabilidade, tais como cargos públicos subordinados e a gerência de bancos.

A vida em Atenas contrasta de maneira fricante com a da maior parte das outras civilizações. Um de seus principais característicos era o maravilhoso grau de igualdade social e econômica que prevalecia entre seus habitantes. Embora muitos deles fossem pobres, havia poucos ricos. O salário médio era praticamente o mesmo para todas as classes de trabalhadores, especializados ou não. Quase todos, quer cidadãos, metecos ou escravos, comiam a mesma comida, vestiam o mesmo tipo de roupa e participavam dos mesmos divertimentos. Essa igualdade era reforçada em parte pelo sistema de liturgias, isto é, serviços prestados ao estado por homens ricos, em especial sob a forma de contribuições para custear representações dramáticas, equipar a marinha ou ajudar os pobres.

Um segundo característico notável da vida ateniense era a quase ausência de confortos e luxos. Parte disso se devia à baixa renda da massa popular. Professores, escultores, pedreiros, carpinteiros e trabalhadores comuns recebiam o mesmo salário-padrão de uma dracma (mais ou menos R\$ 12,60 ao câmbio atual) por dia. Outro fator era o clima suave, que tornava possível uma vida simples. Mas, qualquer que seja a causa, persiste o fato de terem os atenienses, em comparação com os padrões modernos, suportado uma existência excessivamente modesta. Nada conheciam destas coisas comuns: relógios, sabão, jornais, roupa de algodão, açúcar, chá e café. Suas camas não tinham molas, as casas não eram servidas por esgotos e a alimentação consistia principalmente em bolos de cevada, cebola e peixe, regados com vinho diluído. Em relação à roupa, não gozavam de melhores condições. Uma peça retangular de pano enrolada em torno do corpo, presa por alfinetes nos ombros e atada com uma corda em torno da cintura servia de vestuário principal. Para sair o grego envolvia o corpo num manto maior, por cima dessa roupa. Ninguém usava meias e poucos possuíam outro calçado além das sandálias.

Talvez o característico mais surpreendente da vida ateniense, para o estudioso moderno, seja a atitude predominante de indiferença para com a riqueza. O grego não podia considerar isso como a mais importante coisa da vida. Almejava viver de maneira tão interessante e satisfatória quanto lhe fosse possível, sem despendar seus dias suando para conseguir um pouco mais de conforto para a família. Tampouco se interessava em acumular dinheiro para adquirir poder ou prestígio. O que cada cidadão realmente desejava era uma pequena fazenda ou negócio, que lhe fornecesse uma renda razoável e, ao mesmo tempo, lhe deixasse o tempo suficiente para se consagrar à política; às trelas do mercado e às atividades intelectuais ou artísticas, no caso de ter talento para fruí-las.

Supõe-se freqüentemente que o ateniense era demasiado preguiçoso ou esnobe para trabalhar de rijo a fim de conseguir luxo e tranquilidade. Não era esse o caso. É verdade que havia algumas ocupações às quais ele não se dedicaria, por considerá-

las degradantes ou perniciosas à liberdade moral. Ele não ficaria corcunda cavando prata ou cobre numa mina, pois tal trabalho destinava-se unicamente a escravos do mais baixo nível intelectual. Por outro lado, há muitas provas de que a grande maioria dos cidadãos atenienses não olhava com desdém o trabalho manual. Muitos deles trabalhavam em suas fazendas e em suas lojas como obreiros independentes. Centenas de outros ganhavam a subsistência como assalariados, trabalhando para o estado ou para seus concidadãos. Há casos registrados de cidadãos, metecos e escravos que trabalhavam lado a lado, todos com o mesmo salário, na construção de edifícios públicos e, pelo menos num desses casos, era um escravo o capataz da turma.

A despeito da expansão do comércio e do aumento de população, a organização econômica da sociedade ateniense permaneceu comparativamente simples. A agricultura e o comércio eram sem dúvida as atividades mais importantes. Até a época de Péricles, a maioria dos cidadãos ainda vivia no campo. A indústria não se desenvolvera o bastante. Bem poucos exemplos de produção em larga escala são conhecidos, e mesmo esses se relacionam exclusivamente com a manufatura de cerâmica e de apetrechos de guerra. O maior estabelecimento do tempo parece ter sido uma fábrica de escudos, de propriedade de um meteco que empregava 120 escravos. Não havia nenhuma outra com mais de metade do seu tamanho. As minas eram as que absorviam a maior quantidade de trabalho, mas eram de propriedade do estado e arrendadas, por seções, a pequenos contratantes para serem trabalhadas por escravos. - A totalidade da indústria era executada em pequenas oficinas de propriedade de artífices individuais, que produziam suas mercadorias por encomenda direta do consumidor.

A religião sofreu algumas transformações notáveis na Idade Áurea. O primitivo politeísmo e antropomorfismo dos mitos homéricos foram em grande parte suplantados, ao menos entre os intelectuais, pela crença num Deus criador e sustentador da lei moral. Tal doutrina era ensinada por muitos dos filósofos, pelo poeta Píndaro e pelos dramaturgos Ésquilo e Sófocles. Outras

conseqüências importantes decorreram dos cultos dos mistérios. Estas novas formas da religião tornaram-se populares no século VI, devido à ânsia por uma fé emotiva compensadora das desilusões da vida. A mais importante delas era o culto órfico, que se desenvolvia em torno do mito da morte e da ressurreição de Dioniso. Uma outra era o culto eleusino, que tinha por tema central o rapto de Perséfone por Plutão, deus dos infernos, e sua libertação final por Deméter, a grande Mãe da Terra. Inicialmente, ambos esses cultos tinham como fim a invocação das forças propícias da natureza, mas depois vieram a assumir um significado mais profundo. Exprimiam, para seus adeptos, as idéias de sacrifício vicário, de salvação na vida extraterrena e de união pelo êxtase com a divindade. Embora totalmente incompatíveis com o espírito da religião tradicional, exerceram irresistível atração sobre certas classes de gregos e difundiram amplamente a crença na imortalidade pessoal. A maioria do povo, no entanto, parece ter mantido sua fé na religião ligada a este mundo, otimista e mecânica, de seus ancestrais, e demonstrado pouco interesse pelo sentimento de pecado ou pelo desejo de salvação na vida do além. Falta ainda considerar rapidamente a posição da família na Atenas dos séculos V e IV. Embora o casamento continuasse a ser uma instituição importante para a procriação dos filhos, que se tornariam os cidadãos do estado, há razão para se crer que a vida familiar tivesse declinado. Ao menos os homens das classes mais prósperas passavam a maior parte do tempo longe de suas famílias. As esposas, relegadas a uma posição inferior, deviam permanecer reclusas em casa. O lugar de companheiras sociais e intelectuais dos maridos foi ocupado por mulheres estranhas, as famosas heteras, algumas das quais eram naturais das cidades jônias e demonstravam grande cultura. O próprio casamento assumiu o caráter de um arranjo político e econômico, destituído de elementos românticos. Os homens casavam para assegurar a legitimidade ao menos a alguns de seus filhos e para adquirir propriedades por meio do dote. Era também necessário, naturalmente, ter alguém para tomar conta da casa. Mas os maridos não consideravam as esposas como suas iguais e não

apareciam em público com elas, nem encorajavam sua participação em qualquer forma de atividade social ou intelectual.

9. AS REALIZAÇÕES GREGAS E SUA SIGNIFICAÇÃO PARA NÓS

Nenhum historiador consciencioso negaria que as realizações dos gregos foram das mais notáveis na história do mundo. Sem grandes extensões de solo fértil ou abundância de recursos minerais, conseguiram desenvolver uma civilização mais elevada e de aspectos mais variados que a de qualquer das nações mais ricamente dotadas do Oriente. Contando somente com uma limitada herança cultural do passado para lhes servir de base, alcançaram culminâncias intelectuais e artísticas que desde então têm servido de principal fonte de inspiração ao homem em sua busca da sabedoria e da beleza. Parece razoável concluir também que eles organizaram a vida de modo mais normal e racional que a maior parte dos outros povos que se sucederam no palco da história. A ausência de perturbações violentas, exceto no período mais antigo; a raridade dos crimes brutais; a satisfação com divertimentos simples e uma riqueza modesta - tudo isso indica bem claramente uma vida feliz e satisfeita. Além disso, a sadia atitude moral do grego ajudou-o a conservar-se quase inteiramente liberto da instabilidade nervosa e dos conflitos emocionais, que têm feito tantos estragos na sociedade moderna. O suicídio, por exemplo, era extremamente raro na Grécia.

Devemos nos precaver, no entanto, contra certos julgamentos sem base crítica que às vezes são expendidos acerca das realizações gregas. Não devemos supor que todos os naturais da Hélade fossem tão cultos, judiciosos e livres quanto os cidadãos de Atenas ou das cidades jônias do outro lado do Egeu. Os espartanos, os árcades, os tessálios e possivelmente a maioria dos beócios, sempre foram incultos e atrasados, do começo ao fim de sua história. Além disso, a própria civilização ateniense não era isenta de defeitos. Permitia certa exploração do fraco, especialmente dos

escravos ignorantes que trabalhavam nas minas. Baseava-se num princípio de exclusivismo racial que considerava estrangeiro qualquer homem que não tivesse ambos os pais atenienses e, por consequência, negava direitos políticos à maioria dos habitantes do país. Seus estadistas não foram suficientemente esclarecidos para evitar as armadilhas do imperialismo e mesmo da guerra de agressão. Por fim, a atitude de seus cidadãos nem sempre era tolerante e justa. Sócrates foi morto por causa de suas opiniões e dois outros filósofos - Anaxágoras e Protágoras - foram forçados a deixar o país.

Não é verdade, tampouco, que a influência helênica tenha tido a magnitude que comumente se supõe. Nenhum estudioso inteligente pode aceitar a opinião sentimental de Shelley : "Todos somos gregos: nossas leis, nossa literatura, nossa religião, nossas artes têm raízes na Grécia." Nossas leis, na realidade, não se enraízam na Grécia, mas nas civilizações helenística e romana. Boa porção de nossa poesia, indubitavelmente, é de inspiração grega, mas tal não é o caso do grosso de nossa literatura em prosa. Nossa religião certamente não é grega; o espírito do cristianismo vem do Oriente. Mesmo as nossas artes beberam forma e conteúdo tanto em Roma como na Grécia. Na realidade, a civilização moderna é o resultado da convergência de inúmeras influências oriundas de uma variedade de fontes. A influência da Grécia foi parcialmente ofuscada pelas heranças do Oriente. Próximo, dos romanos e dos germanos. Parece ser a filosofia o único segmento da civilização grega que se incorporou, virtualmente intacto, à cultura moderna.

A despeito de tudo isso, a aventura helênica teve uma significação profunda para a história do mundo, por isso que foram os gregos os fundadores de quase todos aqueles ideais que comumente julgamos peculiares ao Ocidente. As civilizações do antigo Oriente, com exceção, em certo grau, da hebraica, da egípcia e da egéia, foram dominadas pelo absolutismo, pelo supernaturalismo, pelo clericalismo, pela negação tanto do corpo como do espírito e pela sujeição do indivíduo ao grupo. Seu regime político era o reino da força concretizado num monarca absoluto, o qual se apoiava num

clero poderoso. Sua religião consistia na adoração de deuses onipotentes, que exigiam que o homem se humilhasse e desprezasse a si mesmo para maior glória deles. A cultura, nesses impérios poderosos, servia, sobretudo, como um instrumento para engrandecer o poder do estado e aumentar o prestígio dos governantes e dos sacerdotes.

Por contraste, a civilização da Grécia, principalmente na sua forma ateniense, fundava-se em ideais de liberdade, de otimismo, de secularismo, de racionalismo, de glorificação tanto do corpo como do espírito e de grande respeito pela dignidade e mérito do indivíduo. Se o indivíduo alguma vez se submetia, era à lei da maioria. A religião era terrena e prática, servindo ao interesse dos humanos. A adoração dos deuses era um meio de enobrecimento do homem. Em contraposição ao clericalismo do Oriente, os gregos absolutamente não possuíam. sacerdócio organizado. Mantinham os sacerdotes em segundo plano e recusavam-lhes, em quaisquer circunstâncias, o poder de definir dogmas ou de governar o intelecto. Além disso, excluía-os do controle da esfera moral. A cultura dos gregos foi a primeira a se basear no primado da inteligência - ou seja, na supremacia do espírito de livre exame. Não havia assunto que temessem analisar ou questão que considerassem excluía do domínio da razão. Em extensão jamais verificada em épocas anteriores, o entendimento superou a fé, e a lógica e a ciência superaram a superstição.

Capítulo 9

A Civilização Helenística

A MORTE de Alexandre Magno, em 323 a.C., marcou o início de uma nova época na história do mundo. A civilização helênica propriamente dita chegou então ao seu termo. A fusão de culturas e a mistura de povos, resultante das conquistas de Alexandre, pôs fim à maior parte dos ideais encarnados pelos gregos dos primeiros tempos. Aos poucos, foi surgindo uma nova forma de civilização, baseada num misto de elementos gregos e orientais. A essa nova civilização, que se estendeu até aproximadamente o início da era cristã, costuma-se dar o nome de helenística.

Apesar de ser às vezes a época helenística considerada como um mero capítulo final da história grega, isso não é de modo algum acertado. Os séculos que seguiram a morte de Alexandre foram tão nitidamente diversos da Idade Áurea da Grécia que não podem, com exatidão, ser apreciados como uma continuação desta. Embora a língua da nova era fosse grega e os homens de nacionalidade grega continuassem a desempenhar papel saliente em inúmeras atividades, o espírito da cultura era em grande parte oriental. O ideal clássico da democracia foi sobrepujado por um despotismo talvez mais rigoroso que os do Egito ou da Pérsia. A devoção helênica à simplicidade e à moderação cedeu lugar à extravagância na arte, ao devotamento ao luxo e aos excessos desenfreados. O sistema econômico ateniense de produção em pequena escala foi suplantado pelo desenvolvimento de vultosos negócios e por uma concorrência impiedosa. Embora continuasse o progresso na ciência, a sublime confiança no poder do espírito, que caracterizara os ensinamentos da grande maioria dos filósofos, de Tales a Aristóteles, foi absorvida pelo derrotismo e, por fim, pelo sacrifício da lógica à fé. Devido a essas mudanças, parece justificável concluir que a Época Helenística constituiu realmente um período de civilização nova, tão distinta da grega quanto o é a civilização moderna da cultura da Idade Média.

1. HISTÓRIA POLÍTICA E INSTITUIÇÕES

Quando Alexandre morreu, em 323 a.C., não deixou herdeiro legítimo para lhe suceder. O parente masculino mais próximo era um débil mental, seu meio-irmão. A tradição conta que, quando em seu leito de morte os amigos lhe pediram que designasse um sucessor, ele respondeu vagamente: - "O melhor homem." Após a morte do Macedônio, seus generais mais altamente graduados trataram de dividir o império entre si. Alguns dos comandantes mais jovens protestaram contra esse conluio e seguiu-se uma série de guerras, que culminou na decisiva batalha de Ipso, em 301 a.C. O resultado de tal batalha foi uma nova divisão entre os vitoriosos. Seleuco se apossou da Pérsia, da Mesopotâmia e da Síria; Lisímaco assumiu o controle sobre a Ásia Menor e a Trácia; Cassandro estabeleceu-se na Macedônia; e Ptolomeu adicionou, ao seu primitivo domínio do Egito, a Fenícia e a Palestina. Vinte anos depois esses quatro estados foram reduzidos a três, quando Seleuco derrotou e matou Lisímaco em batalha, apropriando-se de seu reino. Nesse meio tempo, grande parte dos estados gregos tinham-se revoltado contra as tentativas do rei da Macedônia para submetê-los a seu poder. Unindo-se em ligas defensivas, vários deles conseguiram manter sua independência durante quase um século. Por fim, entre 146 e 30 a.C., quase todo o território helenístico passou para o domínio romano.

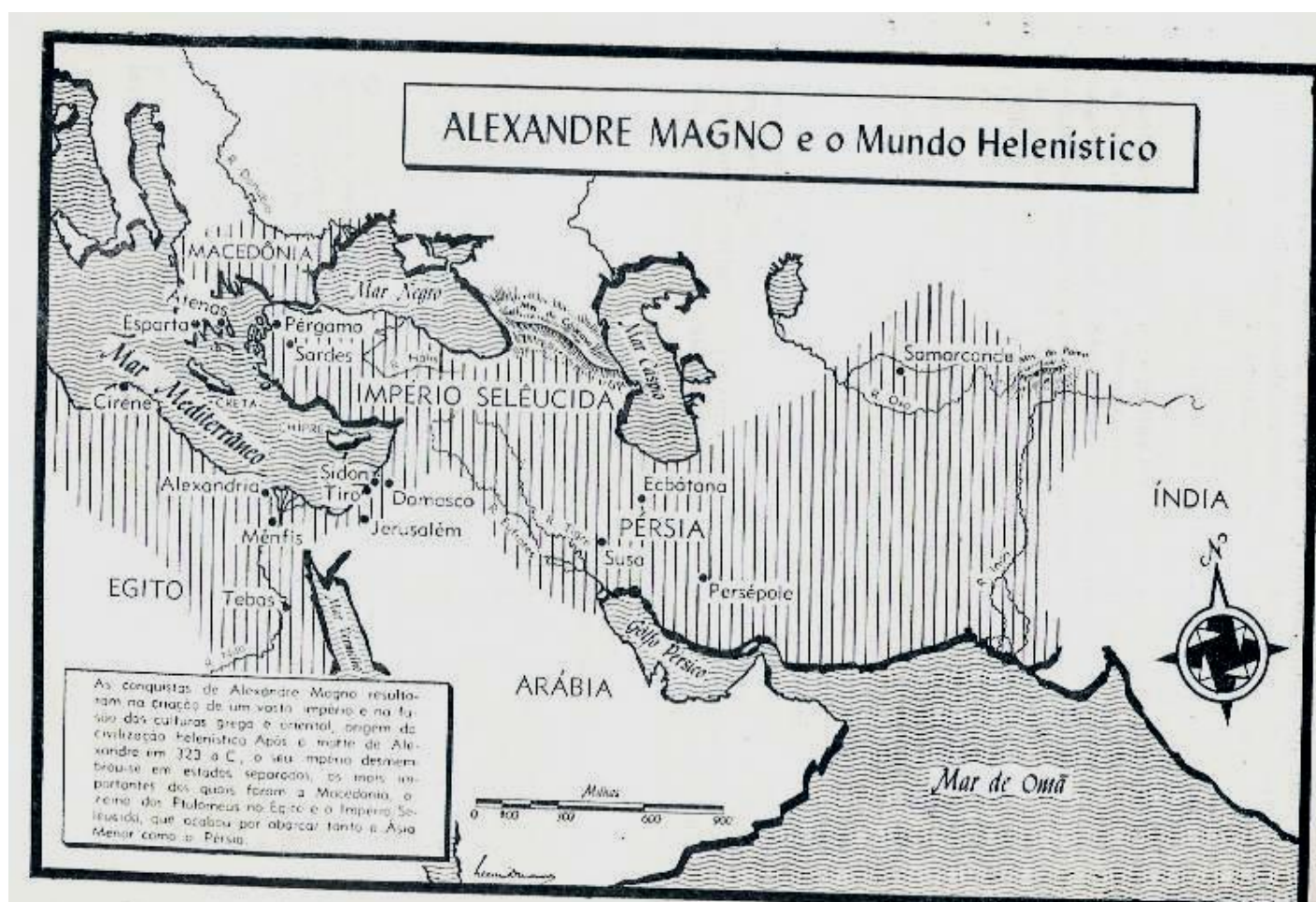
A forma dominante de governo, na época helenística, foi o despotismo de reis que se inculcavam, pelo menos, semi-divinos. Os governantes dos dois mais poderosos estados - O Império Selêucida no Ocidente da Ásia e o Império Ptolemaico no Egito - diziam exercer o poder por autoridade divina e fizeram mesmo, esforços no sentido de sua deificação. Um monarca selêucida, Antíoco IV, adotou o título de "Epifânio" ou "Deus Manifesto". Os últimos membros da dinastia de Ptolomeu assinavam seus decretos como "Theos" (Deus) e reviveram o costume de casar com uma irmã, que fora seguido pelos faraós como meio de preservar de contaminação o sangue divino da família real.

Somente no reino da Macedônia foi o despotismo temperado por um relativo respeito às liberdades dos cidadãos.

Duas outras instituições políticas desenvolveram-se como subprodutos da civilização helenística: as ligas aquéia e etólia. Já vimos que a maioria dos estados gregos se rebelara contra o domínio macedônico, após a divisão do império de Alexandre. A fim de melhor preservar sua independência, inúmeros desses estados formaram alianças, que gradualmente se expandiram e se tornaram ligas confederadas. Os estados do Peloponeso, com exceção de Esparta e da Élida, foram unificados na liga aquéia, ao passo que a federação etólia incluía quase toda a Grécia Central, com exceção de Atenas. A organização dessas ligas era essencialmente a mesma em ambos os casos. Cada uma delas possuía um conselho federal, composto de representantes das cidades que lhes delegavam o poder de decretar leis sobre assuntos de interesse geral. Uma assembléia, a cujos postos podia aspirar qualquer cidadão dos estados federados, decidia das questões de guerra e paz e nomeava funcionários. A autoridade executiva e militar era investida em um general, eleito por um ano e reelegível somente em anos alternados. Embora essas ligas sejam amiúde descritas como estados federados, eram bem pouco mais do que confederações. A autoridade central, como o governo dos Estados Norte-Americanos sob o Estatuto da Confederação, dependia dos governos locais no tocante à taxaço e às tropas. Além disso, os poderes delegados ao governo central limitavam-se principalmente a assuntos de guerra e paz, de cunhagem, de pesos e medidas. A maior significação dessas ligas está em terem encarnado o princípio do governo representativo e em constituírem o que a Grécia teve de mais parecido com uma união nacional voluntária.

2. ASPECTOS SIGNIFICATIVOS DA EVOLUÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA

A história da civilização helenística assinala uma evolução econômica unicamente comparável, em magnitude, às revoluções comerciais e industriais da era moderna. Podem ser apontadas várias causas importantes: 1) possibilidade de comunicação, resultante das conquistas alexandrinas, com uma vasta área de comércio que ia do Indo ao Nilo; 2) ascensão dos preços em consequência da entrada em circulação do enorme tesouro persa de ouro e prata, do que resultou um incremento nas inversões e nas especulações; 3) o estímulo dado pelos governos ao comércio e à indústria com o fito de aumentar as rendas do estado. O resultado final da cooperação desses fatores foi o desenvolvimento de um sistema de produção de comércio e de finanças em larga escala, sendo o estado o principal capitalista e empresário.



A agricultura foi tão atingida pelos novos desenvolvimentos quanto qualquer outro ramo da vida econômica. O mais notável fenômeno foi a concentração da propriedade agrária e a degradação da população agrícola. Uma das primeiras coisas que os sucessores de Alexandre fizeram foi confiscar as fazendas dos grandes proprietários e adicioná-las aos domínios reais. A terra adquirida desse modo era concedida aos favoritos do rei ou arrendada em condições extremamente vantajosas para a coroa. Aos rendeiros, em geral, era vedado deixar as terras antes de finda a colheita e não podiam vender a safra até que o rei tivesse tido oportunidade de vender a parte que recebia como aluguel, ao mais alto preço que o mercado pudesse oferecer. Quando alguns rendeiros entravam em greve ou tentavam fugir, eram adstringidos à gleba como servos hereditários. Muitos pequenos lavradores independentes tomaram-se também servos ao se atolarem em dívidas, dada a incapacidade de competir com a produção em larga escala.

Procurando utilizar todos os recursos estatais em proveito dos cofres do governo, os monarcas do Egito e do império selêucida incrementaram e regulamentaram a indústria e o comércio. Os Ptolomeus fundaram, em quase todas as cidades e aldeias, fábricas e oficinas que eram propriedade do governo e por ele administradas em seu próprio benefício. Além disso, assumiram o controle de todas as empresas particulares, fixando os preços que os proprietários podiam cobrar e manobrando os mercados no interesse da coroa. Um plano semelhante de regimentação da indústria, embora em escala menor, foi posto em prática pelos soberanos selêucidas da Ásia Ocidental. Em geral, o comércio foi deixado por uns e outros nas mãos de particulares, mas estava sujeito a pesados tributos e regulado de forma que assegurasse ao rei uma parte substancial dos lucros. Todas as facilidades eram oferecidas pelo governo para o encorajamento de novas aventuras comerciais. Foram melhorados os portos, expedidos navios de guerra para policiar os mares, e construíram-se estradas e canais. Além disso, os Ptolomeus recorreram a famosos geógrafos a fim

de descobrir novas rotas para terras distantes e, assim, conquistou mercados valiosos. Como resultado de tais métodos o Egito desenvolveu um comércio florescente, com uma variedade muito ampla de produtos. Ao porto de Alexandria vieram ter especiarias da Arábia, cobre de Chipre, ouro da Abissínia e da Índia, estanho da Bretanha, elefantes e marfim na Núbia, prata do norte do Egeu e da Espanha, finos tapetes da Ásia Menor e até seda da China. Os lucros auferidos pelo governo, e até mesmo por alguns comerciantes, alcançaram às vezes 20 e 30%.

Outras provas do grande desenvolvimento econômico da época helenística podem ser encontradas na ampliação das finanças. Uma economia monetária internacional, baseada em moedas de ouro e prata, tornou-se então comum a todo o Oriente Próximo. Os bancos, em geral de propriedade do governo, desenvolveram-se, sendo eles as principais instituições de crédito que serviam às especulações comerciais de todos os gêneros. Devido à abundância de capital, a cota dos lucros baixou pouco a pouco de 12%, no século III, a 7%, no século II. A especulação, o açambarcamento de mercados, a intensa concorrência, o crescimento das grandes empresas comerciais e o desenvolvimento dos seguros e da propaganda, são outros índices significativos dessa época notável.

De acordo com os dados existentes, a época helenística, ao menos durante os primeiros dois séculos, foi um período de prosperidade. Embora sérias crises se seguissem amiúde ao colapso da falsa prosperidade trazida pela especulação, parece que tiveram duração curta. A prosperidade real ter-se-ia limitado primordialmente aos governantes, às classes superiores e aos mercadores. Não se estendeu, por certo, aos camponeses, ou mesmo aos operários das cidades. O salário diário dos especializados ou não, caiu no século III a respectivamente R\$ 8,40 e R\$ 4,20, em confronto com o salário de R\$ 12,60 que todos os operários da época de Péricles ganhavam. Por outro lado, o custo da vida subiu consideravelmente. Para agravar ainda mais esse estado de coisas, o desemprego nas grandes cidades tornou-se um problema tão sério que o governo teve de fornecer

gratuitamente trigo a muitos habitantes. A escravidão declinou no mundo helenístico, em parte devido à influência da filosofia estoica, mas principalmente por serem os salários tão baixos que era mais barato contratar um operário livre do que comprar e manter um escravo.

Um resultado interessante das condições sociais e econômicas da época helenística foi o crescimento das grandes metrópoles. A despeito de residir ainda no campo a maioria da população, a monotonia da vida rural começou a entediar a muitos e fez com que afluíssem para as cidades, onde, se não era mais fácil a vida, era pelo menos mais interessante. Mas as razões principais podem ser encontradas na expansão da indústria e do comércio, no aumento do funcionalismo e em desejar o lavrador independente escapar aos trabalhos pesados da servidão. As cidades multiplicaram-se e cresceram nos impérios helenísticos, quase tão rapidamente quanto na América no século XIX. Algumas delas atingiram a importância de metrópoles, por assim dizer da noite para o dia. Antioquia, na Síria, quadruplicou sua população num só século. Selêucia, no Tigre, surgiu do nada e atingiu o tamanho de uma grande cidade com muitas centenas de milhares de habitantes em menos de dois séculos. A maior e mais famosa de todas as metrópoles helenísticas foi Alexandria, no Egito, com muito mais de 500.000 habitantes, possivelmente com quase 1.000.000. Nenhuma outra cidade dos tempos antigos, nem mesmo Roma, sobrepujou-a em tamanho e esplendor. Suas ruas eram bem pavimentadas e traça das regularmente. Possuía esplêndidos edifícios e parques públicos, um museu e uma biblioteca com 750.000 volumes. Foi o mais brilhante centro da cultura helenística, principalmente no campo da pesquisa científica. No entanto, a massa do seu povo formava uma multidão infeliz, sem nenhuma participação na vida brilhante e luxuosa levada à sua volta, muito embora fosse em parte custeada pelo fruto do seu trabalho.

3. CULTURA HELENÍSTICA: FILOSOFIA, LITERATURA E ARTE

A filosofia helenística passou por uma evolução especial ou, talvez fosse melhor dizer, um retrocesso. Na fase inicial ainda estava sob a influência do pensamento grego e, conseqüentemente, mostrou uma consideração elementar para com a razão como chave para a solução dos problemas do homem. Durante o que podemos considerar como segundo período, o ceticismo em face de toda a verdade e de todos os valores levou à total rejeição da razão. Ao aproximar-se o fim desta civilização, a filosofia degenerou num misticismo estéril, trazendo como conseqüência o descrédito de todos os avanços intelectuais, quer baseados na razão quer na experiência. Apesar das diferenças fundamentais de seus ensinamentos, os filósofos da época helenística concordavam todos num ponto: a necessidade de achar um meio de salvar-se o homem dos rigores e dos males da existência.

As primeiras e as mais importantes filosofias helenísticas foram o epicurismo e o estoicismo, ambos surgidos mais ou menos em 300 a.C. Seus fundadores foram respectivamente Epicuro e Zenon, que residiram em Atenas, embora o primeiro tivesse nascido na ilha de Samos e o último em Chipre, sendo provavelmente de origem fenícia. O epicurismo e o estoicismo tinham muitos caracteres comuns. Ambos eram individualistas, não se interessavam diretamente pelo bem-estar da sociedade, mas pelo bem do indivíduo. Ambos eram materialistas, negando categoricamente a existência de quaisquer substâncias espirituais; mesmo os seres divinos e a alma eram considerados como formados de matéria. Tanto no estoicismo como no epicurismo havia traços nítidos de indiferença, uma vez que ambos achavam fúteis os esforços do homem e sugeriam um refúgio no quietismo oriental como um fim a ser alcançado pelo sábio. Por último, as duas filosofias eram semelhantes no seu nominalismo e no seu sensualismo, pois ensinavam que os conceitos são apenas

nomes e que todo conhecimento se funda na percepção dos sentidos.

Mas, em vários aspectos, os dois sistemas diferiam bastante. Zenon e seus discípulos mais conhecidos, Cleantes e Crisipo, ensinavam que o cosmos é um todo ordenado no qual todas as contradições são resolvidas no interesse final do bem. Consequentemente, o mal é relativo; os infortúnios particulares dos seres humanos não do espírito passam de incidentes necessários à perfeição final pelo fatalismo do universo. Tudo o que acontece está rigidamente determinado de acordo com um fim racional. O homem não é senhor do seu destino; este é um elo numa cadeia ininterrupta. É-se livre somente no sentido de se poder aceitar o destino ou rebelar-se contra ele, Mas, seja de aceitação ou de rebeldia a atitude adotada, não se pode vencê-lo. O dever supremo do homem é submeter-se à ordem do universo, sabendo que essa ordem é boa; em outras palavras, resignar-se tão voluntariamente quanto possível ao seu destino. Por meio de tal ato de resignação alcançará a mais alta felicidade, que consiste na tranqüilidade do espírito. O indivíduo mais verdadeiramente feliz é, portanto, aquele que pela afirmação da sua natureza racional consegue um perfeito ajustamento de sua vida à finalidade cósmica e expurga sua alma de todo o amargar e de todos os protestos lamurientos contra as adversidades da sorte, Os estóicos desenvolveram uma teoria ética e social que concordava plenamente com sua filosofia geral acima descrita. Acreditando consistir o mais alto bem na tranqüilidade do espírito, naturalmente salientavam como virtudes cardeais o dever e a auto-disciplina. Reconhecendo que os males do indivíduo são quinhão de todos, ensinavam os homens a ser tolerantes e generosos no trato com os demais. Negavam as distinções de raça e afirmavam que todos os homens são irmãos, como filhos de um só Deus. Diversamente do que faziam os cínicos, seus contemporâneos, não recomendavam ao homem fugir à sociedade, mas induziam-no a participar dos negócios públicos, como um dever de todo cidadão de espírito racional. Condenavam a escravidão e a guerra, mas estava bem longe de seus; desígnios pregar uma cruzada moral

contra esses males. Acreditavam que os possíveis resultados das violentas mudanças sociais poderiam ser piores do que os males que se propunham curar. Além disso, que diferença fazia que ficasse o corpo escravizado, desde que o espírito fosse livre? A despeito de seu caráter negativo, a filosofia estóica foi o mais nobre produto da época helenística. Seu igualitarismo, seu pacifismo e seu humanitarismo foram agruras, não somente de posteriores.

Ao passo que os estóicos iam buscar em Heráclito grande parte de sua concepção do universo, os epicuristas derivavam sua metafísica principalmente de Demócrito. Epicuro ensinava que os componentes básicos de todas as coisas são átomos diminutos e indivisíveis e que a mudança e o desenvolvimento resultam da combinação ou da separação dessas partículas. Com isso, embora aceitando o materialismo dos atomistas, Epicuro rejeitava o mecanismo absoluto defendido por eles. Negava que um movimento automático e mecânico dos átomos pudesse ser a causa de todas as coisas do universo. Embora admitisse que os átomos se movem para baixo em linhas perpendiculares, devido ao seu peso, insistia em dotá-los de uma capacidade espontânea para se desviarem da perpendicular e, assim, combinarem-se uns aos outros. O principal intuito dessa modificação especial da teoria atômica era tornar possível a crença na liberdade humana. Se os átomos só fossem capazes de movimento mecânico, o homem, feito de átomos, ficaria reduzido à situação de um autômato e seria o fatalismo a lei do universo. Epicuro, com esse repúdio da interpretação mecanicista da vida, estava provavelmente mais próximo do espírito helênico do que Demócrito ou os estóicos.

A filosofia ética dos epicuristas baseava-se na doutrina que aponta o prazer como o mais alto bem do homem. Não incluíam, porém, todas as formas de sensualidade na categoria de prazer genuíno. Os chamados prazeres do homem depravado deviam ser evitados, pois todo excesso carnal deve ser compensado pela cota correspondente de dor. Por outro lado, uma satisfação moderada dos apetites corporais é permissível e pode ser considerada como um bem em si mesma. Melhor ainda é o prazer intelectual, a

consideração sóbria das razões de escolha de algumas coisas e do afastamento de outras, e a madura reflexão sobre as satisfações gozadas anteriormente. O mais alto de todos os prazeres consiste, todavia, na serenidade da alma, na ausência completa do dor tanto física como moral. Esse fim pode ser melhor realizado pela eliminação do medo, particularmente do medo do sobrenatural, pois é essa a principal fonte de inquietação espiritual. O homem deve reconhecer, pelo estudo da filosofia, que a alma é material e, por isso, não pode sobreviver ao corpo; que o universo age por si mesmo e que os deuses não intervêm nas questões humanas. Os deuses vivem longe do mundo e estão muito preocupados com sua própria felicidade para se preocuparem com o que se passa na terra. Pois que não recompensam nem punem os homens, tanto nesta vida como numa outra, não há motivo para serem temidos. Assim os epicuristas chegam, por via diversa, à mesma conclusão geral dos estóicos: o supremo bem é a tranquilidade do espírito.

Tanto a ética como a teoria política dos epicuristas apóiam-se inteiramente numa base utilitária. Em contraste com os estóicos, não insistiam na virtude como um fim em si mesma, mas ensinavam que o homem devia ser bom unicamente para aumentar a própria felicidade. Negavam, do mesmo modo, a existência de uma justiça absoluta; as leis e as instituições são justas somente na medida em que contribuem para a felicidade do indivíduo. Todas as sociedades complexas estabelecem certas regras necessárias, visando a manutenção da segurança e da ordem. Os homens obedecem a elas apenas por ser-lhes isso vantajoso. Assim, a origem e a existência do estado estão baseadas diretamente no interesse individual. De um modo geral, Epicuro não atribuía grande importância nem à vida política nem à social. Considerava o estado como uma mera conveniência e aconselhava o homem bem-avisado a que não participasse da vida pública. Diversamente dos cínicos, não propunha ao homem o abandono da civilização e o retorno à natureza; ademais, sua concepção da mais feliz das existências era essencialmente passiva e indiferente. O homem sábio reconhecerá que não pode

extirpar os males do mundo, por mais exaustivos e sagazes que sejam os seus esforços; por isso, retirar-se-á para "cultivar seu jardim", estudar filosofia e gozar da convivência de uns poucos amigos da mesma têmpera.

Uma filosofia mais radicalmente derrotista foi a proposta pelos céuticos. Embora o ceticismo tivesse sido fundado por Pirro, um contemporâneo de Zenon e Epicuro, só alcançou o zênite de sua popularidade aproximadamente um século depois, sob a influência de Carnéades (214-129 a.C.). A principal fonte de inspiração dos céuticos foi o ensinamento sofístico de que todo o conhecimento se deriva da percepção dos sentidos e, conseqüentemente, deve ser limitado e relativo. Tiraram daí a conclusão de que nada podemos provar. Como as impressões dos nossos sentidos nos enganam, nenhuma verdade pode ser certa. Tudo o que podemos dizer é que as coisas parecem ser tais ou quais; mas não sabemos como realmente são. Não temos conhecimento definido do sobrenatural, do significado da vida ou, mesmo, do justo e do injusto. Segue-se que o caminho sensato a ser seguido é a suspensão do juízo; somente ela pode levar à felicidade. Se o homem abandonar a busca infrutífera da verdade absoluta e deixar de se inquietar com o bem e o mal, atingirá aquela equanimidade de alma que é a mais alta satisfação que pode a vida oferecer. Os céuticos interessavam-se ainda menos que os epicuristas, pelos problemas sociais e políticos. Seu ideal era aquele, tipicamente helenístico, de fuga do indivíduo a um mundo que ele não podia nem entender nem reformar.

O pensamento helenístico alcançou seu ponto mais baixo com as filosofias do judeu Filon e dos neopitagóricos, no último século a.C. e no primeiro de nossa era. Os expositores desses dois sistemas em geral concordavam nos seus ensinamentos básicos, sobretudo no seu ponto de vista predominantemente religioso. Acreditavam num Deus transcendente, tão distante do mundo que era de todo impossível aos mortais conhecê-lo. Concebiam o universo como nitidamente dividido em espírito e matéria. Consideravam mau tudo quanto fosse físico e material; a alma do homem está aprisionada no corpo, do qual só se pode fugir pela absoluta

negação e mortificação da carne. A atitude desses pensadores era mística e não intelectual: a verdade não vem nem da ciência nem da razão, mas da revelação. As fracas deduções do espírito humano não merecem senão desprezo. O fim último da vida é realizar uma união mística com Deus, abandonar-se ao divino. A literatura helenística é significativa, sobretudo, pela luz que lança sobre a fisionomia dessa civilização. Grande parte de seus escritos eram pobres em originalidade ou em profundidade de pensamento, mas saíram das mãos dos copistas numa profusão quase incrível, se considerarmos que era desconhecida a arte de imprimir. Os nomes de pelo menos 1.100 autores já foram catalogados, e outros mais são adicionados todos os anos. Grande parte do que escreviam era de ínfima qualidade, sendo comparável aos suplementos dominicais e às novelas baratas de nossos dias. Contudo, houve obras bem acima da mediocridade e umas poucas que alcançaram os mais altos padrões estabelecidos pelos gregos. Os tipos principais da poesia helenística foram o drama, o poema bucólico e a farsa. O teatro, quase que exclusivamente cômico, é representado, sobretudo, pelas peças de Menandro, completamente diferentes das comédias de Aristófanes. Distinguiam-se antes pelo naturalismo do que pela sátira, mais pela preocupação com os aspectos menos dignos da vida do que com as questões sociais e políticas. Seu tema dominante era o amor romântico, com suas dores e prazeres, intrigas e seduições, culminando num casamento feliz. O maior autor de poemas bucólicos e de farsas foi Teócrito de Siracusa, que escreveu na primeira metade do século III a.C. Suas pastorais, como o nome indica, celebram o encanto da vida campestre e idealizam os prazeres simples do povo rústico. Por outro lado, as farsas descrevem num colorido diálogo, as brigas, as ambições e as atividades variadas da burguesia nas grandes metrópoles. O campo da prosa era dominado pelos historiadores, pelos biógrafos e pelos autores de utopias. Indubitavelmente o mais capaz dos escritores de história foi Políbio de Megalópolis, que viveu no século II a.C. Do ponto de vista da atitude científica e do amor à verdade, provavelmente só cede o primeiro lugar, entre

todos os historiadores da antiguidade, a Tucídides, sendo que ainda o supera pela compreensão que tinha da importância das forças sociais e econômicas. Se bem que grande parte das biografias fossem de caráter leve e anedótico, sua tremenda popularidade é um testemunho eloqüente do gosto literário da época. Ainda mais significativa era a voga de que gozavam as utopias, isto é, descrições de estados ideais. No fundo, todas elas descreviam uma vida de igualdade social e econômica, livre de opressão, ambições e desavenças, numa ilha imaginária ou numa região distante e estranha. Nesses paraísos geralmente o dinheiro era desconhecido, o comércio proibido, a propriedade era sempre comum e todos os homens tinham de trabalhar com suas mãos para produzir o necessário à sua vida. Há motivos para supor que a profusão dessa literatura utópica fosse consequência direta da depravação e injustiça da sociedade helenística e da consciência da necessidade de reforma.

A arte helenística conservou somente algumas das qualidades superiores da arte dos gregos. Em lugar do humanismo, do equilíbrio e da moderação que caracterizavam a arquitetura e a escultura da Idade Áurea, passaram a dominar o realismo exagerado, o sensacionalismo e a voluptuosidade. Os simples e sérios templos dóricos e jônicos cederam lugar a palácios luxuosos, vivendas custosas, complicados edifícios públicos e monumentos que simbolizavam o poder e a riqueza. Um exemplo típico é o grande farol de Alexandria, que atingia uma altura de quase 120 metros, com três andares decrescentes e, no topo, oito colunas para sustentar a luz. Do mesmo modo, a escultura mostrou tendências para o extravagante e o sentimental. Muitas estátuas e figuras em relevo eram imensas e algumas delas quase grotescas. Os característicos da grande maioria delas eram o violento emocionalismo e o realismo sórdido. Entre os exemplos desse tipo de escultura podem ser mencionados o Laocoon e o friso do Grande Altar de Zeus em Pérgamo, com seus deuses gigantes, animais ferozes e monstros híbridos, empenhados em furioso combate, simbolizando a luta dos gregos contra os troianos. Mas nem toda a escultura helenística era demasiado

exuberante ou grotesca. Parte dela se distinguia por uma calma, equilíbrio e compaixão pelo sofrimento humano que lembram os melhores trabalhos dos artistas do século IV. Entre as estátuas que exemplificam essas qualidades superiores estão a Afrodite de Melos (Vênus de Milo) e a Vitória Alada de Samotrácia.

4. A PRIMEIRA GRANDE ERA DA CIÊNCIA

A época mais brilhante da história da ciência, antes do século XVII da nossa era, foi o período da civilização helenística. Na verdade, muitas realizações da época moderna dificilmente seriam possíveis sem as descobertas dos cientistas de Alexandria, Siracusa, Pérgamo e outras grandes cidades do mundo helenístico. As razões do desenvolvimento fenomenal da ciência nos séculos posteriores à queda do império de Alexandre podem ser indicadas. O próprio Alexandre havia contribuído monetariamente para o progresso da pesquisa. Mais importante foi o estímulo trazido à perquirição intelectual pela fusão da ciência dos caldeus e dos egípcios com os estudos dos gregos. Um terceiro fator, possivelmente, seria o novo interesse pelo luxo e pelo conforto e a procura de conhecimentos práticos capazes de possibilitar ao homem a solução dos problemas de uma existência desordenada e insatisfatória.

As ciências que receberam maior atenção na época helenística foram a astronomia, a matemática, a geografia, a medicina e a física. A química, como ciência pura, era praticamente desconhecida. Exceto os trabalhos de Teofrasto, que foi o primeiro a reconhecer a sexualidade das plantas, as ciências biológicas foram também muito descuidadas. Nem a química, nem a biologia tinham qualquer relação definida com o comércio ou com as formas então existentes de indústria e, aparentemente, não eram consideradas como de grande valor prático.

O mais famoso dos primeiros astrônomos desse tempo foi Aristarco de Samos (310-230 a.C.), que às vezes é chamado "o Copérnico helenístico". Com sua descoberta de ser a imobilidade

aparente das estrelas “fixas” devida à enorme distância da terra, foi o primeiro a formar uma concepção adequada das enormes dimensões do universo. O seu principal título de glória está, contudo, em haver deduzido que a terra e outros planetas giram em torno do sol. Infelizmente, essa dedução não foi aceita por seus sucessores. Ela entrava em conflito com os ensinamentos de Aristóteles e com as idéias antropocêntricas dos gregos. Além disso, não estava em harmonia com a crença dos judeus e de outros orientais, que formavam um grande contingente da população helenística. Além deste, o único astrônomo de grande importância da época helenística foi Hiparco, que realizou os seus mais valiosos trabalhos em Alexandria, na última metade do século II a.C. Suas contribuições principais foram a invenção do astrolábio e do globo celeste, a preparação do melhor mapa dos céus conhecido na antiguidade, o cálculo aproximadamente correto do diâmetro da lua e de sua distância da terra, e o descobrimento da precessão dos equinócios. A fama de Hiparco foi mais tarde ofuscada, no entanto, pela reputação de Ptolomeu de Alexandria, o último dos astrônomos helenísticos. Embora Ptolomeu tenha feito poucas descobertas originais, sistematizou o trabalho dos outros. Sua obra principal, o Almagesto, baseada na teoria geocêntrica, foi legada à Idade Média como o repositório clássico da antiga astronomia. Havia, diretamente ligadas à astronomia, duas outras ciências: a matemática e a geografia. O matemático helenístico de maior renome foi certamente Euclides (ca. 323 - ca. 285 a.C.), erroneamente considerado como o fundador da geometria. Até os meados do século XIX seus Elementos de Geometria foram a base aceita para o estudo desse ramo da matemática. Grande parte do material contido nessa obra não era original, mas compilado como uma síntese das descobertas alheias. O mais original dos matemáticos helenísticos foi provavelmente Hiparco, que estabeleceu os fundamentos da trigonometria plana e esférica. A geografia helenística deveu grande parte de seu desenvolvimento a Eratóstenes (ca. 276 - ca. 194 a.C.), astrônomo, poeta, filólogo e bibliotecário de Alexandria. Por meio de relógios de sol, colocados centenas de quilômetros uns dos outros, calculou a circunferência

da terra com um erro de menos de 300 quilômetros. Executou o mapa mais exato de até então, com a superfície da terra dividida em graus de latitude e longitude. Expôs a teoria de serem na realidade todos os oceanos um único e foi o primeiro a sugerir a possibilidade de alcançar a Índia navegando pelo ocidente. Um de seus sucessores, Possidônio da Síria, dividiu a terra em cinco zonas climáticas ainda hoje aceitas e explicou o movimento das marés pela influência da lua.

Talvez nenhum dos avanços helenísticos na ciência tenha ultrapassado em importância os progressos da medicina. Particularmente significativo foi o trabalho de Herófilo de Calcedônia, que realizou suas pesquisas em Alexandria, mais ou menos no começo do século III. Foi sem contestação o maior anatomista da antiguidade e, segundo Galeno, o primeiro a praticar a dissecação humana. Entre seus mais importantes feitos estão uma descrição detalhada do cérebro, incluindo uma tentativa de distinção entre as funções de suas várias partes; o descobrimento do significado da pulsação e de seu emprego no diagnóstico de doenças; a distinção entre tendões e nervos e a relação entre estes e o cérebro; e ainda a descoberta de conterem as artérias somente sangue - e não uma mistura de sangue e ar, como Aristóteles havia ensinado - sendo sua função levar o sangue do coração para todas as partes do corpo. Seria difícil exagerar o valor desta última descoberta para o estabelecimento das bases do conhecimento da circulação.

O mais hábil dos sucessores de Herófilo foi Erasístrato, que viveu em Alexandria aproximadamente nos meados do século III. É considerado o fundador da fisiologia como ciência independente. Não somente praticou a dissecação, mas acredita-se que tenha adquirido boa parte de seus conhecimentos sobre as funções do corpo graças à vivisseção. Descobriu as válvulas do coração, estabeleceu distinção entre nervos motores e sensitivos e ensinou que as últimas ramificações das artérias e das veias têm conexão entre si. Foi o primeiro a rejeitar completamente a teoria humoral da doença e a condenar a sangria excessiva como método de cura. Infelizmente esta teoria foi depois revivida por Galeno, o

grande enciclopedista da medicina que viveu no Império Romano, no século II da nossa era.

Antes do século III a.C. a física tinha sido um ramo da filosofia. Foi erigida em ciência experimental independente por Arquimedes de Siracusa. Como físico, Arquimedes descobriu a lei da flutuação dos corpos mergulhados num líquido, ou seja, o peso específico, e formulou com exatidão científica os princípios da alavanca, da roldana e do parafuso. Entre as suas memoráveis invenções contam-se a roldana composta, o parafuso tubular para bombear água, a hélice usada para o lançamento de navios, um planetário e as lentes convexas. Ainda que tenha sido chamado o "técnico íanque da antiguidade", há indicações de que não dava grande valor a seus inventos mecânicos e preferia consagrar o tempo à pesquisa científica pura.

Outros indivíduos da época helenística dedicaram-se de bom grado à ciência aplicada. Salientando-se entre eles, podemos citar Heron de Alexandria, que viveu no último século a.C. O número de invenções que se lhe atribuem é quase inacreditável. A lista inclui: uma bomba de incêndio, um sifão, uma bomba de pressão, um órgão hidráulico, uma máquina que se fazia funcionar mediante a introdução de uma moeda numa fenda, uma catapulta acionada por ar comprimido, um termoscópio e até uma máquina a vapor. É impossível dizer quais dessas invenções são realmente suas, mas parece certo terem existido realmente tais aparelhos, nesse tempo ou logo depois. Não obstante, o progresso global da ciência aplicada foi comparativamente pequeno, talvez pelo fato de continuar a ser o trabalho manual tão abundante e barato que não interessava ainda nesse tempo substituí-lo pelo trabalho mecânico.

5. A RELIGIÃO NA ÉPOCA HELENÍSTICA

Se há aspecto da civilização helenística que sirva mais que os outros para acentuar o contraste com a cultura helênica, é a nova orientação tomada pela religião. A religião cívica dos gregos, tal como existia na época das cidades-estados, desaparecera então

quase completamente. Para a maioria dos intelectuais, seu lugar foi ocupado pelas filosofias do estoicismo, epicurismo e ceticismo. Os menos inclinados à filosofia voltaram-se para a adoração da Fortuna ou tornaram-se adeptos do ateísmo dogmático de Teodoro e Evêmero. Este último foi o autor da famosa doutrina, de nome evemerismo, que ensina que todos os deuses foram em sua origem monarcas, conquistadores, heróis ou qualquer outro tipo de homens notáveis.

Entre as massas, a tendência para adotar as religiões emocionais de origem oriental era ainda mais nitidamente manifesta. Os mistérios órficos e eleusinos atraíam mais devotos do que nunca. A adoração da deusa-mãe egípcia Ísis, em certa época, quase atingiu as proporções de religião mundial. Do mesmo modo a religião astral dos caldeus disseminou-se rapidamente, sendo seu produto principal - a astrologia - recebido com entusiasmo fanático por todo o mundo helenístico. Tão forte foi a atração exercida por ela, que chegou a influir bastante no eclipse da ciência e da razão nos séculos II e I a.C. A mais poderosa de todas as influências, porém, deveu-se às derivações do zoroastrismo, particularmente do mitraísmo e do gnosticismo. Apesar de todos os cultos de origem oriental se assemelharem entre si em suas promessas de salvação extraterrena, o mitraísmo e o gnosticismo tinham uma mitologia de maior significado ético, um desprezo mais entranhado por este mundo e uma definição mais clara da doutrina da salvação por um redentor personificado. Tais idéias satisfaziam os anelos emocionais do vulgo, convencido como estava da inanidade desta vida e disposto ao engodo das promessas extravagantes de melhores coisas no mundo porvindouro. Se é lícito julgar pelas condições atuais, algumas doutrinas desses cultos devem ter exercido sua influência também sobre membros das classes mais altas. Mesmo o observador mais superficial da sociedade moderna sabe que o pessimismo, o misticismo e a crença no além não se limitam aos humildes. Em alguns casos, a mais aguda desilusão desta vida e os mais profundos anseios místicos são encontrados entre aqueles que têm os bolsos recheados.

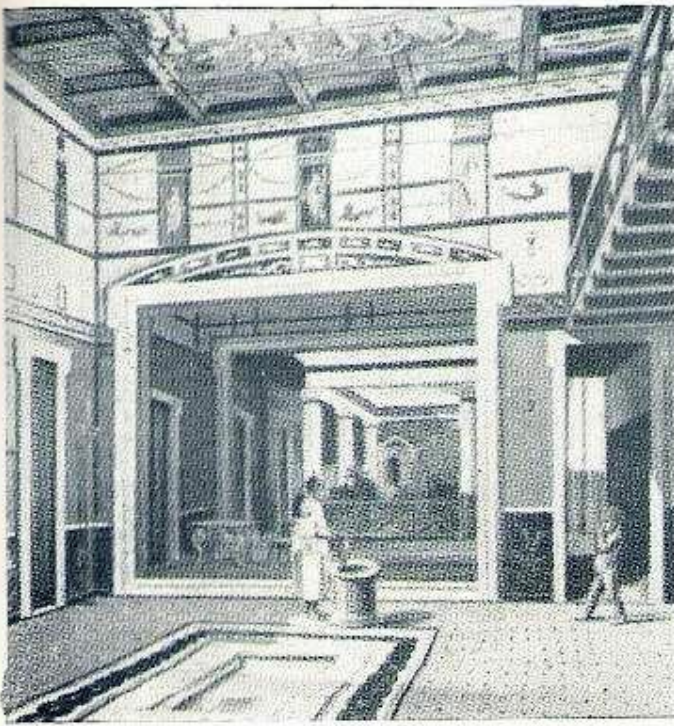
Um fator de positiva importância para a evolução religiosa da época helenística foi a dispersão dos judeus. Em consequência da conquista da Palestina por Alexandre, em 332 a.C., e da conquista romana, aproximadamente três séculos depois, milhares de judeus emigraram para várias partes do mundo mediterrâneo. Calcula-se que um milhão deles vivia no Egito no primeiro século da era cristã e que 200.000 habitavam a Ásia Menor. Misturaram-se livremente com outros povos, adotando a língua grega e não pequena porção da cultura helênica que ainda sobrevivia dos séculos passados. Desempenharam, ao mesmo tempo, um papel saliente na difusão das crenças orientais. Sua própria religião, graças à influência persa, havia já assumido um caráter espiritual e messiânico. Seu filósofo mais importante desse tempo - Filon de Alexandria - desenvolveu um corpo de doutrinas que representa o ponto máximo atingido pelo misticismo. Muitos judeus helenizados converteram-se por fim ao cristianismo e constituíram poderoso instrumento da propagação dessa religião fora da Palestina.

6. UMA ANTECIPAÇÃO DA ÉPOCA MODERNA?

Com a possível exceção da romana, nenhuma outra cultura dos antigos tempos parece ter prefigurado tão claramente o espírito da época moderna, quanto a civilização helenística. Nela, como no mundo moderno, podia-se encontrar uma considerável variedade de formas de governo, o desenvolvimento do militarismo, o declínio do respeito pela democracia e uma tendência para o regime totalitário. Grande parte da evolução econômica e social, característica da época helenística, lembra do mesmo modo a experiência contemporânea: o desenvolvimento dos grandes negócios, a expansão do comércio, o zelo pela exploração e pela descoberta, o interesse pelos inventos mecânicos, a concorrência desapiadada entre os comerciantes, a preocupação com o conforto e a obsessão da prosperidade material, o desenvolvimento das metrópoles com áreas congestionadas de habitações insalubres e um vasto abismo entre ricos e pobres. No campo da

intelectualidade e da arte, a civilização helenística também mostrou uma feição muito próxima da moderna. Exemplifica-o o exagerado valor atribuído à ciência, a estreita especialização nos estudos, a tendência ao realismo e ao naturalismo, a abundância de literatura medíocre e a popularidade do misticismo coexistindo com o extremo ceticismo e a descrença dogmática.

Devido a essas nítidas semelhanças surgiu a tendência de certos escritores para considerar nossa civilização como decadente. Isso, porém, se baseia em parte na falsa suposição de ter sido a cultura helenística uma continuação degenerada da civilização grega. Pelo contrário, ela foi um novo organismo social e cultural nascido de uma fusão de elementos gregos e orientais. Ademais, as diferenças entre a civilização helenística e a do mundo contemporâneo são talvez tão importantes quanto as suas semelhanças. A mentalidade política helenística era essencialmente cosmopolita; nada existia nela que se possa comparar ao patriotismo nacionalista dos tempos atuais. A despeito da notável expansão do comércio na época helenística, jamais adveio uma revolução industrial, por razões já salientadas. Por fim, a ciência helenística era de certo modo mais limitada que a de hoje. A ciência pura moderna é, em larga extensão, uma espécie de filosofia - uma aventura do espírito no reino do desconhecido. Não obstante as freqüentes afirmações em contrário, grande parte dela é gloriosamente desinteressada e assim, provavelmente, continuará sendo.



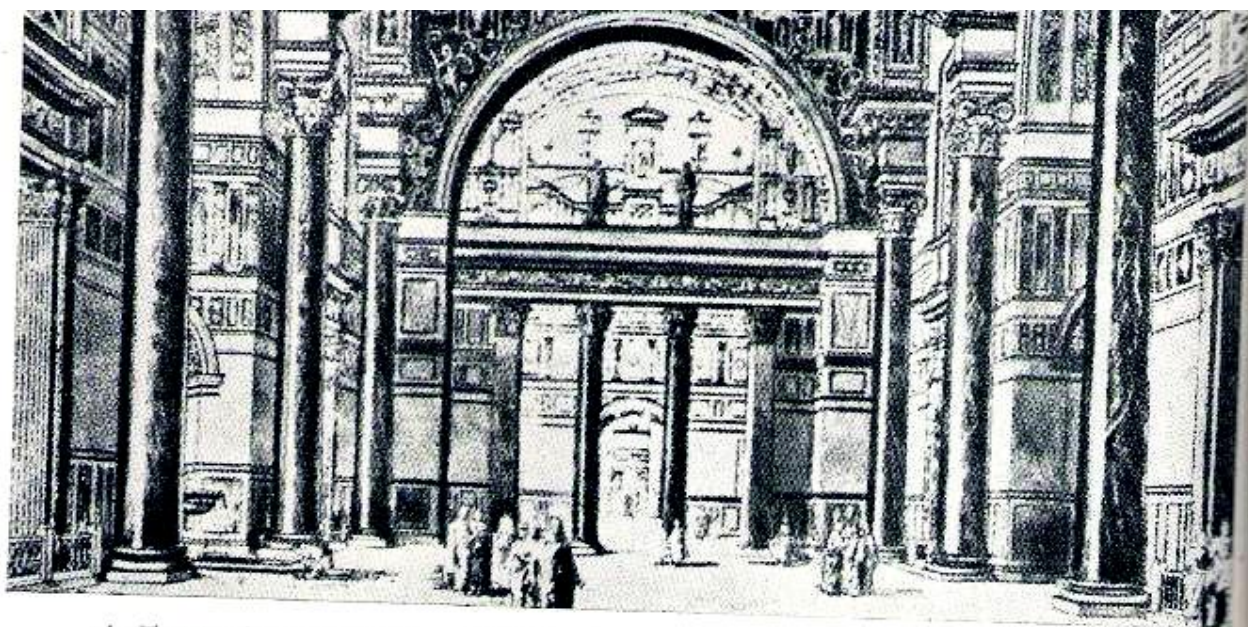
A VIDA E A CULTURA DE ROMA

A casa do Poeta Trágico, em Pompéia, segundo a reconstituição de Niccolini. Com suas paredes e tetos ricamente pintados e seu piso de mosaico, é sem dúvida um exemplo típico dos ambientes luxuosos em que decorria a vida dos romanos opulentos. (Do Bettmann Archive.)

Arco de Constantino em Roma. Entre os principais monumentos da arquitetura romana contam-se os arcos de triunfo decorados com esculturas e relevos, construídos para comemorar as vitórias dos imperadores romanos. (Bureau Italiano de Turismo.)

Mosaico romano de Antioquia. Os mosaicos, como este encontrado na Síria, são as mais bonitas e, talvez, as mais originais obras de arte produzidas pelos romanos. O desenho complicado foi conseguido pela junção de pequenas peças de mármore coloridos — processo que a cultura bizantina assimilou. (Worcester Art Museum.)

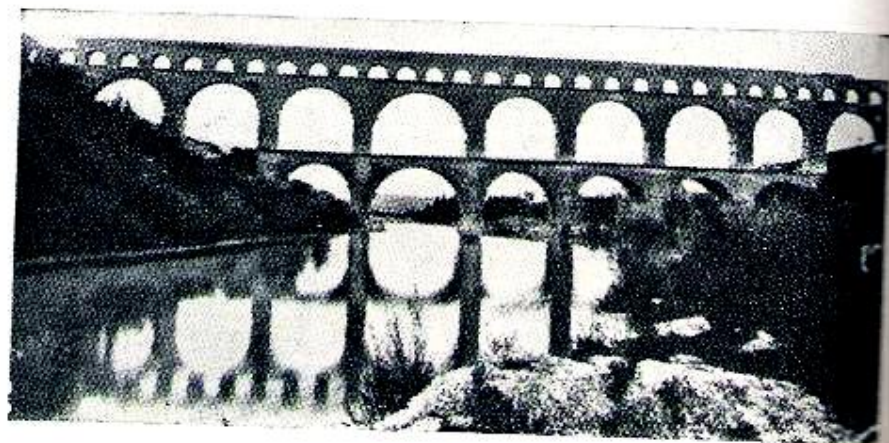




As Termas de Caracala (reconstituição). Muitos imperadores romanos, principalmente Caracala e Diocleciano, construíram magníficas termas ou banhos públicos que eram muitíssimo freqüentadas por todas as classes. Na gravura vê-se o salão central dos banhos mornos.

A VIDA E A CULTURA DE ROMA

A ponte do Gard, em Nîmes, na França, um dos melhores aquedutos romanos. É um fruto magnífico do talento para a engenharia. Tem cerca de 50 metros de altura.



Forno e moinho de trigo pompeianos. A vida em Pompéia, do século I da era cristã, chegara a tal grau de complexidade que a panificação se fazia em larga escala. (Foto do Bureau Italiano de Turismo.)

Capítulo 10

A Civilização Romana

MUITO antes de entrar a Grécia em declínio, uma nova civilização, derivada em grande parte da grega, havia começado a desenvolver-se nas margens do Tibre, na Itália. Com efeito, ao entrarem os gregos em sua Idade Áurea, Roma já era uma força dominante na península itálica. Por mais seis séculos seu poder continuou crescendo e ela ainda mantinha a supremacia no mundo civilizado quando a glória da Grécia não era mais que uma recordação.

Os romanos, contudo, nunca igualaram os gregos nas realizações intelectuais e artísticas. As causas podem ser, em parte, de ordem geográfica. A Itália não possuía recursos minerais, exceto algum mármore excelente e pequenas quantidades de cobre, ouro e ferro. Sua extensa costa possui unicamente dois bons portos: em geral Tarento e Nápoles. Por outro lado, a quantidade de terra fértil do solo italiano é muito maior que a da Grécia. Em consequência, os romanos estavam destinados a permanecer um povo essencialmente agrícola durante a maior parte de sua história. Nunca desfrutaram o estímulo intelectual trazido pelo comércio como o exterior. Além disso, a topografia da Itália é tal que a península se tornava mais facilmente acessível à invasão do que a Grécia. Os Alpes não opunham uma barreira eficaz à afluência dos povos da Europa Central, ao passo que a costa, sem acidentes em inúmeros pontos, acenava à conquista pelo mar. Conseqüentemente, a dominação do país pela força era mais comum do que a mistura pacífica dos imigrantes com os colonos já estabelecidos. Por essa razão, os romanos absorveram-se em preparativos militares quase desde o momento em que se estabeleceram no solo italiano, uma vez que eram forçados a defender suas próprias conquistas contra novos invasores.

1. DOS PRIMÓRDIOS À QUEDA DA MONARQUIA

Testemunhos arqueológicos indicam que a Itália foi habitada, pelo menos, desde a época do Paleolítico Superior. Nesse tempo, o território era ocupado por um povo intimamente ligado à raça de Cro-Magnon do sul da França. No período neolítico aí vieram ter povos da raça mediterrânea, alguns provindos do norte da África e outros da Espanha e da Gália. O início da Idade do Bronze assistiu a várias novas invasões. Da região lacustre ao norte dos Alpes vieram os primeiros imigrantes de língua indo-européia. Eram pastores e lavradores que introduziram o cavalo e o carro de rodas. Sua cultura baseava-se no uso do bronze, embora pareçam ter adquirido, depois do ano 1.000 a.C., o conhecimento do ferro. Esses invasores indo-europeus passam por ser os antepassados de grande parte dos chamados povos itálicos, inclusive os romanos. Quanto à raça, ligavam-se possivelmente aos invasores helênicos da Grécia.

Entre os séculos XII e VI a.C., dois outros povos imigrantes ocuparam partes diferentes da península itálica: os etruscos e os gregos. De onde vieram os primeiros, é questão que nunca foi satisfatoriamente respondida. Numerosos especialistas acreditam que fossem nativos de alguma região do Oriente Próximo, provavelmente da Ásia Menor. Apesar de sua escrita nunca ter sido decifrada, restam suficientes provas materiais indicativas da natureza da sua cultura. Tinham um alfabeto baseado no grego, uma habilidade incomum nas artes metalúrgicas, um florescente comércio com o Oriente e uma sombria religião dedicada à adoração de espíritos malignos. Legaram aos romanos o conhecimento do arco e da abóbada, a prática da adivinhação e o divertimento cruel dos combates de gladiadores. Os etruscos não estabeleceram um grande império, contentando-se com dominar os povos itálicos do norte e do oeste do Tibre e com explorar-lhes as riquezas e o trabalho. Os gregos localizaram-se principalmente ao longo do litoral sul e sudoeste da Itália e da Sicília. Seus

estabelecimentos mais importantes foram Tarento, Siracusa e Nápoles, cada um deles constituindo uma cidade-estado completamente independente. Dos gregos, os romanos derivaram o seu alfabeto, um certo número de conceitos religiosos e muito de sua arte e mitologia.

Os verdadeiros fundadores de Roma foram os povos itálicos que viviam na região do Lácio, ao sul do Tibre. Embora se desconheça a data da fundação da cidade, o fato não se deu, provavelmente, depois de 1.000 a.C. A data tradicional de 753 a.C. foi inventada pelos escritores romanos posteriores. O Lácio compreendia certo número de cidades, mas Roma, dada a sua localização estratégica, não tardou a exercer uma suserania efetiva sobre algumas das cidades mais importantes. Sucederam-se as conquistas até que, pelos fins do século VI a.C., o território dominado pelo estado romano abrangia provavelmente toda a planície latina, desde as faldas dos Apeninos até o Mediterrâneo.

A evolução política de Roma, nesse primeiro período, assemelhou-se em muitos aspectos à das comunidades gregas no estágio de sua formação histórica, mas estava longe de igualá-la. Desde os primórdios, parece que os romanos tiveram mais interesse pela autoridade e pela estabilidade política do que pela liberdade e pela democracia. Seu estado era, essencialmente, uma extensão do princípio da família patriarcal a toda a comunidade, exercendo o rei um domínio sobre os súditos, comparável ao do chefe de família sobre os seus dependentes. Mas, assim como era a autoridade patriarcal limitada pelos costumes e pelo requisito de respeitar a vontade dos filhos adultos, a soberania do rei era limitada pela antiga constituição, que ele não podia mudar sem o consentimento dos principais do reino. Suas prerrogativas não eram precipuamente legislativas, mas executivas e judiciais. Punia as infrações da ordem, impondo comumente a pena de morte ou a de açoites. Julgava todas as questões civis e criminais, mas não tinha autoridade para conceder perdão sem o consentimento da assembléia. Embora sua ascensão ao cargo dependesse da confirmação do povo, não podia ser deposto e ninguém realmente podia impugnar-lhes os régios poderes.

Além do rei, o governo romano desse tempo contava com uma assembléia e um Senado. A primeira compunha-se de todos os cidadãos em idade militar. Sendo, em teoria, uma das principais fontes do poder soberano, esse órgão tinha o direito de veto absoluto a qualquer proposta que o rei apresentasse no sentido de modificar a lei. Ademais, determinava os perdões a ser concedidos e se devia ser declarada a guerra agressiva. Era, contudo, um órgão essencialmente ratificador, sem qualquer direito à iniciativa em matéria de legislação ou a recomendar mudanças políticas. Seus membros não podiam sequer falar, exceto quando convidados a fazê-lo pelo rei. O senado, ou conselho dos anciãos, contava entre os seus membros os chefes dos vários clãs que formavam a comunidade. Mais do que os cidadãos comuns, os dirigentes dos clãs representavam, sem dúvida, O poder soberano do estado. O rei não passava de um deles, a quem delegavam o exercício ativo de sua autoridade. Quando vagava a função real, o poder imediatamente revertia ao senado até que fosse confirmada pelo povo a sucessão do novo monarca. Em tempos comuns, a principal função do senado era discutir as propostas do rei, ratificadas pela assembléia, e vetá-las no caso de violarem os direitos estabelecidos pelos costumes tradicionais. Eram, assim, quase impossíveis as mudanças fundamentais da lei, mesmo quando a maioria dos cidadãos se dispunha a sancioná-las. Tal atitude entranhadamente conservadora das classes dominantes persistiu até o fim da história romana.

Pelos fins do século VI a.C. a inveja que os senadores tinham ao rei cresceu de tal modo que a monarquia foi liquidada e estabeleceu-se uma oligarquia republicana. Ainda que a verdadeira natureza dessa revolução tenha sido, sem dúvida, a de um movimento da aristocracia para conquistar o poder, podem também ter desempenhado seu papel nela certos fatores nacionalistas. A tradição conta que o último dos reis romanos foi um etrusco cuja família, os Tarquínios, tinha usurpado as funções reais alguns anos antes. Os romanos dos séculos posteriores pintaram com cores sombrias as truculências desses soberanos, insinuando que a derrubada da monarquia resultou principalmente

de uma revolta contra opressores estrangeiros. Mas era provavelmente inevitável que a classe dos senadores mais cedo ou mais tarde concretizasse suas ambições pelo monopólio da força, como o fizeram os nobres alguns séculos antes nas cidades-estados gregas.

2. O INÍCIO DA REPÚBLICA

A história da república romana, por mais de dois séculos após a sua fundação, consistiu quase totalmente em guerras. As causas determinantes dessa série de conflitos não são fáceis de explicar. É possível que da deposição dos Tarquínios tenham resultado atos de represália de seus parentes que habitavam os países vizinhos. É concebível, também, que outras nações limítrofes aproveitassem a confusão proveniente da revolução para arrebatar algumas porções do território romano. Mas a razão predominante foi, sem dúvida, a cobiça territorial. Os romanos já eram então um povo orgulhoso e agressivo, com uma população de rápido crescimento. Aumentando o número de habitantes, tornou-se cada vez mais urgente a necessidade de expansão para novos territórios. Essa é a causa que parece ter determinado as guerras com os volscos e équos no começo do século V. A expansão romana, a expensas desses povos, despertou a inveja de outras nações poderosas. Em primeiro lugar, a república teve que lutar com a poderosa cidade etrusca de Veios, localizada a pequena distância ao norte, no outro lado do Tibre. Depois de anos de assédio, a cidade foi destruída, seus habitantes vendidos como escravos e seus territórios anexados ao domínio romano. Aproximadamente em 390 a.C., ferozes tribos gaulesas aproveitaram-se da exaustão temporária de Roma para invadir a república. Capturaram e saquearam a cidade, mas por fim aceitaram o resgate de 1.000 libras de ouro. Os romanos tiveram depois de haver-se com as revoltas de certos povos anteriormente dominados, como os équos, os volscos e várias outras nações latinas. A repressão dessas revoltas despertou a desconfiança dos estados vizinhos e o apetite de

novos triunfos por parte dos vitoriosos. Sucederam-se, até 265 a.C., novas guerras que pareciam intermináveis. Roma conquistara toda a planície itálica.

Essa longa série de conflitos militares repercutiu de maneira profunda na história subsequente de Roma. Teve más conseqüências para os interesses dos cidadãos pobres e favoreceu a concentração da terra nas mãos dos proprietários ricos. Os longos períodos de serviço militar forçaram os lavradores comuns a negligenciar o cultivo do solo, de que resultou se endividarem e, freqüentemente, perderem suas fazendas. Muitos deles se refugiaram nas cidades, até serem depois aproveitados como rendeiros de grandes propriedades nos territórios conquistados. As guerras ocasionaram também a confirmação do caráter agrário da nação romana. A repetida aquisição de novas terras tornou possível absorver toda a população nos trabalhos agrícolas. Em conseqüência disso, não houve necessidade de desenvolver a indústria e o comércio como meios de subsistência. Por fim, como acontecera em Esparta, as guerras romanas de conquista escravizaram a nação a um ideal militar, retardando-lhe assim o desenvolvimento cultural.

Durante esse período da jovem república, Roma sofreu algumas mudanças políticas significativas. Não foram tanto devidas à revolução do século VI como aos acontecimentos dos anos posteriores. A revolução que derribou a monarquia era tão conservadora quanto o pode ser uma revolução. Seu principal efeito foi substituir o rei por dois cônsules eleitos e elevar a posição do senado investindo-o do controle sobre os fundos públicos e do veto aos atos da assembléia. Os próprios cônsules eram, em geral, senadores e agiam como representantes de sua classe. Não governavam conjuntamente, mas a cada um deles se atribuía a absoluta autoridade executiva e judiciária de que antes dispusera o rei. Se surgisse um conflito entre eles, o senado poderia ser chamado a decidir, ou então, em caso de grave emergência, poderia ser nomeado um ditador, por um prazo nunca superior a seis meses. Em outros aspectos, o governo permaneceu idêntico ao da monarquia.

Não muito tempo após o advento da república, teve início uma luta dos cidadãos comuns por uma maior participação no poder político. Antes do fim da monarquia a população romana fora dividida em duas grandes classes: os patrícios e os plebeus. Os primeiros eram aristocratas e ricos proprietários que, ao que parece, descendiam dos antigos chefes de clã. Monopolizavam os cargos do senado e da magistratura. Os plebeus eram o povo comum: pequenos agricultores, artífices e comerciantes. Muitos eram clientes ou agregados dos patrícios, obrigados a se baterem por eles. a prestar-lhes apoio político e a cultivar-lhes as propriedades em retribuição da proteção recebida. Os gravames suportados pelos plebeus eram numerosos. Compelidos a pagar pesados impostos e forçados a servir no exército em tempo de guerra. viam-se não obstante excluídos de qualquer participação no governo, exceto quanto a tomar parte na assembléia. Além disso, eram vítimas de decisões injustas nos processos judiciais. Nem mesmo sabiam quais os direitos de que gozavam, pois as leis não eram escritas e ninguém, a não ser os cônsules, tinha o direito de interpretá-las. Em questões de dívidas permitia-se freqüentemente que o credor vendesse o devedor como escravo. A fim de obter um alívio a tal situação, os plebeus se rebelaram logo no começo do século V a.C.

A primeira vitória dos plebeus foi alcançada aproximadamente em 470 a.C., quando forçaram os patrícios a concordar com a eleição de certo número de tribunos, os quais teriam o poder de proteger os cidadãos por meio do veto aos atos ilegais dos magistrados. Essa conquista foi seguida da exigência vitoriosa duma codificação das leis, mais ou menos 445 a.C. Disso resultou a publicação da famosa Lei das Doze Tábuas, assim chamada por ter sido escrita em tabuletas de madeira. Embora a Lei das Doze Tábuas viesse, em tempos posteriores. a ser reverenciada pelos romanos como uma espécie de carta das liberdades populares, na realidade nada tinha disso. Perpetuava em grande parte os antigos costumes, sem sequer abolir a escravização por dívida. No entanto, capacitou o povo a conhecer a sua situação em face da lei e permitiu o recurso à assembléia contra sentenças de morte lavradas por magistrado.

Aproximadamente uma geração depois, os plebeus alcançaram a elegibilidade a certos cargos como os de magistrados inferiores e, em 362 a.C., foi eleito o primeiro cônsul plebeu. Como o costume antigo estabelecia que os cônsules, depois de completar seu mandato, entravam automaticamente para o senado, desaparecia assim o monopólio patrício dos cargos senatoriais. A vitória final dos plebeus deu-se em 287 a.C., com a aprovação da Lei Hortênsia (assim chamada por causa de seu autor, o ditador Quinto Hortênsio), a qual estabelecia que as decisões tomadas pela assembléia se tornavam obrigatórias para todo o povo, quer o senado as aprovasse, Quer não.

O significado dessas mudanças não deve ser mal interpretado Não constituíam uma revolução para conquistar maior liberdade individual, mas somente para frear o poder dos magistrados e conceder ao homem comum uma participação maior no governo. O estado, em seu todo, continuava tão despótico como sempre o fora, pois a sua autoridade sobre os cidadãos não era sequer posta em dúvida. Como diz Theodor Mommsen, os romanos, desde o tempo de Tarquínio até o de Graco, "nunca abandonaram realmente o princípio de que o povo não devia governar, mas ser governado". Graças a essa atitude a atribuição de amplos poderes legislativos à assembléia parece não ter passado de mera formalidade, pois o senado continuou a governar como antes. Nem teve também qualquer efeito liberalizador a admissão dos plebeus à senatoria. Tão alto era o prestígio dessa instituição e tão profunda a veneração romana pela autoridade, que os novos membros logo submergiram no conservantismo dos velhos. Além disso, o fato de os magistrados não receberem remuneração impedia que os cidadãos mais pobres pleiteassem cargos públicos. Parece que os romanos já tinham realizado então certo progresso intelectual e social, mas em ritmo lento. Os tempos eram ainda duros e cruéis. Apesar de ter sido adotada a escrita já no século VI, pequeno era seu uso, salvo para copiar leis, tratados, inscrições funerárias e romanas, orações. Visto que a educação se limitava àquela ainda dada pelo pai no tocante aos esportes viris, às artes práticas e às virtudes militares, provavelmente a grande

maioria do povo continuava a ser analfabeta. As principais ocupações da massa da população ainda eram a guerra e a agricultura. Alguns artífices podiam ser encontrados nas cidades e verificara-se um pequeno desenvolvimento do comércio, evidenciado pela fundação, no século IV, de uma colônia marítima em Óstia. A relativa insignificância do comércio romano, nessa época, é, contudo, claramente revelada pelo fato do país não possuir sistema monetário padronizado até 269 a.C.

Foi no período inicial da república que a religião romana assumiu o caráter que estava destinada a conservar durante a maior parte da história da nação. Em muitos aspectos, essa religião assemelhava-se à dos gregos, possivelmente por se derivar da mesma fonte a cultura de ambos os povos. Ambas as religiões eram terrenas e práticas, sem qualquer conteúdo espiritual ou ético. As relações entre o homem e os deuses eram externas e mecânicas, constituindo uma espécie de negócio ou contrato entre as duas partes, a fim de obter proveitos mútuos. As divindades das duas religiões tinham funções semelhantes: Júpiter correspondia mais ou menos, no seu caráter de deus dos céus, a Zeus; Minerva, como padroeira dos artesãos, a Atena; Vênus, a Afrodite, como deusa do amor; Netuno, a Poseidon, como deus do mar, e assim por diante. Tal como a grega, a religião romana não possuía dogmas, sacramentos ou qualquer crença em recompensas e punições numa vida futura.

Havia, contudo, diferenças significativas. A religião romana era nitidamente mais política e menos humanística em seus objetivos. Servia, não para glorificar o homem ou fazê-lo sentir-se à vontade neste mundo, mas sim para proteger o estado contra seus inimigos e para aumentar-lhe o poder e a prosperidade. Os deuses eram menos antropomórficos. Com efeito, somente em resultado das influências gregas e etruscas é que se apresentavam como divindades pessoais, tendo sido anteriormente adorados como "numes" ou espíritos animísticos. Os romanos jamais conceberam seus deuses em disputas entre si ou envolvendo-se com seres humanos, como acontecia com as divindades homéricas. Por fim, a religião romana continha um elemento muito mais forte de

sacerdotalismo do que a grega. Os sacerdotes ou pontífices, como se chamavam, formavam uma classe organizada, um ramo do próprio governo. Não somente dirigiam as cerimônias sacrificiais, mas também eram depositários de um complicado conjunto de tradições sagradas e de leis que somente eles podiam interpretar. Deve ficar claro, no entanto, que tais pontífices não eram sacerdotes no sentido de intermediários entre os romanos e seus deuses; não confessavam, não perdoavam pecados nem administravam sacramentos.

A moral dos romanos, nesse período como nos posteriores, não tinha quase nenhuma relação com a religião. Os romanos não pediam a seus deuses que os fizessem bons, mas que concedessem favores materiais à comunidade e à família. A moral era um assunto de patriotismo e de respeito à autoridade e à tradição. As virtudes cardeais eram: a bravura, a honra, a autodisciplina, a reverência pelos deuses e pelos antepassados e o cumprimento dos deveres para com o país e a família. A lealdade para com o estado precedia tudo mais. Para o bem do estado os cidadãos deviam estar prontos a sacrificar não somente sua própria vida, mas, se necessário, as vidas das pessoas de sua família e as de seus amigos. Era motivo de profunda admiração a coragem com que certos cônsules obedientemente mandavam matar os próprios filhos, por infringirem estes a disciplina militar. Poucos povos na história européia, com exceção dos espartanos e talvez dos alemães contemporâneos, tomaram tão a sério o problema da segurança nacional ou subordinaram de modo tão completo o indivíduo aos interesses do estado.

3. AS GUERRAS FATÍDICAS COM CARTAGO

Cerca de 265 a.C., como já sabemos, Roma conquistara e anexara toda a Itália. Orgulhosa e confiante em sua força, era quase inevitável que se lançasse a novas campanhas imperialistas. A próspera ilha da Sicília não se achava ainda sob o domínio romano e os senhores da Itália não podiam olhar com indiferença a

situação reinante em outras partes do mundo mediterrâneo. Inclínavam-se, então, a interpretar qualquer mudança do status quo como uma ameaça à própria soberania e segurança. Foi por essas razões que Roma, depois de 264 a.C., se viu envolvida numa série de guerras com outras grandes nações, o que alterou de modo decisivo o curso de sua história.

A primeira e a mais importante dessas guerras foi a luta com Cartago, grande império marítimo que se estendia ao longo da costa norte da África, desde a Numídia até o Estreito de Gibraltar. Cartago fora, primitivamente, uma colônia fenícia fundada no século IX a.C. No século VI pôs termo às suas relações com a metrópole e gradativamente se desenvolveu como uma nação rica e poderosa. A prosperidade de suas classes superiores baseava-se no comércio e na exploração dos depósitos de prata e estanho da Espanha e da Grã-Bretanha, e de produtos tropicais do norte da África Central. As condições internas do país estavam longe de ser ideais. Parece que os cartagineses não tinham noção de liberdade e de governo organizado. O suborno despudorado e a opressão desenfreada das massas eram os métodos empregados comumente pela plutocracia para manter sua posição de domínio. A forma de governo em si mesma pode ser descrita como uma oligarquia. Na chefia do sistema havia dois magistrados ou sufetos, que exerciam poderes semelhantes aos dos cônsules romanos. Os verdadeiros governadores, no entanto, eram trinta príncipes-mercadores, que constituíam um conselho dentro do senado. Por meios constitucionais e outros, esses homens controlavam as eleições e dominavam todos os demais ramos do governo. Os restantes 270 membros do senado parece que só eram convocados em ocasiões especiais. Apesar dessas deficiências políticas, Cartago tinha uma civilização superior à de Roma quanto ao luxo e às conquistas científicas, quando se iniciou a luta entre os dois países.

O primeiro embate com Cartago começou em 264 a.C. A causa principal foi a inveja romana ante a expansão cartaginesa na Sicília. Cartago já controlava a zona ocidental da ilha e estava ameaçando as cidades gregas de Siracusa e de Messana, na

costa leste. No caso dessas cidades serem capturadas, cessaria qualquer possibilidade de ocupação romana da Sicília. Em face desse perigo, Roma declarou guerra a Cartago com a esperança de forçá-la a voltar ao seu domínio africano. Vinte e três anos de luta trouxeram por fim a vitória para os generais romanos. Cartago foi obrigada a entregar suas possessões na Sicília e a pagar a indenização de 3.200 talentos, ou seja, aproximadamente, três e meio milhões de dólares.

Mas os romanos foram incapazes de resistir aos efeitos do seu triunfo. Tiveram de envidar nele tão heróicos esforços que quando finalmente o alcançaram isso os tornou mais arrogantes e cúpidos do que nunca. Em resultado, a luta com Cartago veio a renovar-se em duas outras ocasiões. Em 218 a.C. os romanos interpretaram como uma ameaça aos seus interesses a tentativa dos cartagineses de reconstruírem o império na Espanha, e retrucaram com uma declaração de guerra. Essa luta prolongou-se por um período de dezesseis anos. A Itália foi assolada pelos exércitos de Aníbal, o famoso comandante cartaginês, cujas táticas têm sido copiadas pelos especialistas militares contemporâneos. Embora Roma conseguisse escapar à derrota por um triz, o patriotismo de seus cidadãos e a chefia do brilhante general Cipião salvaram, por fim, a situação. Cartago foi ainda mais humilhada que da primeira vez. Viu-se obrigada a abandonar todas as suas possessões, exceto a capital com os territórios africanos circunvizinhos, e a pagar uma indenização de 10.000 talentos.

O ânimo vingativo e a avareza dos romanos chegaram ao auge mais ou menos nos meados do século II a.C. Por esse tempo Cartago havia recuperado uma pequena parcela de sua prosperidade anterior, suficiente, contudo, para despertar a inveja e o temor dos seus vencedores. Nada satisfaria agora os magnatas sanatoriais a não ser a completa destruição de Cartago e a expropriação de seu território. Em 149 a.C. o senado enviou um ultimato aos cartagineses, exigindo que abandonassem a sua cidade e se estabelecessem pelo menos a dez milhas da costa. Equivalendo tal exigência a uma sentença de morte para uma nação que dependia do comércio, foi ela repelida, como sem

dúvida já o esperavam os romanos. O resultado foi a terceira guerra púnica, que se estendeu de 149 a 146 a.C. Raramente o mundo testemunhou uma guerra mais desesperada e bárbara. O assalto final à cidade foi levado aos próprios lares dos nativos e deu-se então uma medonha carnificina. Quando finalmente quebrou-se a resistência dos cartagineses, os poucos cidadãos que restavam para se render foram vendidos como escravos e a cidade, outrora magnificente, arrasada até os alicerces. O território passou a ser uma província romana e as melhores áreas distribuídas como propriedades senatoriais.

As guerras com Cartago tiveram enormes efeitos sobre Roma. Em primeiro lugar levaram-na a entrar em conflito com os governos do leste do Mediterrâneo, e daí a abrir caminho para a dominação do mundo. Durante a segunda guerra púnica, Filipe V da Macedônia fizera uma aliança com Cartago e conspirara com o rei da Síria para a divisão do Egito entre eles. Para punir Filipe e impedir a execução de seus planos, Roma enviou um exército ao Oriente. Daí resultou a conquista da Grécia e da Ásia Menor e o estabelecimento de um protetorado no Egito. Assim, antes do fim do século II virtualmente toda a área mediterrânea estava sob o domínio romano. A conquista do Oriente helenístico levou à introdução em Roma de idéias e costumes semi-orientais, mudando, como logo veremos, todo o aspecto da vida cultural.

Indubitavelmente, o efeito mais importante das guerras púnicas foi a grande revolução social e econômica que desabou sobre Roma nos séculos III e II a.C. Os incidentes dessa revolução podem ser assim enumerados: 1) um grande aumento da escravidão devido à captura e venda de prisioneiros de guerra; 2) desaparecimento progressiva do pequeno lavrador como resultado do estabelecimento do sistema de cultivo em áreas conquistadas e da introdução de trigo barato, oriundo das províncias; 3) o crescimento de uma multidão cidadina desprotegida, composta de lavradores e operários empobrecidos, que tinham perdido suas ocupações por causa do trabalho servil; 4) o aparecimento de uma classe média composta de mercadores, usurários e "publicanos", ou seja, detentores de contratos governamentais para explorar

minas, construir estradas e cobrar impostos; e 5) aumento do luxo e da ostentação vulgar, especialmente entre os parvenus que enriqueciam com os lucros de guerra.

Em consequência dessa revolução econômica e social, Roma passou de uma república de pequenos fazendeiros a uma nação composta em grande parte de parasitas e escravos. Embora a propriedade nunca tivesse sido equitativamente distribuída, o abismo que então passou a separar ricos e pobres foi muito mais profundo do que antes. As velhas idéias de disciplina e devoção ao estado enfraqueceram consideravelmente e os homens começaram a fazer do prazer e da riqueza os seus deuses. Alguns membros da aristocracia senatorial esforçaram-se por obstar às más tendências e restaurar as virtudes simples do passado. O grande chefe desse movimento foi Catão o Antigo, que invetivou os novos ricos pela vida regalada que levaram e tentou dar um exemplo aos seus compatriotas executando trabalhos pesados na sua propriedade rural e morando numa casa de chão batido e sem cal nas paredes. Seus esforços, porém, tiveram pequeno efeito. Os ricos continuaram a abandonar-se a prazeres dispendiosos e a rivalizar no desperdício vulgar da riqueza. Decaiu ao mesmo tempo a moralidade pública. Coletores de impostos pilhavam as províncias e empregavam os seus lucros ilícitos em comprar os votos dos pobres. As massas infelizes da cidade passaram a esperar que os políticos as alimentassem e oferecessem para seu divertimento espetáculos cada vez mais brutais. O efeito total foi tão sério que alguns autores datam deste período o começo da decadência de Roma.

4. EMBATES E LUTAS DO PERÍODO FINAL DA REPÚBLICA

O período que se estendeu do fim das guerras púnicas, em 146 a.C., à ascensão de Júlio César, em 46 a.C., foi dos mais turbulentos da história de Roma. Entre essas datas a nação colheu amplamente os frutos da violência semeada durante as guerras de

conquista. Foram ocorrências comuníssimas desta época: acerbos conflitos de classe, assassínios, furiosas lutas entre ditadores rivais, guerras e insurreições. Mesmo os escravos contribuíram com sua parte para a desordem geral: primeiro em 104 a.C., quando saquearam a Sicília, e novamente em 73 a.C., quando 70.000 deles, sob a chefia de Espártaco, mantiveram os cônsules em xeque por mais de um ano. Espártaco, por fim, foi morto em batalha e seis mil de seus adeptos foram capturados e crucificados.

O primeiro período da luta de classes iniciou-se com a revolta dos Gracos. Estes eram principalmente os campeões dos lavradores sem terra contra a aristocracia senatorial, mas tinham também conseguido algumas adesões entre a classe média. Em 133 a.C., Tibério Graco, sendo eleito tribuna, persuadiu a assembléia a decretar uma lei que limitava a cerca de 125 hectares a terra que qualquer um podia possuir e estabelecia a entrega do excedente ao estado para arrendar aos cidadãos pobres, mediante um pagamento nominal. Antes que a lei pudesse ser executada, expirou o mandato de Tibério como tribuno. Por essa razão resolveu ele candidatar-se à reeleição, violando as disposições constitucionais que limitavam o mandato dos magistrados a um ano. Esse ato ilegal deu aos senadores um pretexto para recorrerem à violência. Acompanharam as eleições sangrentos motins em que Tibério e trezentos de seus adeptos foram chacinados por clientes e escravos da aristocracia.

Nove anos depois, Caio Graco, o irmão mais jovem de Tibério, renovou a luta pelos desprotegidos. Eleito tribuno para o ano 123 a.C., fez passar uma lei que determinava a distribuição mensal de trigo ao povo da cidade, pela metade do preço do mercado. Em seguida preparou um ataque aos poderes do senado, mas foi derrotado na reeleição para tribuno em 121 e estigmatizado como inimigo do estado. Como recusasse submeter-se a julgamento perante o senado, foi proclamado contra ele o estado de guerra. Depois de desbaratados seus partidários, Caio persuadiu um escravo fiel a matá-lo. Em seguida, três mil adeptos seus foram condenados à morte. Deve-se procurar o significado primordial do

caso dos Gracos no modo por que ele ilustra a incapacidade política dos romanos e os perigos do seu estreito conservantismo. Tem também importância pelos maus precedentes que estabeleceu para o futuro. O senado, recorrendo à violência, deu um exemplo de apelo à força, que os demagogos dos anos posteriores não tardaram a seguir.

A despeito disso, não era fatal o desaparecimento do governo constitucional depois da queda dos Gracos. Os romanos poderiam ainda ter conseguido uma solução de ajuste para os seus problemas, se pelo menos tivessem evitado a guerra. Mas disso eram incapazes, uma vez que a criação de um tão vasto império acarretava freqüentes conflitos com as nações vizinhas. Em 111 a.C. começou uma grande luta com Jugurta, rei da Numídia, no norte da África. Seguiram-se campanhas para punir os invasores gauleses e uma guerra contra Mitridates do Ponto, que se estava aproveitando do desgoverno dos romanos no Oriente para estender seu domínio na Ásia Menor. Os heróis dessas guerras invariavelmente voltavam à Itália para se tornar chefes de uma ou outra das grandes facções políticas.

O primeiro dos heróis conquistadores a se aproveitar de sua reputação militar foi Mário, que em 107 a.C. foi elevado ao consulado pelas massas e reeleito cinco vezes depois disso. Infelizmente, Mário não era um estadista e nada fez em favor de seus adeptos além de demonstrar a facilidade com a qual um chefe militar pode anular a oposição, desde que tenha atrás de si um exército. Depois da morte de Mário, em 86 a.C., os aristocratas tentaram por sua vez o governo pela força. Seu campeão foi Sila, vitorioso na guerra contra Mitridates. Indicado em 82 a.C., para ditador, por um prazo ilimitado, Sila tratou de exterminar os seus opositores e de restaurar os poderes primitivos do senado. Até o veto senatorial sobre os atos da assembléia foi restabelecido, ao mesmo tempo que se restringia enormemente a autoridade dos tribunos. Depois de três anos de ditadura, Sila resolveu mudar a pompa do poder pelos prazeres dos sentidos e se retirou para uma vida de luxo e despreocupações em sua propriedade da Campânia.

Não era de esperar que as "reformas" de Sila permanecessem intactas depois de ter ele abandonado o seu posto, por isso que o resultado de seus decretos fora dar o controle a uma aristocracia hipócrita e egoísta. Surgiram então inúmeros novos líderes para esposar a causa do povo. Os mais famosos deles foram Pompeu e Júlio César. Durante um certo tempo uniram suas energias e recursos num plano para conseguir o controle do governo, mas dentro em pouco tornaram-se rivais e procuraram superar-se mutuamente em promessas para captar o apoio popular. Pompeu ganhou fama como conquistador da Síria e da Palestina, enquanto César dedicava os seus talentos a uma série de brilhantes incursões contra os gauleses, adicionando ao estado romano os territórios que hoje pertencem à Bélgica e à França. Em 52 a.C., depois de uma série de desordens populares em Roma, o senado inclinou-se por Pompeu e conseguiu sua eleição como cônsul único. César foi declarado inimigo do estado e Pompeu conspirou com a facção senatorial para despojá-lo de todo poder político. Disso resultou uma luta de morte entre os dois. Com o famoso dito "A sorte está lançada", César cruzou o Rubicão (49 a.C.) e iniciou uma marcha sobre Roma. - Pompeu fugiu para o Oriente, na esperança de organizar um exército suficiente para retomar o domínio da Itália. Em 48 a.C. encontraram-se as forças dos dois rivais em Farsália, na Tessália. Pompeu foi derrotado e logo depois assassinado por agentes do rei do Egito.

Após demorar-se algum tempo na corte da cativante Cleópatra, no Egito, César voltou a Roma. Não havia já ninguém que tentasse disputar-lhe o poder. Com a ajuda de seus veteranos atemorizou o senado e fez com que este anuísse a todos os seus desejos. Em 46 a.C. tornou-se ditador por dez anos e, no ano seguinte, ditador perpétuo. Além disso, assumiu quase todos os outros títulos da magistratura que pudessem aumentar o seu poder. Foi cônsul, tribuna, censor e sumo pontífice. Obteve do senado ampla autoridade para declarar guerra e paz e o controle das rendas do estado. Para todos os fins práticos estava acima da lei, sendo os demais agentes do governo simples criados seus. Pouca dúvida parece haver quanto à sua intenção de fazer-se rei; de qualquer

modo, por acusarem-no disso foi assassinado em 44 a.C. por um grupo de conspiradores, sob a chefia de Bruto e Cássio, que representavam a antiga aristocracia.

Desde essa época, pelos séculos fora, os estudiosos de história têm sido cegados pelo culto do herói na apreciação da carreira política de César. É, sem dúvida, um erro proclamá-lo salvador de sua pátria ou louvá-lo como o maior estadista de todos os tempos, pois destruiu os característicos essenciais da república e tornou o problema do governo mais difícil para seus sucessores. Roma precisava, nesse tempo, não do domínio da força, por mais eficientemente que se pudesse exercer, mas duma esclarecida tentativa de corrigir as iniquidades do seu regime político e econômico. Não obstante ser verdade que César executou numerosas reformas, nem todas elas foram realmente fundamentais. Com a ajuda de um astrônomo grego reviu o calendário oficial para harmonizá-lo com o calendário solar egípcio de 365 dias, com um dia a mais adicionado cada quatro anos. Investigou as irregularidades na distribuição dos cereais públicos e reduziu o número de beneficiados para menos de 50%. Fez planos para a codificação das leis e aumentou a penalidade para os crimes comuns. Deu importante passo para eliminação das distinções entre italianos e provinciais, ao conferir a cidadania a milhares de espanhóis e gauleses. Instalou muitos de seus veteranos e um número considerável de cidadãos pobres nas terras não aproveitadas, não somente na Itália, mas em todo o império, e ordenou aos donos de grandes propriedades que empregassem ao menos um cidadão livre para cada dois escravos. Por outro lado, nada fez para reduzir as mais clamorosas desigualdades na distribuição da riqueza ou para aumentar os direitos das massas descontentes. Se tivesse vivido mais, talvez sua folha de serviços fosse melhor. Nada há, porém, que prove que ele, na realidade, tivesse as qualidades de estadista exigidas pela época.

5. ROMA SE INTELECTUALIZA

Nos últimos dois séculos de história republicana, Roma sofreu a influência da civilização helenística. Disso adveio um modesto florescimento da atividade intelectual e um impulso a mais para as mudanças sociais, além das que as guerras púnicas haviam causado. Deve-se notar, no entanto, que vários componentes do complexo helenístico de cultura nunca foram adotados pelos romanos. A ciência da época helenística, por exemplo, foi em boa parte ignorada e o mesmo se pode dizer quanto à arte dessa civilização.

Um dos mais notáveis efeitos da influência helenística foi a adoção do epicurismo e do estoicismo por numerosos romanos das classes elevadas. O mais famoso expoente romano da filosofia epicurista foi Lucrécio (98-55 a.C.), autor de um poema didático intitulado "Da natureza das Coisas". Ao escrever esse trabalho, Lucrécio estava animado pelo desejo de explicar o universo de maneira que libertasse o homem do medo do sobrenatural, que ele considerava o principal obstáculo à paz do espírito. Os mundos e todas as coisas neles contidas, ensinava Lucrécio, eram resultados fortuitos da combinação dos átomos. Embora admitisse a existência de deuses, concebia-os como vivendo numa paz eterna, não criando nem governando o universo. Tudo é produto da evolução mecânica, inclusive o próprio homem e seus hábitos, instituições e crenças. Estando o espírito indissolúvelmente ligado à matéria, a morte significa extinção completa; por conseguinte, nenhuma parte da personalidade humana pode sobreviver para ser recompensada ou punida numa existência extraterrena. A concepção de vida feliz de Lucrécio era, talvez, ainda mais negativa que a de Epicuro, pois assegurava que aquilo de que o homem necessita não é o prazer, mas "paz e um coração puro".

O estoicismo foi introduzido em Roma por Panécio de Rodes.

aproximadamente em 140 a.C. Embora logo viessem a ser incluídos entre seus adeptos numerosos chefes influentes da vida pública, seu mais ilustre representante foi Cícero (106 - 43 a.C.), o

famoso orador e estadista. Posto que Cícero confessasse ser um seguidor do sincretismo filosófico, que se supunha ser uma fusão de platonismo, aristotelismo e estoicismo, na verdade as suas idéias derivavam-se muito mais do estoicismo que de qualquer outra fonte. Suas principais obras éticas - *De Officiis* e *Tusculanae Disputationes* - refletem de modo manifesto as doutrinas de Zenon e da escola deste. A base da filosofia ética de Cícero era a premissa de que basta a virtude para a felicidade e de que o mais alto bem é a tranqüilidade do espírito. Concebia como homem ideal aquele que, orientado pela razão, chegou à indiferença em relação à tristeza e à dor. Em política, Cícero superou consideravelmente os estóicos anteriores. Foi um dos primeiros a negar que o estado seja superior ao indivíduo e a ensinar que o governo tem sua origem num pacto entre os homens para sua proteção mútua. Na sua *República* estabeleceu a idéia de uma lei superior de justiça eterna, colocada acima dos estatutos e decretos do governo. Essa lei não é feita pelo homem, mas é um produto da ordem natural das coisas e pode ser descoberta pela razão. É a fonte daqueles direitos aos quais todos os homens são chamados a participar como seres humanos e que os governos não devem atacar. Como poderemos ver adiante, essa doutrina influenciou consideravelmente o desenvolvimento do direito romano empreendido pelos grandes juristas dos séculos II e III da nossa era. Devido às suas contribuições para o pensamento político e à sua urbanidade e tolerância, Cícero merece ser tido como um dos maiores homens que Roma produziu. Ele encarnava o espírito da nação no que esse tinha de melhor.

A influência helenística impulsionou em larga escala o progresso literário romano nos dois últimos séculos da república. Tornou-se então moda entre as altas classes aprender a língua grega e tentar reproduzir em latim algumas das formas mais populares da literatura helenística. Os mais notáveis resultados foram as comédias de Plauto e de Terêncio, que procuraram imitar a "Comédia Nova" de Menandro; os versos apaixonados de Catulo; as obras históricas de Salústio, que, a despeito de suas tendências cesaristas, podem ser classificadas como as mais científicas que

se escreveram em Roma; e as cartas, ensaios e orações de Cícero, que são em geral consideradas como os mais primorosos exemplos de prosa latina.

Alguns dos primeiros escritores romanos chegam, por vezes, quase a igualar a originalidade e o requinte artístico dos gregos da época clássica. Plauto, por exemplo, revela, de quando em quando, ineditismo de pontos de vista, percepção filosófica e capacidade para a sátira social. Sendo de origem humilde, comprazia-se em ridicularizar os costumes e as instituições tão caras às classes respeitáveis. Permitiu, no entanto, que o seu gênio fosse falseado por uma excessiva submissão aos caracteres e aos temas comuns à comédia helenística. Depois dele, o drama latino degenerou num formalismo sem vida. O outro dos mais originais escritores desse período foi Catulo (84-54 a.C.), um dos maiores poetas líricos de todos os tempos. É mais conhecido pelos seus poemas de amor apaixonado, que descrevem as torturas do seu "rabicho" pela esposa dissoluta de um político proeminente. Durante anos não foi capaz de se libertar dessa paixão. embora enlouquecido pelos ciúmes. Mas nem toda a sua poesia se prendia à expressão de emoções pessoais. Parece ter sido um ardente republicano, e na última parte de sua vida escreveu grosseiras sátiras contra Pompeu e César, pelas suas ambições demagógicas.

A conquista do mundo helenístico acelerou o processo de mudança social que começara com as guerras púnicas. Os efeitos patentearam-se com toda a evidência no desenvolvimento do luxo, na maior cisão entre as classes e num novo surto da escravidão. O povo da península itálica, que orçava por dois milhões no fim da república, viera a se dividir em quatro castas principais: a aristocracia, os équites, os cidadãos e os escravos. A aristocracia compreendia a classe dos senadores, num total de trezentos cidadãos e suas famílias. A maioria deles herdava a categoria, embora ocasionalmente pudesse um plebeu conseguir admissão ao senado depois de ter exercido o consulado durante um ano. Grande parte dos aristocratas ganhava a vida como detentores de cargos públicos ou proprietários de latifúndios. A ordem dos

équites, ou cavaleiros, era formada de contratadores do governo, banqueiros e dos mercadores mais ricos. A princípio esta classe foi formada pelos cidadãos que possuíam rendas suficientes para capacitá-los a servir, à sua própria custa, na cavalaria, mas o termo équites passou depois a ser aplicado a todos os que, não pertencendo à classe senatorial, possuíam propriedades que excedessem um valor aproximado de 20.000 dólares. Os cavaleiros eram os principais responsáveis pelos gostos vulgares e pela exploração dos pobres e dos camponeses. Como banqueiros, habitualmente cobravam juros de 12% e três ou quatro vezes mais quando podiam. A grande maioria dos cidadãos era composta de plebeus. Alguns deles eram lavradores independentes, outros eram trabalhadores industriais, mas o maior número pertencia à plebe cidadina. Quando Júlio César tornou-se ditador, 320.000 cidadãos estavam literalmente sendo sustentados pelo estado.

Os escravos romanos não eram considerados propriamente como homens, mas como instrumentos de produção, como bois ou cavalos cujo trabalho se tratava de explorar em proveito de seus amos. Não obstante alguns deles serem estrangeiros bem educados e inteligentes, não possuíam nenhum dos privilégios concedidos aos escravos de Atenas. A política de seus senhores era tirar deles o máximo possível de trabalho durante os anos da mocidade e, depois, libertá-los para serem alimentados pelo estado quando se tornassem velhos e inúteis. Constitui um triste comentário da civilização romana o fato de que quase todo o trabalho produtivo do país era feito por escravos. Praticamente produziam quase todo o suprimento alimentar da nação, pois era bem insignificante a contribuição dos poucos agricultores independentes que ainda restavam. Pelo menos 80% dos operários empregados nas fábricas ou nas lojas eram escravos ou antigos escravos. Muitos componentes da população servil estavam, contudo, empregados em atividades não produtivas. Uma forma lucrativa de investimento para a classe dos negociantes era a propriedade de escravos treinados como gladiadores, que se podiam alugar ao governo, ou a candidatos políticos, para ser utilizados na recreação do povo. O

desenvolvimento do luxo também exigia o emprego de milhares de escravos no serviço doméstico. Um homem de grande fortuna devia ter seus porteiros, liteireiros, correios (uma vez que o governo da república não possuía serviço postal), criados particulares e pedagogos ou tutores dos filhos. Em algumas grandes vivendas havia criados especiais com a única incumbência de friccionar o amo após o banho ou cuidar de suas sandálias.

As crenças religiosas dos romanos tinham-se alterado de várias maneiras nos últimos dois séculos da república, devido primordialmente à extensão do poderio romano sobre a maior parte dos estados helenísticos. Primeiro surgiu a tendência das classes superiores a abandonar a religião tradicional e abraçar as filosofias do estoicismo e do epicurismo. Mas muitos indivíduos do povo também acharam que não mais os satisfazia a adoração dos antigos deuses. Era muito formal e mecânica, e exigia demasiado no tocante ao dever e ao auto-sacrifício para preencher as necessidades das massas, cujas vidas se tinham tornado vazias e sem sentido. Além disso, a Itália atraía uma onda de imigrantes do Oriente, grande parte dos quais tinham uma formação religiosa totalmente diversa da dos romanos. Resultou daí uma rápida propagação dos mistérios orientais, que satisfaziam aos anseios de uma religião mais emotiva e ofereciam a recompensa de uma imortalidade bem-aventurada aos miseráveis e humilhados da terra. Do Egito veio o culto de Ísis e de Osíris (ou Sarápis, como era então chamado comumente o deus), ao mesmo tempo que era trazida da Frigia a adoração da Deusa-Mãe, com seus sacerdotes eunucos e suas orgias selvagens e simbólicas. A atração exercida por esses cultos era tão forte que os decretos do senado contra eles se tornaram impotentes. No último século a.C. penetrou na Itália o culto persa do mitraísmo, destinado a sobrepujar mais tarde todos os outros em popularidade.

6. O PRINCIPADO OU PERÍODO INICIAL DO IMPÉRIO

(27 a.C. - 284 d.C.)

Pouco antes de morrer, em 44 a.C., Júlio César adotara como único herdeiro seu sobrinho-neto Otávio, então um moço de dezoito anos que estudava sossegadamente na Ilíria, no outro lado do Mar Adriático. Sabendo da morte do tio, Otávio apressou-se a voltar a Roma para assumir o controle do governo. Logo verificou que tinha de compartilhar suas ambições com dois poderosos amigos de César: Marco Antônio e Lépido. No ano seguinte, os três formaram uma aliança com o fim de esmagar o poder da facção aristocrática responsável pelo assassinio de César. Os métodos empregados não recomendaram os novos chefes. Os membros proeminentes da aristocracia foram perseguidos e mortos, e suas propriedades confiscadas. A mais famosa das vítimas foi Cícero, brutalmente assassinado pelos soldados de Marco Antônio. Embora Cícero não tivesse participado da conspiração contra a vida de César, era temido como o mais brilhante defensor da antiga constituição. Os verdadeiros assassinos - Bruto e Cássio - fugiram e organizaram um exército de 80.000 republicanos, mas foram finalmente derrotados por Otávio e seus companheiros, em 42 a.C. Mais ou menos oito anos depois, surgiu entre os próprios coligados uma desinteligência, inspirada principalmente pela inveja que Marco Antônio tinha a Otávio. O desfecho final, em 31 a.C., foi a ascensão triunfal do herdeiro de César como o homem mais poderoso do estado romano.

A vitória de Otávio inaugurou um novo período da história de Roma, o mais glorioso e próspero conhecido pela nação. Ainda que estivessem longe de ser resolvidos os problemas de ordem e de paz, findara-se a mortal contenda civil e o povo teve então a primeira oportunidade de mostrar o que os seus talentos podiam realizar. Diversamente de seu eminente tio, parece que Otávio não alimentava ambições despóticas. Estava decidido, em todo caso, a

preservar as formas, se não a substância do governo constitucional. Aceitou os títulos de Augusto e de Imperador, conferidos pelo senado e pelo exército. Ocupou vitaliciamente os cargos de pró-cônsul e de tribuno, mas recusou fazer-se ditador ou mesmo cônsul para toda a vida, a despeito dos pedidos da plebe para que assim fizesse. O título que preferia para designar sua autoridade era o de Princeps, ou Primeiro Cidadão do Estado. Por essa razão o período de seu governo e do de seus sucessores leva o nome de Principado, ou primeiro período do Império, a fim de distingui-lo do período da República (século VI a.C. a 27 a.C.) e do segundo período do Império (284-476).

Otávio, ou Augusto, como passou a ser mais comum ente chamado, governou a Itália e as províncias durante quarenta e quatro anos (31 a.C. 14 d.C.). No começo desse período governou pela força militar e pelo consentimento geral, mas em 27 a.C. o senado deu-lhe a série de cargos e títulos já citados. Sua obra, como estadista, igualou pelo menos em importância a de seus mais famosos predecessores. Entre as reformas de Augusto contam-se o estabelecimento de novas formas de taxaço, a criação de um sistema centralizado de tribunais, sob sua fiscalizaço direta, e a concessão de considerável autonomia administrativa às cidades e províncias. Lançou os fundamentos de um aperfeiçoado serviço postal para toda a naço. Insistia na experiência e na inteligência como qualidades essenciais à nomeaço para os cargos administrativos. Na sua qualidade de pró-cônsul, assumiu o controle direto dos governadores provinciais e puniu severamente os desvios de dinheiro e extorsões. Aboliu o antigo sistema de arrematar a cobrança dos impostos nas províncias, que dera lugar a tantos abusos flagrantes, e designou representantes pessoais para a arrecadaço, com vencimentos fixos. Não se limitou, porém, às reformas políticas. Fez promulgar leis que tinham por fim impedir os males sociais e morais mais notórios do tempo: o divórcio, a limitaço da prole e o adultério. Pela moderaço de sua própria vida privada procurou desencorajar os hábitos suntuosos e estabelecer um precedente para o retorno às virtudes antigas.

Depois da morte de Augusto, em 14 d.C., Roma teve poucos dirigentes esclarecidos e capazes. Muitos de seus sucessores foram tiranos brutais, que desperdiçaram os recursos do estado e mantiveram o país em agitação com atos de violência sanguinária. Já em 68 a.C. o exército começou a participar da escolha do Princeps, do que resultou ser o chefe do governo, em várias ocasiões, pouco mais que um ditador militar. Entre 235 e 284 dominou completa anarquia dos vinte e seis homens que nessa época ocuparam o poder, somente um escapou à morte violenta. Na realidade, nos 270 anos que se seguiram à morte de Augusto, Roma teve no máximo quatro ou cinco imperadores que mereçam referências abonadoras. A lista poderia incluir Nerva (96-98), Trajano (98-117), Antonino Pio (138-161), Marco Aurélio (161-180) e talvez Vespasiano (70-79) e Adriano (117-138).

Como pode ser explicado esse quase fracasso do gênio político dos romanos no melhor período de sua história? Admite-se em geral ter sido isso causado pela ausência de uma lei definida que regulasse a sucessão hereditária no cargo de Princeps. Mas tal explicação baseia-se num conceito completamente errado da natureza da constituição romana nesse tempo. O governo que Augusto estabeleceu não pretendia ser uma monarquia. Embora o Princeps fosse virtualmente um autocrata, a autoridade de que gozava emanava, em princípio, exclusivamente do senado e do povo de Roma, não havendo um direito ao governo inerente à descendência imperial. Conseqüentemente, a explicação precisa ser procurada em outros fatores. Os romanos estavam então colhendo a tempestade que fora semeada nas lutas civis dos fins da república. Tinham-se acostumado à solução pela violência dos problemas difíceis. Além disso, as longas guerras de conquista e o esmagamento das revoltas dos bárbaros rebaixaram o valor da vida humana aos olhos do próprio povo e favoreceram o alastramento do crime. Em conseqüência disso, era praticamente inevitável que homens de caráter corrompido conseguissem guindar-se aos mais altos cargos políticos.

7. A CULTURA E A VIDA NO PRIMEIRO PERÍODO DO IMPÉRIO

Do ponto de vista da variedade de interesses intelectuais e artísticos, o período do Principado sobrepujou todas as outras épocas da história romana. A maior parte desses progressos situa-se, no entanto, entre os anos de 27 a.C. e 200. Foi então que a filosofia romana atingiu sua feição característica. Esse período também conheceu o tímido despertar de um interesse pela ciência, o desenvolvimento de uma arte característica e a produção das melhores obras literárias. Depois do ano 200, a decadência econômica e política sufocou todo desenvolvimento cultural posterior.

O estoicismo era então a filosofia dominante entre os romanos. Ainda persistia a influência do epicurismo, que se exprimia de quando em quando nas obras dos poetas, mas deixara de ser popular como sistema. As razões do triunfo do estoicismo não são difíceis de ser apontadas. Com o seu encarecimento do dever, da autodisciplina e da sujeição à ordem natural das coisas, coadunava-se com as antigas virtudes dos romanos e com os seus hábitos conservadores. Além disso, sua insistência nas obrigações cívicas e sua doutrina de cosmopolitismo tocavam diretamente a mentalidade política romana e o orgulho dum império mundial. Por outro lado, o epicurismo era demasiado negativista e individualista para se harmonizar com as tradições coletivistas da história romana. Parecia não somente repudiar a idéia de qualquer finalidade no universo, mas até negar o valor do esforço humano. Uma vez que os romanos eram antes homens de ação que pensadores especulativos, o ideal epicurista do filósofo solitário, mergulhado no problema de sua própria salvação, não podia atraí-los em definitivo. É preciso notar, no entanto, que o estoicismo desenvolvido nos dias do Principado era algo diferente do de Zenon e de sua escola. As antigas teorias físicas tomadas de Heráclito tinham sido repudiadas e um interesse mais amplo pela política e pela ética tomara-lhes o lugar. Havia também, no

estoicismo romano, certa tendência a assumir um sabor mais caracteristicamente religioso do que se observava na filosofia original.

Três apóstolos eminentes do estoicismo viveram e ensinaram em Roma, nos dois séculos que se seguiram ao governo de Augusto: Sêneca (3 a.C. - 65), um milionário que foi durante certo tempo conselheiro de Nero; Epicteto, o escravo (60? - 120); e o imperador Marco Aurélio (121-180). Todos eles concordavam em ser a serenidade íntima o fim último a desejar e em que a verdadeira felicidade só pode ser encontrada na submissão à benevolente ordem do universo. Pregavam o ideal da virtude pela virtude, deploravam a depravação da natureza humana e incitavam a que se obedecesse à consciência como voz do dever. Sêneca e Epicteto adulteraram sua filosofia com anseios tão profundamente místicos, que quase a tornaram uma religião. Adoravam o cosmos como algo de divino, governado por uma Providência todopoderosa que ordena tudo o que acontece visando um fim superior. A submissão à ordem da natureza equivalia, assim, a se colocar em harmonia com a vontade de Deus e era, por conseguinte, concebida como um dever religioso. O último dos estóicos romanos, Marco Aurélio, era mais fatalista e alimentava menos esperanças. Embora não rejeitasse a concepção de um universo ordenado e racional, não partilhava nem a fé nem o dogmatismo dos primeiros estóicos. Não confiava numa imortalidade bem-aventurada para equilibrar os sofrimentos dos homens na vida terrestre. Vivendo numa época melancólica, inclinava-se a conceber o homem como uma criatura maltratada pela sorte e para quem não servia de consolo a perfeição do cosmos. Não obstante, insistia que os homens deviam continuar a viver nobremente, não se abandonando a uma sensualidade grosseira nem prorrompendo em irritados protestos, mas extraíndo a maior satisfação possível duma digna resignação ao sofrimento e da tranqüila submissão à morte.

As realizações literárias dos romanos ligavam-se diretamente à sua filosofia, o que é particularmente manifesto nos trabalhos dos escritores mais notáveis da época de Augusto. Horácio, por

exemplo, nas suas famosas Odes, serve-se com abundância dos ensinamentos tanto dos epicuristas como dos estóicos. Limitou-se, no entanto, ao interesse pelas doutrinas no que diziam respeito à conduta da vida, pois, como a maioria dos romanos, tinha pouca curiosidade de conhecer a natureza do mundo. Desenvolveu uma filosofia que combinava a justificação epicurista do prazer com a bravura estóica em face da adversidade. Embora nunca reduzisse o prazer a uma mera ausência de dor, era bastante atilado para saber que só é possível experimentar o mais alto prazer pelo exercício do controle racional. Talvez os versos seguintes expressem, tão bem como quaisquer outros, a essência de sua concepção da vida:

Sê forte na desgraça; encara a dor
Com fronte altiva; mas quando o vento
É favorável demais, sê não menos prudente
E reduz o pano.

Do mesmo modo Vergílio dá uma amostra do espírito filosófico dessa época. Embora suas Églogas se prendessem até certo ponto ao ideal epicurista do prazer tranqüilo, Vergílio era antes um estóico. Sua visão utópica de uma era de paz e de abundância, seu melancólico sentimento da tragédia do destino humano, sua idealização de uma vida em harmonia com a natureza indicam uma herança intelectual semelhante à de Sêneca e de Epicteto. A mais famosa obra de Vergílio - a Eneida é, como muitas Odes de Horácio, uma glorificação propositada do imperialismo romano. Ela é, de fato, uma epopéia imperial, contando os trabalhos e os triunfos da fundação do estado, suas tradições gloriosas e seu destino magnífico. Os únicos outros grandes escritores da época de Augusto foram Ovídio e Tito Lívio. O primeiro, o maior dos poetas elegíacos romanos, foi o representante principal das tendências cínicas e individualistas de seu tempo. Suas obras, ainda que brilhantes e sagazes, por vezes refletem os gostos dissolutos do tempo e a popularidade delas dá uma triste amostra do malogro dos esforços de Augusto na regeneração da sociedade

romana. A maior credencial de Tito Lívio reside na sua habilidade como estilista. Como historiador, era lastimosamente deficiente. Seu mais importante trabalho - uma história de Roma está repleto de narrativas dramáticas e pitorescas que pretendem antes despertar emoções patrióticas do que apresentar uma verdade imparcial.

A literatura do período que se seguiu à morte de Augusto também mostrava tendências intelectuais e sociais em conflito. Os romances de Petrônio e de Apuleu e os epigramas de Marcial são exemplos de um gênero individualista que geralmente se consagra à descrição aos aspectos mais mesquinhos da vida. A atitude dos autores é amoral: seu objetivo não é instruir ou nobilitar o espírito, mas contar uma história divertida ou tornejar uma frase satírica. Um ponto de vista completamente diverso é o apresentado pelas obras dos outros autores mais importantes da época: Juvenal, o satírico, e Tácito, o historiador. Juvenal escreveu sob a influência dos estóicos, mas com acanhada inteligência e visão estreita. Laborando em erro ao julgar que as vicissitudes da nação eram devidas à degenerescência moral, criticava os vícios de seus conterrâneos com a fúria de um evangelista. Atitude algo semelhante caracteriza a obra de Tácito, seu contemporâneo mais jovem. Tácito, que foi o mais famoso dos historiadores romanos, descreveu os acontecimentos de sua época não inteiramente com o propósito de realizar uma análise científica, mas em grande parte com o fim de fazer uma acusação moral. Nos Anais e nas Histórias, pintou um quadro sombrio de caos político e de corrupção social. A descrição que faz dos costumes dos antigos germanos, na Germânia, servia para salientar o contraste entre as virtudes varonis de uma raça incorrupta e os vícios afeminados dos romanos decadentes. Quaisquer que sejam seus deméritos como historiador, era um mestre da ironia e do aforismo brilhante. Referindo-se à jactanciosa Pax Romana, faz com que um capitão bárbaro diga: "Criaram um deserto e chamam a isso paz".

O período do Principado foi aquele em que, pela primeira vez, a arte romana assumiu o caráter especial de expressão da vida nacional. Antes dês se tempo, o que passava por arte de Roma na

verdade era importado do Oriente helenístico. Os exércitos conquistadores trouxeram para a Itália carros carregados de estátuas, relevos e colunas de mármore, como parte do saque da Grécia e da Ásia Menor. Tais peças se tornaram propriedade dos publicanos e dos banqueiros ricos e foram utilizadas como adorno em suas mansões suntuosas. Aumentando a procura, fizeram-se centenas de cópias, resultando daí que, no fim da república, Roma chegou a possuir uma profusão de objetos de arte que não tinham maior significação cultural do que Rembrandts e Botticellis em casa de algum corretor moderno. A aura de glória nacional que envolveu o começo do Principado estimulou o desenvolvimento de uma arte mais essencialmente indígena. O próprio Augusto se jactava de ter encontrado em Roma uma cidade de tijolos e de ter deixado uma cidade de mármore. Permaneceu, contudo, boa parte da antiga influência helenística até que se esgotasse o talento dos próprios romanos

As artes que melhor exprimiram o caráter dos romanos foram a arquitetura e a escultura. Ambas eram monumentais, pretendendo simbolizar antes o poder e a grandeza do que a liberdade do espírito ou a alegria de viver. Como elementos fundamentais, a arquitetura contava o arco redondo, a abóbada e a cúpula, embora fosse, às vezes, empregada a coluna coríntia, especialmente, na construção dos templos. Os materiais mais comumente usados eram o tijolo, os blocos esquadriados de pedra e o concreto, sendo este último em geral recoberto com um revestimento de mármore. Freqüentemente adicionavam-se como adorno, nas construções públicas, entablamentos esculpidos e fachadas, construídos sobre colunatas ou arcadas. Copiando modelos helenísticos e mostrando pequena relação com o resto da estrutura, a maioria desses artifícios decorativos eram vulgares e incongruentes. A arquitetura romana dedicou-se, principalmente, a fins utilitários. Os mais notáveis exemplos eram edifícios públicos, anfiteatros, banhos públicos, estádios para corridas e casas particulares. Quase todos eram de proporções maciças e de construção sólida. Entre os maiores e mais famosos contavam-se o Panteon, cuja cúpula tinha um diâmetro de quase 45 metros, e o Coliseu, que podia acomodar

65.000 espectadores por ocasião dos combates de gladiadores. A escultura romana incluía como formas principais os arcos de triunfo e as colunas, os relevos narrativos, altares, bustos e estátuas. Eram seus caracteres distintivos a individualidade e o naturalismo. Ainda mais do que a própria arquitetura, servia para expressar a vaidade e o culto do poder da aristocracia romana, muito embora algumas dessas obras se salientassem por raras qualidades de harmonia e de graça.

Como cientistas, os romanos realizaram relativamente pouco, tanto nesse como em qualquer outro período. Raramente um homem de sangue latino fez qualquer descobrimento de importância fundamental. Tal fato parece estranho quando nos lembramos de que os romanos desfrutavam a vantagem de ter como fundamento para a sua, a ciência helenística. Desprezaram, porém, a oportunidade quase completamente. Por quê? Em primeiro lugar, isso se devia à circunstância de estarem os romanos absorvidos em problemas de governo e de conquista militar. Forçados a se especializar em direito, política e estratégia, tinham pouco tempo para investigar a natureza. Uma razão mais importante era terem eles um espírito demasiadamente prático. Não possuíam nem aquele fogo divino que impele o homem a se perder na procura de um conhecimento ilimitado, nem uma vigorosa curiosidade intelectual a respeito do mundo em que viviam. Em resumo, não eram filósofos. Contrariamente à noção popular, o espírito prático não é por si mesmo condição suficiente para levar muito longe o progresso científico. A ciência moderna teria sem dúvida morrido de inanição, há muito tempo, se dependesse exclusivamente do trabalho de inventores e tecnólogos.

Devido, sobretudo, a essa falta de talento para a ciência pura, as realizações dos romanos limitaram-se quase inteiramente à engenharia e à organização de serviços públicos. Construíram maravilhosas estradas, pontes e aquedutos. Dotaram a cidade de Roma de um suprimento diário de água superior a 1 bilhão de litros. Instalaram os primeiros hospitais do mundo ocidental e o primeiro sistema de medicina pública em benefício da classe pobre. Mas os seus escritores científicos eram deploravelmente

destituídos de espírito crítico. O mais afamado e típico deles foi Plínio o Velho, que em 77 d.C. completou uma volumosa enciclopédia de "ciência", a que chamou História Natural. A obra era reconhecidamente uma compilação, que se supõe baseada nos escritos de quase 500 autores diferentes. Os assuntos discutidos variam desde a cosmologia até a economia. A despeito da riqueza de materiais que contém, o trabalho é de valor limitado. Plínio era totalmente incapaz de distinguir entre um fato e uma lenda. Dava às histórias mais fantásticas de prodígios e presságios o mesmo valor que aos fatos mais solidamente comprovados. Descrevia as maravilhas de um povo primitivo que tinha os pés voltados para trás, de um país onde as mulheres concebiam na idade de cinco anos e morriam na de oito, de um peixinho do Mediterrâneo que fazia parar os navios pela sua mera aderência a eles. Outro conhecido autor de uma enciclopédia científica foi Sêneca, o filósofo estoíco, que a mandado de Nero se suicidou em 65 d.C. Sêneca era menos crédulo que Plínio, mas não apresentava maior originalidade. Além disso, afirmava que o fim de todo estudo científico deveria ser divulgar os segredos morais da natureza. Se algum latino existiu que possa ser considerado como um cientista original, foi Celso, que floresceu durante o reinado de Tibério. Celso escreveu um criterioso tratado de medicina, incluindo um excelente manual de cirurgia, mas há fortes suspeitas de que todo o trabalho tenha sido compilado, se não mesmo traduzido do grego. Entre as operações descritas por ele contam-se a extração de amídalas, operações de catarata e de papo, e a cirurgia plástica.

Não estaria completa a exposição dos aspectos científicos da civilização romana se não se mencionasse o trabalho dos cientistas helenísticos que viveram na Itália ou nas províncias durante o período do Principado. Quase todos eram médicos. O mais notável, apesar de aparentemente não ser o mais original, foi Galeno de Pérgamo, que exerceu sua atividade em Roma por várias vezes, na última metade do século II. Embora sua fama resida principalmente na enciclopédia médica em que sistematiza os ensinamentos alheios, merece mais consideração pelos seus

próprios experimentos, que por pouco não o levaram a descobrir a circulação do sangue. Não somente ensinou, mas também provou que as artérias conduzem sangue e que o secionamento da menor delas é suficiente para exaurir todo o sangue do corpo em pouco mais de meia hora. Mas Galeno não foi o único médico helenístico que nesse tempo contribuiu com ensinamentos importantes. Ao menos dois outros têm credenciais para merecer mais consideração do que lhes é comumente dispensada: Sorano de Éfeso, o maior ginecologista da antiguidade e inventor do espéculo; e Rufo de Éfeso, que fez a primeira descrição exata do fígado e do ritmo do pulso, sendo também o primeiro a recomendar a fervura da água suspeita antes de ser bebida.

A sociedade romana mostrou, sob o Principado, as mesmas tendências gerais que nos últimos dias da república. Podem ser salientadas, no entanto, algumas diferenças significativas. A escravidão começou a declinar, graças à influência da filosofia estóica e à abundância de trabalho livre. A despeito dos esforços de Augusto para limitar a alforria dos escravos, cresceu constantemente o número de homens livres. Imiscuíram-se por quase todos os campos de atividade, inclusive o funcionalismo civil. Muitos conseguiram tornar-se proprietários de pequenas casas de comércio e alguns mesmo enriqueceram. O desenvolvimento da instituição da clientela não é estranho a esse movimento. Os cidadãos que tinham perdido suas propriedades ou se viam excluídos dos negócios pela concorrência de libertos empreendedores, tornavam-se amiúde "clientes" ou dependentes de aristocratas ricos. Em troca de pequena remuneração em alimentos ou dinheiro, essa "nobreza esfarrapada" servia os grandes magnatas, aplaudindo-lhes os discursos e bajulando-os quando apareciam em público. Tornou-se praticamente obrigatório para todos os homens de grande fortuna o costume de manter uma comitiva desses miseráveis adúladores.

Embora se exagerem freqüentemente os fatos, o período do Principado parece ter sido uma época de decadência moral. O divórcio tornou-se tão comum entre as altas classes, que nem mais se comentava. De acordo com os registros, havia em Roma,

durante o reinado de Trajano, 32.000 prostitutas e, a julgar pelo testemunho de alguns dos mais famosos escritores, era muitíssimo comum o homossexualismo e até estava na moda. Parece que os crimes de violência aumentavam enquanto a corrupção política era submetida a um controle mais severo. Mas a mais séria acusação moral que se pode fazer contra essa época diz respeito ao desenvolvimento do gosto pela crueldade. Os grandes jogos e espetáculos tornaram-se mais sanguinários e revoltantes que nunca. Os romanos não achavam mais graça em meras exhibições de proezas atléticas; exigia-se até dos pugilistas que enrolassem nas mãos tiras de couro cheias de ferro ou chumbo. O mais popular de todos os divertimentos eram os combates de gladiadores no Coliseu ou em outros anfiteatros, capazes de acomodar milhares de espectadores. As lutas entre gladiadores não eram absolutamente novidade, mas assumiram, então, um caráter muito mais requintado. Não somente assistia a elas o canalha ignorante, mas também ricos aristocratas e freqüentemente o próprio chefe do governo. Armados de lança ou adaga, os dois gladiadores lutavam com o acompanhamento de gritos selvagens e pragas do público. Quando um dos combatentes caía ferido, incapaz de prosseguir na luta, era privilégio da multidão decidir se devia ser poupado ou se a adaga adversária devia mergulhar no seu coração. No decorrer de um único espetáculo as lutas sucediam-se uma após outra. Se a arena ficava muito embebida de sangue, era recoberta com uma camada da areia e o odioso programa continuava. Grande parte dos gladiadores eram sentenciados ou escravos, mas alguns eram voluntários, pertencentes mesmo a classes respeitáveis. O imperador Cômodo, indigno filho de Marco Aurélio, entrou na arena várias vezes, requestando os aplausos da multidão.

Não obstante seu baixo nível moral, a época do Principado caracterizou-se por um interesse ainda mais profundo pelas religiões salvadoras do que sucedeu na República. O mitraísmo conquistou nessa época milhares de adeptos, absorvendo a maioria dos devotos da Deusa-Mãe e de Ísis e Sarápis. Aproximadamente em 40 d.C., apareceram em Roma os primeiros

cristãos. A nova seita cresceu rapidamente e conseguiu por fim derrubar o mitraísmo de sua posição de mais popular dos cultos, Durante algum tempo o governo romano não se mostrou mais hostil em relação ao cristianismo do que o fora com as outras religiões místicas. Embora seja verdade que Nero mandou matar alguns membros da seita, pois necessitava de um bode expiatório para o desastroso incêndio de 64 d.C., não houve qualquer perseguição sistemática dos cristãos até o reinado de Décio, aproximadamente duzentos anos depois. Mesmo nessa época, a perseguição foi inspirada mais por considerações políticas e sociais do que por motivos religiosos. Devido ao seu interesse pelas coisas extraterrenas e a sua recusa aos juramentos costumeiros nos tribunais ou a participar da religião cívica, os cristãos eram considerados como cidadãos desleais e elementos perigosos. Além disso, seus ideais de humildade e de não resistência, sua pregação contra os ricos e o costume de celebrar reuniões que pareciam secretas fizeram com que os romanos suspeitassem deles como inimigos da ordem estabelecida. Por fim a perseguição tornou-se contraproducente. Intensificou o zelo dos que sobreviveram, resultando daí que a nova fé se espalhou mais rapidamente do que nunca.

O estabelecimento, por Augusto, de um governo estável inaugurou um período de prosperidade para a Itália, o qual durou mais de dois séculos. O comércio estendeu-se a todas as partes do mundo conhecido, chegando mesmo à Arábia, à Índia e à China. A manufatura alcançou proporções apreciáveis, particularmente no que se refere à cerâmica, produtos têxteis e artigos de metal e vidro. Como resultado do método de rotação de culturas e da técnica da fertilização do solo, a lavoura floresceu como nunca. Apesar disso, a situação econômica estava longe de poder ser considerada sólida. A prosperidade não era uniformemente distribuída, mas limitava-se às classes superiores. Uma vez que persistia tão forte quanto no passado o estigma ligado ao trabalho manual, a produção forçosamente tinha que diminuir com o declínio do número de escravos. Pior ainda era o fato de ter a Itália uma balança de comércio decididamente desfavorável. O pequeno

desenvolvimento industrial que se verificara não era de modo algum suficiente para fornecer um número razoável de artigos de exportação, a fim de compensar a procura de artigos de luxo importados das províncias e do exterior. Conseqüentemente, a Itália aos poucos exauriu sua reserva de metais preciosos. No século III eram já evidentes os sinais de um colapso econômico.

8. O DIREITO ROMANO

Há uma geral concordância em afirmar que o legado mais importante deixado pelos romanos às culturas que os sucederam foi o seu sistema de direito. Esse sistema resultou de uma evolução gradual, que podemos considerar como tendo começado com a proclamação da Lei das Doze Tábuas, aproximadamente em 445 a.C. Nos últimos anos da república, a Lei das Doze Tábuas foi modificada e praticamente invalidada pelo desenvolvimento de novos precedentes e princípios. Estes se originaram de várias fontes: das modificações dos costumes, dos ensinamentos dos estóicos, das decisões dos juízes, mas especialmente dos editos dos pretores. Os pretores romanos eram magistrados que tinham autoridade para definir e interpretar a lei em cada processo e emitir instruções ao júri para a decisão de cada caso. O júri decidia tão-só questões de fato; todas as questões de direito eram decididas pelo pretor e geralmente suas interpretações tornavam-se preceitos firmados para decisões, no futuro, de casos semelhantes. Foi assim erigido um sistema de jurisprudência que de certa maneira se assemelha à common law dos ingleses.

Foi sob o Principado, no entanto, que o direito romano atingiu seu mais alto desenvolvimento. Este último progresso deveu-se, em parte, à expansão do direito num campo mais amplo de jurisdição, abrangendo as vidas e propriedades dos estrangeiros, bem como dos cidadãos da Itália. Mas a razão primordial foi o fato de Augusto e seus sucessores terem dado a certos juristas eminentes o direito de expender opiniões, ou resposta, como eram chamadas, nos

processos em julgamento nos tribunais. Os mais ilustres desses homens nomeados periodicamente foram Gaio, Ulpiano, Papiniano e Paulo. Embora muitos deles ocupassem altos postos da magistratura, tinham originalmente ganho reputação como advogados e autores de obras jurídicas. As respostas desses juristas vieram a formar uma ciência e uma filosofia do direito e foram aceitas como bases da jurisprudência romana. Exemplo típico do respeito do romano pela autoridade foi o serem as idéias desses homens adotadas prontamente, mesmo quando destruíam crenças consagradas pela tradição, como às vezes acontecia.

O direito romano, tal como se desenvolveu sob a influência dos juristas, compreendia três grandes ramos ou divisões: o jus civile, o jus gentium e o jus naturale. O jus civile era essencialmente a lei de Roma e de seus cidadãos. Como tal existia tanto na forma escrita como na não escrita. Incluía os estatutos do senado, os decretos do Princeps, os editos dos pretores e também alguns costumes antigos que tinham força de lei. O jus gentium era a lei considerada comum a todos os homens, sem levar em consideração a sua nacionalidade. Era ele que autorizava as instituições da escravidão e da propriedade privada e definia os princípios da compra e venda, das sociedades e do contrato. Não era superior ao direito civil, mas o completava, aplicando-se especialmente aos habitantes estrangeiros do império.

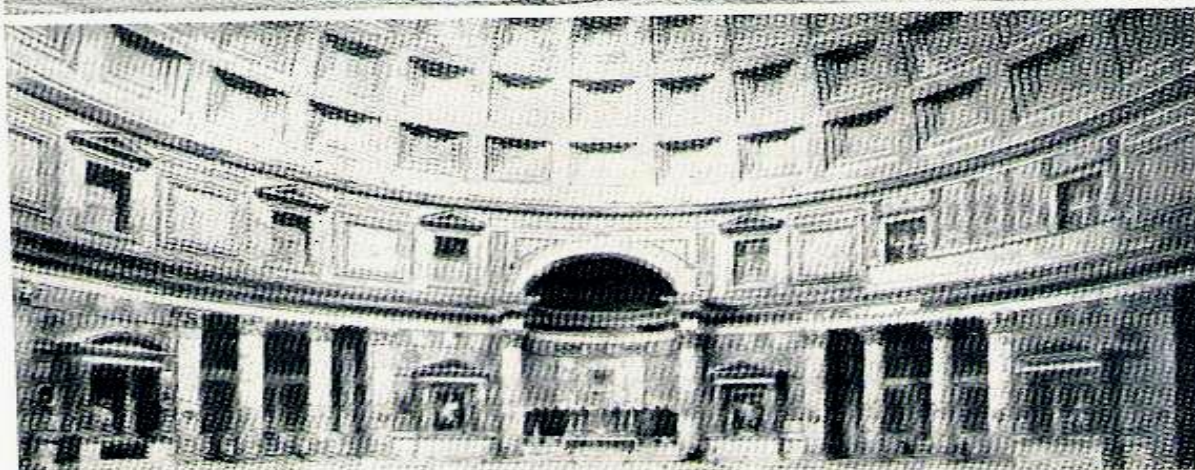
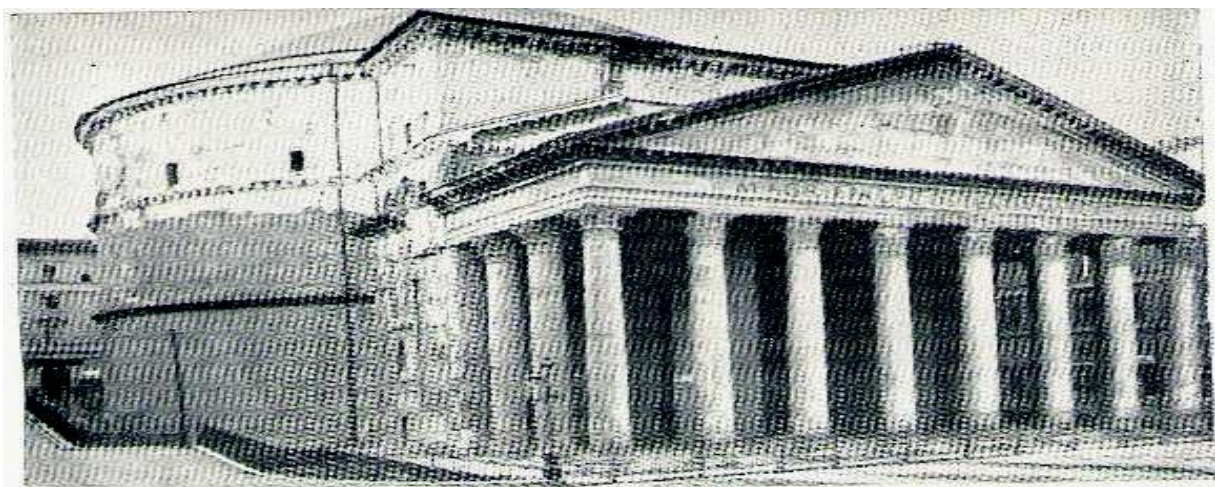
O ramo mais interessante, e em muitos aspectos o mais importante do direito romano, era o jus naturale ou direito natural. Não era absolutamente um produto da prática jurídica, mas uma filosofia. Os estóicos tinham desenvolvido a idéia de uma ordem racional da natureza, que é a corporificação da justiça e do direito. Afirmavam que todos os homens são por natureza iguais e detentores de certos direitos que os governos não têm autoridade para transgredir. O pai do direito natural como princípio legal não foi, no entanto, nenhum dos estóicos helenísticos, mas Cícero. "O verdadeiro direito", afirma ele, "é a razão justa, consoante à natureza, comum a todos os homens, constante, eterna. Promulgar decretos contra esta lei é proibido pela religião; nem pode ser ela revogada ainda mesmo parcialmente, nem temos, quer pelo

senado quer pelo povo, o poder de nos livrar dela". Essa lei antecede ao próprio estado e qualquer governante que a desafiar torna-se automaticamente um tirano. Alguns dos últimos estóicos - Sêneca em particular - desenvolveram a doutrina de um estado primordial da natureza em que todos os homens eram iguais e nenhum deles era explorado por outro. Com o tempo, a iniquidade e a cobiça de alguns fizeram nascer a escravidão e a propriedade privada; por esse motivo, o governo tornou-se necessário para a proteção do fraco. Com exceção de Gaio, que identificou o *jus naturale* com o *jus gentium*, todos os grandes juristas subscreveram concepções da lei da natureza, muito semelhantes às dos filósofos. Embora os juristas não considerassem essa lei como uma limitação automática do *jus civile*, pensavam não obstante que ela constituía um grande ideal a que as leis e decretos dos homens eram obrigados a se sujeitar. Constituiu uma das mais nobres realizações da civilização romana esse desenvolvimento do conceito de uma justiça abstrata como princípio legal.

9. O PERÍODO FINAL DO IMPÉRIO (284-476)

O último período da história romana, de 284 a 476, começa com a ascensão de Diocleciano, quando o governo de Roma se tornou finalmente uma indisfarçável autocracia. É verdade que, desde algum tempo, o governo constitucional pouco mais era que uma ficção, mas a partir dessa data qualquer pretensão de manter a república foi posta de lado. Tanto na teoria como na prática, a mudança foi completa. Não mais prevaleceu a doutrina de ser o governante um mero agente do senado e do povo; era agora tido como soberano absoluto, presumindo-se que o povo lhe confiara todo o poder. Diocleciano adotou os atributos e o ritual de um déspota oriental. Substituiu o simples traje militar do *Princeps* por um manto de púrpura bordado de ouro. Exigia que todos os seus súditos, ao serem admitidos em audiência, se prostrassem diante dele. É desnecessário dizer que o senado foi então excluído por

completo do governo. Não foi formalmente abolido, mas reduzido à situação de um conselho municipal e de um clube da plutocracia. A principal razão dessas mudanças políticas encontra-se indubitavelmente no declínio econômico do século III. O povo perdera a confiança em si próprio, como freqüentemente acontece em tais circunstâncias, e estava pronto a sacrificar todos os seus direitos por um tênue vislumbre de segurança.



O Panteon de Roma, construído pelo Imperador Adriano. Dedicado às divindades dos sete planetas, é um testemunho do cosmopolitismo religioso dos romanos. O elemento característico interno é a cúpula, com um diâmetro de mais de 50 metros e que ao cabo de 1800 anos, permanece virtualmente intata. (Foto do "Art Reference Bureau".)



A VIDA E A CULTURA ROMANAS

Busto de Júlio César, mostrando a tendência à individualização da escultura romana no retrato. (Do Bettmann Archive.)

A Maison Carrée, pequeno templo romano com colunas coríntias, em Nîmes, na França.





A CIVILIZAÇÃO BIZANTINA

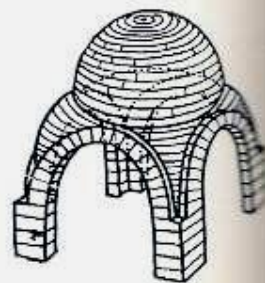
Igreja de Santa Sofia, em Constantinopla, construída por Justiniano no século VI. É um magnífico exemplo de estilo arquitetônico bizantino. A grande cúpula, cobrindo uma área central quadrada,

descansa em quatro arcos maciços e pendentes, isto é, segmentos duma cúpula ainda maior. Ver diagrama. A tremenda pressão oblíqua da cúpula exige o apoio dos dois enormes pilares de cantaria e das meias cúpulas que se vêem na fotografia. Os minaretes e as construções menores foram acrescentados mais tarde pelos árabes.

(Foto do "Art Reference Bureau".)



Contas de um colar. Os artifices bizantinos primavam na joalheria, nos esmaltes, nos brocados e em outros artigos de luxo. (Do Metropolitan Museum of Art.)



Prato de prata representando Davi e Golias, e placa em ouro e esmalte, com a figura de Cristo. (Do Metropolitan Museum of Art.)



Os sucessores de Diocleciano continuaram a manter o sistema de absolutismo. Os mais famosos deles foram Constantino I (306-337), Juliano (360-363) e Teodósio I (378-395). Constantino é mais conhecido por ter fundado uma nova capital, chamada Constantinopla, no lugar da antiga Bizâncio, e pela sua política de tolerância religiosa para com os cristãos. Contrariamente à crença comum, não fez do cristianismo a religião oficial do Império; seus vários editos, expedidos em 313, davam simplesmente ao cristianismo uma igualdade de situação com os cultos pagãos, pondo fim desse modo à política de perseguição. Posteriormente, concedeu certos privilégios ao clero cristão e determinou que seus filhos fossem educados na nova fé, mas continuou a manter o culto imperial. Embora tenha sido aclamado pelos historiadores da Igreja como Constantino o Grande, sua ação favorável ao cristianismo foi originalmente ditada por motivos políticos. Uma geração após a morte de Constantino, o imperador Juliano tentou estimular uma reação pagã. Sofrera a influência da filosofia neoplatônica e considerava o cristianismo um produto de superstições judaicas. Como último dos grandes imperadores pagãos, foi estigmatizado pelos historiadores cristãos com o nome de Juliano, o Apóstata. Outro soberano proeminente de Roma, nesse período de declínio, foi Teodósio I que, a despeito da carnificina de milhares de cidadãos inocentes, por causa de imaginárias acusações de conspiração, também é conhecido pelo cognome de "o Grande". A principal importância do reinado de Teodósio reside em seu decreto de 380, ordenando que se tornassem cristãos ortodoxos todos os seus súditos. Alguns anos depois condenou a participação em qualquer dos cultos pagãos como um ato de traição.

Do ponto de vista do progresso cultural, o período do Império é de pequena significação. Com o estabelecimento de um estado despótico e a degradação do intelecto pelas religiões místicas e extraterrenas foi dado um golpe de morte no talento criador. Os poucos trabalhos literários dessa época se caracterizaram por uma demasiada preocupação com a forma e pelo descuido do conteúdo. Uma retórica estéril e artificial tomou, nas escolas, o

lugar do estudo dos clássicos, ao passo que a ciência se extinguia completamente. À parte os ensinamentos dos Padres da Igreja, que serão discutidos mais adiante, a filosofia dominante da época era o neoplatonismo. Esta filosofia, pretendendo ser uma continuação do sistema de Platão, era na realidade uma extensão das doutrinas dos neopitagóricos e de Filon, o judeu. O primeiro de seus ensinamentos básicos era o emanatismo: tudo o que existe procede de Deus numa corrente contínua de emanções. A fase inicial do processo é a emanção da alma do mundo. Desta provêm as Idéias divinas ou formas espirituais e depois as almas das coisas particulares. A emanção final é a matéria. Mas esta não tem forma ou qualidade própria, é simplesmente a privação do espírito, o resíduo que sobra depois que os raios espirituais emanados de Deus já se consumiram. Segue-se que a matéria deve ser desprezada como símbolo do mal e da escuridão. A segunda grande doutrina neoplatônica era o misticismo. A alma do homem constituía originalmente uma parte de Deus, mas separou-se dele devido à sua união com a matéria. O mais alto fim da vida seria a reunião mística com o divino, que pode ser realizada pela contemplação e pela libertação da alma da sua condição de escrava da matéria. O homem deveria envergonhar-se de possuir um corpo físico e procurar subjugá-la por todos os modos possíveis. Conseqüentemente, o terceiro ensinamento principal dessa filosofia era o ascetismo.

O verdadeiro fundador do neoplatonismo foi Plotino, que nasceu no Egito aproximadamente em 204. Nos últimos anos de sua vida ensinou em Roma e fez muitos discípulos entre as classes superiores. Seus principais sucessores foram Porfírio, Jâmblico e Proclo, tendo cada um deles diluído a filosofia em superstições cada vez mais extravagantes. Apesar do seu ponto de vista antiintelectual e da sua completa indiferença pelo estado, o neoplatonismo tornou-se tão popular em Roma, nos séculos III e IV, que quase suplantou o estoicismo. Fato algum poderia exprimir com mais eloquência a extensão do declínio social e intelectual experimentado pela nação romana.

10. DECADÊNCIA E MORTE

Em 476 O último dos imperadores do Ocidente, o insignificante Rômulo Augústulo, foi deposto e um chefe bárbaro assumiu o título de rei de Roma. Embora esse fato passe comumente por ter assinalado o fim da história romana, não foi na realidade senão o incidente final de um longo processo de desintegração. A queda de Roma não ocorreu com dramática subitaneidade, mas prolongou-se durante cerca de dois séculos. Grande parte da civilização já se extinguiu antes do colapso do Império. Na verdade, para todos os fins práticos a história cultural de Roma, a partir dos meados do século III, pode ser considerada como pertencente à Era de Obscurantismo.

Tem-se escrito mais sobre a queda de Roma do que sobre a morte de qualquer outra civilização. Muitas e variadas têm sido as teorias que surgiram para explicar a tragédia. Historiadores moralistas encontraram a causa nos indícios de libertinagem desenterrados em Pompéia ou revelados nas sátiras de Juvenal e de Marcial. Esqueceram, no entanto, que esse foi um característico do início do Principado e que nos séculos que precederam o colapso do Império, a moralidade tornou-se muito mais austera devido à influência de religiões ascéticas. Historiadores de tendências sociológicas atribuíram a queda ao declínio da natalidade, um fator que freqüentemente tem sido considerado como de mau presságio para o mundo moderno. Mas nada há que possa indicar ter podido Roma salvar-se se tivesse uma população maior. A civilização ateniense atingiu o píncaro de sua glória naqueles mesmos séculos em que mais estritamente se limitou o desenvolvimento da população.

Se há algum fator primário que mais do que qualquer outro tenha contribuído para determinar a queda da civilização romana, foi ele o imperialismo. Quase todos os males que desabaram sobre o país se ligavam de um modo ou de outro à conquista de um grande império. Esse fato foi em grande parte responsável pelo aparecimento da multidão urbana, pelo desenvolvimento da

escravidão, pela discórdia entre as classes e pela clamorosa corrupção política. Também o imperialismo foi parcialmente responsável pelas invasões bárbaras, pela exaustão dos recursos do estado a fim de manter uma imensa máquina militar e pelo influxo de idéias estrangeiras, que os romanos não puderam assimilar prontamente. É, sem dúvida, enganosa a idéia de Roma ter-se tornado uma nação civilizada como resultado de suas conquistas. Em lugar disso, as sucessivas vitórias obtidas fizeram com que o povo dominante se tornasse cobiçoso e prepotente. Na verdade, ela se apropriou de grande parte da cultura helenística depois da conquista do Oriente Próximo, mas os elementos verdadeiramente valiosos dessa cultura acabariam por ser adquiridos de qualquer modo, graças à expansão normal do comércio, ao mesmo tempo que se evitavam as conseqüências maléficas da dominação de vastas áreas pela força.

Merecem análise duas outras causas intimamente relacionadas com o imperialismo. A primeira delas foi a revolução social e econômica que varreu a Itália nos séculos III e IV da nossa era. Essa revolução, radicalmente diversa da ocorrida nos séculos III e II a.C., teve os seguintes característicos: 1) o desaparecimento do dinheiro da circulação e a volta a uma economia natural; 2) o declínio da indústria e do comércio; 3) o crescimento da escravidão e o aparecimento de um feudalismo extralegal; 4) a extensão do controle governamental a grande parte da esfera econômica; e 5) a transição de um regime de iniciativa individual para um regime de condição social hereditária. A causa primária dessa revolução parece ter sido a balança desfavorável do comércio com as províncias. A fim de reprimir o escoamento de metais preciosos do país, o governo, em lugar de fomentar as manufaturas para exportação, valeu-se do arriscado expediente de aviltar a moeda. Nero iniciou essa prática e seus sucessores a continuaram até o ponto em que a proporção de metal vil, na cunhagem romana, chegou a 98,5%. O resultado inevitável foi o desaparecimento do dinheiro da circulação. O comércio não pôde mais manter-se, os salários tinham de ser pagos em alimento e vestuário e os impostos, cobrados em espécie. Isso, por sua vez, ocasionou um

declínio na produção, até que o governo interveio com uma série de decretos que prendiam os camponeses à terra e compeliavam todos os homens das cidades a seguir a ocupação de seus pais. Os grandes proprietários, desde que passaram a ter o controle sobre um grupo numeroso de servos, entrincheiraram-se nas suas propriedades, desafiaram o governo central e governaram como magnatas feudais. O povo das cidades, privado da liberdade de viver sua própria vida, mergulhou aos poucos na miséria e no desespero.

Ninguém pode apresentar uma lista exaustiva das causas da decadência de Roma. Entre outras de menor importância encontram-se as seguintes: 1) a injusta política tributária que pesava mais fortemente sobre a classe média e assim desencorajava o surto de novos empreendimentos econômicos; 2) o estigma social ligado ao trabalho, tendo como resultado a escolha deliberada, por milhares de indivíduos, da condição humilhante de clientes, que eles preferiam ao trabalho útil; 3) a tendência da aristocracia a excluir as massas de qualquer participação efetiva no governo, a despeito da teoria oficial de ser o povo soberano; e 4) as desastrosas pestes de origem asiática, que se desencadearam em 166 e 252 d.C., despovoando partes inteiras da Itália e abrindo, desse modo, o caminho para as incursões bárbaras. A última dessas causas deve ser adicionado o fato de que, não se cultivando as terras ao longo da costa baixa devido à concorrência do trigo das províncias, nelas se alastrou a malária. Não se pode calcular a extensão em que essa doença corroeu o vigor da raça latina, mas deve ter sido considerável.

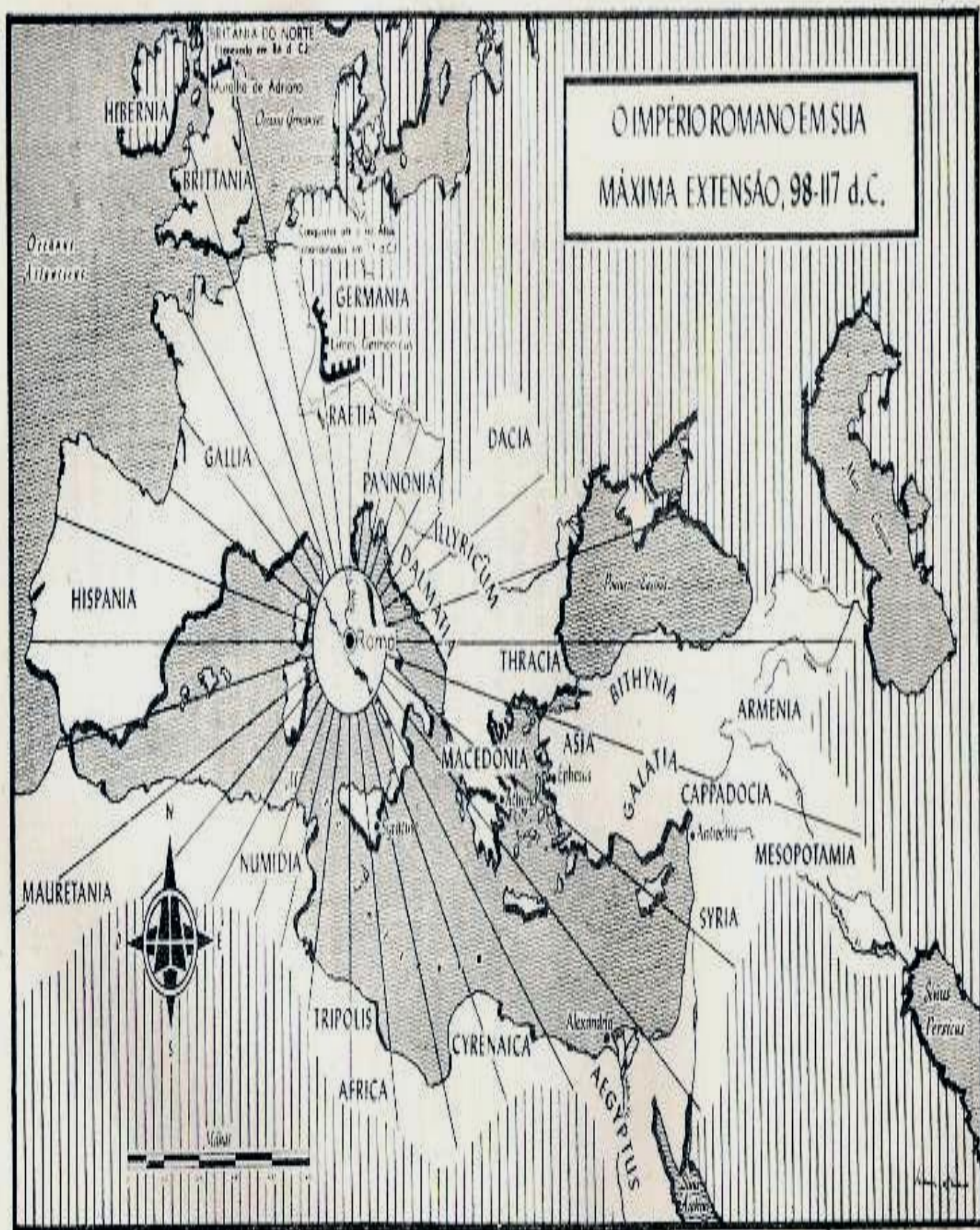
11. A HERANÇA ROMANA

Somos tentados a acreditar que o mundo moderno deve muitíssimo aos romanos: em primeiro lugar, porque Roma está mais perto de nós no tempo do que qualquer outra civilização da antiguidade; em segundo, porque Roma parece mostrar um parentesco muito íntimo com o temperamento moderno. Muitas

vezes se têm salientado as semelhanças entre a história romana e a história da Grã-Bretanha ou da América, nos séculos XIX e XX. A evolução econômica romana cobriu todo o caminho que vai do ruralismo simples até um sistema urbano complexo, com problemas de desemprego, monopólio, enormes diferenças de fortuna e crises financeiras. Do mesmo modo, a sociedade romana teve seus fenômenos "modernos" de divórcio, baixa do nível da natalidade e predileção por divertimentos espetaculares. O Império Romano, à semelhança do que aconteceu com a Inglaterra e os Estados Unidos da América, fundou-se na conquista e em visões de um Destino Manifesto. Não se deve esquecer, no entanto, que o espírito de Roma era o do homem clássico e, conseqüentemente, as semelhanças entre a civilização romana e as modernas não são tão importantes como parecem. Como já salientamos, os romanos desprezavam as atividades industriais e eram incrivelmente ingênuos em assuntos científicos. Não tinham também qualquer idéia do estado nacional moderno; as províncias eram meros apêndices, não sendo consideradas como partes integrantes do organismo político. Foi em grande parte por esta razão que os romanos nunca desenvolveram um sistema adequado de governo representativo. Finalmente, a concepção romana de religião era muitíssimo diferente da nossa. Seu sistema de culto, como o dos gregos, era externo e mecânico, e não íntimo ou espiritual em qualquer sentido. O que o cristão considera como o mais alto ideal de piedade - uma atitude emocional de amor para com o divino - era olhado pelo romano como grosseira superstição. Não obstante, a civilização romana não deixou de exercer uma influência definida sobre as culturas posteriores. A forma, senão o espírito, da arquitetura romana conservou-se na arquitetura eclesiástica da Idade Média e sobrevive até o presente nas linhas da maioria de nossos edifícios públicos. A escultura do tempo de Augusto vive também nas estátuas equestres, nos arcos e colunas comemorativos e nos retratos em pedra dos estadistas e generais que adornam os bulevares e os parques. Embora sujeito a novas interpretações, o direito dos grandes juristas tornou-se parte

importante do Código de Justiniano e assim comunicou-se posteriormente à Idade Média.

Os advogados modernos e especialmente os juízes americanos citam, amiúde, máximas criadas por Gaio ou Ulpiano. Além disso, os códigos de quase todos os países contemporâneos do Continente Europeu incorporaram muito do direito romano. Esse direito teve notáveis repercussões no fortalecimento do direito de propriedade privada. Não deve ser esquecido, ainda, que as obras literárias romanas inspiraram em grande parte o reflorescimento do saber que se espalhou pela Europa no século XII e atingiu seu zênite na Renascença. Talvez não seja bastante conhecido o fato de ter sido a organização da igreja católica, para não falarmos em boa parte de seu ritual, adaptada da estrutura do estado romano e do complexo da religião romana. Por exemplo, o Papa ainda hoje ostenta o título de Sumo Pontífice (Pontifex Maximus), que era usado para designar a autoridade do imperador como chefe da religião cívica. O elemento mais importante, porém, da influência romana, foi provavelmente a idéia da autoridade absoluta do estado. No juízo de quase todos os romanos, com exceção de alguns filósofos como Cícero e Sêneca, o estado era legalmente onipotente. Apesar de muitos romanos terem possivelmente detestado a tirania, o que na realidade temiam era apenas a tirania pessoal, considerando perfeitamente legítimo o despotismo do senado como órgão da soberania popular. Tal concepção sobrevive até os nossos dias na convicção popular de que o estado não pode errar e, particularmente, nas doutrinas dos filósofos políticos absolutistas que dizem não ter o indivíduo direitos além dos que o estado lhe confere.



Parte 3

As Novas Civilizações Religiosas do começo da Idade Média

NO PERÍODO que se estendeu de 284 a 476, a civilização romana foi fortemente influenciada por um renascimento das idéias orientais de despotismo, de outra vida, de pessimismo e fatalismo. Em meio da desgraça econômica e da decadência cultural, os homens perderam o interesse pelas realizações terrenas e começaram a almejar as graças espirituais numa vida depois da morte. Tal mudança de atitude foi devida, em última análise, à difusão das religiões orientais, particularmente do cristianismo. Quanto por fim se extinguiu o Império Romano, a vitória do orientalismo era quase completa. Daí proveio a evolução de uma nova civilização, em parte composta de elementos tomados da Grécia e de Roma, mas tendo a religião como fator dominante de quase todas as suas realizações. Ao todo, três novas culturas surgiram: a civilização da Europa Ocidental dos começos da Idade Média, a civilização bizantina e a civilização sarracena. Os períodos correspondentes à história dessas três civilizações se sobrepõem em parte. A civilização da Europa Ocidental dos começos da Idade Média se estende aproximadamente de 400 a 800. Embora Constantino tenha estabelecido sua capital no local da antiga Bizâncio, no século IV, a civilização bizantina não iniciou sua evolução independente a não ser depois de 500. Sobreviveu até a captura de Constantinopla pelos turcos, em 1453. A civilização sarracena floresceu do século VII ao fim do século XIII.

AS CIVILIZAÇÕES RELIGIOSAS DO COMÊÇO DA IDADE MÉDIA

EUROPA OCIDENTAL	IMPÉRIO BIZANTINO	SARRACENOS
Ascensão do Papado, 50-300	Início do monasticismo, ca. 300	
Migrações e invasões germânicas, 100-600	Concílio de Nicéia, 325	
Desenvolvimento do colonoato, ca. 200-500	Constantinopla torna-se capital, 330	
Invasões da Inglaterra pelos anglo-saxões, 400-600		
Declínio da indústria e do comércio, 400-800		
Tomada de Roma pelos visigodos, 410		
<i>Cidade de Deus</i> , de S. Agostinho, 413-426		
Origem das Sete Artes Liberais, ca. 450	Movimento monofisita, 450-565	
Dinastia Merovíngia na França, 481-751		
Domínio ostrogodo na Itália, 493-552		
<i>Consolação da Filosofia</i> , de Boécio, 523	Reinado de Justiniano, 527-565	
	Revisão e codificação das leis romanas, 527-535	
	Construção da igreja de Santa Sofia, 527-565	
	Conquista bizantina da Itália, 535-552	
Conquista da Itália pelos lombardos, 568		Maomé, 570?-632
		A Hégira, 622
		Tomada de Meca, 630
		Conquista da Pérsia, do Egito, da Palestina, da Síria, do norte da África e da Espanha, 632-732
		Divisão do Islã em seitas (sunitas, xiitas e sufis), ca. 640
	Movimento iconoclástico, 725-850.	
Batalha de Tours, 732		

EUROPA OCIDENTAL

Dinastia Carolíngia, 752-887

Desenvolvimento do feudalismo, 800-1300

Império de Carlos Magno, 800-814

Tratado de Verdun, 843

Santo Império Romano, 962-

As Cruzadas, 1096-1204

Peste Negra, 1347

IMPÉRIO BIZANTINO

Separação das igrejas oriental e ocidental, 1054

Batalha de Manzikert, 1071

Tomada de Constantinopla pelos cruzados da 4.ª Cruzada, 1204

Tomada de Constantinopla pelos turcos otomanos, 1453

SARRACENOS

Desenvolvimento das manufaturas de aço e tecidos, dos lavôres em couro e da fabricação de papel

Sistema de algarismos hindu-arábicos, ca. 1000
Comércio mundial dos sarracenos, ca. 1000-1500

Cultivo do algodão, açúcar, laranjas, limões, bananas, café, ca. 1150
Transmissão das obras completas de Aristóteles à Europa, ca. 1150

Transmissão da bússola e do astrolábio à Europa, ca. 1400

Capítulo 11

A Civilização da Europa nos começos da Idade Média

FOI DURANTE a Renascença que surgiu o costume de dividir a história do mundo em três grandes épocas: antiga, medieval e moderna. Tal classificação veio a ser aceita com uma convicção quase dogmática. Ela se coaduna com a crença do homem comum, de que este nosso planeta só testemunhou dois grandes períodos de progresso: o tempo dos gregos e dos romanos e a época das invenções modernas. Entre esses dois períodos localiza-se a Idade Média, considerada como um interregno de profunda ignorância e superstição, no qual o homem viveu com os olhos vendados, esquecido das maravilhas do conhecimento e interessado somente em fugir às misérias deste mundo e aos tormentos do inferno. A própria palavra "medieval" tem um significado odioso na mentalidade comum contemporânea. Tornou-se sinônimo de reacionário e contrário ao progresso. Desse modo, quando um reformador moderno deseja exprobrar as idéias de um adversário conservador, tudo o que tem a fazer é estigmatizá-las como "medievais". Sem dúvida ele ficaria muito surpreendido se soubesse que as doutrinas sociais e econômicas de alguns pensadores medievais eram, na realidade, bastante semelhantes às nossas.

A causa dessa confusão reside na idéia convencional de que todo o período medieval que se estende desde a queda de Roma até o começo da Renascença Italiana constitui uma unidade cultural, de que, por exemplo, os ideais e as instituições do século VI eram os mesmos que os do século XIII. Nada pode estar mais longe da verdade. Na realidade o período medieval abarca, na Europa Ocidental, duas civilizações tão diversas uma da outra quanto a Grécia de Roma, ou a Renascença dos séculos XIX e XX. A primeira dessas civilizações, que começou mais ou menos em 400, quando se completou virtualmente o processo da decadência de Roma, e se prolongou até 800, é a dos começos da Idade Média.

Somente este período é que se caracterizou pela maioria dos atributos comumente designados como "medievais". A cultura dos começos da Idade Média representou sem dúvida, em certos aspectos, uma volta ao barbarismo. O intelecto não só estagnou, mas até mergulhou em abismos profundos de ignorância e credulidade. A atividade econômica baixou aos níveis primitivos de troca direta e ruralismo, enquanto o ascetismo mórbido e o desprezo por este mundo substituíam as atitudes sociais normais. Com a Renascença carolíngia do século IX iniciou-se, no entanto, uma nova vida na Europa. O espírito humano alçou-se a píncaros magníficos na literatura, na filosofia e na arte. Daí surgiu outra das grandes culturas da história, caracterizada ao mesmo tempo pelo progresso intelectual e por um alto grau de prosperidade e liberdade. Na verdade esta civilização medieval posterior, que durou até o fim do século XIII, teve mais pontos de semelhança com a idade moderna do que muita gente pensa.

1. AS BASES CRISTÃS DA PRIMITIVA CULTURA MEDIEVAL

Três fatores principais se combinaram para produzir a civilização européia dos começos da Idade Média: o cristianismo, a influência dos bárbaros germânicos e a herança das culturas clássicas. O efeito do terceiro foi provavelmente menor que o dos outros. Fora do âmbito da filosofia, as civilizações grega e helenística tiveram uma influência relativamente pequena. Se bem que a herança romana fosse ainda poderosa, os homens do começo da Idade Média rejeitaram certos aspectos dela como incompatíveis com o cristianismo e barbarizaram boa parte do resto.

O principal alicerce da nova cultura foi a religião cristã, cujo fundador, Jesus de Nazaré, nasceu numa cidadezinha da Judéia por volta do começo da era cristã e foi executado cerca de trinta anos depois, no reinado de Tibério. Seu apostolado parece não ter durado mais que uns três anos. Sem lar e sem ocupação regular, levou uma vida simples e ascética, cercado de alguns humildes

discípulos. Pregou com eloquência em defesa dos pobres e dos oprimidos, denunciou a impostura e a cobiça e proclamou a esperança de salvação num outro mundo, por meio da fé e do arrependimento. Acreditava, segundo parece, ter a missão divina de salvar a humanidade do erro e do pecado. Ao cabo dos seus três anos de pregação, foi condenado por um tribunal judeu e entregue aos romanos para que o crucificassem. O verdadeiro motivo dessa condenação parece ter sido que os sacerdotes conservadores o consideravam como um rebelde contra as tradições sagradas e receavam que a sua pretensão de ser o Messias criasse dificuldades com o governador romano. Os judeus, como povo, não são responsáveis pela crucificação.

A crucificação de Jesus assinala um ponto decisivo da história cristã. A princípio a morte do Mestre foi considerada pelos discípulos como o fim das suas esperanças. Esse desespero, porém, não tardou a desvanecer-se, pois começaram a circular boatos de que ele estava vivo e fora visto por alguns dos seus adeptos mais chegados. O restante dos fiéis convenceram-se sem dificuldade de que ele ressuscitara dos mortos e era realmente um ser divino. Recobrando a coragem, reorganizaram o pequeno grupo e puseram-se a pregar e a testemunhar em nome do seu chefe martirizado. Foi dessa maneira obscura que nasceu mais uma das grandes religiões do mundo, destinada a abalar os fundamentos do próprio império romano.

Jamais houve, entre os cristãos, um acordo perfeito quanto aos verdadeiros ensinamentos de Jesus de Nazaré. Os únicos registros merecedores de fé são os quatro Evangelhos, mas o mais antigo deles só foi escrito pelo menos uma geração depois da morte de Jesus. Segundo criam os seus adeptos ortodoxos, o fundador do cristianismo revelou-se como o Cristo, divino Filho de Deus, enviado a este mundo para sofrer e morrer pelos pecados da humanidade. Estavam convictos de que, após três dias passados no sepulcro, ele ressuscitara dos mortos e subira aos céus, de onde voltaria para julgar o mundo. Os Evangelhos deixam, pelo menos, bem claro que ele incluiu entre os seus ensinamentos básicos os seguintes: 1) a fraternidade dos homens

sob um Deus Pai; 2) o Preceito Áureo ("assim como quereis que vos façam os homens, assim fazei também vós a eles"); 3) o perdão e o amor aos inimigos; 4) pagar o mal com o bem; 5) a abnegação de si mesmo; 6) a condenação da hipocrisia e da cobiça; 7) a oposição ao cerimonialismo como essência da religião; e 8) a ressurreição dos mortos e a iminência do fim do mundo, após o que seria fundado o Reino dos Céus.

Alguns sucessores de Jesus ampliaram o cristianismo e dotaram-no de uma teologia mais apurada. Foi o principal deles o Apóstolo Paulo, originalmente conhecido como Saulo de Tarso. Embora de nacionalidade judaica, Paulo não era natural da Palestina, mas um judeu da Diáspora (dispersão), nascido na cidade de Tarso, no sudeste da Ásia Menor. Teve contato com a filosofia estóica, mas foi, talvez, mais profundamente influenciado pelo gnosticismo. Finalmente convertido ao cristianismo, devotou as suas ilimitadas energias à propagação dessa fé por todo o Oriente Próximo. Seria quase impossível superestimar a importância do seu trabalho. Negando que Jesus tivesse sido enviado apenas como redentor dos judeus, proclamou o cristianismo como religião universal. Mais ainda: acentuou acima de tudo a idéia de Jesus como o Cristo, o Deus-Homem que existe desde a criação do mundo e cuja morte na cruz foi uma expiação oferecida pelos pecados da humanidade. Não só rejeitou as obras da Lei (isto é, do ritualismo judaico) como de importância primordial na religião, mas afirmou a sua absoluta desvalia em obter a salvação. O homem é pecador por natureza, e por isso só pode ser salvo pela fé e pela graça de Deus, "mediante a redenção que há em Cristo Jesus". Segue-se, segundo Paulo, que o destino do homem na vida futura depende quase inteiramente da vontade de Deus; pois "porventura não tem o oleiro poder sobre o barro, para fazer da mesma massa um vaso para honra e outro para desonra?" Ele tem misericórdia "de quem quer, e a quem quer endurece".

Ao começar a Idade Média o triunfo do cristianismo sobre todas as religiões rivais estava quase consumado. O edito de tolerância do imperador Galério, em 311, importava já numa confissão de que essa fé era demasiado forte para ser eliminada pela perseguição.

Por uma série de decretos promulgados entre 380 e 392 foi o cristianismo reconhecido como única religião legal do império romano. Como explicar esse triunfo? Talvez ele se devesse, mais que tudo, ao caráter sintético do cristianismo. Aí estava uma religião que, em última análise, incorporava elementos oriundos de uma grande variedade de fontes. Muitos deles foram tomados do judaísmo: o nome da divindade, a cosmogonia, a história do mundo, os Dez Mandamentos e doutrinas tais como a do pecado original e a da providência divina. Além disso, algumas das doutrinas éticas eram, na realidade, de origem judaica. Embora muitos desses elementos tenham sido modificados por Jesus e pelos seus seguidores, não pode haver dúvida quanto à grande importância das contribuições hebraicas para o cristianismo.

Mas é evidente que a nova religião colheira muitas coisas de outras fontes que não a judaica. Em capítulo anterior demos uma idéia da sua dívida para com as diversas religiões de origem persa. O zoroastrismo já havia familiarizado o mundo antigo com os conceitos da outra vida, do eterno conflito entre o bem e o mal e outros semelhantes. O gnosticismo desenvolvera a crença na revelação secreta e propalava a idéia de um homem primordial ou homem-Deus encarnando-se sob forma humana. O mitraísmo atraía a atenção para certas formas de ritual como o batismo, o uso da água benta e a celebração do domingo e do dia 25 de dezembro como datas sagradas. Como suplemento a essas influências, havia a da filosofia estóica, que familiarizara as classes educadas com os ideais de cosmopolitismo e de fraternidade dos homens. Em resumo: os mistérios e a filosofia helenística haviam criado um vasto depósito de doutrinas e práticas em que o cristianismo podia abastecer-se, ao mesmo tempo que conservava o seu caráter distintivo. A igreja primitiva foi um organismo que se nutriu de todo o mundo pagão, selecionando e incorporando uma grande variedade de idéias e práticas que não eram incompatíveis com a sua natureza. A atração do cristianismo tornou-se, por esse motivo, mais universal que a de qualquer outra religião antiga.

As outras razões principais do triunfo do cristianismo podem ser resumidas em poucas palavras. Dava ele, às mulheres, plenos

direitos a participarem do culto, enquanto o mitraísmo, o mais forte de seus primitivos rivais, as excluía. Desfrutou a vantagem de quase cinquenta anos de perseguição sistemática por parte do governo romano - fato que fortaleceu enormemente a coesão do movimento, uma vez que aqueles que permaneciam na fé deviam estar prontos para morrer pelas suas convicções. Enquanto grande parte das outras religiões giravam em torno de figuras imaginárias, criaturas de lendas grotescas, o cristianismo possuía como fundador um indivíduo histórico, de personalidade bem definida. Por último, o triunfo do cristianismo é parcialmente explicado pelo fato de exercer maior atração sobre os pobres e oprimidos do que qualquer dos outros mistérios. Embora incluísse o ideal da igualdade de todos os homens perante Deus, seu fundador e alguns discípulos deste condenaram o rico e exaltaram o humilde. Propagou uma nova moral extraordinariamente democrática, tendo como virtudes primordiais a brandura, a humildade e o amor aos próprios inimigos. Talvez fossem essas as qualidades finais capazes de encontrar uma pronta aceitação entre as massas desesperadas, que desde muito tempo haviam perdido a esperança de melhorar a sua condição material.

Mal conseguira o cristianismo vencer seus rivais, desenvolveu-se a desinteligência dentro das próprias fileiras cristãs. Isso se deveu, em parte, aos elementos heterogêneos de que se formara a religião e também a certas atitudes de transigência assumidas pelos seus chefes à medida que se afirmava o êxito do movimento. Uma razão fundamental parece ter sido o conflito entre as tendências intelectuais e emotivas dentro da religião. Como representantes das primeiras havia duas seitas importantes de cristãos "subordinatistas": os arianos e os nestorianos. Ambas concordavam na recusa de aceitar o que então se tornara a doutrina ortodoxa da Trindade. Sob a influência da filosofia grega, rejeitaram a idéia de que Cristo pudesse ser igual a Deus. Os arianos afirmavam que o Filho fora criado pelo Pai e, conseqüentemente, não tinha a eternidade deste, nem era formado da mesma substância. Seus principais adversários eram os atanasianos, que sustentavam ser o Pai, o Filho e o Espírito Santo

absolutamente iguais e compostos de substância idêntica. Os nestorianos romperam com o resto da igreja, batendo-se por que Maria fosse chamada mãe de Cristo, mas não mãe de Deus, querendo com isto dizer, naturalmente, que consideravam o Cristo algo menos que divino.

Entre as seitas que acentuavam o caráter emotivo do cristianismo, as mais importantes foram a dos gnósticos e a dos maniqueus. Tanto uns como outros eram ascetas e místicos ao mais alto grau. Acreditando ser a genuína verdade religiosa um produto exclusivo da revelação, inclinavam-se a olhar com suspeita qualquer tentativa de racionalizar a fé cristã. Opunham-se também à tendência para a mundanidade que começava a se manifestar entre grande parte do clero. Gnósticos e maniqueus não eram, originalmente, seitas cristãs, mas muitos deles acabaram por se converter à nova fé. Os que se tornaram cristãos conservaram as suas antigas doutrinas de exagerado espiritualismo e desprezo pela matéria como um mal. Naturalmente, de envolta com tudo isso ia uma invencível desconfiança ante todas as modalidades de conhecimento humano. As doutrinas de todas essas seitas, com exceção da dos atanasianos, foram por fim condenadas como heresias pelos concílios da igreja.

Não obstante a condenação de muitas crenças como heresias, o corpo da doutrina cristã nunca se fixou firmemente durante o primeiro período da Idade Média. Todos Os cristãos acreditavam, certamente, em um Deus criador e rei do universo, na remissão do pecado e em recompensas e punições depois da morte. Mas havia muita confusão e incerteza no tocante a muitas outras questões de dogma. Mesmo o dogma da Trindade continuou a ser um pomo de discórdia por muitos séculos. Muitos cristãos do Oriente jamais aceitaram a concepção extrema dos atanasianos, adotada pelo Concílio de Nicéia, em 325, sobre a relação entre o Pai e o Filho. Além disso, não havia, nesse tempo, uma teoria nitidamente formulada sobre o número e a natureza precisa dos sacramentos, nem estava definitivamente estabelecida a doutrina dos poderes do clero. Havia, em geral, dois pontos principais de discordância que afetavam todos os debates. Alguns crentes mais devotos se

agarravam fortemente a um ideal de cristianismo semelhante ao da época apostólica, quando a igreja era uma comunidade de místicos, cada um deles guiado nos assuntos de fé e de conduta pela iluminação interior. Outros consideravam a igreja cristã como uma sociedade organizada, prescrevendo suas próprias regras para o governo de seus membros de acordo com as exigências práticas da época.

O desenvolvimento da organização cristã foi um dos fatos mais importantes de toda a era medieval. Já durante os primeiros séculos desse período, a igreja e as instituições a elas ligadas transformaram-se numa estrutura complexa, que por fim se tornou o arcabouço da própria sociedade. À medida que o império romano decaía no Ocidente, a igreja assumiu muitas de suas funções e ajudou a manter a ordem no meio do caos que se generalizava. O fato de nem tudo se haver perdido no naufrágio foi devido em grande parte à influência estabilizadora da igreja organizada. Ajudou a civilizar os bárbaros, a estimular os ideais de justiça social e a preservar e transmitir a cultura antiga.

A princípio, a organização da igreja era muito simples. As primeiras congregações cristãs reuniam-se nas casas de seus membros e ouviam o testemunho espiritual de vários confrades que passavam por ter estado em comunicação direta com o Espírito Santo. Não se reconhecia qualquer distinção entre clero e leigos. Cada igreja independente tinha um certo número de oficiantes, conhecidos em geral como bispos e anciãos; cujas funções eram presidir aos serviços, disciplinar os fiéis e distribuir esmolas. Gradativamente, sob a influência dos mistérios pagãos, o ritual do cristianismo alcançou um tal grau de complexidade que o clero profissional pareceu se tornar indispensável. A necessidade de defesa contra a perseguição e o desejo de atingir uma uniformidade de crença também favoreceram o desenvolvimento de uma organização eclesiástica. Em consequência disso, mais ou menos pelo começo do século II veio a ser reconhecido um bispo, em cada cidade importante, como padre superior de todo o clero dos arredores. A esfera de sua jurisdição correspondia à da civitas, a menor unidade administrativa do Estado romano. Multiplicando-se o

número das congregações e crescendo a influência da igreja, devido à adoção do cristianismo como religião oficial de Roma, começaram a aparecer distinções de grau entre os próprios bispos. Aqueles que tinham suas sedes nas cidades maiores vieram a ser chamados metropolitanos, com autoridade sobre o clero de toda a província. No século IV foi criada a dignidade ainda mais alta de patriarca, para designar aqueles bispos que governavam as comunidades cristãs mais antigas e maiores, em cidades como Roma, Constantinopla, Antioquia e Alexandria, com as regiões vizinhas. Desse modo, em 400 o clero cristão chegara a abranger uma hierarquia definida de patriarcas metropolitanos, bispos e sacerdotes.

O ponto máximo de todo esse desenvolvimento foi o advento da primazia do bispo de Roma ou, em outras palavras, o aparecimento do papado. Devido a várias razões, o bispo de Roma gozava de preeminência sobre os demais patriarcas da igreja. A cidade imperial era venerada pelos fiéis como o teatro em que se haviam desenrolado as missões dos apóstolos Pedro e Paulo. Nasceu a tradição de ter Pedro fundado o bispado de Roma e de que, conseqüentemente, todos os sucessores dele eram herdeiros de sua autoridade e prestígio. Do século III em diante essa tradição alargou-se ainda com a teoria de que Pedro fora designado por Cristo como seu vigário na terra e recebera dele as chaves do reino dos céus, com poder para punir os homens pelos seus pecados e mesmo absolvê-los de culpa. Essa teoria, conhecida como a doutrina da Sucessão de Pedro, tem sido adotada desde então pelos papas como base de seus direitos à autoridade sobre a igreja. Os bispos de Roma também gozavam a vantagem de caramente haver um imperador com soberania efetiva no Ocidente, depois da transferência da capital imperial para Constantinopla. Finalmente, em 455, o imperador Valentiniano III promulgou um decreto determinando que todos os bispos ocidentais se submetessem à jurisdição do Papa. Não se deve supor, no entanto, que a igreja já houvesse adotado uma forma monárquica de governo. Os patriarcas do Oriente consideraram as reivindicações papais como uma atrevida

presunção e até muitos bispos do Ocidente continuaram por algum tempo a não tomar conhecimento delas.

A organização da igreja não se limitava de modo algum à hierarquia eclesiástica. Em qualquer estudo das instituições cristãs deve ser dado um lugar proeminente ao monasticismo. Decorrente do ascetismo, torna-se necessário examinar primeiro as relações entre este ideal e a religião cristã. O cristianismo primitivo só em parte era ascético. Nem Jesus, nem seus discípulos imediatos praticaram quaisquer extremos de mortificação. É verdade que Jesus não se casou, que disse não ter um lugar para descansar a cabeça, e acreditava-se que tivesse jejuado durante quarenta dias no deserto; esses exemplos, porém, dificilmente poderiam ter encorajado os excessos patológicos de mortificação da carne a que se entregaram os eremitas dos séculos III e IV. Temos, por isso, de examinar outras causas adicionais que hajam determinado o desenvolvimento desse ascetismo posterior. Talvez possam ser consideradas como fundamentais as seguintes:

1) O desejo de protestar contra o mundanismo crescente da igreja, alimentado por muitos cristãos piedosos. Quanto mais pudessem colocar-se no extremo oposto à vida suntuosa de alguns membros do clero, mais eficiente se tornaria o protesto.

2) A escolha da auto-tortura mórbida como um substituto do martírio. Com a cessação da perseguição pelos romanos, desapareceram todas as possibilidades de conquistar uma áurea de glória celestial morrendo pela fé. Continuava, porém presente, exigindo um canal de escape, o desejo de dar, pela humilhação e pelo sofrimento, uma demonstração do ardor religioso de cada um.

3) O desejo de alguns cristãos, sinceramente devotados à fé, de dar um exemplo de piedade exaltada e altruísmo para servir de inspiração aos confrades mais fracos. Muito embora a maioria não pudesse atingir este ideal, elevar-se-ia o nível geral de moralidade e piedade.

4) A influência de outras religiões orientais, especialmente do gnosticismo e do maniqueísmo, com seu espiritualismo exagerado, seu desprezo por este mundo e seu anseio de degradar a carne.

Os primeiros ascetas cristãos foram eremitas, que se retiravam do mundo para levar uma existência solitária no ermo ou no próprio deserto. Parece que essa forma de ascetismo se originou no Egito, no século III. Daí se expandiu por outras províncias orientais do império e continuou a se popularizar por mais de uma centena de anos. Acabou numa espécie de mania religiosa, caracterizada por excessos mórbidos. Sabemos de eremitas ou anacoretas que pastavam nos campos à maneira dos animais, que rolavam nus sobre arbustos espinhentos ou viviam em charcos infestados de serpentes. O famoso S. Simeão Estilita passou um verão inteiro "como uma planta enraizada no chão" e, depois, começou a construção de sua célebre coluna. Elevou-a até uma altura de 18 metros e passou os restantes trinta anos de sua existência no topo dela. Absurdos como esses, embora não sendo típicos da atitude da maioria dos cristãos da época, eram provavelmente um resultado natural de se conferir importância demasiada ao aspecto espiritual da vida.

Com o tempo, veio a diminuir a intensidade da histeria anacorética. Certos ascetas cristãos, mais práticos, chegaram à conclusão de que a vida solitária do eremita não era benéfica para a alma, pois algumas vezes levava o homem à loucura. Como resultado dessa conclusão, surgiu o monasticismo. Em geral se cita Pacômio, que viveu no Egito, nos meados do século IV, como o fundador do mais antigo mosteiro. O movimento iniciado por ele foi continuado por S. Basílio, bispo da Capadócia, que foi o primeiro a organizar um regulamento para o governo de uma ordem monástica. Desaprovando a mortificação levada ao extremo, S. Basílio exigia que os monges se disciplinassem pelo trabalho útil. Não deviam empenhar-se em jejuns prolongados ou em degradantes lacerações da carne, mas eram forçados a prestar voto de pobreza e de humildade e a expender muitas horas do dia em silenciosa meditação religiosa. O tipo de organização monástica de S. Basílio

veio a ser universalmente adotado no mundo cristão oriental. Muitas das instituições por ele inspiradas ainda podem ser vistas, empoleiradas em altos rochedos a que só se pode ganhar acesso por meio de intermináveis escadas de mão ou sendo-se guindado em cestos. A história do monasticismo na Europa Ocidental começou também no século IV, quando se fundaram em Roma comunidades ascéticas do tipo egípcio. Não houve, no entanto, vida conventual de importância no Ocidente até o século VI, quando S. Bento traçou a sua famosa regra, que por fim se tornou o modelo de quase todos os monges da cristandade latina. A ordem beneditina impunha votos semelhantes aos da ordem de S. Basílio, tais como a pobreza, a obediência, o trabalho e a devoção. Se havia alguma diferença essencial, residia ela possivelmente na maior importância dada pelo sistema beneditino à organização controlada. O abade de cada mosteiro praticamente tinha autoridade ilimitada para disciplinar os monges sob seu domínio. A ordem de S. Basílio baseava-se mais na suposição de que cada monge se disciplinaria a si mesmo.

Seria inútil exagerar a influência do monasticismo na sociedade dos começos da Idade Média. Em geral, os monges foram os melhores lavradores da Europa; arrotearam terras incultas, drenaram pântanos e fizeram muitos descobrimentos relativos à melhoria do solo. Conservaram algumas técnicas de construção dos romanos e realizaram progressos dignos de nota em muitas artes industriais, principalmente no entalhe de madeira, no trabalho em metais, na tecelagem, na fabricação de vidro e de cerveja. Alguns escritores modernos afirmam, até, que os fundamentos da Revolução Industrial foram de fato lançados nos mosteiros medievais. Além disso, eram os monges que escreviam a maior parte dos livros, copiavam os manuscritos antigos e mantinham a maioria das escolas e bibliotecas e quase todos os hospitais que existiram nos começos da Idade Média. O desenvolvimento do monasticismo afetou, também, profundamente a história da igreja e levou a uma divisão nas fileiras do clero. Vivendo de acordo com uma regra definida ou regula, os monges passaram a ser chamados clero regular; ao passo que os sacerdotes, bispos e

arcebispos que desempenhavam sua atividade em meio às coisas do mundo (soeculum), foram, daí em diante, conhecidos como clero secular. Desenvolveu-se entre os dois grupos uma intensa rivalidade, tendo os monges, por vezes, organizado movimentos de reforma contra o mundanismo dos sacerdotes. Os monges beneditinos gozavam da especial predileção dos papas e foi em parte devido a uma aliança entre o papado e as ordens monásticas que aqueles conseguiram estender seu poder sobre a Igreja.

2. AS BASES GERMÂNICAS DA NOVA CULTURA

Foi a influência dos bárbaros germânicos o segundo dos fatores mais importantes que contribuíram para produzir a civilização dos começos da Idade Média. Não foram os únicos povos do norte a tomar parte na formação desse tipo de sociedade. Não podem de modo algum ser consideradas insignificantes as contribuições dos celtas na Bretanha e na Irlanda, nem a dos eslavos na Europa central e oriental. Não obstante, a influência dos germanos revelou-se a mais poderosa. Os antigos germanos eram um povo de crânio alongado, de raça predominantemente nórdica e de língua indo-européia. Os especialistas não concordam a respeito do lugar de sua origem, mas parece terem migrado para o norte da Europa vindos da Ásia Ocidental. No começo da era cristã, achavam-se eles divididos em diversas nações: escandinavos, vândalos, godos, francos, alemanos, burgúndios, frisões, anglo-saxões, holandeses etc. Tinham originalmente, na língua e na raça, certa afinidade com os gregos e com os romanos.

Durante séculos, várias nações de bárbaros germânicos realizaram incursões no território romano. Às vezes vinham como exércitos invasores, mas em geral se infiltravam vagarosamente, trazendo consigo suas famílias e pertences e ocupando áreas despovoadas ou abandonadas. Muitos foram trazidos por comandantes e governadores romanos. Júlio César impressionara-se com o seu valor guerreiro e alistara milhares deles nos seus exércitos. Podiam ser encontrados na guarda pessoal de quase

todos os imperadores. Por fim, no tempo de Constantino, constituíam a massa dos soldados da totalidade do exército romano. Muitos também foram arregimentados no serviço civil e o governo fixou milhares deles como colono ou servos nas grandes propriedades. Nessas circunstâncias, não surpreende muito a conquista final de Roma pelos germanos. Eram uma raça viril e enérgica, que constantemente aumentava de número e, à medida em que alguns deles ganhavam terreno na Itália, outros eram tentados pelas oportunidades de pilhagem. De sua parte, os romanos freqüentemente exploravam os que já se encontravam no Império e assim davam aos da mesma raça um motivo para o ataque. Embora já no século II a.C. se houvessem iniciado as invasões armadas na Itália, repetindo-se várias vezes depois dessa época, não houve incursões verdadeiramente desastrosas até os séculos IV e V. Em 378 os visigodos, enraivecidos com a opressão imperial, agitaram o estandarte da revolta. Esmagaram um exército romano em Adrianópolis e depois marcharam rumo ao oeste, Itália à dentro. Em 410, sob o comando de Alarico, capturaram e saquearam Roma, dirigindo-se mais tarde para o sul da Gália. Em 455 Roma foi saqueada pelos vândalos, que, emigrando de seu primitivo território entre o Ôder e o Vístula, fundaram um reino na província de Cartago. Outras nações germânicas dirigiram-se também para a Itália e, antes do fim do século V, todo o império romano do Ocidente estava sob domínio bárbaro.

Nosso conhecimento da antiga sociedade germânica provém principalmente da Germânia de Tácito, escrita em 98. A literatura e o direito dos próprios germanos também oferecem muitas informações, mas não passaram à forma escrita senão depois de começados os efeitos das influências romana e cristã. Quando Tácito escreveu sua obra, os bárbaros germanos tinham alcançado um nível de cultura igual ao dos gregos homéricos. Não tinham escrita nem qualquer conhecimento das artes. Suas casas eram construídas de madeira bruta recoberta de barro. Embora tivessem feito certos progressos na agricultura, preferiam os riscos das expedições de pilhagem ao trabalho trivial da lavoura. Quase todo

o trabalho era executado pelas mulheres, pelos velhos e por outros dependentes. Quando não estavam lutando ou caçando, os guerreiros despendiam a maior parte de seu tempo dormindo e bebendo. O jogo e a embriaguez constituíam sérios vícios, mas, se dermos crédito ao testemunho de Tácito, a moralidade sexual era singularmente pura. Prevalecia o casamento monogâmico, exceto nos casos em que se permitia que o chefe tivesse mais de uma esposa, por razões políticas. O adultério era raro e severamente punido, e o divórcio, quase desconhecido. Em algumas tribos proibiam-se mesmo um novo casamento das viúvas.

As instituições econômicas e políticas dos germanos eram as que convinham a um povo que apenas iniciava uma existência sedentária. O diminuto volume de comércio fundava-se unicamente num regime de troca; o gado continuava a ser o principal elemento de riqueza. Ainda é questão debatida se a propriedade agrícola era individual ou coletiva, mas parece haver pequena dúvida quanto à posse e uso em comum das florestas e dos pastos. Possivelmente a comunidade controlava a distribuição das novas terras à medida que iam sendo adquiridas, distribuindo como propriedades individuais as porções aráveis. Há indícios de ter-se a classe dos proprietários ricos, em algumas tribos, constituído em aristocracia. Embora Tácito conte que os germanos tinham escravos, parece provável que a maioria de seus dependentes fossem servos, pois possuíam casas e pagavam a seus amos unicamente uma porção daquilo que produziam. Sua servidão resultava não somente da captura em batalha, mas também de dívidas e especialmente do jogo desenfreado, em que o homem apostava a sua própria liberdade quando já tinha perdido tudo o mais. O estado quase não existia. O direito era um produto do costume e a administração da justiça ficava, em grande parte, nas mãos dos particulares. Embora os germanos possuíssem seus tribunais tribais, as funções desses órgãos resumiam-se à mediação entre o autor e o réu. Dava-se ao primeiro o direito de levar o acusado a julgamento e executar as penalidades prescritas pelo direito comum. O tribunal decidia unicamente das provas exigidas de cada litigante para determinar a validade de sua

alegação. Comumente isso consistia em juramentos e ordálios, que eram encarados como apelos ao julgamento dos deuses. A mais importante de todas as instituições políticas era a assembléia geral dos guerreiros. Essa instituição, porém, não tinha poderes legislativos senão no que dizia respeito à interpretação dos costumes. Suas funções principais resumiam-se a decidir questões de guerra e de paz e, se a tribo devia migrar para um novo local. Inicialmente as tribos germanas não tinham reis. Possuíam chefes eleitos pelos homens livres, mas esses eram pouco mais que oficiantes do cerimonial. Em tempo de guerra era eleito um chefe militar com poderes extraordinários, mas uma vez acabada a campanha cessava a sua autoridade. Não obstante, como as guerras aumentassem tanto em frequência como em duração, alguns chefes militares tornaram-se na realidade reis. Apesar disso, conservava-se geralmente a formalidade da eleição.

A influência dos germanos na história medieval, embora não tenha sido tão importante como muitas vezes se imagina, foi bastante ampla para merecer uma consideração especial. Acima de tudo, devem-se a eles muitos elementos do feudalismo: 1) a concepção da lei como uma imposição dos costumes e não como expressão da vontade do soberano; 2) a idéia de lei como uma propriedade pessoal do indivíduo, que ele podia levar aonde quer que fosse, em oposição à concepção romana de lei limitada a um território definido; 3) o conceito da relação contratual entre governantes e súditos, compreendendo obrigações recíprocas de proteção e de obediência; 4) a teoria de uma relação honrosa entre o senhor e o vassalo, derivada da instituição germânica do comitatus ou bando militar, pelos quais se obrigavam os guerreiros, por juramentos de honra e de lealdade, a lutar pelo seu chefe e a servi-los; 5) o processo pelo ordálio, que era o meio comum de demanda nos tribunais feudais; e 6) a idéia da soberania eletiva.

3. DESENVOLVIMENTO POLÍTICO E ECONÔMICO DOS COMEÇOS DA IDADE MÉDIA

A história política da Europa Ocidental, de 476 a 800, tem relativamente pouco interesse, a não ser para os especialistas. Alguns dos traços mais importantes merecem, no entanto, certa atenção. Após a deposição do último imperador romano do Ocidente, proclamou-se rei da Itália um comandante germânico de nome Odoacro. Mas, em 493, a Itália foi conquistada pelos ostrogodos sob o comando de Teodorico, um dos chefes bárbaros mais hábeis e inteligentes. Até quase o fim de seus 33 anos de reinado, Teodorico estabeleceu na Itália uma ordem mais esclarecida do que a que o país conhecera no tempo de muitos Césares. Favoreceu a agricultura e o comércio, reparou edifícios públicos e estradas, patrocinou o ensino e preceituou a tolerância religiosa. Nos últimos anos tornou-se, porém, rabugento e suspicaz, acusando alguns de seus fiéis subordinados de conspirarem com a aristocracia romana para eliminá-lo. Muitos deles foram mortos, inclusive o filósofo Boécio. Pouco depois de se tornar imperador em Constantinopla, em 527, Justiniano empreendeu a reconquista da Itália e das províncias do Ocidente. Só em 552 baqueou finalmente o poder dos ostrogodos. A longa guerra arruinou totalmente a Itália e abriu caminho para a invasão lombarda em 568. Os lombardos conseguiram conservar grande parte da península sob o governo de duques semi-independentes até a conquista de Carlos Magno, nos fins do século VIII.

O mais forte estado ocidental do primeiro período da Idade Média não se estabeleceu na Itália, mas na França. Em 481 o famoso Clóvis tornou-se rei da importante tribo dos francos sális, que habitavam a margem esquerda do Reno. Em menos de vinte anos, Clóvis conquistou quase todo o território hoje pertencente à França e mais uma porção da Germânia. A adoção do cristianismo ortodoxo trouxe-lhe o apoio do clero e tornou possível a subsequente aliança entre os reis francos e os papas. A dinastia merovíngia, fundada de fato por ele, ocupou o trono do reino dos

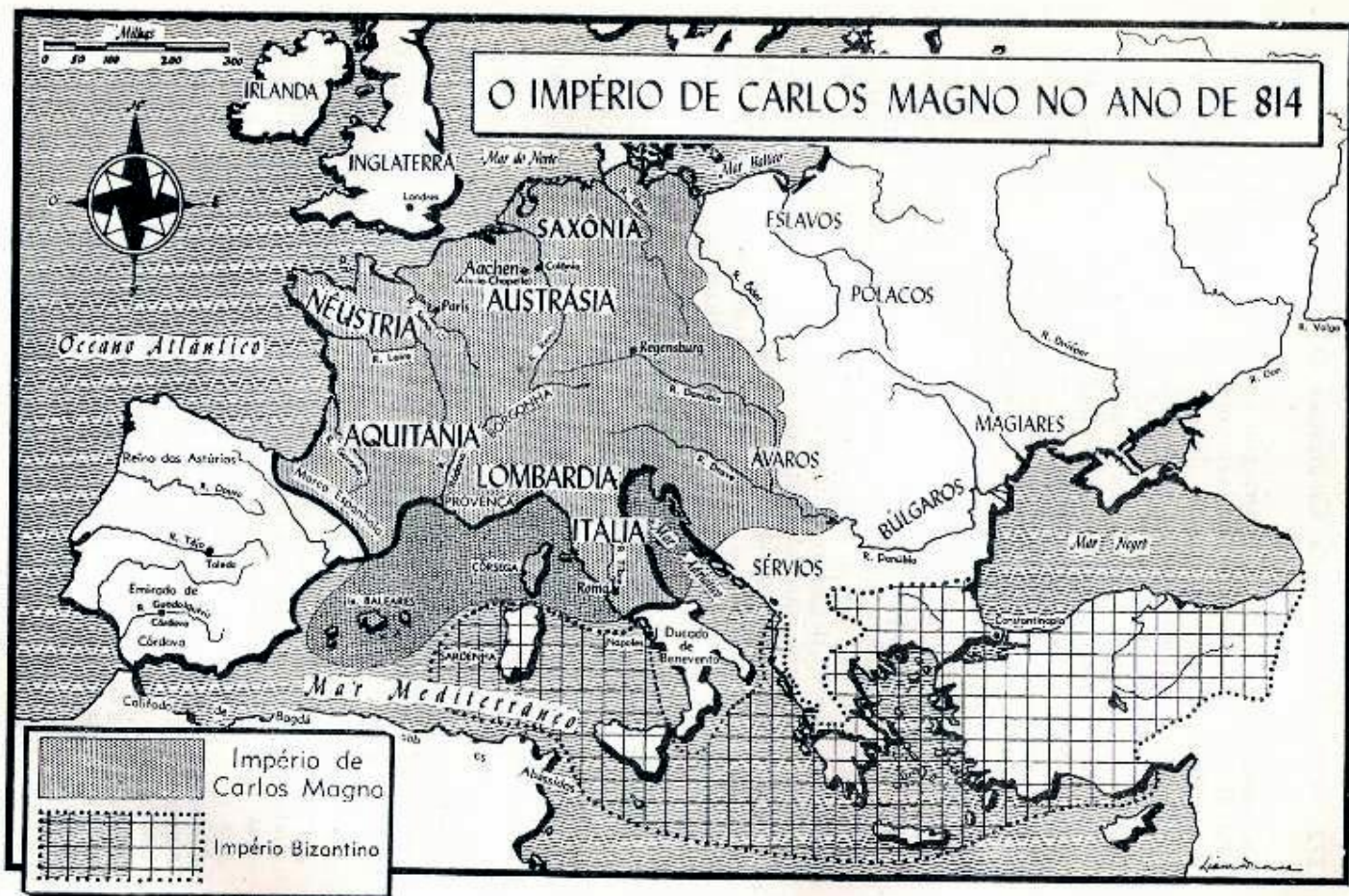
francos até 751. Por mais de um século os sucessores de Clóvis continuaram a política de inflexível despotismo daquele, anexando o território dos inimigos, dominando a igreja e explorando as terras do reino como se fossem suas propriedades particulares. Cerca de 639, no entanto, a linhagem real começou a degenerar. Uma série de indivíduos fracos, de vida curta, os chamados "reis indolentes", herdaram a coroa de seus valentes antecessores. Absorvidos na cata de prazeres, esses jovens sem valor delegaram grande parte da autoridade real à seus principais subordinados - os mordomos do paço. Nada mais natural poderia acontecer do que o afastamento final dos reis merovíngios por esses funcionários importantes, a quem tinham confiado o poder. O mais capaz e empreendedor deles foi Carlos Martel, que por suas campanhas contra as invasões dos mouros e a maneira por que abafou as rebeliões internas, pode ser considerado o segundo fundador do estado dos francos. Não obstante, contentou-se em gozar as regalias do poder e não se arrogou o título de rei. Isso ficou para seu filho, Pepino o Breve, que se fez eleger rei dos francos em 751. Assim findou a dinastia merovíngia. A nova dinastia ficou conhecida como carolíngia, por causa do nome do mais famoso de seus representantes - Carolus Magnus ou Carlos Magno.

Para a maioria dos estudantes de história, Carlos Magno representa um dos dois ou três homens mais importantes de todo o período medieval. Foi aclamado por alguns de seus contemporâneos como um novo Augusto, que traria paz e prosperidade à Europa Ocidental. Não se pode negar que tenha estabelecido um governo eficiente, muito fazendo para combater as tendências à desagregação que haviam tomado impulso durante o reinado dos últimos merovíngios. Não somente aboliu o cargo de mordomo do paço, mas também eliminou os duques tribais e colocou todos os poderes de governo local sob a responsabilidade de pessoas nomeadas pessoalmente por ele - os condes. Para prevenir os abusos de autoridade por parte destes, nomeou também missi dominici, ou mensageiros reais, que visitavam os condados e comunicavam ao rei quaisquer atos de injustiça do governo. Autorizou os missi a instalar tribunais

próprios, a fim de ouvir as queixas de opressão e até, nos casos extremos, demitir os funcionários locais. Modificou o antigo sistema de justiça privada, autorizando os condes a intimar as pessoas a comparecerem perante os tribunais e investindo os magistrados num maior controle do processo judicial. Reviveu a instituição romana da inquirição sob juramento, pela qual eram intimadas por agentes do rei, um certo número de pessoas a declarar sob juramento o que sabiam sobre qualquer crime praticado na localidade. Essa instituição sobreviveu à queda do estado carolíngio e foi levada à Inglaterra pelos normandos, onde por fim se tornou um fator importante na origem do sistema do grand jury. Embora o remanescente da estrutura política fundada por Carlos Magno percesse em grande parte com o fim da dinastia, o precedente de governo forte estabelecido por ele indubitavelmente influenciou muitos reis franceses da Idade Média e também os imperadores germanos. Deve-se advertir, no entanto, que a glória do império de Carlos Magno repousava em alicerces sangrentos. Nos quarenta e três anos de seu reinado, de 771 a 814, comandou nada menos que 54 guerras. Houve somente um povo da Europa ocidental contra quem ele não lutou - os ingleses. Como a maioria de suas campanhas foi bem sucedida, anexou ao domínio dos francos a maior parte da Europa central e a Itália do norte e do centro. Algumas dessas conquistas só foram, porém, possíveis mercê de tremendo derramamento de sangue e do recurso a medidas da mais dura crueldade. A campanha contra os saxões encontrou resistência tão obstinada que, por fim, Carlos Magno ordenou a decapitação de 4.500 deles. Típico do espírito da época foi ter-se feito tudo isso sob pretexto de induzir os pagãos a adotar o cristianismo.

Na realidade, foi a constante intervenção de Carlos Magno nas questões religiosas que conduziu ao clímax de toda a sua carreira - sua coroação como imperador romano pelo Papa Leão III. Havia algum tempo que Leão lutava com dificuldades. Acusado de tirânico e dissoluto, despertara a indignação do povo de Roma que, em 799, lhe deu uma severa lição e o obrigou a fugir da cidade. Atravessando as montanhas, foi ter à Germânia, onde

implorou o auxílio de Carlos Magno. O grande rei fê-lo voltar para a Itália e ajudou a restaurá-lo no trono pontifício. No natal de 800, quando Carlos se ajoelhou para orar na igreja de S. Pedro, o Papa reconhecido colocou sobre a sua cabeça uma coroa, enquanto toda a multidão o saudava como "Augusto coroado por Deus, grande e pacífico imperador dos romanos". É particularmente difícil julgar a significação desse acontecimento. Tem-se apresentado Carlos como surpreendido e embaraçado com a honra. Mas a causa real da sua irritação foi, provavelmente, ter de aceitar uma coroa das mãos do papa. Há provas de que já tinha desenvolvido, de sua parte, certo plano ambicioso para reviver o poder imperial no Ocidente. Além disso, não considerava de modo algum sua própria autoridade como limitada por uma soberania superior da igreja. Legislava livremente em assuntos religiosos, fiscalizava todas as nomeações para cargos eclesiásticos e dava instruções aos sacerdotes e aos bispos, quer quanto à moral, quer quanto aos sermões. Não obstante, o fato de ter sido a coroação aclamada por muitos contemporâneos de Carlos Magno como um sinal de volta à idade de ouro patenteia a sua importância mais que trivial. O império carolíngio, então fundado, absolutamente não foi concebido como o início de um novo estado, mas como uma reinstalação do Império dos Césares. A grandeza de Roma deveria ser ressuscitada. Estaria mais em harmonia com a verdade quem interpretasse o fato como uma expressão do despertar cultural e político do Ocidente. Teoricamente, o Império, com sua capital em Constantinopla ainda incluía a Itália e as áreas circundantes da Europa. O estabelecimento de um império no Ocidente a simbolizava a existência de um abismo cada vez maior entre o cristianismo latino e Bizâncio. Finalmente, o fato de Carlos Magno ter sido coroado por Leão III deu aos papas do segundo período medieval um baluarte para as suas pretensões de supremacia. Podiam alegar terem sido eles, na realidade, os fundadores do império, agindo, é claro, como representantes de Deus.



Nos começos do primeiro período medieval, grande parte do que é hoje a Inglaterra achava-se ainda sob o domínio romano. Mas no século V os romanos foram obrigados a retirar-se, devido às dificuldades cada vez maiores que lhes causavam as invasões germânicas da Itália. Pouco depois era a Inglaterra submergida por hordas de saxões, anglos e jutos vindos do Continente. Esses povos traziam consigo os costumes e instituições da sua mãe-pátria, os quais eram semelhantes aos dos outros bárbaros germânicos. Escorraçando para as montanhas de Gales e da Cornualha os nativos celtas da região, não tardaram a fundar ali os seus reinos. Em dado momento, o número destes chegou a ser sete - Nortúmbria, Estânglia, Kent, Essex, Sussex, Wessex e Mércia - todos mutuamente suspicazes e hostis. No século IX algumas tribos dinamarquesas aproveitaram-se das lutas entre os reis saxões para tentar conquistá-los. No esforço de derrotar os novos inimigos, os sete reinos uniram-se numa forte confederação

sob a chefia de Wessex e de seu famoso governante, Alfredo o Grande. O rei Alfredo reorganizou o exército, infundiu novo vigor no governo local, revisou e ampliou as leis. Além disso, fundou escolas e fomentou o interesse pela literatura e por outros elementos de uma cultura nacional.

Os sucessores do rei Alfredo foram homens de menos fibra. Um deles, Etelredo o Irresoluto, abandonou o reino aos dinamarqueses e fugiu para o Continente. Seu filho, Eduardo o Confessor, mais ilustre pela piedade religiosa do que pelas qualidades de estadista, permitiu que os assuntos do seu governo fossem dirigidos pelo duque de Normandia, do outro lado da Mancha. Uma vez morto Eduardo, o duque, posteriormente conhecido como Guilherme o Conquistador, reivindicou a coroa da Inglaterra. Desembarcando um exército em Sussex, no ano de 1066, apanhou desprevenido o rei inglês Haroldo e derrotou-o na batalha de Hastings. Haroldo tombou ferido de morte e suas forças desintegraram-se. Optando aparentemente pela prudência, os magnatas sobreviventes ofereceram a coroa ao duque Guilherme. A batalha de Hastings é considerada um ponto decisivo da história da Inglaterra, porquanto pôs termo ao período de supremacia anglo-saxônia e preparou o caminho para a fundação de um estado nacional sob os sucessores de Guilherme.

A maioria dos depoimentos sobre a vida econômica do primeiro período da Idade Média apresenta a sombria descrição duma volta a condições primitivas e, em alguns casos, de verdadeira miséria. Foi particularmente rápido o declínio da Itália na segunda metade do século V. Atingiram, então, seu ímpeto máximo as forças postas em jogo pela revolução econômica dos dois séculos precedentes. O comércio e a indústria extinguiram-se rapidamente; terras que antes tinham sido produtivas transformaram-se em matagais e a população declinou de maneira tão assustadora, que foi decretada uma lei proibindo a toda mulher entrar para o convento antes da idade de 40 anos. Enquanto os grandes proprietários territoriais dilatavam o seu controle sobre a agricultura e também sobre muitas funções governamentais, um número cada vez maior de pessoas pertencentes às massas populares transformavam-se em

servos. Durante o reinado de Teodorico esse processo de declínio econômico foi até certo ponto sustado graças à proteção que aquele dispensou à agricultura e ao comércio, bem como à redução dos tributos. Mas Teodorico foi incapaz de abolir a servidão ou de sustar a concentração da riqueza agrária, pois precisava do apoio da aristocracia. Depois de sua morte, voltaram novamente a operar as forças da decadência. A Itália poderia ter preservado o grau de prosperidade que alcançara sob o rei ostrogodo, se não fosse a luta de reconquista de Justiniano. O longo conflito militar levou o país à beira do barbarismo. A peste e a fome completaram a destruição causada pelos exércitos contendores. Os campos foram deixados sem cultivo, ao mesmo tempo que se suspendiam muitas atividades urbanas. Os lobos passeavam pelo país devorando os cadáveres insepultos. Era tão grande o perigo de morte pela fome que em certas regiões apareceu o canibalismo. Somente nas cidades maiores as funções normais da civilização prosseguiram de modo regular.

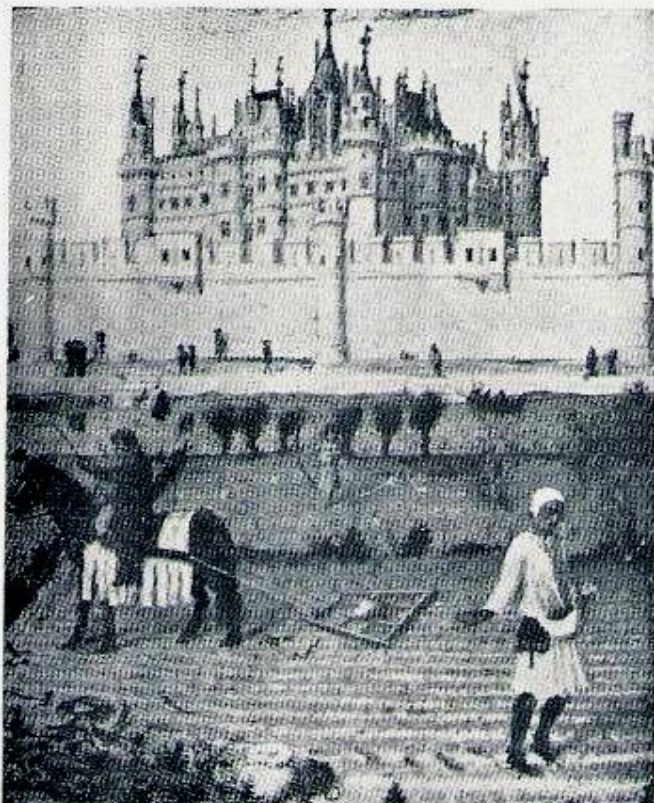
A transformação econômica, no território que hoje é conhecido como a França, seguiu um padrão bem parecido com o da Itália, mas se processou em ritmo mais lento. Nos tempos de Roma, a Gália do sul tivera um florescente comércio e uma indústria considerável. No fim do século IX, no entanto, a estagnação era quase completa. As ruas da cidade de Marselha cobriram-se de ervas e capim, enquanto o próprio porto ficava deserto por mais de duzentos anos. Em algumas outras cidades do Mediterrâneo e do interior continuou a ser praticado o comércio em escala bem diminuta, em grande parte por judeus e sírios, e depois por lombardos; mesmo, porém, as atividades desses homens tornaram-se progressivamente mais difíceis com o aumento do banditismo, com o mau estado das estradas e o desaparecimento do dinheiro da circulação geral. A história econômica da França também se caracterizou pelo desenvolvimento de um feudalismo irregular, semelhante ao que medrou na Itália. Muitas das causas dessa situação prendiam-se à política dos reis merovíngios e carolíngios. Quase todos eles recompensavam seus oficiais com a outorga de terras. Tanto Pepino o Breve como Carlos Magno

seguiram o exemplo de Carlos Martel, expropriando terras da Igreja e entregando-as a seus principais coadjuvantes como prêmio de serviços militares. Mais grave era a prática da outorga de imunidades ou isenções da jurisdição dos condes. Primeiramente essas imunidades eram outorgadas apenas como favores aos bispos e abades para protegê-los contra funcionários inescrupulosos, mas depois passaram a ser conferidas também a nobres seculares. Seu efeito legal era tornar o detentor sujeito unicamente à jurisdição do rei; como este se encontrava bastante longe e em geral preocupado com outros assuntos, os nobres aproveitavam-se da oportunidade para aumentar sua própria independência. Contribuíram também para o desenvolvimento de uma estrutura ainda mais extensamente feudal da sociedade as guerras, o banditismo e a opressão, que obrigavam os cidadãos fracos a procurar a proteção de seus vizinhos mais poderosos. Resultou daí uma tendência para a divisão da população em duas classes distintas: uma aristocracia proprietária e os servos.



Mosaico do vestibulo de Santa Sofia, recentemente descoberto sob a camada de tinta sobreposta pelos muçulmanos. O mosaico representa o Imperador Justiniano (à esquerda) oferecendo a igreja, e o Imperador Constantino oferecendo a cidade de Constantinopla à Virgem e seu filho. (Byzantine Institute.)

Faixas de lavoura nos campos do Palatinado Renano. Os métodos de cultivo representados nesta gravura lembram os do sistema de campo-aberto. (Ver p. 198.) (German Tourist Information Office.)



A VIDA NA ÉPOCA FEUDAL

Semeando, gradeando e enxotando corvos em frente do castelo. (Miniatura do Livro de Horas do Duque de Berry.)

Carnaval aldeão, segundo um quadro de Pedro Breughel. Embora Breughel tenha vivido no século XVI, a vida dos camponeses pouco mudara desde o fim da Idade Média. Estas festividades constituíam um dos poucos divertimentos dos camponeses. (Metropolitan Museum of Art.)



4. REALIZAÇÕES INTELECTUAIS DOS COMEÇOS DA EUROPA MEDIEVAL

Falando de modo geral, a mentalidade da Europa no primeiro período da Idade Média não foi de nível muito elevado. A superstição e a credulidade caracterizaram freqüentemente até o trabalho de muitos dos maiores escritores. Constituiu também traço característico de grande parte do esforço intelectual a inclinação mais pela compilação do que pela realização original. Eram poucos os que continuavam a se interessar pela filosofia ou pela ciência, exceto na medida em que esses assuntos pudessem servir para fins religiosos. Tal atitude levava, naturalmente, a interpretações místicas do conhecimento e à aceitação de fábulas como fatos quando pareciam conter significado simbólico para a religião. A despeito de tudo isso, o espírito da época não submergira irremediavelmente nas trevas. A luz do saber antigo nunca se extinguiu por completo; mesmo alguns dos mais piedosos sacerdotes da igreja de boa vontade reconheciam o valor da literatura clássica. Além disso, alguns homens desse período, se não possuíam gênio criador, pelo menos tinham uma capacidade para a erudição em nada inferior à dos melhores dias da Grécia.

Quase todos os filósofos dos começos da Idade Média podem ser classificados ou como cristãos ou como pagãos, embora alguns pareçam ser seguidores nominais da igreja, que no fundo seguiam pelo espírito da filosofia pagã. Os filósofos cristãos tendiam a se dividir em duas escolas diversas: 1) os que defendiam a primazia do dogma e 2) os que acreditavam que as doutrinas da fé podiam ser iluminadas pela luz da razão e orientadas no sentido de se harmonizarem com os mais valiosos frutos do pensamento pagão. A tradição dogmática na filosofia cristã iniciou-se originalmente com Tertuliano, um sacerdote de Cartago, que viveu lá pelo começo do século III. Para ele, o cristianismo era um sistema de leis sagradas que devia ser integralmente aceito como fé. Deus era um soberano absoluto,

cujos decretos nenhum mortal tinha o direito de discutir. O conhecimento humano nada valia para a religião; na verdade, pois que Cristo viera e os homens já possuíam os evangelhos, não cabia qualquer nova curiosidade. Tal como Tertuliano a considerava, a sabedoria do homem era mera tolice diante de Deus, e, quanto mais um dogma da fé fosse contraditado pela razão, mais mérito haveria em aceitá-lo.

Embora poucos padres cristãos fossem tão longe quanto Tertuliano no desprezo pelo esforço intelectual, vários houve que aderiram ao seu princípio geral de não estarem os dogmas de fé sujeitos à prova da razão. Santo Ambrósio, o grande bispo de Milão do século IV, foi um deles, não obstante seu espírito evoluído e o liberalismo da sua filosofia social. Seu contemporâneo, São Jerônimo, foi outro. Mas, deles, o de maior influência foi o Papa Gregório I (540-604), conhecido na história da igreja como São Gregório Magno. Rebento de uma rica família de senadores, Gregório desprezou as seduições da riqueza e do poder para se dedicar à vida da igreja. Transformou o palácio de seu pai num convento e deu aos pobres todo o resto da fortuna que herdara. Em seus trabalhos de teologia deu grande importância à penitência como elemento essencial à remissão dos pecados e fortaleceu a idéia de ser o purgatório um lugar onde mesmo os justos deviam sofrer a fim de diminuir suas culpas e assim se purificarem para a entrada nos céus. Talvez melhor do que qualquer outro, desenvolveu a doutrina segundo a qual o sacerdote, ao celebrar a missa, coopera com Deus na realização do milagre de repetir e renovar o sacrifício de Cristo na cruz.

Foram Clemente de Alexandria e Orígenes os mais eminentes filósofos cristãos que podem ser apontados como representativos da tradição racionalista. Ambos viveram no século III e foram profundamente influenciados pelo neoplatonismo e pelo gnosticismo, embora não tivessem aderido inteiramente a um ou a outro desses sistemas. Longe de desprezar o conhecimento humano, julgavam que os melhores pensadores gregos tinham, na realidade, antecipado os ensinamentos de Jesus e que o cristianismo lucra ao ser posto em harmonia com os ensinamentos

pagãos. Embora Clemente e Orígenes não possam ser classificados como racionalistas no sentido moderno do termo, visto que baseavam grande parte de suas crenças na fé, reconheceram, todavia, a importância da razão como base fundamental do conhecimento, quer religioso quer secular. Negavam a onipotência divina e ensinavam que o poder de Deus é limitado pela sua bondade e sabedoria. Rejeitavam o fatalismo de muitos de seus adversários e insistiam em que o homem modela pelo livre arbítrio, enquanto na terra, o curso de sua ação. Nem o universo, nem qualquer coisa nele contida, diziam, foram criados no tempo; pelo contrário, o processo de criação é eterno, sendo as velhas coisas suplantadas pelas novas numa sucessão sem fim. Tanto Clemente como Orígenes condenavam o ascetismo extremo de alguns de seus correligionários mais zelosos; deploravam, em particular, que homens como Tertuliano tivessem a tendência de falar do casamento como uma simples forma legalizada da carnalidade. Afirmavam, ao contrário, que o matrimônio e a procriação são necessários não somente ao bem da sociedade, mas também à perfeição do próprio homem. Finalmente, sustentavam que o fim de toda a punição futura é a purificação e não a vingança. Em consequência, a punição no inferno não pode ser eterna, pois mesmo o mais infame dos pecadores deve ser por fim redimido. Se assim não fosse, Deus não poderia ser um Deus de bondade e de misericórdia.

O mais erudito e talvez o mais original entre todos os primeiros filósofos cristãos foi Santo Agostinho. Na medida em que é possível classificá-lo, ele ocupa uma posição intermediária entre Clemente e Orígenes, de um lado, e, de outro, Tertuliano e Gregório. Apesar de colocar a verdade revelada acima da razão, reconhecia a necessidade de uma explicação intelectual para a sua crença. Nascido em 354, filho de pai pagão e de mãe cristã, Agostinho durante a maior parte de sua vida foi dilacerado por impulsos contraditórios. Quando jovem entregou-se aos prazeres sensuais, dos quais em vão tentou escapar, embora admita, nas "Confissões", que os seus esforços não eram muito sinceros. Mesmo depois de ficar noivo não pôde resistir à tentação de tomar

uma nova amante. Entrementes, quando tinha quase dezoito anos, foi atraído para a filosofia pela leitura do livro Hortensius de Cícero. Passou de um sistema para outro, incapaz de em qualquer deles encontrar satisfação espiritual. Durante um curto período esteve considerando as possibilidades do cristianismo, mas a impressão que teve deste foi de ser muito tosco e supersticioso. Então, durante nove anos foi maniqueu, mas por fim se convenceu de que era essa uma fé decadente. A seguir foi atraído pelo neoplatonismo e, finalmente, voltou ao cristianismo, depois de ter ouvido a pregação de Ambrósio. Embora só se tenha batizado aos trinta e três anos, Agostinho alçou-se rapidamente à dignidade eclesiástica. Em 395 tornou-se bispo de Hipona, na África do norte, cargo que ocupou até morrer, em 430.

Como filósofo, Agostinho derivou grande parte de suas teorias dos neoplatônicos. Acreditava na verdade absoluta e eterna, e no conhecimento instintivo que Deus implanta no espírito dos homens. Afirmava existirem certos conceitos básicos do conhecimento que não são produtos subjetivos do pensamento humano, mas que já existem no nosso espírito desde o nascimento, como reflexos da verdade eterna. Nesses conceitos podemos confiar, como em padrões imutáveis de justiça e de direito. Conseqüentemente, é injustificável o ceticismo. O conhecimento de suprema importância é o de Deus e de Seu desígnio de redimir a humanidade. Embora a maior parte desse conhecimento possa advir da revelação contida nas Escrituras, é dever do homem compreendê-lo na medida do possível, para fortalecer a sua fé. Com base nessa conclusão, Santo Agostinho desenvolveu sua famosa concepção da história humana como o desdobramento da vontade divina. Tudo o que já aconteceu ou que acontecerá no futuro representa somente um episódio na realização do plano divino. A totalidade dos seres humanos compreende duas grandes divisões: aqueles a quem Deus predestinou à salvação eterna constituem a Cidade de Deus; todos os demais pertencem à Cidade Terrestre. O fim do drama da história virá com o dia do Juízo, quando os poucos abençoados que compõem a Cidade de Deus envergarem as vestes da

imortalidade, enquanto a vasta multidão do reino terrestre será lançada no fogo do inferno. De acordo com Santo Agostinho, todo o significado da existência humana está nisso.

A teologia de Santo Agostinho faz parte integrante de sua filosofia. Acreditando, como fazia, numa divindade que controla a ação do universo nos seus menores detalhes, naturalmente salientava a onipotência de Deus e estabelecia limites ao livre arbítrio. Sendo o homem pecaminoso por natureza, a vontade tem de lutar contra a inclinação de fazer o mal. Embora o homem tenha o poder de escolher entre o bem e o mal, é Deus quem dá o motivo ou "inspiração" para a escolha. Por conseguinte, o homem virtuoso deve agradecer a Deus o ter podido optar pelo caminho da virtude. Deus criou o mundo sabendo que alguns homens atenderiam ao "convite" divino para viverem como santos e que outros resistiriam e recusariam cooperar. Desse modo, Deus predestinou uma parte do gênero humano a salvar-se e abandonou o restante à perdição; em outras palavras, Ele fixou para toda a eternidade o número dos habitantes da cidade celeste. Isso não quer dizer que Ele tenha eleito alguns para a salvação e negado a todos os demais a oportunidade de salvarem-se, mas sim que sabia infalivelmente, desde toda a eternidade, que alguns não desejariam ser salvos. Foi enorme a influência de Santo Agostinho. A despeito de serem seus ensinamentos levemente modificados pelo Concílio de Orange, em 529, e ainda mais pelos teólogos do segundo período medieval, é ainda hoje reverenciado como um dos mais importantes Padres da Igreja Católica. Lutero e outros reformadores protestantes também o tinham na mais alta estima, se bem que as interpretações por eles dadas aos seus ensinamentos diferissem muitas vezes da interpretação católica.

Praticamente, a única escola de filosofia pagã da Europa no período inicial da Idade Média foi o neoplatonismo, cujas doutrinas já foram discutidas no capítulo precedente. Houve, no entanto, um outro pensador isolado que não se pode classificar definitivamente, quer como pagão quer como cristão. É bem possível que tenha sido cristão, se bem que não mencione a igreja nem o nome de Cristo na sua obra principal. Chamava-se Boécio. Nascido mais ou

menos em 480, de uma família aristocrática, Boécio tornou-se o principal conselheiro de Teodorico, o rei ostrogodo. Desaveio-se depois com esse monarca, foi acusado de traição e lançado no cárcere. Em 523 foi morto. O principal trabalho filosófico de Boécio, escrito enquanto se consumia na prisão, intitula-se Consolação da Filosofia. Seu tema dominante é a relação entre o homem e o universo. O autor trata de problemas como o do destino, do governo divino do mundo e do sofrimento individual. Depois de pesar cuidadosamente as várias concepções sobre a fortuna, chega à conclusão de que a verdadeira felicidade identifica-se com a compreensão filosófica de que o universo é verdadeiramente bom e o mal, apenas aparente. Fazendo ver que os homens que se entregam aos impulsos violentos ou sofrem as aguilhoadas do remorso, ou se tornam escravos de suas paixões, procura demonstrar que o vício nunca fica sem punição nem a virtude sem recompensa. Embora pareça admitir a imortalidade da alma, não se refere a nenhuma crença definidamente cristã como fonte de consolação. Sua atitude é essencialmente a dos estóicos, colorida por certo misticismo neoplatônico. Poucos tratados de filosofia foram mais populares na Europa medieval do que a Consolação da Filosofia. Não somente foi traduzida para quase todas as línguas vivas, mas apareceram também numerosas imitações dela.

A história da literatura dos começos da Idade Média caracterizou-se, primeiramente, por um declínio do interesse pelas obras clássicas e, depois, pelo desenvolvimento de uma tosca originalidade que, por fim, abriu caminho ao desenvolvimento de novas tradições literárias. No século V já começara a decair o gosto pela boa literatura latina. Alguns dos padres cristãos, educados em escolas pagãs, procuravam desculpar-se de seu apego às obras antigas; outros as denunciavam expressamente, mas a atitude que em geral prevalecia era a de Santo Agostinho. O grande bispo de Hipona dizia que todos os homens deveriam continuar a estudar os clássicos pagãos, não pelo valor estético ou pelo interesse humano que apresentam, "mas visando tornar o julgamento mais agudo e mais apto para penetrar o mistério da Palavra Divina". A língua latina também sofreu os efeitos de uma

barbarização gradual da cultura. Muitos teólogos pareciam achar quase ímpio um cristão escrever muito bem. O papa Gregório I, ao compor seus comentários para as Escrituras, confessava considerar muitíssimo impróprio "acorrentar o Oráculo Celeste" às regras da gramática. Conseqüentemente, o latim medieval acabou por se corromper numa lamentável confusão de mudanças de sintaxe e de ortografia e pela introdução de novas palavras usadas na conversação. Nos fins do período, contudo, as línguas nacionais, que tinham evoluído aos poucos de uma fusão de dialetos bárbaros, com alguma mistura adicional de elementos latinos, começaram a ser empregadas em toscas obras poéticas. Em conseqüência disso houve novo e vigoroso desenvolvimento literário, que atingiu seu auge, aproximadamente, no século XIII.

O exemplo mais conhecido dessa literatura em língua vernácula é o poema épico anglo-saxão Beowulf. Escrito pela primeira vez mais ou menos no século VIII, esse poema compreende antigas lendas dos povos germânicos do noroeste da Europa. É uma história de lutas, de viagens marítimas e de aventuras heróicas contra dragões mortíferos e forças da natureza. O fundo da narrativa é pagão, mas o autor do trabalho induziu nela algumas qualidades do idealismo cristão. Beowulf é importante não só como um dos mais antigos exemplares de poesia anglo-saxônica, mas também pela descrição que oferece da sociedade dos ingleses e de seus antepassados nos começos da Idade Média. Muitos outros exemplos da literatura popular dessa época também foram escritos em inglês antigo. Incluem os hinos de Caedmon e numerosas elegias com descrições das rudes virtudes da primitiva cultura bárbara. Nenhuma exposição da literatura vernácula desse tempo estaria, porém, completa sem uma menção das produções irlandesas. A Irlanda passou, no fim do século VI e no começo do VII, por um brilhante renascimento que fez do país um dos lugares mais esplendentes da chamada "Idade das Trevas". Sem gozar o benefício de qualquer influência latina, os monges e os poetas irlandeses escreveram histórias de aventuras fantásticas em terra e nos mares, e centenas de poemas de cores ricas e generosa compreensão da natureza humana.

Ao lado dos trabalhos teológicos, as principais produções dos autores que escreveram em latim durante a primeira fase da Idade Média são as obras históricas de Orósio, Gregório de Tours e Beda. A pedido de Santo Agostinho, um sacerdote espanhol chamado Orósio escreveu os Sete Livros contra os Pagãos. Não se distinguindo nem pela exatidão, nem pelo encanto literário, essa obra se propunha ser uma história do mundo, mostrando que as calamidades que atingiram as nações antigas foram devidas à sua perversidade. O bispo Gregório de Tours, contemporâneo de Clóvis, também escreveu com o intuito de defender a fé. Na sua História dos Francos justifica os assassinios de Clóvis como tendo sido praticados a serviço da igreja. Embora seu trabalho contenha informações interessantes sobre os acontecimentos desse tempo, é prejudicado pelos relatos sobre o poder milagroso das relíquias sagradas e pela sua tendência de dar uma interpretação sobrenatural a todas as ocorrências. Inegavelmente a melhor das obras históricas do primeiro período medieval foi a de Beda o Venerável, intitulada História Eclesiástica da Inglaterra. Beda era um monge inglês que viveu entre 673 e 735. Mais interessado, aparentemente, na erudição do que na meditação devota, consagrou-se com tanto afincamento aos estudos que ganhou a reputação de ser um dos homens mais cultos de seu tempo. Prestou cuidadosa atenção às fontes ao coligir material para a sua história. Não hesitou em rejeitar as afirmações de algumas das mais respeitáveis autoridades, quando lhe pareciam erradas, e quando baseava uma afirmação na mera tradição oral era bastante honesto para confessá-lo.

Não estaria completo este apanhado das conquistas intelectuais da primeira fase da Idade Média se não fizéssemos referência aos desenvolvimentos verificados no campo da educação. Depois do reinado de Teodorico desapareceu rapidamente o antigo sistema romano de escolas públicas. Em algumas cidades italianas sobreviveram as escolas municipais até a própria Renascença, mas em todo o resto da Europa Ocidental os mosteiros praticamente monopolizaram a educação. O homem que mais fez para converter os mosteiros em instituições de ensino foi

Cassiodoro, antigo secretário-chefe de Teodorico. Depois de deixar o serviço civil, Cassiodoro fundou um mosteiro em sua antiga propriedade da Apúlia e fez com que os monges trabalhassem na cópia de manuscritos. O precedente por ele estabelecido foi sendo aos poucos adotado em quase todas as instituições beneditinas. Cassiodoro insistiu também em que os seus monges fossem adestrados para o ensino e com esse fim preparou um currículo baseado em sete assuntos que vieram a ser chamados as Sete Artes Liberais. Esses assuntos foram divididos, presumivelmente por Boécio, no trivium e no quadrivium. O primeiro incluía a gramática, a retórica e a lógica, que se supunha serem as chaves do conhecimento, enquanto o quadrivium compreendia assuntos de conteúdo mais definido: a aritmética, a geometria, a astronomia e a música.

Os manuais usados nas escolas monásticas eram na maioria elementares. Em algumas das melhores escolas, no entanto, estudavam-se traduções das obras de Aristóteles sobre lógica. Mas em parte alguma se dedicava atenção à ciência de laboratório, e a história era grandemente descuidada. Não se possibilitava preparo profissional de qualquer espécie, exceto para a carreira eclesiástica. O ensino era, naturalmente, privilégio de poucos; em regra geral, as massas não recebiam instrução, salvo a que adquirissem acidentalmente, e mesmo muitos membros da aristocracia secular eram analfabetos. Todavia, com todas as suas limitações, esse sistema de educação muito contribuiu para salvar a cultura européia de um eclipse total. Merece ainda ser lembrado que as melhores escolas dos mosteiros e das catedrais - especialmente as de Yarrow e York, na Inglaterra - deram o impulso principal às primeiras revivescências do conhecimento que ocorreram na segunda fase da Idade Média.

Capítulo 12

As Civilizações Bizantina e Sarracena

O CHAMADO período medieval da história não diz respeito somente à Europa. A história medieval inclui duas outras civilizações além das culturas do início da Idade Média européia e da Época Feudal, que a sucedeu. São as civilizações bizantina e sarracena. Embora ocupassem territórios no continente europeu, a maior parte de seus impérios se localizava na África e na Ásia. De maior significado é o fato de serem, sobretudo, orientais, os característicos de ambas as civilizações. A religião foi o fator dominante na vida e nas realizações de ambas, embora os sarracenos fossem muçulmanos e o povo bizantino, cristão. Os dois estados ligavam-se de maneira tão íntima à igreja que os seus governos eram essencialmente teocráticos. Além disso, ambas as civilizações caracterizavam-se por atitudes de pessimismo e de fatalismo, e por tenderem a atribuir ao ponto de vista místico uma supremacia sobre o racional. Deve-se notar, no entanto, que os sarracenos, principalmente, fizeram notáveis contribuições à filosofia e à ciência, ao passo que o Império Bizantino teve enorme importância pela sua arte e pelo seu trabalho de conservação de inúmeras conquistas culturais dos gregos e dos romanos.

1. O IMPÉRIO BIZANTINO E SUA CULTURA

No século IV Constantino fundou uma nova capital para o Império Romano, no local da antiga colônia grega de Bizâncio. Quando se desintegrou a metade ocidental do Império, Bizâncio (ou Constantinopla como a cidade passou a ser comumente chamada) sobreviveu como capital de um poderoso estado que incluía as províncias dos Césares no Oriente Próximo. Aos poucos esse estado veio a ser conhecido como o Império Bizantino, embora não fosse, antes ao século VI, claramente reconhecida a existência de uma civilização bizantina. Mesmo depois dessa data, muitos

acreditavam que Roma tivesse simplesmente mudado seu centro de gravidade para o Oriente.

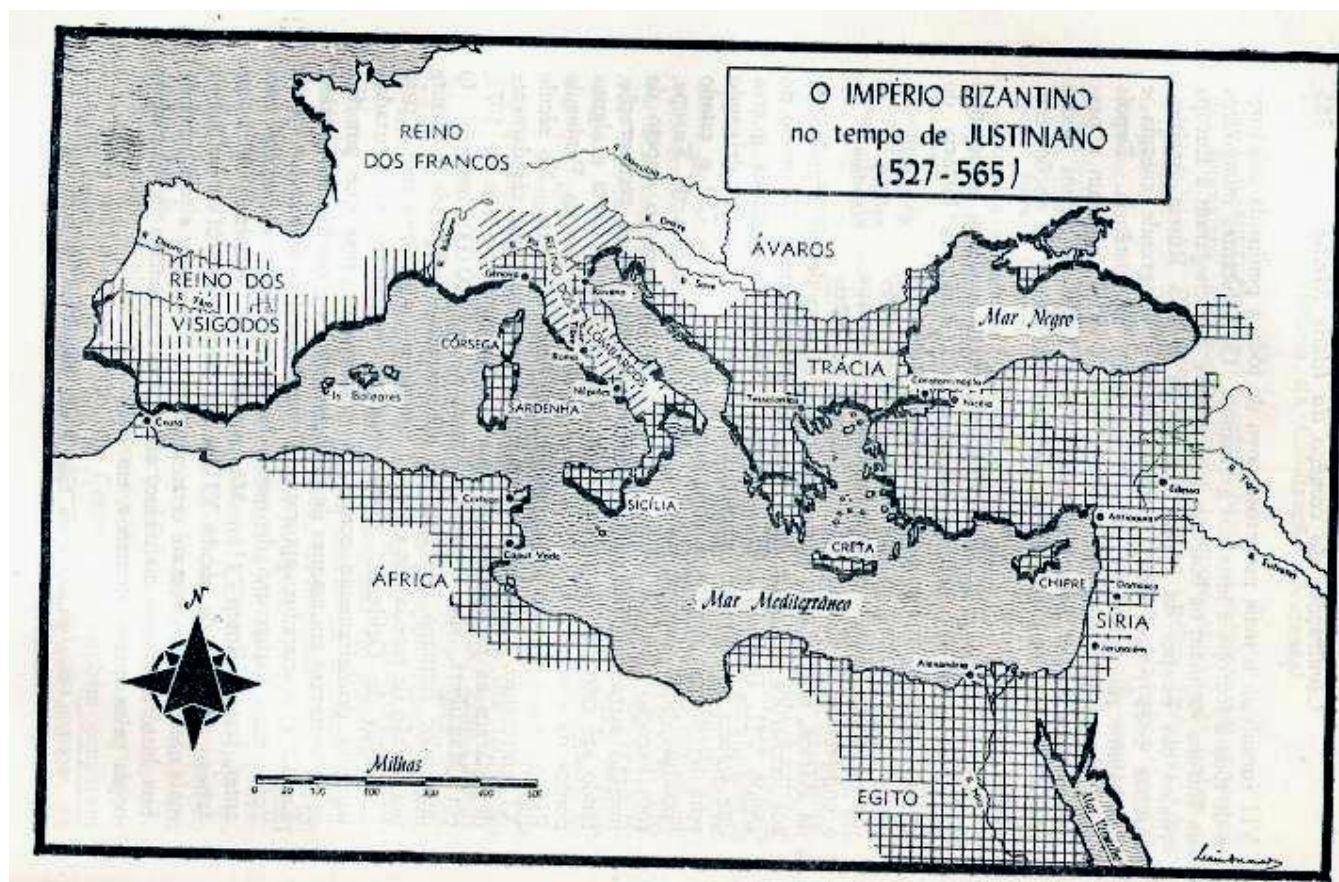
Embora a história bizantina tenha abrangido um período equivalente ao da Idade Média, o padrão cultural era bem diferente ao da cultura que dominava na Europa Ocidental. A civilização bizantina, mais bizantina possuía um caráter muito mais pronunciadamente oriental. Não só Constantinopla entestava com o Oriente, mas também grande parte dos territórios do Império se localizava fora da Europa. Os mais importantes dentre eles eram: a Síria, a Ásia Menor, a Palestina e o Egito. Além disso, elementos gregos e helenísticos entraram na formação da cultura bizantina em porção maior do que aconteceu na Europa Ocidental. A língua predominante do estado oriental era o grego, ao mesmo tempo que se caracterizavam como profundamente helenísticas as tradições literárias, artísticas e científicas. Por último, o cristianismo do Império Bizantino diferia do da Europa Latina por ser mais místico, abstrato e pessimista, e por estar mais completamente sujeito ao controle político.

A população dos territórios sob o governo bizantino compreendia um grande número de nacionalidades. A maioria dos habitantes eram gregos e orientais helenizados: sírios, judeus, armênios, egípcios e persas. Além disso, as partes européias do Império incluíam numerosos bárbaros, especialmente eslavos e mongóis. Havia, também, alguns germanos, mas em geral os imperadores de Constantinopla conseguiram desviar as invasões germânicas para o Ocidente. Por outro lado, foi-lhes muito mais difícil obstar aos avanços dos eslavos e dos mongóis. A pátria original dos eslavos, um povo de cabeça redonda e de raça alpina, provavelmente ficava no nordeste dos Montes Cárpatos, sobretudo no que hoje constitui a região sudoeste da Rússia. Sendo um pacífico povo agrícola, raramente recorriam à invasão armada, mas aos poucos, desde que surgia uma oportunidade, expandiam-se em territórios pouco habitados. Não somente dirigiram-se para os vastos territórios despovoados da Rússia Central, mas também ocuparam muitas regiões abandonadas pelos germanos e, daí, aos poucos, se infiltraram através das fronteiras do Império Oriental.

No século VII formavam o mais numeroso povo de toda a península balcânica e de toda a Europa a leste dos germanos. Os habitantes mongólicos da Europa incluíam os búlgaros e os ávaros, que chegaram à Europa vindos das estepes da região que forma hoje a Rússia Asiática. Ambos esses povos eram pastoris, dotados de grande energia e dos hábitos guerreiros peculiares a esse modo de existência. Depois de penetrarem no vale do Danúbio, muitos deles forçaram a passagem para o território bizantino. Foi a fusão de alguns desses povos mongóis com os eslavos que deu nascimento às nações modernas dos búlgaros, dos sérvios e outros.

Têm muito pouca significação para a época moderna os detalhes do desenvolvimento político bizantino. O início da história do Império caracterizou-se por lutas para repelir os bárbaros germanos. A confiança inspirada pelo sucesso dessas lutas animou o imperador Justiniano a empreender a reconquista da Itália e do Norte da África, mas grande parte da Itália foi logo depois abandonada aos lombardos e o norte da África, aos muçulmanos. No início do século VII, Bizâncio iniciou contra a Pérsia uma grande guerra que acabou por esgotar completamente ambos os impérios, deixando seus territórios abertos à conquista sarracena. Em 750 o estado bizantino tinha perdido todas as suas possessões fora da Europa, com exceção da Ásia Menor. Depois de esmorecer o ímpeto da invasão sarracena, Bizâncio experimentou uma ligeira recuperação, tendo até retomado a província da Síria, a ilha de Creta e alguns pontos da costa italiana, bem como certos territórios da Península Balcânica que tinham sido conquistados pelos bárbaros. No século XI, entretanto, o Império foi atacado pelos turcos que rapidamente devastaram as províncias orientais e aniquilaram no ano de 1071, em Manzikert, um exército bizantino de 100.000 homens. O imperador Romano Diógenes foi aprisionado e resgatado mediante um milhão de moedas de ouro. Logo depois o governo apelou para o auxílio do Ocidente. Como resultado, surgiram as Cruzadas, lançadas primeiramente contra os muçulmanos, mas que por fim se converteram em ataques de pilhagem contra o território bizantino.

Em 1204 os cruzados capturaram Constantinopla e trataram a cidade "com mais barbarismo do que o bárbaro Alarico, oitocentos anos antes, tratara Roma". Mas mesmo esses desastres não foram fatais. No fim do século XIII e no começo do XIV, o Império mais uma vez recobrou até certo ponto o antigo poder e prosperidade. Sua história chegou ao termo, afinal, com a tomada de Constantinopla pelos turcos otomanos, em 1453.



Durante esse longo período de aproximadamente 1.000 anos a estabilidade do domínio bizantino foi freqüentemente ameaçada, não só por agressões estrangeiras, mas também por intrigas palacianas, motins militares e lutas violentas entre as facções políticas. Como se pode, então, explicar que o Império tenha durado tanto, mormente se levarmos em consideração a rápida decadência do Ocidente nos primeiros séculos desse período? Talvez a principal razão esteja em ser a civilização bizantina em boa parte oriental e, por isso, relativamente estável. As mudanças sociais não ocorriam com excessiva rapidez nem a evolução

cultural passava por ciclos violentos de declínio e ressurreição. Em geral o povo bizantino contentava-se com as tradições do passado, em vez de se aventurar destemerosamente a novas conquistas intelectuais. Esse aspecto conservador de sua cultura ajudou a nação a preservar-se de rápido declínio. Os fatores geográficos e econômicos talvez tenham tido influência ainda maior. A localização de Constantinopla tornara-a quase inexpugnável: cercada de água por três lados e com o quarto defendido por uma alta muralha, a cidade era praticamente capaz de resistir quanto tempo desejasse. Além disso, o Oriente Próximo não sofreu um declínio na indústria e no comércio, como o da Itália no começo da Idade das Trevas. O governo bizantino possuía, ademais, um tesouro repleto, que a qualquer momento podia ser utilizado para fins de defesa. As rendas do estado foram avaliadas na colossal quantia de cinqüenta milhões de dólares por ano.

O governo do Império Bizantino assemelhava-se ao de Roma depois de Diocleciano, exceto quanto a ser ainda mais despótico e teocrático. O imperador era soberano absoluto, com poder ilimitado sobre todos os setores da vida nacional. Seus súditos não somente se prosternavam diante dele, mas ao fazer-lhe uma petição usualmente diziam-se seus escravos. Além disso, a dignidade espiritual do imperador não era de modo algum inferior à sua força temporal. Era o vigário de Deus, com uma autoridade religiosa equiparada à dos apóstolos. Embora alguns imperadores fossem administradores capazes e dedicados, a maior parte das funções efetivas do governo era exercida por uma vasta burocracia, muitos de cujos membros se distinguiam por sua alta eficiência. Um grande exército de amanuenses, inspetores e espiões mantinha um controle minucioso sobre a vida e as posses de cada habitante do país.

O sistema econômico era tão estritamente regulamentado quanto o do Egito helenístico. O Império Bizantino foi descrito, mesmo, como o "paraíso do monopólio, do privilégio e do paternalismo". O estado exercia controle absoluto sobre quase todos os gêneros de atividade. O salário de cada trabalhador e o preço de cada produto eram fixados por decreto governamental. Em muitos casos não

podia o indivíduo nem sequer escolher sua própria ocupação, uma vez que ainda se mantinha o sistema de corporações estabelecido no extinto Império Romano. Cada trabalhador herdava sua condição de membro desta ou daquela corporação, e as muralhas que cercavam cada organização eram hermeticamente fechadas. Também o produtor não gozava de maior liberdade. Não podia fixar por si mesmo a quantidade ou a qualidade da matéria-prima que desejava comprar, nem lhe era permitido adquiri-la diretamente. Não podia determinar o total da produção, nem em que condições venderia o produto. Todos esses assuntos eram regulamentados pela associação comercial a que pertencia, sendo esta, por sua vez, submetida à supervisão do governo. A fim de tornar menos dispendiosa a administração do sistema, os imperadores encorajavam negociantes rivais e trabalhadores a fazerem-se delatores uns dos outros. O governo possuía e movimentava certo número de grandes empresas industriais. Entre as principais contavam-se a da pesca da púrpura ou múrice, as minas, as fábricas de armamentos e os estabelecimentos têxteis. Em certa época tentou-se estender o monopólio à indústria da seda, mas as fábricas do governo foram incapazes de atender aos pedidos e foi preciso permitir que as manufaturas particulares reiniciassem a produção.

O regime agrícola desenvolvido na última fase do Império Romano também se perpetuou e se estendeu nos territórios bizantinos. Grande parte da terra estava dividida em propriedades muito extensas, comparáveis aos latifúndios da Itália. Salvo nas regiões acidentadas e montanhosas, havia muito poucos lavradores independentes. Nas áreas mais ricas, a população agrícola se constituía quase que inteiramente de rendeiros e de servos. O número destes últimos aumentou no século V, quando o imperador Anastácio promulgou um decreto proibindo de jamais saírem do lugar onde viviam todos os camponeses que tinham trabalhado numa propriedade agrícola particular durante trinta anos. O objetivo dês se decreto era assegurar um mínimo de produção agrícola, mas sua conseqüência natural foi prender os camponeses ao solo e torná-los verdadeiros servos dos seus

senhorios. A concentração da riqueza agrária nas mãos da igreja foi outro traço característico da vida agrícola do Império Bizantino. Os mosteiros, particularmente, passaram a figurar entre os mais ricos proprietários do país. Com a crescente dificuldade de fazer da lavoura um meio de vida e com a popularidade - cada vez maior do ascetismo, grande número de lavradores procuravam refúgio no claustro, doando suas terras às instituições que os admitiam. As propriedades adquiridas pela igreja não eram cultivadas nem pelos monges nem pelos sacerdotes, mas pelos servos. Durante os séculos VII e VIII ocorreu uma transformação econômica. Muitos servos recuperaram a liberdade e tornaram-se donos das terras que cultivavam. Mas por volta do século XI as grandes propriedades haviam reaparecido e a classe dos camponeses independentes cessou virtualmente de existir.

Nenhum outro assunto parece ter absorvido tão completamente o interesse do povo bizantino quanto a religião. Discutiam questões religiosas com a mesma veemência com que os cidadãos do mundo moderno disputam sobre a questão do controle governamental versus propriedade privada ou da democracia versus totalitarismo. Deleitavam-se com certas sutilezas teológicas que seriam consideradas por nossos contemporâneos como estéreis e triviais. Gregório de Nissa, um dos Padres da própria igreja bizantina, assim descrevia Constantinopla no século IV: Todos os lugares estão cheios de pessoas que falam de coisas ininteligíveis - as ruas, os mercados, as praças e as encruzilhadas. Pergunto quantos óbolos tenho de pagar; em resposta filosofam sobre o nascido e o não nascido. Quero saber o preço do pão e alguém me responde: - "O pai é maior do que o Filho". Pergunto se o meu banho está pronto e dizem-me: "O Filho foi feito do nada".

As mais sérias questões religiosas foram, no entanto, as derivadas dos movimentos monofisita e iconoclasta, embora nenhum desses dois movimentos tivesse caráter exclusivamente religioso. Os monofisitas eram assim chamados por afirmarem que Cristo possuía uma única natureza - sendo essa natureza divina. Tal doutrina, quiçá um reflexo do desprezo votado pelos neoplatônicos a tudo que fosse físico ou material, contradizia inteiramente a

doutrina oficial do cristianismo. O movimento monofisita, iniciado já no século V, atingiu o auge no reinado de Justiniano (527-565). Seu maior baluarte localizava-se na Síria e no Egito, onde representava a expressão do ressentimento nacionalista contra o jugo de Constantinopla. Ao ocupar-se desta seita, Justiniano colocou-se entre dois fogos. Ele ambicionava não somente unificar seus súditos dentro da obediência a uma única fé, mas também desejava conquistar o apoio de Roma. Por outro lado, relutava em tomar quaisquer medidas para reprimir os monofisitas, em parte devido à força destes e também porque sua esposa, a popular atriz Teodora, pertencia à seita. Foi finalmente a vontade dela que prevaleceu. No século VII os monofisitas se separaram da igreja oriental. Essa seita sobrevive até hoje no Egito, na Síria e na Armênia como ramo importante do cristianismo.

O movimento iconoclasta foi lançado, mais ou menos em 725, por um decreto do imperador Leo III, que proibia o uso de imagens nos templos. Na igreja oriental chamava-se ícone a qualquer imagem de Deus, de Cristo ou de santo. Iconoclastas, ou quebradores de imagens, foi como se tornaram conhecidos os que condenavam o uso de ícones no culto. O movimento iconoclástico resultou de inúmeros fatores. Em primeiro lugar, tinha uma certa afinidade com o movimento monofisita na sua oposição a tudo o que fosse sensual ou material na religião. Era, além disso, um protesto contra o paganismo e o mundanismo da igreja. Mas talvez representasse, acima de mais nada, uma revolta de certos imperadores contra o poderio crescente do sistema eclesiástico. Os mosteiros, particularmente, absorviam tão grande porção da riqueza nacional e afastavam tantos homens do serviço militar e das ocupações úteis, que dentro em breve entraram a solapar a vitalidade econômica do Império. Como os monges retiravam grande parte de seus proventos da manufatura e da venda de ícones, era natural que o movimento dos imperadores reformistas concentrasse seus ataques contra o uso de imagens na igreja. Tinham, já se vê, o apoio de muitos súditos piedosos, descontentes com o que consideravam uma corrupção da religião por práticas idólatras.

Embora continuando até pleno século IX, a luta contra a adoração de imagens não foi além da eliminação das esculturas; os ícones pintados acabaram por ser novamente aceitos. Todavia, a controvérsia iconoclástica não teve apenas esse significado superficial. Pode-se dizer que representou um estágio importante no conflito irreprimível entre as tradições romanas e as orientais, conflito que ocupou tão largo espaço na história bizantina. Os que defendiam o uso de imagens acreditavam em geral numa religião eclesiástica em que os símbolos e as cerimônias constituíam auxiliares indispensáveis do culto. A maioria de seus opositores eram místicos e ascetas que condenavam qualquer forma de instituição, da mesma forma que a veneração de objetos materiais, e se batiam por uma volta à espiritualidade do cristianismo primitivo. Muitos ideais dos iconoclastas eram semelhantes aos dos reformadores protestantes do século XVI, e pode-se dizer que o próprio movimento foi uma antecipação da grande revolta de Lutero e de Calvino contra os elementos considerados pagãos da religião católica romana. Por fim, a controvérsia iconoclástica foi uma causa poderosa da separação entre os ramos grego e romano da igreja, em 1054. Mesmo não sendo inteiramente bem sucedido, o ataque ao uso de imagens propagou-se o bastante para despertar acerbo antagonismo entre os cristãos orientais e ocidentais. O papa excomungou os iconoclastas e passou a buscar junto dos reis francos o apoio que recebia anteriormente dos imperadores bizantinos. Desde essa época, foi-se acentuando a separação entre as duas divisões principais do cristianismo.

As condições sociais do Império Bizantino apresentavam contraste notável com as da Europa Ocidental na primeira fase da Idade Média. Enquanto grandes zonas da Itália e do sul da França haviam baixado quase completamente ao nível primitivo do ruralismo, a sociedade bizantina continuava a manter seu caráter essencialmente urbano e suntuário. Só na cidade de Constantinopla vivia cerca de um milhão de pessoas, sem falar nos milhares que residiam em Tarso, Nicéia, Edessa, Tessalônica e outros grandes centros urbanos. Os mercadores, banqueiros e industriais igualavam-se aos grandes proprietários de terras como

membros da aristocracia, pois não havia a tendência, que existira em Roma, de desprezar o homem que auferia seus rendimentos da indústria ou do comércio. Os ricos viviam elegante e comodamente, cultivando como arte superior a satisfação de gostos opulentos. Uma grande parte da atividade industrial da nação era absorvida na produção de artigos de luxo para atender às necessidades das classes mais ricas. A seguinte lista compreende apenas alguns poucos artigos da produção suntuária das fábricas e oficinas, tanto públicas como particulares: magníficas vestimentas de lã e de seda entrelaçada de fio de ouro e prata, tapeçarias de brocado e damasco esplendidamente coloridas, primorosos artefatos de vidro e porcelana, evangelhos com iluminuras e raros e caríssimos adereços.

A vida das classes inferiores era, em comparação, pobre e mesquinha, mas apesar disso é bem provável que o homem comum do Império Bizantino estivesse em melhores condições que o cidadão médio de muitas das outras partes do mundo cristão desse tempo. O largo desenvolvimento industrial e comercial e o alto grau de estabilidade econômica ofereciam oportunidade ao emprego de milhares de trabalhadores urbanos, exceto no período das invasões dos muçulmanos, quando Constantinopla se viu abarrotada de refugiados que não podiam ser absorvidos pelo sistema econômico. Mesmo a sorte dos servos adscritos às terras de alguns grandes proprietários seculares era possivelmente superior à dos camponeses da Europa ocidental, pois que o poder de exploração dos senhorios ao menos era regulamentado por lei. Não obstante, a condição dos servos era bastante má, pois estavam condenados a uma vida de ignorância e estúpida rotina, limitada ao horizonte estreito em que nasciam. Sua condição era inalteravelmente determinada pelo simples acidente de nascerem de pais servos. A população bizantina compunha-se também de uma percentagem considerável de escravos, mas grande parte deles eram empregados em serviços domésticos e gozavam, sem dúvida, duma existência mais ou menos confortável.

O nível de moralidade do Império mostrava certos contrastes um tanto chocantes. O povo bizantino, a despeito de seus

antecedentes gregos, não tinha na aparência nenhuma aptidão para as virtudes tipicamente helênicas do equilíbrio e da moderação. Em lugar do meio termo, parecia preferir sempre os extremos. Por conseguinte, encontravam-se freqüentemente, lado a lado com a mais extravagante intemperança, a mais humilde auto-negação e até a laceração da carne. As qualidades contraditórias de sensualidade e de piedade, de caridade e de crueldade, eram comumente encontradas na mesma camada social ou até nos mesmos indivíduos. Por exemplo, o grande imperador reformista Leo III tentou abolir a servidão, mas também introduziu a mutilação como pena judiciária. A vida na corte imperial e entre alguns membros do mais alto clero parece ter-se caracterizado pela indolência, pelos vícios elegantes, pelas maneiras efeminadas e pela intriga. Em razão disso, a própria palavra "bizantino" veio a sugerir sensualidade elegante e refinamentos de crueldade.

No campo intelectual, o povo bizantino mostrou-se pouco capaz de originalidade. Relativamente poucas descobertas ou contribuições em quaisquer dos campos do conhecimento podem, na realidade, ser-lhes atribuídas. Sua realização mais digna de nota foi, talvez, a revisão e a codificação das antigas leis romanas. Depois da época dos grandes juristas (séculos II e III) decaiu o gênio criador dos jurisconsultos romanos e nada de novo foi acrescentado à filosofia e à ciência do direito. Continuou, no entanto, a crescer o volume dos decretos. No século VI, as leis romanas já continham numerosas disposições contraditórias e obsoletas. Além disso, as condições tinham mudado tão radicalmente que muitos dos antigos princípios legais não tinham mais aplicação, principalmente devido ao regime de despotismo oriental e à adoção do cristianismo como religião oficial. Quando Justiniano subiu ao trono, em 527, resolveu imediatamente fazer uma revisão e uma codificação do direito existente para harmonizá-lo com as novas condições, adotando-o como base legal do seu governo. A fim de realizar tal trabalho nomeou uma comissão de juristas sob a supervisão de seu ministro Triboniano. Dentro de dois anos a comissão publicou os primeiros resultados de seus trabalhos - o Código, uma revisão

sistemática de todas as leis que tinham sido promulgadas desde o reinado de Adriano até o de Justiniano. O Código foi depois completado pelas Novelas, que continham a legislação de Justiniano e de seus sucessores imediatos. Cerca de 532, a comissão completou o Digesto - um sumário de todos os escritos dos grandes juristas. O produto final do trabalho de revisão foram as Institutas, um compêndio dos princípios legais que se refletiam tanto no Digesto como no Código. A combinação desses quatro produtos do plano de consolidação constitui o Corpus Juris Civilis, ou o "corpo do direito civil".

Do ponto de vista histórico, as duas mais importantes partes do Corpus Juris foram, indubitavelmente, as Institutas e o Digesto. Eram esses que continham a filosofia do direito e do governo que viera a prevalecer no tempo de Justiniano. Existe a crença, muito comum, mas um tanto inexata, de ser essa filosofia a mesma de Ulpiano, Papiniano e de outros grandes juristas de três séculos atrás. Embora se conservasse, na verdade, grande parte da antiga teoria, foram introduzidas algumas mudanças fundamentais. Em primeiro lugar, o jus civile alcançara uma completa desnacionalização jamais conhecida nos tempos romanos e tornara-se aplicável aos cidadãos das mais diversas nacionalidades. O jus naturale era agora tido como divino e, portanto, superior a todos os decretos dos homens - uma concepção que estava destinada a ter larga aceitação na filosofia medieval posterior. Houve também uma tendência dos juristas de Justiniano a falar do imperador como o único legislador, na suposição de que o povo entregara todo o seu poder a ele. Em outras palavras, o direito clássico romano estava sendo revisado para atender às necessidades de um monarca oriental cuja soberania só era limitada pela lei de Deus.

No tocante às demais conquistas intelectuais bizantinas há relativamente pouco a dizer. A nação produziu dois filósofos de importância ao menos secundária: João de Damasco, no século VIII, e Miguel Pselo, no século XI. Aquele, às vezes, é considerado como o fundador do método escolástico, porquanto foi o primeiro a combinar a autoridade de Aristóteles com a das Escrituras e dos

Padres da Igreja na construção de uma apologia racional da fé. Sua Fonte de Sabedoria mereceu alta consideração dos grandes escolásticos ocidentais do século XIII. Miguel Pselo possuía, talvez, o espírito mais crítico de todos os filósofos bizantinos. Tendo sido um apóstolo da liberdade de pensamento e o chefe de um renascimento pagão, é por vezes comparado a Voltaire. Na sua maior parte, a literatura bizantina constava de compilações e obras religiosas, especialmente enciclopédias, comentários, hinos e vidas de santos. Escreveram-se também alguns poemas líricos e épicos e numerosas obras históricas. Procópio, contemporâneo de Justiniano, foi sem dúvida o historiador mais famoso. Apesar de sua inclinação para o mexerico escandaloso na sua célebre História Secreta, outros trabalhos dele contêm informações valiosas sobre os acontecimentos da época.

As realizações bizantinas no campo da ciência talvez fossem até certo ponto, melhores do que nos demais ramos do conhecimento. A maior parte desse progresso ocorreu nos primeiros anos do Império, graças, quiçá, a um remanescente de influência helenística. À primeira Idade Áurea seguiu-se um longo período de estagnação, até meados do século X, quando se iniciou uma renovação devida, em grande parte, à influência muçulmana e à proteção do imperador Constantino VII. Mas nenhuma dessas eras de progresso durou mais de dois séculos. Os principais cientistas do primeiro período foram João, o Gramático, Aécio e Alexandre de Trales, todos do século VI. João, o Gramático, merece maior consideração pelos seus trabalhos no campo da física do que por qualquer de suas contribuições à gramática. É digno de menção especial por ter sido o primeiro a recusar as teorias tradicionais do movimento e da gravidade. Não somente antecipou o conceito da inércia, mas rejeitou a idéia de que a velocidade da queda dos corpos é diretamente proporcional ao seu peso e negou a impossibilidade de se criar um vácuo. Os outros dois cientistas do primeiro período foram enciclopedistas de medicina. Embora a influência de Alexandre de Trales sobrepujasse a de Aécio, o trabalho deste último foi mais original. Aécio escreveu não somente a primeira descrição da difteria, mas também o melhor

tratado das doenças dos olhos, publicado até então. O único cientista notável do último período foi Simeão Seth, que também era médico. Seu principal trabalho foi um dicionário médico, em que se definiam as propriedades curativas de numerosas drogas, havia pouco, descobertas pelos hindus e sarracenos.

Os gostos do povo bizantino, inclinado ao luxo e ao esplendor, expressavam-se abundantemente na sua arte. Esta não era, contudo, um mero emblema de deleite sensorial, mas mostrava-se profundamente condicionada pelos ideais peculiares à própria civilização. Por exemplo, a forte corrente de ascetismo proibia a glorificação do homem; em consequência disso, a escultura não teve grandes possibilidades de desenvolvimento. A arte que mais se destacou foi a arquitetura, que tinha de ser mística e extraterrena. Além disso, sendo a civilização bizantina um composto de elementos romanos e orientais, era inevitável que a sua arte combinasse o amor à grandiosidade e o talento da engenharia romana com a variedade de colorido e a riqueza de detalhes característicos do Oriente.

A suprema obra artística da civilização bizantina foi a igreja de Santa Sofia (Santa Sabedoria), construída com enorme dispêndio de dinheiro pelo imperador Justiniano. Embora projetada por arquitetos de sangue helênico, muito diferia de qualquer templo grego. Seu fim não era exprimir o orgulho do homem em si mesmo ou a satisfação com esta vida, mas simbolizar o caráter introspectivo e espiritual da religião cristã. Eis por que os arquitetos deram pouca atenção à aparência externa do edifício. Nas paredes exteriores não usaram senão tijolos recobertos com argamassa; não empregaram revestimentos de mármore, colunas graciosas nem cornijas esculpidas. O interior, no entanto, era decorado com mosaicos ricamente coloridos, com folhas de ouro, colunas de mármore de várias cores e pedaços de vidro colorido, colocados de quina para refletir os raios solares de modo que cintilassem como pedras preciosas. Por essa razão, também, o edifício foi construído de tal modo que parecia não vir nenhuma luz de fora, mas nascer toda ela no interior.

A planta estrutural de Santa Sofia constituía algo novo na história da arquitetura. Sua característica principal era a aplicação do princípio da cúpula numa construção de forma quadrada. Primeiramente a igreja foi construída em forma de cruz, devendo ser erigida sobre o quadrado central uma magnífica cúpula que dominaria toda a estrutura. O problema principal estava em ajustar o hemisfério da cúpula sobre a área quadrada que tinha de cobrir. A solução encontrada foi construir quatro grandes arcos nascidos de pilares colocados nos cantos do quadrado central. Fez-se assim com que a extremidade da cúpula repousasse nas chaves dos arcos, enchendo com alvenaria os espaços curvos triangulares entre estes. Resultou daí uma estrutura arquitetônica de extraordinária solidez, que ao mesmo tempo tornava possível um estilo de grandeza majestosa e até de alguma delicadeza no acabamento. A grande cúpula de Santa Sofia tem um diâmetro de 32 metros e alcança uma altura de mais de 50 metros, a contar do piso. Foram abertas tantas janelas à sua volta que a cúpula parece não ter nenhum suporte e estar suspensa no ar.

As outras artes bizantinas incluíam a escultura em marfim, os objetos de vidro com relevos, os brocados, as iluminuras em manuscritos, a ourivesaria e a joalheria, e muita pintura. Esta, porém, não se desenvolveu tanto como as outras artes. Os artistas bizantinos em geral preferiam os mosaicos. Eram desenhos conseguidos pela combinação de pequenos pedaços de vidro ou de pedra coloridos, formando padrões geométricos, figuras simbólicas de plantas e animais, ou mesmo uma cena rebuscada de significado teológico. As representações dos santos e de Cristo eram comumente deformadas para criar a impressão de intensa piedade.

É, em geral, subestimada a importância da civilização bizantina. Foi ela, sem dúvida, o fator mais poderoso na determinação do rumo da evolução da Europa Oriental. A civilização imperial da Rússia baseou-se em grande parte nas instituições e nas realizações de Bizâncio. A igreja russa foi um reflexo da chamada igreja ortodoxa grega ou igreja oriental, que se desligou de Roma em 1054. O czar, como chefe da igreja e do estado, ocupava uma

posição análoga à do imperador em Constantinopla. Também eram de origem bizantina a arquitetura, o calendário e grande parte do alfabeto russo. Talvez o próprio despotismo do regime stalinista possa ser, de algum modo, reportado à velha tradição de ordem absolutista na Rússia, que, em última análise, se deve à influência bizantina.

Mas a influência da civilização bizantina não se limitou à Europa Oriental. Seria difícil superestimar a dívida do Ocidente para com os eruditos de Constantinopla e dos territórios vizinhos, que copiaram e conservaram manuscritos, prepararam antologias de literatura grega e escreveram enciclopédias que enfeixavam os conhecimentos do mundo antigo. Além disso, os eruditos bizantinos exerceram influência notável na Renascença Italiana. A despeito de terem os imperadores orientais perdido finalmente o controle da Itália, muitos de seus antigos súditos continuaram a viver lá e alguns outros fugiram para as cidades italianas depois da repressão do movimento iconoclasta. As relações culturais entre o Oriente e o Ocidente foram também favorecidas pelo largo comércio entre Veneza e Constantinopla, na Idade Média. Conseqüentemente, as bases para um reflorescimento do interesse pelos clássicos gregos já tinham sido lançadas muito antes de Manuel Chrysoloras e outros eminentes eruditos gregos chegarem à Itália, no século XV. Do mesmo modo, a arte bizantina influenciou a arte da Europa Ocidental. Alguns especialistas consideram os vitrais das catedrais góticas como uma adaptação dos mosaicos das igrejas orientais. Muitas das mais famosas igrejas italianas, como, por exemplo, a de S. Marcos, em Veneza, foram construídas partindo de uma fiel imitação do estilo bizantino. A pintura bizantina também influenciou a da Renascença, especialmente a da escola veneziana e a de El Greco. Finalmente, foi o Corpus Juris de Justiniano que possibilitou realmente a transmissão do direito romano à segunda fase da Idade Média e ao mundo moderno.

2. O Islã e a Civilização Sarracena

A história da civilização sarracena começou pouco bizantina e terminou pouco tempo antes. As datas são, aproximadamente, 630 a 1.300. Em muitos aspectos a civilização sarracena foi uma das mais importantes do mundo ocidental, não só por ter sido a órbita de uma nova religião que atraiu milhões de adeptos, mas principalmente porque sua repercussão na Europa cristã suscitou mudanças sociais e intelectuais que só podem ser qualificadas como revolucionárias. O termo "sarraceno" significava originalmente "árabe", mas depois veio a ser aplicado a qualquer adepto da fé muçulmana, sem consideração de nacionalidade. Alguns sarracenos eram judeus, outros persas e sírios. Não obstante, foram os árabes os fundadores dessa civilização e por isso se torna necessário examinar a cultura desse povo, nas vésperas de sua expansão para além dos limites da terra natal.

Por volta do fim do século VI, o povo da Arábia dividira-se em dois grupos principais: os árabes urbanos e os beduínos. Os primeiros, residindo em cidades como Meca e Yathrib, eram comerciantes e pequenos artífices. Muitos deles sabiam ler e alguns eram relativamente ricos. Na sua maioria, os beduínos eram nômades, alimentando-se de tâmaras, da carne e do leite dos animais que criavam. Ignorantes e supersticiosos praticavam o infanticídio e ocasionalmente o sacrifício humano. Frequentemente se envolviam em guerras sanguinárias pela posse de poços e oásis. Nem os beduínos nem os árabes urbanos possuíam governo organizado. O clã e a tribo faziam às vezes de estado. Quando um membro de um clã praticava algum crime contra um membro de outro, a questão era resolvida por uma vendeta que às vezes se prolongava até serem mortas dezenas de pessoas, de parte a parte. A religião em geral era politeísta, embora alguns cidadãos mais bem educados tivessem adotado a crença em Alá como o único Deus. Desde tempos imemoriais Meca era uma cidade sagrada. Lá estava o relicário conhecido como a Caaba, que se dizia conter uma pedra preta enviada milagrosamente do céu. Os

homens que tomavam conta desse relicário formavam a tribo dos coraixitas, grupo que mais se aproximava do que se poderia chamar, antes das migrações, uma aristocracia árabe.

É uma questão quase insolúvel o indagar se a civilização sarracena teria surgido sem a presença da religião muçulmana. Em geral, afirma-se, é necessário uma nova religião para unir um povo e imbuí-lo do ardor da causa comum. Contudo, outras nações se expandiram antes disso e realizaram grandes coisas sem a influência duma crença particularmente inspiradora. Não obstante, no caso dos árabes foi uma nova religião que indubitavelmente gerou, de maneira decisiva, a força propulsora do desenvolvimento de sua civilização. Por conseguinte, precisamos consagrar uma atenção especial à origem e à natureza dessa religião.

O fundador da nova fé nasceu em Meca, mais ou menos em 570. Filho de pais que pertenciam a um dos clãs mais pobres da tribo dos coraixitas recebeu o nome árabe comum de Muhammad (Louvado), donde a forma portuguesa Maomé. Não se sabe nada sobre o início de sua vida, exceto que ficou órfão ainda criança e que foi criado sucessivamente pelo avô e pelo tio. É incerto se aprendeu a ler e a escrever, mas o mais provável é que tenha recebido alguma educação, visto pertencer à tribo principal. Quando tinha mais ou menos vinte e cinco anos tornou-se empregado de uma rica viúva e talvez tenha acompanhado as caravanas enviadas por esta até o norte da Síria. Logo depois casou com ela, tendo assim garantidos o conforto e a segurança para dedicar todo o seu tempo aos interesses religiosos.

Ninguém sabe exatamente quais as influências que levaram Maomé a se tornar o fundador de uma nova religião. Parece que era dotado de natureza altamente emocional e talvez fosse um epilético. Fosse como fosse era acometido de certos ataques convulsivos, durante os quais acreditava ouvir vozes do céu. Bem cedo conheceu numerosos judeus e cristãos que viviam em cidades do norte da Arábia e parece ter-se impressionado profundamente com as crenças religiosas desses estrangeiros. Supõe-se, além disso, que tenha compreendido que as condições sociais e morais de seu país eram más e precisavam de reforma.

Começou por denunciar a cupidez dos plutocratas de Meca e por reprovar as lutas sanguinárias e a prática do infanticídio entre o seu povo. Pouco a pouco passou a se considerar o instrumento designado por Deus para desviar o povo árabe do caminho da perdição.

A pregação de Maomé não foi, de início, particularmente bem sucedida. Depois de ter, por quase nove anos, comunicado a revelação de Alá a todos os que o ouviam, conseguira reunir poucos convertidos fora de sua família. Naturalmente estavam contra ele os coraixitas ricos e mesmo o povo comum de Meca, que, em geral, era indiferente às suas palavras. Até então não tentara levar a sua mensagem aos beduínos. Em 619 resolveu procurar campo mais promissor para a propagação dos seus ensinamentos. Ouvira dizer que a cidade de Yathrib, situada na rota setentrional das caravanas, se achava dividida desde algum tempo por tremenda discórdia facciosa e que havia alguma oportunidade, para um chefe neutro, de se estabelecer e assumir o mando. Enviou certo número de agentes para explorar cuidadosamente o terreno e finalmente, em setembro de 622, ele e o restante de seus adeptos resolveram abandonar de vez a cidade sagrada de Meca e aventurar-se em novas terras. Essa migração para Yathrib é conhecida pelos maometanos como a Hégira, de uma palavra árabe que significa "fuga", e é para eles tão importante que a tomaram como início de sua era e datam todos os acontecimentos a partir desse ano.

Maomé mudou o nome de Yathrib para Medina (isto é, Medinat en-Nabi, "Cidade do Profeta") e rapidamente conseguiu estabelecer-se como governador da cidade. Mas conseguir meios para sustentar seus adeptos era coisa algo mais difícil e, além disso, os judeus de Medina rejeitavam sua chefia. Nessas circunstâncias, Maomé começou a recrutar o apoio dos beduínos para desencadear uma guerra santa contra seus inimigos. Num único ano foram massacrados aproximadamente seiscentos judeus e, depois disso, os adeptos do Profeta praticaram seus ataques de pilhagem contra as caravanas de mercadores de Meca. Quando estes pegaram em armas para resistir, sofreram tremenda derrota.

Em 630, Maomé entrou triunfalmente em Meca. Matou alguns de seus principais inimigos e destruiu os ídolos do templo, mas a Caaba foi preservada e Meca escolhida como a cidade santa da fé maometana. Dois anos depois Maomé morreu, mas vivera o suficiente para ver a religião que fundara tornar-se um culto militante e bem sucedido.

As doutrinas da religião maometana, tais como foram desenvolvidas pelo profeta, são realmente muito simples. Giram em torno da crença em Deus, que é chamado pelo antigo nome árabe de Alá, e em Maomé, seu profeta. Esse Deus deseja que os homens sejam bondosos para com seus semelhantes, clementes para com os devedores, honestos e capazes de perdoar; além disso, todos deveriam abster-se da prática do infanticídio, da carne de porco, das bebidas inebriantes e do litígio de sangue. A religião também prescrevia certas obrigações piedosas. As principais dentre elas eram: a esmola aos pobres, o jejum durante o dia no mês sagrado de Ramadã, a prática da prece cinco vezes por dia e de uma peregrinação a Meca ao menos uma vez na vida. Mas, contrariamente à crença geral, a religião do Profeta está bem longe de ser um culto rigidamente formalista e mecânico. Confere tanta importância à pureza de coração e à prática das boas ações quanto o cristianismo e o judaísmo. Inúmeras passagens do Alcorão, que constitui as Escrituras maometanas, oferecem farta base para essa conclusão. Uma delas declara que "a piedade não está em voltar o rosto para o nascente ou para o poente, mas é pio aquele que crê em Deus, no juízo final, nos anjos, nas Escrituras e nos profetas; aquele que, por amor a Deus, desembolsa sua fortuna em favor de seus parentes, dos órfãos, dos necessitados, do viandante e do pedinte, e para prestar resgate". Uma outra afirma que o mais alto mérito é: "... libertar o cativo, ou alimentar, num dia de fome, o órfão de seu sangue ou o miserável que jaz no chão". Além disso, não há sacramentos no sistema de culto pregado por Maomé, nem existem sacerdotes na igreja maometana. A própria religião é oficialmente conhecida como "Islã", palavra que significa "submissão ou rendição completa a

Deus". O nome oficial do crente é "muçulmano", derivado do particípio do mesmo verbo de que "Islã" é o substantivo verbal.

As fontes religiosas do Islã são até certo ponto duvidosas. Indubitavelmente o judaísmo é uma delas. Maomé ensinava que os árabes eram descendentes de Ismael, o filho mais velho de Abraão. Além disso, grande parte dos ensinamentos do Alcorão são muito semelhantes às doutrinas do Antigo Testamento: estrito monoteísmo, sanção da poligamia e proibição da usura, da adoração de imagens e da ingestão de carne de porco. O cristianismo também é fonte muitíssimo importante. Maomé considerava o Novo Testamento, bem como o Antigo, um livro inspirado por Deus, e a Jesus como uma das maiores figuras de uma grande linhagem de profetas. Além disso, as doutrinas maometanas da ressurreição do corpo, do juízo final, das recompensas e punições depois da morte e da existência dos anjos derivavam-se mais provavelmente do cristianismo que de qualquer outra crença. Por outro lado é preciso lembrar que o cristianismo que Maomé conheceu estava muito longe de ser a forma ortodoxa. Quase todos os cristãos que viviam na Síria, bem como os da própria Arábia, eram ebionitas ou nestorianos. Foi talvez por essa razão que Maomé sempre viu em Jesus um ser humano, filho de José e Maria, e não um deus.

Não muito depois de ter aparecido o islamismo, seus adeptos se dividiram num certo número de seitas que tinham pontos de semelhança com as derivações do cristianismo. As três seitas mais importantes dos muçulmanos são: os sunitas, os xiitas e os sufistas. As duas primeiras têm caráter tanto político como religioso. Os sunitas afirmavam que o chefe do estado islamita e sucessor do profeta devia ser eleito pelos representantes de todo o Islã, segundo o antigo costume árabe de eleição dos chefes tribais. Em assuntos religiosos, sustentavam que devia ser aceita como fonte válida de crença a sunna, ou seja, as tradições que se desenvolveram à margem do Alcorão. Os xiitas se opunham à elevação de qualquer pessoa ao mais alto posto político e religioso, sem que fosse aparentada com o próprio profeta, quer pelo sangue quer por casamento. Dum modo geral, representam

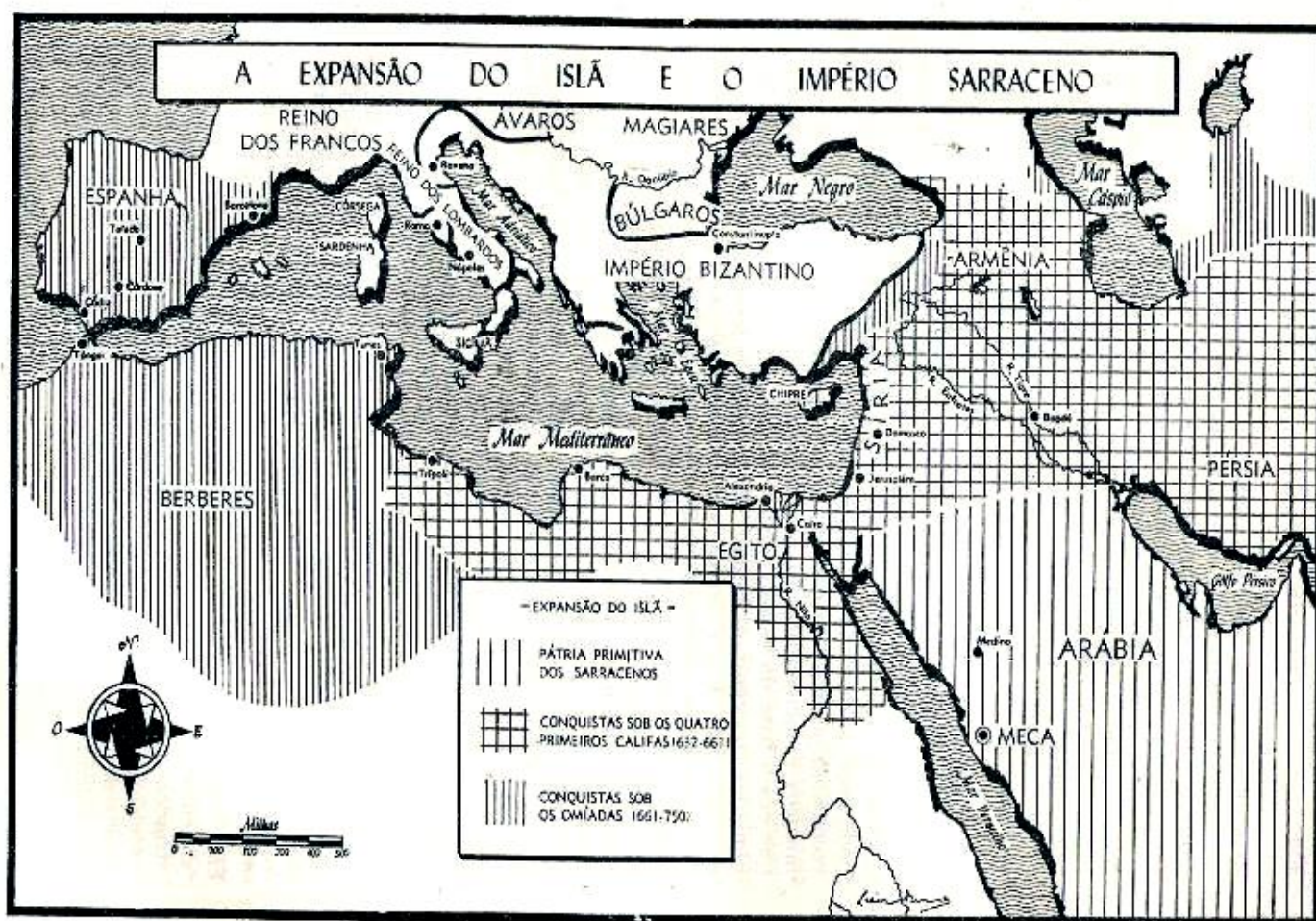
no islamismo o ideal absolutista, oposto ao ideal democrático dos sunitas. Os xiitas são contra a aceitação de qualquer outra fonte de ensinamentos religiosos além do Alcorão. Os sufistas eram adeptos de um ideal místico e ascético. Negando completamente a validade do juízo racional, sustentavam que a única verdade segura sobre qualquer assunto é a que procede da revelação divina. Acreditam só ser possível ao homem participar dessa revelação divina pela tortura do corpo, que liberta a alma para a união mística com Deus. Muitos dos faquires e derviches atuais da Índia e da Pérsia pertencem à seita sufista.

A história política da civilização sarracena prende-se intimamente ao desenvolvimento da religião. Como já vimos, Maomé tornou-se o fundador não só de uma religião, mas também de um estado árabe, com a capital em Medina. Após a morte do Profeta, em 632, seus companheiros escolheram como sucessor a Abu-Bekr, um dos mais antigos adeptos da fé e sogro de Maomé. Ao novo governador foi dado o nome de califa, isto é, sucessor do Profeta. Depois da morte de Abu-Bekr foram escolhidos dois outros califas entre os mais antigos discípulos de Maomé. Em 656, no entanto, iniciou-se uma longa luta para a posse do poder supremo no Islã. Em primeiro lugar, os xiitas conseguiram depor um membro da família dos Omíadas e eleger como califa Ali, marido da filha de Maomé, chamada Fátima. Cinco anos depois, Ali foi morto e os Omíadas voltaram ao poder. Logo a seguir transferiram a capital para Damasco e erigiram sua família em dinastia reinante, com uma corte luxuosa, imitando o modelo bizantino. Em 750 os xiitas revoltaram-se novamente, sendo desta vez, chefiados por um membro da família dos Abássidas, a qual era aparentada, ainda que remotamente, com o Profeta. Os Abássidas apoderaram-se do trono e mudaram a capital para a cidade de Bagdá, no rio Tigre, onde governaram como déspotas orientais por mais de três séculos. Alguns deles destacaram-se como protetores da cultura, particularmente Harun-ar-Raxid (786-809) e Al-Mamun (813-33). Nesse meio tempo, uma grande onda de expansão sarracena varrerá a Ásia, a África e a Europa. Quando Maomé morreu, em 632, o poder do seu pequeno estado provavelmente não se

estendia além de um terço da península arábica. Uma centena e anos depois, quase a metade do mundo civilizado estava sob a dominação muçulmana. O império sarraceno estendeu-se das fronteiras da Índia até o Estreito de Gibraltar e os Pireneus. Uma depois da outra, foram conquistadas com assustadora rapidez a Pérsia, a Síria, o Egito, a África do Norte e a Espanha. Como se explica essa prodigiosa expansão? Contrariamente ao que muita gente acredita, ela não se deveu primariamente a motivos religiosos. Os sarracenos não se haviam lançado a uma grande cruzada para impor suas crenças ao resto do mundo. Naturalmente ocorriam, de tempos em tempos, surtos de fanatismo, mas, via de regra, os muçulmanos desse período não se preocupavam muito com o fato das nações conquistadas aceitarem ou não a sua religião. Os povos subjugados recebiam um tratamento bastante benigno. Contanto que entregassem as suas' armas e pagassem o tributo que lhes era imposto, podiam conservar suas próprias crenças e costumes. Judeus e cristãos viveram à vontade no império muçulmano durante séculos e alguns deles se alçaram a posições de proeminência nos círculos políticos e intelectuais.

Na verdade, os fatores econômicos e políticos foram causas da expansão sarracena, muito mais importantes do que a religião. Em primeiro lugar, precisamos ter em mente que a maioria dos árabes constituía uma raça prolífica de nômades. Sendo os homens polígamos, a prática ocasional do infanticídio estava longe de prevenir um rápido crescimento da população. Além disso, a Arábia atravessava um sério período de seca, que se estendeu por muitos anos pouco após o início do século VII. Alguns oásis, que anteriormente produziam boas colheitas de tâmaras e bom pasto para rebanhos e manadas, estavam sendo absorvidos aos poucos pelo deserto circundante. Crescia a tal ponto o descontentamento entre as tribos famintas, que elas se teriam servido de qualquer pretexto para pilhar as regiões vizinhas. Os ataques iniciais ao território bizantino parecem ter-se originado de uma revolta de mercenários árabes na Síria. Os chefes da rebelião apelaram para os adeptos do Profeta, em Medina, os quais devido à conquista de

Meca já gozavam de alguma reputação no tocante a proezas militares. A resposta a esse apelo foi uma grande onda militar invasora que logo fez dos árabes os senhores não só da Síria, mas também da Pérsia, da Palestina e do Egito. Finalmente, devemos lembrar que as conquistas dos muçulmanos foram facilitadas por já se terem batido até à exaustão, no século precedente, os impérios bizantino e persa, e de estarem então seus governos tentando encher novamente os cofres públicos com uma tributação mais pesada. A consequência disso foi estarem prontos muitos habitantes desses impérios a receber os árabes como libertadores.



O declínio do império sarraceno foi quase tão rápido quanto a sua ascensão. Os árabes não possuíam experiência política e, além disso, o império por eles conquistado era demasiado vasto em extensão e composto de uma mistura tão heterogênea de povos, que estes jamais poderiam ser fundidos numa unidade política

forte e coesa. Mas o sectarismo e a discórdia facciosa foram motivos muito mais poderosos da queda. Os sunitas e os xiitas nunca foram capazes de reconciliar as suas diferenças, e progressivas desinteligências entre místicos e racionalistas também ajudaram a enfraquecer a religião, que era a base do estado. Em 929, alguns membros da família dos Omíadas conseguiram fundar um califado independente em Córdoba, na Espanha. Logo depois, os descendentes de Ali e de Fátima proclamaram-se soberanos independentes de Marrocos e do Egito. Nesse meio tempo, os califas de Bagdá iam aos poucos sucumbindo aos efeitos debilitantes dos costumes orientais. Imitando as práticas dos monarcas orientais, encantoaram-se cada vez mais na reclusão de seus palácios e logo tornaram-se títeres dos seus vizires persas e depois das tropas mercenárias turcas. Em 1057, entregaram todo o seu poder temporal ao sultão dos turcos seldjúcidas, que dois anos antes se havia apoderado de Bagdá. Para todos os fins práticos isso marcou a extinção do império sarraceno, embora grande parte do seu território continuasse a ser governado por povos que adotavam a fé muçulmana - os turcos seldjúcidas até a metade do século XII e os turcos otomanos, do século XV a 1918.

As conquistas intelectuais dos sarracenos superaram a todas as que a Europa cristã pôde alcançar antes do século XII. Isso se deveu, em parte, à energia dos sarracenos, à confiança que tinham em si próprios e, também, ao fato de terem entrado na posse de uma brilhante herança intelectual ao conquistar a Pérsia e a Síria. Em ambos esses países tinham sobrevivido às tradições do conhecimento grego. Numerosos médicos de nacionalidade grega foram atraídos para as cortes dos reis persas, ao passo que na Síria havia excelentes escolas de filosofia e de retórica, e inúmeras bibliotecas cheias de cópias de obras de filósofos, cientistas e poetas helênicos. Certamente seria tolice pensar que muitos dentre os árabes tivessem capacidade para apreciar essa herança cultural; sua missão consistiu antes em oferecer o encorajamento e as facilidades para que outros pudessem se utilizar dela.

A filosofia sarracena foi, em essência, um composto de aristotelismo e de neoplatonismo. Seus ensinamentos básicos podem ser descritos assim: A razão é superior à fé como fonte de conhecimento; as doutrinas da religião não devem ser abandonadas inteiramente, mas cumpre que sejam interpretadas pelos espíritos esclarecidos em sentido figurado ou alegórico; quando encaradas desse modo, podem ministrar um conhecimento filosófico puro, que não se coloca em conflito com a razão, mas a completa. O universo nunca teve início no tempo, mas é eternamente criado; é uma série de emanções de Deus. Tudo o que acontece é predeterminado por Deus; cada acontecimento é um elo numa cadeia inquebrável de causas e efeitos; tanto os milagres como a providência divina são, conseqüentemente, impossíveis. Embora Deus seja a primeira causa de todas as coisas, Ele não é onipotente; Sua força é limitada pela justiça e pela bondade. Não há imortalidade para a alma individual, pois nenhuma substância espiritual pode existir separada de sua corporificação material; somente a alma do universo vive para sempre, uma vez que a matéria em si mesma é eterna.

O desenvolvimento da filosofia sarracena limitou-se a dois grandes períodos de florescimento; os séculos IX e X no califado de Bagdá e o século XII na Espanha. Entre os filósofos do Oriente salientaram-se três grandes nomes: Al Kindi, Al Farabi e Avicena. O primeiro deles morreu mais ou menos em 870 e o último nasceu em 980. Todos eles parecem ter sido de nacionalidade turca ou persa. No século XI, sob a chefia de Algazel, a filosofia sarracena no Oriente degenerou em fundamentalismo religioso e em misticismo. Como os sufistas, de quem tirou grande parte de suas doutrinas, Algazel negava a competência da razão e incitava à confiança na fé e na revelação. Depois de sua época a filosofia se extinguiu no califado de Bagdá. Foi Averróis ou Averroés, de Córdoba (1126-98), o mais célebre dos filósofos do Ocidente e possivelmente o maior de todos os pensadores sarracenos. Foi, sobretudo, profunda a sua influência nos escolásticos cristãos do século XIII.

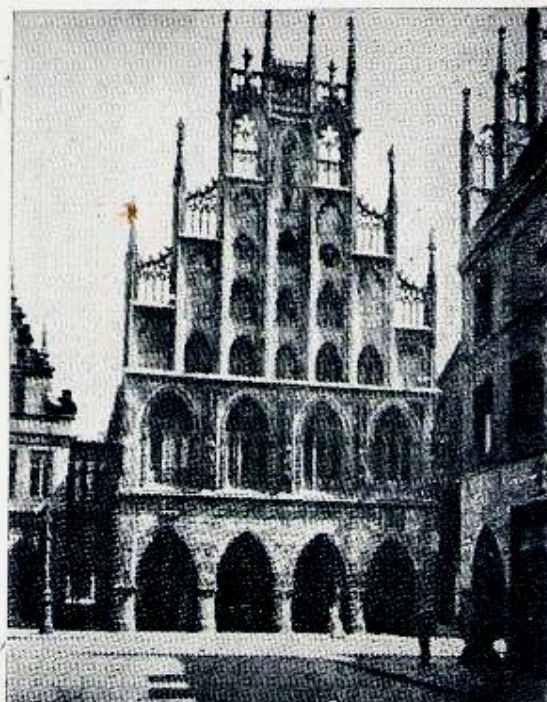
Em assunto algum os sarracenos avançaram tanto quanto na ciência. Suas realizações neste campo foram, com efeito, as melhores que o mundo conheceu desde o fim da civilização helenística. Os sarracenos foram notáveis astrônomos, matemáticos, físicos, químicos e médicos. Apesar da reverência que sentiam por Aristóteles, não hesitaram em criticar a sua idéia de um universo de esferas concêntricas, tendo a terra como centro, e admitiram a possibilidade de que a terra girasse em torno de seu eixo e em volta do sol. Seu celebrado poeta Ornar Khayyam arquitetou, talvez, o mais exato calendário já imaginado pelo espírito humano. Parece que ele apresentava o erro de um único dia em 3.770 anos, comparado com o erro de um dia em 3.330 anos, do calendário gregoriano, que presentemente está em uso no mundo ocidental. Os sarracenos também foram matemáticos capazes e desenvolveram de modo considerável a álgebra e a trigonometria, levando-as além do nível alcançado nos tempos helenísticos. Apesar de não terem inventado o famoso sistema numérico "arábico", foram eles que o adaptaram do sistema indiano, tornando-o utilizável no Ocidente. Os físicos sarracenos fundaram a ciência da óptica e tiraram muitas e valiosas conclusões relativas à teoria das lentes da velocidade, transmissão e refração da luz. Como é sabido, a química dos muçulmanos era um prolongamento da alquimia, a famosa pseudociência baseada no princípio de que todos os metais tinham a mesma essência e de que os metais vis podiam, por conseguinte, transmutar-se em ouro, dependendo isso unicamente de ser encontrado o meio apropriado - a pedra filosofal. Mas os esforços dos cientistas, neste campo, de modo algum se limitavam a tão infrutífera questão. Alguns até negavam toda a teoria da transmutação dos metais. Graças a um sem-número de experiências, tanto de químicos como de alquimistas, foram descobertas diversas substâncias e compostos novos; contam-se entre eles o carbonato de sódio, o alume, o bórax, o bicloreto de mercúrio, o nitrato de prata, o salitre e os ácidos nítrico e sulfúrico. Além disso, os cientistas muçulmanos foram os

primeiros a descrever os processos químicos da destilação, da filtração e da sublimação.

As conquistas no campo da medicina foram tão notáveis quanto essas. Os médicos sarracenos aplicaram os conhecimentos contidos nas obras médicas da época helenística, mas pelo menos alguns deles não se contentaram com isso. Avicena descobriu a natureza contagiosa da tuberculose, descreveu a pleurisia e algumas variedades de doenças nervosas, mostrando que a enfermidade pode espalhar-se pela contaminação da água e do solo. Sua principal obra médica - o Canon - foi venerada na Europa como uma obra valiosa, até o século XVII. Um contemporâneo mais velho de Avicena, de nome Rásis, foi o maior clínico do mundo medieval. Seu feito supremo foi ter descoberto a verdadeira natureza da varíola. Outros médicos muçulmanos descobriram o valor da cauterização e dos adstringentes, diagnosticaram o câncer do estômago, prescreveram antídotos para os casos de envenenamento e fizeram com que progredisse muitíssimo o tratamento das moléstias dos olhos. Reconheceram, ademais, o caráter altamente infeccioso da peste, esclarecendo que ela pode ser transmitida pela roupa, por comer e beber em vasilhas contaminadas e ainda pelo contato pessoal. Finalmente, os sarracenos excederam a todos os outros povos medievais na organização de hospitais e no controle do exercício da medicina. Há informação digna de fé sobre a existência de, pelo menos, trinta e quatro grandes hospitais localizados nas principais cidades da Pérsia, da Síria e do Egito. Parece que foram organizados dentro de um sistema muito parecido com os dos hospitais modernos. Cada um deles tinha suas enfermarias especiais para determinadas doenças, seu dispensário e sua biblioteca. Os médicos-chefes e os cirurgiões davam aulas para estudantes e graduados, submetiam-nos a exames e expediam diplomas ou licenças para clinicar. Mesmo os possuidores de sanguessugas, que em geral eram barbeiros, tinham de submetê-las periodicamente à inspeção.



Os muros de Carcassonne, cidade do sudoeste da França. As cidades medievais eram geralmente cercadas de fortificações. As muralhas maciças que aqui se vêem foram construídas no século XI ou XII.

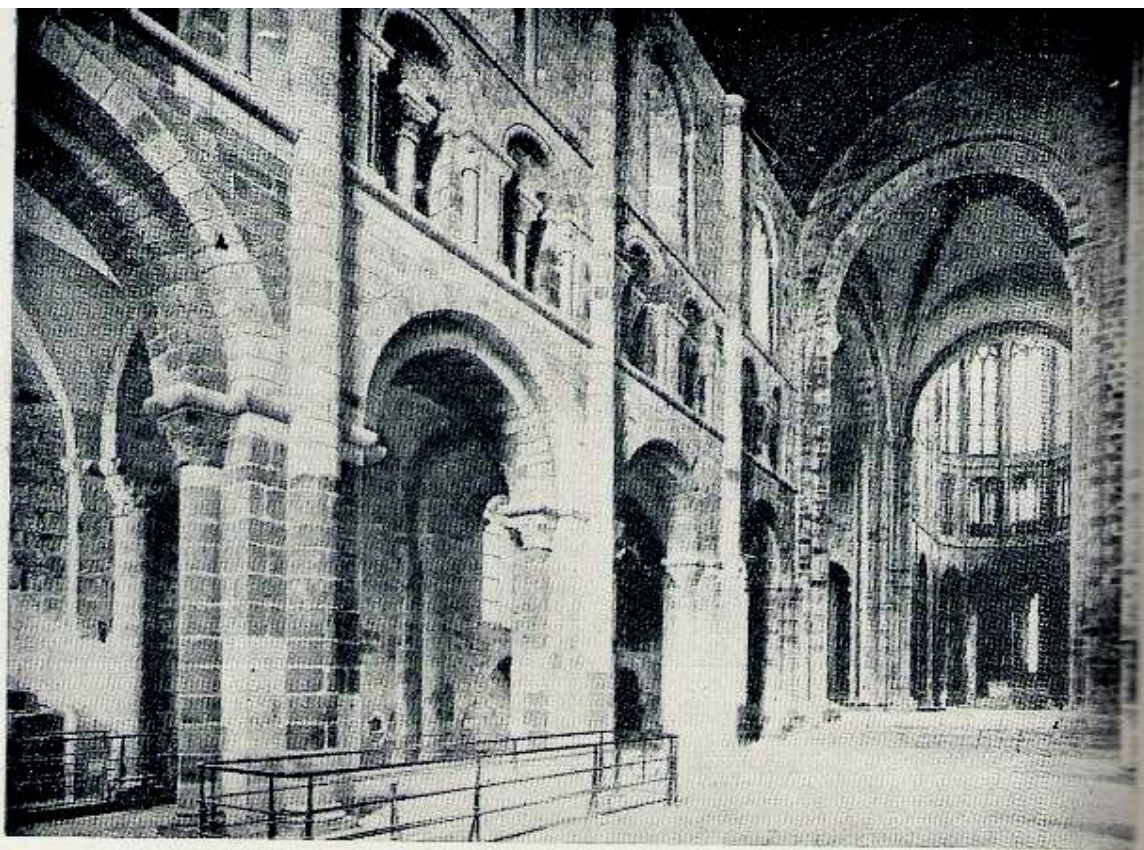


A Rathaus (Municipalidade) de Münster, na Alemanha ocidental. Excelente exemplo de estilo gótico secular.

VIDA DA ÉPOCA FEUDAL

Recanto da aldeia medieval de Nördlingen, na Alemanha. A necessidade de proteção contra os invasores ocasionou o congestionamento das construções no interior dos muros.





Interior da igreja monástica da abadia-fortaleza de Mont-Saint-Michel, cuja parte mais velha data do século XIII. Este aspecto mostra quatro vãos e o transepto em estilo românico; mais no fundo, o coro em gótico "flamboyant", construído em período posterior. Cada vão mostra a arcada da nave, a galeria do trifório e o clerestório.

VIDA E CULTURA DA ÉPOCA FEUDAL

Cenas num mosteiro. O despenseiro dos monges prova a cerveja. Monges representados nos túmulos dos duques de Borgonha. Um copista de convento.



No terreno literário, os sarracenos buscaram inspiração quase que inteiramente na Pérsia. Se acaso conheceram alguma coisa da poesia clássica dos gregos, evidentemente acharam-na de pouco interesse. Daí serem suas obras ricas de colorido, imaginosas, sensuais e românticas, mas, com poucas exceções, sem grandes atrativos para o intelecto. Os mais conhecidos exemplos de sua poesia são o Livro dos Reis, de Al-Firdausi (935-1020), e os Rubaiyat, de Omar Khayyam (ca. 1048 - ca. 1124). O Livro dos Reis não trata absolutamente de nenhum tema da civilização muçulmana; é um poema épico que celebra as glórias do império persa medieval. Não obstante, seus 60.000 versos foram escritos sob o patrocínio de soberanos muçulmanos. Os Rubaiyat, tal como no-los dá a tradução inglesa de Edward Fitzgerald, parecem também refletir muito mais as qualidades de uma verdadeira cultura persa do que os ideais dos próprios árabes. Sua filosofia mecanicista, seu ceticismo e seu hedonismo são muito semelhantes aos do Livro do Eclesiastes, do Velho Testamento. O mais famoso exemplo da literatura sarracena em prosa é a coleção denominada Mil e Uma Noites, que reúne histórias escritas principalmente durante os séculos VIII e IX. O material da coleção inclui fábulas, anedotas, contos familiares e histórias de aventuras eróticas derivadas das literaturas de várias nações, desde a China até o Egito. A importância principal desses contos reside no quadro que apresentam da vida requintada dos muçulmanos durante os melhores dias do califado de Bagdá.

A arte da civilização muçulmana tinha de ser por força um produto eclético, pois os árabes possuíam tão poucas raízes artísticas quanto os hebreus. Suas fontes originais foram Bizâncio e a Pérsia. Da primeira vieram muitos característicos estruturais da sua arquitetura, especialmente a cúpula, a coluna e o arco. É possível que a influência persa tenha fornecido os desenhos complicados e artificiais que foram usados praticamente em todas as artes como motivos decorativos. Tanto da Pérsia como de Bizâncio veio a tendência de subordinar a forma à cor rica e quente. Em geral, a arquitetura é considerada a mais importante das artes sarracenas, porquanto o desenvolvimento tanto da

pintura como da escultura achava-se entravado por preconceitos religiosos que proibiam a representação da forma humana. A arte arquitetônica não se limitou às mesquitas ou igrejas. Compreendia ainda palácios, escolas, bibliotecas, vivendas particulares e hospitais. A arquitetura sarracena tinha, na verdade, um caráter muito mais acentuadamente secular do que qualquer outra da Europa medieval. Entre os seus elementos principais contavam-se as cúpulas em forma de bulbo, os minaretes, os arcos em ferradura e as colunas torcidas, juntamente com os rendilhados de pedra, as barras alternadas de mosaicos pretos e brancos e os caracteres árabes como motivos decorativos. Como no estilo bizantino, dava-se relativamente pouca atenção à ornamentação exterior. As chamadas artes menores dos muçulmanos incluíam: a tecedura de maravilhosos tapetes e cobertores, magníficos labores de couro, a manufatura de sedas e brocados, trabalhos de tauxia, louças de vidro esmaltado e cerâmica pintada. A maioria dos produtos dessas artes era embelezada com padrões de desenhos geométricos entrelaçados, plantas, frutos e flores, caracteres árabes e animais fantásticos. Constituem prova convincente da vitalidade da civilização muçulmana a riqueza e a variedade desses trabalhos, produzidos a despeito de uma religião que freqüentemente mostrava tendências puritanas.

O desenvolvimento econômico da civilização sarracena permanece até hoje uma das maravilhas da história. Em certas áreas que durante séculos quase nada haviam produzido, os muçulmanos literalmente fizeram o deserto florir como um jardim. Construíram magníficas cidades, onde somente aldeias imundas desfiguravam a paisagem. Os produtos da sua indústria eram conhecidos da China até a França e do interior da África às margens do Báltico. Superaram os cartagineses no estabelecimento de um vasto império comercial. As razões desse espantoso desenvolvimento econômico não são fáceis de explicar. Talvez ele se deva, de certo modo, à longa experiência com o comércio que muitos árabes tinham tido na sua terra natal. Quando um campo mais largo lhes foi franqueado, aplicaram nele toda a sua habilidade. Também auxiliou a extensão das vias comerciais a difusão da língua árabe

num vasto território. Uma grande variedade de recursos nas diferentes seções do império servia, além disso, para estimular a troca dos produtos de uma região com os de outra. A razão principal, no entanto, foi decerto a energia dos próprios conquistadores, juntamente com o espírito de aventura que os levava a explorar todas as possibilidades de aumentar a sua riqueza e poder. Não hesitavam em se arriscar ou penetrar em regiões desconhecidas. Incluía-se entre os mais audazes marinheiros e exploradores que já apareceram no cenário da história.

O comércio e a indústria formavam as bases principais da riqueza nacional. Os sarracenos utilizaram muitos dos instrumentos comerciais familiares ao mundo moderno: cheques, recibos, conhecimentos, cartas de crédito, associações comerciais, companhias por ações e ainda vários outros. Os mercadores muçulmanos penetraram no sul da Rússia e até nas regiões equatoriais da África. Caravanas de milhares de camelos viajaram por terra até às portas da Índia e da China. Os navios muçulmanos sulcaram novas rotas no Oceano Índico, no Golfo Pérsico e no Mar Cáspio. Exceto quanto ao Mar Egeu e à rota Veneza-Constantinopla, os sarracenos dominaram todo o Mediterrâneo quase como se ele fosse um lago particular. Mas uma tão vasta expansão comercial dificilmente teria sido possível sem um correspondente desenvolvimento da indústria, uma vez que era a capacidade do povo de uma região para transformar os recursos naturais em produtos exportáveis que fornecia a base de grande parte do comércio. Quase todas as grandes cidades se especializaram em certa variedade de manufatura. Mossul era um centro de fabricação de tecidos de algodão; Bagdá especializou-se em artefatos de vidro, jóias, cerâmica e sedas; Damasco tornou-se famosa pelo seu fino aço e pelo seu "damasco" ou linho estampado em relevo; Marrocos salientou-se na manufatura de couros e Toledo, pelas suas excelentes espadas. Os produtos dessas cidades não compreendiam, é claro, todos os manufaturados pelos sarracenos. Eram ainda fabricados pelos artífices das várias cidades: drogas, perfumes, tapetes, tapeçarias,

brocados, tecidos de lã, cetim, produtos de metal e muitos outros. Com os chineses, os muçulmanos aprenderam a fabricar papel, indústria cujos produtos tinham grande procura não somente dentro do império, mas também na Europa. Os homens que trabalhavam nas várias indústrias se organizavam em corporações sobre as quais o governo limitava-se a exercer uma supervisão geral para prevenir práticas fraudulentas. Em geral, as próprias corporações regulavam a maneira por que os seus membros deviam conduzir os negócios. O controle da economia pelo estado era muitíssimo menos rígido que no Império Bizantino.

Do que ficou dito sobre o comércio e a indústria, não se deve concluir que fosse descuidada a agricultura no império muçulmano. Pelo contrário, os sarracenos desenvolveram a lavoura a um nível jamais alcançado por qualquer outro povo do mundo medieval. Repararam e aumentaram os sistemas de irrigação construídos originalmente pelos egípcios, sumerianos e babilônios. Aterraram os declives das montanhas da Espanha a fim de plantá-los com vinhas, e lá, como em outras partes, transformaram por meio da irrigação terras estéreis em regiões de grande produção. Especialistas ligados aos palácios imperiais e às vivendas dos ricos consagravam muita atenção à jardinagem ornamental, ao cultivo de arbustos e flores de rara beleza e deliciosa fragrância. É quase inacreditável a variedade apresentada pelos produtos das quintas e pomares muçulmanos. O algodão, o açúcar, o linho, o arroz, o trigo, o espinafre, os espargos, os damascos, os pêssegos, os limões e as azeitonas eram culturas comuns em quase toda parte, ao passo que nas regiões mais quentes se plantavam bananas, café e laranjas. Algumas fazendas constituíam grandes propriedades, nas quais trabalhavam servos e escravos e ainda camponeses livres como reдеiros, mas a maior parte da terra dividia-se em pequenas propriedades cultivadas pelos próprios donos.

Quase incalculável foi a influência da civilização sarracena na Europa Medieval e na Renascença, e alguma coisa dela certamente persistiu até hoje. A filosofia dos sarracenos foi quase tão importante como o cristianismo no fornecimento de uma base

para o pensamento escolástico do século XIII, uma vez que foram os muçulmanos que tornaram acessíveis ao Ocidente as obras completas de Aristóteles e indicaram de modo mais completo o uso que se podia fazer de tais obras em apoio da doutrina religiosa. As conquistas científicas dos muçulmanos representavam contribuições ainda mais duradouras. A lista dessas contribuições inclui: a numeração arábica, a álgebra, descobertas médicas como o fenômeno do contágio e a natureza da varíola e do sarampo, numerosas drogas e compostos, e os processos químicos da sublimação e da filtração. Embora a atividade dos sarracenos no campo literário não tenha sido tão extensa quanto na ciência, foi muito importante a sua influência literária. As baladas dos trovadores e alguns outros exemplares da poesia amorosa da França medieval inspiraram-se diretamente nas obras sarracenas. Algumas histórias das Mil e Uma Noites transparecem no Decameron de Boccaccio e nos Canterbury Tales de Chaucer, ao passo que o Livro dos Reis de Firdausi ofereceu a Matthew Arnold, escritor inglês do século XIX, o material para a sua história Sohrab and Rustum. Do mesmo modo, a arte sarracena teve uma influência de profundo significado, particularmente sobre a arquitetura gótica. Um número surpreendentemente grande de elementos arquitetônicos das catedrais góticas parece ter derivado das mesquitas e dos palácios muçulmanos. Uma relação incompleta incluiria: os arcos lobulados, as janelas rendilhadas, o arco ogival, o uso de caracteres e arabescos como recursos decorativos e possivelmente as abóbadas com nervuras. A arquitetura dos castelos medievais do segundo período era cópia ainda mais fiel das plantas de edifícios muçulmanos, em especial das fortalezas da Síria.

Finalmente, os sarracenos exerceram profunda influência no desenvolvimento econômico da segunda fase da Europa medieval e também do começo da Europa moderna. O reflorescimento do comércio que teve lugar na Europa ocidental durante os séculos XI, XII e XIII dificilmente teria sido possível sem o desenvolvimento da indústria e da agricultura dos muçulmanos, que estimulou a procura de novos produtos no Ocidente. Dos muçulmanos os

européus ocidentais adquiriram o conhecimento da bússola, o astrolábio, a arte de fabricar papel e talvez a produção da seda, embora o conhecimento desta última possa ter sido obtido um pouco antes, do Império Bizantino. Além disso, é provável que o desenvolvimento, pelos muçulmanos, das sociedades comerciais por ações, cheques, cartas de crédito e outros instrumentos das transações comerciais tenha larga relação com o início da revolução comercial da Europa, mais ou menos em 1400. Talvez seja mais claramente revelada a extensão da influência sarracena pelo grande número de palavras de origem árabe e persa usadas atualmente. Entre elas podemos citar: tráfico, tarifa, risco, cheque, magazine, álcool, cifra, zero, álgebra, musselina e bazar.

Parte 4

A segunda fase da Idade Média e a Renascença,

DE MODO ALGUM a totalidade da história da Europa Ocidental durante a Idade Média se caracterizou pela estagnação e pelo barbarismo. Não será demais insistir que o período convencionalmente chamado Idade das Trevas na realidade não foi além do ano 800. Logo depois desse ano houve numerosos movimentos de despertar intelectual, que culminaram por fim num brilhante florescimento de cultura nos séculos XII e XIII. O progresso na Europa Ocidental, do século IX ao fim do século XIII, foi, de fato, tão notável que as realizações desse período podem com toda a justiça ser consideradas como uma nova civilização. Embora algumas dessas realizações fossem postas de lado no período subsequente da Renascença, certo número delas foram preservadas e até hoje exercem sua influência. A civilização da última fase da Idade Média ou Época Feudal e a da Renascença têm, na verdade, muito mais traços comuns do que usualmente se imagina. Ambas se distinguiram pelo humanismo, por um novo interesse pelo homem como a criatura mais importante do universo. Ambas se interessaram muito mais pelas coisas deste mundo, em oposição aos interesses extraterrenos da primeira fase da Idade Média. Tanto na Época Feudal como na Renascença houve uma tendência para glorificar a vida de aventura e de conquista, em lugar dos antigos ideais cristãos de humildade e aniquilamento do eu. Por fim, é preciso lembrar que o ideal renascentista de reverência pelos clássicos da literatura grega e latina originou-se realmente na Época Feudal.

A SEGUNDA FASE DA IDADE MÉDIA E A RENASCENÇA

EUROPA EM CONJUNTO	EUROPA MERIDIONAL	EUROPA SETENTRIONAL
Desenvolvimento do feudalismo, 800-1300		Unificação da Inglaterra sob os reis saxões, 802-
Tratado de Verdun, 843		
Ascensão da monarquia papal, 850-1000		
Escolasticismo, 850-1300		Fundação da monarquia nacional na França, 987
Movimento de Cluny, 950-1100		
Arquitetura românica, 1000-1150		
Revivescimento do comércio com o Oriente, 1050-1150		
Luta entre os poderes secular e espiritual, 1050-1350		
Separação entre as igrejas do Oriente e do Ocidente, 1054		
Fundação do Colégio dos Cardais, 1059		Conquista da Inglaterra pelos normandos, 1066
As Cruzadas, 1096-1204		Romances de cavalaria, 1100-1300
Corporações de mercadores e artífices, 1100-1300		
Crescimento das cidades, 1100-1300		
Desenvolvimento do sistema sacramental da igreja, 1100-1300		
Primeiras universidades, ca. 1150		
Arquitetura gótica, 1150-1300	S. Francisco de Assis, 1182-1226	Santo Império Romano (Hohenstaufen), 1152-1254
Ordens de frades, 1200-		Rogério Bacon, 1214?-1294
Quarto Concílio de Latrão, 1215		Magna Carta, 1215
		S. Tomás de Aquino, 1225?-1274?
	Dante, 1265-1321	Origem do Parlamento na Inglaterra, 1265-1295
		Liga Hanseática, 1300-1500
Declínio do feudalismo, 1300-1500		
Ascensão do capitalismo, 1300-1500		
Desenvolvimento das instituições bancárias e da economia monetária, 1300-1600		Instituição dos Estados-Gerais na França, 1302
		Boccaccio, 1313-1375

EUROPA EM CONJUNTO

EUROPA MERIDIONAL

EUROPA SETENTRIONAL

Peste Negra, 1347

Savonarola, 1452-1498

Leonardo da Vinci, 1452-
-1519

Maquiavel, 1469-1527

Miguel Ângelo, 1475-1564

Unificação da Espanha,
1492

Cervantes, 1547-1616

Galileu, 1564-1642

Guerra dos Cem Anos,
1337-1453

Renascença cristã, 1400-
-1500

Guerra das Rosas na In-
glaterra, 1455-1485

Erasmus, 1466?-1536

Copérnico, 1473-1543

Dinastia Tudor na Ingle-
terra, 1485-1603

Montaigne, 1533-1592

Sir Francis Bacon, 1561-
-1626

Shakespeare, 1564-1616

Sir William Harvey,
1578-1657

Capítulo 13

A Civilização da Época Feudal: Instituições Políticas e Econômicas

MUITO antes da famosa Renascença dos séculos XIV e subseqüentes, a Europa Ocidental começara lentamente a emergir da ignorância e do barbarismo da Idade das Trevas. Já no ano 800 podiam-se notar sinais do início desse lento despertar. Durante os cinco ou seis séculos que se seguiram, a cristandade latina despiu-se dos velhos agasalhos hibernais do arrependimento e da vida extraterrena e vestiu o traje mais leve do homem que está disposto a viver neste mundo e a modelar o ambiente em proveito próprio. As causas dessa mudança de atitude foram muitas e variadas: o contato com as civilizações bizantina e sarracena, a maior segurança econômica, os efeitos revitalizadores das invasões nórdicas e a influência da educação monástica. Mais tarde, o ressurgimento do comércio nos séculos XI e XII e o crescimento das cidades trouxeram um surto de prosperidade que estimulou enormemente o progresso da cultura. Os resultados dessas numerosas causas refletiram-se numa brilhante civilização intelectual e artística que alcançou o zênite do seu desenvolvimento no século XIII. Foi, sem dúvida, o regime feudal o elemento mais característico da estrutura social e política dessa civilização e, por isso, podemos com acerto nos referir a esse tipo de cultura como a civilização da Época Feudal. Não devemos, no entanto, esquecer a extrema importância que assumiu, a partir do século XII, o papel desempenhado nas cidades pelas classes comercial e industrial.

AS ORIGENS DO REGIME FEUDAL

O feudalismo pode ser definido como uma estrutura descentralizada da sociedade, na qual os poderes do governo eram exercidos por barões sobre pessoas que deles dependiam

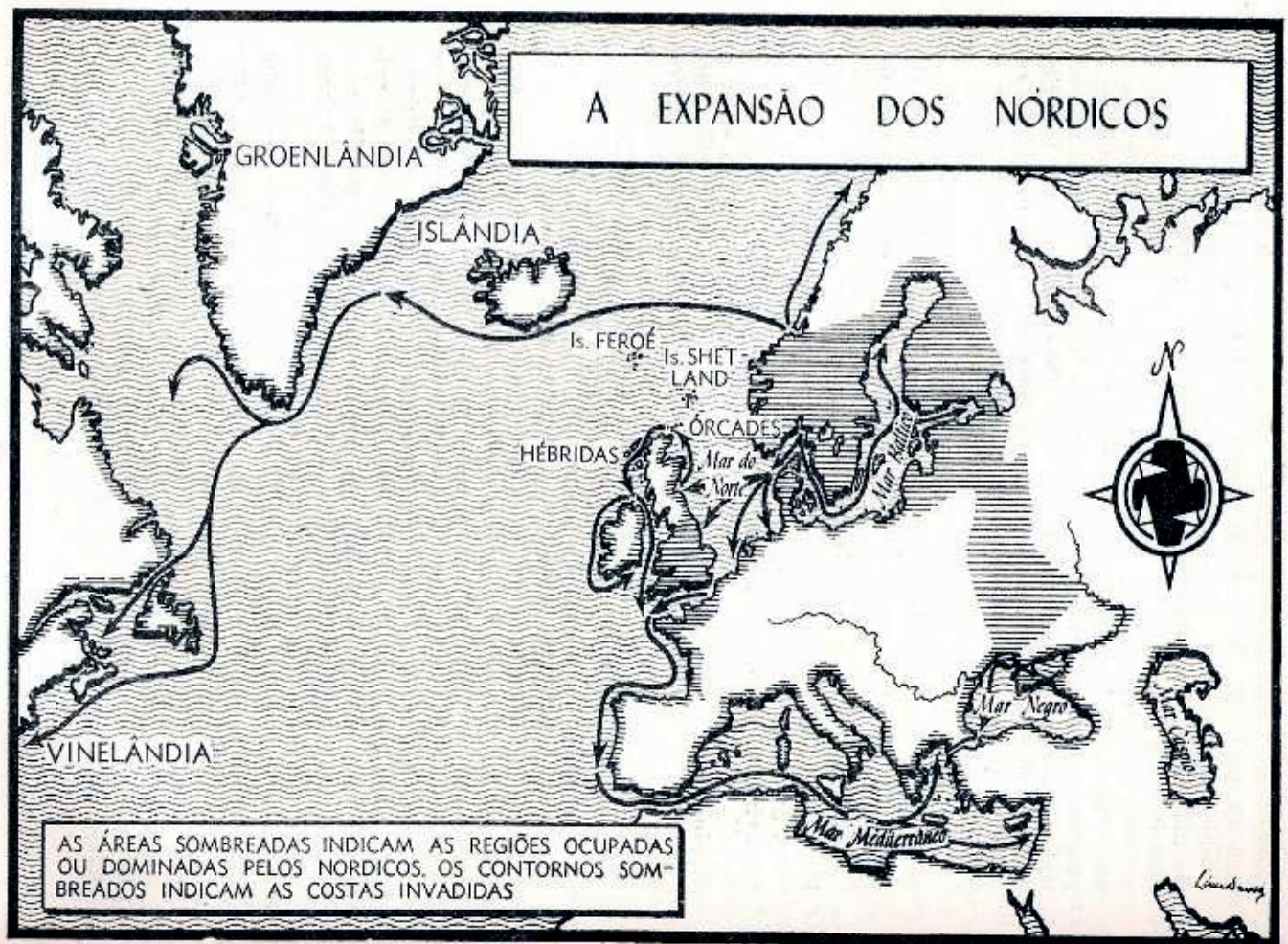
economicamente. É um sistema de suserania e vassalagem, no qual o direito de governar é concebido como um direito de propriedade, cabendo a quem quer que possua um feudo. A relação entre o suserano e seus vassalos é uma relação contratual, que envolve obrigações recíprocas. Em troca da proteção e assistência econômica que recebem, os vassalos devem obedecer ao seu senhor ou suserano, servi-lo lealmente e, em geral, compensá-lo com tributos ou impostos correspondentes aos serviços que ele presta no interesse dos primeiros. Assim definido, o feudalismo não se limitou ao segundo período medieval. Houve regime feudal em diversos outros períodos da história do mundo, como, por exemplo, em muitas partes do Império Romano e durante toda a primeira fase da Idade Média. O feudalismo do segundo período da Idade Média diferia, no entanto, dos exemplos anteriores por constituir um tipo legalmente reconhecido de estrutura social. Não se procurava justificá-lo como um substituto grosseiro do governo centralizado, antes, porém, era glorificado como um sistema ideal, mais ou menos como atualmente idealizamos a democracia e o estado nacional.

Como se originou o feudalismo dos últimos tempos da Idade Média? De certo modo, foi um prolongamento de antigas instituições romanas. Entre essas está a clientela. Desde tempos remotos, os cidadãos romanos que passavam dificuldades procuravam a proteção de patronos ricos, tornando-se seus clientes ou dependentes pessoais. Na confusão que acompanhou o declínio do Império, a clientela se alargou muitíssimo. Outra dessas instituições romanas foi o sistema do colonato. Numa tentativa desesperada para refrear o declínio da produção agrícola, durante a revolução econômica dos séculos III e IV, o governo do Império ligou indissolúvelmente ao solo numerosos trabalhadores e rendeiros agrícolas como colonos ou servos, colocando-os, na realidade, sob o controle dos proprietários dos grandes latifúndios. O precarium foi também uma instituição que se desenvolveu na época da decadência do Império Romano. Originalmente constituía um empréstimo de terra a um rendeiro que a cultivaria e pagaria a renda ao proprietário. Se, a qualquer momento, o rendeiro

deixasse de pagar a renda, o proprietário tinha o direito de cassar-lhe a posse. Mais tarde, o precarium assumiu freqüentemente a forma de entrega da terra por um proprietário pequeno a um poderoso magnata, por causa de insolvência ou necessidade de proteção. Ao mesmo tempo que fazia isso, o pequeno lavrador obrigava-se a cultivar a terra e a pagar renda pelo seu uso. As duas últimas instituições - o colonato e o precarium - muito contribuíram para o desenvolvimento de um feudalismo extralegal na antiga história romana, uma vez que aumentaram a riqueza e a importância dos grandes latifundiários. Com o decorrer dos tempos, esses homens tenderam a ignorar ou desafiar o governo central e a arrogar-se poderes de senhores absolutos das suas propriedades. Tributavam os seus dependentes, faziam leis que regulavam os negócios destes e administravam o que então passava por ser a justiça.

O feudalismo do segundo período da Idade Média também se derivou em grande parte de importantes desenvolvimentos econômicos e políticos do período inicial. Um deles foi o crescimento da instituição do beneficium, que parece ter sido posta em prática pela igreja como uma modificação do precarium. O beneficium consistia na concessão de um "benefício", ou seja, o direito de usar uma terra contra prestação de renda ou serviços. No século VII, os reis merovíngios adotaram a prática de recompensar seus condes e duques com benefícios, cimentando desse modo um vínculo entre a administração pública e a posse territorial. Não muito depois, Carlos Martel e os reis carolíngios recorreram à concessão de benefícios aos nobres locais como uma maneira de recompensar o fornecimento das tropas montadas que se bateram contra os mouros. Disso resultou um aumento da dependência do governo central em relação aos principais latifundiários de todo o país. Também foi acelerado o desenvolvimento do regime feudal pela concessão, pelos reis francos, de imunidades a alguns detentores de benefícios. As imunidades isentavam as terras pertencentes a um nobre secular ou eclesiástico da jurisdição dos agentes do rei. A consequência natural foi o exercício da autoridade pública pelo próprio nobre

como um soberano mais ou menos independente, só nominalmente submetido à suserania do rei. Os outros fatos mais importantes da primeira fase da Idade Média, que aceleraram a expansão de uma organização feudal da sociedade, foram as invasões dos nórdicos, dos magiares e dos muçulmanos. Nos séculos VIII e IX esses povos começaram a fazer rápidas incursões nas regiões colonizadas da Europa Ocidental, pilhando as áreas mais ricas e às vezes massacrando os habitantes. Os ataques dos nórdicos, em particular, eram muito temidos. À vista disso, muitos pequenos lavradores que até então se tinham mantido independentes procuraram a proteção de seus vizinhos mais poderosos, que amiúde possuíam tropas armadas e fortalezas nas quais se podia encontrar abrigo.



Mas, se não fosse a influência germânica, o feudalismo nunca teria adquirido o caráter peculiar que veio a possuir no fim da Idade Média, pois foram os germanos que forneceram os ideais de honra, de lealdade e de liberdade que passaram a ocupar no sistema um lugar de considerável importância. Já se mencionou a instituição germânica do comitatus como uma fonte da teoria e da prática feudal. O comitatus era um grupo formado pelos guerreiros e pelo seu chefe, com obrigações mútuas de serviço e de lealdade. Embora os guerreiros prestassem um juramento pessoal de proteger e defender seu chefe e este, em retribuição, se comprometesse fornecer-lhes cavalos e armas, a relação entre as duas partes era totalmente diversa da que existira entre os clientes romanos e os seus protetores. Nela não se discernia, absolutamente, qualquer elemento de servilismo; os guerreiros eram praticamente iguais aos seus chefes, pois que todos se empenhavam nas mesmas atividades belicosas, cujo alvo eram a glória e a pilhagem. Esse ideal duma relação de honra e de lealdade, existente no comitatus, mais tarde se fixou no feudalismo com respeito às relações entre senhores e vassalos. A prática feudal da homenagem, pela qual os vassalos juravam fidelidade numa cerimônia de submissão ao seu suserano, também era provavelmente uma derivação do comitatus. Finalmente, a concepção feudal do direito como um produto do costume e não da autoridade, e mais, como uma propriedade pessoal do indivíduo que podia levá-lo consigo para onde quer que fosse, também pode ser atribuída à influência germânica.

2. O FEUDALISMO COMO ESTRUTURA POLÍTICA E ECONÔMICA

Como sistema de governo, o feudalismo englobava certo número de concepções básicas. Em primeiro lugar, como já vimos, incluía a noção de que o direito de governar era um privilégio pertencente a todo possuidor de um feudo. O feudo, implicando esse privilégio obrigações muito definidas, cuja violação podia acarretar a perda

do feudo, Envolvia, em segundo lugar, a idéia de que todo governo se baseia num contrato. Os governantes devem concordar em governar dentro da justiça, de acordo com as leis tanto humanas como divinas. Os súditos devem prometer obediência enquanto seus dirigentes governarem com justiça. No caso de uma das partes violar o contrato, a outra fica livre de suas obrigações e tem o direito de iniciar uma ação de reparação. Com terceira concepção, o feudalismo baseava-se num ideal de soberania limitada e na oposição à autoridade absoluta, não importando por quem fosse exercida. O governo feudal devia ser um governo de leis, não de homens. Nenhum governante, de qualquer categoria que fosse, tinha o direito de impor a sua vontade pessoal aos súditos para atender aos ditames do próprio capricho. Dentro da teoria feudal, na verdade, nenhum dirigente tinha o direito de legislar; a lei era produto do costume ou da vontade de Deus. A autoridade do rei ou do barão limitava-se à promulgação do que se poderia chamar decretos administrativos, visando a boa execução da lei. É muito difícil determinar se os ideais do feudalismo foram postos em prática com menos êxito do que os ideais dos sistemas políticos em geral. A maioria das pessoas, devido aos seus preconceitos contrários a tudo que é medieval, sem dúvida responderá afirmativamente a esta pergunta. No entanto, a revolta contra a opressão não ocorria com freqüência na segunda fase da Idade Média, muito embora fosse comum entre doutrinada a existência do direito de rebelião contra o governante que se tornasse tirânico.

Tanto na teoria como na prática, o regime feudal era um sistema de suserania e vassalagem, baseado na concessão e posse de feudos. Em sua essência, o feudo era um benefício que se tornara hereditário. No entanto, nem sempre consistia numa área de terra, pois podia também ser um cargo oficial, uma posição ou o direito de cobrar tributos numa ponte, o de cunhar moeda ou de estabelecer mercados e auferir-lhes os proventos. O homem que doava o feudo era um senhor ou suserano, qualquer que fosse a sua categoria, e aquele que o recebia a fim de possuí-lo e transmití-lo a seus descendentes era um vassalo, quer fosse um

cavaleiro, um conde ou um duque. Via de regra, o rei era o mais alto suserano. Logo abaixo dele vinham os grandes nobres, de vários títulos, como sejam duques, condes, "earls", na Inglaterra ou "margraves", na Alemanha. Por sua vez, esses nobres dividiam os seus feudos e concediam as subdivisões a nobres inferiores, que assim passavam a ser vassalos daqueles e comumente eram chamados viscondes e barões. No grau mais baixo da escala ficavam os cavaleiros, cujos feudos não podiam ser divididos. Desse modo, de acordo com a ordem geral das coisas, cada senhor, exceto o rei, era vassalo de algum outro senhor, e todo vassalo, exceto o cavaleiro, era senhor de outros vassalos. Esse arranjo, aparentemente lógico e bem ordenado, era, porém, perturbado por inúmeras irregularidades. Havia vassalos na posse de feudos recebidos de vários senhores, não sendo todos da mesma categoria. Havia senhores cujos vassalos recebiam feudos do mesmo suserano do qual dependiam aqueles. E em alguns casos havia reis que, na realidade, recebiam feudos de alguns de seus condes ou duques e eram, conseqüentemente, de certo modo vassalos de seus próprios vassalos.

Além disso, deve-se sempre ter em mente que o feudalismo não era o mesmo em todos os países da Europa Ocidental. Muitos de seus característicos, que comumente se supõe serem universais, eram encontrados apenas na França, onde o sistema estava mais amplamente desenvolvido, ou, na melhor hipótese, em mais um ou outro dos demais países. Por exemplo, a lei da primogenitura, pela qual o feudo era herdado inteiro pelo filho mais velho, não existia em absoluto na Alemanha, onde também as distinções sociais não eram tão nitidamente definidas como em França. Ademais, não se achavam incluídos no regime feudal nem todas as terras nem todos os habitantes dos países europeus. Grande parte dos lavradores das regiões acidentadas e montanhosas da França, da Itália e da Alemanha não possuíam suas terras em regime de feudo, mais sim em plena posse, como as tinham possuído durante muitos séculos os seus antepassados.

Cada membro da nobreza feudal estava envolvido numa complicada rede de direitos e obrigações, que variavam de acordo

com a sua situação de suserano ou de vassalo. Os direitos mais importantes do suserano eram: servir de curador legal no caso de qualquer dos feudos doados por ele ser herdado por um menor; o direito de reversão, ou seja, o de receber de volta o feudo de um vassalo que morresse sem herdeiros; o de confisco, ou o direito de reaver o feudo de um vassalo por motivo de violação de contrato. O último desses direitos, no entanto, só podia ser exercido depois de ter sido o vassalo condenado por um tribunal composto de seus iguais. Havia duas obrigações muito importantes, que incumbiam a todo suserano. Primeiro, devia dispensar proteção militar aos seus vassalos para prevenir ataques inimigos; segundo, devia prestar-lhes assistência judiciária, o que comumente significava a convocação de um tribunal para julgar das queixas por eles apresentadas. O próprio suserano não fazia mais que presidir ao tribunal; a decisão em si mesma era dada pelos outros vassalos, uma vez que era princípio cardeal da justiça feudal não poder um nobre ser julgado senão por seus pares. Além desse privilégio de só ser julgado pelos seus iguais, o nobre, na sua situação de vassalo, tinha somente um outro direito importante - o de repudiar seu senhor por atos de injustiça ou por negligência em dispensar a devida proteção. As obrigações dos vassalos eram, porém, mais numerosas. Tinham de prestar serviço militar durante certo número de dias em cada ano, comparecer ao tribunal do senhor, resgatá-lo no caso de ser ele aprisionado e pagar uma pesada taxa quando herdava ou vendia um feudo.

Certamente a sociedade feudal era em alto grau aristocrática. Era um regime de condição social fixa, não de iniciativa individual. Em quase todos os casos, as várias classes da nobreza deviam suas posições à herança, embora um grau de nobreza pudesse ocasionalmente ser conferido a um plebeu por serviços prestados ao rei. Raramente era possível a um homem conseguir promoção no sistema pelo próprio esforço ou inteligência. Pode-se, todavia, encontrar uma exceção muito importante no caso dos ministenales da Alemanha e dos Países-Baixos. Os ministeriales, como seu próprio nome indica, constituíam uma classe de funcionários administrativos sob a ordem feudal. Eram carregados da guarda de

castelos, da cobrança de tributos nas portas das cidades, pontes, mercados etc. Dentre eles, alguns dos mais capazes conseguiam ser baillios ou administradores de cidades ou distritos, servindo a um grande príncipe ou bispo, ou ainda ao próprio imperador. Sua posição era tão altamente vantajosa que conseguiram, por fim, invadir as camadas mais baixas da nobreza e formar uma classe inferior de cavaleiros.

A vida da nobreza feudal dificilmente teria sido a existência idílica descrita com freqüência nas novelas românticas. Embora fosse, sem dúvida, cheia de fatos excitantes, havia também muita fadiga e os homens morriam muito moços. Cientistas modernos, examinando cuidadosamente esqueletos da época medieval, calcularam que, nesse tempo, o índice mais alto de mortalidade corresponde à idade de 44 anos, ao passo que presentemente ocorre mais ou menos aos 72. Além disso, eram bastante medíocres as condições de vida, mesmo para os nobres mais ricos. Até quase os fins do século XI, o castelo feudal não passava de um tosco fortim de madeira e mesmo os grandes castelos de pedra dos tempos posteriores estavam bem longe de ser modelos de conforto e comodidade. Os quartos eram escuros e úmidos e as paredes de pedra nua, frias e tristes. Até depois do restabelecimento do comércio com o Oriente, que introduziu o uso de tapetes e estofos, os pisos eram em geral recobertos com esteiras de junco ou palha, sendo colocada de tempos em tempos uma nova camada, quando a antiga se inutilizava com a imundície dos cães de caça. A alimentação dos nobres e de suas famílias, embora fosse copiosa e substancial, não era particularmente variada nem apetitosa. Os elementos principais da alimentação eram carne e peixe, queijo, couve, nabos, cenouras, cebola, feijão e ervilha. As únicas frutas obtidas com abundância eram as maçãs e as pêras. Não conheciam o café nem o chá, e tampouco as especiarias, mesmo algum tempo depois de estabelecido o comércio com o Oriente. Por fim o açúcar também foi introduzido, mas durante muito tempo custou um preço elevado e era tão raro que o vendiam até como droga.

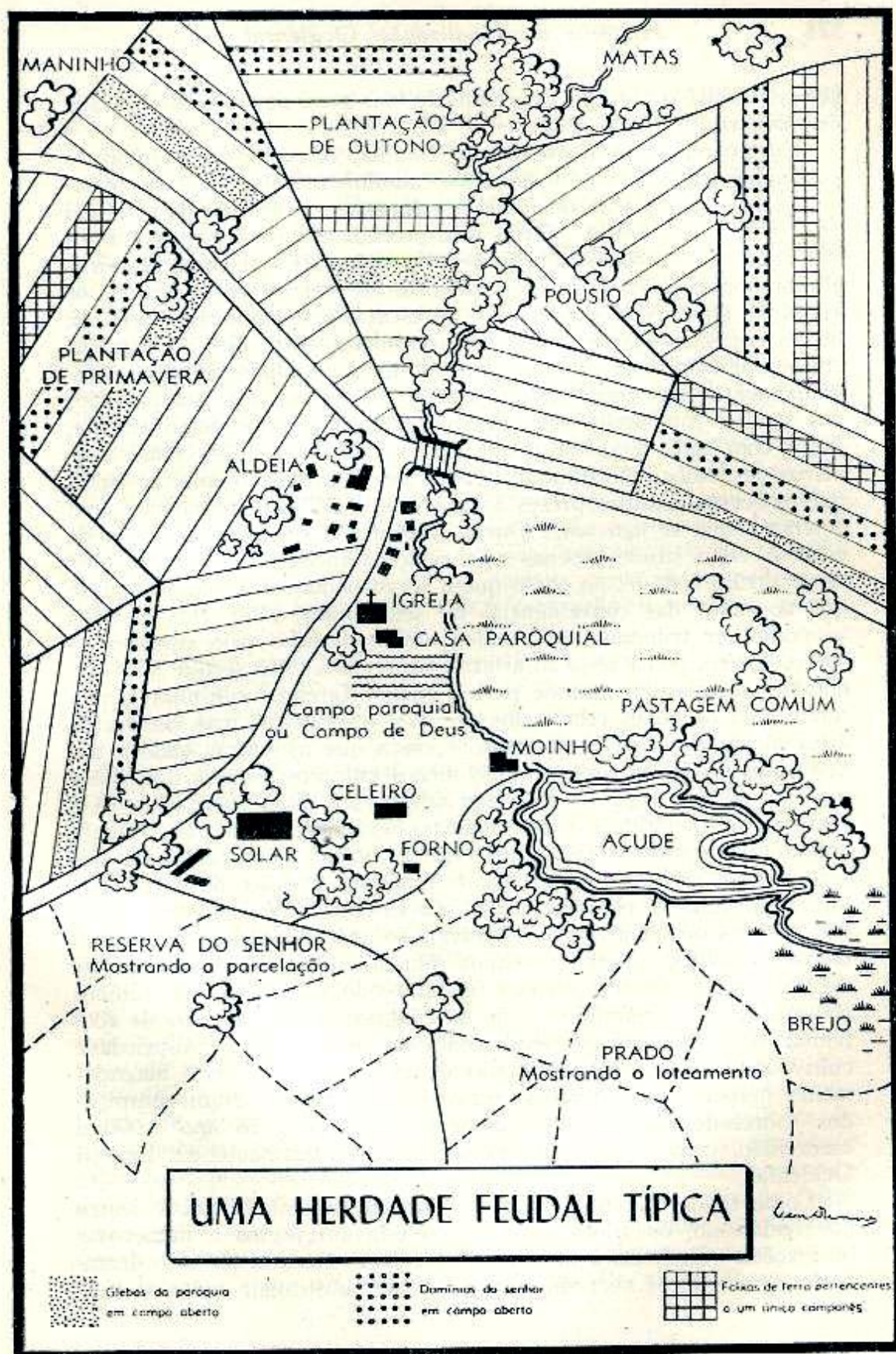
Embora os nobres não trabalhassem para ganhar a vida, seu tempo não era gasto na ociosidade. As convenções de sua sociedade ditavam uma vida ativa de guerra, violentas aventuras e esportes. Não somente se empenhavam em guerras por pretextos fúteis para a conquista de feudos vizinhos, mas também lutavam pelo simples amor à luta como uma aventura excitante. Isso trouxe tanta violência que a igreja interveio com a "Paz de Deus", no século X, e completou esse tratado, no século XI, com as "Tréguas de Deus". A "Paz de Deus" deitava solenes anátemas contra quem quer que violasse lugares de culto, roubasse dos pobres ou injuriasse membros do clero. Mais tarde, a mesma proteção foi estendida aos mercadores. A "Trégua de Deus" proibia absolutamente a luta desde "as vésperas de sexta-feira até o amanhecer de segunda", e também desde o Natal até a Epifania (Dia de Reis, 06 de janeiro), e durante a maior parte da primavera, do fim do verão e do começo do outono. O propósito desta última regulamentação era sem dúvida proteger os camponeses nas estações do plantio e da colheita. A penalidade contra qualquer nobre que violasse a trégua era a excomunhão. Se tais regras tivessem sido mantidas por mais alguns séculos, talvez os homens tivessem, por fim, abandonado a guerra como desarrazoada e infrutífera. Mas a própria igreja, ao promover as Cruzadas, foi realmente responsável por torná-las letra morta, e as guerras santas contra os infiéis travaram-se com muito maior barbarismo que o nascido das rixas miúdas dos nobres feudais entre si.

Até uma época relativamente avançada da Idade Média, as maneiras da aristocracia feudal não eram de modo algum refinadas e gentis. A glotonaria era vício comum e um bebedor moderno ficaria perplexo à vista da quantidade de vinho e de cerveja consumida durante uma tertúlia num castelo medieval. Ao jantar, todos cortavam a carne com o próprio punhal e comiam com as mãos. Os ossos e os restos eram jogados ao chão para que os cachorros, sempre presentes, os disputassem. Tratavam as mulheres com indiferença e algumas vezes com desprezo e brutalidade, pois que o mundo, naqueles tempos, pertencia aos homens. Nos séculos XII e XIII, no entanto, as maneiras das

classes aristocráticas foram consideravelmente suavizadas e melhoradas pelo desenvolvimento do que se conhece hoje como cavalaria. Era esta o código social e moral de feudalismo, o conjunto dos seus mais altos ideais e a expressão das suas virtudes. As origens desse código eram principalmente cristãs e germanas, mas a influência sarracena também desempenhou certo papel no seu desenvolvimento. A cavalaria exaltava o ideal do cavaleiro não somente bravo e leal, mas generoso, fiel, reverente, bondoso para com o pobre e o indefeso, e desdenhoso das vantagens injustas e do ganho sórdido. Mas talvez, acima de tudo, o cavaleiro perfeito deveria ser o namorado perfeito. O ideal cavaleiresco fazia do amor à sua dama um verdadeiro culto, com um complicado cerimonial que o nobre e arrojado moço não deveria esquecer. Daí terem sido as mulheres, no fim da Idade Média, elevadas a uma situação muito mais alta do que a que tinham gozado na Europa durante o início daquele período. A cavalaria também impunha ao cavaleiro a obrigação de lutar em defesa de causas nobres. Constituíam deveres especiais seus defender a igreja e pôr à disposição dos interesses dela a sua espada e a sua lança.

A principal unidade econômica do regime feudal era a herdade senhorial, sem prejuízo de ter o próprio sistema senhorial, além do aspecto econômico, uma feição política. A herdade senhorial era, geralmente, o domínio de um cavaleiro. Senhores de posição mais alta possuíam muitas herdades, chegando freqüentemente o número destas às centenas ou aos milhares. Ninguém sabe o tamanho médio dessas unidades econômicas, mas a menor delas parece ter compreendido pelo menos 120 ou 150 hectares. Cada uma delas compreendia uma ou mais aldeias, as terras cultivadas pelos camponeses, a floresta e as pastagens comuns, a terra pertencente à igreja paroquial e a casa senhorial, que abarcava a melhor terra cultivável do feudo. Exceto quanto à casa senhorial, toda a terra arável se dividia em três porções principais: o terreno de plantio da primavera, o de plantio do outono e o pousio. Eram revezados entre si de ano em ano, de modo que o terreno que num ano fora de plantio primaveril, no seguinte seria outonal; e

assim por diante. Esse era o famoso sistema dos três campos, que parece ter surgido na Europa Ocidental por volta do século VIII. A agricultura senhorial orientava-se também largamente pelo sistema do campo-aberto. O lote concedido a cada camponês não era uma área compacta do feudo, mas consistia em certo número de faixas localizadas em cada uma das três porções principais do terreno arável. Tais faixas cujo tamanho era em média de meio hectare, geralmente estavam separadas apenas por uma estreita faixa da gleba não arada. Aparentemente o principal objeto desse sistema era dar a cada servo um quinhão eqüitativo de cada uma das três espécies diferentes de terra. Ao cultivar essas nesgas de terra, os camponeses trabalhavam em cooperação, principalmente porque, estando suas porções espalhadas, era lógico que um grupo de homens combinasse seus esforços para lavrar todas as faixas de uma dada área. Além disso, nenhum camponês possuía o número suficiente de bois para puxar o tosco arado de madeira num solo duro.



Excetuando-se o nobre e sua família, o padre da paróquia e possivelmente alguns funcionários administrativos, toda a população do feudo era formada de pessoas de condição servil. Estas compreendiam pelo menos quatro classes diferentes: os vilões, os servos, os seareiros e moradores, e os escravos. Embora, ao fim de certo tempo, os vilões e os servos quase não apresentassem distinção entre si, houve em dada época diferenças acentuadas entre eles. Os vilões eram, originalmente, pequenos lavradores que tinham entregue individualmente suas terras a um vizinho poderoso. Os antepassados dos servos, com freqüência, tinham sido submetidos coletivamente, junto com toda a aldeia a que pertenciam. Os vilões eram rendeiros perpétuos, não estando ligados pessoalmente ao solo, ao passo que os servos estavam presos a ele e eram vendidos juntamente com a terra a que se ligavam. Outra diferença a ser assinalada é a de estar o vilão sujeito apenas a obrigações incluídas nos termos de seu contrato comum, ao passo que o servo podia ser explorado quase que ao sabor das conveniências de seu senhor. Por fim, o vilão só podia ser tributado dentro dos limites fixados pelo costume; o servo, porém, podia sê-lo ao arbítrio do senhor. No século XIII, no entanto, desapareceu grande parte dessas diferenças e é notável não terem sido os vilões rebaixados ao nível dos servos, mas sim terem estes alcançado o nível daqueles. Ainda que as outras classes dependentes do feudo fossem muito menos numerosas que a dos vilões e a dos servos, algumas palavras devem ser ditas sobre elas. Os seareiros e moradores eram homens tão pobres, que não tinham nenhuma categoria definida no regime feudal. Diferindo até dos servos mais ínfimos, não tinham qualquer porção de terra que pudessem cultivar para ganhar o seu sustento. Viviam em pequenas cabanas ou choupanas e alugavam-se aos vilões ricos ou faziam trabalhos avulsos para o senhor feudal. Continuaram a existir alguns escravos durante a época feudal, tendo, contudo, o seu número constantemente diminuído. Não se adaptavam bem ao tipo de economia senhorial, pois o feudo não era uma grande propriedade cultivada, mas um conglomerado de pequenos sítios sob

arrendamento perpétuo. Os poucos escravos encontrados eram empregados, sobretudo, como criados domésticos. Depois do ano 1.000 a escravidão, como instituição, extinguiu-se praticamente na Europa Ocidental.

Como todos os outros membros das classes subordinadas dentro do feudalismo, os vilões e os servos estavam presos a numerosas obrigações. Embora, à primeira vista, estas pareçam ter sido demasiado opressivas, é necessário lembrar que substituíam tanto as rendas como os impostos. As mais importantes dessas obrigações eram a capitação, o censo, a talha, as banalidades, as prestações e a corvéia. A capitação, ou imposto por cabeça, atingia unicamente os servos; o censo era uma espécie de renda paga somente pelos vilões e homens livres; a talha era uma certa percentagem sobre quase tudo que se produzia nas terras tanto dos vilões como dos servos; as banalidades, uma compensação paga ao senhor pelo uso do moinho da vila, do lagar, dos tonéis de cerveja, do forno do pão e também por morarem na vila. As prestações eram um tipo de hospitalidade forçada. O conde ou o barão local, nas suas viagens de um para outro solar, tinha o direito de ser hospedado durante os poucos dias que passava em cada aldeia. Conseqüentemente, era dever dos camponeses fornecer alimentação e alojamento para o grande senhor e sua comitiva, e até para os cavalos e cachorros. Essa obrigação não podia ser exigida mais de três vezes no ano e, em algumas localidades, tornou-se inteiramente obsoleta. A última espécie de obrigações dos camponeses era a corvéia, que consistia no trabalho forçado que os vilões e os servos deviam executar no cultivo do domínio do senhor e na construção e reparação de estradas, pontes e represas.

Nem com a maior boa vontade poderia a sorte do camponês medieval ser considerada invejável. Pelo menos durante as estações de plantio e colheita, ele trabalhava do nascer ao pôr do sol e eram poucas as recompensas desse trabalho. Seu lar, em geral, era uma cabana miserável, construída de varas trançadas e recobertas de barro. Servia como única saída para a fumaça um buraco no telhado de palha. O piso era a terra nua,

frequentemente fria e encharcada pela chuva e pela neve. A cama do camponês era uma caixa cheia de palha e a cadeira em que se refestelava, um mocho de três pés. Sua alimentação era grosseira e sempre a mesma, constituída de pão preto ou misto, com algumas verduras de sua horta no verão e no outono, queijo e sopa, carne e peixe salgados que frequentemente eram mal curados e tinham de ser comidos meio podres. Sofria fome quando as colheitas eram más e havia até casos de morte por inanição. Era, é claro, invariavelmente analfabeto, vítima de temores supersticiosos e, algumas vezes, da desonestidade de intendentos inescrupulosos. Tantas eram as aflições de sua monótona existência, que se extinguia nele toda sensibilidade moral que porventura possuísse. Um viajante medieval descrevia como, no verão, "vira a maioria dos camponeses, no dia de feira, andar pelas ruas e pelas praças da vila sem qualquer roupa, nem mesmo calças, para se refrescarem". Como alguns monges, estranhando o que viam, protestassem indignados, eles responderam asperamente: "O senhor tem alguma coisa que ver com isto?". Mas talvez o aspecto mais lamentável da vida do camponês fosse o fato de ser ele uma criatura desprezada e rebaixada. Tanto os acólitos dos nobres como os cidadãos quase sempre se referiam a eles em termos desdenhosos e odiosos. Diziam que todos os camponeses eram velhacos, estúpidos, mesquinhos, vesgos e feios, que tinham "nascido do esterco de burro" e "que o diabo não os queria no inferno porque cheiravam muito mal".



Cena numa aldeia medieval. Entre as atividades representadas estão a lavoura, a moagem e a matança de porcos para alimentação. No canto direito da gravura vêem-se dois frades distribuindo pão e sopa aos pobres. (Gravura do Metropolitan Museum of Art.)

Não obstante, os camponeses gozavam de algumas vantagens que contribuía para equilibrar a balança de suas misérias. Nada significavam para eles muitos temores e incertezas que inquietam os humildes dos tempos modernos. Corriam pouco perigo de perder o emprego ou de não ter garantias na velhice. Era princípio estabelecido no direito feudal que o camponês não podia ser privado de sua terra. Se esta fosse vendida, o servo ia com ela e conservava o direito de cultivar seu lote como o fizera antes. Quando ficava muito velho ou fraco para trabalhar, era dever do senhor cuidar dele até o fim dos seus dias. Embora trabalhasse duro nas épocas de maior labuta, na realidade tinha mais dias de folga do que os concedidos aos trabalhadores de hoje. Em algumas partes da Europa, eles atingiam um sexto do ano, sem

contar os domingos. Além disso, o senhor feudal devia dar uma festa aos seus campônios depois de findo o plantio da primavera e depois de realizada a colheita, como também nos principais dias santos. Finalmente, o camponês não tinha a obrigação de prestar serviço militar. Suas colheitas podiam ser espezinhadas pelas patas dos cavalos e seu gado arrebatado pelos exércitos dos nobres guerreiros, mas pelo menos não era compelido a sacrificar a vida em benefício de um ditador fanfarrão ou de capitalistas cobiçosos de mercados.

Logo depois de ter atingido o auge de seu desenvolvimento, o feudalismo começou a dar sinais de decadência. Pelos fins do século XIII o declínio já ia bastante adiantado na França e na Itália. O sistema durou mais tempo na Alemanha e na Inglaterra, mas em 1.500 já estava quase extinto em todos os países da Europa Ocidental. Sobreviveram, todavia, muitos remanescentes até muito mais tarde, podendo-se ainda encontrá-los em meados do século XIX, na Europa central e oriental. Não é difícil apontar as causas do declínio do regime feudal. Muitas delas estavam intimamente associadas às revolucionárias mudanças econômicas dos séculos XI e seguintes. A volta do comércio com o Oriente Próximo e o desenvolvimento das grandes cidades ocasionaram uma procura sempre crescente dos produtos agrícolas. Os preços subiram e, como consequência disso alguns camponeses tornaram-se capazes de comprar sua liberdade. Além disso, a expansão do comércio e da indústria criou novas oportunidades de emprego e tentou muitos servos a fugir para as cidades. Desde que conseguiam escapar, era quase impossível trazê-los de volta. Uma outra causa econômica foi a abertura de novas terras ao cultivo, principalmente devido aos preços mais altos dos produtos do solo. A fim de levar os camponeses a desbastar florestas e drenar pântanos, era freqüentemente necessário prometer-lhes a liberdade. A Peste Negra que varreu a Europa no século XIV, embora não fosse exatamente um fator econômico, trouxe resultados bastante semelhantes aos das causas já mencionadas. Em outras palavras, produziu escassez de trabalho e desse modo fez com que se tornassem mais insistentes os pedidos de

liberdade de parte dos servos que sobreviveram. O sistema senhorial era praticamente impossível com um camponês livre, e assim se abateu um dos principais sustentáculos do regime feudal. Também tiveram grande importância as causas políticas da queda do feudalismo. Uma delas foi a criação de exércitos profissionais e a oportunidade oferecida aos aldeões de se tornarem soldados mercenários. Outra foi a adoção de novos métodos de guerra que tornavam os cavaleiros menos indispensáveis como classe militar. Como terceira causa pode ser citada a situação caótica produzida pela Guerra dos Cem Anos e as insurreições camponesas que daí resultaram. A quarta foi a influência das Cruzadas na eliminação dos nobres poderosos, no movimento pela adoção da taxa direta e em tornar necessária a venda de privilégios a comunidades de servos, como meio de obter dinheiro para equipar os exércitos. Provavelmente, porém, a causa política mais importante foi o aparecimento, sobretudo na França e na Inglaterra, de fortes monarquias nacionais. Por vários meios, no fim da época feudal, os ambiciosos reis desses países destituíram pouco a pouco os nobres de toda autoridade política.

3. O APARECIMENTO DAS MONARQUIAS NACIONAIS

Logo após a morte de Carlos Magno, em 814, caiu por terra o governo forte que ele construía na Europa Ocidental. Nesse ano, pelo Tratado de Verdun, seus netos concordaram em dividir o Império Carolíngio em três partes distintas. As duas porções maiores formaram os reinos da França Oriental e da França Ocidental, que correspondem de modo geral aos atuais territórios da Alemanha e da França. Uma larga faixa de terra entre as duas porções formou um reino intermediário que incluía os atuais territórios da Bélgica, da Holanda, da Alsácia e da Lorena. Tal foi o início de algumas das divisões políticas mais importantes do mapa da Europa atual.

Entretanto, os três reinos passaram rápida e completamente à dominação feudal. Os verdadeiros governantes não foram os descendentes do grande rei carolíngio, mas uma hoste de pequenos príncipes, condes e duques. Os próprios reis desceram ao nível de meros suseranos feudais, dependentes dos nobres locais para a obtenção de seus soldados e rendimentos. Conquanto fosse ainda bem grande a sua preponderância moral como reis, praticamente não tinham autoridade verdadeira sobre o povo. Por volta do fim do século XII, no entanto, começaram a aparecer em França certos sinais de mudança dessa situação. Em 987, o último dos fracos monarcas carolíngios foi destronado pelo Conde de Paris, Hugo Capeto. Os descendentes diretos deste ocuparam o trono francês por mais de trezentos anos. Ainda que nem Hugo nem qualquer de seus sucessores imediatos tenha exercido o grau de soberania que comumente associamos à função real, diversos Capetos posteriores foram governantes poderosos. Muitos fatores auxiliaram esses reis a estabelecer sua posição de domínio. Em primeiro lugar, tiveram bastante sorte para, durante centenas de anos, ter filhos que lhes sucedessem, e muitas vezes um filho único. À vista disso, não houve lutas mortais por causa do direito de sucessão, nem qualquer necessidade de dividir o domínio real com parentes desgostosos, capazes de defender sua pretensão ao trono. Em segundo lugar, a maioria desses reis viveram até idade avançada e, assim, seus filhos já eram homens maduros quando subiram ao trono. Não houve, por isso, regências que retalhassem o poder real durante a menoridade de um príncipe. Outro fator foi a expansão do comércio, que ofereceu aos reis novas fontes de rendimentos, capacitando-os a encontrar poderosos aliados no seio da burguesia para sua luta contra os nobres. Finalmente, deve-se levar em consideração a astúcia e o vigor de muitos dos próprios reis.

O primeiro dos reis Capetos que pode ser considerado como um dos fundadores da monarquia nacional na França foi Filipe Augusto (1180-1223). Embora Filipe jamais se tivesse considerado, talvez, senão como um suserano feudal mais alto, a

maioria dos seus atos políticos teve como efeito enfraquecer seriamente a estrutura feudal. Quando concedia feudos aos seus vassallos exigia destes o compromisso de que, antes de mais nada, os subvassallos jurariam fidelidade a ele próprio. Ávido de rendas, trocava o mais que podia as obrigações feudais por pagamentos em dinheiro: vendia alvarás a cidades e lançou impostos especiais sobre os judeus e sobre todas as pessoas que recusassem tomar parte nas cruzadas para conquistar aos muçulmanos o reino de Jerusalém. Nomeou bailios e senescais para supervisionar a administração da justiça nos tribunais feudais e para fazer valer os direitos do rei como suserano. Apesar de continuar dependendo de seus vassallos quanto ao fornecimento de tropas, tomou algumas providências para a fundação de um exército nacional submetido ao seu próprio controle. Assalariou soldados aos milhares e compeliu as cidades a fornecerem recrutas escolhidos entre seus próprios moradores. Empenhou-se de tal modo em relegar os nobres para um plano secundário, que conseguiu quadruplicar os domínios reais e transferir muitas funções feudais para as suas próprias mãos.

O segundo dos mais ativos reis que agiram em favor da consolidação do poder monárquico na França foi Luís IX (1226-70). Poucos governantes da história tiveram, sem dúvida, personalidade mais interessante. Luís era uma estranha mistura de devoção exagerada, benevolência astuciosa e ambicioso espírito prático. Às vezes imitava a vida de um monge, usava um cilício, jejuava escrupulosamente e fazia-se flagelar com pequenas correntes. Amiúde recebia pobres em sua mesa, considerando seu dever lavar os pés dos miseráveis e, algumas vezes, até servir leprosos. Dada a grande reputação de piedade que gozava e o seu martírio por ocasião da cruzada a Tunes foi canonizado apenas 27 anos depois de sua morte. Mas Luís IX não foi apenas um asceta. Encontrou tempo para instalar hospitais, abolir o duelo judiciário e emancipar milhares de servos do domínio real, tendo o cuidado de fazer com que cada um pagasse uma taxa em troca da liberdade. Trabalhou, ademais, para aumentar o poder monárquico por meio de todos os engenhosos estratagemas que pôde imaginar.

Estendeu o direito de recurso das decisões dos tribunais feudais para o seu tribunal e incitou seus jurisconsultos a criar uma categoria de casos que só poderiam ser submetidos à jurisdição do rei. Essa categoria era bastante ampla para incluir casos de traição e, praticamente, todas as violações da paz. Dispôs que só o seu próprio dinheiro poderia ser aceito em todas as partes do reino. Tentou, com vigor, mas sem inteiro êxito, refrear o poder dos nobres, vedando-lhes o direito de guerrear por iniciativa particular. Talvez a mais significativa medida entre quantas tomou, tenha sido a de assumir pessoalmente o poder de decretar ordenações para todo o país, sem o prévio consentimento de seus vassallos. Nada, talvez, poderia ter expressado uma negação mais enérgica dos princípios feudais do que essa medida, pois, de acordo com a teoria feudal, o rei não podia afastar-se da lei vigente sem a aprovação dos grandes do reino.

A evolução da monarquia nacional na França Medieval foi levada ainda mais longe durante o reinado de Filipe IV (1285-1314), ou Filipe o Belo, como é mais comumente chamado. A política deste rei foi determinada em grande parte por um acréscimo da necessidade de rendimentos, mas resultou também, até certo ponto, da popularidade crescente do direito romano, incluindo a doutrina básica da soberania absoluta do estado. A ambição de levantar dinheiro não somente fez com que Filipe expulsasse os judeus e os banqueiros italianos e confiscasse suas propriedades, mas ainda o levou a transformar quase todos os tributos feudais em impostos diretos. Foi, porém, a sua tentativa de taxar os bens da igreja que alcançou significação mais alta. Tal tentativa desencadeou uma irada contenda com o Papa, que teve dois resultados importantes: 1) a sujeição da igreja católica francesa ao rei; 2) a convocação do que veio a ser considerado como o primeiro parlamento da história francesa. Para apurar a opinião de seus súditos em relação à contenda com o Papa, Filipe convocou, em 1302, uma assembléia do clero, dos nobres leigos e dos representantes das cidades. Sendo essas as principais classes ou "estados" de todos os seus súditos, a assembléia passou a ser conhecida como Estados Gerais. Foi convocada por Filipe, em

duas outras ocasiões, para aprovar novas modalidades de taxaço. Seus sucessores imitaram o precedente com maior ou menor regularidade, até 1614. Estáo claro que os Estados Gerais não eram concebidos como uma assembléia legislativa independente, mas sim como um corpo de consultores do rei. Foi somente sob a influência do liberalismo do século XVIII que os homens passaram a considerá-la um verdadeiro parlamento. Por outro lado, uma vez que incluía representantes alheios à nobreza, a sua instituição pode ser considerada como um passo a mais na transformação do governo francês, levando-o a assumir um caráter nacional em vez de feudal.

O poder monárquico, na França, consolidou-se ainda mais em resultado da Guerra dos Cem Anos (1337-1453). Essa guerra originou-se de numerosas causas. A principal foi, sem dúvida, o velho conflito entre os reis ingleses e franceses em torno de certos territórios da França. No fim do século XIII os monarcas da Inglaterra ainda conservavam parte da Guiena e da Gasconha, como vassalos da coroa francesa. Os monarcas franceses não se conformavam com a presença de um poder estrangeiro no seu solo nacional. Receavam, além disso, que o interesse dos ingleses no comércio de lãs da Flandres redundasse numa aliança com os burgueses flamengos contra o seu soberano, o rei da França. O que ainda mais agravava a situação era que Eduardo III, que sucedera ao trono da Inglaterra em 1327, alimentava pretensões à coroa francesa por ser neto de Filipe o Belo, pelo lado materno. Sentindo a inevitabilidade da guerra, decidiu fazer valer os seus direitos, na esperança de que isso lhe fornecesse um pretexto conveniente para conquistar as cidades flamengas.

A Guerra dos Cem Anos prolongou-se por mais de um século, embora a luta não fosse de modo algum contínua. As hostilidades entre os dois exércitos foram interrompidas per várias tréguas e acompanhadas de algumas sublevações sangrentas, tanto de citadinos como de camponeses. Durante a maior parte do conflito os exércitos ingleses foram, em geral, vitoriosos. Eram mais bem organizados, disciplinados e equipados. Além disso, a Inglaterra não sofria os extremos de discórdia interna que assolavam os

franceses. Por volta de 1420 o duque de Borgonha desertara a causa da França e toda a metade setentrional do país achava-se ocupada por soldados ingleses. Pouco depois ocorreu o mais dramático incidente da guerra, infundindo novo ânimo nos exércitos franceses e preparando o caminho para a sua vitória final. Uma jovem camponesa simples e devota, Joana d'Arc, apresentou-se afirmando ter sido encarregada por Deus de "expulsar os ingleses de todo o reino da França". Embora não tivesse instrução alguma, "não conhecendo A nem B", sua piedade e sinceridade causaram tão funda impressão nos soldados franceses que acreditaram firmemente estar sendo conduzidos por um anjo descido dos céus. Em poucos meses Joana libertou quase toda a França central e levou o delfim Carlos VII a Reims, onde foi ele coroado rei de França. Mas, em maio de 1430, Joana d'Arc foi aprisionada pelos borguinhões e entregue aos ingleses. Estes, que a consideravam como uma feiticeira, nomearam um tribunal eclesiástico especial para processá-la por heresia. Decidindo pela sua culpabilidade, entregaram-na os juízes ao braço secular em 30 de maio de 1431, sendo ela, então, queimada viva na praça pública de Ruão.

Como sucede muitas vezes com os mártires, Joana foi mais poderosa morta do que viva. Sua memória perdura até hoje na França, como a personificação de uma causa patriótica. Os anos que seguiram a sua morte testemunharam uma série ininterrupta de triunfos para as armas francesas. Em 1453 a tomada de Bordéus, derradeiro reduto dos ingleses, pôs termo à guerra. Dos outrora extensos domínios ingleses na França, só restava o porto de Calais. Mas a Guerra dos Cem Anos fez mais do que expelir os estrangeiros do território francês: acrescentou a pedra de coroamento à consolidação do poder real no país. As tentativas de controlar o governo, tanto por parte dos Estados Gerais como da alta nobreza, haviam abortado. A despeito da confusão e dos sofrimentos da guerra, a França emergira com bastante consciência nacional para permitir a consolidação dos poderes reais dentro de um regime de monarquia absoluta. A consumação

dês se processo assinalou a transição final do feudalismo para algo que se assemelhava a um estado moderno.

O desenvolvimento da monarquia nacional na Inglaterra remonta ao reinado de Guilherme o Conquistador. A conquista da ilha por este, em 1066, resultou no estabelecimento de uma monarquia mais forte do que a que havia existido previamente, sob os reis saxões. A resultante ampliação de poder não foi necessariamente propositada. O rei Guilherme fez poucas mudanças de grande alcance. Em geral, conservou as leis e instituições saxônicas. Trouxe do Continente certos elementos de feudalismo, mas teve o cuidado de impedir uma descentralização excessiva. Exigia de seus vassallos um juramento de fidelidade a ele próprio, com precedência sobre o que prestavam aos seus suseranos imediatos. Proibiu a guerra privada e reteve, como prerrogativa real, o direito de cunhar moeda. Ao conceder terras aos seus sequazes, raramente lhes dava propriedades extensas e indivisas. Transformou o antigo witan, ou conselho consultivo dos reis anglo-saxões, numa curia regis, ou assembléia do rei, composta principalmente de seus próprios cortesãos e subordinados administrativos. Ao terminar o seu reinado a constituição da Inglaterra estava bastante modificada, mas as alterações tinham sido tão graduais que poucos se apercebiam da sua importância.

Os sucessores imediatos de Guilherme o Conquistador continuaram a política do pai, mas depois da morte de Henrique I, em 1135, desencadeou-se uma violenta disputa entre pretendentes rivais ao trono e o país foi lançado no abismo da anarquia. Quando Henrique II subiu ao trono, em 1154, encontrou o tesouro vazio e os barões instalados no poder. Seus objetivos imediatos foram, por isso, aumentar as rendas reais e reduzir o poder dos nobres. A fim de conseguir o primeiro deles, estabeleceu a prática de comutar regularmente a obrigação feudal do serviço militar num pagamento em dinheiro, prática essa que passou a ser conhecida como scutage, e lançou os primeiros impostos ingleses sobre a propriedade e sobre a renda. Na sua guerra contra os nobres, demoliu centenas de castelos que tinham sido construídos sem autorização e cerceou a jurisdição dos

tribunais feudais. Mas por certo compreendeu que o poder dos barões só poderia ser definitivamente restringido por meio de mudanças na lei e nos trâmites da justiça, pois reuniu à sua volta um corpo de eminentes jurisconsultos para aconselhá-la sobre as leis que deviam ser postas em vigor. Além disso, seguiu a prática já estabelecida de nomear juizes itinerantes para administrar a justiça nas várias partes do reino. Esses juizes, viajando de uma região a outra, aplicavam uma lei uniforme em todos os recantos do país. Os precedentes criados pelas suas decisões suplantaram gradualmente os costumes locais e vieram a ser reconhecidos como o direito consuetudinário inglês (common law). Também expediu ordens aos xerifes para que apresentassem aos juizes, quando estes chegassem ao seu condado, grupos de homens familiarizados com as condições locais. Esses homens deviam relatar, sob juramento, todos os casos de homicídio, incêndio premeditado, roubo ou outros crimes semelhantes de que houvessem tido conhecimento desde a última visita dos juizes. Essa foi a origem do júri de instrução (grand jury). Outra das reformas de Henrique possibilitava a qualquer das partes de uma ação cível comprar um mandado que obrigava o xerife a trazer à presença do juiz o autor e o réu, juntamente com doze cidadãos conhecedores dos fatos. Pedia-se então aos doze que declarassem, sob juramento, se as afirmações do autor eram verídicas, e o juiz daria a decisão de acordo com a resposta. Dessa prática surgiu a instituição do júri ordinário (petty jury ou trial jury).

Nos reinados dos filhos de Henrique - Ricardo I e João o feudalismo desfrutou um reflorescimento parcial. Salvo pelo espaço de seis meses em seus dez anos de reinado, Ricardo esteve sempre ausente da Inglaterra, empenhado na Terceira Cruzada ou defendendo suas possessões no continente. Enraivecera-se, além disso, muitos barões com as pesadas taxas que tiveram de ser impostas para pagar as despesas militares. A revolta feudal atingiu o auge no reinado do rei João, que talvez não tenha sido um tirano pior que os seus predecessores. Tinha, porém, a infelicidade de ter dois poderosos

inimigos - o rei Filipe Augusto, da França, e o Papa Inocêncio III; era inevitável que os barões se aproveitassem da oportunidade para retomar o poder, na ocasião em que perdeu para Filipe grande parte de suas possessões em território francês e sofreu uma derrota humilhante às mãos do Papa. Em 1215 obrigaram João a assinar a famosa Magna Carta, um documento que permanece até hoje como parte importante da constituição britânica. A interpretação popular dada à Magna Carta é, na realidade, errônea. Não pretendia ser uma Declaração de Direitos ou uma carta das liberdades do homem comum; pelo contrário, era um documento feudal, um contrato feudal escrito, no qual o rei, como suserano, se comprometia a respeitar os direitos tradicionais dos seus vassallos. Sua grande importância, na época, residia em ser uma expressão do princípio do governo limitado, da idéia de que o rei está submetido à lei. Algumas de suas prescrições feudais se prestaram, no entanto, mais tarde, a uma aplicação mais ampla. Por exemplo, a declaração de que nenhum homem podia ser aprisionado ou punido "exceto pelo julgamento legal de seus pares ou pela lei da terra".



ARQUITETURA GÓTICA

Interior da catedral de Notre Dame, em Paris. A figura dá uma impressão nítida da elevada construção da arquitetura gótica, dos arcos em ogiva e das abóbadas nervuradas que permitiam tal construção.

A catedral de Amiens. Construída no século XIII, representa a mais alta expressão da arquitetura gótica. Aqui se vê, em seu maior desenvolvimento, a ornamentação exterior e a predominância da escultura e dos vitrais. A catedral de Amiens, como muitas catedrais góticas, tem torres diferentes.

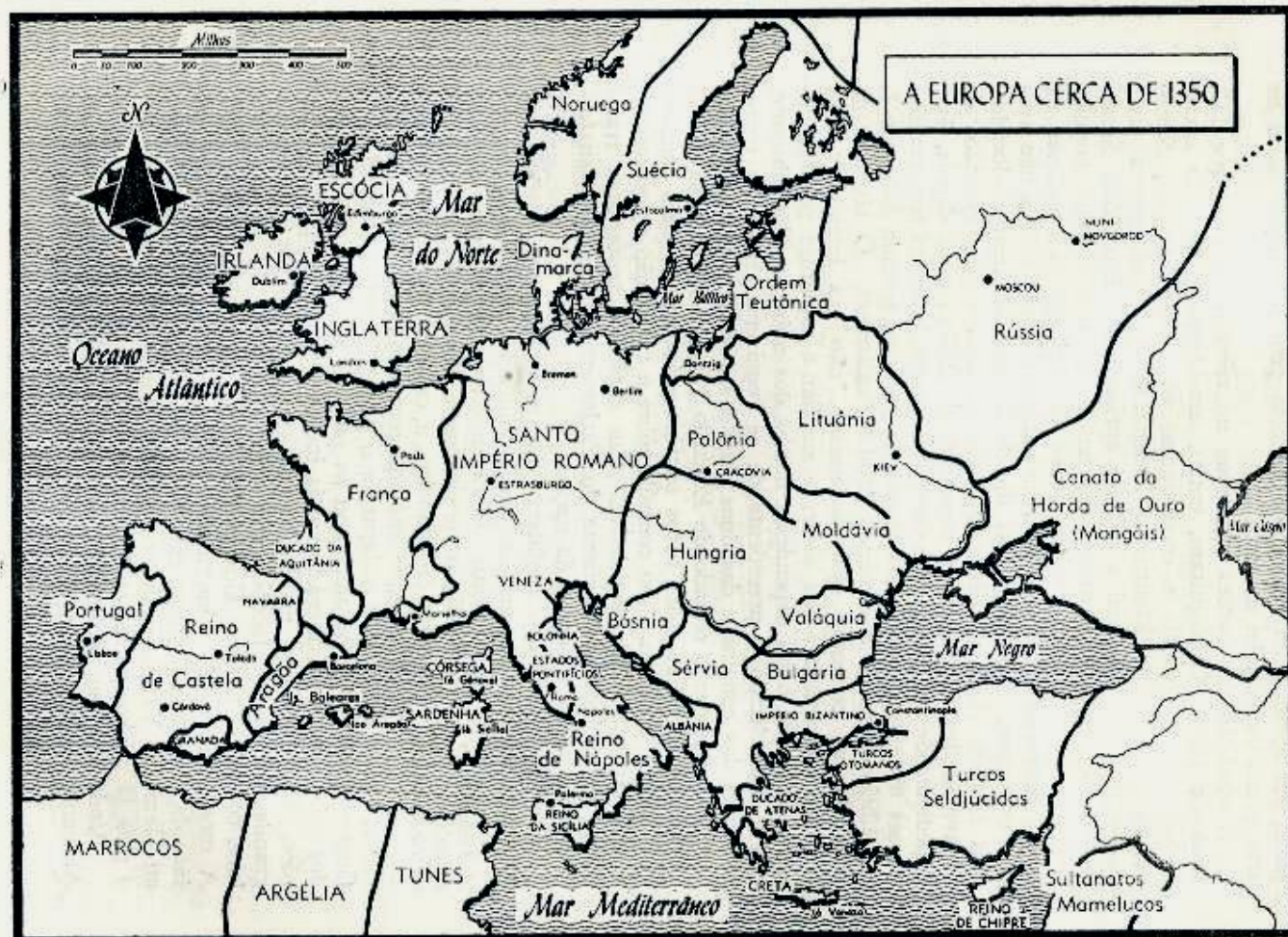




A Fuga para o Egito, de Giotto. O calor e a humanidade desta cena exemplificam o naturalismo religioso introduzido na pintura da Renascença por Giotto, no século XIV.
(Foto Alinari.)

O Nascimento de Vênus, por Sandro Botticelli. Demonstra o gosto pagão quatrocentista pelas formas do corpo e pelo atrativo sensual da mitologia clássica.





A oposição dos barões continuou no reinado de Henrique III, filho de João. Conseguiram, então, considerável apoio da classe média e encontraram um novo chefe em Simão de Montfort. Desencadeou-se uma guerra civil, na qual o rei foi aprisionado. Em 1265, Simão de Montfort, desejando assegurar o apoio popular para os seus planos de limitação dos poderes da coroa, convocou uma assembléia ou parlamento que incluía não apenas os nobres e os elementos do clero mais altamente colocados, mas também dois cavaleiros de cada condado e dois cidadãos de cada uma das cidades mais importantes. Trinta anos depois, esse expediente de um parlamento composto de membros das três grandes classes tornou-se um órgão regular do governo, quando Eduardo I, em 1295, convocou o chamado Model Parliament. O objetivo de

Eduardo, ao convocar esse parlamento, não era introduzir uma reforma democrática, mas somente ampliar a estrutura política, fazendo com que o rei dependesse menos dos nobres. Não obstante, estava estabelecido o precedente de se reunirem sempre os representantes dos comuns e das duas classes superiores para aconselhar o rei. Ao findar o reinado de Eduardo III (1327-77) achava-se o Parlamento dividido, para todos os fins práticos, em duas câmaras que haviam ampliado o seu controle sobre a tributação e começavam a assumir autoridade legislativa. Em capítulos posteriores trataremos da evolução subsequente do Parlamento inglês até transformar-se no poder soberano da nação. No século XIV, a Inglaterra foi profundamente afetada por mudanças econômicas que se haviam iniciado um pouco antes no Continente. O desenvolvimento do comércio e da indústria, o crescimento das cidades, o uso mais comum do dinheiro, a escassez do trabalho foram fatores que enfraqueceram muito o sistema senhorial e, conseqüentemente, solaparam o poder feudal. Além disso, a Guerra dos Cem Anos aumentou os poderes militares e financeiros dos reis e tendeu a torná-los mais independentes do apoio dos barões. O feudalismo na Inglaterra extinguiu-se, por fim, numa grande luta entre facções rivais pelo controle da coroa. Essa luta, conhecida como a Guerra das Rosas, durou de 1455 a 1485. A morte de grande número de nobres e o desgosto do povo em face da desordem contínua capacitaram o novo rei Henrique Tudor, ou Henrique VII, a estabelecer a ordem mais bem consolidada que o país já conhecera até então.

Ainda que no século XV o regime feudal se extinguisse na Alemanha e um pouco antes, na Itália, em nenhum desses países se estabeleceu uma monarquia nacional senão muito depois do fim da Idade Média. O poder dos duques alemães e o do Papa sempre se mostraram fortes demais para serem vencidos. Se alguns dos imperadores alemães se tivessem contentado em permanecer no seu país, teriam logrado construir uma ordem centralizada, mas insistiam em interferir na Itália, contendendo assim com os papas e encorajando revoltas nos seus próprios domínios.

Quando, em 911, extinguiu-se o ramo oriental da dinastia carolíngia, os alemães voltaram à sua antiga prática de eleger o rei. A primeira escolha recaiu em Conrado da Francônia. Este, por sua vez, foi sucedida por Henrique I, o fundador da dinastia saxônia. A figura mais famosa dessa dinastia foi o filho de Henrique, de nome Oto o Grande, que se tornou rei em 936. Desde o início de seu reino, Oto pareceu nutrir ambições de se tomar algo mais do que mero rei da Alemanha. Ele mesmo se coroou em Aachen (Aix-la-Chapelle), provavelmente para sugerir a idéia de que era o sucessor legítimo de Carlos Magno. Logo depois interveio nos negócios italianos atribuiu-se o título de rei dos lombardos. Daí restava somente um passo para se ver comprometido com o papado. Em 961, Oto atendeu a um apelo do papa João XII para protegê-lo contra os seus inimigos, e, em janeiro do ano seguinte, como recompensa, foi coroado imperador de Roma. Ainda que o império de Oto o Grande se limitasse à Alemanha e à Itália, o seu fundador acreditava, sem dúvida, poder ainda aumentá-lo, abarcando talvez toda a cristandade latina. Esse império não em, absolutamente, concebido como um novo estado, mas como uma continuação do império carolíngio e do império dos Césares.

No século XII, a coroa de Oto o Grande passou a pertencer à família dos Hohenstaufen, cujos representantes mais notáveis foram Frederico Barbarroxa e Frederico II. Ambos esses governantes se excederam na luta para concretizar suas pretensões à dignidade imperial. Frederico Barbarroxa deu ao império da Alemanha e da Itália o nome de Santo Império Romano, baseando-se na teoria de ser aquele um império universal estabelecido diretamente por Deus e colocado no mesmo nível da igreja. Frederico II, que foi rei da Sicília, da Itália e do Santo Império Romano, interessou-se muito mais pelo seu reino do sul do que pela Alemanha. Não obstante, acreditava, tão firmemente quanto seu avô Barbarroxa, num império universal, como a mais alta força secular da Europa Ocidental. Mas achava que o único caminho possível para tornar realidade suas pretensões imperiais era fundar um estado forte na Sicília e na Itália do sul e, depois,

estender o seu poder para o norte. Conseqüentemente, tratou de organizar o império do sul sob um regime de despotismo por direito divino. Destruiu quase que de um só golpe os vestígios do feudalismo. Organizou um exército profissional, introduziu a tributação direta e aboliu o julgamento por ordálio e por duelo judiciário. Caracterizou como ato de verdadeiro sacrilégio discutir sequer os estatutos e as decisões do imperador. Estabeleceu um controle rígido sobre o comércio e a indústria e criou os monopólios governamentais do comércio do trigo, das operações de câmbio, da manufatura de artigos têxteis e outros. Chegou mesmo a antecipar os ditadores modernos numa campanha de apuração racial, dizendo que "quando os homens da Sicília se ligam a filhas de estrangeiros, deturpa-se a pureza da raça". Parece que esquecia o fato de já estar misturado o sangue da maior parte do seu povo com infusões sarracenas, gregas, italianas e normandas, e de que ele próprio era metade alemão e metade normando.

Frederico II não obteve maior êxito que seus predecessores na tentativa de incrementar o poder do Santo Império. Seu grande erro foi ter-se esquecido de conquistar o apoio da classe média nas cidades, como o fizeram, na França, os Capetos. Sem isso era impossível romper a barreira da oposição papal. Depois que Frederico morreu, em 1250, os papas trataram de aniquilar os membros remanescentes da linha Hohenstaufen. Em 1273, Rodolfo de Habsburgo foi eleito para o trono imperial, mas o Santo Império Romano que ele e seus sucessores governaram raramente foi muito poderoso. Quando finalmente abolido em 1806, por Napoleão, era pouco mais do que uma ficção política.

4. A VIDA URBANA NA ÉPOCA FEUDAL

Nem todos os habitantes da Europa Ocidental, na época feudal, viviam, é claro, em castelos, solares ou aldeias rurais. Milhares deles residiam em cidades e vilas e, pelo menos desde o século XI, as atividades das classes urbanas foram tão importantes

quanto as lutas e os galanteios dos nobres, ou a faina agitada dos camponeses. Na verdade, as cidades foram os verdadeiros centros de quase todo o progresso intelectual e artístico do segundo período da Idade Média.

As mais antigas cidades medievais da Europa Ocidental foram, sem dúvida, aquelas que haviam sobrevivido aos tempos romanos. Fora da Itália, porém, contavam-se na realidade muito poucas. Outras surgiram como resultado de várias causas. Muitas eram cidades que tinham aumentado de tamanho e de importância por serem sedes de bispados. Outras brotaram da transformação de mosteiros em centros de comércio e de indústria. Algumas, ainda, desenvolveram-se partindo de castelos e de fortalezas junto aos quais o povo vivia por necessidade de proteção. Mas, certamente, o maior número delas originou-se do renascer do comércio que se iniciou no século XI. As principais cidades que podem ser incluídas nesta última classe são as de Veneza, Gênova e Pisa. Seus mercadores não tardaram a estabelecer um florescente comércio com o Império Bizantino e com as grandes cidades muçulmanas de Bagdá, Damasco e Cairo. Os produtos trazidos pelos mercadores provocaram grande procura não somente na Itália, mas também na Alemanha, na França e na Inglaterra. Devido a isso, abriram-se novos mercados e grande número de pessoas pôs-se a imitar os produtos importados do Oriente Próximo. As cidades e as vilas multiplicaram-se tão rapidamente que, em algumas regiões, pela altura do século XIV, metade da população tinha sido desviada das atividades agrícolas para as comerciais e industriais.

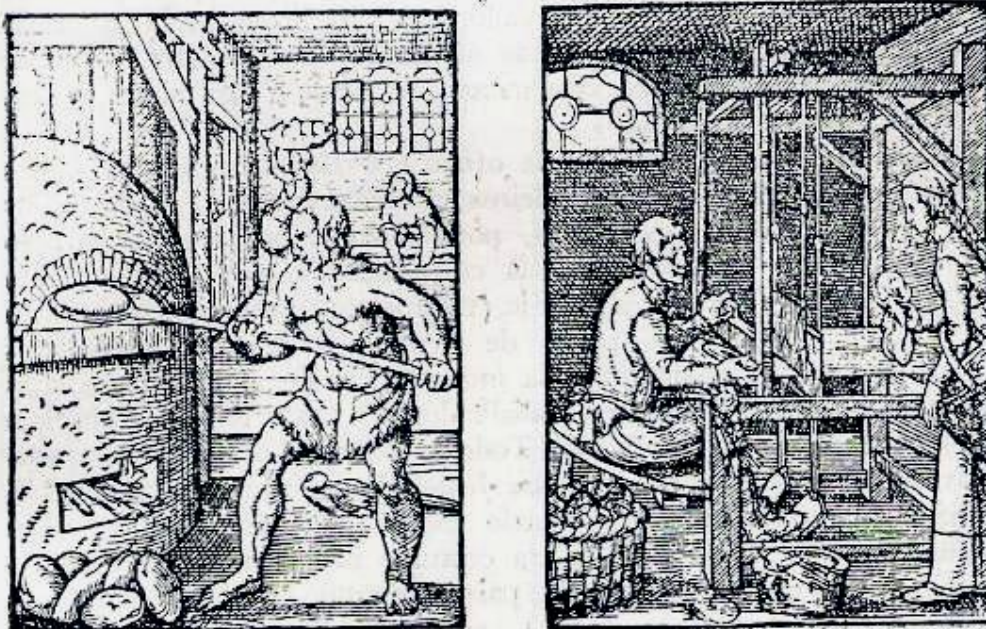
Como era de esperar, localizavam-se no sul as maiores cidades da Europa feudal. Palermo, na ilha da Sicília, com provavelmente 300.000 habitantes, sobrepujava a todas as outras em tamanho e provavelmente também em magnificência. A metrópole do norte da Europa era Paris, com uma população, no século XIII, de mais ou menos 240.000 habitantes. As únicas outras cidades com uma população de 100.000 habitantes ou mais eram Veneza, Florença e Milão. Ainda que a Inglaterra tivesse dobrado o número de seus habitantes entre os séculos XI e XIV, apenas uns 45.000 viviam

em Londres, no século XIII. No fim da Idade Média, quase todas as cidades da Europa Ocidental tinham conquistado certo grau de independência do controle feudal. Seus cidadãos tinham inteira liberdade de dispor de sua propriedade como quisesse, de casar com quem lhes agradesse e de se locomover a seu arbítrio. Todos os encargos feudais foram abolidos ou comutados em pagamentos de dinheiro; tomaram-se disposições para que as causas que envolviam habitantes das cidades fossem julgadas nos tribunais municipais. Algumas das cidades maiores e mais ricas eram quase inteiramente livres, tendo governos organizados, com funcionários eleitos, para administrar os seus negócios. Isso particularmente ocorria no norte da Itália, na Provença, no norte da França e na Alemanha. Tal liberdade era assegurada por vários modos: freqüentemente pela compra, de quando em quando pela violência e, algumas vezes, pelo aproveitamento da fraqueza dos nobres ou da sua preocupação com as disputas em que se empenhavam. Em geral, o governo dessas cidades era dominado por uma oligarquia de mercadores, mas em alguns casos prevalecia a democracia. As eleições anuais de magistrados eram relativamente comuns, sendo por vezes empregado o sufrágio universal, ao passo que em algumas cidades os ricos eram completamente despidos de direitos e o governo controlado pelas massas.

A maioria das cidades medievais cresceu tão rapidamente que teria sido quase impossível estabelecer elevados padrões de higiene e conforto para os habitantes, ainda que houvesse o necessário conhecimento e inclinação para fazê-lo. O superpovoamento era tamanho que, por vezes, 16 pessoas viviam em três compartimentos. Parte desse congestionamento se devia à necessidade que tinham as cidades de se proteger contra os nobres e os bandidos. Para atender a essa necessidade foi preciso construir muralhas em torno de cada cidade, com portas que podiam ser fortemente trancadas, deixando do lado de fora os rapinantes. Naturalmente, seria muito trabalhoso pôr abaixo essas muralhas e construir outras, todas as vezes que houvesse um aumento significativo de população, embora isso por fim tivesse de ser feito, e várias vezes, em muitas das cidades principais. O valor

das terras localizadas dentro dos muros alcançou níveis fantásticos e favoreceu a existência de uma classe rica que vivia de rendas, composta comumente dos principais elementos da corporação dos mercadores. Devido ao alto preço da terra, as casas eram construídas com andares superiores que se projetavam sobre a rua, e mesmo a cumeada das muralhas era utilizada para casas pequenas e jardins. As ruas eram estreitas e tortuosas e geralmente ficavam por séculos sem calçamento. O uso da pavimentação iniciou-se na Itália, no século XI, espalhando-se então gradativamente para o norte, mas nenhuma viela de Paris teve piso sólido até 1184, época em que Filipe Augusto pavimentou uma única via pública, diante do Louvre. Nessas cidades, com o espaço tão limitado, as ruas serviam como campo comum de folgue dos aos meninos e rapazes. Foram muitos os protestos dos mais velhos e do clero contra as lutas, os jogos de bola e de malha nas ruas. "Constantemente reclamavam, com toda razão, contra o jogo da bola, pois não era um esporte regular, com um número fixo de jogadores, mas uma luta selvagem entre partidos adversários que pretendiam à viva força levar a bola através das ruas, de um lado para outro da cidade, resultando, muitas vezes, em pernas fraturadas".

Na maioria das cidades medievais as condições sanitárias eram muitíssimo inferiores às da Roma antiga. Quase todas elas dependiam, para seu suprimento de água, de poços ou rios, donde a ocorrência comum de surtos de febre tifóide. Embora algumas cidades tivessem esgotos subterrâneos, parece que nenhuma delas tomou qualquer providência no tocante à coleta de lixo. Em geral, a imundície era jogada à rua para ser afinal levada pela chuva ou consumida pelos porcos e cachorros que por ali vagabundeavam. As condições de Paris, no século XII, podem ser ilustradas pelo fato de ter morrido um filho de Luís VI, quando um porco, que estava fossando o entulho da rua de S. Jaques, meteu-se entre as pernas do seu cavalo e jogou-o ao solo.



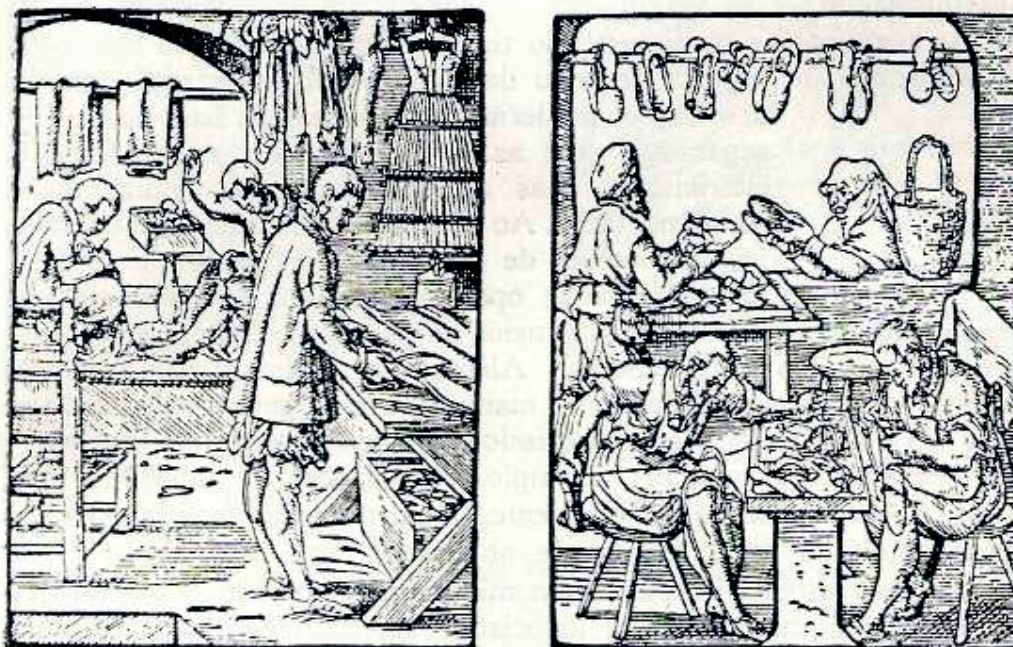
Ofícios medievais. O padeiro e o tecelão. (Gravuras pertencentes ao Metropolitan Museum of Art.)

As instituições econômicas básicas das cidades medievais eram as corporações. Entre as corporações dos mercadores e dos artífices, as primeiras eram as mais antigas, tendo-se desenvolvido desde o século XI. A princípio incluía tanto comerciantes como artífices, mas quando a indústria se especializou mais, as corporações primitivas foram divididas em organizações separadas de artífices e mercadores. As principais funções das corporações dos mercadores eram manter o monopólio do mercado local para os seus membros e assegurar um sistema econômico estável, sem concorrência. Para realizar esses objetivos, a corporação limitava duramente o comércio feito na cidade por mercadores estrangeiros, garantia à todos os seus membros o direito de participar em qualquer compra de mercadorias realizada por um outro membro, exigia que todos eles cobrassem preços uniformes pelos artigos que vendiam, punia drasticamente os açambarcadores do mercado e proibia muitas formas de propaganda. Em alguns casos essas regras eram reforçadas por posturas municipais, pois os principais membros da corporação eram freqüentemente os mais poderosos funcionários da administração urbana. Em outros casos, porém, os métodos usados eram mais diretos. Um mercador inglês de arenques

queixava-se de que "por ter vendido sua mercadoria a um preço mais baixo do que outros comerciantes da cidade de Yaxley... eles o assaltaram, bateram-lhe e trataram-no cruelmente, deixando-o por morto e sem esperança de salvar-se".

Cada uma das corporações de ofício era composta de três classes diversas: os mestres, os jornaleiros e os aprendizes. Somente os dois primeiros, porém, eram ouvidos na direção dos negócios da corporação e, por volta do fim da Idade Média, mesmo os jornaleiros perderam grande parte de seus privilégios. Os mestres foram sempre os aristocratas da indústria medieval; possuíam suas oficinas, empregavam outros trabalhadores e eram responsáveis pelo adestramento dos aprendizes. Todo o sistema corporativo trabalhava, em grande parte, em seu benefício. O jornaleiro era um artífice que trabalhava por salário nas oficinas dos mestres. Em algumas partes da Alemanha era costume passarem os jovens jornaleiros um ano errando pelo país, aceitando serviços ocasionais (chamava-se isto *Wanderjahre*) , antes de se estabelecerem num lugar qualquer. Mas nas outras partes da Europa parece que ele vivia, em geral, com a família do mestre. Os jornaleiros laboriosos e inteligentes podiam, depois de certo tempo, tornar-se mestres, juntando dinheiro suficiente para instalar sua própria oficina e passando por um exame que às vezes incluía a apresentação de uma obra-prima de seu ofício. Como em alguns ofícios especializados de hoje, só era possível a entrada numa corporação medieval passando-se por um aprendizado, cujo tempo variava de dois a sete anos, sendo mais comum o período maior. O aprendiz ficava sob inteiro controle do mestre, que em geral se encarregava da instrução do menino em matérias elementares e da formação do seu caráter, ao mesmo tempo que lhe ensinava o ofício. Comumente o aprendiz não recebia remuneração alguma, exceto a alimentação, o alojamento e o vestuário. Quando se acabava o período de aprendizado, tornava-se um jornaleiro. Na decadência da Idade Média, às corporações tornaram-se cada vez mais exclusivistas. Foram prolongados os períodos de aprendizagem e os jornaleiros encontravam cada vez maior dificuldade para se tornarem mestres.

As próprias corporações passaram a ser dominadas pelos membros mais ricos, que se esforçavam por restringir o ofício às suas próprias famílias. Daí ficar reduzida a grande massa dos trabalhadores à situação de proletários, condenados a permanecer como empregados durante toda a vida. Muitos proprietários de oficinas deixaram, então, de trabalhar por suas mãos e tornaram-se exclusivamente capitalistas e empregadores.



Ofícios medievais. O alfaiate e o sapateiro. (Gravuras do Metropolitan Museum of Art.)

As funções das corporações de ofício eram semelhantes às exercidas pelas organizações dos mercadores, acrescentando ainda a obrigação de manter os padrões de qualidade. Os artífices ambicionavam, tanto quanto os mercadores, manter o monopólio de seus ramos de atividades e impedir qualquer concorrência verdadeira entre os que produziam um mesmo artigo. Conseqüentemente, exigiam uniformidade de salários, proibiam o trabalho fora das horas estabelecidas e estatuíam regulamentos complicados que orientavam os métodos de produção e a qualidade dos materiais usados. Foram até ao extremo de desencorajar novas invenções e descobertas, a menos que fossem aproveitadas por todos e também por todos adotada. Não

permitiam, em absoluto, que alguém exercesse seu ofício numa cidade sem antes se tornar membro da corporação. Mas, a despeito de todas essas regulamentações, evidentemente havia um bom número de fraudulentos. Sabemos de moleiros que roubavam parte do trigo de seus fregueses, de tapeceiros que estofavam os colchões com lanugem de sementes de cardo e de trabalhadores em metal que substituíam o cobre pelo ferro e o douravam. Havia também, entre os mestres, a tendência de empregarem operários que não eram de modo algum jornaleiros e que não haviam terminado a sua aprendizagem.

As corporações medievais não tinham qualquer relação real com os sindicatos de hoje, a despeito da semelhança superficial com as associações modernas organizadas na base de ofícios separados, com as de carpinteiros, encanadores e eletricitas. Mas as diferenças são muito mais fundamentais. Ao contrário do sindicato moderno, as corporações de ofício não se limitavam estritamente à classe operária, pois os mestres-artesãos eram capitalistas detentores dos meios de produção, e tanto eram empregadores como trabalhadores. Além disso, incluíam não somente homens que eram trabalhadores manuais, mas alguns que poderiam hoje ser classificados como profissionais inteiramente fora das classes operárias. Havia, por exemplo, corporações de tabeliães, médicos e farmacêuticos. Finalmente, a corporação de ofício tinha uma amplitude muito maior de objetivos. Era realmente, em si mesma, um sistema industrial em miniatura, combinando as funções da sociedade industrial, da associação mercantil e dos sindicatos modernos.

Tanto as corporações de ofício como as de mercadores desempenhavam outras funções além das relacionadas diretamente com a produção e o comércio. Desempenhavam o papel de associações religiosas, sociedades beneficentes e clubes sociais. Cada corporação tinha o seu santo padroeiro e os seus membros comemoravam juntos os principais dias santificados e festas da igreja. Com a secularização gradual do teatro, as representações de milagres e mistérios foram transferidas da igreja para a feira e as corporações assumiram o encargo de apresentá-

las. Além disso, cada organização acudia às necessidades de seus membros que adoecessem ou se encontrassem em dificuldades de qualquer espécie. Destinavam fundos a socorrer viúvas e órfãos. Um membro que já não fosse capaz de trabalhar ou tivesse sido posto na prisão pelos seus inimigos, poderia contar com os colegas para ajudá-lo. Até as dívidas de um confrade sem sorte podiam ser assumidas pela corporação, se fosse sério o estado de suas finanças.



Ofícios medievais. O dentista e o barbeiro. (Gravuras do Metropolitan Museum of Art.)

A teoria econômica em que se baseava o sistema corporativo era grandemente diversa da que domina na sociedade capitalista. Refletia, antes de tudo, algo do sabor ascético do cristianismo. Aos olhos da igreja, o principal objetivo da vida devia ser a salvação da alma. Tudo do sistema mais poderia ser relegado a um plano secundário. Não convinha que os homens despendessem muita energia na procura do luxo ou mesmo que se esforçassem para viver com demasiado conforto. A religião, ademais, baseava-se na idéia de que a riqueza é um obstáculo ao sossego de sua alma.

Santo Ambrósio, um dos mais influentes Padres da Igreja, referira-se mesmo à propriedade privada como "uma usurpação execrável". A teoria econômica da última fase da Idade Média foi influenciada, no entanto, não só pelo cristianismo, mas também pelas doutrinas aristotélicas do meio termo e do justo preço e pela condenação da usura. Esta teoria compreendia os seguintes postulados básicos:

1) O fim da atividade econômica é oferecer mercadorias e serviços à comunidade e capacitar cada membro da sociedade a viver com conforto e segurança. Seu objetivo não é fornecer oportunidades para que alguns se tornem ricos à custa de muitos. Os homens que se estabelecem nos negócios com o objetivo de ganhar o máximo de dinheiro possível não são melhores do que piratas ou ladrões. A única finalidade legítima do comércio ou de qualquer outro negócio é prover à subsistência de uma família, proporcionar assistência aos pobres ou alguma vantagem pública, a fim de que não falte ao país nada do que é necessário à vida.

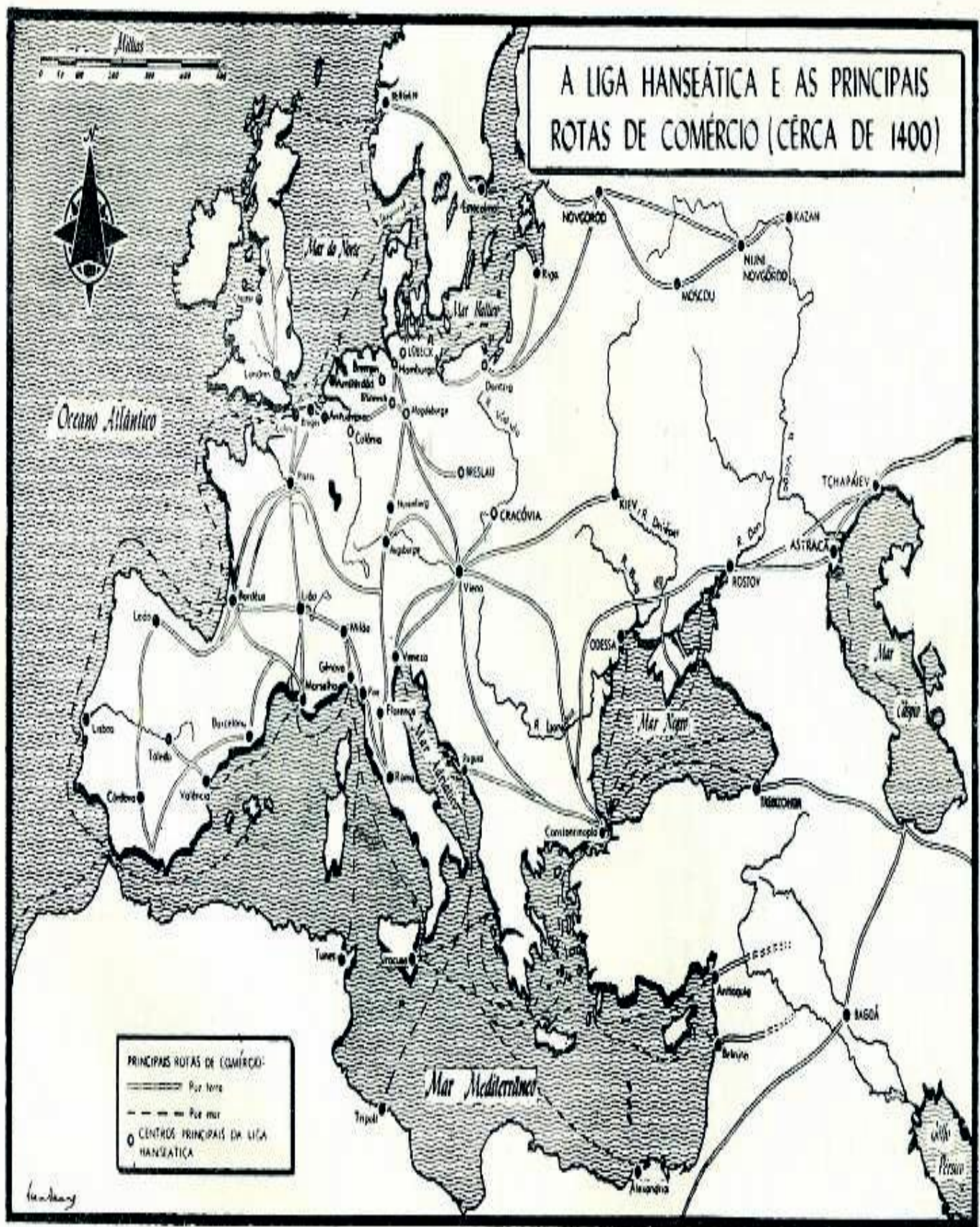
2) Toda a mercadoria tem seu "preço justo", que é igual ao seu custo de produção. Nenhum mercador tem o direito de vender qualquer artigo por mais do que o seu valor, acrescentando uma pequena soma pelo serviço que ele presta com o tornar essas mercadorias aproveitáveis pela comunidade. Aproveitar-se da escassez para elevar os preços ou cobrar o máximo que o mercado comporta é cometer pecado mortal.

3) Nenhum homem tem direito a uma porção de bens terrenos maior do que precisa para atender às suas necessidades razoáveis. Qualquer excesso que possa vir ter às suas mãos não é justamente seu, mas pertence à sociedade. S. Tomás de Aquino, o maior de todos os filósofos medievais, ensinava mesmo que se o homem rico recusar a repartir sua fortuna com o pobre, é perfeitamente justo que se lhe tome o excesso.

4) Nenhum homem tem direito a uma recompensa financeira, a não ser que se empenhe em trabalho socialmente útil ou incorra em riscos reais, provenientes de uma aventura econômica. A cobrança de juros por empréstimos que não representem risco verdadeiro constitui o pecado da usura. A teoria econômica

medieval estaria, portanto, em conflito com a prática contemporânea socialmente aceita de inverter fundos em apólices de altos dividendos, visando um lucro certo, mas aprovaria o rendimento modesto das ações comuns.

Seria insensato, por certo, supor que esses alevantados ideais de um sistema econômico quase inteiramente isento de interesse lucrativo tivessem sido, alguma vez, praticados à risca. Como já vimos, não faltavam entre os membros das corporações as manifestações de cobiça. Mais ainda: o sistema corporativo não-capitalista não se estendia a todas as esferas da atividade econômica medieval. Por exemplo, nunca foi aplicado com sucesso ao comércio internacional. Raras vezes possuía um mercador ou um artífice recursos suficientes para se empenhar na importação ou exportação de mercadorias. Conseqüentemente, foi preciso formar companhias ou associações de mercadores. As mais famosas dessas associações da Idade Média foram os Merchants of the Staple e a Hansa Teutônica. Os primeiros, organizados no século XIII, controlavam a exportação de lã da Inglaterra e a importação de mercadorias das cidades manufatureiras flamengas, como Bruges e Antuérpia. De origem um pouco mais antiga, segundo parece, a Hansa Teutônica era uma associação de mercadores alemães empenhados na troca de peles, peixes, âmbar, couro, sal e trigo da região báltica pelos vinhos, especiarias, tecidos, frutas e outros produtos do ocidente e do sul. No século XIV essa associação transformou-se na Liga Hanseática, com a participação de 80 cidades e sob a chefia das cidades de Lübeck, Hamburgo e Bremen. Tanto os Merchants of the Staple como a Hansa eram organizações essencialmente lucrativas e as atividades de seus membros prefigurava o desenvolvimento da economia capitalista na Revolução Comercial.



Capítulo 14

A civilização da Época Feudal: desenvolvimento religioso e intelectual

TEMOS salientado mais de uma vez que a civilização da Europa Ocidental, entre 800 e 1300, foi profundamente diversa da que existiu no começo do período medieval. Em nenhum setor o contraste foi mais flagrante do que na esfera religiosa e intelectual. A atitude religiosa e intelectual da primeira fase da Idade Média era o produto de uma época de transição e de um enorme caos. A estrutura política e social romana se desintegrara e ainda não emergira um novo regime para substituí-la. Daí o ter-se o pensamento dessa época orientado diretamente para o pessimismo e para as preocupações extraterrenas. Naquelas condições de barbarismo e de decadência, não parecia haver muita esperança para o futuro terreno do homem, nem muitos motivos para confiar nos poderes do espírito. Mas, depois do século IX, essas atitudes pouco a pouco deram lugar a sentimentos mais otimistas e a um interesse crescente pelas coisas terrenas. As causas originais relacionavam-se diretamente com o progresso da educação monástica, com o aparecimento de um governo mais estável e com um aumento de segurança econômica. Mais tarde, outros fatores, como a influência das civilizações sarracena e bizantina e a prosperidade das cidades e vilas, levaram a cultura da época feudal a um apogeu magnífico de realizações intelectuais, nos séculos XII e XIII. Ao mesmo tempo, a religião tomou um aspecto menos abstrato e se transformou numa instituição mais profundamente preocupada com os assuntos desta vida.

1. O NOVO CRISTIANISMO

Na época feudal o cristianismo passou por tantas mudanças essenciais, em contraste com os seus característicos do início da Idade Média, que por pouco poderia ser descrito como uma nova

religião. Para sermos precisos, período da continuaram a ser aceitos os principais artigos de Idade Média fé, como a existência de um só Deus, a crença na Trindade e a esperança de salvação num mundo vindouro. Mas, alguns outros elementos da religião de Santo Agostinho e de Gregório Magno foram inteiramente modificados ou eliminados, e outros, diferentes, os substituíram. A transformação se iniciou mais ou menos em 850 e alcançou o auge no século XIII, sob a influência de líderes como S. Tomás de Aquino, S. Francisco e Inocêncio III.

Talvez as mudanças mais importantes tenham sido as relacionadas com a matéria doutrinária e as atitudes religiosas. A religião da primeira fase da Idade Média era pessimista, fatalista e, ao menos teoricamente, se opunha a tudo quanto fosse terreno, como um compromisso com o diabo. Considerava-se o homem em si mesmo como fraco e incapaz de quaisquer boas ações, a menos que fosse favorecido pela graça de Deus. O próprio Deus era onipotente, escolhendo de acordo com os Seus desígnios aqueles seres humanos que entrariam no paraíso e deixando todo o resto seguir o caminho da perdição. No século XIII, entretanto, vieram a prevalecer concepções religiosas bastante diferentes. A vida neste mundo foi considerada então de extrema importância, não apenas como uma preparação para a eternidade, mas também em si própria. A natureza humana deixou de ser considerada totalmente depravada. Portanto, o homem podia colaborar com Deus no empenho de conseguir a sua salvação. Ao invés de pôr em relevo a onipotência de Deus, os filósofos e teólogos passaram a acentuar a justiça e a misericórdia divinas.

A primeira grande sinopse da teologia da segunda fase da Idade Média foram as Sentenças de Pedro Lombardo, escritas na segunda metade do século XII. Uma exposição mais ampla da doutrina estava contida na Suma Teológica de Santo Tomás de Aquino e nas decisões dos concílios da Igreja, especialmente o Quarto Concílio de Latrão, em 1215. Os elementos mais importantes dessa nova teologia eram, talvez, a teoria do clero e a dos sacramentos. Houve, é certo, sacerdotes e sacramentos na igreja muitos antes dos fins da época feudal, mas não se

formulavam ainda nitidamente nem as funções exatas dos primeiros, nem a natureza precisa dos segundos. Passou, então, a firmar-se a teoria de que os sacerdotes, em virtude de sua ordenação por um bispo e pela sua confirmação ulterior pelo Papa, herdavam uma porção da autoridade conferida por Cristo ao apóstolo Pedro. Isso queria dizer, na realidade, que o sacerdote tinha o poder de cooperar com Deus na realização de certos milagres e de absolver os pecadores das conseqüências temporais da sua maldade.

Foi principalmente devido a influência de Pedro Lombardo que se fixou em sete o número dos sacramentos aceitos. Sete eram e ainda são: batismo, confirmação, penitência, eucaristia, matrimônio, ordem e extrema-unção. A igreja romana define o sacramento como um meio pelo qual a graça divina é comunicada aos homens. A teoria sacramental, tal como passou a ser aceita nos últimos séculos da época feudal, incluía certo número de doutrinas distintas. Essas doutrinas são as seguintes: primeira, os sacramentos são meios indispensáveis para alcançar a graça de Deus e nenhum indivíduo pode salvar-se sem eles; segunda, os sacramentos são automáticos em seus efeitos. Em outras palavras, afirmava-se não depender a eficiência dos sacramentos do caráter do padre que o administra. O padre pode ser um homem bastante indigno, mas os sacramentos em suas mãos permanecem tão impolutos como se administrados por um santo. Finalmente, desde o Quarto Concílio de Latrão, a doutrina da transubstanciação tornou-se parte integrante da teoria dos sacramentos. Essa doutrina significa que o sacerdote, num dado momento da cerimônia eucarística, coopera realmente com Deus na realização de um milagre pelo qual o pão e o vinho do sacramento se transformam ou se transubstanciam no corpo e no sangue de Cristo. Essa transformação é, já se vê, considerada como uma mudança unicamente na essência, pois os "acidentes" do gosto e da aparência permanecem os mesmos.

A adoção dessas duas teorias fundamentais - a do sacerdócio e a dos sacramentos - teve efeitos poderosos na exaltação do poder do clero e em tornar a religião da igreja latina quase tão mecânica

quanto o antigo paganismo romano. O catolicismo medieval, no entanto, salvou-se de modificada degenerar num sistema puramente ritualista devido a dois outros traços que caracterizaram o período final do feudalismo. Um deles foi a adoção, pelos principais teólogos, de uma filosofia racionalista, e o outro, e desenvolvimento do humanismo. A influência da filosofia racionalista será discutida mais adiante, neste capítulo. O humanismo na religião se expressiu de vários modos: pela revolta contra o ascetismo egoísta dos monges e ermitões, pelo naturalismo de S. Francisco e principalmente, talvez, pela veneração dos santos e da Virgem Maria. Através de todo o último período da Idade Média, a veneração ou a "invocação" dos santos foi uma prática extremamente difundida, em particular entre as pessoas do povo. Para um homem comum, Deus e Cristo eram seres remotos e sublimes, que dificilmente se poderiam importar com os pequeninos problemas dos homens. Mas os santos eram humanos; uma pessoa podia pedir-lhes favores que hesitaria em suplicar a Deus. Por exemplo, uma moça podia pedir o auxílio de Santa Inês para ajudá-la a encontrar marido. Ainda mais popular do que a invocação dos santos era a adoração da Virgem Maria, que, nos séculos XII e XIII, quase chegou a constituir uma religião em si mesma. Indubitavelmente, constitui uma das mais fortes expressões da tendência humanista da religião medieval a devoção a Maria como Mãe bela e compassiva, pois era venerada não somente como a mulher ideal, mas também como Nossa Senhora das Dores. Acreditava-se que a aflição que sofrera com a morte trágica de seu filho a dotava de uma simpatia especial pelas dores da humanidade. Embora reverenciada como a Rainha do Céu, era, acima de tudo, a deusa desta vida.

Também ocorreram na época feudal significativos desenvolvimentos na organização eclesiástica e na adoção de novas formas de disciplina religiosa. Em 1059 foi criado um Colégio dos Cardeais como um corpo eleitoral do Papa. Originalmente os membros dessa assembléia eram os diáconos, os padres e os bispos de algumas igrejas de Roma. Mais tarde foram nomeados certos elementos altamente graduados do clero

de quase todos os países do mundo ocidental, embora o Colégio incluísse uma maioria de italianos até 1946. Presentemente há 70 lugares e são necessários dois terços dos votos para eleger o Papa, que é invariavelmente um cardeal. Antes de 1059, os papas tinham sido escolhidos de forma muito variável. Nos primeiros tempos eram eleitos pelo clero da diocese de Roma, mas depois foram muitas vezes nomeados por nobres poderosos e, freqüentemente, por imperadores alemães. A investidura do direito exclusivo de eleição no Colégio dos Cardeais fez parte de um grande movimento de reforma, que visava libertar a igreja do controle político. O outro desenvolvimento importante na organização religiosa foi o da monarquia papal. Nicolau I (858-67) foi o primeiro dos papas que alcançou êxito considerável no estender sua supremacia sobre toda a hierarquia eclesiástica. Intervindo em disputas entre bispos e arcebispos, forçou todos eles a se submeterem à sua autoridade direta. Nicolau foi seguido, na entanto, por uma série de pontífices fracos e a monarquia papal só se restabeleceu no reinado de Gregório VII (1.073-85), alcançando o mais alto nível do seu desenvolvimento medieval durante o pontificado de Inocêncio III (1.198-1216).

Nos últimos séculos da época feudal a igreja realizou tentativas sistemáticas para estender sua autoridade moral sobre todos os seus.

membros leigos, fossem eles de alta ou baixa condição. Os principais métodos adotados foram a excomunhão e a exigência da confissão auricular.

A excomunhão não foi absolutamente usada antes do século XI. Seus efeitos eram expulsar um individuo da igreja e privá-lo de todos os privilégios de um cristão. O corpo do excomungado não podia ser enterrado em campo santo e sua alma era entregue temporariamente ao inferno. Todos os outros cristãos ficavam proibidos de se associar a ele, sob pena de compartilhar do seu destino. Por vezes, o decreto de excomunhão contra um rei ou nobre poderoso era fortalecido pelo estabelecimento de um interdito na região por ele governada. O interdito, retirando grande parte dos benefícios da religião aos súditos de um governante,

tinha como objetivo provocar o ressentimento contra ele e forçá-lo a se submeter à igreja. Tanto a excomunhão como o interdito, demonstraram ser armas poderosas, até mais ou menos o fim do século XIII; depois disso, sua eficácia diminuiu. Por um decreto do Quarto Concílio de Latrão, em 1215, a igreja adotou a exigência de que todo indivíduo fizesse, ao menos uma vez por ano, uma confissão oral de seus pecados a um padre e depois se submetesse à pena imposta, para se tornar apto a receber eucaristia. O resultado desse decreto foi dar ao sacerdote a autoridade de um tutor moral sobre todos os indivíduos da sua paróquia.

Muito antes da grande Reforma do século XVI, o catolicismo medieval sofreu uma série de reformas que visavam restaurar as instituições da igreja a fim de fazê-las retornar ao anterior estado de pureza, ou torná-las mais úteis à sociedade. O primeiro desses movimentos reformadores foi o movimento cluniacense, cujo nome vem do mosteiro de Cluny, fundado em 910. O objetivo original desse movimento era simplesmente reformar o monasticismo. Os mosteiros beneditinos, a bem dizer os únicos que existiam na Europa Ocidental durante o século X, tinham-se corrompido e estavam caindo rapidamente sob o controle dos nobres feudais. Em consequência, os chefes do movimento cluniacense tomaram como objetivo o fortalecimento das regras de piedade e castidade entre os monges e a libertação dos próprios conventos da dominação feudal. Mas, no século XI, o movimento ganhara um significado muito mais amplo. Seus objetivos, então, eram tão diferentes dos originais que freqüentemente são designados como o Novo Movimento de Cluny. Não mais se contentavam os reformadores tão-só com purificar a vida conventual e libertá-la das garras do feudalismo secular; seus objetivos primordiais eram, agora, eliminar a corrupção e os interesses terrenos de toda a igreja, abolir o controle feudal tanto sobre o clero secular como sobre os monges e estabelecer a supremacia absoluta do papa em assuntos eclesiásticos. Antes de mais nada, concentraram seus ataques sobre a simonia, que era interpretada como abrangendo a compra e a venda de cargos da igreja, todas as formas de

nomeação para cargos eclesiásticos que fossem contrárias ao direito canônico, e a investidura dos bispos e dos abades nos símbolos do seu poder espiritual por autoridades seculares. Além disso, os reformadores exigiam o celibato para todo o clero. Quase todos esses pontos de seu programa visavam constituir uma igreja inteiramente independente dos grandes nobres, despojando-os, em especial, do poder de fazer nomeações de bispos, abades e sacerdotes. O movimento despertou tremenda oposição, pois abalava as próprias bases das relações feudais estabelecidas entre os governantes seculares e o clero. Afinal, grande parte do programa foi posta em prática, graças principalmente ao zelo fanático de chefes como Hildebrando, o "santo Satanás", que em 1073 se tornou o papa Gregório VII.

No fim do século XI os monges de Cluny tinham começado a cair no mesmo lamaçal de interesses terrenos que os seus irmãos mais velhos, os beneditinos, que eles pretendiam reformar. O resultado foi o desencadeamento de novos movimentos que visavam um exemplo ainda maior de pureza e de austeridade por parte do clero regular. Em 1084 fundou-se a ordem cartuxa, com regras mais rigorosas do que as até então adotadas no Ocidente. Os monges cartuxos tinham de viver em celas, jejuar três dias por semana, a pão e água, usar cilício e passar todo o seu tempo rezando, meditando e executando trabalhos manuais. Alguns anos depois foi fundada a ordem cisterciense, em Cister (Cîteaux) na Borgonha, e logo mostrou ser uma das mais populares delas todas. Nos meados do século XII, mais de trezentos conventos cistercienses recebiam convertidos de todas as partes da Europa Ocidental. Embora não fossem tão estritos nas exigências de ascetismo individual como os cartuxos, os fundadores dessa ordem trataram de estabelecer regras suficientemente severas para servirem de enérgico protesto contra o luxo e a ociosidade dos monges de Cluny. Só se permitia um regime alimentar vegetariano e era rigorosamente observado o preceito do trabalho manual. Tanto a ordem cisterciense como a cartuxa acabaram seguindo o mesmo caminho que as suas predecessoras, em parte devido à acumulação de riquezas, e também porque a vida conventual

dentro dos antigos moldes já não era compatível com os ideais da época.

O aparecimento dos frades, no século XIII, constituiu sem dúvida o movimento de reforma mais significativo. Embora os frades sejam, freqüentemente, considerados apenas como mais uma espécie de monges, eram na realidade bastante diferentes. Originalmente não eram, em absoluto, membros do clero, mas homens leigos. Ao invés de se encerrarem em mosteiros, devotavam todo o seu tempo ao trabalho de beneficência, à pregação e ao ensino. O desenvolvimento das novas ordens foi o sintoma de uma tentativa para harmonizar a religião com as necessidades de um mundo que já havia deixado completamente para trás a Idade das Trevas. Chegara-se então a compreender que o principal interesse da religião não era capacitar alguns monges egoístas a salvar suas próprias almas a expensas da sociedade, mas, sim, ajudar a fazer deste mundo um lugar onde a vida fosse mais feliz e a arrancar a grande massa da humanidade do atoleiro de ignorância e pecado. O fundador da primeira ordem de frades foi S. Francisco de Assis (1182-1226). Filho de um rico mercador, o jovem Francisco desgostou-se da inútil vida de vaidade e de prazeres que lhe cumpria levar e resolveu tornar-se um servo dos pobres. Renunciando a todos os seus bens e vestindo andrajos de mendigo, empreendeu a sua grande missão pregando a salvação nos mais escuros recônditos das cidades italianas e provendo às necessidades dos pobres, doentes e desprotegidos. Pedia esmolas para dar aos leprosos e outras desgraçadas vítimas da pobreza e do infortúnio. A filosofia de S. Francisco, se assim pode ser chamada, era bastante diferente da de muitos outros próceres cristãos. A maior parte dessa filosofia baseava-se quase literalmente nos ensinamentos de Jesus. S. Francisco seguiu Jesus no seu desprendimento, na sua dedicação à pobreza, encarada como um ideal, na sua indiferença pela doutrina e no seu desprezo às formalidades e cerimônias. Além disso, era profundo o seu amor por todas as criaturas que o cercavam e mesmo pelos objetos da natureza inanimada. Via uma revelação de Deus no sol, no vento, nas flores, em tudo que existia, para o uso e o prazer do

homem. Seus discípulos contavam que ele nunca apagava um fogo, mas tratava-o reverentemente e que ensinava o irmão que cortava e trazia a lenha para o fogo a nunca cortar uma árvore inteira, para que alguma parte dela ficasse intacta, por amor Àquele que sobre o madeiro de uma cruz operou a nossa salvação. Por fim, precisa ficar claro que S. Francisco não era um asceta no sentido preciso do termo. Embora se privasse de confortos e prazeres, não desprezava o corpo nem praticava lacerações na carne para conseguir a salvação da alma. Com o abandono das posses terrenas visava principalmente vencer o orgulho e colocar-se ao nível daqueles a quem desejava ajudar. A ordem dominicana foi a segunda ordem de frades, fundada mais ou menos em 1215 por S. Domingos, um nobre espanhol que viveu no sul da França. Os dominicanos adotaram como missão principal o combate à heresia. Vendo na instrução o melhor meio para alcançar esse fim, prepararam-se para refutar os argumentos dos pagãos e dos cétricos por meio do estudo aplicado. Muitos membros dessa ordem alcançaram posições de docentes nas universidades e contribuíram grandemente para o progresso da filosofia e da teologia. No século XIV, tanto a ordem dominicana como a franciscana se tinham distanciado muito dos ensinamentos de seus fundadores, mas continuaram a exercer forte influência na civilização do fim da Idade Média. A maioria dos filósofos e cientistas dos séculos XIII e XIV eram dominicanos ou franciscanos.

2. A LUTA ENTRE AS AUTORIDADES SECULAR E ESPIRITUAL

O desenvolvimento da igreja na época feudal coincidiu com o aparecimento de ambiciosos chefes políticos. Tomou-se praticamente inevitável um conflito entre as autoridades secular e espiritual, pois que muitas vezes se sobrepunham as jurisdições reivindicadas por cada uma delas. A luta iniciou-se em 1.075 e continuou com intensidade variada até em pleno século XIV.

Podem ser distinguidos no conflito dois períodos separados, o primeiro terminando em 1.122 e o segundo começando mais ou menos vinte anos depois.

Os dois grandes contendores do primeiro período foram o papa Gregório VII e o imperador alemão Henrique IV. A disputa entre esses dois poderosos rivais foi consequência direta do novo movimento de Cluny, que Gregório chefiara durante algum tempo, antes de se tornar papa. Como já foi anteriormente salientado, um dos objetivos fundamentais desse movimento era libertar a igreja do controle secular. Durante um período de muitos anos estabeleceu-se a norma de que um bispo, um abade ou um padre que ocupasse a sua posição como um feudo deveria ser investido nos símbolos de seu cargo pelo rei ou nobre que lhe concedera o feudo. Essa prática, conhecida como investidura leiga, era um vexame contínuo para os reformadores zelosos como Gregório, pois temiam fosse impossível a supremacia papal enquanto o clero devesse fidelidade a suseranos seculares. Mas não era essa a única questão em jogo; havia também o problema do direito do papa a exercer autoridade temporal. Não há certeza quanto à extensão da jurisdição temporal reclamada por Gregório. Do exame de alguns de seus decretos depreende-se, por vezes, que ele se considerava o governante supremo do mundo, sendo todos os príncipes e reis seus meros vassallos. Mas grandes conhecedores da teoria política medieval negam que isso fosse verdade. Afirmam que a concepção de Gregório acerca de sua autoridade era simplesmente a de um pastor das ovelhas de Cristo e que nunca reivindicou um direito ilimitado de criar e depor governantes seculares e anular-lhes os decretos. Intervinha unicamente para proteger os interesses da igreja e os direitos religiosos dos cristãos. Essa era, naturalmente, uma autoridade bem extensa, mas não chegava a se confundir com o direito de governar todo o mundo como um autócrata.

A luta entre Henrique e Gregório foi uma das mais renhidas da Idade Média. Quando Henrique recusou obedecer aos decretos do papa que proibiam as investiduras leigas, Gregório ameaçou excomungá-lo. O rei retrucou denunciando o papa como um falso

monge e ordenando-lhe que descesse do trono para "ser condenado pelos séculos em fora". Diante disso, Gregório não somente excomungou Henrique, mas também declarou vago o trono do imperador e dispensou todos os seus súditos de prestá-lhe fidelidade. Em face da revolta dos seus vassalos, Henrique não teve outra alternativa senão fazer as pazes com o papa. É uma história conhecida e não precisa ser novamente contada aqui, a de como ele viajou através dos Alpes até Canossa, no norte da Itália, durante um tremendo inverno, para implorar o perdão do papa. Mais tarde Henrique teve a sua vingança, quando conduziu um exército à Itália, estabeleceu no trono um anti-papa e obrigou Gregório a fugir de Roma. O grande apóstolo da reforma morreu no exílio, em 1085.

O primeiro período do conflito teve fim com a Concordata de Worms, um acordo ratificado em 1122 por uma assembléia de príncipes alemães e de delegados do clero e do papa. O acordo era um compromisso segundo o qual os futuros bispos seriam investidos nos símbolos da sua autoridade política pelo rei, tendo de jurar lealdade a ele como vassalos, mas ficava reservado ao arcebispo o direito de investi-los nos símbolos de suas funções espirituais. Não tardou muito, no entanto, que a luta se renovasse, e dessa vez em escala ainda maior. Antes do seu termo, no século XIV, nela tinham-se imiscuído quase todos os monarcas da Europa Ocidental. Entre eles figuram os imperadores do Santo Império Romano, Frederico Barbarroxa e Frederico II, os reis franceses Filipe Augusto e Filipe o Belo, e o rei inglês João. Os principais papas contendores foram Inocêncio III, Inocêncio IV e Bonifácio VIII. Os debates, nesse segundo período da luta foram mais numerosos que no primeiro. Incluíram, na Alemanha, o localismo contra a centralização, o direito dos soberanos do Santo Império a governar a Itália, a libertação de cidades italianas do domínio alemão e o direito dos reis a tributar os bens da igreja. Além disso, os papas estavam então estendendo as suas pretensões à autoridade temporal um ponto ou dois além do que fora estabelecido por Gregório VII. Inocêncio III declarou que "é dever do papa olhar pelos interesses do Império Romano, pois que este

deve a sua origem e a sua autoridade final ao papado". Inocêncio IV parece ter ido ainda além, reivindicando jurisdição sobre todos os assuntos temporais e sobre todos os seres humanos, fossem ou não cristãos. Todavia, não devemos esquecer que nenhum desses papas, na realidade, pretendia o poder absoluto. Reclamavam uma autoridade não legislativa, mas judicial, ou, em outras palavras, uma autoridade para julgar e punir os governantes pelos seus pecados. O debate principal era sobre se os governantes seriam responsáveis pelos seus atos oficiais diretamente perante Deus, ou indiretamente por intermédio do papa.

O segundo período do conflito teve enormes efeitos não somente na Europa medieval, mas também das épocas subseqüentes. Por algum tempo os papas foram quase todos bem sucedidos. Com o auxílio das cidades lombardas e dos duques rebeldes da Alemanha, reprimiram as ambições dos imperadores do Santo Império e por fim destruíram inteiramente o poder do próprio Império. Por meio de interditos, Inocêncio obrigou Filipe Augusto a receber novamente a esposa que repudiara e forçou o rei João a reconhecer como feudos do papado a Inglaterra e a Irlanda. No começo do século XIV, no entanto, Bonifácio VIII sofreu uma derrota humilhante por parte de Filipe o Belo, da França. Como resultado do desentendimento acerca da tentativa de tributar os bens da igreja, feita por Filipe, Bonifácio foi aprisionado pelos soldados do rei e um mês depois morreu. Foi escolhido para sucedê-lo o arcebispo de Bordéus e a sede pontifícia transferiu-se para Avinhão, na França, onde permaneceu durante 70 anos. Mas houve ainda outros efeitos. Muitos cristãos piedosos passaram a acreditar, então, que os papas estavam levando longe demais as suas ambições políticas e esquecendo as suas funções espirituais. Em conseqüência disso o papado desprestigiou-se, abrindo o caminho para o repúdio à sua autoridade até em assuntos religiosos. Da mesma maneira, a intromissão do papa na política interna de vários países levou a um fortalecimento do nacionalismo, especialmente na Inglaterra e na França. Por fim, a luta estimulou a atividade intelectual. Como cada partido

procurasse justificar o seu ponto de vista, nasceu o interesse pelas obras antigas, incentivou-se o estudo do direito romano e foram feitas muitas contribuições valiosas para a teoria política.

3. AS CRUZADAS

Não será talvez, inexato considerar as Cruzadas como a principal expressão do imperialismo medieval. Parece ser verdade, infelizmente, que quase todas as civilizações, mais cedo ou mais tarde, desenvolvem tendências expansionistas. Algumas delas, por certo, foram muito mais culpadas do que outras, mas o imperialismo tem sido, até certo ponto, um característico quase constante de todas elas. Parece ser um fruto natural da crescente complexidade da vida econômica e do orgulho causado por um sistema real ou imaginariamente superior.

Se bem que as Cruzadas não fossem de nenhum modo um movimento exclusivamente religioso, não se pode negar a importância do fator religioso como uma de suas causas. O século em que elas foram lançadas era uma época em que a religião ocupava lugar predominante no pensamento dos homens. O cristão medieval tinha uma convicção profunda do pecado. Temia-lhe as conseqüências sob a forma de uma condenação eterna e ansiava evitá-las por meio de atos de penitência. Durante centenas de anos, o tipo mais popular de penitência tinham sido as peregrinações aos lugares santificados. Uma viagem à Terra Santa, se possível, era a ambição diletta de todo cristão. No século - XI, o revivescimento religioso determinado pelo movimento reformista de Cluny, mais a abertura do comércio com o Oriente Próximo, estimularam um interesse muito maior pelas peregrinações à Palestina. Centenas de pessoas reuniam-se aos bandos errantes que desfilavam através da Europa Central e Oriental, dirigindo-se para o Levante. Em 1065, o bispo de Bamberg conduziu uma grande horda de 7.000 alemães para visitarem os lugares santos de Jerusalém e arredores. Certamente nem todos os que se reuniam a essas migrações em massa eram

inspirados pelo fervor religioso. As peregrinações ofereciam uma oportunidade para a aventura e até, algumas vezes, para o lucro. Além disso, poderia haver melhor ocasião para escapar, durante toda uma estação, às responsabilidades desta vida e divertir-se, além do mais? Todos os peregrinos que voltavam traziam histórias de maravilhosos espetáculos que tinham visto, e, assim, despertavam em muitos outros o desejo de seguir-lhes o exemplo. Sem essas peregrinações em massa, talvez nunca se tivesse desenvolvido o interesse pela conquista da Terra Santa.

Outras causas religiosas devem também ser mencionadas. Durante algum tempo, nos fins do século XI, as perspectivas de supremacia papal não pareceram muito promissoras. Gregório VII fora apeado do trono pontifício e morrera no exílio, em 1085. Seu sucessor foi um amigo idoso que desceu à sepultura após um ano de fracassos. Os cardeais escolheram então um homem mais jovem e mais vigoroso, que adotou o nome de Urbano II. Tinha sido Urbano um nobre francês que renunciara ao mundo para se fazer monge em Cluny. Mais tarde se tornou o talentoso assistente de Gregório VII. Eleito papa por sua vez em 1088, dedicou-se ao sonho glorioso de unir todas as classes de cristãos no apoio à igreja. Quem sabe se não conseguiria até forçar uma conciliação dos ramos oriental e ocidental da cristandade? De qualquer modo, uma guerra contra os infiéis para salvar os Santos Lugares da profanação possibilitaria aos cristãos latinos esquecerem as suas diferenças e unirem-se sob a liderança do Papa. Não era a primeira vez que o papado inspirava ou abençoava guerras em prol da religião. Predecessores de Urbano tinham dado sua bênção à conquista normanda da Inglaterra; às campanhas de Roberto Guiscard contra os gregos heréticos da Itália e às guerras dos cristãos contra os mouros na Espanha. Enfeixar todos esses esforços num grande empreendimento contra o mundo inteiro dos infiéis pareceria apenas a culminância lógica dos acontecimentos passados.

Durante mais de um século os chefes religiosos da Europa tinham-se sentido inquietos com as lutas generalizadas entre os nobres. A despeito da Paz de Deus e da Trégua de Deus, as guerras dos

barões e cavaleiros continuavam a ser uma ameaça para a segurança da igreja. Os direitos do clero, dos camponeses e de outros não-combatentes eram amiúde espezinhados; os mercadores eram assaltados e os edifícios religiosos, pilhados e incendiados. Contra essas depredações de pouco valia a pena da excomunhão. Não é de admirar, portanto, que os papas se tivessem voltado para a idéia de proteger a igreja e os seus membros mediante uma diversão do ardor militar dos nobres para uma guerra santa contra os pagãos: Outra causa religiosa foram, ainda, os remanescentes de idealismo deixados pelo novo movimento de Cluny. Movimentos dessa espécie, que atingem profundamente a natureza emotiva do homem, despertam em geral maior entusiasmo do que o necessário para alcançar seus objetivos imediatos. Um pouco desse excedente pareceu então encontrar novos meios de exteriorização, do mesmo modo como, tempos depois, o fanatismo despertado pelas próprias cruzadas iria extravasar-se na perseguição aos judeus.

É suficiente ler o discurso do Papa Urbano II, no Concílio de Clermont, convidando os nobres de França a pegar em armas para a conquista da Palestina, para descobrir algumas das mais importantes causas econômicas das Cruzadas. Estimulava-os a não se deixarem deter por coisa alguma, uma vez que a terra que vós habitais, fechada de todos os lados pelo mar e circundada por picos de montanhas, é demasiadamente pequena para a vossa grande população: a sua riqueza também não abunda, mal fornece o alimento necessário aos seus cultivadores... Tomai o caminho do Santo Sepulcro; arrebatadi aquela terra à raça perversa e submetei-a a vós mesmos. Essa terra em que, como diz a Escritura, "jorra leite e mel" foi dada por Deus aos filhos de Israel. Jerusalém é o umbigo do mundo; a terra é mais que todas frutífera, como um novo paraíso de deleites. Há indícios, também, de que já ia prejudicando a fertilidade do solo o sistema senhorial de cultivo e, em consequência disso, um bom número de nobres tinham começado a se endividar. Além disso, a regra da primogenitura criara na França e na Inglaterra o problema dos filhos mais moços. Era difícil obter novos feudos e tornavam-se raras as posições

eclesiásticas. Daí tender essa prole excedente dos nobres a formar uma classe revoltada e desordeira, atenta a qualquer ensejo de despojar um vizinho fraco de sua propriedade. Diante de tais problemas, os nobres da Europa Ocidental não esperaram segundo convite para atender ao apelo do papa Urbano.

A causa imediata das Cruzadas foi o avanço dos turcos seldjúcidas no oriente Próximo. Mais ou menos em 1.050, esse povo viera para a Ásia Ocidental e dominara o califado de Bagdá. Logo depois conquistaram a Síria, a Palestina e o Egito. Em 1.071, destroçaram um exército bizantino em Manzikert e então varreram a Ásia Menor e capturaram Nicéia, a algumas milhas de distância de Constantinopla. Depois da morte do grande sultão Malik Shah, em 1.092, começou a se desintegrar o império seldjúcida. A ocasião pareceu então oportuna a Alexius Comnenus, o imperador bizantino, para tentar a reconquista de suas possessões perdidas. Compreendendo a dificuldade da tarefa, porquanto o seu próprio governo estava exausto em resultado de lutas anteriores, enviou em 1.095 um apelo ao Papa, provavelmente pedindo auxílio para recrutar soldados mercenários. Urbano II, o pontífice reinante, aproveitou-se largamente dessa oportunidade. Convocou, em Clermont, um concílio de nobres e elementos do clero francês, e exortou-os com um discurso inflamado a guerrear essa amaldiçoada raça dos turcos. Empregou todos os engenhosos artifícios da eloquência para despertar a fúria e a cupidez de seus ouvintes, salientando particularmente as horríveis atrocidades que, segundo ele, os turcos estavam cometendo contra os cristãos. Conta-se que quando acabou o discurso, todos os presentes gritaram a uma voz: "Deus o quer!", e correram a prestar o juramento do cruzado. O apelo de Urbano II foi logo depois do Concílio de Clermont, seguido pela pregação apaixonada de Pedro, o Eremita, que incitou entre os camponeses um furioso entusiasmo pela causa santa. Na primavera de 1.096, conduziu uma grande multidão deles da França e da Alemanha até Constantinopla. A maioria dos seus seguidores eram homens ignorantes, pobremente equipados e sem nenhum conhecimento da guerra. Quando começaram a saquear a capital bizantina, o

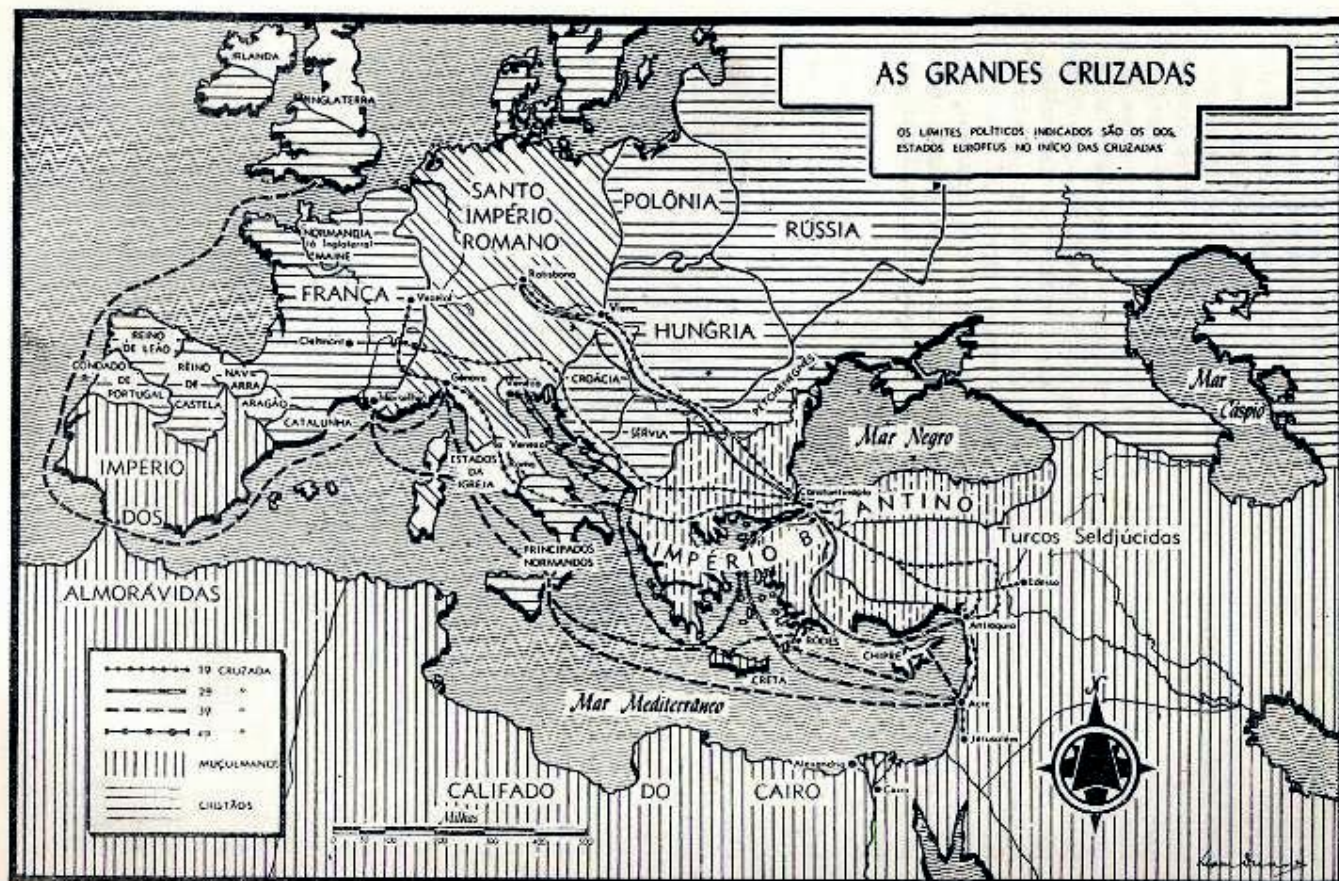
imperador embarcou-os prontamente para a Ásia Menor, através do Bósforo, e ali foram presa fácil dos turcos.

A primeira das cruzadas organizadas não partiu senão algum tempo depois, em 1.096. A maioria dos que participaram dela eram franceses e normandos, sob a chefia de Godofredo de Bouillon, do Conde Raimundo de Tolosa e de Boemundo, procedente do reino normando da Sicília. Entre 1.096 e 1.244 foram lançadas mais três grandes cruzadas e um certo número de outras menores. Somente a primeira dessas expedições conseguiu algum sucesso na demolição do domínio turco sobre os territórios cristãos. Em 1.098 a maior parte da Síria fora capturada, e um ano depois tomaram Jerusalém. Tais ganhos, no entanto, não foram duradouros. Em 1.187 Jerusalém foi recapturada pelos muçulmanos sob o comando de Saladino, sultão do Egito. Antes do fim do século XIII, desapareceram todos os pequeninos estados fundados pelos cruzados no Oriente Próximo.

O insucesso final das cruzadas deveu-se a vários fatores. Para começar, as expedições geralmente eram muito mal organizadas; freqüentemente não havia um comando único e comandantes rivais brigavam entre si. Além disso, os exércitos vitoriosos estavam sempre cercados por enorme população estrangeira, o que aumentava a dificuldade de conservar o território conquistado. Em algumas das últimas expedições perdera-se inteiramente de vista o objetivo original de conquistar aos turcos a Terra Santa. A Quarta Cruzada, por exemplo, transformou-se numa gigantesca incursão de saque contra Constantinopla. Mas houve também uma outra causa que não se pode passar em claro: o conflito de ambições entre o Oriente e o Ocidente. Tudo indica que, ao apelar para o auxílio do papa, Alexius Comnenus manifestara o desejo de proteger as igrejas cristãs do Oriente. Mas não era esse o seu objetivo primordial. Tinha chegado à conclusão de que os tempos estavam maduros para uma ofensiva em grande escala contra os turcos. Não se interessava apenas, nem mesmo principalmente, em expulsá-los da Terra Santa, mas em reconquistar todas as províncias asiáticas do seu império. Por outro lado, o papa Urbano II alimentava o sonho grandioso de uma guerra santa em que

tomaria parte toda a cristandade latina para escorraçar os infiéis da Palestina. Sua finalidade primordial não era socorrer o Império Bizantino, mas fortalecer a cristandade latina, exaltar o papado e talvez restaurar a união das igrejas oriental e ocidental. Uma causa adicional de atrito entre o Oriente e o Ocidente foi a ambição, que nutriam os mercadores italianos, de estenderem o seu império comercial. Cobiçavam o trágico que passava por Constantinopla e estavam prontos para capturar ou destruir a cidade em seu próprio proveito.

Dentro de uma tendência comum para superestimar a importância das guerras, as Cruzadas, em certa época, foram consideradas como a causa principal de quase todo o progresso europeu da última fase da época feudal. Supunha-se que tinham contribuído para o crescimento das cidades, para a ruína do feudalismo e para a introdução, na Europa Latina, da filosofia e da ciência muçulmanas. A maioria dos historiadores, por várias razões, dão atualmente um valor muito limitado a tal suposição. Em primeiro lugar, antes do início das Cruzadas já se iniciara o progresso da civilização da época feudal. Em segundo, as classes instruídas da Europa em geral não participaram das expedições militares e os soldados que estiveram no Oriente eram totalmente destituídos da capacidade intelectual necessária para uma apreciação da cultura muçulmana. Em terceiro, pouquíssimos exércitos chegaram até os verdadeiros centros da civilização muçulmana, que não eram Jerusalém ou Antioquia, mas Bagdá, Damasco, Toledo e Córdoba. O progresso intelectual europeu nos séculos XII e XIII se deve muito mais ao restabelecimento do comércio com o Oriente Próximo e ao trabalho de estudiosos e tradutores na Espanha e na Sicília, do que a qualquer influência das guerras santas contra os turcos. As cruzadas não foram também responsáveis diretas pelas mudanças políticas e econômicas do fim da Idade Média. O declínio do feudalismo, por exemplo, deveu-se principalmente à Peste Negra, à expansão da economia urbana e ao aparecimento das monarquias nacionais. Por sua vez, estas só em grau muito pequeno foram efeitos das Cruzadas.



Que efeitos, então, poderão ser atribuídos às grandes guerras santas contra o Islã? De certo modo, apressaram a emancipação do povo. Os nobres que precisavam muito de dinheiro venderam, mais cedo do que o teriam feito em outras condições, privilégios a moradores de cidade e a comunidades de servos. Além disso, muitos camponeses aproveitaram-se da ausência dos nobres para se libertarem da escravidão do solo. Entre outros efeitos econômicos, podem ser citados uma crescente procura de produtos do Oriente, o desenvolvimento dos negócios bancários e a eliminação de Constantinopla como mediadora do comércio entre o Oriente e o Ocidente. Veneza, Gênova e Pisa passaram então a monopolizar virtualmente o comércio da área mediterrânea. Acresce, ainda, que as Cruzadas tiveram alguma influência no fortalecimento das monarquias na França e na Inglaterra, por terem eliminado nobres poderosos e oferecido um pretexto para a tributação direta. As consequências políticas, no

entanto, foram relativamente pequenas. No domínio da religião, onde poderíamos esperar os resultados mais decisivos, muito poucos podem ser citados, salvo efeitos negativos. É impossível provar que os papas houvessem aumentado o seu poder ou a sua reputação por terem desencadeado as Cruzadas. Ao contrário, à medida que o verdadeiro carácter das expedições se tornava mais claro, parece que o papado sofreu uma certa queda de prestígio. Houve, no entanto, um aumento de fanatismo religioso, que se expressou de maneira especial numa selvagem perseguição aos judeus. Esse povo infortunado sofreu quase que em toda parte. Foram cruelmente espancados e às vezes até mortos pela multidão enraivecida. Naturalmente, a fúria contra eles devia-se, em parte, a motivos económicos, pois que eram os principais prestamistas do tempo. Não obstante, é significativo o fato de ter o anti-semitismo uma de suas principais fontes nas guerras santas contra o islamismo. Por fim, é certo que as Cruzadas tiveram alguma influência na expansão dos conhecimentos geográficos e no incentivo às viagens e às explorações, muito embora tais resultados se devam ainda mais à expansão gradual do comércio.

4. O ESPÍRITO DO PERÍODO FINAL DA IDADE MÉDIA

O início do progresso intelectual da época feudal data da chamada renascença carolíngia do século IX. Foi um movimento iniciado por Carlos Magno ao trazer para a sua corte, em Aix-la-Chapelle, os mais notáveis eruditos que pode encontrar. O imperador foi levado em parte pelo interesse na cultura, mas também pelo desejo de encontrar padrões uniformes de ortodoxia que pudessem ser impostos a todos os seus súditos. Felizmente parece ter concedido, aos sábios que importou, uma parcela bem grande de liberdade na prossecução dos seus estudos. Resultou daí uma renascença do intelecto que ganhou suficiente impulso para se estender aos reinados de vários sucessores de Carlos Magno. Entre os chefes do movimento podem ser citados: Alcuíno, diretor

da escola real; João Escoto Erígena, o filósofo racionalista; e Walafriid Strabo, o poeta. Depois da renascença carolíngia o progresso intelectual na Europa Ocidental foi, por algum tempo, relativamente lento. Um breve surto sob o patrocínio de ato, na Alemanha, durante o século X, foi seguido por um desenvolvimento mais vigoroso dos estudos clássicos na Itália e na França, depois do ano 1.000. O auge das realizações intelectuais da época feudal só foi atingido, porém, nos séculos XII e XIII.

I. Filosofia

A realização filosófica mais notável da segunda fase da Idade Média foi o famoso sistema conhecido como escolástica. Define-se comumente esse sistema como uma tentativa para harmonizar a razão com a fé, ou para fazer a filosofia servir os interesses da teologia. Mas tal definição não basta para dar uma idéia precisa do espírito escolástico. Os grandes pensadores da Idade Média não limitaram seus interesses aos problemas da religião. Pelo contrário, como os filósofos de qualquer outra época, eles sentiam o anseio de responder às grandes questões da vida, quer pertencessem à religião, à política, à economia ou à metafísica. Talvez a melhor maneira de explicar a verdadeira natureza da escolástica seja defini-la pelos seus característicos. Em primeiro lugar, era racionalista e não empírica; em outras palavras, baseava-se antes no primado da lógica do que no da ciência ou no da experiência. Os filósofos escolásticos, do mesmo modo que os pensadores gregos da escola socrática, não acreditavam que a mais alta verdade pudesse advir da percepção sensorial. Admitiam que pelos sentidos os homens podiam adquirir um conhecimento das aparências das coisas, mas afirmavam que a natureza real ou essencial do universo é descoberta principalmente pela razão. Em segundo lugar, a filosofia escolástica era autoritária. Nem mesmo a razão era considerada instrumento suficiente para a aquisição de todo o conhecimento, pois as deduções da lógica precisavam ser

amparadas pela autoridade das escrituras, dos Padres da Igreja e especialmente de Platão e Aristóteles. Terceiro: a filosofia escolástica assumia uma posição predominantemente ética. Seu fim cardeal era descobrir como o homem podia melhorar esta vida e assegurar a salvação na vida extraterrena. O filósofo escolástico era um humanista no sentido de se interessar principalmente pelo homem. Seu universo era um todo compacto e ordenado, criado para o benefício da raça humana. Quarto: o pensamento escolástico, diferindo da filosofia moderna, não se preocupava primordialmente com as causas e relações subjacentes; seu objetivo era antes descobrir os atributos das coisas. Supunha-se que o universo fosse estático e que, portanto, bastava explicar o significado e a finalidade das coisas, sem investigar-lhes a origem e evolução.

Uma das questões fundamentais em torno da qual se processou a evolução do pensamento escolástico foi a questão dos universais. Alguns filósofos escolásticos afirmavam que os "universais", ou conceitos abstratos, não são meras palavras, mas têm uma existência própria, real e independente. Por exemplo, o estado, de acordo com este ponto de vista, não é simplesmente o nome de um grupo de indivíduos, mas uma coisa em si mesma, que certamente não pode ser percebida pelos sentidos, mas que pode ser apreendida pela razão. Os indivíduos que vivem no estado derivam seu caráter de cidadãos do fato de participarem da qualidade universal daquele. Do mesmo modo, todas as outras coisas particulares adquirem seu caráter distintivo das espécies ou categorias a que pertencem. Este ponto de vista, que na Idade Média era conhecido como realismo extremo, tendia naturalmente a exaltar o grupo ou a instituição acima do indivíduo. Nem todos os filósofos escolásticos, porém, aceitavam essa posição extrema. Alguns, sob a influência de Aristóteles, afirmavam que o universal não é uma entidade capaz de existir em si mesma, mas é meramente a essência do objeto particular, sua qualidade intrínseca ou equidade. Desse modo, o universal não é um mero nome - é real, mas não pode existir independente ou separadamente de uma coisa individual. Esta doutrina é conhecida

como realismo moderado, realismo aristotélico ou conceitualismo. O realismo extremo floresceu do século IX até o fim do século XI. Os grandes escolásticos dos séculos XII e XIII foram realistas moderados.

As origens do realismo moderado já podem ser encontradas nos ensinamentos de Pedro Abelardo (1079-1142), uma das mais notáveis figuras da história do pensamento. Este belo e talentoso francês foi educado nas melhores escolas de Paris e alcançou grande reputação, antes de chegar aos trinta anos, pela sua habilidade dialética. Durante muito tempo ensinou em Paris, atraindo grandes multidões com as suas conferências sobre filosofia e teologia. Embora fosse um monge, seus hábitos de vida estavam muito longe de ser ascéticos. Era orgulhoso, briguento e egoísta, alardeador de seus triunfos intelectuais e mesmo de suas proezas amorosas. Afirmava possuir tais atributos de beleza e mocidade que "não temia a recusa de qualquer mulher que dignasse honrar com o seu amor". Seu trágico caso com Heloísa, que ele descreve pungentemente na obra autobiográfica *A História dos meus Infortúnios*, acabou por levá-lo à ruína. Mas, como filósofo, Abelardo tinha justo motivo para se orgulhar. A ele se deve a introdução da doutrina do conceitualismo, que suplantou rapidamente as abstrusas cogitações dos antigos escolásticos. Além disso, foi provavelmente o mais crítico de todos os pensadores medievais. Na sua mais famosa obra filosófica, *Sic et Non* (Sim e Não), denunciou grande número de surrados argumentos baseados na autoridade, que eram comumente aceitos no seu tempo. O prefácio desse trabalho contém uma afirmação que exprime claramente as suas convicções quanto à importância vital do raciocínio crítico. "Pois a primeira chave da sabedoria é chamada interrogação, diligente e incessante... Pela dúvida somos levados à investigação e pela investigação percebemos a verdade".

Os grandes dias da escolástica vieram no século XIII, sobretudo em consequência dos trabalhos de Alberto Magno e de seu famoso discípulo Santo Tomás de Aquino. Esses homens tiveram a vantagem de poder estudar a obra completa de Aristóteles,

pouco antes traduzida de exemplares que se achavam em poder dos sarracenos. Alberto Magno, o único sábio que, em todos os tempos, foi honrado com o título de "Grande", nasceu na Alemanha em 1.193. Em sua longa e ativa existência trabalhou como professor, especialmente em Colônia e na Universidade de Paris. Admirador profundo de Aristóteles, esforçou-se por imitar o exemplo desse antigo mestre, tomando para campo de estudos todo o conjunto dos conhecimentos. Suas obras incluem mais de vinte volumes sobre assuntos que vão da botânica à fisiologia, da alma à criação do universo. Frequentemente tomava uma atitude cética em relação às autoridades clássicas e tentou fundamentar suas conclusões na razão e na experiência. Referindo-se a mitos antigos, como o dos avestruzes que comiam ferro, costumava dizer: "mas isso não foi provado pela experiência". Definia a ciência natural "não como um simples conhecimento recebido de outrem, mas como a investigação das causas dos fenômenos naturais".

Tomás de Aquino, o mais famoso dos filósofos escolásticos, nasceu no sul da Itália, mais ou menos em 1.225. Seguindo o exemplo do grande Alberto, ingressou na ordem dos dominicanos e devotou toda a sua vida ao magistério. Aos 25 anos tornou-se professor da Universidade de Paris. Sua obra mais famosa foi a Suma Teológica, mas escreveu também sobre muitos outros assuntos, inclusive política e economia. Os objetivos fundamentais de Santo Tomás eram; 1) demonstrar a racionalidade do universo, e 2) estabelecer a primazia da razão. Acreditava que o universo fosse um todo ordenado, governado por uma finalidade inteligente. Todas as coisas foram criadas para tornar possível a realização do grande plano cristão de promover a justiça e a paz na terra e salvar a humanidade num mundo vindouro. A filosofia de Santo Tomás de Aquino implicava uma serena confiança na capacidade do homem para conhecer e compreender o seu mundo. As grandes Sumas que escreveu representavam uma tentativa para construir, com base na lógica e na sabedoria do passado, vastos sistemas de conhecimento que não deixassem mistério algum a resolver. Embora se baseasse abundantemente na autoridade de

Aristóteles, considerava a razão como a chave principal da verdade. Mesmo em face da religião sua atitude era essencialmente mais intelectual do que emocional; para ele, a piedade era mais um assunto de conhecimento que de fé. Admitia que algumas doutrinas do cristianismo, como a crença na Trindade e a criação do mundo dentro do tempo, não podiam ser provadas pelo intelecto, mas negava que fossem contrárias à razão, pois o próprio Deus é um ser racional. Como discípulo de Aristóteles, Santo Tomás ensinava que o mais alto bem para o homem é a compreensão de sua verdadeira natureza, o que, afirmava ele, consiste no conhecimento de Deus, que em boa parte pode ser atingido nesta vida pela razão, mas que somente se realizará com perfeição na vida futura. A influência de Santo Tomás não só foi de máxima importância em seu tempo, mas sobreviveu até hoje.

No fim do século XIX o papa Leão XIII exortou os bispos da igreja a que "restaurassem a áurea sabedoria de S. Tomás e a espalhassem pelos quatro cantos da terra em defesa da fé, para o bem da sociedade e proveito de todas as ciências". Recomendou S. Tomás como mestre e guia de todos aqueles que se dedicam a estudos superiores.

No fim do século XIII a escolástica havia começado a declinar. Essa decadência se deveu em parte aos ensinamentos de João Duns Escoto, o último dos escolásticos. Como membro da ordem franciscana, Duns Escoto inclinava-se a salientar na religião o aspecto emocional e prático ao invés do intelectual. Concebia a piedade antes como um ato da vontade que como um ato do intelecto. Confiando menos que Santo Tomás nos poderes da razão, excluiu totalmente, da esfera da filosofia, grande número das doutrinas da religião. Faltava-lhe somente um passo para negar que fosse qualquer crença religiosa capaz de demonstração racional; tudo deveria ser aceito pela fé ou totalmente rejeitado. Quando esse marco foi por fim alcançado pelos sucessores de Duns Escoto, rapidamente adveio a ruína da escolástica.

A popularidade crescente do nominalismo foi outra razão principal do declínio da escolástica. Embora o nominalismo seja com freqüência considerado como um ramo da escolástica, os

nominalistas de fato se opunham fundamentalmente a quase tudo o que pensavam os escolásticos. Negavam que os "universais" tivessem qualquer realidade, que fossem algo mais que meras abstrações inventadas pelo espírito para exprimir as qualidades comuns a um certo número de objetos ou organismos. Somente as coisas individuais são reais. Bem longe de imitar a confiança que os escolásticos depositavam na razão, os nominalistas a contradiziam afirmando que todo conhecimento tem sua fonte na experiência. Qualquer coisa alheia ao campo da experiência concreta deve ser aceita com base na fé, se é que deve ser aceita; as verdades da religião não podem ser demonstradas pela lógica. Embora alguns dos primeiros nominalistas tendessem para o ceticismo religioso, a maioria deles se tornaram místicos. O nominalismo floresceu no século XIV e, por alguns anos, foi a filosofia mais popular da Europa Ocidental. O expoente mais completo dessa época foi o franciscano inglês Guilherme de Occam. A importância particular do nominalismo reside em ter lançado as bases do progresso científico da Renascença e dos movimentos religiosos místicos que contribuíram para desencadear a revolução protestante.

Muitos filósofos medievais devotaram grande atenção à questão da autoridade política; para alguns deles, mesmo, essa questão constituía o principal motivo de interesse. Os teóricos políticos da época feudal concordavam, substancialmente, em grande parte de sua filosofia. Quase todos eles tinham abandonado a idéia dos Padres da Igreja, de que o estado foi estabelecido por Deus como um remédio para o pecado e que, por conseguinte, o homem deve prestar obediência fiel mesmo ao tirano. Tornou-se, então, geralmente aceito que o estado é um produto da natureza social do homem e que quando a justiça é o princípio orientador do governante, o governo é um bem positivo e não necessariamente um mal. Em segundo lugar, a grande maioria dos filósofos da época feudal era de opinião que toda a Europa Ocidental deveria constituir uma comunidade única, sob um só governante supremo. Poderiam existir nas várias partes do continente muitos reis ou príncipes subordinados, mas um suserano supremo, quer fosse o

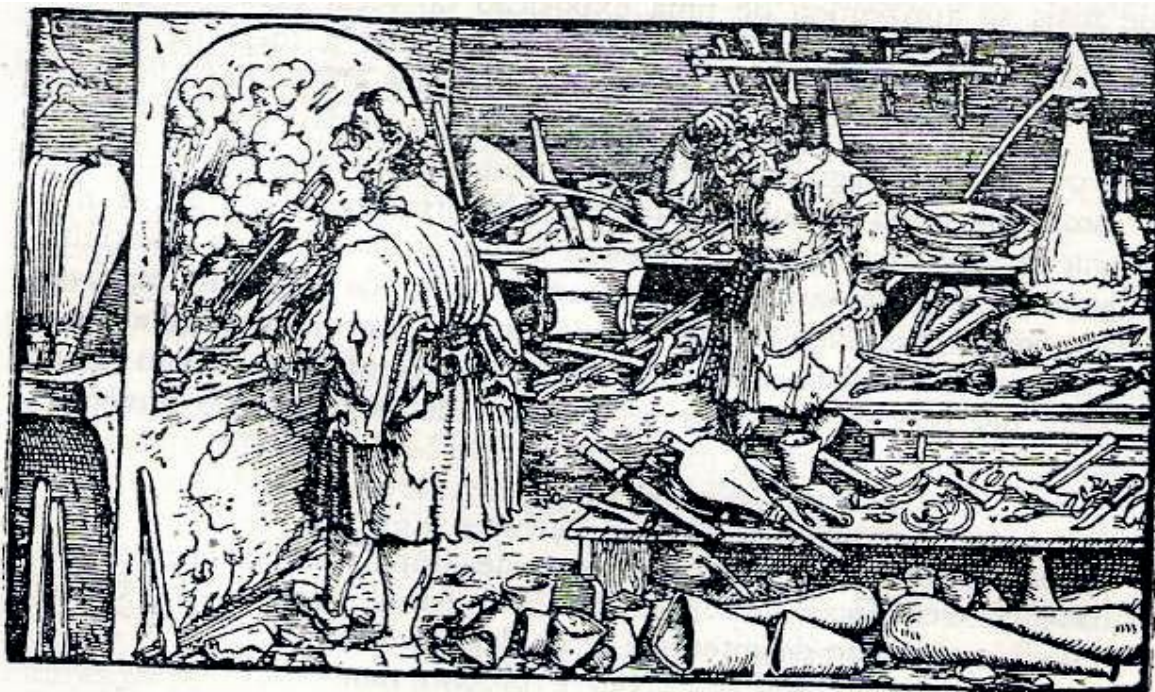
papa, quer o imperador, deveria exercer a mais alta jurisdição. O mais notável dentre os que defenderam a supremacia do imperador foi Dante, em sua obra *De Monarchia*. Ao lado do papa estavam o inglês João de Salisbury (cerca de 1.115-80) e Tomás de Aquino. Quase sem exceção, os teóricos políticos da época feudal acreditaram no governo limitado. Não viam motivo para qualquer forma de absolutismo. João de Salisbury chegou até a defender o direito que os súditos de um tirano tinham de matá-lo. A bem dizer, toda a teoria do segundo período medieval se baseava no princípio de que a autoridade de qualquer governante, quer fosse papa, imperador ou rei, era essencialmente judiciária. A função dele era somente aplicar a lei e não fazê-la ou alterá-la a seu alvitre. Os medievais, na verdade, absolutamente não concebiam a lei como imposição de um soberano, mas como o produto do costume ou da ordem divina da natureza. Por outro lado, os teóricos políticos da Idade Média não eram democratas, pois nenhum deles acreditava no governo da maioria. O homem que mais se aproximou de uma exposição do ideal democrático foi Marsiglio de Pádua, no século XIV. Defendia a idéia de que o povo deveria ter o direito de eleger o monarca e até de depô-lo, caso fosse necessário. Acreditava também num órgão representativo com o poder de legislar. Marsiglio, entretanto, não era defensor de uma soberania popular ilimitada. Na realidade, definia a democracia como uma forma degradada de governo. A idéia que tinha de governo representativo era a representação dos cidadãos, mais de acordo com a qualidade do que simplesmente com o número, e achava que os poderes legislativos desse órgão representativo deviam limitar-se a decretar os estatutos reguladores da estrutura do governo.

II. Ciência

Difícilmente poder-se-á qualificar de imponente o acervo das realizações científicas da época feudal. Aliás, era de se esperar isso, dada a absorção do interesse pelos demais campos de

atividade intelectual. Não é preciso mencionar mais que os nomes de alguns poucos indivíduos que se dedicaram à ciência. Um dos mais originais dentre eles foi Adelardo de Bath, que viveu no princípio do século XII. Não somente condenava a confiança na autoridade, mas dedicou muitos anos de sua vida à investigação direta da natureza. Descobriu alguns fatos importantes sobre as causas dos terremotos, as funções de várias partes do cérebro e os processos da respiração e da digestão. Foi talvez o primeiro cientista, desde a época helenística, a afirmar a indestrutibilidade da matéria.

Entre todos os cientistas medievais o de espírito mais tenaz foi o famoso imperador do Santo Império, Frederico II, cujo reinado ocupou a primeira parte do século XIII. Frederico era cético em relação a quase tudo. Negava a imortalidade da alma e foi acusado de ter escrito uma brochura intitulada Jesus, Moisés e Maomé, os três grandes impostores. Mas não se satisfazia somente com a sátira. Para satisfazer sua ilimitada curiosidade realizou por conta própria várias experiências, contando-se entre elas a prova da incubação artificial dos ovos e a que fez com abutres, vendando-lhes os olhos para determinar se encontravam o alimento pela visão ou pelo olfato. Afirmava-se, até, que ele fechara um homem num tonel de vinho para provar que a alma morre com o corpo. Suas mais significativas contribuições para a ciência foram feitas, no entanto, como protetor da cultura. Sendo um ardente admirador da cultura muçulmana, levou para Palermo eruditos ilustres a fim de traduzirem para o latim as obras dos sarracenos. Subsidiou grandes cientistas, particularmente Leonardo de Pisa, o mais brilhante matemático do século XIII. Além disso, Frederico instituiu medidas para fazer progredir a medicina. Legalizou a prática da dissecação, estabeleceu um sistema de exames e de licenças para os médicos e fundou a Universidade de Nápoles, com uma das melhores escolas médicas da Europa.



Alquimistas no laboratório. Note-se a grande variedade de instrumentos empregados e os óculos usados pelo experimentador. (Gravura do Metropolitan Museum of Art.)

Inegavelmente, o mais conhecido dos cientistas medievais é Rogério Bacon (ca. 1.214-94), talvez por ter previsto certas invenções modernas, tais como as carruagens sem cavalo e as máquinas voadoras. Na realidade, Bacon era muito menos crítico do que Frederico II, pois acreditava que todo conhecimento devia contribuir para a glória da teologia, a rainha das ciências. Adelardo de Bath, além disso, o precedeu de mais de um século na defesa e no uso do método experimental. Não obstante, Bacon, devido à sua vigorosa preconização da pesquisa exata, merece um alto posto entre os cientistas medievais. Negava que tanto a razão como a autoridade pudessem dispensar conhecimentos válidos, a não ser quando baseadas na pesquisa experimental. Além disso, ele próprio realizou certos trabalhos práticos de grande valor. Suas obras sobre ótica foram tidas como clássicas durante vários séculos. Descobriu muitos fatos relacionados com as lentes de aumento e parece mais do que provável que tenha inventado o microscópio. Não somente foi o melhor geógrafo da época, mas,

ao que parece, o primeiro cientista a perceber a imprecisão do calendário Juliano e a reclamar a sua revisão.

III. Educação

Os avanços da filosofia e da ciência no último período da Idade Média teriam sido em grande parte impossíveis sem o progresso educacional ocorrido entre os séculos IX e XIV. A renascença carolíngia determinou a fundação de melhores escolas e bibliotecas em muitos conventos da Europa Ocidental. No entanto, em consequência dos movimentos de reforma religiosa do século XI, os conventos começaram a se descuidar da educação, resultando daí que as instituições educacionais monásticas foram sendo gradualmente sobrepujadas pelas escolas das catedrais. Algumas destas últimas se desenvolveram mais tarde em instituições que poderiam ser consideradas equivalentes aos colégios atuais, e que proporcionavam excelente ensino nas chamadas artes liberais. Isso é, sobretudo, verdadeiro das escolas anexas às catedrais de Canterbury, Chartres e Paris. Mas, sem dúvida, o aparecimento das universidades representa a realização educacional mais importante da Idade Média.

O termo universidade significava originalmente uma associação ou corporação. Muitas das universidades medievais eram, de fato, muitíssimo semelhantes às corporações profissionais, organizadas com o objetivo de preparar e licenciar professores. A palavra, aos poucos, veio a significar uma instituição educacional que continha uma escola de artes liberais e uma ou mais faculdades de finalidade profissional (direito, medicina ou teologia). Não se sabe qual foi a universidade mais antiga. Pode ter sido a de Salerno, que, já no século X, era um centro de estudos médicos. As universidades de Bolonha e de Paris também são muito antigas, tendo a primeira sido instalada por volta de 1150 e a segunda, antes do fim do século XII. Vêm depois, em ordem de antiguidade, instituições famosas como as de Oxford, Cambridge, Montpellier, Salamanca, Roma e Nápoles. Não houve universidades na

Alemanha até o fim do século XIV, quando escolas desse tipo foram organizadas em Praga, Viena, Heidelberg e Colônia. No fim da Idade Média, tinham sido fundadas mais ou menos oitenta universidades na Europa Ocidental.

Praticamente todas as universidades da Europa Medieval eram organizadas segundo um dos dois modelos então existentes. Na Itália, na Espanha e no sul da França, o padrão em geral era o da universidade de Bolonha, na qual os próprios estudantes formavam uma associação ou corporações. Contratavam professores, pagavam-lhes salários e os multavam e destituíam quando descuidavam o cumprimento do dever ou ministravam instrução deficiente. Quase todas essas instituições do sul eram de caráter secular e especializadas em direito e medicina. As universidades do norte da Europa modelavam-se pela de Paris, que não era uma corporação de estudantes, mas de professores. Incluía as quatro faculdades de artes, de teologia, de direito e de medicina, cada uma delas dirigida por um deão eleito. Na grande maioria das universidades do norte os principais ramos de estudo eram as artes e a teologia. Antes do fim do século XIII vieram a ser fundadas escolas autônomas dentro da Universidade de Paris. A escola original nada mais era do que uma casa doada aos estudantes pobres, mas logo chegou-se à conclusão de que a disciplina seria mantida com muito mais facilidade se todos os estudantes morassem nas escolas. Por fim esses colégios, ao mesmo tempo que continuavam a ser residências, tornaram-se centros de instrução. Embora no continente europeu tivessem deixado de existir a maioria dessas instituições, as universidades de Oxford e Cambridge, na Inglaterra, ainda mantêm o padrão de organização federal, copiado do de Paris. As escolas que as compõem são, praticamente, unidades educacionais independentes.

Ainda que as universidades modernas tenham copiado muito, dos seus protótipos medievais, o programa de estudos mudou radicalmente. Nenhum dos currículos da Idade Média incluía um número razoável de aulas de história ou de ciências naturais, e pouca coisa continham de matemática e literatura clássica. O

educador tradicionalista moderno, que acredita formarem a espinha dorsal do ensino universitário a matemática e os clássicos, não encontrará base para os seus argumentos na história das universidades medievais. Do estudante da Idade Média exigia-se, antes de tudo, que dedicasse quatro ou cinco anos ao estudo do trivium - gramática, retórica e lógica ou dialética. Se fosse aprovado nos exames, receberia o grau preliminar de bacharel em artes, que não lhe conferia nenhuma habilitação especial. Para assegurar um lugar na vida profissional, precisava dedicar alguns anos a mais para conquistar um grau superior, como o de mestre em artes, doutor em direito ou doutor em medicina. Para obter o grau de mestre tinha de passar três ou quatro anos estudando o quadrivium, que se compunha do estudo de aritmética, geometria, astronomia e música. Essas matérias não eram, em absoluto, o que os seus nomes implicam nos nossos dias. Seu conteúdo era altamente filosófico. Por exemplo, a aritmética incluía principalmente o estudo da teoria dos números, ao passo que o da música se preocupava, sobretudo, com as propriedades do som. As exigências para o grau de doutor eram, em geral, mais severas e incluíam uma formação mais especializada. No fim da Idade Média tinha sido ampliado para 14 anos o curso que em Paris habilitava ao doutorado em teologia e o grau não podia ser conferido a não ser que o candidato tivesse pelo menos trinta e cinco anos de idade. Tanto os graus de mestre como os de doutor eram títulos de docência. Até o título de doutor em medicina equivalia ao de professor de medicina e não ao de médico prático. A vida do estudante medieval diferia em muitos pontos da dos seus colegas contemporâneos. O corpo discente de qualquer universidade não era um grupo homogêneo, mas se compunha de várias nacionalidades. O jovem francês ou alemão que desejasse estudar direito teria certamente de ir a Bolonha ou a Pádua, assim como o jovem italiano interessado em teologia se inscreveria provavelmente em Paris. Em geral o corpo universitário era uma comunidade independente, ficando os estudantes, desse modo, isentos da jurisdição das autoridades políticas. Um resto da antiga autonomia universitária pode ser constatado no fato de algumas

universidades alemãs ainda possuírem prisões próprias. Pouquíssimos estudantes medievais tinham livros e raramente encontravam uma biblioteca onde pudessem tomá-los emprestados. Por conseguinte, o método de estudo consistia principalmente em tomar enorme quantidade de notas das aulas dos mestres, em tabuinhas enceradas, e depois analisá-las e discuti-las. A educação dos moços devia ser adquirida antes através da lógica e da memória, do que de extensas leituras ou pesquisas. Em outros aspectos, no entanto, a vida do estudante da Idade Média não era muito diferente da de agora. O estudante medieval nada conhecia das competições esportivas entre colégios, mas em compensação tinha as rixas violentas com os "valentões" da cidade para absorver seus excessos de energia. Nas universidades medievais, como nas de hoje, havia forte contraste entre o tipo do estudante sincero e inteligente, e o do vadio desabusado e frívolo. Ouvimos falar muito de radicalismo e irreverência nos colégios modernos, mas essas tendências não eram de modo algum desconhecidas nas universidades da Idade Média. Muitas dessas instituições foram vigorosamente denunciadas como focos de heresia, paganismo e mundanismo. Dizia-se que o jovem "procura a teologia em Paris, o direito em Bolonha e a medicina em Montpellier, mas em nenhum lugar uma vida que agrade a Deus". Os estudantes de Paris tiveram até que ser admoestados, certa vez, para que cessassem de jogar dados no altar de Notre Dame, depois de uma festa de dia santo.

IV. Literatura

Ninguém que tenha um conhecimento um pouco aprofundado da literatura da época feudal poderá imaginar todo o período medieval como uma era de trevas e de interesses extra-mundanos, pois grande parte dessa literatura exprime um humanismo, um prazer de viver tão espontâneo, alegre e jovial quanto a atitude revelada por qualquer das obras literárias da Renascença dos séculos XIV e seguintes. Na verdade, o espírito da literatura da última fase da

Idade Média estava muito mais próximo do espírito da Idade Moderna do que muitos imaginam. A verdadeira proporção da literatura religiosa para o número total das obras produzidas na época feudal não era, provavelmente, maior do que a que se pode encontrar na época presente.

As obras desse período da Idade Média podem, em primeiro lugar, ser classificadas em literatura latina e vernácula. A revivescência dos estudos clássicos nas escolas das catedrais e nas mais antigas universidades ensejaram a produção de excelentes poesias. Os melhores exemplos foram os versos da lírica secular, particularmente os escritos por um grupo de poetas conhecidos como os goliardos. Os goliardos tiraram seu nome do fato de costumarem referir-se a si mesmos como discípulos de Golias. Ninguém sabe quem era esse Golias, mas o professor Haskins pensa que devia ser o diabo. A escolha de tal mestre seria, sem dúvida, bastante apropriada, pois a maioria dos poetas goliardos eram considerados pela igreja como dissolutos da mais baixa estofa, para os quais nada era suficientemente sagrado para escapar ao ridículo. Escreveram paródias do credo, paródias das missas e mesmo imitações burlescas dos evangelhos. Seus versos líricos eram de espírito puramente pagão, celebrando as belezas das mudanças das estações, a vida despreocupada das estradas, os prazeres da bebida e do jogo, e em particular as alegrias do amor. Os autores desses versos brincalhões e satíricos eram, na sua maior parte, estudantes boêmios, embora alguns pareçam ter sido homens de idade mais avançada. O nome de quase todos eles é desconhecido. A sua poesia reveste-se de significado especial como o primeiro protesto veemente, que foi, contra o ideal ascético do cristianismo.

As estrofes seguintes, tiradas das Confissões de Golias, podem ser consideradas como bem típicas do que eles escreviam:

Padre, discreto entre os discretos,
Dá-me absolvição!
É grata a morte que me leva,
É doce extinguir-me,

Pois meu coração sofre
Da meiga doença que a beleza traz;
Todas as mulheres que não alcancei
Possuo em minha ilusão.

É tão difícil conseguir
Que a natureza se renda
E, junto às belas, corar e fingir
Que se é o campeão da inocência!
Nós, os moços, não submeteremos jamais
Nossos desejos à lei severa,
Nem afastarmos do pensamento
Esses corpos macios e ternos.

A literatura medieval não foi, de modo algum, escrita toda em latim. Com o desenrolar da época feudal tornaram-se meio de expressão cada vez mais popular as línguas nacionais francesa, alemã, espanhola, inglesa e italiana. Até o começo do século XII, quase toda a literatura das línguas vernáculas apresenta-se sob a forma de poemas épicos. Entre os exemplos principais podem ser citados: A Canção de Rolando (francesa), A Canção dos Niebelungs (alemã), as eddas e as sagas dos nórdicos, e o Poema do Cid (espanhol). Esses poemas descrevem uma sociedade feudal viril, mas sem polimento, na sua primeira fase de evolução, quando os feitos valorosos nas batalhas pelo suserano representavam o cumprimento dos mais altos ideais cavaleirescos. O heroísmo, a honra e a lealdade eram praticamente os únicos temas. O caráter das poesias épicas era quase que inteiramente masculino. Quando, por acaso, se mencionavam mulheres, era quase sempre em tom de condescendência. O herói devia mostrar a mais alta dedicação ao seu superior, mas não se considerava desdouro que espancasse a própria esposa.

Nos séculos XII e XIII a sociedade feudal da Europa Ocidental atingiu o mais alto píncaro de seu desenvolvimento. A aristocracia feudal, graças aos progressos do conhecimento ao contato com a

civilização mais avançada dos muçulmanos, adotou novas atitudes e interesses. A cavalaria, com os seus característicos de glorificação da mulher e sua exaltação da bondade e do refinamento de maneiras, foi aos poucos tomando o lugar da antiga concepção do ideal feudal, que se limitava às virtudes belicosas. Os primeiros trabalhos literários que refletiram e em parte inspiraram essa mudança de idéias foram os poemas dos trovadores. A terra natal dos trovadores (troubadours) foi o sul da França, particularmente a região conhecida como Provença. Localizava-se aí uma das áreas de maior civilização da Europa feudal. Ela conhecera o contato direto da influência sarracena da Espanha e parece que também conservara uma herança muito extensa da Roma antiga. A religião dominante na Provença era uma continuação do maniqueísmo, encarnada nos ensinamentos da seita cristã herética dos chamados albigenses. Talvez tenha havido certa relação entre o espírito de independência religiosa e o vigor e a originalidade da cultura. Quaisquer que sejam as razões, não pode haver dúvida de que os trovadores da Provença tenham iniciado um movimento de enorme importância na literatura da segunda fase da Idade Média. O amor romântico era o tema central de seus versos. A mulher foi então enaltecida como nunca. Seus encantos sedutores, outrora condenados pelos monges e Padres da Igreja como verdadeiras obras do demônio, foram então exaltados até às nuvens. Mas não era uma paixão sensual o amor dos trovadores pelas senhoras das cortes feudais; era uma emoção vaga, quase mística, que podia ser satisfeita com um sorriso ou com qualquer recordação insignificante da soberba deusa, objeto da afeição dos cancioneros. Deve-se também salientar o fato de não ser o amor romântico o único assunto pelo qual se interessavam os trovadores. Muitos escreveram sátiras mordazes contra a rapacidade e a hipocrisia do clero e um deles até dirigiu a Deus um vigoroso "poema de censura". A tradição literária criada pelos troubadours foi continuada pelos trouveres no norte da França e pelos minnesinger, na Alemanha.

Foram os romances do ciclo do rei Artur as mais importantes de quantas obras exprimiram os ideais da aristocracia feudal. O

material desses romances consistia em lendas tecidas em torno da vida de um chefe celta denominado Artur, que fora o herói da luta contra os invasores anglo-saxões da Grã-Bretanha. No século XII, alguns escritores normandos e franceses, particularmente Marie de France e Chrétien de Troyes, interessaram-se por essas lendas como fundo de cena para o ideal cavalheiresco. Nasceu daí um certo número de romances de amor e de aventura, famosos tanto pela sua narrativa colorida como pela beleza poética que apresentavam. Tempos depois, os mais conhecidos desses romances foram adaptados e completados por poetas alemães. Wolfram de Eschenbach desenvolveu o que é, em geral, considerado com a versão mais perfeita da lenda de Parsifal, enquanto Godofredo de Estrasburgo deu à história de Tristão e Isolda a sua forma clássica medieval. Ainda que esses romances difiram na forma e no conteúdo, pode-se, no entanto, dizer que apresentam certos característicos comuns. Todos eles glorificavam a aventura em si mesma e ensinavam que a experiência mais profunda e variada é o único caminho seguro para a sabedoria. Todos eles se esforçavam para estabelecer como obrigações do cavaleiro as boas maneiras, a proteção ao fraco e o socorro aos infelizes, além de outras, como honra, fidelidade e bravura. Outro elemento universal era a força redentora do amor, muito embora nem todos os autores concordassem quanto à forma que esse amor devia assumir. Alguns afirmavam que devia ser a afeição fiel entre marido e mulher, mas outros se batiam pelo amor livre de qualquer laço matrimonial. No espírito de certos grupos posteriores, só era possível o amor verdadeiro entre o cavaleiro e sua amante, nunca entre marido e mulher. Por fim, nos melhores desses romances estava quase sempre presente um elemento de tragédia. Na verdade, uma obra como o Tristão, de Godofredo de Estrasburgo, quase poderia ser considerada como o protótipo da moderna literatura trágica. Foi, certamente, um dos primeiros a desenvolver a idéia do sofrimento individual como tema literário e a assinalar a linha divisória imprecisa que separa o prazer da dor. Para ele, amar é sofrer, e o sofrimento e a morte são capítulos integrantes do livro da vida.

No século XIII, os mercadores e os artífices das cidades tinham alcançado uma posição de poder e de influência igual, se não superior a dos nobres feudais. Podemos, portanto, logicamente esperar que tivesse sido criada uma literatura para atender ao gosto dos burgueses. Entre os exemplos mais notáveis de tais obras encontram-se o romance de Aucassin e Nicolette e as pequenas histórias em verso conhecidas como fabliaux. O romance de Aucassin e Nicolette assemelha-se em muitos aspectos aos romances da cavalaria. O herói Aucassin é um jovem nobre e as exigências imperiosas do amor constituem o tema principal do romance, mas o enredo freqüentemente se perde em caminhos bem diferentes dos ideais cavalheirescos. Aucassin se apaixonou perdidamente, não pela esposa bem-nascida de um nobre, mas por Nicolette, uma jovem escrava sarracena. Prevenido de que sofrerá no inferno se não abandonar a sua amada, o herói responde que não se importa, pois no inferno gozará a companhia de quantos realmente viveram. A história também difere bastante dos romances de cavalaria em suas ocasionais expressões de simpatia pelo camponês. Mas foram os fabliaux as obras que indubitavelmente mais interessaram as classes urbanas. Eram histórias escritas não para edificar ou instruir, mas principalmente para divertir. Quase sempre ricamente recheadas de indecências, revelam grande desprezo pelo aparato da cavalaria, com seu amor romântico e sua procura idiota da aventura. Muitos deles eram também fortemente anticlericais e não mostravam muita consideração pelo espírito religioso. Quase sempre os alvos de sua zombaria eram monges e padres. Os fabliaux são significativos como expressões do crescente mundanismo das classes urbanas e como precursores de um forte realismo que floresceria mais tarde nas obras de escritores como Chaucer e Boccaccio.

As supremas realizações do talento literário medieval foram duas grandes obras-primas, escritas nos séculos XIII e XIV. A primeira foi o Romance da Rosa de Guilherme de Lorris e João de Meun, e a segunda, a Divina Comédia de Dante. Cada uma delas é, a seu modo, uma espécie de síntese da civilização da última fase da

Idade Média. O Romance da Rosa compreende duas partes: os primeiros 4.000 versos foram iniciados por Guilherme de Lorris, mais ou menos em 1.230; a outra parte, quase três vezes maior, foi acabada por João de Meun, aproximadamente em 1.265. As duas partes são inteiramente diversas: a primeira é uma alegoria que trata do culto do amor cavaleiresco, enquanto a segunda é um elogio da razão. João de Meun era bastante céptico a respeito do valor da aristocracia feudal da sociedade medieval, odiava a superstição e satirizava as ordens monásticas, o papado e muitas outras instituições de seu tempo. Encarnava a atitude zombeteira e realista da burguesia, enquanto seu predecessor, Guilherme de Lorris, simbolizava o espírito romântico e místico da cavalaria. A obra desses dois homens, tomada em conjunto, oferece uma espécie de guia do fim da Idade Média.

Sem dúvida a mais profunda das obras medievais foi a Divina Comédia de Dante Alighieri (1265 -1321). Não se sabe muito sobre a vida de Dante, exceto que era filho de um advogado florentino e que na mocidade participou das atividades políticas de sua cidade. Apesar de sua absorção pela política, conseguiu completo domínio dos conhecimentos literários e científicos do seu tempo. Em 1.302 o partido a que pertencia foi destituído do poder em Florença e ele teve de passar o resto de seus dias fora da cidade natal. Parece que a maior parte de seus trabalhos foram escritos durante esse período de exílio. Dante deu simplesmente o nome de Comédia à sua obra principal, mas seus admiradores, durante a Renascença Italiana, sempre se referiam a ela como Divina Comédia e foi esse o título com que chegou até nós. Na forma, a obra pode ser considerada como um drama das lutas, tentações e redenção final da alma. Mas é, naturalmente, muito mais do que isso, pois inclui um repositório completo da cultura medieval, uma síntese magnífica da filosofia escolástica, da ciência, da religião e dos ideais econômicos e éticos da grande época feudal. Seu tema dominante é a salvação da humanidade pela razão e pela graça divina, mas contém, além dessa, muitas outras idéias. O universo é concebido como um mundo finito cujo centro é a terra e no qual tudo existe para o bem do homem. Todos os fenômenos naturais

se explicam em relação com o plano divino de paz e justiça na terra e salvação na vida futura. Os seres humanos possuem o livre arbítrio para escolher o bem e evitar o mal. O pior dos pecados que o homem pode cometer é a traição ou o abuso de confiança; os menos graves são os que resultam da fraqueza da carne. Dante era, sob muitos aspectos, um humanista. Experimentava o mais vivo prazer com o convívio dos autores clássicos; quase adorava Aristóteles, Sêneca e Vergílio. Preferiu Vergílio a qualquer teólogo cristão para personificar a filosofia e deu a outros pagãos ilustres um lugar muito confortável no purgatório. Por outro lado, não hesitou em colocar no inferno vários papas eminentes. Pelo seu poder de imaginação e pelo calor e vigor do seu estilo, merece Dante ser classificado como um dos maiores poetas de todos os tempos, mas para o historiador ele assume especial importância pelo quadro completo que nos oferece da mentalidade dos fins da Idade Média.

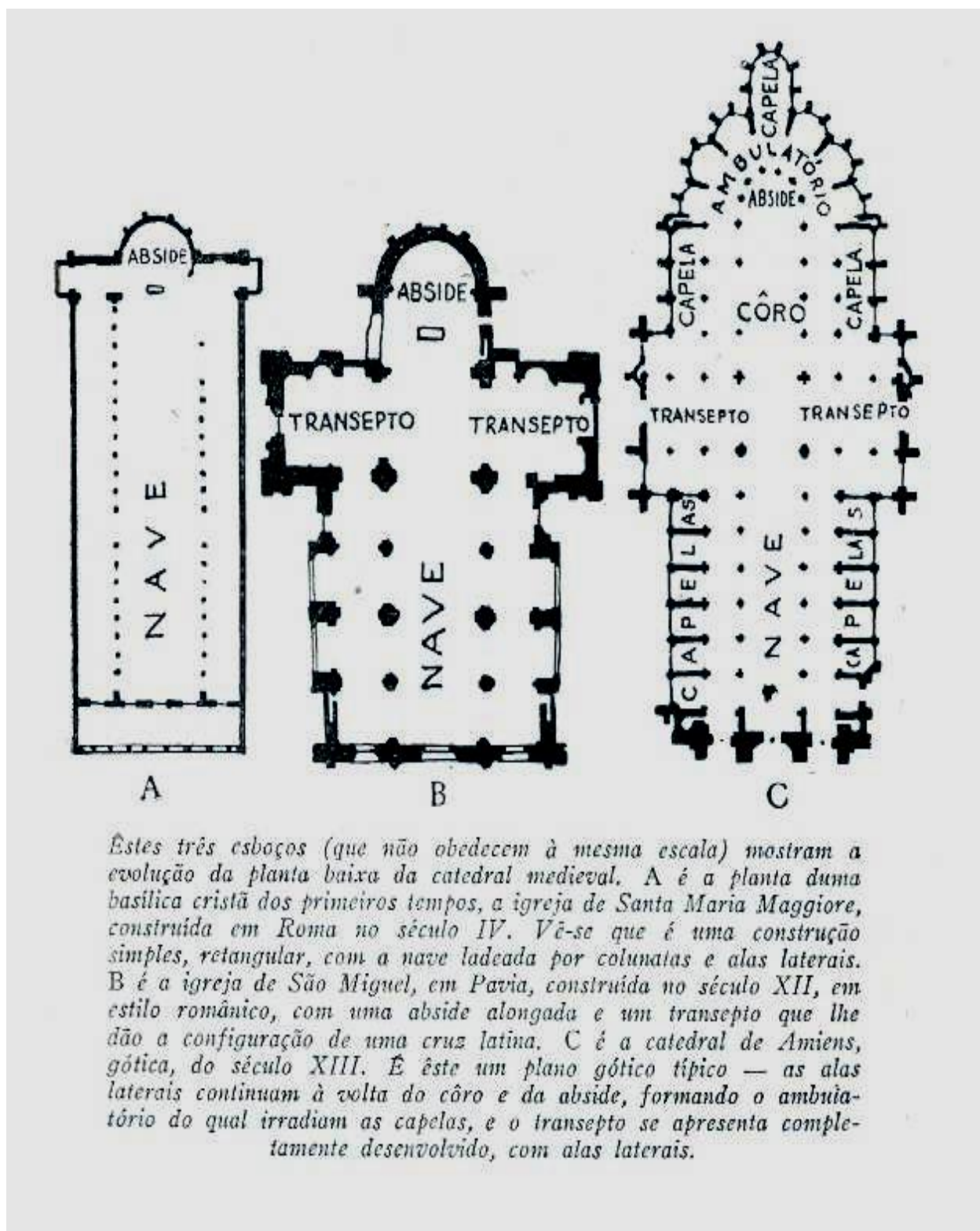
5. A ARTE E A MÚSICA NA ÉPOCA FEUDAL

Se houve uma tendência que o homem medieval se esforçou por evitar, foi a de especializar-se em qualquer ramo determinado de atividade. Concebia todo o campo do conhecimento como um só, dominado pela lógica como chave da sabedoria. Não somente o universo, mas tudo que ele continha era criado para um só fim: a felicidade do homem. O ideal predominante era a unidade na filosofia, na religião e no governo. A mesma paixão da unidade foi transportada para o domínio da arte, resultando daí que tanto a escultura como a pintura se subordinaram à arquitetura. A época feudal produziu dois grandes estilos arquitetônicos: o românico e o gótico. O românico foi primordialmente um produto da revivescência monástica e atingiu seu pleno desenvolvimento no século e meio que se seguiu ao ano 1.000. Era, fundamentalmente, uma arquitetura eclesiástica, simbolizando o orgulho das ordens monásticas e o fastígio do seu poder. É claro que, como a renascença de Cluny atingiu a igreja inteira, o estilo

românico não se limitou aos mosteiros. Não obstante, é significativo que os edifícios românicos mais imponentes fossem as casas da ordem cluniacense. Os traços essenciais desse estilo de construção eram o arco redondo, as paredes maciças, enormes pilastras, janelas pequenas, interiores escuros e a predominância das linhas horizontais. A simplicidade dos interiores era às vezes mitigada por mosaicos ou afrescos de cores vivas, mas o estilo da construção não era de molde a encorajar uma ornamentação esmerada. Além disso, o espírito religioso em que era concebido esse gênero de arquitetura não favorecia qualquer apelo aos sentidos. As igrejas e os mosteiros deviam ser lisos e escuros por dentro, a fim de criar uma atmosfera propícia à devoção extraterrena. Alguns arquitetos da Europa meridional conseguiram, no entanto, livrar-se dessa sombria tradição monástica e decoraram freqüentemente as suas igrejas com uma primorosa escultura simbólica.

No fim do século XII e no século XIII, a arquitetura gótica suplantou a românica em popularidade. O aumento da riqueza, o progresso da cultura, a expansão dos interesses seculares e o orgulho das cidades agora livres e prósperas determinaram a procura de um estilo arquitetônico mais aprimorado, que exprimisse os ideais de uma nova época. Ademais, o renascimento monástico já esgotara as suas forças. A arquitetura gótica foi quase exclusivamente urbana. Seus monumentos não eram mosteiros erigidos sobre penhascos solitários, nas catedrais, sés de bispados, localizadas nas cidades mais importantes. Deve-se compreender, no entanto, que a catedral da Idade Média não era uma simples igreja, mas um centro da vida da comunidade. Abrigava geralmente uma escola e uma biblioteca e, por vezes, era usada como câmara municipal. O povo de toda a comunidade tomava parte na sua construção e com justa razão a considerava como propriedade cívica. Na verdade, muitas catedrais góticas nasceram da rivalidade entre uma cidade e outra. Por exemplo, o povo de Siena ficou descontente com a sua modesta igreja depois que foi concluída a catedral de Florença e resolveu construir uma outra nova, em escala muito mais pretensiosa. Amiúde as ambições dos cidadãos iam muito além

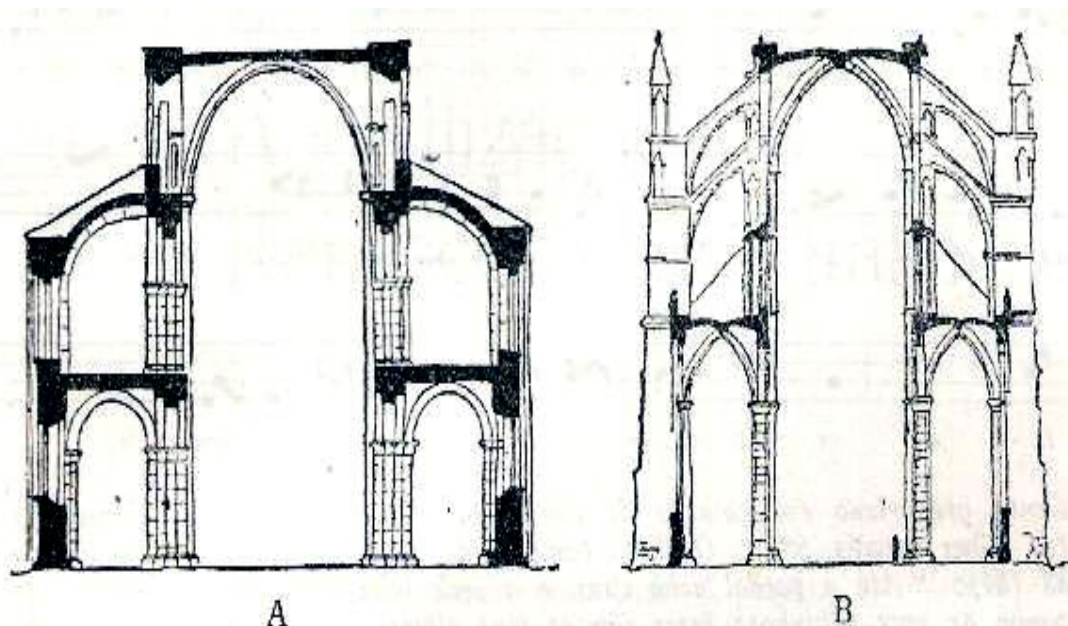
das suas possibilidades, resultando daí ficarem inacabadas muitas construções. Os arquitetos da catedral de Chartres, por exemplo, planejaram diversas torres muito mais altas, que nunca se completaram.



A arquitetura gótica foi um dos mais complexos estilos de construção que já existiram. Seus elementos básicos eram, o arco ogival, a abóbada nervurada, de arestas, e o arcobotante exterior. Esses recursos tornaram possível uma construção muito mais leve e mais elevada do que o teriam permitido os arcos redondos e as pilastras aderentes do estilo românico. Na verdade, a catedral gótica pode ser descrita como um esqueleto de pedra entremeado de enormes janelas. Entre os outros característicos encontram-se as elevadas flechas, as janelas em rosácea, delicados rendilhados de pedra, fachadas primorosamente esculpidas, colunas múltiplas e o uso de gárgulas ou figuras de monstros míticos como motivo de decoração. Nas melhores catedrais, a ornamentação concentrava-se geralmente no exterior. Com exceção dos vitrais e dos labores complicados dos madeiramentos e dos altares, os interiores eram bastante simples e, às vezes, quase severos. Mas o interior de uma catedral gótica nunca era sombrio ou escuro. Os vitrais, ao invés de excluir a luz, a glorificavam, captando os raios solares e difundindo-os com uma riqueza e uma vivacidade de cores que a natureza, por si, dificilmente poderia ter produzido, mesmo nos seus instantes de maior esplendor.

O significado da arquitetura gótica costuma ser mal interpretado. Até o seu próprio nome, que a qualifica como uma arte de origem bárbara, foi a princípio um termo pejorativo aplicado pelos homens da Renascença, na intenção de exprimirem o seu desprezo por tudo quanto fosse medieval. Muitos, ainda hoje, consideram a catedral gótica como o produto de uma civilização ascética, de interesse extraterrenos. Nada pode ser mais inexato. Se algum significado espiritual tinha a arquitetura gótica, era como símbolo de uma religião que passara a reconhecer a importância desta vida. Mas, como já vimos, a catedral era mais do que uma igreja. Era, em grande parte, a expressão do novo espírito secular que resultara do crescimento das cidades e do progresso do esclarecimento. Muitas das cenas representadas nos vitrais - o trabalho de uma padaria, por exemplo - não tinham qualquer significado religioso direto. Além disso, a arquitetura gótica era humanística, e em grau não pequeno. O positivo apelo aos

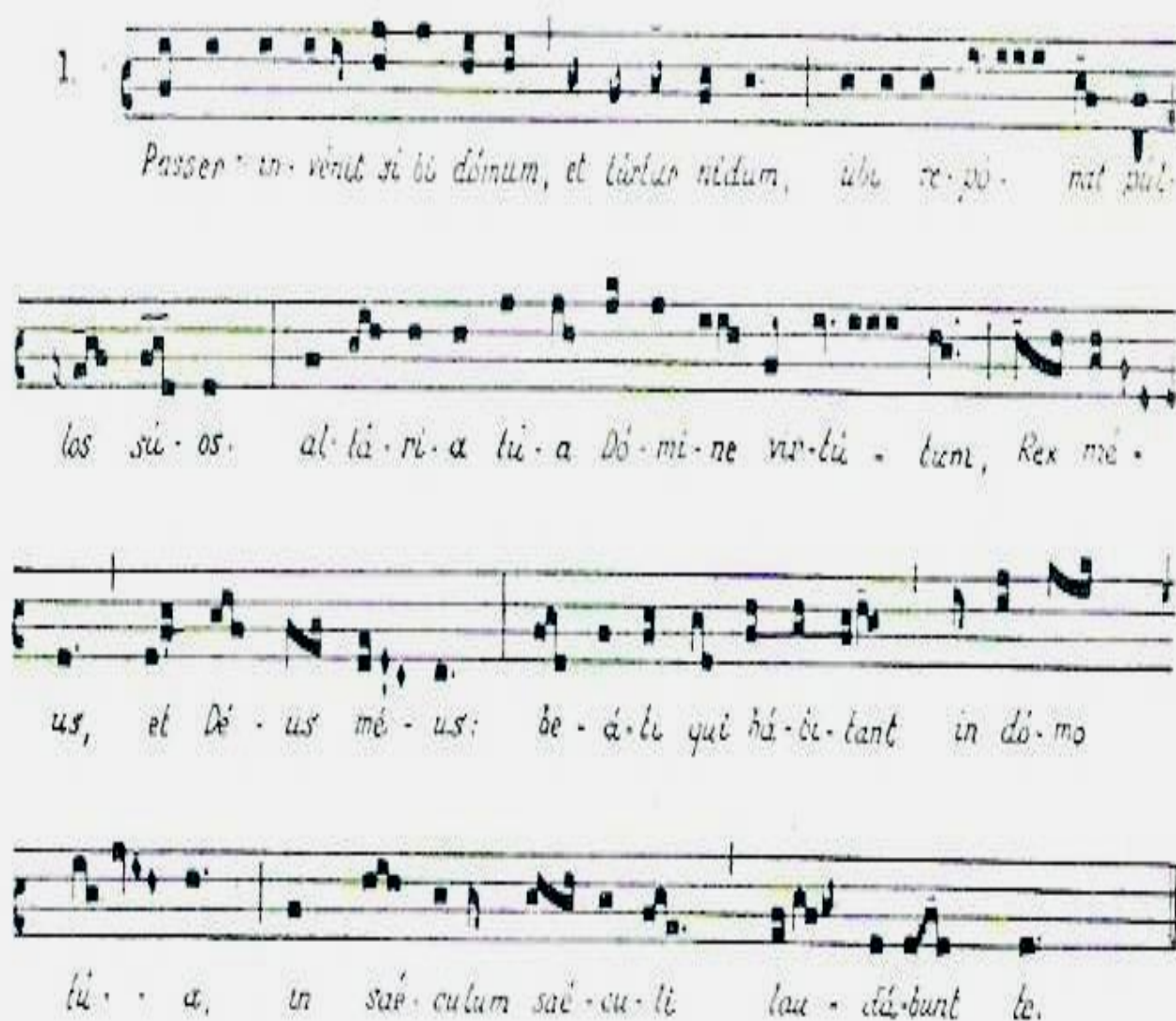
sentidos, revelado pela refulgência colorida dos vitrais e pela escultura naturalista dos santos e das Virgens, é prova cabal de que o interesse do homem pela sua própria natureza humana e pelo mundo da beleza natural já não era considerado pecaminoso. Por fim, a arquitetura gótica foi uma expressão do gênio intelectual medievo. O desenho complicado, o perfeito equilíbrio entre os empuxos e as resistências e a imponente altura das construções representavam não somente um triunfo da técnica raciocinada, mas também o desejo de ultrapassar os confins do conhecimento e ir mais além, até os mais altos reinos da verdade. Cada catedral em si mesma, com a sua detalhada profusão de esculturas da vida animal e vegetal e de figuras simbólicas, era uma espécie de enciclopédia dos conhecimentos medievais uma epopéia cultural em pedra.



Cortes transversais, pelas janelas, de (A) Abbaye-aux-hommes, em estilo românico, e (B) catedral de Amiens, em gótico francês. No-tem-se em A os arcos, assim como o método de sustentação da abóbada da nave pelas meias-abóbadas da galeria do trifório. Em B, os arcos ogivais construídos para efeito de maior altura da nave central e, no conjunto, a estrutura mais leve. Vêem-se os arcbotantes típicos, que transferem para grandes pilares maciços de alvenaria o empuxo da abóbada da nave central, aliviando a estrutura principal.

A música da época feudal foi o produto de uma evolução que remontava bem longe, aos inícios da história medieval européia. O ponto de partida dessa evolução foi o desenvolvimento do canto-chão, tradicionalmente atribuído ao papa Gregório Magno. Era o canto gregoriano uma melodia simples e sem acompanhamento, cantada por um solista ou por um coro em uníssono. Essa forma simples de arte forneceu a base de quase toda a música medieval. Lá pelo século X começaram a manifestar-se os primeiros sinais de um sistema harmônico, ainda que as combinações tonais escolhidas a princípio fossem um tanto austeras, sendo as mais típicas dentre elas as sucessões de quartas e quintas. Com o decorrer do tempo foram acrescentados outros intervalos, enriquecendo aos poucos o colorido do conteúdo. É significativo, no entanto, que faltasse por completo o conceito moderno de uma harmonia subordinada a uma melodia. Cada nova voz adicionada devia ser interessante por si mesma e não como parte do conjunto sonoro. Desse modo, o novo desenvolvimento se fazia no sentido do contraponto ao invés da harmonia; era antes polifônico do que monofônico. No século XIII, já se adquirira grande habilidade em entrelaçar, num conjunto agradável, duas, três e até quatro vozes independentes. Como parte do quadrivium ensinado nas universidades, era a música uma matéria secamente teórica e formal - um ramo da física, antes de mais nada. Mas quando utilizada para fins práticos pelos compositores da igreja, era uma coisa viva em plena evolução. Alguns compositores chegaram mesmo, no seu zelo pela novidade e pela experimentação, a escolher cantigas populares das tabernas, inclusive a letra, como base sobre a qual teciam, em contraponto, as palavras sagradas da missa. A esse respeito, devemos salientar que existia uma música secular distinta da sacra. Era, também, principalmente vocal, mas, em contraste com a música sacra, acentuadamente rítmica, cantada com acompanhamento instrumental, e empregava as línguas vernáculas. Incluía tanto a música popular de origem anônima como também, nos fins da época feudal, as canções dos troubadours, dos trouveres e dos minnesinger, alguns dos quais

eram talentosos compositores. Por fim, a música secular trouxe a sua influência à arte mais significativa e séria produzida pela igreja.



Canto gregoriano em notação de cantochão: *Passer invenit* — Comunhão (do *Liber usualis*, 556). O texto compreende os versículos 3 e 4 do Salmo 83 (84): “Até o pardal acha casa, e a andorinha um ninho para si, onde ponha os seus filhinhos; êsses são os teus altares, ó Senhor dos Exércitos, rei meu e Deus meu. Felizes são os que habitam na tua casa: para sempre hão de te louvar.” (De Gustav Reese, *Music in the Middle Ages*, p. 168.)

Capítulo 15

A Civilização da Renascença na Itália

Pouco depois de 1300 havia começado a decair a maioria das instituições e dos ideais característicos da época feudal. A cavalaria, o próprio feudalismo, o Santo Império Romano, a autoridade universal do papado e o sistema corporativo do comércio e da indústria iam aos poucos enfraquecendo e terminariam por desaparecer completamente. Estava praticamente finda a grande época das catedrais góticas, a filosofia escolástica começava a ser ridicularizada e desprezada, e aos poucos, mas com eficácia, ia sendo minada a supremacia das interpretações religiosas e éticas da vida. Em lugar de tudo isso, surgiam gradualmente novas instituições e modos, de pensar cuja importância é suficiente para imprimir, aos séculos que se seguiram, o cunho de uma civilização diferente. O nome tradicionalmente aplicado a essa civilização, que se estendeu de 1.300 a cerca de 1.650, é o de Renascença.

O termo Renascença deixa muito a desejar do ponto de vista da exatidão histórica. É comumente interpretado como significando que no século XIV houve um súbito reviver do interesse pela cultura clássica da Grécia e de Roma. Mas isso está longe de ser verdade. De modo algum foi raro, na época feudal, o interesse pelos clássicos. Autores como João de Salisbury, Dante e os poetas goliardos eram admiradores tão entusiásticos da literatura grega e latina como quaisquer outros que tenham vivido no século XIV. Na verdade, a chamada Renascença foi, em grande parte, simplesmente a culminação de uma série de renascimentos cujo início pode ser localizado no século XI. Todos esses movimentos se caracterizaram pela reverência aos autores antigos. Mesmo nas escolas das catedrais e dos mosteiros, Cícero, Vergílio, Sêneca e mais tarde Aristóteles foram alvo, freqüentemente, de uma veneração igual à que se consagrava a qualquer dos santos.

A Renascença foi muito mais do que o simples reviver da cultura pagã. Abrangeu, em primeiro lugar, um notável acervo de novas

realizações no campo da arte, da literatura, da ciência, da filosofia, da política, da educação e da religião. Embora baseadas muitas delas nos fundamentos clássicos, não tardaram a expandir-se para além dos limites da influência grega e romana. Na verdade, a maioria dos progressos renascentistas em matéria de pintura, de ciência, de política e de religião muito pouco tinham que ver com a herança clássica. Em segundo lugar, a Renascença incorporou certo número de ideais e atitudes dominantes que passam comumente por ter marcado a norma do mundo moderno. Destacam-se entre eles o otimismo, os interesses terrenos, o hedonismo, o naturalismo e o individualismo; mas o mais importante de todos foi o humanismo. No seu sentido mais amplo, o humanismo pode ser definido como a glorificação do humano e do natural, em oposição ao divino e ao extraterreno. Assim concebido, foi ele o coração e a alma da Renascença, uma vez que incluía praticamente todos os outros ideais já mencionados. O humanismo também tem o sentido mais restrito de entusiasmo pelas obras clássicas, devido ao seu interesse humano. É este o sentido em que foi freqüentemente empregado pelos homens da Renascença.

Não só foi a Renascença muito mais do que um reviver do conhecimento pagão, senão que, a certos respeito, ligava-se intimamente ao espírito do período final da Idade Média. O orgulho dos feitos humanos refletido na arquitetura com a Idade gótica, o naturalismo dos fabliaux e de Aucassin e Média Nicolette, O secularismo das ordens de frades e a busca de conhecimentos e de compreensão nas universidades, tudo isso prefigurava nitidamente os ideais dominantes dos séculos XIV e seguintes. Por outro lado, não seria muito acertado considerar a Renascença apenas como um capítulo final da civilização da Idade Média. Muitas das novas atitudes e realizações discrepavam francamente da perspectiva cósmica medieval. Os homens não mais concebiam o universo como um sistema finito de esferas concêntricas a girar em torno da terra e existindo para a glória e salvação do homem. O reviver, já no século XV, da teoria heliocêntrica sugeria um cosmos de extensão infinitamente maior, em que a terra não era

senão um dos numerosos mundos. Afastava-se, assim, para muito mais longe o objetivo do conhecimento humano, pois que o universo, de acordo com a nova concepção, já não podia ser explicado tão fácil e simplesmente, em termos da epopéia cristã. Também de vários outros modos a civilização da Renascença contrastou fortemente com a da Idade Média. A cavalaria passara a ser comumente tratada com desprezo. A filosofia escolástica era da mesma forma desdenhada como uma mistura imbecil de lógica e de dogmas religiosos. A condenação medieval dos negócios com o fito no lucro fora completamente relegada ao olvido pelos gananciosos mercadores e banqueiros de todas as cidades da Europa. O coletivismo da Idade Média - a absorção do indivíduo na corporação, na igreja e na ordem social a que cada um pertencia - cedeu lugar a um furioso egoísmo que glorificava quase todas as formas de auto-afirmação e guindava o orgulho da condição de um pecado mortal à de uma alta virtude. Os contrastes mais impressionantes eram, talvez, os que se observavam no campo da política. O ideal medievo de uma comunidade universal sob a autoridade soberana do imperador ou do papa não tinha nenhum significado para os filósofos políticos da Renascença. Afirmavam, ao invés disso, que cada estado, qualquer que fosse o seu tamanho, devia ser absolutamente livre de todo e qualquer controle externo. Rejeitavam também, infelizmente, as doutrinas medievais de um governo limitado e as bases éticas da política. Admitia-se agora, em geral, que a autoridade do governante não estava submetida a qualquer limitação, e alguns chegavam a asseverar que o príncipe, no exercício das suas funções oficiais, não devia obediência aos cânones da moralidade; tudo quanto fosse necessário para manter o seu próprio poder ou o poder do estado que governava, justificava-se por si mesmo. Um filósofo da Idade Média dificilmente teria tolerado tais doutrinas.

1. AS CAUSAS DA RENASCENÇA

A maior parte das causas da Renascença já foram indicadas. Foram, de um modo geral, exatamente os mesmos fatores que estimularam a renovação intelectual e artística dos séculos XII e XIII, isto é: 1) a influência das civilizações sarracena e bizantina; 2) o surto de um comércio florescente; 3) o crescimento das cidades ; 4) a renovação do interesse pelos estudos clássicos nas escolas dos mosteiros e das catedrais; 5) o desenvolvimento de uma atitude crítica e cética, exemplificada pela filosofia de homens como Abelardo e Roscelino; e 6) a fuga progressiva à atmosfera de misticismo e ascetismo da primeira fase da Idade Média. A essas precisam ser acrescentadas algumas outras causas que foram, na realidade, elementos do renascimento medieval dos séculos XII e XIII: a) a revivescência dos estudos de direito romano, com o impulso que deu à expansão dos interesses seculares; b) o incremento dos interesses intelectuais, possibilitado pelo aparecimento das universidades; c) o aristotelismo da filosofia escolástica, com o seu apelo para a autoridade de um pensador pagão; d) os progressos do naturalismo na literatura e na arte; e) o desenvolvimento de um espírito de pesquisa científica, demonstrado nos trabalhos de Adelardo de Bath, Rogério Bacon e Frederico II. Pouco depois de se ter iniciado o movimento renascentista, a sua marcha foi acelerada pela influência dos protetores da cultura, tanto leigos como eclesiásticos. Entre os primeiros distinguiram-se a família dos Médicis, de Florença, a dos Sforza, de Milão, os Este de Ferrara e Afonso o Magnânimo, de Nápoles. A maioria desses mecenas eram ricos mercadores que se tinham tornado déspotas das cidades-repúblicas em que viviam. Entre os patronos eclesiásticos podem-se citar alguns papas como Nicolau V, Pio II, Júlio II e Leão X. A atitude desses pontífices destoava singularmente do que seria de esperar de ocupantes do trono de Pedro, o pescador. Não mostravam o menor interesse pela teologia ou pela conversão dos ímpios. Estipendiavam, à custa dos cofres da igreja, homens que atacavam abertamente as

doutrinas fundamentais do cristianismo. Nicolau V, por exemplo, tinha como secretário papal o célebre Lourenço Valla, que declarou apócrifo um importante documento da igreja e pregava uma filosofia de prazeres carnavais. Apesar da incongruência da sua atitude, o trabalho desses papas foi de inestimável valor para o progresso cultural, pois dispensaram proteção a alguns dos mais brilhantes artistas e literatos da Renascença.

Antes de darmos por finda a discussão dos fatores determinantes da Renascença, será conveniente tratar de duas causas a que se costuma atribuir importância decisiva. Uma delas são as Cruzadas e a outra, a invenção da imprensa. No capítulo precedente salientamos ter sido diminuta a influência intelectual das Cruzadas. A introdução da cultura muçulmana na Europa ocorreu como resultado do trabalho dos eruditos nas bibliotecas de Toledo e de Córdoba, e também da tentativa deliberada de Frederico II para minar o poder da igreja mediante a difusão de uma cultura pagã em seus domínios. Somente na medida em que enfraqueceram o feudalismo, diminuíram o prestígio do papado e contribuíram para dar às cidades italianas o monopólio do comércio no Mediterrâneo, podem as Cruzadas ser consideradas em qualquer medida responsáveis pelo início de uma civilização renascentista. E mesmo esses resultados são atribuíveis, em grande parte, a outros fatores.

Embora a invenção da imprensa tenha sido um feito da mais alta importância, talvez menos ainda que as Cruzadas possa ser considerada como causa direta da Renascença. Em primeiro lugar, chegou muito tarde. Que saibamos, não havia nenhuma prensa em atividade antes dos meados do século XV. O mais antigo escrito que se conhece como tendo sido impresso com tipos móveis data de 1.454. Por essa época já se encontrava em pleno florescimento a Renascença italiana, que se iniciara século e meio antes. Além disso, muitos dos primeiros humanistas eram decididamente hostis à nova invenção. Consideravam-na uma engenhoca dos bárbaros alemães e não permitiam que os seus trabalhos fossem impressos, temendo que, em consequência de uma difusão excessiva, eles fossem mal-compreendidos pelos ignorantes. Deve-se também

notar que as primeiras casas editoras se interessavam muito mais em lançar livros religiosos e histórias populares do que em imprimir as obras da nova cultura. Os opúsculos de devoção, os livros de ofícios da igreja, as obras dos teólogos e as coleções de lendas antigas constituíam o tipo de leitura que mais atrativos tinha para o público dessa época e eram, por isso, mais lucrativos para os impressores do que qualquer das obras profundas dos humanistas. Parece amplamente justificada a conclusão de que a invenção da imprensa não teve outro resultado senão contribuir em pequena medida para expandir e acelerar o movimento renascentista em sua fase avançada, particularmente na Europa setentrional. A maioria dos benefícios dessa invenção só se fizeram sentir depois de finda a Renascença.

2. A RENASCENÇA NA ITÁLIA

Já dissemos que a Renascença teve seu início na Itália. Por que isso? Em primeiro lugar, a Itália tinha uma tradição clássica mais vigorosa do que qualquer outro país da Europa ocidental. Através de todo o período medieval os italianos tinham conseguido manter a crença de que eram descendentes dos antigos romanos. Volviam os olhos com orgulho para a sua ascendência, esquecendo naturalmente as infiltrações de sangue lombardo, bizantino, sarraceno e normando a que, de tempos a tempos, fora submetida a sua raça. Nas escolas municipais de algumas cidades italianas ainda sobreviviam traços do antigo sistema romano de educação. Também se podiam descobrir remanescentes do velho espírito pagão na atitude essencialmente amoral dos italianos. As considerações éticas, em geral, não pesavam na vida deles com a força com que o faziam entre os europeus setentrionais. Poucos italianos parecem ter-se escandalizado com o fato de ter o papa Alexandre VI filhos ilegítimos, ou de ser Júlio II um político finório e desbocado chefe dos exércitos papais. É também verdade que a Itália tinha uma cultura mais profundamente secular do que a maioria das outras terras da cristandade latina. As universidades

italianas foram originalmente fundadas mais para o estudo do direito e da medicina que para o da teologia e, com exceção da Universidade de Roma, poucas tinham qualquer ligação eclesiástica. Além de tudo isso, a Itália sofreu a pressão direta das influências culturais das civilizações bizantina e sarracena. Por fim - e talvez seja este o fator mais importante - as cidades italianas foram as principais beneficiárias do restabelecimento do comércio com o Oriente. Durante anos, os portos marítimos de Veneza, Nápoles, Gênova e Pisa desfrutaram o monopólio virtual do comércio do Mediterrâneo, ao mesmo tempo que os mercadores de Florença, Bolonha, Placência e outras cidades da planície lombarda serviam como intermediários principais no comércio entre a Europa do sul e do norte. A prosperidade econômica assim adquirida foi a base primordial do progresso intelectual e artístico.

I. O ambiente político da Renascença italiana

Presume-se, em geral, que um governo organizado e eficiente seja a condição necessária ao desenvolvimento de uma cultura superior. Não foi esse, porém, o caso da civilização que estamos considerando. A Renascença surgiu no meio de um torvelinho político. Não só a Itália não era um estado unificado quando se iniciou o movimento, mas também, durante toda a história deste, o país permaneceu em estado de turbulência. Rebeliões facciosas e acerbos disputas entre estados pequeninos seguiam-se umas às outras em rápida sucessão. Diversas foram as causas desse caos. Ao revoltarem-se contra o coletivismo medieval, com a sua condenação do orgulho e o seu encarecimento da modéstia, os homens foram ao extremo oposto da glorificação e do engrandecimento do eu. Foram então consideradas justificáveis quase todas as formas de egoísmo: a luta pelo poder ou pela riqueza, a busca do prazer material ou artístico, a eliminação implacável dos rivais. Era, talvez, inevitável que tal mudança na atitude social levasse ao bandoleirismo político, ao aparecimento de aventureiros ávidos de transformar diferenças partidárias em

contendas furiosas, capazes de abrir caminho à conquista do poder. Outra causa estava no fato de se acharem os cidadãos mais importantes tão profundamente absorvidos no afã de ganhar dinheiro que não tinham muito tempo para se preocuparem com assuntos de governo. Como se opunham, acima de tudo, a perder tempo no serviço militar, insistiam em que os seus governos empregassem tropas mercenárias. Daí o aparecimento de bandos de soldados profissionais, sob o comando de chefes chamados condottieri, que vendiam os seus serviços a quem melhor pagasse. Como qualquer um poderia ter previsto, alguns desses condottieri vieram a tornar-se suficientemente fortes para assumir o controle dos governos pelos quais se batiam. A turbulência da política italiana dessa época também se devia, em boa parte, à intensa rivalidade comercial entre as principais cidades. Com efeito, quase todas as guerras de maior vulto se originaram de tentativas desta ou daquela cidade para dominar as rotas comerciais ou para destruir o comércio de uma cidade competidora.

No começo da Renascença a Itália encontrava-se dividida numa multidão de pequeninos estados. Quase todos eles eram cidades-repúblicas independentes que, no período final da Idade Média, conseguiram libertar-se da dominação do Santo Império. No curso de sua luta pela liberdade, algumas delas tinham adotado uma forma de governo bastante democrática. Em meio ao tumultuar da Renascença desapareceram, no entanto, todos os traços dessa democracia. Uma após outra, as cidades caíram sob o domínio de usurpadores poderosos. Já em 1311 o governo de Milão fora transformado numa ditadura encabeçada pela família Visconti. Quando os Visconti se extinguíram, em 1450, seu poder passou para Francisco Sforza, um dos mais famosos condottieri. Em 1434 a república de Florença caiu sob o domínio do esclarecido plutocrata Cosme de Médicis. Embora Cosme não tivesse título oficial, foi aceito como ditador de fato pelo povo da cidade, principalmente porque este ansiava por se libertar das dissensões partidárias. Os Médicis dominaram a política florentina durante sessenta anos. Depois do grande Cosme, o principal representante da família foi o seu neto Lourenço, cognominado o "Magnífico". A

esses dois homens se deve, em grande parte, o ter a cidade de Florença permanecido por tão longo tempo o mais brilhante centro da Renascença italiana. A república de Veneza também sofreu mudança semelhante, passando da democracia moderada ao regime despótico. Ali, porém, a autoridade ditatorial foi exercida por uma oligarquia e não por um único indivíduo. Um pequeno número das famílias mais ricas exerciam controle absoluto sobre as eleições para o senado, para o conselho supremo e para o cargo de doge, ou presidente vitalício. Os próprios Estados da Igreja, cobrindo ampla faixa de território que se estendia através da parte central da península, não discrepavam da feição geral do governo renascentista. Exceto por serem mais ricos, os papas dessa época quase não se distinguiam dos demais potentados italianos. Faziam e desrespeitavam tratados, assalariavam condottieri para guerras de conquista e não tinham escrúpulo na escolha dos meios com que se livravam dos rivais importunos.

Não somente se caracterizou a história da Renascença italiana pela expansão do governo despótico, senão que também houve, por parte dos estados maiores e mais poderosos, uma nítida tendência para absorverem os menores. Sob o governo de Gian Galeazzo Visconti (1.378-1.402), a cidade-estado de Milão submeteu e anexou quase todas as cidades da planície lombarda. Essa expansão despertou as apreensões de Veneza. Daí resolverem os mercadores dessa cidade conquistar um império interior que protegesse as rotas comerciais com a Europa Central. Em 1.454, já tinha Veneza conseguido anexar quase todo o nordeste da Itália, inclusive a rica cidade de Pádua e uma parte considerável do território que fora anteriormente conquistado por Milão. A república de Florença não ficou atrás no desenvolvimento das ambições expansionistas. Antes do fim do século XIV fora tomada quase toda a região da Toscana, e em 1.406 a grande cidade mercantil de Pisa sucumbiu à dominação florentina. O papado também participou do movimento geral de acréscimo territorial. Nos reinados de papas mundanos e empreendedores como Alexandre VI (1.492-1.503) e Júlio II (1.503-13) a dominação pontifícia se estendeu a quase todos os pequenos potentados da

Itália central. Em resultado de toda essa expansão, no começo do século XVI quase toda a península italiana achava-se submetida aos cinco estados mais poderosos: o ducado de Milão, as repúblicas de Veneza e Florença, o reino de Nápoles e os Estados da Igreja.



II. A cultura literária e artística da Renascença italiana

Não existe nenhum vasto abismo a separar a literatura renascentista italiana da literatura do fim da Idade Média. A grande maioria dos feitos literários registrados entre 1.300 e 1.550 já se deixavam prefigurar por uma ou outra das diferentes tendências surgidas nos séculos XII e XIII. O próprio Francisco Petrarca (1.304-74), denominado o pai da literatura italiana renascentista, estava muito próximo da mentalidade medieval. Usava o mesmo dialeto toscano que Dante escolhera como base de uma língua literária italiana. Além disso, acreditava firmemente no cristianismo como caminho da salvação para o homem e cultivava, por vezes, um ascetismo monacal. Suas obras mais conhecidas, os sonetos que dedicou à sua amada Laura, participavam do mesmo tom que as poesias cavaleirosas de amor dos trovadores do século XIII. Ainda que Petrarca tenha sido vastamente aclamado como pai do humanismo, o humanismo que ele fundou diferia muito pouco do de muitos poetas medievais. O que havia de novo em Petrarca era a intensa absorção na sua própria personalidade e a devoção apaixonada tanto pelos clássicos gregos como pelos latinos. Mesmo nesse ponto, a novidade consistia antes numa questão de grau. Não é muito exato chamar Petrarca "o primeiro dos modernos".

Giovanni Boccaccio (1.313-75), a segunda grande figura da literatura renascentista italiana, não foi um gênio muito mais original. Como Petrarca, Boccaccio era um florentino, filho ilegítimo de um próspero mercador. Tendo o pai escolhido para ele a carreira dos negócios, foi enviado a Nápoles para fazer o seu aprendizado na filial da grande casa bancária florentina dos Bardi. O jovem Boccaccio, porém, começou logo a demonstrar mais ardor pelo culto das musas do que pelo cálculo de juros. Era, talvez, natural que assim acontecesse, pois Nápoles era um centro de vida aprazível sob um céu langoroso e de ricas tradições poéticas emanadas das terras dos sarracenos e dos trovadores. Era um

ambiente especialmente talhado para estimular as fantasias poéticas da mocidade. Boccaccio também encontrou inspiração no amor apaixonado que dedicou à bela esposa de um cidadão napolitano. Quase todos os seus primeiros trabalhos são poemas e romances (narrações em verso) que tratam dos triunfos e das torturas desse amor. Aos poucos a sua habilidade na arte de contar histórias atingiu a perfeição e o jovem escritor acabou descobrindo que a prosa era um meio mais adequado aos seus objetivos. Seu primeiro trabalho de valor no novo estilo foi *Fiammetta*, um precursor da novela psicológica. Mas a obra mais notável de Boccaccio foi incontestavelmente o *Decameron*, que escreveu por volta de 1348, depois de regressar para Florença. Compõe-se o *Decameron* de uma centena de histórias que o autor põe na boca de sete damas jovens e três rapazes. As histórias não formam uma novela que gire em torno de um tema contínuo, mas são unidas pelo estratagema artificial de fazê-las contar por um grupo de pessoas cuja única finalidade é matar o tempo durante sua estada forçada numa vivenda dos arredores de Florença, para escaparem às devastações da Peste Negra. Embora alguns dos contos fossem provavelmente inventados por Boccaccio, muitos deles foram tirados dos *fabliaux*, das *Mil e Uma Noites* e de outras fontes medievais. Diferem, em geral, dos seus modelos medievais por serem um pouco mais licenciosos, egoísticos, anti-clericais e mais profundamente preocupados com uma franca justificação da vida carnal; mas o *Decameron* decididamente não constitui, como muitos pensam, o primeiro protesto enérgico contra os ideais ascéticos e impessoais da fase inicial da Idade Média. Sua verdadeira importância reside no fato de haver estabelecido o modelo da prosa italiana e exercido uma influência considerável nos escritores renascentistas de outros países.

A morte de Boccaccio, em 1375, assinala o fim do primeiro período da literatura italiana da Renascença, período que é freqüentemente denominado Trecento. A época que se seguiu, conhecida como Quattrocento, distinguiu-se pelo revivescimento da língua latina. O entusiasmo pelos clássicos atingiu então tais alturas que ninguém concebia fosse possível escrever em outra

língua que não a dos grandes mestres da Roma antiga. O italiano de Dante e de Boccaccio foi desprezado como uma língua grosseira de açougueiros e padeiros. Tal atitude, como é natural, não favorecia o desenvolvimento dos talentos superiores, pois tendia a erigir em alvo supremo do esforço literário a imitação fiel dos modelos latinos. Não é de estranhar, portanto, que a maioria dos escritores dessa época - homens como Poggio, Beccadelli, Filelfo e Pontano - sejam lembrados como simples figuras de segundo plano, cujo mérito principal consiste no paganismo militante e no gosto pelos temas eróticos. A obra desses homens representa um dos mais avançados extremos a que devia chegar a reação contra a fé e a moral cristãs. O Quattrocento foi também o período em que a paixão dos estudos gregos alcançou o auge. Antes desse tempo os humanistas italianos pouco êxito haviam tido nas suas tentativas de aprender a língua grega e descobrir os tesouros da cultura helênica. Mas em 1393 um famoso erudito de Constantinopla, Manuel Chrysoloras, chegou a Veneza com a missão de implorar, em nome do imperador bizantino, o auxílio do Ocidente numa guerra contra os turcos. Quase imediatamente aclamado pelos italianos como um apóstolo do glorioso passado helênico, conseguiram por fim persuadi-la a aceitar a cátedra de clássicos gregos na Universidade de Florença. Nos começos do século XV imigraram para a Itália vários outros eruditos bizantinos. Dentre eles podem ser citados, como os mais notáveis, Pléthon e Bessárion, filósofos platônicos. Parece ter sido considerável a influência que esses homens exerceram ao difundir informações sobre as obras dos antigos gregos. Seja como for, não tardou muito que estudiosos italianos comesçassem a fazer viagens a Constantinopla e outras cidades bizantinas, em busca de manuscritos. Entre 1413 e 1423, por exemplo, um tal Giovanni Aurispa de lá trouxe perto de duzentos e cinquenta livros manuscritos, inclusive obras de Sófocles, Eurípides e Tucídides. Foi assim que muitos clássicos helênicos, em especial as obras dos dramaturgos, dos historiadores e dos primeiros filósofos, foram postos à disposição do mundo moderno.

A última grande época no desenvolvimento da literatura renascentista italiana foi o Cinquecento, ou período que se estendeu de 1.500 a 1.550 aproximadamente. O italiano alçou-se então a um plano de completa igualdade com o grego e o latim, deu-se uma fusão mais perfeita das influências clássicas e modernas e alcançou-se uma originalidade maior, tanto da forma como do conteúdo. Mas a capital literária da Renascença italiana deixara de ser Florença. Em 1.494 essa cidade caiu sob o domínio do reformador fanático Savonarola e, embora os Médicis fossem restaurados no poder cerca de dezoito anos depois, a brilhante capital italiana logo se tornou vítima de disputas partidárias e da invasão estrangeira. Durante a primeira metade do século XVI a cidade de Roma elevou-se gradativamente à posição de capital cultural, graças, sobretudo, ao patrocínio da igreja, em particular sob o reinado de Leão X (João de Médicis). Esse resplandecente pontífice era filho de Lourenço, o Magnífico. A influência do pai fora suficiente para fazê-lo nomear cardeal com a idade de catorze anos. Conta-se que ao ser elevado ao trono de S. Pedro, em 1.513, disse: "Vamos gozar o papado uma vez que Deus no-lo deu." E não há dúvida que ele o fez, pois foi um magnífico esbanjador, prodigalizando recompensas a artistas e escritores e financiando a construção de belas igrejas.

As principais formas de literatura cultivadas no Cinquecento foram as poesias épica e bucólica, o drama e a história. O mais eminente dos poetas épicos foi Ludovico Ariosto (1.474-1.533), autor de um longo poema intitulado Orlando Furioso. Embora utilizando, em grande parte, materiais colhidos nos romances de aventuras e nas lendas do ciclo arturiano, essa obra difere radicalmente de toda a épica medieval. Incorporava muita coisa derivada de fontes clássicas, faltava-lhe a qualidade impessoal dos romances medievais e era totalmente destituída de idealismo. Ariosto escreveu para fazer rir os homens e encantá-los com descrições felizes do sereno esplendor da natureza e da ardente beleza do amor. Sua obra representa a desilusão da última etapa da Renascença, a perda da esperança e da fé e a tendência de procurar consolação no prazer estético. O desenvolvimento da

poesia bucólica, nessa época, reflete provavelmente uma atitude similar de desencanto e perda de confiança. Como o próprio nome o sugere, o romance bucólico glorifica a vida simples nos ambientes rústicos e exprime o anseio por uma idade áurea de prazeres não deturpados, livre dos cuidados e das frustrações de uma sociedade urbana artificial. O principal autor desse tipo de literatura na Itália renascentista foi Jacopo Sannazaro (1.458-1.530), que deu à sua principal obra o título de Arcádia.



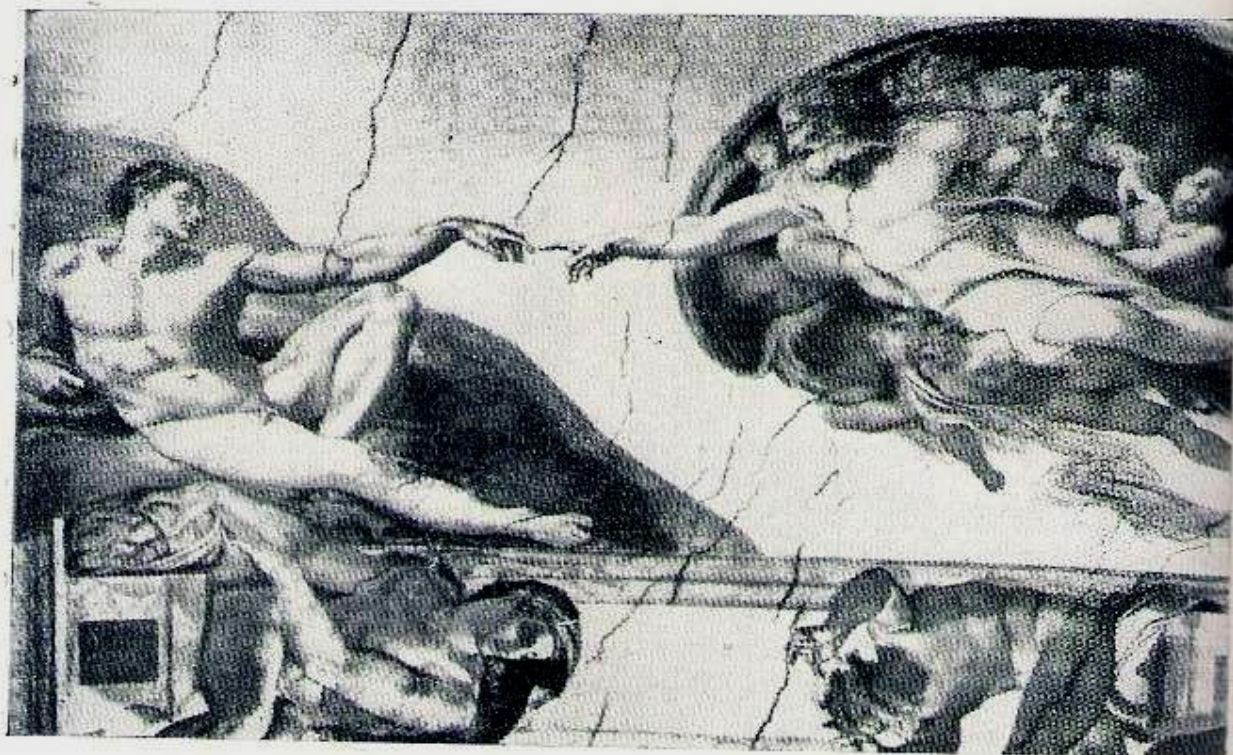
(Em cima à esquerda.) Madonna e Bambino, painel de altar duma igreja de Veneza, por Giovanni Bellini. Este artista combina o sentimento de fé e o humanismo simples com a paixão dos venezianos pela cor e pelo esplendor mundano. (Anderson.)

(Em cima, à direita.) A Virgem das Rochas, de Leonardo da Vinci. Ver p. 407. (Arte Reference Bureau.)



ARTE RENASCENTISTA ITALIANA

Retrato de Ângelo Doni, de Rafael. Embora mais famoso por suas Madonas, os retratos de Rafael o colocam entre os maiores artistas do gênero. (Alinari.)



A criação de Adão, de Miguel Ângelo, um dos afrescos da série famosa do teto da Capela Sixtina em Roma. Ver p. 409. (Metropolitan Museum of Art.)

ARTE DA RENASCENÇA ITALIANA

Retrato de Afonso d'Este, de Ticiano. As notas dominantes são a opulência e a acentuação dum caráter enérgico. Ticiano foi um dos maiores mestres da cor, da forma e da riqueza de textura. (Metropolitan Museum of Art.)



No campo do teatro os italianos jamais alcançaram senão um sucesso mediano. Foi particularmente digno de nota o seu fracasso como autores de tragédias, a despeito de conhecerem bastante bem os modelos clássicos, dos quais poderiam ter tirado proveito. Os italianos, ao que parece, eram demasiado individualistas para se deixarem influenciar profundamente pela concepção grega de um conflito trágico entre o homem e a sociedade e demasiado otimistas para remoer sofrimentos pessoais. O espírito nacional estava voltado antes para as compensações da vida do que para os seus aspectos sinistros e aterradores. O verdadeiro talento do italiano residia na descrição naturalística, no desenvolvimento de temas ligeiros e alegres e na expressão do egotismo pessoal. Era natural, portanto, que as suas melhores obras de teatro fossem comédias, em particular comédias satíricas, e não tragédias. O primeiro e o maior dos comediantes italianos foi um homem que é muito mais conhecido como filósofo político - Nicolau Maquiavel (1.469-1.527). O mais belo produto da sua capacidade dramática foi uma obra intitulada *Mandrágora*, que tem sido qualificada como "a peça mais poderosa e perfeita escrita em língua italiana". Cintilante de espírito lascivo e baseada em incidentes típicos da vida de Florença, a cidade natal do autor, a comédia é uma terrível sátira da sociedade renascentista.

Tanto nessa como nas outras obras que escreveu, Maquiavel revela a sua apreciação cínica da natureza humana. Parece achar todos os seres humanos velhacos e tolos no fundo, com a sua baixeza e estupidez mal encobertas por um tênue verniz de refinamento e cultura. O único comediógrafo restante que merece menção é Pedro Aretino (1.492-1.556), natural de Arezzo, na Toscana. Filho ilegítimo e menosprezado de um homem mundano, Aretino cultivou uma atitude de amarga rebelião e um estilo venenoso que deram força e causticidade às suas obras, mas o trouxeram em apuros constantes. Satirizou todas as instituições da sociedade convencional, muitas vezes na mais grosseira das linguagens. Suas cinco comédias são importantes, sobretudo, por terem dado o exemplo de uma descrição direta da vida como

verdadeiro modelo de literatura dramática. Os historiadores da fase áurea da Renascença italiana mostraram um espírito crítico e um grau de objetividade como não se tinha visto igual desde o fim do mundo antigo. Foi Maquiavel o primeiro deles na ordem cronológica, se bem que não quanto ao valor. Na sua principal obra histórica, que é um relato da evolução da república florentina até a morte de Lourenço de Médicis, Maquiavel excluía rigorosamente todas as interpretações teológicas e procurava descobrir as leis naturais que governam a vida de um povo. Francisco Guicciardini (1.483-1.540), um seu contemporâneo mais moço, é mais científico nos métodos de análise. Tendo sido por muitos anos embaixador de Florença e governador de territórios pontifícios, desfrutava Guicciardini a incomparável vantagem de estar familiarizado com a vida política cínica e tortuosa da sua época. Seus principais dons de historiador são a capacidade da análise minuciosa e realista e uma incrível sutileza em desvendar os móveis ocultos das ações humanas. A obra-prima de Guicciardini é a História da Itália, narração pormenorizada e desapaixonada da sorte mutável desse país, de 1.492 a 1.534. Nenhum estudo dos historiadores renascentistas estaria completo sem a menção de Lourenço Valla (1.406-57), que pode ser considerado com justiça o pai da crítica histórica. Mediante um exame cuidadoso do estilo literário de certos documentos tidos como verídicos, chegou por fim a refutar-lhes a autenticidade. Provou a falsidade da famosa "Doação de Constantino", demolindo desse modo uma das bases principais da supremacia papal, pois esse documento pretendia ser uma outorga dos mais altos poderes espirituais e temporais no Ocidente, feita pelo imperador Constantino ao papa. Além disso, Valla negou que o chamado Credo dos Apóstolos tivesse sido escrito por estes e assinalou numerosas deturpações na Vulgata do Novo Testamento, em confronto com os textos gregos mais antigos. Seus métodos críticos serviram posteriormente para estimular um ataque muito mais extenso dos humanistas do norte às doutrinas e às práticas da igreja organizada.

A despeito da riqueza de obras literárias brilhantes, as mais soberbas realizações da Renascença italiana pertencem ao domínio da arte. Entre todas as artes primou, indubitavelmente, a pintura. A evolução da pintura italiana seguiu uma marcha mais ou menos paralela à da história da literatura. No período inicial do Trecento houve, contudo, apenas um artista notável que merece ser equiparado a Petrarca e Boccaccio na literatura. Seu nome é Giotto (1276-1336). Com ele a pintura alcançou definitivamente a posição de arte independente, apesar de seu mestre Cimabue já ter feito algumas tentativas nesse sentido. Giotto foi predominantemente um naturalista. Ilustrando a sua habilidade em reproduzir a vida na tela, conta-se que a imagem de uma mosca desenhada por ele enganou de tal maneira Cimabue que este tentou enxotar o inseto com a mão. Giotto também revelou um talento acima do comum na representação do movimento, particularmente em afrescos como São Francisco pregando aos pássaros, O massacre dos inocentes e nas suas cenas da vida de Cristo.

Foi, entretanto, só no período do Quattrocento que a pintura italiana atingiu realmente a maioridade. Já então o aumento da riqueza e o triunfo parcial do espírito secular haviam libertado bastante a arte do serviço da religião. A igreja deixara de ser a única protetora dos artistas. Se bem que os assuntos bíblicos fossem comumente utilizados, não raro se misturavam com temas não-religiosos. Tornou-se então popular a pintura de retratos com o intuito de revelar os mistérios ocultos da alma. Ao lado das pinturas que se dirigiam principalmente ao intelecto, outras havia cuja única finalidade era deleitar a vista com a opulência das cores e a beleza das formas. O Quattrocento caracterizou-se também pela introdução da pintura a óleo, provavelmente importada de Flandres. O uso da nova técnica teve, sem dúvida, muito que ver com os progressos artísticos desse período. Já que o óleo não seca tão depressa como a água, o pintor podia agora trabalhar com mais vagar, demorando-se nos detalhes mais difíceis da pintura e fazendo correções, quando necessárias.

A maioria dos pintores do Quattrocento foram florentinos. O primeiro dentre eles foi um jovem precoce, chamado Masaccio. Embora tenha morrido com 27 anos, Masaccio inspirou o trabalho de pintores italianos durante um século inteiro. É em geral considerado o primeiro realista da arte da Renascença. Além disso, introduziu na sua obra um elemento de universalidade que teve profunda influência sobre muitos de seus sucessores. Os seus melhores quadros, A expulsão de Adão e Eva do Paraíso e A moeda do tributo, não representam temas específicos, mas emoções simples, comuns à humanidade de todos os tempos. Masaccio foi também o primeiro a conseguir um êxito notável em dar unidade de ação a grupos de figuras e em criar o efeito da espessura dos objetos por meio da luz e da sombra.

Os mais conhecidos pintores que seguiram diretamente as pegadas de Masaccio foram Fra Lippo Lippi e Botticelli. Como o seu nome indica, Fra Lippo Lippi era membro de uma irmandade religiosa, o que não o impediu de comunicar um interesse intensamente humano às suas obras. Para os seus retratos de santos e madonas escolheu, como modelos, homens e mulheres comuns de Florença. Costumava pintar o Menino Jesus como uma robusta criança que parecia muito capaz de, a qualquer instante, pôr-se a puxar os cabelos da mãe ou explodir numa zanga pouco espiritual. É provável que sua principal contribuição para a pintura tenha sido uma tradição de análise psicológica. Parece ter sido o primeiro a fazer do rosto o espelho da alma. Seu discípulo mais famoso, Sandro Botticelli (1.447-1.510), levou ainda mais longe o método do tratamento psicológico. A despeito de uma sensibilidade pelas coisas da natureza, que o levou a pintar com tanta delicadeza e habilidade o encanto sutil da juventude, os céus de verão e o tenro frescor da primavera, Botticelli tinha, na realidade, um interesse mais profundo pela beleza espiritual da alma. Como outros homens do seu tempo, era fortemente influenciado pelo neo-platonismo e sonhava com uma reconciliação dos pensamentos cristão e pagão. Em consequência disso, muitos dos rostos que pintou revelam uma tristeza pensativa, um anelo místico das coisas divinas. Mas de modo

algum tinham todos os seus trabalhos um fundo religioso. Alegoria da primavera e Nascimento de Vênus baseiam-se inteiramente na mitologia clássica e pouco mais sugerem além de um prazer absorvente no desabrochar da vida e uma saudade romântica das glórias da Grécia e da Roma antigas.

Entre os mais notáveis pintores florentinos conta-se Leonardo da Vinci (1.452-1.519), um dos gênios mais completos e onímodos que já existiram. Não somente foi um pintor talentoso, mas também escultor, músico e arquiteto de capacidade incomum, além de brilhante matemático, cientista e filósofo. Era fruto da união ilícita de um advogado eminente e de uma mulher de condição humilde. Muito moço ainda, foi colocado pelo pai sob a responsabilidade de Verrocchio, escultor e pintor de certo renome e o mais célebre professor florentino de arte. Aos vinte e cinco anos Leonardo já se salientara suficientemente como pintor para merecer a proteção de Lourenço, o Magnífico. Parece, porém, que, ao cabo de cinco ou seis anos começou a sentir-se insatisfeito com as idéias intelectuais e artísticas dos Médicis e aceitou prazerosamente a oferta de um emprego regular na corte dos Sforza, em Milão. Foi sob o patrocínio dos Sforza que produziu algumas das melhores obras de toda a sua vida. A atividade de Leonardo, que se estende dos últimos anos do século XV às primeiras duas décadas do século XVI, assinala o início do período áureo da Renascença italiana.

Como pintor, Leonardo insurgiu-se contra a tradição corrente de imitar os modelos clássicos. Acreditava que toda arte devia basear-se num estudo científico da natureza. Não pretendia, no entanto, limitar o seu interesse às meras aparências superficiais das coisas. Estava convencido de que os segredos da natureza se acham profundamente ocultos e de que o artista precisa examinar a estrutura de uma planta ou penetrar as emoções de uma alma humana com a meticulosa diligência de um anatomista que disseca um cadáver. Parece ter sido especialmente fascinado pelo grotesco e pelo incomum na natureza. Grotas profundas da terra, penedos anfractuosos, plantas e animais raros, embriões e fósseis - tais os fenômenos que adorava estudar, evidentemente na

crença de que este misterioso universo deixa adivinhar melhor os seus segredos no fantástico e no insólito do que nas coisas corriqueiras e banais. Pela mesma razão devotava mais tempo ao estudo de tipos humanos excepcionais, perambulando muitas vezes durante horas inteiras pelas ruas, à procura de um rosto que revelasse a beleza e o terror, a sinceridade e a hipocrisia, da personalidade oculta por trás dele. Em resultado dessa seleção deliberada dos temas, as pinturas de Leonardo têm uma qualidade de realismo que se aparta decididamente do tipo comum. Em geral não pintava os aspectos da natureza como aparecem ao observador casual, mas procurava apresentá-los como símbolos de suas próprias reflexões filosóficas. Foi um dos pintores mais profundamente intelectuais que já existiram.

Admite-se, geralmente, serem as obras-primas de Leonardo da Vinci a Virgem das Rochas, a Última Ceia e Mona Lisa. O primeiro desses quadros é típico não só da sua maravilhosa capacidade técnica, mas também da sua paixão pela ciência e da sua crença no universo como um todo bem ordenado. As figuras formam uma composição geométrica, sendo cada rocha e cada planta representada em minucioso detalhe. A Última Ceia, pintada na parede do refeitório de Santa Maria delle Grazie, em Milão, é um estudo de reações psicológicas. Um Cristo sereno, resignado com o seu terrível destino, acaba de anunciar aos seus discípulos que será traído por um deles. O propósito do artista é retratar o misto de emoções de surpresa, horror e culpa que transparecem nas fisionomias dos discípulos à medida que começam a perceber o sentido da afirmação do mestre. O terceiro dos grandes triunfos de Leonardo, a Mona Lisa, reflete igual interesse pelas variadas nuances da alma humana. Ainda que Mona Lisa seja o retrato de uma mulher de carne e osso, a esposa de um napolitano chamado Francesco del Giocondo, é muito mais que uma mera semelhança fotográfica. Um ilustre crítico de arte e filósofo do século XIX chamou-o um retrato da mulher universal, "uma vida perpétua a incorporar milhares de experiências". Em outras palavras, o famoso semblante de Mona Lisa não é tanto o de uma mulher determinada como o da humanidade feminina. Nele estão

englobados todos os pensamentos e sentimentos, os triunfos e as derrotas, a simpatia e a brutalidade da mulher através de incontáveis séculos. A Mona Lisa também se distingue como concretização suprema da habilidade do artista em pintar os jogos de luz e sombra. Em lugar da antiga técnica que consistia em mostrar uma transição gradual da luz para a obscuridade, Leonardo introduziu o novo método de pontilhar as partes mais escuras com manchinhas de luz e vice-versa. Em muitos quadros seus, isso tinha por efeito circundar os rostos de uma tênue bruma, acentuando-lhes a expressão terna e pensativa. Para ele, o jogo das luzes e sombras era uma manifestação ainda mais significativa da natureza do que a cor e o desenho. A insistência nessa particularidade levou-o a iluminar algumas das figuras de fundo dos seus quadros, ao mesmo tempo que dava a outras uma sugestão de recôndito mistério.

O fim do Quattrocento, ou início do apogeu da Renascença, foi assinalado pelo aparecimento de outra famosa escola de pintura italiana, a chamada escola veneziana. Entre os seus principais representantes contam-se Ticiano (1.477-1576), Giorgione (1.478-1.510) e Tintoreto (1518-1594). Dos três, talvez tenha sido Ticiano o maior. A obra de todos esses homens reflete a vida luxuosa e o amor ao prazer que caracterizavam a próspera cidade comercial de Veneza.

Os pintores venezianos não tinham nenhuma preocupação com os temas filosóficos e psicológicos típicos dos trabalhos da escola florentina. Seu objetivo era interessar antes os sentidos do que o espírito. Deleitavam-se em pintar paisagens idílicas e deslumbrantes sinfonias de cor. Como tema, escolhiam não somente a opulenta beleza do pôr do sol em Veneza e o prateado dos lagos ao luar, mas também o esplendor, criado pelos homens, das jóias cintilantes, cetins e veludos ricamente coloridos e magníficos palácios. Nessa subordinação da forma e do sentido à cor e à elegância, refletiam-se não somente os gostos suntuosos de uma burguesia rica, mas também traços bem definidos de influência oriental, procedentes de Bizâncio, que ali se haviam infiltrado durante a fase final da Idade Média.

Todos os outros grandes pintores do apogeu da Renascença viveram no Cinquecento. Foi nesse período que a evolução da arte alcançou o auge e que surgiram os primeiros sinais de decadência. Roma era, então, quase que o único centro artístico importante da península italiana, se bem que as tradições da escola florentina ainda exercessem poderosa influência. Entre os pintores eminentes desse período, dois há que merecem particularmente a nossa atenção. Um dos mais famosos de todos foi Rafael (1.483-1.520), natural de Urbino, talvez o artista mais popular de toda a Renascença. A perdurável atração do seu estilo se deve antes ao encanto que lhe é próprio, ao seu humanismo simples, do que a qualquer poder do pensamento ou fervor emocional intrínseco. Ainda que Rafael tenha sido um admirador ardente de Leonardo da Vinci e tenha copiado muitas feições técnicas da obra dês se pintor, em geral se manteve fiel aos ideais de doçura e de piedade, herdados dos seus primeiros professores. Tendia a glorificar a forma e a cor em si mesmas e a desprezar o sentido intelectual. Jamais perturbado pelas perplexidades mentais de Leonardo ou pelos tormentos emocionais de Miguel Ângelo, dedicou-se a cultivar um tipo ideal de beleza como um fim em si mesmo e à expressão de sentimentos religiosos. Entre as suas maiores obras contam-se a Escola de Atenas e a Madona Sixtina.

O maior gigante da pintura no Cinquecento foi Miguel Ângelo (1.475-1.564). Assediado pelas agruras da pobreza, importunado por parentes cúpidos e dilacerado pelos conflitos emocionais da sua própria natureza tempestuosa, Miguel Ângelo apresenta-se como uma das mais trágicas figuras da história da arte. Seus negros pressentimentos amiúde aparecem refletidos na obra que lhe saía das mãos, sendo por isso algumas das suas pinturas trabalhadas em excesso e quase morbidamente pessimistas. Não obstante, o sentido de tragédia que dava às cenas descritas não é na verdade pessoal, mas universal. À maneira dos dramaturgos gregos, concebia o destino trágico dos mortais como exterior ao homem, como um produto da ordem cósmica. Se houve tema que dominou toda a obra de Miguel Ângelo, foi o humanismo na sua

forma mais intensa e eloqüente. Considerava como únicos temas legítimos da arte o pathos e a nobreza do homem. Nada significavam para ele as rochas, as árvores e as flores, nem mesmo como fundo. A maior realização de Miguel Ângelo como pintor foi a série de afrescos que pintou no teto da Capela Sixtina e nas paredes acima do altar. Já o simples trabalho material exigido pela realização dessa tarefa era prodigioso. Durante quatro anos e meio mourejou ele no alto de um andaime, em geral com o rosto voltado para cima, cobrindo os 560 metros quadrados de teto com perto de quatrocentas figuras, muitas das quais mediam até três metros de estatura. A série compreende numerosas cenas da grande epopéia da raça humana, de acordo com a lenda cristã. Entre elas estão Deus separando a luz das trevas. Deus criando a terra, A criação de Adão, A queda do homem, O dilúvio etc. A cena culminante é O juízo final, que Miguel Ângelo terminou cerca de trinta anos depois, na parede por trás do altar. Essa cena, por vezes apontada como a mais famosa pintura do mundo, representa um Cristo hercúleo condenando à perdição a grande maioria da humanidade. Ainda que seja cristão o assunto, o espírito é inteiramente pagão, como o deixam ver as figuras nuas e musculosas e a insinuação de uma divindade cruel que pune os homens além do que merecem. Em nenhum outro lugar a concepção que Miguel Ângelo fazia da tragédia universal se acha mais vigorosamente expressa do que nessa obra da sua velhice solitária.

Como já vimos, a escultura medieval não era uma arte independente, mas uma mera auxiliar da arquitetura. Durante a Renascença italiana iniciou-se uma evolução gradativa cujo efeito final foi libertar a escultura dessa servidão e erigi-la em arte autônoma, freqüentemente consagrada a fins seculares. Se bem que a obra de alguns artistas anteriores tivesse influído no rumo dessa evolução, o primeiro grande mestre da escultura renascentista foi Donatello (1.386?-1.466). Emancipou a sua arte dos maneirismos góticos e introduziu uma nota de individualismo mais vigorosa que a de qualquer dos seus predecessores. Sua estátua de Davi erguendo-se triunfante sobre o corpo de Golias

prostrado estabeleceu um precedente de naturalismo e de glorificação do nu que, muitos anos depois, os escultores estavam destinados a seguir. Donatello produziu também a primeira estátua eqüestre monumental em bronze desde os tempos dos romanos, a figura dominadora do condottiere Gattamelata.

Um dos maiores escultores da Itália renascentista, e provavelmente de todos os tempos, foi Miguel Ângelo. Na realidade, o campo artístico preferido por ele era a escultura. Apesar do seu sucesso como pintor, considerava-se desprezado para esse trabalho. Se foi particularmente feliz como escultor é questão discutível, pois quebrou algumas obras em que havia despendido meses de trabalho e imprimiu a outras o mesmo caráter de irremediável pessimismo que marcou grande parte da sua pintura. O propósito dominante que motivou toda a escultura de Miguel Ângelo foi a expressão do pensamento em pedra. Sua arte estava acima de qualquer naturalismo, pois subordinava a natureza à força e ao ímpeto das suas idéias. Outros característicos da sua obra são o uso da deformação para obter efeitos poderosos, a preocupação com os temas de desilusão e de tragédia e a tendência a exprimir suas idéias filosóficas em forma alegórica. A maior parte das obras-primas que produziu destinavam-se a embelezar túmulos, o que está em significativa consonância com o interesse absorvente que demonstrava pela morte, particularmente na velhice. No túmulo do papa Júlio II, que nunca foi terminado, esculpiu as famosas figuras do Escravo acorrentado e de Moisés. O primeiro, que provavelmente é até certo ponto autobiográfico, representa uma força e um talento imensos, reprimidos pelos grilhões do destino. A estátua de Moisés é talvez o principal exemplo, na escultura, do uso que Miguel Ângelo fazia da deformação anatômica para aumentar o efeito de intensidade emocional. Seu propósito evidente é expressar a ira arrebatada do profeta ante a deslealdade dos filhos de Israel para com a fé de seus pais.

Outros exemplos da obra de Miguel Ângelo como artista plástico produzem uma impressão ainda mais profunda. Nos túmulos dos Médicis de Florença executou ele algumas figuras alegóricas que

representam idéias abstratas, como a tristeza e o desespero. Duas delas são conhecidas pelos nomes tradicionais de Aurora e Ocaso. A primeira é a figura de uma mulher voltando a cabeça semi-erguida como alguém que é arrancado de um sono sem sonhos para acordar e sofrer. O Ocaso é a figura de um homem possante que parece sucumbir ao peso da miséria humana que o cerca. Não se sabe se essas figuras alegóricas pretendiam simbolizar os desastres que colheram a república de Florença ou somente exprimir o sentimento pessoal de decepção e derrota do artista. À medida que a vida de Miguel Ângelo se aproximava do fim, tendia ele para introduzir na sua escultura uma qualidade emocional mais exagerada e espetacular. Isto se aplica, sobretudo, à Pietá, que destinava para o seu próprio túmulo. A Pietá é uma estátua da Virgem Maria, cheia de angústia, junto ao corpo de Cristo morto. A figura que se ergue por trás da Virgem é provavelmente a imagem do próprio Miguel Ângelo a contemplar a tragédia brutal que parecia resumir a realidade da vida. Essa interpretação profunda, mas torturada da existência humana trouxe, de maneira talvez muito apropriada, a escultura da Renascença ao seu ponto final.

Muito mais do que a pintura ou a escultura, a arquitetura renascentista tinha as suas raízes no passado. O novo estilo de construção era eclético, uma mescla de elementos derivados da Idade Média e da antiguidade pagã. Não foram, porém, nem o estilo helênico nem o gótico, mas o romano e o românico que forneceram inspiração à arquitetura da Renascença italiana. Nem o grego nem o gótico jamais encontraram campo propício na Itália. O românico, ao contrário, foi capaz de lá florescer, uma vez que condizia mais com as tradições italianas, ao mesmo tempo que a persistência de uma grande admiração pela cultura latina tornava possível uma revivescência do estilo romano. Eis aí por que os grandes arquitetos da Renascença adotaram em suas construções os planos das igrejas e mosteiros românicos e copiaram os motivos decorativos das ruínas da Roma antiga. Resultou daí uma arquitetura baseada na planta baixa cruciforme (transepto e nave) e incorporando os elementos decorativos da coluna e do arco ou da coluna e do dintel, a colunata e freqüentemente a abóbada.

Predominavam as linhas horizontais e, embora muitas dessas construções fossem igrejas, os ideais que expressavam eram os ideais puramente seculares da alegria de viver e do orgulho das realizações humanas. O mais belo exemplo de arquitetura renascentista é a igreja de S. Pedro, em Roma, construída sob o patrocínio dos papas Júlio II e Leão X e projetada pelos mais célebres arquitetos da época: Bramante, Rafael e Miguel Ângelo. Profusamente decorada com suntuosas pinturas e esculturas, é até hoje a igreja mais magnífica do mundo.

III. A filosofia e a ciência da Itália Renascentista

A impressão comum de que a Renascença representa em todos os campos um nítido progresso em relação à Idade Média não corresponde rigorosamente à verdade. Tal não se deu, em especial, no campo da filosofia. Os primeiros filósofos dessa época rejeitaram a escolástica, que dera um lugar de grande relevo ao exercício da razão humana, e chafurdaram num pântano de superstições infantis e puerilidades místicas. Como a escolástica fizera de Aristóteles o seu deus intelectual, a maioria dos primeiros humanistas resolveu voltar a Platão. Os chefes desse movimento foram homens como Gemisto Pléthon (1.355-1450), Marcílio Ficino (1.433-99) e Pico de Mirândola (1.463-94), pertencendo a maioria deles à Academia Platônica, fundada por Cosme de Médicis. Infelizmente, o platonismo desses homens estava longe de ser puro. O grosso da sua filosofia era formado pelos ensinamentos neo-platônicos de Plotino, combinados com vários acréscimos mitológicos que se haviam acumulado através da Idade Média. Os expoentes dessa filosofia seguiam o que acreditavam ser os ensinamentos de Platão com a mesma cegueira crítica de um medieval em sua devoção por Aristóteles. Na verdade, um dos grandes objetivos da Academia era reconciliar o platonismo com o cristianismo, construindo assim uma nova fé em que a veneração do passado pagão igualasse em importância a promessa de uma vida futura. Pico de Mirândola deu um passo mais além e insistiu

numa religião universal composta de platonismo, cristianismo e cabala judaica, esse misto fantástico de magia, numerologia e misticismo que fora elaborado principalmente pelos seguidos de Filon e pelos neo-pitagóricos, desde os tempos pré-cristãos até o fim da Idade Média.

Mas nem todos os humanistas italianos foram admiradores extáticos de Platão. Alguns deles, no zelo de fazer reviver a cultura pagã, pensaram em despertar novamente o interesse por Aristóteles, mas por Aristóteles em si mesmo e não como baluarte do cristianismo. Outros tornaram-se estóicos, epicuristas e céticos. Os filósofos mais originais da Renascença italiana foram Lourenço Valla, Leonardo da Vinci e Nicolau Maquiavel. Já mencionamos as arrojadas e sensacionais aventuras de Lourenço Valla no campo da crítica histórica. Não foi ele menos anti-convencional como filósofo. Declarando-se adepto de Epicuro, reconhecia o prazer tranqüilo como o mais alto bem, condenava o ascetismo como absolutamente vão e sem valor e sustentava que é irracional morrer pela pátria. Conquanto Leonardo da Vinci nada tenha escrito que mereça o nome de tratado de filosofia, ainda assim pode ser considerado como um filósofo no verdadeiro sentido da palavra, por isso que foi um dos primeiros a condenar inequivocamente a confiança na autoridade como fonte de verdade, além de encarecer o emprego do método indutivo. Talvez valha a pena, sobretudo em tempos agitados como os nossos, tomar nota de suas críticas à guerra, que ele chamou "a mais bestial das loucuras". Escreveu que "é coisa infinitamente atroz tirar a vida a um homem" e até recusou divulgar o segredo de uma de suas invenções, temendo que fosse usada por governantes sem escrúpulos para aumentar o barbarismo da guerra.

Nicolau Maquiavel é, sem dúvida, o mais famoso e também o mais infame filósofo político da Renascença italiana. Nenhum homem fez mais do que ele para subverter as doutrinas políticas básicas da Idade Média, em especial as idéias de governo limitado e as bases éticas da política. Confessava francamente sua preferência pelo absolutismo como necessário para consolidar e fortalecer o estado e expressava o mais profundo desprezo pela idéia medieval

de uma lei moral a limitar a autoridade do governante. Para ele o estado era um fim em si mesmo. A suprema obrigação do governante é manter o poder e a segurança do país que governa. Sejam quais forem os meios necessários para capacitá-lo a cumprir essa obrigação, não deve o príncipe hesitar em adotá-los. Nenhuma consideração de justiça, de clemência ou de santidade dos tratados deverá interpor-se no seu caminho. Cínico no modo pelo qual encarava a natureza humana, Maquiavel afirmava que todos os homens são movidos exclusivamente por interesses egoístas, em particular pela ambição de poder pessoal e prosperidade material. Por conseguinte, o chefe de estado nunca deverá fiar-se na lealdade ou na afeição dos seus súditos. Deve supor que todos os homens são potencialmente seus rivais e tratar de lançá-los uns contra os outros, em proveito próprio. Maquiavel também rejeitava a idéia medieval de que uma sociedade estática é a melhor de todas. Afirmava, pelo contrário, que um estado tem de se expandir e desenvolver ou resignar-se a uma ruína certa. Apesar dos vitupérios que lhe têm valido os seus ensinamentos imorais, Maquiavel continua sendo um vulto importante na história da teoria política. Não somente o divórcio por ele estabelecido entre a política e a ética, mas também a sugestão de uma lei positiva criada pelo estado e mantida pela força física, ao invés de uma lei natural, são credenciais para qualificá-lo como o verdadeiro fundador das modernas concepções de governo. Notabiliza-se ainda por ter sido o primeiro realista importante em teoria política, desde os tempos de Políbio. Descrevia o estado, não de acordo com algum elevado ideal, mas como na realidade era em seu tempo. É apenas deplorável que as partes essenciais dessa descrição tenham desde então servido de base às práticas da maioria dos governantes.

A mentalidade estreita dos primeiros humanistas da Itália não somente retardou o progresso da filosofia, mas também embaraçou o avanço da ciência. Esses homens, como vimos, não tinham espírito crítico; aceitavam a autoridade dos neo-platônicos com uma credulidade digna da Idade das Trevas. Além disso, o seu interesse se concentrava na arte e na literatura, não na

ciência. Indubitavelmente, essa atitude pode ser atribuída em parte ao fato de que os chefes da Renascença, durante certo tempo, só tiveram um conhecimento limitado das realizações culturais gregas. O reflorescimento pagão, nos seus inícios, foi acima de tudo um reflorescimento da antiguidade latina; e o leitor deve lembrar-se de que as contribuições dos romanos para a ciência foram extremamente escassas e medíocres. Mas, a despeito da influência desfavorável do humanismo inicial, a Itália se tornou no século XV o mais importante centro de descobrimentos científicos da Europa renascentista. De todas as partes do continente vinham homens para estudar nas suas universidades e tirar proveito das pesquisas dos seus sábios eminentes. Foi na Itália que se assentaram os alicerces de quase todos os descobrimentos importantes dos séculos XV e XVI. Isso ocorreu, em particular, nos campos da astronomia, da matemática, da física e da medicina.

O grande feito da astronomia foi o revivescimento e a comprovação da teoria heliocêntrica. Contrariamente à opinião popular, essa conquista não resultou do trabalho de um só homem, mas de vários. Devemos estar lembrados de que a idéia do sol como centro do nosso universo tinha sido concebido originalmente pelo astrônomo helenístico Aristarco, no século III antes da era cristã. Cerca de quatrocentos anos depois, no entanto, a teoria de Aristarco fora suplantada pela explicação geocêntrica de Ptolomeu. Por mais de doze séculos, a teoria de Ptolomeu foi a conclusão universalmente aceita acerca da natureza do mundo físico. Os romanos parecem nunca tê-la posto em dúvida e os filósofos sarracenos e escolásticos adotaram-na como dogma fundamental. Foi, pela primeira vez, abertamente atacada em meados do século XV por Nicolau de Cusa, que negou fosse a terra o centro do universo. Logo depois, Leonardo da Vinci ensinou que a terra gira em torno do seu eixo e negou a realidade das revoluções aparentes do sol. Em 1496 o polonês hoje famoso, Nicolau Copérnico, foi à Itália para completar os seus estudos de direito civil e canônico. Freqüentou durante dez anos as universidades de Bolonha, Pádua e Ferrara, acrescentando ao seu curso de direito os de matemática e medicina. Passou também a se interessar pela

astronomia e trabalhou durante alguns anos com os principais professores dessa ciência. Voltando à Polônia, organizou um observatório particular e passou muitas noites em claro, a estudar os céus. Como não tinha telescópio, só podia fazer algumas observações com instrumentos grosseiros que inventara para medir a altura e a posição do sol e de algumas estrelas. Sua conclusão de que os planetas giram em torno do sol baseou-se principalmente em cálculos matemáticos e em sugestões recebidas de cientistas italianos, ou colhidas nas obras dos astrônomos antigos. Temendo a hostilidade da igreja, não publicou os resultados dos seus trabalhos senão em 1543. As provas tipográficas desse livro, cujo título era sobre as revoluções das esferas celestes, foram-lhe apresentadas em seu leito de morte.

A mais importante prova astronômica da teoria heliocêntrica foi fornecida pelo maior dos cientistas italianos, Galileu Galilei (1564-1642). Com um telescópio que aperfeiçoou até alcançar um poder amplificador de 30 vezes, descobriu os satélites de Júpiter, os anéis de Saturno e as manchas do sol. Pôde, do mesmo modo, estabelecer que a Via-Láctea é uma aglomeração de corpos celestes independentes do nosso sistema solar e fazer uma idéia das enormes distâncias das estrelas fixas. Embora muitos se voltassem contra eles, esses descobrimentos de Galileu aos poucos convenceram a maioria dos cientistas de que era verdadeira a principal conclusão de Copérnico. O triunfo final da idéia costuma ser chamado Revolução Copernicana. Poucos acontecimentos de maior significação se têm verificado na história intelectual do mundo, pois ele subverteu a concepção medieval do universo e preparou o caminho para as idéias modernas do mecanicismo, do ceticismo e do tempo e do espaço como grandezas infinitas. Infelizmente, contribuiu também para o declínio do humanismo e a degradação do homem, visto que o arredava da sua posição majestática de centro do universo, reduzindo-o a um mero grão de pó na máquina cósmica infinita.

Entre os físicos da Renascença, estão em primeiro plano Leonardo da Vinci e Galileu. Mesmo na hipótese de que Leonardo tivesse fracassado completamente como pintor, suas contribuições para a

ciência lhe dariam direito a uma fama eterna. Entre elas, sobressaem as que se relacionam com o campo da física. As suas pesquisas no setor da hidráulica e da hidrostática foram muito além de tudo quanto até então se havia tentado. A conclusão formulada por ele, de que "todo peso tende a cair em direção ao centro pelo caminho mais curto", continha o núcleo da lei da gravitação. Além das suas conquistas no campo da ciência pura, estabeleceu os princípios de uma variedade impressionante de invenções, inclusive um barco mergulhador, uma máquina a vapor, um carro de guerra blindado e uma serra para cortar mármore. Galileu é famoso, sobretudo, como físico, devido à sua lei da queda dos corpos. Considerando com ceticismo a teoria tradicional de que os corpos caíam com uma velocidade diretamente proporcional ao seu peso, demonstrou, mediante experiências realizadas na torre inclinada de Pisa, que a distância percorrida na queda aumenta na proporção do quadrado do tempo levado a percorrê-la. Rejeitando as idéias escolásticas do peso e da leveza absolutas, mostrou serem "esses termos puramente relativos, pois todos os corpos têm peso, mesmo aqueles que, como o ar, são invisíveis; no vácuo, todos os objetos cairiam com velocidade igual. Ainda muito moço, fora levado pela observação do oscilar de uma lâmpada, na catedral de Pisa, ao descobrimento do importante princípio do isocronismo do pêndulo. Galileu parece ter tido uma concepção mais ampla da gravitação universal do que Leonardo da Vinci, pois percebeu que a força que mantém a lua nas vizinhanças da terra e faz com que os satélites de Júpiter girem em redor desse planeta é, na essência, a mesma força que faz com que a terra atraia os corpos para a sua superfície. Nunca, no entanto, formulou esse princípio como lei nem deduziu todas as suas conseqüências, como faria Newton cerca de cinqüenta anos depois.

Também é admirável o quadro das conquistas italianas no campo das ciências relacionadas com a medicina. Já no século XIV um médico chamado Mundinus havia introduzido a prática da dissecação na Universidade de Bolonha, considerando-a como a única fonte legítima de conhecimento anatômico. Algum tempo

depois Falópio descobriu os ovidutos humanos, ou trompas de Falópio, e Eustáquio descreveu a anatomia dos dentes, tornando a descobrir o tubo que tem o seu nome e que faz comunicar o ouvido médio com a garganta. Alguns médicos italianos ofereceram contribuições valiosas para o conhecimento da circulação do sangue. Um deles descreveu as válvulas do coração, a artéria pulmonar e a aorta, enquanto outro localizou as válvulas das veias. Ainda mais importante foi o trabalho de alguns estrangeiros que viveram e ensinaram na Itália. André Vesálio, natural de Bruxelas, deu a conhecer a primeira investigação minuciosa do corpo humano, baseada na investigação direta. Como resultado das numerosas dissecações que efetuou, pôde corrigir muitas superstições antigas, inclusive uma sobre a existência de certo osso incorruptível, que passava por ser o núcleo em torno do qual se processaria a ressurreição do corpo. Vesálio é geralmente considerado o pai da anatomia moderna. Dois outros médicos de nacionalidade estrangeira muito deveram ao progresso da medicina na Itália; são eles o espanhol Miguel Servet (1.511-53) e o inglês William Harvey (1.578-1657). Servet descobriu a pequena circulação, ou circulação pulmonar, do sangue. No seu trabalho intitulado Erros relativos à Trindade (seu maior interesse era a teologia, mas praticava a medicina para viver), descreve como o sangue deixa o ventrículo esquerdo do coração, é levado aos pulmões para ser purificado e depois volta ao coração, sendo distribuído por este órgão a todas as partes do organismo. Não tinha, porém, a menor idéia da volta do sangue ao coração pelas veias. Coube a William Harvey, que estudara sob a direção dos médicos italianos em Pádua, completar esse descobrimento. Fê-lo depois do seu regresso à Inglaterra, cerca de 1.610. Na sua Dissertação sobre o movimento do coração, mostrou que uma artéria amarrada por uma ligadura se enche de sangue na parte voltada para o coração, enquanto a parte contrária se esvazia, e que efeitos exatamente opostos se verificam quando a ligadura é feita numa veia. Por meio desses experimentos chegou à conclusão de que o sangue circula constantemente do coração para todas as partes do corpo e destas para aquele.

3. O DECLÍNIO DA RENASCENÇA ITALIANA

Logo depois de 1.550 a Renascença na Itália chegou ao seu termo, depois de dois séculos e meio de uma história gloriosa. Estão muito longe de ser bem claras as causas desse desaparecimento um tanto repentino. Talvez possamos colocar em primeiro lugar na lista a perda da supremacia econômica. Parece fora de dúvida que a brilhante cultura das cidades italianas tenha repousado largamente num fundo de prosperidade econômica, resultante do monopólio comercial italiano com o Oriente Próximo, depois da queda dos impérios muçulmano e bizantino. O descobrimento do Novo Mundo, no fim do século XV, levou os centros de comércio a se mudarem rapidamente da área mediterrânea para a costa do Atlântico. Em consequência disso esgotou-se a seiva da cultura italiana. Entre as outras causas do declínio podem ser mencionadas a reforma católica e a instabilidade política. Serão discutidos no próximo capítulo os efeitos da primeira delas como instigadora do fanatismo e da intolerância. A instabilidade da vida política italiana nasceu do desenfreado individualismo reinante e do ciúme entre os pequenos estados. A maioria das repúblicas-cidades eram governadas por déspotas que às vezes se mantinham no poder graças a processos dignos dos gangsters modernos. Embora esses governantes possuíssem notável capacidade, não raro acontecia passar sua autoridade a herdeiros fracos e incompetentes. Como exemplo, podemos citar o caso de Lourenço o Magnífico, cuja morte, em 1.492, foi seguida pela ascensão, como ditador de Florença, de seu encantador, mas incrivelmente estúpido filho Pedro.

Talvez possa ser apontada uma outra causa da decadência da cultura renascentista italiana na persistência da ignorância e da superstição nos meios populares. Embora fosse possível aos homens de condição humilde alçarem-se ao círculo mágico do gênio intelectual e artístico, poucos, na verdade, chegaram a fazê-lo e mesmo esses tendiam geralmente a desprezar a massa que

tinham deixado para trás. Sem um sistema de educação universal, era inevitável que permanecesse ignorante a grande massa do povo. Sob a magnífica estrutura da arte e do conhecimento italianos ardiam as brasas da superstição, prontas a estalar em chamas ao sopro do primeiro fanático. Talvez seja esta a verdadeira explicação da famosa questão Savonarola. Jerônimo Savonarola nasceu em Ferrara, em 1.452, sendo filho de um perdulário sem profissão. Embora vivesse numa cidade alegre e mundana, sua primeira educação, dirigida pela mãe e pelo avô, parece ter sido principalmente religiosa. Aos 19 anos enamorou-se apaixonadamente da filha de um vizinho aristocrata. A moça o repeliu com desprezo e logo depois ele resolveu renunciar ao mundo e entrar para o mosteiro dominicano de Bolonha. Em 1.482 foi transferido para Florença, onde estava no auge do poder Lourenço o Magnífico. Quanto mais tempo Savonarola permanecia em Florença, tanto mais se assombrava com a frivolidade e o paganismo que via em torno de si. Dentro de dois ou três anos começou a pregar no jardim do convento e nas igrejas da cidade, infundindo no coração de seus ouvintes o temor do castigo que os atingiria se eles não renunciassem ao pecado. Sua ardente eloquência e sua aparência ascética e impressionante atraíam grandes massas de povo atemorizado. Em 1.494, seu poder sobre a multidão alcançara tais proporções que se tornou virtualmente o ditador de Florença. E então, durante quatro longos anos, a alegre metrópole toscana foi submetida a um governo puritano que sobrepujava em austeridade a qualquer outro conhecido na Itália desde os dias de Gregório Magno. Devotava-se metade do ano à abstinência da quaresma e o próprio casamento era desaconselhado. Os cidadãos recebiam ordem de entregar seus artigos de luxo assim como os livros e pinturas considerados imorais; todas essas obras do demônio eram queimadas em praça pública, na célebre "feira das vaidades". Mas um belo dia o povo cansou-se do governo do macilento monge, seus inimigos conspiraram contra ele e, em 1.498, a instâncias do Papa e sob falsas acusações de heresia, foi condenado à morte. Embora o caso Savonarola não constitua em si mesmo uma causa primordial

do declínio da civilização renascentista, é importante como indício da difusão desigual dos conhecimentos e, conseqüentemente, dos frouxos alicerces sobre os quais se construía tal civilização.

Capítulo 16

A expansão da Renascença

ERA INEVITÁVEL que um movimento tão vigoroso quanto a Renascença italiana se expandisse por outros países. Durante anos houvera uma procissão contínua de estudantes vindos da Europa setentrional para a Itália, a fim de se aquecer ao aprazível clima intelectual de Florença, Milão e Roma. Além disso, as mudanças econômicas e sociais no norte e no ocidente da Europa haviam seguido, por algum tempo, um caminho mais ou menos paralelo às da Itália. Por todas as partes o feudalismo estava sendo suplantado por uma economia capitalista e um novo individualismo sobrepunha-se à estrutura corporativa da sociedade abençoada pela igreja na Idade Média. Interesses comuns, econômicos e sociais, favoreceram o desenvolvimento de uma cultura semelhante. Não se deve supor, entretanto, que a Renascença no norte e no ocidente da Europa tenha sido exatamente a mesma que no sul. Os italianos e os teutônicos diferiam de maneira marcada no temperamento e nas raízes históricas. Os italianos, alegres, descuidados e despidos de rigidez moral, inclinavam-se a procurar na arte e na literatura o meio mais propício para a expressão de seus sentimentos. Além disso, eram herdeiros das tradições clássicas que ainda mais alimentavam os seus interesses estéticos. Por outro lado, o europeu setentrional, devido à luta mais árdua pela existência, tendia para objetivos mais sérios e práticos. Inclinava-se a encarar os problemas da vida de um ângulo moral ou religioso: tudo era questão de bem ou de mal, a nada se atribuía valor só por ser belo. Como resultado dessas diferenças, a Renascença da Europa setentrional foi um movimento muito menos nitidamente artístico do que a Renascença do sul. Ainda que a pintura tenha florescido nos Países-Baixos, em outros lugares teve um desenvolvimento limitado e a escultura foi totalmente descuidada. Os esforços principais dos povos setentrionais limitavam-se à literatura e à filosofia, muito amiúde com objetivos religiosos e práticos. Além

disso, o humanismo do norte não seguiu seu predecessor italiano pelos caminhos floridos do paganismo, mas em geral permaneceu leal à fé cristã, por mais severamente que criticasse a igreja organizada.

A história política dos países do norte e do ocidente da Europa na época renascentista revela traços algo semelhante aos verificados na Itália. Houve a mesma transição de um regime feudal descentralizado e fraco para um governo absoluto de príncipes despóticos. Ocorreu também a extinção do poder político das corporações e a absorção de suas prerrogativas de soberania pelo estado. A diferença principal pode ser encontrada no fato de que muitos estados fora da Itália começavam a assumir o caráter de unidades nacionais. Cada um deles ocupava um território de tamanho considerável e compreendia uma população ligada por certos laços de língua e uma vaga consciência de sua unidade como povo. Mas, na maior parte, esses grandes organismos políticos eram criação de monarcas ambiciosos que tinham eliminado o poder dos nobres locais e conglobaram os diminutos principados destes em imensos impérios dinásticos. Na Inglaterra esse processo foi favorecido pela chamada Guerra das Rosas, uma série de lutas sangrentas que se iniciou mais ou menos em 1.455, entre facções de barões rivais. Foram tantos os nobres mortos nessas guerras e tão profundo foi o descontentamento causado por tão longo período de desordem, que a dinastia dos Tudors, fundada por Henrique VII em 1.485, logo se tornou capaz de esmagar por completo os remanescentes do poder feudal. Os vultos mais famosos dessa dinastia foram Henrique VIII e a rainha Elisabet; podem ambos ser considerados como os verdadeiros fundadores do governo despótico na Inglaterra, com o apoio da classe média, que desejava maior proteção de seus interesses comerciais do que lhes podia dar o regime feudal.

No caso da França, foi também uma guerra que levou à instalação de um estado consolidado, mas essa guerra representava uma contenda antes internacional que interna. Foi a Guerra dos Cem Anos (1.337-1.453) a luta que proporcionou aos reis franceses a oportunidade de exterminar a soberania feudal. Em resultado

desse conflito, cujo objetivo inicial fora expulsar os ingleses da França e quebrar sua aliança comercial com as cidades flamengas, nasceu no povo francês uma consciência nacional, foram desacreditados os nobres que haviam obedecido às suas próprias ambições egoísticas e a monarquia valorizou-se por ter salvo o país da ruína. No espaço de trinta anos o astuto e inescrupuloso Luís XI (1.461-83) estendeu o domínio real a toda a França, com exceção de Flandres e da Bretanha. Sua política preparou o caminho para o governo absoluto dos Bourbons. Por volta dos fins do século XV ainda um outro país importante da Europa ocidental começou a surgir como estado nacional. Esse país foi a Espanha, unida em parte pelo casamento de Fernando de Aragão com Isabel de Castela, em 1.469, e também pelas exigências de uma longa guerra contra os mouros. Sob Filipe II (1.556-98) a Espanha alcançou um lugar de primeira plana entre os governos europeus. Além da Itália, a Alemanha foi o único país importante que na época da Renascença não se transformou em estado consolidado. Embora na verdade se consolidasse a autoridade política em alguns dos reinos alemães, o país como um todo continuou a ser uma simples parte do Santo Império, então sob a chefia dos monarcas da casa de Habsburgo, da Áustria. A soberania desses imperadores era uma mera ficção, principalmente porque durante a Idade Média tinham desperdiçado as energias numa vã tentativa de estender seu domínio à Itália, possibilitando assim aos duques alemães garantirem-se no poder.

1. A RENASCENÇA INTELECTUAL E ARTÍSTICA NA ALEMANHA

Um dos primeiros países a receber em cheio a influência do movimento humanístico italiano foi a Alemanha. Deveu-se isso não só à proximidade dos dois países, mas também à migração em larga escala dos estudantes alemães para as universidades italianas. A influência desse humanismo teve, porém, pequena duração e seus frutos foram de certo modo escassos e medíocres.

Não se pode dizer quais teriam sido os resultados se a Alemanha não fosse tão cedo lançada ao torvelinho da luta religiosa. A verdade, no entanto, é que a Revolução Protestante excitou o ódio e a intolerância, inimigos inevitáveis do ideal humanístico. Valorizou-se então a fé e a intolerância, ao passo que tudo que se assemelhasse ao culto do homem ou à reverência pela antiguidade pagã era considerado obra do demônio.

É quase impossível fixar uma data para o início da Renascença alemã. Em algumas cidades prósperas do sul, como Augsburgo, Nuremberg, Munique e Viena, houve vigoroso movimento humanístico importado da Itália desde 1.450. No começo do século XVI esse movimento enraizou-se firmemente nos meios universitários, especialmente nas cidades de Heidelberg, Erfurt e Colônia. Seus representantes mais notáveis são Ulrich von Hutten (1.488-1.523) e Crotus Rubianus (1.480-1.539). Ambos se interessavam mais pelas possibilidades do humanismo como expressão de protesto religioso e político do que pelos seus aspectos literários. Von Hutten, especialmente, usou de seus dotes de escritor para satirizar o mundanismo e a cobiça do clero e para proferir tremendas diatribes em defesa do povo alemão contra seus inimigos. Ele próprio era um rebelde, encolerizado contra quase todas as instituições da ordem estabelecida. A principal credencial de Von Hutten e de Rubianus para a celebridade é a autoria da obra intitulada Cartas de Homens Obscuros, uma das sátiras mais espirituosas que se pode encontrar na história da literatura. As circunstâncias em que essa obra foi escrita são tão prodigiosamente típicas das que ocorrem com frequência na evolução das nações, que merecem um relato. Um douto humanista da Universidade de Heidelberg, chamado Johann Reuchlin, alimentava um entusiasmo apaixonado pelo estudo das obras hebraicas. Por criticar certas interpretações teológicas do Antigo Testamento foi selvagememente atacado pelos fanáticos cristãos e, por fim, arrastado ante o inquisidor geral da igreja católica na Alemanha. Numerosos panfletos foram publicados por ambas as facções da contenda e a questão logo se dividiu entre a liberdade e a tolerância de um lado e, de outro, o autoritarismo e a

corolice. Quando ficou claro que os argumentos racionais nada estavam conseguindo, os amigos de Reuchlin resolveram fazer uso do ridículo. Rubianus e von Hutten publicaram uma série de cartas supostamente escritas por alguns adversários de Reuchlin, com assinaturas ridículas como Ziegenmelker (ordenhador de cabras), Honiglecker (papa-mel) e Mistlader (carregador de esterco). Heinrich Chafmaul (boca de carneiro), pretense autor de uma das cartas, confessava-se apavorado com a possibilidade de ter pecado mortalmente por comer na sexta-feira um ovo que continha um pinto. O autor de outra dessas cartas jactava-se da brilhante "descoberta" de que Júlio César não poderia ter escrito os Comentários das guerras gaulesas, pois estivera demais ocupado com suas operações militares, até mesmo para ter aprendido a língua latina. É impossível dizer até que ponto essas cartas lograram solapar a influência da hierarquia católica na Alemanha; de qualquer modo o efeito foi considerável, pois gozaram de ampla circulação.

A Renascença alemã na arte limitou-se à pintura e à gravura, representadas principalmente pelos trabalhos de Albrecht Dürer (1.471-1.528) e Hans Holbein (1.497-1.543). Ambos esses artistas sofreram profunda influência das tradições italianas, ainda que se note na sua obra uma boa dose do sombrio realismo do espírito alemão. As mais famosas pinturas de Dürer são: A adoração dos Magos, Os quatro Apóstolos e Cristo crucificado. O último é um estudo de trágico desespero. Mostra o corpo do pálido galileu estendido sobre a cruz, tendo como fundo um céu negro e sinistro. O bruxuleio de luz no horizonte não faz mais que acrescentar ao efeito sombrio da cena. Certas gravuras mais conhecidas de Dürer também possuem os mesmos característicos. A sua Melancolia representa a figura de uma mulher com asas muito pequenas para poder voar, meditando desesperançada sobre os problemas da vida, que parecem desafiar todas as soluções. Na sua mão está um compasso e, espalhados pelo chão, outros instrumentos com os quais o homem tem esperado controlar a natureza. Hans Holbein, o outro grande artista da Renascença alemã, ficou célebre principalmente por seus retratos e desenhos. Os retratos que fez

de Erasmo, de Henrique VIII, de Jane Seymour e de Ana de Cleves contam-se entre os mais famosos do mundo. Exemplo de seus desenhos é o chamado Cristo na sepultura. Representa o corpo do Filho de Deus com olhos saltados e boca entreaberta, tão abandonado na morte quanto o cadáver de um criminoso comum. Provavelmente o objetivo do artista foi expressar a extrema degradação que o Salvador sofreu pela redenção do homem. No fim da vida, Holbein desenhou também muitos quadros religiosos, satirizando os abusos da igreja católica que passavam por ser a principal justificação da Revolução Protestante. Foi um dos muito poucos artistas de vulto a dedicar seu talento à causa protestante. O único alemão que, durante o período da Renascença, contribuiu de modo significativo para a ciência foi Johann Kepler (1.571-1.630). Sendo adepto ardente dos ensinamentos de Copérnico, aperfeiçoou a teoria do notável polonês provando que os planetas se movem numa órbita elíptica e não circular em torno do sol. Pode-se por isso dizer que destruiu o último vestígio importante da astronomia de Ptolomeu, que afirmava estarem os planetas engastados em perfeitas esferas cristalinas. Além disso, as leis do movimento planetário formuladas por Kepler foram de enorme valor por ter inspirado a Newton o famoso princípio da gravitação universal. Há ainda outro cientista de nacionalidade alemã cujo trabalho pode, com propriedade, ser discutido neste ponto, embora tenha nascido nas vizinhanças de Zurique, mais ou menos no fim do século XV. O nome desse homem é Theophrastus von Hohenheim, mas ele preferiu ser conhecido como Paracelso, sugerindo com isso que se julgava superior a Celso, o grande médico romano. Embora muitas referências dêem Paracelso como um charlatão e impostor, na realidade não está provado que ele o fosse.

Ao menos mostrou-se bastante capaz como clínico para ser nomeado, em 1527, professor de medicina na Universidade de Basileia e médico da cidade. Ademais, cabe-lhe o mérito especial de ter recorrido diretamente à experiência para o conhecimento das moléstias e sua cura. Em lugar de seguir os ensinamentos dos autores antigos, fez extensas viagens, estudando casos de

doenças em vários meios e experimentando inúmeras drogas. Negava que fosse função do químico procurar a pedra filosofal e insistia na íntima correlação da química e da medicina. Sua contribuição específica mais importante talvez tenha sido o descobrimento da relação entre o cretinismo dos filhos e o bócio dos pais.

2. A RENASCENÇA CULTURAL NOS PAÍSES-BAIXOS

A despeito do fato de não se libertarem os Países-Baixos da dominação estrangeira até o século XVII, constituíram, não obstante, um dos mais esplêndidos centros de renascimento cultural fora da Itália. Pode-se encontrar a explicação disso na riqueza das cidades holandesas e flamengas e nas importantes ligações comerciais com a Europa meridional. Já em 1.450 haviam ocorrido nos Países-Baixos importantes progressos artísticos, inclusive o desenvolvimento da pintura a óleo. Foi ali também que se imprimiram alguns dos primeiros livros. Embora na verdade não tenha tido a Renascença nessa região um alcance mais alto do que em outras partes da Europa setentrional, suas realizações, em conjunto, revestem-se de um brilho excepcional.

A história da literatura e da filosofia renascentista nos Países-Baixos começa e acaba com Desidério Erasmo, aclamado universalmente como o Príncipe dos Humanistas. Erasmo era filho de um padre e de uma criada e nasceu perto de Rotterdam, provavelmente em 1.466. Em sua primeira educação foi favorecido com a excelente instrução ministrada na escola dos "Irmãos da Vida Comum", em Deventer; após a morte dos pais, seus tutores o colocaram num mosteiro agostiniano. Aí o pequeno Erasmo encontrou pouca religião e nenhuma instrução sistemática, mas gozou de bastante liberdade para ler o que quisesse. Devorou todos os clássicos que pôde ter à mão e as obras de muitos dos Padres da Igreja. Quando contava mais ou menos 30 anos, obteve permissão para deixar o mosteiro e matricular-se na Universidade

de Paris, onde completou o curso e obteve o grau de bacharel em teologia. Erasmo, porém, nunca exerceu as funções ativas do sacerdócio, preferindo em lugar disso ganhar a vida ensinando e escrevendo. Pela continua leitura dos clássicos elaborou um estilo latino não notável pela finura e delicadeza, que tudo quanto escrevia era lido por um vasto público. Mas o amor de Erasmo pelos clássicos não nascera de um interesse pedante. Admirava-os porque eles tinham sido a expressão dos verdadeiros ideais de naturalismo, tolerância e humanitarismo que ocupavam lugar tão alto em seu próprio espírito. Estava pronto a acreditar que pagãos como Cícero e Sócrates mereciam muito mais o título de santos do que muitos cristãos canonizados pelo Papa por causa de milagres fortalecedores da fé dos crédulos. Em 1536 Erasmo morreu em Basileia, depois de uma existência longa e dedicada sem vacilações à defesa do estudo, dos altos padrões de gosto literário e da vida racional. Muito acertadamente, é considerado como o homem mais civilizado de sua época.

Como filósofo do humanismo, Erasmo foi a encarnação dos mais altos ideais da Renascença nos países setentrionais. Convencido da inata bondade do homem, acreditava que toda a miséria e injustiça possivelmente desapareceria se fosse permitido à pura luz da razão penetrar nas escuras cavernas da ignorância, da superstição e do ódio. Não sendo de modo algum um fanático, pregava uma atitude liberal, razoável e conciliatória em lugar da feroz intolerância ante o mal. Repugnava-lhe a violência e a paixão da guerra, fosse entre sistemas, classes ou nações. Grande parte de seus ensinamentos e escritos era dedicada à causa da reforma religiosa. Embora chocado com o estúpido cerimonialismo, dogmatismo e superstição da igreja católica, dominantes no seu tempo, não se coadunava com seu temperamento levantar uma cruzada contra eles. Procurava, sobretudo, por meio da ironia suave e ocasionalmente pela sátira feri na, expor o irracionalismo em todas as suas formas e propagar uma religião humanista de piedade simples e conduta nobre, baseada no que chamava "filosofia de Cristo". Ainda que a sua crítica à fé católica tenha contribuído muito para apressar a Revolução Protestante, recuou

desgostoso ante o fanatismo dos luteranos. Não teve também muita simpatia pela revivescência científica do seu tempo. Como a maioria dos humanistas, acreditava que dar demasiada importância à ciência seria incrementar um grosseiro materialismo e afastar o interesse dos homens da influência nobilitante da literatura e da filosofia. As principais obras de Erasmo são: O elogio da loucura, no qual ele satiriza a pedantaria e o dogmatismo dos teólogos e a ignorância e credulidade das massas; Colóquios familiares, e o Manual do cavaleiro cristão, no qual condena o cristianismo eclesiástico e se bate pela volta aos ensinamentos simples de Jesus, "que nada mais nos ordenou senão o amor ao próximo". Numa obra menos famosa, intitulada A lamentação da Paz, exprime o horror à guerra e o desprezo pelos príncipes despóticos.

A Renascença artística dos Países-Baixos limitou-se quase que exclusivamente à pintura; nesse campo sobressaem as realizações da escola flamenga. A pintura flamenga tem como razão, e não das menores, de sua excelência, o ser uma arte autóctone. Ali não houve influências clássicas, nenhuma estátua antiga a ser imitada e nenhuma tradição viva das culturas bizantina e sarracena. Até relativamente bem tarde, mesmo a influência italiana foi de pequena monta. A pintura de Flandres era, antes, o produto espontâneo de uma sociedade urbana viril e próspera, dominada por mercadores ambiciosos e interessados na arte como um símbolo de seus gostos luxuosos. O trabalho de quase todos os principais pintores - os van Eycks, Hans Memling e Roger van der Weyden - mostram essa inclinação para pintar as virtudes sólidas e respeitáveis de seus clientes. Distinguem-se também pelo seu poderoso realismo, por uma atenção infatigável aos detalhes da vida quotidiana, por um colorido brilhante e por uma piedade profunda e sem crítica. Hubert e Jan van Eyck salientaram-se pela sua Adoração do Cordeiro, um painel de altar pintado para uma igreja de Gand, logo depois do início do século XV. Considerada por alguns críticos como a obra mais insigne da escola flamenga, representa uma profundidade de sentimento religioso e um fundo de experiência comum não encontrados na

arte italiana. Foi o primeiro grande trabalho da Renascença executado com a nova técnica da pintura a óleo, processo que se acredita ter sido inventado pelos van Eycks. Hans Memling e Roger van der Weyden, os outros dois pintores flamengos do século XV, são famosos, respectivamente, pelo naturalismo e pela expressão de intensidade emocional. Mais ou menos uma centena de anos depois apareceu Peter Breughel, o artista setentrional mais independente e mais dotado de consciência social. Deixando de lado as tradições religiosas e burguesas dos seus predecessores, Breughel preferiu pintar a vida do homem comum. Gostava de pintar os prazeres violentos da gente do povo nas festas de casamento e nas feiras de aldeia ou ilustrar provérbios com cenas tiradas da vida da gente humilde, rente com a terra. Conquanto fosse suficientemente realista para nunca idealizar os personagens que apresentava, sua atitude em relação a eles era nitidamente simpática. Empregou também o seu talento em condenar a tirania do regime espanhol nos Países-Baixos. Um de seus quadros O Massacre dos Inocentes descreve o assassinio de mulheres e crianças pelos soldados espanhóis. Raramente a grande arte tem sido usada com tanta eficácia como arma de protesto político.

3. A RENASCENÇA FRANCESA

A despeito dos fortes interesses artísticos do povo francês, demonstrado pela perfeição da sua arquitetura gótica na Idade Média, foram relativamente de pequena importância as realizações dos artistas desse país na época da Renascença. Houve um pequeno progresso na escultura e um modesto avanço na arquitetura. Foi nesse tempo que se construiu o Louvre, no lugar de edifício mais antigo que tinha o mesmo nome, enquanto numerosos castelos erigidos no país representavam uma tentativa mais ou menos bem sucedida de combinar a graça e a elegância do estilo italiano com a solidez do castelo medieval. Tampouco foi a ciência completamente negligenciada, ainda que tivessem sido

poucas as realizações de monta. Incluem elas as contribuições de François Viète (1.540-1.603) à matemática e de Ambroise Paré (1.517-90) à cirurgia. O primeiro inventou os modernos símbolos algébricos e desenvolveu a teoria das equações, para a qual fora preparado o terreno pelos italianos Nicolau Tartaglia (1.500-57) e Jerônimo Cardano (1.501-76). Paré aperfeiçoou o método de tratamento dos ferimentos por arma de fogo, substituindo as ataduras e os ungüentos por aplicações de óleo em ebulição. Deve-se a ele também a introdução do ligamento das artérias como um meio de deter o fluxo de sangue nas grandes amputações.

Os feitos mais notáveis da Renascença francesa ocorreram, porém, no campo literário e filosófico, ilustrado especialmente pelas obras de François Rabelais (1.490?-1.553) e Michel de Montaigne (1.533-92). Como Erasmo, Rabelais foi educado por um monge, mas logo depois de tomar as ordens sagradas deixou o mosteiro para estudar medicina na Universidade de Montpellier. No curto espaço de seis semanas terminou o curso que o habilitava ao grau de bacharel e doutorou-se mais ou menos cinco anos depois, tendo nesse meio tempo servido como médico público em Lião, além de ensinar e editar obras médicas. Parece que desde o início ele entremeou suas atividades profissionais com tentativas literárias desta ou daquela ordem. Escreveu almanaques para o povo, sátiras contra charlatões e astrólogos e caricaturas das superstições populares. Em 1.532 Rabelais publicou a primeira edição do Gargântua, que mais tarde reviu e acresceu de outro livro intitulado Pantagruel. Gargântua e Pantagruel eram originariamente os nomes de lendários gigantes medievais que se salientaram pela sua prodigiosa força e pelo seu enorme apetite. O relato das aventuras de Rabelais serviu como veículo para a expressão de seu espírito vigoroso e maleável e de sua filosofia de exuberante humanismo. Numa linguagem bem longe de poder considerar-se como delicada, satiriza as práticas da igreja, ridiculariza a escolástica, zomba das superstições e põe a nu todas as formas de hipocrisia e de repressão. Nenhum homem da Renascença foi um individualista tão radical ou mostrou maior zelo

em glorificar o humano e o natural. Para ele, todos os instintos do homem eram sãos, contanto que não pretendessem tiranizar outros homens. Assim como Erasmo, acreditava na bondade inerente do homem, mas, diferindo do grande príncipe dos humanistas, manteve-se pagão, rejeitando não somente o dogma cristão, mas também a moralidade cristã. Sua famosa descrição da abadia de Theleme, construída por Gargântua, pretendia mostrar o contraste entre a sua concepção de liberdade e o ideal ascético cristão. Em Theleme não havia relógio concitando aos deveres, nem votos de celibato ou de perpétua submissão. Os hóspedes podiam retirar-se quando quisessem, mas enquanto lá permaneciam moravam juntos, "de acordo com sua livre vontade e prazer. Levantavam-se da cama quando queriam, comiam, bebiam e trabalhavam quando bem entendiam e para tal se sentiam dispostos. Ninguém os acordava ou os constrangia... uma vez que Gargântua assim estabelecera. Em toda a sua regra não havia senão uma única cláusula - Faze o que quiseres".

Michel de Montaigne foi um homem de temperamento e formação bem diferentes. Seu pai era católico e sua mãe, uma judia convertida à fé protestante. Quase desde o dia do nascimento, submeteram o filho a um meticuloso sistema de educação. Todas as manhãs era acordado por uma música suave e atendido durante o dia por criados proibidos de falar outra língua que não o latim. Aos seis anos de idade já possuía preparo suficiente para entrar no Colégio de Guienne, em Bordéus, e aos 13 iniciou o estudo de direito. Depois de praticar a advocacia por algum tempo e de exercer vários cargos públicos, aos 37 anos retirou-se para o seu morgado a fim de consagrar o resto da vida ao estudo, à contemplação e ao cultivo das letras. Como sempre fora de saúde delicada, achou então mais necessário do que nunca poupar as suas forças. Além disso, sentia-se chocado com os rancores e a discórdia que via em torno de si e por essa razão ansiava por encontrar um refúgio na reclusão intelectual.

As idéias de Montaigne estão todas contidas nos seus famosos Ensaios escritos durante os anos de retiro. A essência da sua filosofia é o ceticismo em relação a qualquer dogma ou verdade

definitiva. Conhecia por demais a diversidade de crenças entre os homens, a babel de costumes estranhos revelada pelas descobertas geográficas e as conclusões perturbadoras da nova ciência, para aceitar a idéia de que qualquer seita pudesse ser senhora exclusiva da "verdade revelada aos santos de uma vez por todas". Parecia-lhe que a religião e a moral eram produtos do costume como a moda ou a maneira de comer. Pensava que não se pode alcançar Deus pelo conhecimento e que é tão tolo "lastimar que não vivamos daqui a cem anos, como seria lastimar que não tenhamos vivido há cem anos atrás". Os homens devem ser encorajados a desprezar a morte e a viver nobre e humanamente nesta vida, ao invés de almejar piedosamente uma existência de além-mundo, que, no mínimo, é duvidosa. Montaigne era tão cético em relação a qualquer postulado final da verdade em filosofia como em ciência. Ensinava que as conclusões da razão são às vezes falazes e que os sentidos nos enganam com freqüência. Quanto mais depressa os homens se convencerem de que não há certeza de nada, mais oportunidade terão de escapar à tirania que nasce da superstição e do fanatismo. O caminho da salvação está na dúvida, não na fé. O cinismo é um segundo elemento da filosofia de Montaigne. Não podia ver diferença real entre a moral dos cristãos e a dos infiéis. Cada seita, assinalava, ataca as outras com ferocidade igual, exceto quanto a "não haver ódio tão absoluto quanto o que é cristão". Não podia, do mesmo modo, reconhecer valor em cruzadas ou em revoluções que se propusessem destruir um sistema para estabelecer um outro. No seu modo de ver, todas as instituições humanas eram quase tão fúteis umas como as outras e, por conseguinte, parecia-lhe uma loucura tomarem-nas os homens tão a sério que se empenhassem em guerras para substituir esta por aquela. Nenhum ideal, afirmava, vale a queima de nosso vizinho. Em sua atitude no tocante às questões éticas, Montaigne não era um defensor grosseiro da carnalidade como Rabelais, não tendo, por outro lado, qualquer simpatia pelo ascetismo. Parecia-lhe ridículo tentar o homem negar a sua natureza física e desvalorizar tudo quanto se relaciona com os sentidos. "Sentemo-nos no mais alto trono do

mundo", declarava, "e ainda estaremos sentados sobre o nosso próprio traseiro". A filosofia de Montaigne, colorida que era de fuga e desencanto, marcou um fim apropriado à Renascença francesa. Mas, a despeito de sua atitude negativa, fez mais bem ao mundo do que muitos de seus contemporâneos, que fundaram novas fés ou inventaram novas escusas para a escravização dos súditos pelos reis. Não só o ridículo de que cobriu a feitiçaria ajudou a apagar as labaredas dessa histeria cruel, mas também a influência dos seus ensinamentos céticos não teve efeito menor no combate ao fanatismo em geral e na preparação do caminho para uma tolerância mais ampla no futuro.

4. A RENASCENÇA ESPANHOLA

Durante o século XVI e o início do XVII a Espanha refulgiu no auge de sua glória. Suas conquistas no Hemisfério Ocidental proporcionaram riqueza aos nobres e mercadores espanhóis e lhe deram uma posição na vanguarda dos estados europeus. Não obstante esses fatos, a nação espanhola não foi uma das vanguardistas da renascença cultural. Seus cidadãos, parece, estavam por demais absorvidos no saque dos territórios conquistados para dedicar grande atenção às atividades intelectuais e artísticas. Além disso, a longa guerra com os mouros engendrara um espírito de carolice e a posição da igreja era muito forte, ao passo que a expulsão dos judeus, no fim do século XV, privara o país do talento que mal tinha para dar. Por essas razões, a Renascença espanhola se limitou a um número muito pequeno de realizações no campo da pintura e da literatura, ainda que algumas delas igulassem em valor as melhores produzidas noutros países.

A pintura espanhola foi profundamente marcada pela acerba luta entre cristãos e mouros. Exprime, por isso, uma intensa preocupação religiosa e versa sobre temas angustiosos e trágicos. Seus fundamentos são medievais, com a mescla de certas influências de Flandres e, mais tarde, da Itália. O primeiro pintor

espanhol eminente é Luiz de Morales (1.517-86), freqüentemente chamado "O Divino". Suas madonas, seus crucificados e suas imagens da Mater Dolorosa estampam a mais aguda devoção à ortodoxia católica, considerada por muitos espanhóis dessa época como um dever tanto religioso como patriótico. O mais talentoso artista da Renascença espanhola não foi, porém, um espanhol, mas um imigrante, vindo da ilha de Creta. Seu verdadeiro nome era Domingos Theotocópuli, mas é comum ente chamado El Greco. Depois de estudar por algum tempo com Ticiano em Veneza, El Greco, aproximadamente em 1.575, estabeleceu-se em Toledo até a sua morte, em 1.614. Sendo um inflexível individualista por temperamento, parece que El Greco sofreu muito pequena influência da escola veneziana quanto às cores quentes e à alegria serena do esplendor dos cetins. Em lugar disso, quase toda a sua arte é caracterizada por um emocionalismo febril, pela pura tragédia ou por arrebatadas fugas para o sobrenatural e o místico. Suas figuras são quase sempre as de fanáticos esqueléticos e quase loucos, as cores frias e acinzentadas, enquanto as cenas de sofrimento e morte parecem armadas de propósito para dar a impressão de horror. Entre as suas obras famosas estão O enterro do Conde de Orgaz, Pentecostes, e A visão apocalíptica. Melhor que qualquer outro artista, El Greco exprimiu o inflamado zelo religioso do povo espanhol nos dias do fanatismo jesuítico e da Inquisição.

A literatura da Renascença espanhola apresenta certas tendências em comum com as da pintura. Isso é particularmente verdadeiro do teatro, onde com freqüência são apresentadas peças alegóricas que descrevem o mistério da transubstanciação ou apelam para o fervor religioso. Outras produções dramáticas insistem em temas de orgulho político ou cantam os méritos da burguesia e exprimem desprezo pelo mundo do feudalismo em ruínas. O mais alto representante dos dramaturgos espanhóis é Lope de Vega (1.562-1.635), o mais prolífico autor de peças teatrais que o mundo literário já conheceu. Pensa-se que tenha escrito nada menos de 1.500 comédias e mais de 400 alegorias religiosas. Desse total chegaram aos nossos dias 500 obras. Seus dramas seculares

podem ser divididos principalmente em duas classes: 1) as peças de "capa e espada", que pintam intrigas violentas e exageram os ideais de honra das classes superiores, e 2) as peças de grandeza nacional, que celebram as glórias da Espanha no seu auge e representam o rei como o protetor do povo contra uma nobreza viciosa e degenerada. Outro dramaturgo notável da Renascença espanhola é Tirso de Molina (1.571-1.648), cuja fama reside principalmente na sua dramatização da história de Don Juan, um nobre perverso que termina destruindo a si mesmo por um misto de bravura e vilania.

Poucos negarão que o escritor mais bem dotado da Renascença espanhola tenha sido Miguel de Cervantes (1.547-1.616). Sua grande obra-prima, Dom Quixote, já foi até dada como "incomparavelmente o melhor romance já escrito". Composto nas melhores tradições da prosa satírica espanhola, conta as aventuras de um cavaleiro espanhol (Dom Quixote) que ficou meio desequilibrado em virtude da leitura constante de romances de cavalaria. Com a mente cheia de todas as espécies de aventuras fantásticas, aos 50 anos parte finalmente pela estrada incerta da vagabundagem cavaleirosa. Imagina que moinhos de vento são gigantes enfurecidos, e rebanhos de ovelhas, exércitos de infiéis, cabendo-lhe o dever de desbaratá-los com a espada. Em sua imaginação enferma, toma estalagens por castelos e as criadas, por damas galantes perdidas de amor por ele. Os galanteios que elas não tinham a intenção de fazer, ele os repelia mui polidamente, a fim de provar a devoção que consagrava à sua Dulcinéia. Posta em contraste com o ridículo cavaleiro andante, há a figura de seu fiel escudeiro Sancho Pança. Este representa o ideal do homem prático, com os pés na terra e satisfeito com os prazeres concretos do comer, beber e dormir. Todo o livro é uma sátira pungente do feudalismo, particularmente das pretensões dos nobres como campeões da honra e do direito. Sua enorme popularidade foi uma prova cabal de que a civilização medieval estava quase totalmente extinta, mesmo na Espanha.

5. A RENASCENÇA NA INGLATERRA

A Inglaterra, como a Espanha, gozou de uma idade áurea no século XVI e no começo do XVII. Embora ainda não estivesse fundado seu grande império colonial, começara não obstante a colher enormes lucros da produção de lã e do comércio com o Continente. Seu governo fora, pouco antes, consolidado sob o domínio dos Renascença Tudors e estava incrementando a prosperidade da classe média, objeto de especial solicitude. As classes comerciais da Inglaterra desfrutavam excepcionais vantagens sobre suas rivais dos outros países. Contribuíram também para o florescimento de uma brilhante cultura na Inglaterra o desenvolvimento da consciência nacional, o despertar do orgulho do poder estatal e a expansão do humanismo vindo da Itália, da França e dos Países-Baixos. Não obstante, a Renascença inglesa limitou-se principalmente à filosofia e à literatura. As artes não floresceram, devido talvez à influência calvinista que começou a se fazer sentir nos meados do século XVI.

Os mais antigos filósofos da Renascença inglesa podem ser descritos simplesmente como humanistas. Conquanto não desprezassem o valor dos estudos clássicos, interessavam-se acima de tudo pelos aspectos mais práticos do humanismo. A maioria deles desejavam um cristianismo mais simples e mais racional e almejavam um sistema educativo liberto do domínio da lógica medieval. Outros preocupavam-se precipuamente com a liberdade individual e a correção dos abusos sociais. O maior desses primeiros pensadores foi Sir Thomas More, julgado pelos humanistas contemporâneos como "superior a todo o seu povo". Depois de uma brilhante carreira como advogado e presidente da Câmara dos Comuns foi nomeado, em 1529, Lorde Chanceler (presidente da Câmara dos Pares). Não fazia muito tempo que ocupava essa posição quando incorreu no desfavor de Henrique VIII. Ainda que More estivesse bem longe de ser um católico ortodoxo, não simpatizava com a intenção do rei de estabelecer uma igreja nacional sob o domínio do estado. Quando, em 1534,

recusou prestar o Juramento da Supremacia, o qual reconhecia o rei como o chefe da igreja da Inglaterra, foi encerrado na Torre de Londres. Um ano depois foi julgado por um júri parcial, condenado e decapitado. A filosofia de More está contida na sua Utopia, que publicou em 1.516. Esse livro, que pretende descrever uma sociedade ideal numa ilha imaginária, na realidade é uma acusação dos terríveis abusos do tempo - a pobreza e a riqueza imerecidas, as punições drásticas, a perseguição religiosa e a matança insensata da guerra. Os habitantes de Utopia possuíam todos os seus bens em comum, trabalhavam somente seis horas por dia, sobrando, assim, tempo a todos para as atividades intelectuais e para a prática das virtudes naturais da sabedoria, moderação, fortaleza e justiça. O ferro é o metal precioso "porque é útil", a guerra e a vida conventual são abolidas e toleram-se todos os credos que reconheçam a existência de Deus e a imortalidade da alma. Apesar da crítica que se faz à Utopia, de ser deficiente em penetração e originalidade, parece justificável a conclusão de que os ideais de humanidade e de tolerância do autor estão consideravelmente além da grande maioria dos homens de sua época.

ESCULTURA RENASCEN-
TISTA ITALIANA

*Pietà, de Miguel Ângelo, escul-
pida pelo artista para o seu
próprio túmulo. Atualmente es-
tá na catedral de Florença. Ver
p. 411. (Metropolitan Mu-
seum of Art.)*



*Gattamelata, de Donatello. Esta impo-
nente estátua de um condottiere foi,
sem dúvida, o primeiro monumento
equestre em bronze feito desde o tem-
po dos romanos. (Rudolph Lesch.)*



Jan Arnolfini e sua mulher, por Jan van Eyck (1434). Jan e seu irmão Hubert, os maiores dos primitivos pintores flamengos, passam por ter inventado a pintura a óleo. (Rudolph Lesch.)



Melancolia, gravura de Albrecht Dürer. Ver p. 425. (Metropolitan Museum of Art.)

A RENASCENÇA FORA DA ITÁLIA

Vista de Toledo, de El Greco. O famoso cretense, que viveu na Espanha, modificava e deformava a natureza para aumentar a intensidade da expressão dramática. (Metropolitan Museum of Art.)

Mulher com alaúde, de Jan Vermeer. Vermeer é notável pela finura, pela delicadeza e pela capacidade de retratar a vida cotidiana dos burgueses da Holanda, então próspera nação comercial.



O pensador que passou para a história como o maior de todos os filósofos renascentistas ingleses é Sir Francis Bacon. Nascido em 1.561, filho de um alto funcionário do governo, Bacon foi educado em meio do luxo até a idade de 17 anos, quando a morte do pai o obrigou a trabalhar para viver. Daí por diante, a ambição dominante de sua vida foi obter uma posição pública proveitosa, que o habilitasse a cultivar seus interesses intelectuais. Possivelmente essa mania de segurança explique a moralidade suspeita da sua carreira pública. Quando se apresentava ocasião, não hesitava em dissimular suas verdadeiras idéias, ora sendo desleal para com os amigos, ora participando de desvios de dinheiro público. Em 1.618 foi nomeado Lorde Chanceler, mas depois de três anos apenas de exercício do cargo, foi acusado de suborno. Apesar de seus protestos sobre não ter nunca influenciado em suas decisões a aceitação do dinheiro dos litigantes, foi condenado a pagar uma multa equivalente a 200.000 dólares e a ficar preso na Torre, "ao arbítrio do rei." Jaime I perdoou a multa e limitou a pena de prisão a quatro dias. Bacon dedicou os restantes cinco anos de sua vida a escrever, particularmente para completar a terceira edição aumentada dos seus ensaios. Entre as suas obras de maior valor estão o *Novum Organum* e *O progresso do conhecimento*.

A monumental contribuição de Bacon à filosofia foi a glorificação do método indutivo. Não foi, em absoluto, o descobridor desse método, mas entronizou-o como base indispensável do conhecimento exato. Acreditava que todos os pesquisadores passados da verdade haviam tropeçado na escuridão por serem escravos de idéias preconcebidas ou prisioneiros dos calabouços da lógica escolástica. Afirmava que, para poder vencer esses obstáculos, o filósofo deve voltar-se para a observação direta da natureza, para a acumulação dos dados concretos sobre os fenômenos e para o descobrimento das leis que os governam. Só a indução, acreditava, é a chave mágica que poderá abrir os segredos da verdade. A autoridade, a tradição e a lógica silogística devem ser cuidadosamente evitadas como uma praga. Mas, por admiráveis que sejam estes ensinamentos, foram honrados pelo

próprio Bacon quase tanto pela infração como pela observância. Acreditava ele na astrologia, na adivinhação e na feitiçaria. Por mais êxito que tenha tido no libertar o seu espírito dos dogmas antigos, não foi um cientista suficientemente sagaz para perceber a validade da teoria de Copérnico. Além disso, a distinção que estabeleceu entre o conhecimento comum e as verdades da religião dificilmente se harmonizaria com a zelosa defesa da indução. "Os sentidos", escrevia ele, "são como o sol que torna visível a face da terra, mas esconde a dos céus." Para a nossa viagem ao reino da verdade celeste, precisamos "abandonar o pequeno barco da razão humana e embarcar na nau da igreja, que é a única a possuir a bússola divina que orienta para o caminho certo. As estrelas da filosofia não serão de maior utilidade para nós. Assim como somos obrigados a obedecer à lei divina, ainda que a nossa vontade não consinta, do mesmo modo somos obrigados a acreditar na palavra de Deus, embora a nossa razão se choque com isso. Quanto mais absurdo e incrível for um mistério divino, maior honra faremos a Deus acreditando nele". Em suma, não vai grande distância entre Rogério Bacon, no século XIII, e Francisco Bacon, no XVII.

Também na literatura a Inglaterra seguiu muito mais de perto as pegadas de seus precursores medievais do que o fizeram os escritores renascentistas de qualquer outro país, com exceção da Itália. Na verdade, é bastante difícil dizer quando precisamente se iniciou a Renascença na literatura inglesa. A grande obra de Chaucer, As histórias de Canterbury, escrita por volta do fim do século XIV, é comumente considerada como medieval; entretanto, manifesta um tão pronunciado espírito de mundanismo e de forte desprezo por tudo que é místico, quanto o que se pode encontrar nas obras de Shakespeare. Se qualquer diferença essencial houve entre a literatura inglesa da última fase da Idade Média e a da época da Renascença, essa diferença consistiu num individualismo mais audaz, num sentido mais forte do orgulho nacional e num interesse mais profundo pelos temas de importância filosófica. O primeiro grande poeta depois de Chaucer foi Edmond Spenser (1.552?-99). Sua criação imortal, The Faerie

Queene é uma colorida epopéia da grandeza da Inglaterra nos dias da rainha Isabel. Ainda que escrito sob a forma de uma alegoria moral, para exprimir o desejo de uma volta às virtudes da cavalaria, por parte do autor, celebra também a alegria da vitória e muito de exaltação de viver típica do humanismo renascentista. A rica música do estilo e a abundância de incidentes pitorescos conferiram ao poema uma eterna popularidade.

As mais esplêndidas realizações dos ingleses da época elisabetana pertencem, porém, ao teatro. Desde o tempo dos gregos, os escritores de tragédias e comédias não tinham atingido ponto tão alto quanto o alcançado na Inglaterra, nos séculos XVI e XVII. Especialmente depois de 1.580, apareceu uma plêiade de teatrólogos cujo trabalho sobrepujou tudo o que havia precedido durante um espaço de cerca de dois mil anos. Incluídos nessa plêiade estão luminares como Christopher Marlowe, Beaumont e Fletcher, Ben Jonson e Shakespeare, dos quais o primeiro e o último são os mais importantes para o historiador. Melhor que qualquer outro em seu tempo, Christopher Marlowe sintetiza o egoísmo insaciável da Renascença - o perpétuo anseio da plenitude da vida, de um conhecimento e uma experiência ilimitadas. Sua existência, breve, mas tempestuosa, foi uma sucessão de aventuras escandalosas e ardentes revoltas contra as restrições do convencionalismo, até terminar perdendo a vida numa rixa de taberna, antes que tivesse completado trinta anos. A mais conhecida de suas obras se intitula Doutor Fausto e é baseada na lenda de Fausto, na qual o herói vende a alma ao diabo em troca do poder de sentir todas as possíveis sensações, experimentar todos os possíveis triunfos e conhecer todos os mistérios do universo.

William Shakespeare, o maior gênio da história do drama depois de Eurípides, nasceu em 1.564, numa família de pequenos comerciantes da província na cidade-feira de Stratford-on-Avon. Sua vida tem mais névoas de obscuridade a envolvê-la do que a história de muitos outros grandes homens. Sabe-se que deixou a cidade natal mais ou menos aos 12 anos e que acabou em Londres, à procura de um emprego no teatro. A tradição relata que

durante algum tempo ganhou a vida guardando os cavalos dos freqüentadores ricos do teatro. Não se sabe como, por fim, tornou-se ator e, ainda mais tarde, escritor de peças, mas há indícios de que aos 28 anos já adquirira, como autor, uma reputação capaz de fazer inveja aos seus rivais. Antes de retirar-se para a sua cidade natal de Stratford, mais ou menos em 1.610, para aí passar tranqüilamente o resto de seus dias, escreveu quase 40 peças, quer só, quer em colaboração com outros, para não falar de 150 sonetos e de dois poemas descritivos.

Ao prestar homenagem à universalidade do gênio de Shakespeare, não devemos esquecer o fato de que também ele é filho da Renascença. Sua obra mostra o cunho profundo de grande parte das virtudes e dos defeitos do humanismo renascentista. Quase tanto como Boccaccio ou Rabelais, ele personifica o intenso amor pelas coisas humanas e terrenas, característico de quase todos os maiores escritores a partir do fim da Idade Média. Além disso, como a maioria dos humanistas, mostrou limitada preocupação com os problemas políticos e os valores científicos. Por assim dizer, a única teoria política que o interessava profundamente era saber se a nação tinha mais oportunidades para prosperar sob um bom rei que fosse fraco ou sob um rei mau, mas forte. Embora fosse muito amplo o seu conhecimento das ciências do tempo, para ele estas consistiam principalmente na alquimia, astrologia e medicina. A força e a amplitude do intelecto de Shakespeare estavam muito longe, porém, de serem limitadas pelos estreitos horizontes do tempo em que viveu. Conquanto raras obras de seus contemporâneos sejam atualmente muito lidas, as peças de Shakespeare ainda conservam sua posição de uma espécie de Bíblia secular em toda parte onde se fala a língua inglesa. A causa disso reside não somente no incomparável dom de expressão do autor, mas em especial no seu espírito cintilante e na sua análise profunda dos caracteres humanos, batidos pelas tempestades da paixão e experimentados pelos caprichos do destino.

Os dramas de Shakespeare agrupam-se em três categorias principais. Os escritos nos primeiros anos seguem a tradição das

peças então existentes e refletem em geral a confiança do autor no sucesso pessoal. Incluem comédias como O sonho de uma noite de verão e o Mercador de Veneza, um certo número de peças históricas e a tragédia lírica Romeu e Julieta. Pouco antes de 1.600, parece ter passado por uma mudança de temperamento. O disciplinado otimismo das primeiras peças foi suplantado por uma desilusão profunda que o levou a desconfiar da natureza humana e a acusar o universo inteiro. Nasce daí um grupo de dramas caracterizados pela amargura, por um pathos acabrunhador e por uma indagação aflita do mistério das coisas. A série começa com a tragédia de idealismo intelectual que é o Hamlet, prossegue com o cinismo de Measure for Measure e All's Well That Ends Well e culmina com as tragédias cósmicas de Macbeth e do Rei Lear. Talvez o famoso discurso de Gloucester na última dessas peças possa ilustrar a profundidade do pessimismo do autor, nesse tempo:

Como moscas nas mãos de meninos travessos, assim somos nós
para os deuses; Eles nos matam para se divertir.

O terceiro grupo de dramas inclui os escritos durante os últimos anos da vida de Shakespeare, possivelmente depois de seu retiro. Entre eles estão Conto de inverno e Tempestade. Todos podem ser descritos como romances idílicos. Aflição e tristeza passam a ser encaradas como simples sombras num belo quadro. A despeito da tragédia individual, o plano divino do universo é de certo modo benévolo e justo.

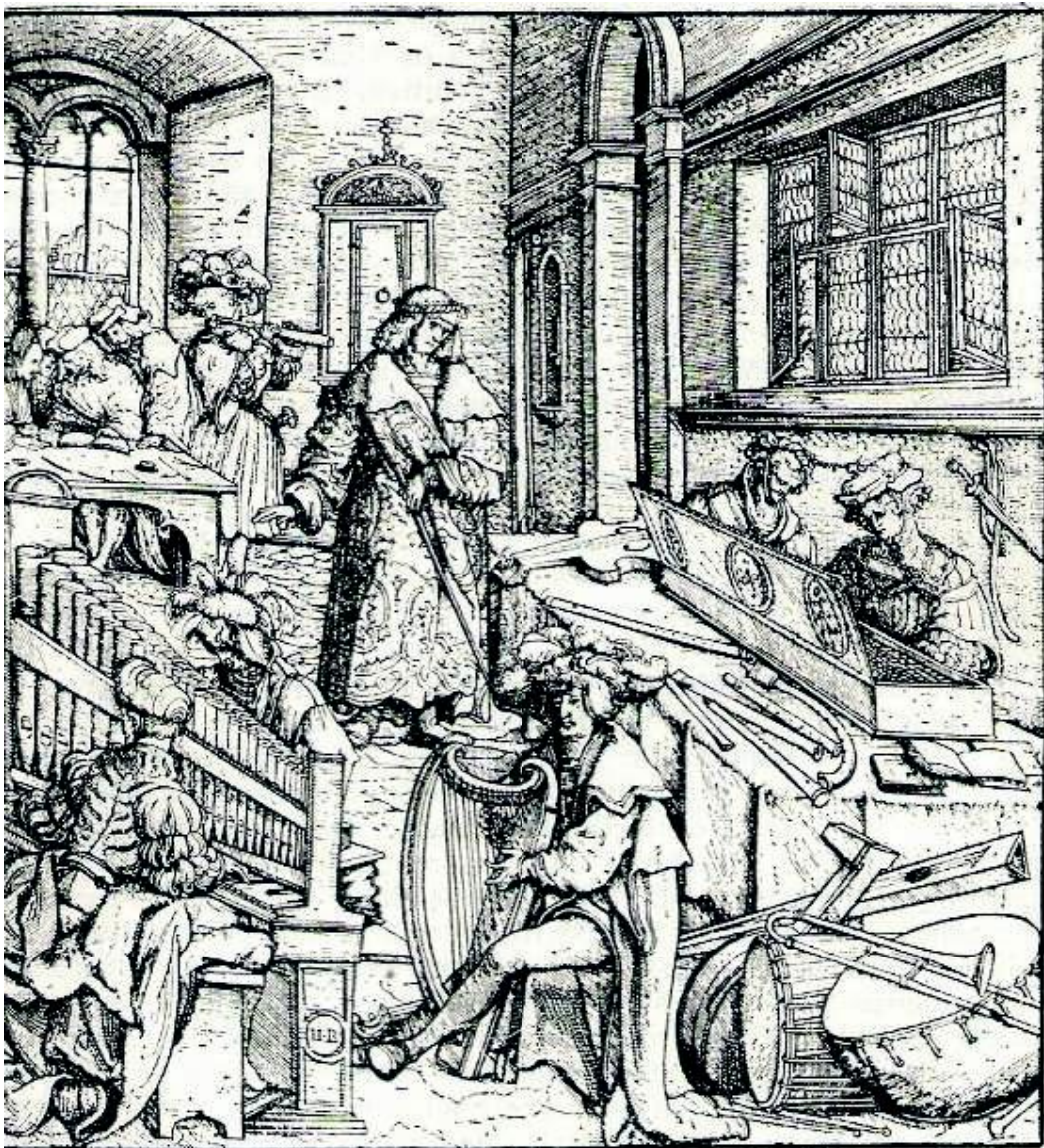
6. PROGRESSOS RENASCENTISTAS NO TERRENO DA MÚSICA

Nos séculos XV e XVI a música na Europa ocidental atingiu um ponto tão alto de desenvolvimento, que constitui, juntamente com a pintura e a escultura, um dos aspectos mais brilhantes da atividade renascentista. Ao passo que as artes plásticas eram estimuladas

pelo estudo dos modelos antigos, a música floresceu naturalmente, como fruto de uma evolução independente que já vinha fazendo progressos desde a cristandade medieval. Como antes, ocupavam a vanguarda homens experimentados nos serviços da igreja, mas o valor da música popular já era então apreciado e seus princípios foram combinados aos da música sacra, com decisiva vantagem para o colorido e o interesse emocional. Tornou-se menos nítida a distinção entre música sacra e profana e a maioria dos compositores não restringiu suas atividades a um só desses campos. Embora constituísse o tratamento contrapôntico das vozes o centro dos interesses, ainda se continuou a escrever para instrumentos e rapidamente cresceu o uso destes para acompanhamento. A música não era mais considerada como simples diversão ou como mero auxiliar do culto, mas como uma arte independente.

Pontos diferentes da Europa disputavam entre si a primazia na música. Como nas outras artes, o progresso ligava-se ao patrocínio cada vez mais generoso possibilitado pela expansão comercial, e centralizava-se nas cidades prósperas. No século XV, o primeiro plano era ocupado pelas cidades da Holanda e da Borgonha. A escola holandesa levou o contraponto vocal à perfeição técnica. Embora seus membros tendessem a exibir um engenho excessivo, prestaram, não obstante, um real serviço fornecendo modelos de excelente maestria. No século XVI, os italianos conseguiram igualar a habilidade de seus mestres do norte e largamente os ultrapassaram na subordinação da técnica ao efeito artístico. Pela primeira vez na Itália, o calor, a cor e a límpida beleza tornaram-se os característicos predominantes da arte coral. Na esplêndida catedral bizantina de S. Marcos, em Veneza, tornou-se mais pronunciada a tendência para os efeitos vivos e brilhantes e salientou-se o uso de coros duplos cantando antifônicamente. Desse modo define-se uma semelhança entre as escolas venezianas de pintura e de música. Em Roma, por outro lado, como se pode ver refletido particularmente no coro pontifício, houve uma submissão mais estrita à tradição e uma acentuação do elemento ritual. O maior expoente da escola romana e o

compositor cujos trabalhos assinalam o auge da música daquele tempo em seus aspectos religiosos é Palestrina (1.526-94). Nas suas missas e motetes se encontram tão perfeitamente unidas a habilidade técnica e a intensidade da emoção, que os resultados correspondem aos mais exigentes requisitos artísticos. A música de Palestrina, embora seja rica de colorido, é relativamente simples na estrutura e evita sempre as extravagâncias. Sua clareza e pureza tonal atraem imediatamente o ouvinte, tendo ao mesmo tempo, como se dá com freqüência na grande arte, um quê de indefinível que desafia a análise. Desenvolvimentos comparáveis aos que se deram na Itália surgiram na Áustria e no sul da Alemanha. Orlandus Lassus, chefe do coro da corte de Munique, de 1.560 a 1.590, foi um rival de Palestrina no tratamento do estilo contrapôntico e mostrou grande variedade de interesse e de estilos. O progresso na Inglaterra foi facilitado pelo patrocínio dos Tudors, que eram amantes da música. Talvez as ligações comerciais entre a Inglaterra e as cidades flamengas tenham fornecido um estímulo inicial, mas os compositores ingleses tinham suficiente fertilidade e originalidade para fugirem ao servilismo de meros imitadores dos modelos continentais. A escola inglesa salientou-se no desenvolvimento do madrigal, em que a sutileza e o interesse ininterrupto da técnica contrapôntica aperfeiçoada eram aplicados aos temas seculares. Esses madrigais nunca deixaram de encantar, dada a sua vitalidade e frescura. O nível geral de proficiência musical parece ter sido maior nos dias da rainha Elisabet do que nos nossos. Os cantos a diversas vozes era um passatempo popular nos lares e em reuniões sociais sem cerimônia, e a leitura à primeira vista constituía uma capacidade que se esperava de qualquer pessoa bem educada.



Instrumentos musicais do século XVI. Em baixo, à esquerda, está um pequeno órgão com um folc, movido pelo homem sentado à frente do executante. O instrumento parecido com uma caixa, que está sobre a mesa, é um clavicórdio. O tubo triangular com cordas no canto direito inferior, é um Trummscheit alemão. (Metropolitan Museum of Art.)

Concluindo, pode-se salientar que, enquanto amadurecia o contraponto, nasceu o nosso moderno sistema harmônico, abrindo-se desse modo caminho para novas experimentações. Ao mesmo tempo, é preciso compreender que a música da Renascença não constitui uma mera fase evolutiva, mas uma realização magnífica em si mesma, com seus mestres que se colocam entre os maiores de todos os tempos. Os compositores

Palestrina e Lassus são representantes tão dignos do triunfo artístico da Renascença quanto os pintores Rafael e Miguel Ângelo. Os séculos XV e XVI, acertadamente chamados "idade áurea do canto", nunca foram sobrepujados na realização das possibilidades de beleza inerentes à voz humana. Sua herança, por muito tempo descuidada, a não ser em certos meios eclesiásticos, voltou a ser apreciada há poucos anos atrás e está agora ganhando popularidade graças à dedicação de grupos interessados em música, que trabalham para a sua revivescência.

7. A RENASCENÇA NA RELIGIÃO

Nenhum quadro histórico da época renascentista estaria completo sem uma menção da Renascença na religião, ou como é comumente chamada, da Renascença cristã. Foi um movimento quase completamente independente da Revolução Protestante, que será discutida no próximo capítulo. Os chefes da Renascença cristã eram, em geral, humanistas e não protestantes. Alguns deles nunca desertaram a fé católica; seu objetivo era purificar essa fé no que ela tinha de mais essencial, e não destruí-la. Muitos deles achavam a carolice dos primeiros protestantes tão repugnante aos seus ideais religiosos quanto quaisquer abusos da igreja católica. O ímpeto original da Renascença cristã parece ter vindo dos "Irmãos da Vida Comum", um grupo de homens piedosos que mantinham escolas nos Países-Baixos e na Alemanha Ocidental. Seu objetivo era propagar uma religião simples de piedade prática, liberta do dogmatismo e do ritual da igreja organizada. O mais célebre de seus primeiros adeptos foi Tomás de Kempis, que, mais ou menos em 1425, escreveu ou editou um livro intitulado A imitação de Cristo. Esse livro, ainda que apresentando um tom profundamente místico, repudiava não obstante a excessiva extraterrenalidade dos místicos medievais e insistia num retorno à simplicidade dos ensinamentos de Jesus. Durante mais de um século, a Imitação foi mais lida na Europa do que qualquer outro livro, com exceção da Bíblia.

Por volta de 1.500 a Renascença cristã havia-se associado definitivamente ao humanismo setentrional. Escritores e filósofos de todos os países emprestaram seu apoio ao movimento. Salientaram-se entre eles Sebastian Brant, na Alemanha, John Colet e Sir Thomas More, na Inglaterra, Erasmo, nos Países-Baixos, e figuras de menor realce na França e na Espanha. Os ensinamentos religiosos desses homens concordavam totalmente com os ideais humanísticos, tal como eram entendidos na Europa setentrional. Acreditando que a religião devia existir para o bem do homem e não em benefício de uma igreja organizada ou mesmo para a glória de um Deus inefável, interpretavam o cristianismo acima de tudo em termos éticos. Consideravam, se não como positivamente danosos, pelo menos, como supérfluos grande parte de seus elementos teológicos e sobrenaturais. Do mesmo modo, pouco lhes interessavam os sacramentos ou as cerimônias de qualquer espécie e ridicularizavam as superstições relacionadas com a veneração de relíquias e a venda de indulgências. Embora reconhecessem a necessidade de uma certa organização eclesiástica, negavam a autoridade absoluta do Papa e não queriam admitir que os padres fossem realmente essenciais como intermediários entre o homem e Deus. Em suma, o que esses humanistas cristãos desejavam realmente era a superioridade da razão sobre a fé, a primazia da conduta sobre o dogma e a supremacia do indivíduo sobre o sistema organizado. Acreditavam que essa religião simples e racional pudesse ser alcançada, não através de uma revolta violenta contra a igreja católica, mas por meio de uma vitória gradual sobre a ignorância e a eliminação de abusos.

O declínio da cultura renascentista nos países da Europa setentrional e ocidental deu-se menos abruptamente que na Itália. Na verdade, a mudança a certos respeitois foi tão suave, que o que houve foi uma simples fusão entre o velho e o novo. Por exemplo, as realizações científicas não fizeram mais que expandir-se, embora com o correr dos tempos se desse uma nítida transferência de interesse dos ramos matemático e físico para o biológico. Além disso, a arte renascentista da Europa setentrional

evoluiu gradualmente para o barroco, que dominou o século XVII e o começo do XVIII. Por outro lado, o humanismo, no sentido renascentista de exaltação do homem e indiferença por tudo o mais, praticamente morreu depois do século XVI. Em filosofia houve desde então uma tendência a exaltar o universo e a relegar o homem a um papel insignificante, como vítima desamparada de um destino todo-poderoso. Quando por fim se extinguiu a Renascença setentrional, isso se deveu principalmente, talvez, à herança de rigorismo e de irracionalidade deixada pela Revolta Protestante. É este, porém, um assunto que pode ser discutido com maior propriedade no capítulo seguinte.

Parte 5

A Civilização Ocidental Moderna (1.517-1.789): Mercantilismo, Absolutismo, Racionalismo

EM 1517 iniciou-se na Alemanha e acabou se expandindo por muitos outros países um grande movimento religioso conhecido como Revolução Protestante. Essa revolução religiosa não somente contribuiu para pôr fim à Renascença, mais foi, em grande parte, o produto de fatores tais como o nacionalismo, o individualismo e o capitalismo, que são hoje reconhecidos como traços característicos da Idade Moderna. Por essas razões pode-se justificadamente considerar a Revolução Protestante como tendo inaugurado o período inicial da civilização moderna. Este período caracterizou-se também por outros desenvolvimentos. Entre os anos de 1.500 e 1.700, a revolução comercial alcançou o seu auge, subvertendo a economia estática das corporações medievais e estabelecendo um regime dinâmico de operações comerciais com fins lucrativos. Essa época, em seu conjunto, salientou-se pelo desenvolvimento de um governo absoluto e pelo aparecimento de poderosos estados nacionais, que substituíram o regime feudal descentralizado da Idade Média. Finalmente, entre os anos 1.600 e 1.789, ocorreu uma revolução intelectual que culminou na entronização da razão e no desenvolvimento do conceito mecanicista de um universo governado por leis inflexíveis.

CIVILIZAÇÃO OCIDENTAL MODERNA, 1517-1789

EUROPA EM CONJUNTO	EUROPA OCIDENTAL	EUROPA CENTRAL E ORIENTAL
Formação da economia capitalista, 1300-1500		
Desenvolvimento do sistema bancário, 1300-1600	Cativeiro Babilônico do Papa, 1308-1378	
Desenvolvimento da economia monetária, 1300-1600		
O Grande Cisma, 1378-1417		
O sistema doméstico, 1400-1750	Erasmus, 1466?-1536 Maquiavel, 1469-1527	
O movimento das tapagens, 1400-1800		
Viagens de descobrimento e exploração, 1450-1600	Miguel Ângelo, 1475-1564 Dinastia Tudor na Inglaterra, 1485-1603 Rabelais, 1490-1553	Copérnico, 1473-1543 Martinho Lutero, 1483-1546
Reforma Católica, 1500-1563		João Calvino, 1509-1564 Início da Revolução Protestante, 1517 Movimento zuíngliano na Suíça, 1519-1529 Surto dos anabatistas, ca. 1520 Revolta dos Cavaleiros, 1522-1523 Revolta dos Camponeses, 1524-1525
Fundação da Sociedade de Jesus, 1534	Montaigne, 1533-1592 Henrique VIII funda a igreja anglicana, 1534	
Concílio de Trento, 1545-1563	Cervantes, 1547-1616 Sir Francis Bacon, 1561-1626 Shakespeare, 1564-1616 Galileu, 1564-1642 Revolta dos Países-Baixos, 1565-1609 Monteverdi, 1567-1643 O Compromisso Elisabetano, 1570 Massacre de S. Bartolomeu, 1572	

EUROPA EM CONJUNTO

EUROPA OCIDENTAL

EUROPA CENTRAL
E ORIENTAL

Primórdios do direito
internacional: Hugo
Grotius, 1583-1645

Sociedades por ações,
1600-

Arquitetura barroca,
1600-1750

Classicismo literário e
artístico, 1600-1750

Mercantilismo, 1600-1789

Companhias de monopó-
lio, 1600-1850

Guerra dos Trinta Anos,
1618-1648

Deísmo, 1630-1800

Início do moderno siste-
ma estatal, 1648

Tratado de Vestfália,
1648

Iluminismo, 1680-1800

Guerra da Liga de Augs-
burgo, 1688-1697

Revolução Agrícola,
1700-1800

Arquitetura rococó,
1700-1800

Guerra da Sucessão Es-
panhola, 1702-1714

Época dos déspotas escla-
recidos, 1740-1796

Rubens, 1577-1640

Sir William Harvey,
1578-1657

A Invencível Armada,
1588

Dinastia Bourbon na
França, 1589-1792

Edito de Nantes, 1598

Velásquez, 1599-1660

Rembrandt, 1606-1669

Colbert, 1619-1683

Filosofia racionalista,
1637-1700

Revolução Puritana na
Inglaterra, 1640-1649

Commonwealth e Prote-
torado na Inglaterra,
1649-1659

Restauração da dinastia
Stuart, 1660-1688

Milton, *Paraíso Perdido*,
1667

Revogação do Editto de
Nantes, 1685

Lei da gravitação de
Newton, 1687

Revolução Gloriosa na
Inglaterra, 1688-1689

John Locke, *Dois trata-
dos do governo civil*,
1690

Voltaire, 1694-1778

Banco da Inglaterra,
1694

União da Inglaterra com
a Escócia, 1707

Cameralismo, 1600-1800

J. S. Bach, 1685-1750

Pedro o Grande da Rús-
sia, 1689-1725

EUROPA EM CONJUNTO

Romantismo, 1750-1800
Guerra dos Sete Anos,
1756-1763

EUROPA OCIDENTAL

Rousseau, *O contrato so-*
cial, 1754

Início do sistema fabril,
ca. 1770

Joseph Priestley desco-
bre o oxigênio, 1774

Adam Smith, *A riqueza*
das nações, 1776

Lavoisier descobre a in-
destrutibilidade da ma-
téria, 1789

Edward Jenner desenvol-
ve a vacina contra a
varíola, 1796

EUROPA CENTRAL E ORIENTAL

Mozart, 1756-1791
Catarina a Grande da
Rússia, 1762-1796

Kant, *Crítica da razão*
pura, 1781

Goethe, *Fausto*, 1790-1808

Capítulo 17

A Época da Reforma (1.517-ca. 1.600)

O CAPÍTULO precedente mostrou o desabrochar de uma cultura maravilhosa que marcou a transição da Idade Média para o mundo moderno. Ficou evidenciado que essa cultura, chamada Renascença, era quase tão caracteristicamente um eco do passado quanto um prenúncio do futuro. Grande parte da sua literatura, arte e filosofia, assim como todas as suas superstições, tinham raízes profundas na antiguidade clássica ou nos lendários séculos da Idade Média. O próprio espírito do humanismo estava imbuído de veneração pelo passado. Só na ciência, na política na vigorosa afirmação do direito de viver cada qual uma existência tão indiferente às convenções e tão temerária quanto desejasse, é que havia algo realmente novo. Mas a Renascença, em sua última fase, foi acompanhada pelo desenvolvimento de um outro movimento - a Reforma, que, de certo modo, prenunciava mais nitidamente a Idade Moderna. Este movimento compreendeu duas fases principais: a Revolução Protestante, que irrompeu em 1.517 e levou a maior parte da Europa setentrional a separar-se da igreja romana, e a Reforma Católica, que alcançou o auge em 1.560. Embora a última não seja qualificada de revolução, na verdade o foi em quase todos os sentidos do termo, pois efetuou uma alteração profunda em alguns dos característicos mais notáveis do catolicismo dos fins da Idade Média.

Em muitos aspectos, a Renascença e a Reforma tiveram íntima relação entre si. Ambas foram produtos dessa poderosa corrente de individualismo que, nos séculos XIV e XV, tantos danos causou à ordem estabelecida. Ambas tinham causas econômicas comuns no desenvolvimento do capitalismo e no aparecimento de uma sociedade burguesa. Uma e outra compartilhavam o caráter de um retorno às fontes originais: no primeiro caso, às realizações literárias e artísticas dos gregos e romanos; no segundo, às doutrinas dos Padres da Igreja. A despeito, porém, dessas

importantes semelhanças, seria certamente inexato considerar a Reforma como um mero aspecto religioso da Renascença. Os princípios dirigentes dos dois movimentos apresentam, na realidade, pouca coisa em comum. A essência da Renascença era o gozo desta vida e a indiferença pelo sobrenatural. O princípio da Reforma foi a extraterrenalidade e o desprezo pelas coisas da carne como muitíssimo inferiores às do espírito. No julgamento dos humanistas, a natureza do homem era intrinsecamente boa; do ponto de vista dos reformadores, era indizivelmente corrupta e depravada. Os chefes da Renascença acreditavam na razão e na tolerância; os adeptos de Lutero e Calvino encareciam a fé e o conformismo. Embora tanto a Renascença como a Reforma visassem restabelecer o passado, cada um delas se orientava num sentido completamente diverso. O passado que os humanistas procuravam reviver era a antiguidade greco-romana, embora, na realidade, continuassem a seguir um número muito maior de tradições da última fase da Idade Média do que estariam dispostos a reconhecer, particularmente no terreno literário. Os reformadores, pelo contrário, estavam interessados, sobretudo, na volta aos ensinamentos de São Paulo e Santo Agostinho; não só rejeitavam a idéia humanista de um revivescimento das realizações pagãs, mas - pelo menos os protestantes propunham-se alijar praticamente todo o conjunto das instituições e doutrinas do fim da Idade Média.

Por tais razões, parece justificável concluir que a Reforma não foi realmente parte do movimento renascentista. Na verdade, representou uma ruptura muito mais violenta com a civilização da época feudal do que o movimento chefiado pelos humanistas. Os reformadores radicais rejeitavam em bloco as teorias e práticas fundamentais do cristianismo do século XIII. Até a religião simples de amor e altruísmo para melhoria do homem, tal como a pregava S. Francisco de Assis, parece ter-lhes repugnado quase tanto quanto os mistérios da teoria dos sacramentos e as bombásticas reivindicações de poder espiritual e temporal de Inocêncio III. Em essência, os frutos religiosos desse conflito com o cristianismo medieval perduram até hoje. Além disso, a Reforma estava

intimamente ligada a certas tendências políticas que persistiram através dos tempos modernos. O nacionalismo, como veremos, foi uma das causas principais da Revolução Protestante. Conquanto seja certo que alguns humanistas escreveram sob a influência do orgulho nacional, a maioria deles talvez era levada por considerações totalmente diversas. Muitos desdenhavam a política, interessando-se somente pelo homem como indivíduo; outros, incluindo-se entre eles o grande Erasmo, eram decididamente internacionalistas. A Reforma Protestante, por outro lado, dificilmente teria ganho adeptos se não houvesse associado sua causa à poderosa maré montante dos ressentimentos nacionais da Europa setentrional contra um sistema de tirania eclesiástica cujo caráter chegara a ser reconhecido como predominantemente italiano. Por isso, bem como pelas razões já mencionadas, parece não ser infundado considerar a Reforma como o limiar do mundo moderno. E quando falamos de Renascença em religião, devemos pensar não na Reforma, mas na chamada Renascença Cristã, iniciada pelos "Irmãos da Vida Comum" e levada às suas últimas conseqüências pelos ensinamentos de Sir Thomas More e Erasmo. A suposição comum de que Lutero "chocou o ovo que Erasmo pusera" é verdade somente em parte. O pássaro descascado por Lutero pertencia a uma espécie mais rija e mais bravia do que qualquer que pudesse ter descendido do Príncipe dos Humanistas.

1. A REVOLUÇÃO PROTESTANTE

A Revolução Protestante precedeu de múltiplas causas, grande número das quais relacionadas com as condições políticas e econômicas da época. Nada menos exato do que julgar a revolta contra Roma um movimento exclusivamente religioso. Se não fossem as mudanças políticas essenciais ocorridas na Europa setentrional e o desenvolvimento de novos interesses econômicos, possivelmente o catolicismo romano não teria sofrido mais do que uma evolução gradual, talvez de acordo com os ensinamentos da

Renascença cristã. Não obstante, sendo as causas religiosas as mais evidentes, cumpre tratar delas em primeiro lugar.

Para a maioria dos primeiros adeptos de Lutero, o movimento por ele desencadeado valia principalmente como uma rebelião contra os abusos da igreja católica. Historiador algum pode negar, qualquer que seja seu credo religioso, a existência de tais abusos. Por exemplo, muitos dos clérigos romanos eram incrivelmente ignorantes. Alguns, tendo obtido a posição por meios irregulares, eram incapazes de entender o latim da missa que deviam celebrar. Havia até casos de padres que não sabiam recitar o padre-nosso em língua alguma. Além disso, grande número de clérigos levava vida escandalosa. Ao passo que alguns papas e bispos viviam numa magnificência principesca, os padres humildes procuravam aumentar as rendas das suas paróquias montando e mantendo tabernas, casas de jogos ou outros estabelecimentos lucrativos. Não só alguns monges habitualmente esqueciam os votos da castidade, mas muitos membros de todas as categorias do clero obviavam a dureza da regra do celibato sustentando amantes, ou "esposas espirituais", como eram às vezes chamadas. De Alexandre VI, um dos mais famosos papas das vésperas da Revolução Protestante, conta-se ter tido oito filhos ilegítimos, sete dos quais nascidos antes de sua eleição ao papado. Havia também numerosos males relacionados com a venda de dignidades eclesiásticas e dispensas. Tal como sucedia com a maior parte dos postos civis, no tempo da Renascença os cargos da igreja eram habitualmente vendidos a quem mais pagasse. Calcula-se que o papa Leão X fruía uma renda anual de mais de um milhão de dólares, resultante da venda de mais de dois mil cargos eclesiásticos. Tal abuso tornava-se ainda mais sério por serem os homens que compravam esses cargos fortemente tentados a cobrar altos emolumentos pelos seus serviços, a fim de ressarcir-se da despesa. Uma segunda forma repelente de venalidade religiosa era a venda de dispensas. Uma dispensa pode ser definida como a isenção de qualquer lei da igreja ou de qualquer voto feito anteriormente. Nas vésperas da Reforma, as dispensas mais comumente vendidas eram as isenções do jejum

ou das leis matrimoniais da igreja. Por exemplo, primos em primeiro grau poderiam casar-se desde que pagassem uma taxa equivalente a 2,16 dólares, ao passo que para graus mais próximos de parentesco, como o caso de tio e sobrinha, a taxa alcançava trinta vezes essa soma, dependendo das possibilidades do pretendente.

Mas a venda de indulgências e a veneração supersticiosa de relíquias são os abusos que parecem ter feito sentir com mais urgência a necessidade de uma reforma. Uma indulgência é a remissão, em parte ou na totalidade, do castigo temporal do pecado - isto é, do castigo nesta vida e no purgatório, pois não passa por ter qualquer influência sobre a punição no inferno. A teoria em que se baseia a indulgência tem seu fundamento na famosa doutrina do Tesouro de Merecimento, desenvolvida pelos teólogos eclesiásticos no século XIII. De acordo com essa doutrina, Jesus e os santos, devido às suas "supérfluas" de que deram provas na terra, acumularam no céu um excesso de merecimento. Esse excesso constitui um tesouro de graça sobre o qual o papa pode sacar em benefício dos mortais comuns. Originalmente, as indulgências não eram concedidas em troca de pagamento em dinheiro, mas apenas como prêmio a obras de caridade, jejuns, participação numa cruzada ou coisa parecida. Foram os papas da Renascença, com a sua insaciável cupidez, os primeiros a iniciar a venda de indulgências como negócio lucrativo; e os métodos que empregavam não eram nada escrupulosos. O comércio de "perdões" passava muitas vezes para as mãos de banqueiros que os negociavam à base de comissão. Como exemplo, podemos citar os Fuggers, de Augsburgo, que se encarregava de vender indulgências para Leão X, com a permissão de embolsar um terço da receita. O único objetivo do negócio era, naturalmente, angariar tanto dinheiro quanto fosse possível. Em consequência, os agentes dos banqueiros iludiam os ignorantes fazendo-lhes crer que as indulgências eram passaportes para o céu. Por volta do século XVI o nefando tráfico havia atingido as proporções de um escândalo gigantesco.

Durante séculos, antes da Reforma, a veneração de relíquias sagradas tinha sido um elemento importante do culto católico. Acreditava-se que os objetos usados por Cristo, pela Virgem e pelos santos possuísem uma milagrosa virtude curativa ou protetora para qualquer pessoa que os tocasse ou lhes chegasse perto. Era inevitável, porém, que tal crença desse ensejo a inúmeras fraudes. Tornava-se fácil convencer camponeses supersticiosos de que qualquer lasca de madeira velha era um fragmento da verdadeira cruz. Evidentemente, não faltavam negociantes de relíquias para se aproveitarem dessa credulidade. Os resultados foram fantasticamente além do que se pode acreditar. De acordo com Erasmo, as igrejas da Europa possuíam pedaços de madeira da verdadeira cruz em quantidade suficiente para construir um navio. Na menos de cinco tíbias do jumento montado por Jesus quando entrou em Jerusalém eram exibidas em lugares diferentes, para não falar em doze cabeças de João Batista. Martinho Lutero afirmou num libelo dirigido ao seu inimigo, o arcebispo de Mogúncia, que este dizia possuir "uma libra inteira do vento que soprou para Elias na caverna do Monte Horeb, além de duas penas e um ovo do Espírito Santo".

É convicção dos autores modernos, no entanto, que os abusos da igreja católica não foram as causas primárias da Revolução Protestante. Essas condições tinham mesmo começado a melhorar pouco antes do início da revolta. Muitos católicos piedosos haviam espontaneamente iniciado a agitação em prol de uma reforma que, com o tempo, viria por certo eliminar a maioria dos males notórios do sistema. Mas, como amiúde acontece em se tratando de revoluções, o remédio viera muito tarde. Outras forças de índole mais irresistível haviam, aos poucos, tomado impulso. Entre essas forças de natureza religiosa avultava a reação crescente contra a filosofia do fim da Idade Média, com a sua sutil teoria dos sacramentos, a sua crença na necessidade das boas obras para suplementar a fé e a sua teoria da autoridade divina delegada aos padres.

Reportando-se aos capítulos precedentes, o leitor se lembrará de que dois sistemas diferentes de teologia se haviam desenvolvido

no seio da igreja medieval. O primeiro deles, formulado principalmente pelos seguidores de S. Agostinho na primeira fase da Idade Média, baseava-se teologia: o nos ensinamentos das Epístolas de S. Paulo. Presumia um Deus onipotente que descortina todo o drama do universo num simples relancear de olhos. Nem mesmo um pardal cairá da árvore em que está pousado senão em consequência de um decreto divino. Sendo a natureza humana irremediavelmente depravada, é tão impossível ao homem realizar boas ações quanto a um cardo produzir figos. O homem depende inteiramente de Deus, não só quanto à graça capaz de preservá-lo do pecado, mas também quanto ao seu destino depois da morte. Somente poderão salvar-se aqueles mortais a quem Deus, por razões Suas, predestinou a ganhar a vida eterna. Tal era, em ligeiro esboço, o sistema de doutrina geralmente conhecido como augustinismo. Era uma teologia muito acomodada à época de caos que se seguiu à desintegração do mundo clássico. Os homens de então inclinavam-se ao fatalismo e aos interesses extraterrenos, pois parecia estarem à mercê de forças que não podiam controlar. O sistema, porém, nunca morreu de todo. Em certos meios conservou-se intacto durante séculos, e em particular na Alemanha, onde os progressos da última fase da civilização feudal foram relativamente lentos. Para Lutero e para muitos adeptos seus, parecia ele a mais lógica interpretação da fé cristã.

Com o desenvolvimento de uma vida mais abundante nas cidades da Europa meridional e ocidental, era de esperar que a filosofia pessimista do angustinismo fosse substituída por um sistema que, de certo modo, restaurasse o homem no orgulho da sua condição. A mudança foi também acelerada pelo desenvolvimento de uma organização dominante da igreja. A teologia agostiniana, colocando o destino do homem inteiramente nas mãos de Deus, parecia implicar que as funções de uma igreja organizada eram pouco menos que desnecessárias. Por certo nenhum pecador podia confiar nas ministrações dos padres para aumentar as suas possibilidades de salvação, uma vez que aqueles que deviam ser salvos já tinham sido "eleitos" por Deus desde toda a eternidade. O

novo sistema de crença cristalizou-se, por fim, durante os séculos XII e XIII, nas obras de Pedro Lombardo e S. Tomás de Aquino. Sua premissa principal era a idéia de que o homem fora dotado por Deus de livre arbítrio, com o poder de escolher o bem e evitar o mal. O homem não podia, no entanto, fazer essa escolha inteiramente sem auxílio, pois se lhe faltasse o apoio da graça divina era muito provável que caísse em pecado. Por conseguinte, era-lhe necessário receber os sacramentos, meios indispensáveis para que a graça de Deus se comunicasse ao homem. Dos sete sacramentos da igreja, os três mais importantes para o homem eram o batismo, a penitência e a eucaristia. O primeiro apagava a mancha do pecado original; o segundo absolvía da culpa o pecador contrito, ao passo que o terceiro assumia particular importância por sua ação de renovar os efeitos redentores do sacrifício de Cristo na cruz. Afora o batismo, nenhum dos sacramentos podia em hipótese alguma ser ministrado por qualquer pessoa estranha ao clero. Os membros deste, havendo herdado do apóstolo Pedro o poder das chaves, eram os únicos que tinham autoridade para cooperar com Deus no perdão dos pecados e realizar o milagre da eucaristia, pelo qual o pão e o vinho se transubstanciavam na carne e no sangue do Salvador.

A Revolução Protestante foi, em larga medida, uma rebelião contra o segundo desses sistemas de teologia. Ainda que as doutrinas de Pedro Lombardo e S. Tomás de Aquino se tivessem incorporado à teologia oficial da igreja, nunca foram universalmente aceitas. Aos cristãos educados sob a influência agostiniana, davam a impressão de diminuir a soberania de Deus e contradizer os claros ensinamentos de Paulo, segundo os quais a vontade do homem é escrava e a sua natureza, indescritivelmente vil. Pior ainda, na opinião desses críticos, era o fato de que a nova teologia fortalecia muitíssimo a autoridade do clero. Em suma, o que os reformadores queriam era a volta a um cristianismo mais primitivo do que aquele que predominava desde o século XIII. Inclínavam-se fortemente a rejeitar qualquer doutrina ou prática que não fosse expressamente sancionada pelas Escrituras, em especial pelas Epístolas Paulinas, ou que não fossem reconhecidas pelos Padres da Igreja. Por esse

motivo, condenavam não apenas a teoria do sacerdócio e o sistema sacramental da igreja, mas também certos aditamentos medievais à fé, tais como o culto da Virgem, a crença no purgatório, a invocação dos santos, a veneração das relíquias e a regra de celibato do clero. Relativamente pouco tinham que ver com isso as razões ligadas ao racionalismo ou ao ceticismo. Embora seja certo que Lutero ridicularizou a veneração das relíquias como uma forma de superstição, no fundo os primeiros protestantes encaravam a razão com mais desconfiança ainda do que os próprios católicos. Seu ideal religioso repousava nos dogmas agostinianos do pecado original, da depravação total do homem, da predestinação e da escravidão da vontade - dogmas que eram certamente mais difíceis de justificar com base na razão do que os ensinamentos liberais de S. Tomás.

Algumas outras causas merecem ao menos um ligeiro comentário. Uma delas foi o declínio do respeito ao papado, consequência do chamado "Cativoiro Babilônico" e do Grande Cisma. O "Cativoiro Babilônico" originou-se no começo do século XIV de uma disputa entre o rei Filipe IV da França e o papa Bonifácio VIII. Os soldados prenderam o papa e este morreu pouco depois, não podendo resistir aos efeitos da humilhação. Volvido algum tempo, foi eleito para o trono de S. Pedro o candidato pessoal de Filipe e a capital pontifícia transferiu-se para Avinhão, no vale do Ródano, onde permaneceu por quase 70 anos. Rodeados de influências francesas, os papas que reinaram em Avinhão não se furtaram à pecha de subserviência aos interesses da França. No espírito de muitos cristãos o papado cessara de ser uma instituição internacional para degradar-se à condição de mero joguete de um poder secular. Em 1378 o chefe da igreja sofreu uma perda ainda maior de prestígio. Uma tentativa de restaurar o papado na sua capital primitiva resultou na eleição de dois papas, um em Avinhão e outro em Roma, cada um dos quais ruidosamente se proclamava o sucessor direto do apóstolo Pedro. A consequente divisão da igreja em duas facções é conhecida como o "Grande Cisma". Embora o mal tivesse sido finalmente sanado pelo Concílio de

Constança, em 1417, seria difícil superestimar-lhe os efeitos no enfraquecimento da posição do papado.

Outro fator de certa importância no aceleração da Revolução Protestante foi a influência dos místicos e dos primeiros reformadores. Por mais de dois séculos antes de Lutero, tinha sido o misticismo uma das mais populares formas de expressão religiosa na Europa setentrional. Não é por mera casualidade que a grande maioria dos místicos foram alemães ou naturais dos Países-Baixos. Salientaram-se entre eles Mestre Eckhart, Henrique Suso e João Tauler, que viveram todos no século XIV. Embora nenhum desses homens pregasse abertamente a rebelião contra o sistema católico, opunham-se com veemência ao caminho ritualístico da salvação preconizado pela igreja medieval. Na sua versão da religião, o indivíduo atingiria o supremo lugar no céu pela extinção dos desejos egoístas e pela absoluta sujeição da alma a Deus. Não seriam necessários nem sacramentos nem milagres- sacerdotais. A fé e uma profunda piedade conseguiriam maiores maravilhas em reconciliar o pecador com Deus do que todas as missas do calendário da igreja. A par dos místicos, certo número de reformadores pré-Reforma exerceram considerável influência no preparo do terreno para a Revolta Protestante. No fim do século XIV, um professor de Oxford chamado João Wyclif lançou contra o sistema católico um ataque que antecipou em grande parte as fulminações de Lutero e Calvino. Denunciou a imoralidade do clero, condenou as indulgências e o poder temporal da igreja, recomendou o matrimônio dos sacerdotes, insistiu na autoridade suprema das Escrituras como fonte de fé e negou a transubstanciação, embora admitisse, como Lutero mais tarde, que Cristo está de fato presente no pão e no vinho. A maioria dos ensinamentos de Wyclif foram ulteriormente transportados para a Europa central pelos estudantes tchecos de Oxford. Foram ativamente propagados na Boêmia por João Russ, que, em 1415, sofreu o suplício da fogueira. Lutero reconheceu a sua enorme dívida para com o mártir boêmio.

Como movimento político, a Revolta Protestante resultou principalmente de duas causas: primeiro, a formação de uma

consciência nacional no norte da Europa; e, segundo, o aparecimento de governos despóticos. Já desde os fins da Idade Média fazia-se notar um crescente espírito de independência entre muitos povos fora da Itália. Esses povos tinham passado a considerar a sua vida nacional como soberana e a não tolerar qualquer interferência de origem externa. Em especial, inclinavam-se a encarar o papa como um estrangeiro a quem não assistia o direito de intrometer-se nos negócios internos da Inglaterra, da França ou da Alemanha. Tal sentimento já se havia manifestado na Inglaterra em meados do século XIV, ao serem promulgados os famosos Estatutos de Provisores e de Praemunire. Os primeiros tornavam sem valor as nomeações feitas pelo papa para cargos eclesiásticos na Inglaterra, ao passo que o segundo proibia o recurso a Roma das decisões dos tribunais ingleses. Em 1438, uma lei ainda mais radical do que essas foi decretada pelo rei da França. A lei francesa, conhecida como a Pragmática Sanção de Bourges, abolia praticamente toda autoridade papal no país, inclusive o poder de fazer nomeações e o direito de cobrar tributos. Transferiu-se aos magistrados civis o poder de regular os assuntos religiosos nos seus distritos. Um decreto posterior estabeleceu a pena de morte para qualquer agente do papa que introduzisse no país uma bula em contradição com a Pragmática Sanção. À Alemanha, a despeito de não haver ali uma sólida unidade política, de nenhum modo faltava o sentimento nacional, que se exprimia em ataques violentos da Dieta Imperial ao clero e em numerosos decretos dos governantes dos estados independentes, proibindo as nomeações eclesiásticas e a venda de indulgências sem seu consentimento.

A formação de uma consciência de autonomia nacional em todos esses países marchou a passo igual com o aparecimento de governos despóticos. Seria difícil, na verdade, determinar até que ponto esse sentimento foi espontâneo e até que ponto foi estimulado por príncipes ambiciosos com o fito em aumentar o seu poder. De qualquer modo, é certo que as pretensões dos governantes a uma autoridade absoluta tinham de resultar fatalmente numa atitude de desafio a Roma. Não era de esperar

que um déspota tolerasse a exclusão da religião da sua esfera de controle. Não lhe era possível ser déspota enquanto houvesse uma dupla jurisdição dentro do seu reino. O apetite de controle sobre a igreja, por parte dos príncipes, foi aguçado originalmente pelo restabelecimento do direito romano, com a sua doutrina da delegação de todos os poderes pelo povo ao governante secular. A isso deve ser somado o efeito dos ensinamentos da Wyclif na Inglaterra e de Pierre Dubois (1.250-1.312) na França, segundo os quais o poder temporal do papa devia ser transferido para o rei. Passar dessa doutrina à idéia de que toda a autoridade papal podia com justiça ser assumida pelo chefe de estado era uma conclusão relativamente fácil. Mas, quaisquer que tenham sido as razões dessa evolução, não pode haver dúvida de que a causa original do crescente antagonismo a Roma tenha sido a ambição dos príncipes seculares de colocar a igreja sob o seu domínio. Finalmente, há ainda a considerar as causas econômicas da Revolução Protestante. As mais importantes dentre elas foram o desejo de se apossar das riquezas da igreja e o ressentimento contra a tributação papal. No curso da sua história, desde o início da Idade Média, a igreja tinha-se transformado num vasto império econômico. Era, por grande diferença, a maior proprietária de terras na Europa ocidental, sem falar no seu enorme acervo de bens móveis, sob a forma de ricas alfaías, jóias, metais preciosos etc. A estimativa da extensão das terras possuídas pelos bispados e mosteiros, no século XVI, atinge o total de um terço do território da Alemanha e um quinto do da França. Algumas dessas possessões tinham sido adquiridas pela igreja a título de concessões feitas pelos reis e pelos nobres, mas a maior parte provinha de doações e legados de cidadãos piedosos. A caça aos legados era uma ocupação favorita do clero já no século XII, como se evidencia por um decreto do papa Alexandre III, segundo o qual nenhum testamento seria válido a menos que fosse feito em presença de um padre. A existência de tão grandes riquezas nas mãos da igreja provocava a profunda acrimônia não só dos reformadores ascéticos do século XVI, mas também de milhares de leigos. Os reis, suspirando por mais exércitos e armadas,

tinham urgente necessidade de aumentar as suas rendas. A lei católica, no entanto, proibia a tributação dos bens da igreja. Tal isenção significava uma sobrecarga para os outros proprietários, sobretudo para os mercadores e banqueiros prósperos. Além disso, na Alemanha, a pequena nobreza estava ameaçada de extinção em vista do colapso da economia senhorial. Muitos desses pequenos nobres lançavam olhares cobiçosos às terras da igreja. Se fosse possível encontrar uma escusa para expropriar essas terras, a sua difícil situação ficaria bastante aliviada.

Pouco antes da Revolução Protestante, a tributação papal assumira uma imensa variedade de formas irritantes. A mais universal, talvez, senão a mais onerosa era o chamado "vintém de Pedro", uma arrecadação de um dólar aproximadamente por ano sobre cada lar da cristandade. É preciso frisar que essa taxa se adicionava ao dízimo, o qual devia representar um décimo da renda de cada cristão, pago para sustentar a igreja paroquial. Havia, além disso, os inumeráveis emolumentos pagos ao tesouro pontifício por indulgências, dispensas, recursos de decisões judiciárias etc. Num sentido muito real, o dinheiro recolhido da venda de cargos eclesiásticos e das "anatas", ou comissões arrecadadas sobre a renda do primeiro ano de cada bispo ou padre, eram também formas de tributação papal, uma vez que os pagantes tratavam de reembolsar-se por meio de um aumento das coletas populares. A principal objeção contra esses impostos não estava, porém, em serem tão numerosos e pesados. A famosa acusação de alguns escritores católicos modernos, de que os protestantes desejavam simplesmente uma religião mais barata, não tem bons fundamentos na realidade. O verdadeiro motivo das queixas contra os tributos papais era o escoamento de grande parte da riqueza dos países setentrionais em proveito da Itália. Economicamente, a situação era mais ou menos a mesma que seria se as nações do norte da Europa tivessem sido conquistadas por um príncipe estrangeiro que lhes impusesse tributos. Alguns alemães e ingleses também se escandalizavam com o fato de a maior parte do dinheiro recolhido não ser despendida para fins religiosos, mas desperdiçada pelos papas mundanos na

manutenção de uma corte suntuosa. A principal razão de ressentimento, todavia, era financeira e não moral.

Uma terceira e muito importante causa econômica da Revolta Protestante foi o conflito entre as ambições da nova classe média e os ideais ascéticos do cristianismo medieval. Já mostramos, em capítulo anterior, que os filósofos católicos dos fins da Idade Média desenvolveram uma bem elaborada teoria com o objetivo de guiar o cristão em assuntos de produção e comércio. Essa teoria fundava-se na premissa de que o negócio com visto no lucro é essencialmente imoral. Ninguém tinha direito a mais do que uma retribuição razoável em troca dos serviços prestados à comunidade. Toda riqueza adquirida além dessa quantia devia ser entregue à igreja, em benefício dos necessitados. O mercador ou artífice que procurasse enriquecer a expensas do povo não passaria, na realidade, de um gatuno comum. Obter vantagem sobre um rival nos negócios, açambarcando o mercado ou reduzindo os salários, era contrário à toda lei e moralidade. Igualmente pecaminosa era a detestável prática da usura, isto é, a cobrança de juros por empréstimos que não envolvessem risco verdadeiro. Isso era puro roubo, uma vez que privava a outra parte de ganhos que lhe pertenciam legitimamente; era contrário à natureza, pois capacitava o homem que emprestava dinheiro a viver sem trabalhar.

Embora essas doutrinas não fossem de modo algum universalmente respeitadas, mesmo pela própria igreja, continuaram a formar parte integrante do ideal católico até o fim do período renascentista. Mesmo até hoje não foram inteiramente abandonadas, como mostrará o nosso estudo do catolicismo liberal dos séculos XIX e XX. A época da Renascença, no entanto, foi acompanhada pelo desenvolvimento de um sistema econômico nitidamente incompatível com a maioria dessas doutrinas. Um capitalismo implacável, dinâmico, baseado no princípio de que "o maior devora o menor", suplantou a antiga economia estática das corporações medievais. Os comerciantes e industriais já não se contentavam com um mero "salário" em troca dos serviços prestados à coletividade. Exigiam lucros e não compreendiam que

a igreja tivesse o direito de decidir o que cada um deveria ganhar. Os salários eram bons para os trabalhadores servis, que não têm capacidade nem iniciativa para se lançarem à consecução das grandes recompensas. Junte-se a tudo isso o desenvolvimento do sistema bancário, que significava um conflito ainda mais violento com o ideal ascético da igreja. Enquanto o negócio de empréstimos de dinheiro estivera nas mãos de judeus e muçulmanos, pouco importava que a usura fosse estigmatizada como um pecado. Mas agora que os cristãos estavam amontoando riquezas para financiarem os empreendimentos de reis e mercadores, a questão mudava de figura. A nova geração de banqueiros não gostava nada de ouvir dizer que o seu lucrativo comércio de dinheiro contrariava as leis divinas. Isso lhes parecia uma inepta tentativa de hipócritas lamurientos para se tornarem únicos senhores de todas as coisas boas da vida. Como foi, então, que a Itália não rompeu com a igreja católica em vista do extenso desenvolvimento, que datava já do século XIII, do sistema bancário e do comércio em cidades como Florença, Gênova e Milão? A explicação está, provavelmente, na influência mais forte do paganismo sobre a Itália renascentista do que sobre qualquer outro país da Europa. Grandes banqueiros como os Médicis de Florença eram cristãos apenas no nome. Mesmo os italianos que eram cristãos em algo mais que no nome não levavam geralmente muito a sério as suas crenças. Seu modo de encarar a religião assemelhava-se ao dos antigos romanos - exterior e mecânico, e não ético ou espiritual. Para os europeus do norte, em contraste, a religião tinha um significado mais profundo. Concebiam-na principalmente como um sistema de moral imposto por um Deus irascível. Causava-lhes, por isso, profunda perturbação qualquer incoerência entre a sua vida terrena e as doutrinas da fé. Quando ocorria tal conflito, só havia duas alternativas possíveis: ou modificar a sua conduta pessoal para se adaptarem à fé, ou escolher uma nova religião. Como se tratasse de optar entre o desinteresse ascético e a eliminação do sistema que condenava a riqueza, não é difícil prever que caminho tomariam.

Antes de encerrar este estudo das causas, é importante considerar brevemente as razões pelas quais a Revolução Protestante se iniciou na Alemanha. Em primeiro lugar, temos o fato de se encontrar a Alemanha numa situação de certo atraso em relação à maioria dos demais países da Europa ocidental. Tinha sido tocada apenas de leve pela Renascença e era ainda muito forte ali a herança da Idade das Trevas. Em consequência, o espírito religioso estava mais profundamente enraizado do que na Itália, na França ou na Inglaterra. Em segundo lugar, a Alemanha era, em maior escala do que outras regiões, vítima dos abusos católicos. Os reis da França e da Inglaterra tinham conseguido desafiar com sucesso o papa na questão das nomeações para os cargos eclesiásticos e dos recursos à cúria romana. A Alemanha, porém, não tinha um governante poderoso que lhe defendesse os interesses. Foi, sobretudo, por essa razão que Leão X a escolheu como o campo mais promissor para a venda de indulgências. Os males relacionados com esse tráfico teriam sido insuportáveis, provavelmente, a qualquer nação. Por fim, os fatores econômicos assumiam, ali, grande importância. A igreja possuía na Alemanha uma porção enorme das melhores terras cultiváveis e o país fervia de descontentamento por causa de uma transição demasiado rápida da sociedade feudal para uma economia de lucros e salários. Era de certo modo inevitável que o desagrado, tanto dos cavaleiros como dos camponeses, explodisse numa revolta. A pequena nobreza via-se ameaçada de ruína pela concentração das terras em grandes propriedades, enquanto os camponeses estavam sendo imprensados entre a alta dos preços e a perda dos privilégios feudais. Defrontando-se com tais dificuldades, ambas as classes voltaram-se contra a igreja, na qual viam a sua opressora mais rica e mais séria. Os mercadores e os banqueiros, por motivos diferentes, mas não menos poderosos, não se mostraram remissos em oferecer o seu apoio.

I. A Revolta Luterana na Alemanha

Ao raiar do século XVI estava a Alemanha madura para a revolução religiosa. Só faltava encontrar um líder capaz de unir os elementos descontentes e emprestar às suas reivindicações um verniz teológico aceitável. Esse homem não demorou a aparecer. Chamava-se Martinho Lutero e nascera na Turíngia, em 1483. Seus genitores tinham sido camponeses, mas o pai, logo depois do casamento, abandonara o campo para trabalhar nas minas de Mansfeld. Alcançara ali uma relativa prosperidade e chegara a ser conselheiro da vila. Apesar disso, o ambiente em que decorreu a primeira infância de Martinho estava longe de ser ideal. Em casa, por desobediências triviais, era espancado até sangrar; povoavam-lhe o espírito de terrores medonhos com histórias de demônios e feiticeiras. Algumas dessas superstições não o abandonaram até o fim da vida. Os pais queriam que ele fosse advogado e, com esse fim em vista, matricularam-no aos dezoito anos na Universidade de Erfurt. Durante os primeiros quatro anos Lutero estudou muito, alcançando renome pouco comum como aluno. Mas em 1505, ao voltar de uma visita à casa, foi surpreendido por violenta tempestade. No terror de ser fulminado por um Deus furioso, fez a Santa Ana a promessa de tornar-se monge. Pouco depois ingressou no mosteiro agostiniano de Erfurt. Durante algum tempo, parece ter-se entregue quase inteiramente à mais intensa reflexão sobre o estado da sua alma. Perseguido pela idéia de ter inúmeros pecados, esforçava-se desesperadamente para alcançar a paz espiritual por meio de jejuns e torturas. Mas, voltando-lhe as antigas solicitações da carne, convenceu-se por fim de que nenhum esforço de sua parte poderia salvá-lo. Finalmente, lendo S. Paulo e S. Agostinho, concluiu que nenhuma virtude humana tem valor a não ser quando santificada pela graça de Deus, a qual é largamente dispensada aos eleitos. Descobriu que toda a humanidade é pecadora por natureza, mas que Deus escolhe alguns para a vida eterna e os dota de graça para levarem uma existência justa. Depois, baseando-se na Epístola de S. Paulo aos

romanos, desenvolveu a famosa doutrina da justificação pela fé. Com isso queria significar que o homem só se pode tornar merecedor aos olhos de Deus pela absoluta submissão à vontade divina. As chamadas boas obras da igreja - jejuns, peregrinações e sacramentos - de nada valem na realidade. Tampouco a intercessão dos padres ou dos santos podem ter qualquer efeito sobre a redenção do homem. Essa doutrina da justificação pela fé, opondo-se à salvação pelos sacramentos e pelas demais boas obras da igreja, é geralmente considerada a pedra angular da revolta luterana.

Muitos antes, porém, de ter completado o seu sistema teológico, foi Lutero convidado a fazer conferências sobre Aristóteles e a Bíblia na Universidade de Wittenberg, recentemente fundada por Frederico o Sábio, da Saxônia. Enquanto ele se desempenhava da incumbência, sobreveio um acontecimento que fez saltar a centelha da Revolução Protestante. Em 1517, um frade dominicano sem princípios, chamado Tetzel, apareceu na Alemanha vendendo indulgências. Decidido a arranjar a maior soma possível de dinheiro para o papa Leão X e para o arcebispo de Mogúncia, a quem servia, Tetzel deliberadamente inculcava as indulgências como bilhetes de entrada para o céu. Embora proibido de entrar na Saxônia, veio até as fronteiras desse estado e muitos habitantes de Wittenberg correram a comprar a salvação por preço tão atraente. Lutero estremeceu-se ante essa descarada exploração do povo ignorante. Formulou, pois, uma série de 95 teses ou declarações, atacando a venda de indulgências, e afixou-as à porta da igreja, de acordo com o uso do tempo, no dia 31 de outubro de 1517. Mais tarde mandou-as imprimir e enviou-as aos seus amigos em várias cidades. Logo se tornou evidente que as 95 teses exprimiam os sentimentos de uma nação. Em toda a Alemanha Lutero foi saudado como o chefe enviado por Deus para quebrar o poder de um clero arrogante e hipócrita. Dentro em pouco, fervia uma violenta reação contra a venda de perdões. Tetzel foi expulso do país, depois de ter sido quase linchado. Começara por fim a revolta contra Roma.

Era inevitável que o papa resolvesse intervir ao ver-se privado do produto da venda de indulgências. Já no começo de 1518 ordenou ao geral da ordem dos agostinhos que obrigasse o frade rebelde a retratar-se. Lutero não somente recusou fazê-lo mais ainda publicou um sermão em que afirmava, com mais vigor do que antes, as suas idéias. Se medidas mais enérgicas não foram tomadas contra ele nessa ocasião, foi por estar Leão X muito ocupado com as próximas eleições imperiais. Durante mais de dois anos o impetuoso frade ficou imune de perseguições, protegido que era pelo seu amigo, o eleitor Frederico da Saxônia. Passou esse tempo a escrever panfletos para difundir as suas doutrinas e fazer com que não esmorecesse o entusiasmo dos adeptos. Forçado por seus críticos a responder questões sobre muitos assuntos alheios às indulgências, aos poucos chegou à conclusão de que a sua religião era totalmente irreconciliável com a da igreja romana. Não havia outra alternativa senão romper em definitivo com a fé católica. Em 1520 os seus ensinamentos foram formalmente condenados por uma bula de Leão X e Lutero recebeu ordem de retratar-se dentro de sessenta dias, sob pena de ser considerado herético. Respondeu queimando publicamente a proclamação do papa. Por esse ato foi excomungado, com ordem de ser entregue ao braço secular para receber o devido castigo. A Alemanha, nessa época, ainda se achava teoricamente sob o governo do Santo Império. Carlos V, que acabava de ser elevado ao trono do periclitante império, estava ansioso por se livrar o quanto antes do insolente rebelde, mas não se atrevia a agir sem a aprovação da Dieta Imperial. Por esse motivo, Lutero foi intimado em 1521 a comparecer perante uma reunião da dieta em Worms. Sendo também hostis à igreja muitos dos príncipes e eleitores que compunham a assembléia, nada de especial se fez, a despeito da teimosa recusa de Lutero a retirar uma só palavra do que havia dito. Finalmente, depois de alguns membros já terem voltado para casa, o imperador fez passar um edito estigmatizando e pondo fora da lei o frade turbulento. Mas Lutero já se havia refugiado no castelo de seu amigo, o eleitor da Saxônia. Ali permaneceu até passar todo perigo de prisão pelos soldados do

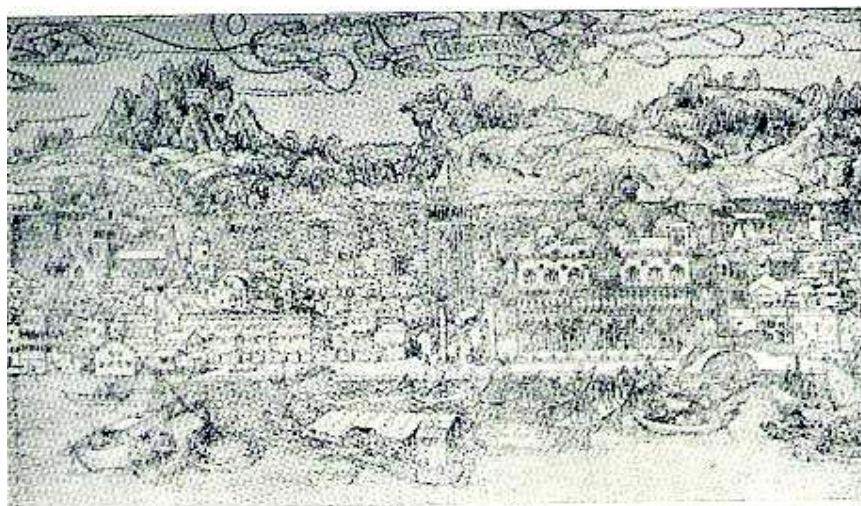
imperador. Pouco depois Carlos ausentou-se para dirigir a guerra contra a França e o edito de Worms nunca foi posto em execução. De então em diante, até a sua morte em 1.546, Lutero se ocupou com o trabalho de estabelecer uma igreja alemã independente. A despeito do conflito fundamental entre as suas crenças e a teologia católica, conservou bom número de elementos do sistema romano. Com o passar dos anos tornou-se mais conservador do que muitos adeptos seus e comparou alguns deles a Judas traíndo o Mestre. Embora a princípio tivesse atacado a transubstanciação, acabou por adotar uma doutrina que apresentava pelo menos uma semelhança superficial com a teoria católica. Chamou a essa doutrina "consustanciação", para indicar que o corpo e o sangue de Cristo estão realmente presentes ao lado do pão e do vinho. Sustentava que as palavras imputadas a Cristo no Novo Testamento, "Este é o meu corpo", eram verdadeiras ao pé da letra, embora contrárias à razão; negava, no entanto, que se desse qualquer mudança no pão e no vinho como resultado de um milagre sacerdotal. Do mesmo modo, conservou a prática católica de elevar a hóstia ou pão sagrado da Eucaristia para a adoração dos fiéis. Contudo, as mudanças que operou foram suficientemente drásticas para manter o caráter revolucionário da nova religião. Substituiu o latim pelo alemão nos serviços religiosos. Rejeitou todo o sistema eclesiástico composto de papa, arcebispos, bispos e padres como guardiões das chaves do reino do céu. Abolindo o monasticismo e insistindo no direito de casarem-se os sacerdotes, avançou muito no sentido de destruir a barreira que os havia separado dos leigos, conferindo-lhes uma posição especial como representantes de Deus na terra. Eliminou todos os sacramentos, com exceção do batismo e da eucaristia, e negou que mesmo esses tivessem qualquer poder sobrenatural de trazer a graça dos céus à terra. Uma vez que continuava a dar maior valor à fé do que às boas obras como caminho para a salvação, era natural que rejeitasse práticas formais como o jejum, as peregrinações, a veneração de relíquias e a invocação dos santos. Por outro lado, as doutrinas da predestinação e da suprema autoridade das Escrituras receberam na nova religião um

lugar mais preeminente do que na antiga. Finalmente, Lutero abandonou a concepção católica da superioridade da igreja sobre o estado. Ao invés de ter bispos submetidos ao papa na qualidade de vigário de Cristo, organizou a sua igreja sob a direção de superintendentes que deviam ser funcionários do governo.

Lutero não foi, naturalmente, o único responsável pelo sucesso da Revolução Protestante. Na formulação dos princípios da nova fé, foi habilmente auxiliado por Filipe Melanchton, um professor de grego e anteriormente humanista da Universidade de Wittenberg. Foi Melanchton que redigiu a Confissão de Augsburgo (1530), ainda hoje aceita como o credo da igreja luterana. A subversão do catolicismo na Alemanha foi também ajudada pela irrupção de uma revolta social. Em 1522-23 ocorreu uma feroz rebelião de cavaleiros. Esses pequenos nobres, como já vimos, estavam sendo empobrecidos pela concorrência das grandes propriedades e pela transição para uma economia capitalista. Consideravam como causa principal da sua miséria a concentração da riqueza territorial nas mãos dos grandes príncipes da igreja. Fervorosos nacionalistas sonhavam com uma Alemanha unida e livre do domínio dos poderosos latifundiários e dos padres cúpidos. Os chefes desse movimento foram Ulrich von Hutten, que de humanista se transformara em ferrenho adepto de Lutero, e Francis von Sickingen, um célebre barão-salteador e soldado de aventura. A esses homens o evangelho de Lutero parecia oferecer um excelente programa para uma guerra em prol da liberdade da Alemanha. Se bem que essa rebelião fosse rapidamente esmagada pelos exércitos dos arcebispos e dos nobres mais ricos, parece ter tido um efeito considerável em persuadir os sustentáculos do antigo regime de que seria pouco prudente opor uma resistência encarniçada ao movimento luterano.

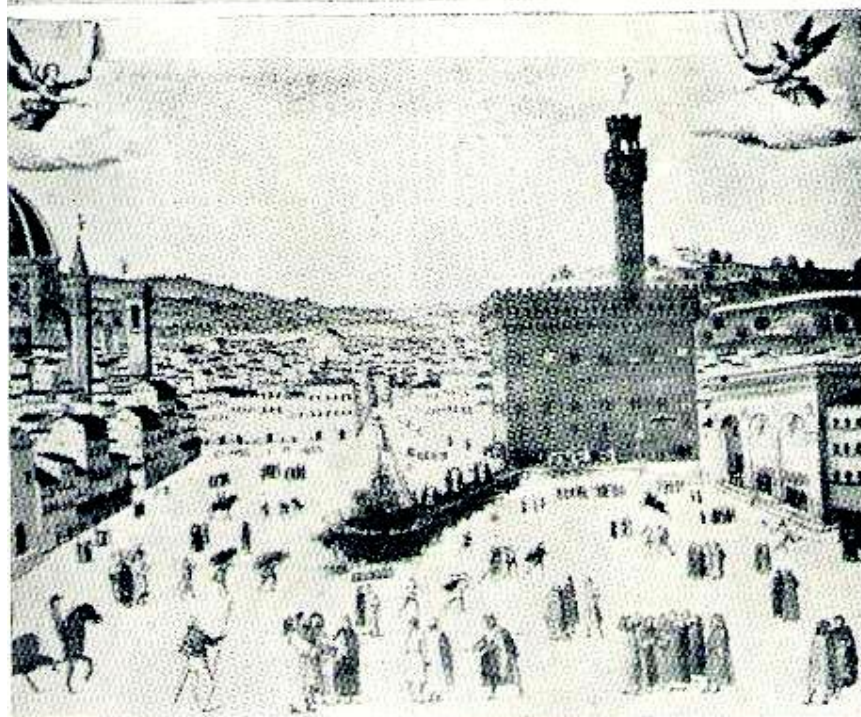
A revolta dos cavaleiros foi seguida, em 1523-25, por uma sublevação ainda mais violenta das classes inferiores. Se bem que a maioria dos participantes fossem camponeses, ligaram-se também ao movimento muitos trabalhadores pobres das cidades. As causas dessa segunda rebelião foram de certo modo semelhantes às da primeira: a alta do custo da vida, a

concentração da propriedade territorial e o radicalismo religioso inspirado pelos ensinamentos de Lutero. Mas os camponeses e os proletários também foram instigados à ação por muitos outros fatores ainda. A decadência do regime feudal havia eliminado a relação paternal entre nobre e servo. Em seu lugar surgira um simples nexos monetário entre empregador e empregado. A única obrigação que tinham agora as classes superiores era a de pagar salários. Quando atingido pela doença ou pelo desemprego, o trabalhador tinha de se arranjar como melhor pudesse com os seus poucos recursos. Além disso, estava sendo rapidamente abolida a maioria dos antigos privilégios de que gozavam os servos na propriedade senhorial, como o pascigo dos seus rebanhos nas terras comuns e a coleta de lenha na floresta. Para agravar ainda mais a situação, os senhorios tentavam agora enfrentar a alta dos preços exigindo maiores rendas dos camponeses. Por fim, a ira das classes inferiores fora provocada pelos efeitos do restabelecimento do direito romano, que tinham sido resguardar os direitos dos proprietários e fortalecer o poder do estado para defender os interesses dos ricos.

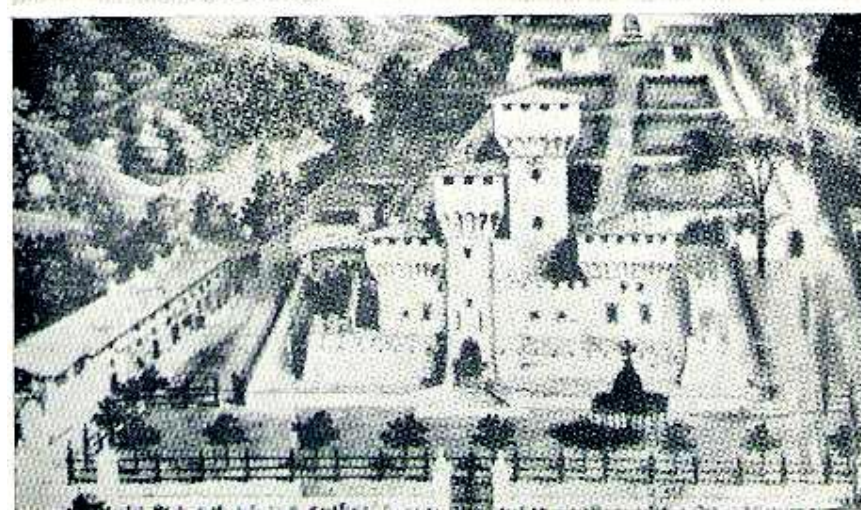


A VIDA NA RENASCENÇA ITALIANA

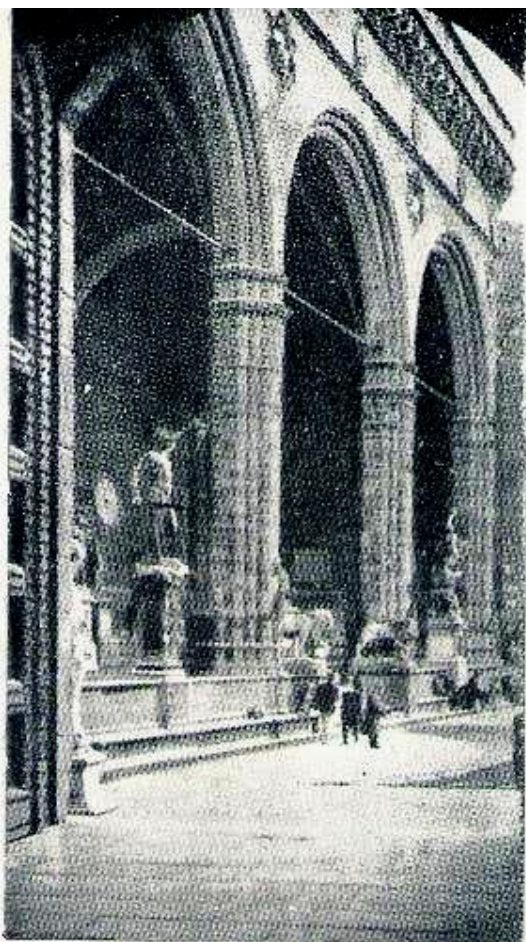
Vista de Veneza no século XV. O edifício com arcos e colunas é o palácio do Doge. Por detrás dele, a catedral de S. Marcos e o famoso "Campanile". De particular interesse é o movimento de embarcações no primeiro plano. (Metropolitan Museum of Art.)



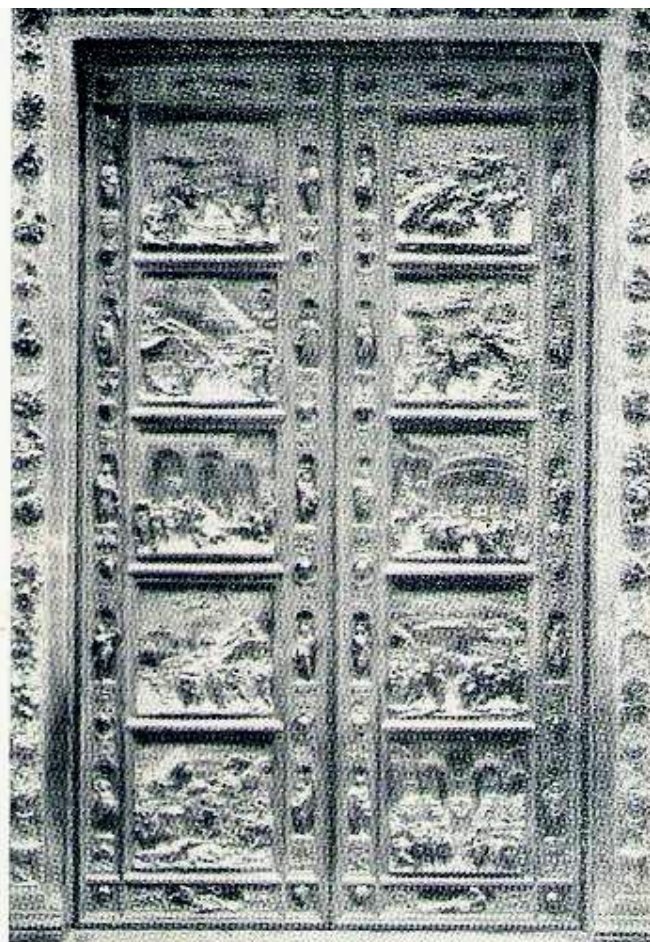
Florença na época renascentista. Malgrado o notável progresso cultural, a sociedade da Renascença era por vezes rude e brutal, como demonstra esta execução pública na Piazza della Signoria. À esquerda vê-se a cúpula da Catedral e à direita o Palazzo Vecchio e a Loggia dei Lanzi. (Bettmann Archive.)



Uma das vilas dos Médicis em Florença, nos fins do século XV. De um desenho do pintor flamengo George Uten. (Bettmann Archive.)



A Loggia dei Lanzi em Florença, primoroso exemplo da arquitetura renascentista. A estátua de bronze do primeiro plano é o "Perseu" de Benvenuto Cellini.



Porta de bronze, do Batistério de Florença, por Lorenzo Ghiberti. As cenas são tiradas do Velho Testamento. (Rudolf Lesch.)

ARTE RENASCENTISTA ITALIANA

O Palácio Pitti em Florença, começado por Brunelleschi mais ou menos em 1400. A construção maciça, como que de fortaleza, sobretudo do primeiro pavimento, atesta as condições políticas turbulentas da Renascença Italiana. Os Pitti eram rivais dos Médici.



Uma grande parte do povo espezinhado que participou da chamada Revolta dos Camponeses pertencia a uma seita religiosa conhecida pelo nome de anabatistas. Esse nome significa "rebatizadores" e provém de que os membros da seita afirmavam ser inútil o batismo das crianças, insistindo num batismo por imersão total quando o indivíduo alcançasse a idade da razão. Mas não era essa, na realidade, a sua doutrina essencial. Os anabatistas eram individualistas extremos em matéria de religião. Tomavam ao pé da letra o ensinamento de Lutero, de que cada um tem o direito de seguir os ditames da sua própria consciência. Não só rejeitavam a doutrina católica do sacerdócio, mas negavam ainda a necessidade de qualquer clero, sustentando que cada indivíduo devia seguir a orientação da "luz interior". Não admitiam que a revelação divina tivesse cessado com a redação do último livro do Novo Testamento, afirmando que Ele continuava a falar diretamente a alguns dos Seus servos eleitos. A religião dos anabatistas era, em conjunto, altamente emocional, dando grande valor às visões e aos arroubos extáticos. Muitos adeptos esperavam o fim do mundo próximo e o estabelecimento de um reino de Cristo, de justiça e de paz, no qual teriam eles um lugar preeminente. Os anabatistas, porém, eram mais do que um simples grupo de extremistas religiosos; representavam também as tendências sociais mais radicais do seu tempo. Embora seja provavelmente um exagero catalogá-los como comunistas, é certo que condenavam a acumulação de riqueza e ensinavam ser dever dos cristãos partilhar os seus bens entre si. Além disso, não reconheciam qualquer distinção de condição ou de classe, proclamando todos os homens iguais aos olhos de Deus. Muitos deles também abominavam os juramentos, condenavam o serviço militar e recusavam pagar impostos aos governos que se empenhassem em guerras. Suas doutrinas representavam a manifestação extrema do fervor revolucionário gerado pelo movimento protestante.

A Revolta dos Camponeses, de 1524-25, iniciou-se no sul da Alemanha e espalhou-se rapidamente para o norte e para o ocidente, até envolver quase todo o país. A princípio teve mais o

caráter de uma greve que de uma revolução. Os rebeldes contentavam-se com apresentar petições, tentando persuadir pacificamente os seus senhores a conceder-lhes um alívio da opressão. Mas, passados alguns meses, o movimento caiu sob o domínio de fanáticos como Tomás Münzer, que pregavam uma luta a ferro e fogo contra a nobreza e o clero perversos. Na primavera de 1525, os camponeses desencaminhados começaram a saquear e a incendiar os mosteiros e castelos, e até a assassinar alguns dos seus adversários mais odiados. Os nobres voltaram-se então contra eles com uma fúria diabólica, matando indiscriminadamente tanto os que resistiam como as criaturas indefesas. Por incrível que pareça os senhores eram encorajados nessa selvageria por vários reformadores, inclusive o próprio Lutero. Num panfleto intitulado Contra as hordas ladras e assassinas dos camponeses, incitava ele quantos pudessem a perseguir os rebeldes como a cães raivosos, a "ferir, estrangular e apunhalar, secreta ou publicamente, e fazê-los lembrar-se de que não há nada mais virulento, daninho e diabólico do que um homem revoltado".

Mas a brutal repressão da Revolta dos Camponeses não marcou o fim das atividades revolucionárias das classes oprimidas. Em 1534, um grupo de anabatistas apoderou-se do governo da cidade episcopal de Münster, na Vestfália. Milhares de adeptos acorreram das regiões vizinhas e Münster se tornou uma Nova Jerusalém onde foram postas em prática todas as fantasias acumuladas do setor lunático do movimento. As propriedades dos não-crentes foram confiscadas e introduziu-se a poligamia. Um certo João de Leyden assumiu o título de rei, proclamando-se sucessor de Davi com a missão de conquistar o mundo e exterminar os pagãos. Mas, ao cabo de pouco mais de um ano de tal regime, Münster foi recapturada pelo seu bispo e os chefes de Sião morreram entre horríveis torturas. Esse segundo desastre foi o ponto final na revolta dos desfavorecidos do século XVI. Convencendo-se da inutilidade da violência, abandonaram os dogmas fanáticos dos seus chefes tombados e retornaram ao quietismo religioso de antes. Renunciaram ao próprio nome de anabatista, como à maior

parte das doutrinas econômicas radicais. Muitos camponeses oprimidos e deserdados aderiram à seita dos menonitas, fundada por Menno Simons (1.492-1.559), cujos ensinamentos derivavam em grande parte dos seguidos pelos primitivos anabatistas. Outros fugiram para a Inglaterra, onde se tornaram os antepassados espirituais dos quacres.

II. A revolta de Zuínglio e de Calvino na Suíça

A forma especial de protestantismo desenvolvida por Lutero não logrou grande popularidade fora do seu ambiente nativo. Além da Alemanha, só os países escandinavos adotaram o luteranismo como religião oficial. Mas o vigor da revolta luterana se fez sentir em várias outras terras. Tal foi especialmente o caso da Suíça, onde o nacionalismo se vinha fortalecendo havia séculos. No fim da Idade Média, os valentes pastores e camponeses dos cantões suíços haviam impugnado aos austríacos o direito de governá-los e finalmente, em 1499, obrigaram o imperador Maximiliano a reconhecer-lhes a independência, não só em relação à casa dos Habsburgos, mas também ao Santo Império Romano. Tendo sacudido o jugo de um imperador estrangeiro, era pouco provável que os suíços se submetessem indefinidamente a um papa, também estrangeiro. Além disso, as cidades de Zurique, Basiléia, Berna e Genebra tinham-se transformado em florescentes empórios comerciais. Suas populações eram dominadas por sólidos burgueses que encaravam com desprezo crescente o ideal católico da glorificação da pobreza. Ali também o humanismo setentrional encontrara acolhida, benévola nos espíritos cultos, do que resultara uma sadia desconfiança ante as superstições clericais. Erasmo tinha vivido durante alguns anos em Basiléia. Finalmente, a Suíça fora escorchada pelos vendedores de indulgências em medida apenas inferior à da Alemanha, ao passo que a cidade de Berna fora teatro de certas fraudes monacais particularmente notórias.

O pai da Revolução Protestante na Suíça foi Ulrico Zuínglio. Apenas algumas semanas mais moço do que Lutero, Zuínglio era filho de um próspero magistrado que lhe pôde dar excelente educação. Frequentou as universidades de Viena e de Basiléia, completando nesta última o curso que lhe conferia o grau de mestre. Enquanto estudante consagrou quase todo o seu tempo à filosofia e à literatura, sem qualquer interesse pela religião, a não ser no tocante às reformas práticas dos humanistas cristãos. Embora se ordenasse com a idade de vinte e dois anos, seu objetivo principal ao vestir a sotaina era aproveitar os ensejos que isso lhe traria para cultivar os seus pendores literários. Durante cerca de oito anos continuou, portanto, a aceitar a proteção do papa, sem levar a sério o voto de celibato. Em 1.519, todavia, sofreu uma dessas conversões repentinas que são tão típicas nas histórias dos reformadores religiosos. Tal mudança de atitude parece ter-se devido a duas causas principais: uma infecção quase fatal de peste bubônica e a influência de Lutero. Não se sabe qual das duas ocorreu primeiro, mas ambas tiveram poderoso efeito. A partir de então Zuínglio tornou-se um fervoroso cruzado, não só em prol de uma religião mais pura, mas também do rompimento com a igreja católica. Aceitou quase todos os ensinamentos de Lutero, exceto o da consubstanciação. Sustentando que o pão e o vinho eram meros símbolos do corpo e do sangue de Cristo, Zuínglio reduziu o sacramento da eucaristia a uma simples comemoração. Orientou tão bem as forças anticatólicas que em 1.528 quase todo o norte da Suíça tinha abandonado a antiga fé. Mas quando tentou estender a sua cruzada aos cantões florestais, mais conservadores, chocou-se com uma resoluta oposição. Em 1.529 estalou uma guerra civil que, ao cabo de dois anos, resultou na derrota das forças zuínglianas e na morte do seu incomparável chefe. Pela Paz de Kappel (1.531) os protestantes concordaram em que a escolha de uma religião para cada zona da Suíça fosse feita pelos governos cantonais.

Dos cantões do norte, a Revolta Protestante da Suíça estendeu-se a Genebra. Essa bela cidade, localizada à beira do lago do mesmo nome, perto da fronteira francesa, gozava a duvidosa vantagem de

possuir um duplo governo. O povo devia lealdade a dois suseranos feudais: o bispo local e o conde de Sabóia. Como esses nobres governantes conspirassem para tornar mais absoluto o seu poder, os cidadãos rebelaram-se contra eles. Resultou daí a expulsão de ambos da cidade e a fundação de uma república livre. Mas o movimento dificilmente teria logrado êxito sem o auxílio prestado pelos cantões do norte. Não tardou muito, pois, que pregadores protestantes de Zurique e Berna comesçassem a aparecer em Genebra. Além disso, uma vez que os chefes da revolução política estavam excomungados por se haverem levantado em armas contra o bispo, era natural que se mostrassem favoráveis à idéia da adoção de uma nova religião pela sua cidade.

Foi nessa conjuntura que João Calvino chegou a Genebra. Embora destinado a desempenhar papel tão proeminente na história da Suíça, não era deste país, mas da França. Nasceu em Noyon, na Picardia, em 1.509. A mãe morreria quando ele era ainda muito pequeno e o pai, que não gostava de crianças, confiara-o aos cuidados de um amigo aristocrata. Ao atingir o nível da instrução superior foi enviado à Universidade de Paris, onde, devido ao seu temperamento bilioso e à mania de apontar faltas alheias, foi cognominado "o caso acusativo". Mais tarde, em obediência aos desejos do pai, foi estudar direito em Orléans. Ali caiu sob a influência de discípulos de Lutero, a ponto de se tornar suspeito de heresia. Conseqüentemente, em 1.534, quando o governo começou a atacar as pessoas de fé vacilante, Calvino fugiu para a Suíça. Estabeleceu-se por algum tempo em Basiléia e depois mudou-se para Genebra, que ainda se achava convulsionada pela revolução política. Começou logo a pregar e a arregimentar os seus adeptos, de tal forma que em 1.541 tanto o governo como a religião, tinham caído completamente sob o domínio de Calvino. Até a sua morte, em 1564, causada pela asma e pela dispepsia, governou - a cidade com mão de ferro. A história possui poucos exemplos de homens de índole mais sombria e mais teimosamente convicto da verdade das suas idéias.

Sob o governo de Calvino, Genebra transformou-se numa oligarquia religiosa. A autoridade suprema era exercida pela

Congregação do clero, que preparava todas as leis e as submetia à aprovação do Consistório. Este último órgão, composto, além do clero, por doze anciãos representantes do povo, tinha como função principal a fiscalização da moral pública e particular. Essa função era levada a cabo não somente por meio da punição da conduta anti-social, mas por uma devassa constante na vida particular de cada indivíduo. A cidade foi dividida em distritos e uma comissão do Consistório visitava casa por casa, a intervalos irregulares, a fim de investigar os hábitos dos moradores. Até as formas mais inofensivas de frivolidade humana eram estritamente proibidas. Dançar, jogar cartas, ir ao teatro, trabalhar ou divertir-se no Dia do Senhor, tudo isso era punido como crime. Os estalajadeiros não deviam permitir que qualquer pessoa comesse ou bebesse sem primeiro dar graças, nem que qualquer cliente ficasse fora da cama depois das nove horas, a menos que fosse para espionar a conduta alheia. Escusamos de dizer que as penalidades eram severas. Não somente o assassinio e a traição classificavam-se como crimes capitais, mas também o adultério, a feitiçaria, a blasfêmia e a heresia, sendo esta última, em especial, suscetível de ampla interpretação. Durante os quatro primeiros anos de governo calvinista em Genebra houve nada menos de cinquenta e oito execuções, numa população total que não ia além de 16.000 habitantes. No entanto, os bons efeitos de toda essa severidade parecem ter sido mínimos. Segundo Preserved Smith, houve mais casos de vício em Genebra depois da Reforma do que antes.

A essência da teologia de Calvino está contida nas Instituições da religião cristã, publicadas pela primeira vez em 1.536 e revistas e aumentadas várias vezes depois. Suas idéias se assemelham às de S. Agostinho mais do que às de qualquer outro teólogo. Concebia o universo sob a dependência absoluta da vontade de um Deus onipotente que criou todas as coisas para sua maior glória. Por culpa de Adão, todos os homens são pecadores por natureza, amarrados de pés e mãos à herança de mal a que não podem escapar. Não obstante, Deus, em sua alta sabedoria, predestinou alguns homens à salvação e condenou todo o resto da humanidade aos tormentos do inferno. Nada que os seres

humanos façam pode alterar-lhes o destino; mesmo antes de nascer, já estão marcadas as almas com a bênção ou com a maldição divina. Mas, na opinião de Calvino, isso não significava que o cristão devesse ficar indiferente à sua conduta na terra. Se ele fosse um dos eleitos, Deus incutiria nele o desejo de fazer o bem. Um caráter de elevada moral é indício, ainda que não infalível, de que o seu possuidor foi escolhido para sentar-se no trono da glória. Além disso, os predestinados sentirão também o desejo de reformar os maus, a despeito da certeza de que estes nunca poderão ser salvos. Tais esforços são inspirados por Deus simplesmente porque é Sua vontade que os eleitos se consagrem a glorificá-lo. Pelo exposto, conclui-se que o sistema calvinista não encorajava os seus adeptos a descansar de braços cruzados, na certeza de que o seu destino estava traçado. Nenhuma religião cultivou mais intenso zelo na conquista da natureza, na atividade missionária ou na luta contra a tirania política. A razão disso reside, provavelmente, na crença calvinista de que o instrumento eleito de Deus devia tornar-se merecedor de tão alta condição, Com o Senhor ao seu lado, não se amedrontava facilmente com os leões que pudessem espreitar-lhe o caminho.

A religião de Calvino diferia da de Lutero em muitos aspectos. Em primeiro lugar, era mais legalista. Enquanto o reformador de Wittenberg atribuía maior valor à orientação da consciência individual, o ditador de Genebra colocava acima de tudo a soberania da lei. Concebia Deus como um poderoso legislador que houvesse transmitido, nas Escrituras, um conjunto de regras que deviam ser obedecidas ao pé da letra. Em segundo lugar, a fé calvinista estava mais próxima do Velho Testamento que a luterana. Isso se patenteia na atitude de um e de outro com relação à observância do Dia do Senhor. A maneira por que Lutero encarava o domingo era semelhante à que prevalece na Europa continental moderna. Exigia, é certo, que os seus adeptos fossem à igreja, mas não que se abstivessem de qualquer trabalho ou prazer durante o resto do dia. Calvino, pelo contrário, reviveu o antigo sábado judaico com os seus rigorosos tabus contra tudo que pudesse ser suspeitado de mundanismo. Em terceiro lugar, a

religião de Genebra estava mais intimamente associada aos ideais do novo capitalismo. As simpatias de Lutero dirigiam-se para os nobres e, pelo menos uma vez, ele censurou acicamente a cupidez dos magnatas das finanças. Calvino santificou os empreendimentos do comerciante e do prestamista, colocando em alto plano, no seu sistema ético, as virtudes comerciais da economia e da diligência. Por fim, o calvinismo, em confronto com o luteranismo, representa uma fase mais radical da Revolução Protestante. Como já vimos, o frade alemão havia conservado muitos característicos do culto romano e até alguns dogmas católicos. Calvino rejeitou tudo que lhe cheirava a "papismo". A organização da sua igreja era de molde a excluir todos os traços do sistema episcopal. As congregações deviam escolher os seus próprios presbíteros e pregadores, ao mesmo tempo que um colégio superior de ministros governaria toda a igreja. Foram implacavelmente eliminados o ritual, a música instrumental, os vitrais, os quadros e as imagens, ficando a religião, em consequência, reduzida a "quatro paredes nuas e um sermão". Até as comemorações do Natal e da Páscoa eram rigorosamente proibidas.

A popularidade do calvinismo não se limitou à Suíça. Expandiu-se pela maior parte dos países da Europa ocidental onde o comércio e as finanças se tinham tornado atividades preponderantes. Os huguenotes da França, os puritanos da Inglaterra, os presbiterianos da Escócia e os protestantes da Holanda eram todos calvinistas. Foi ela, eminentemente, a religião da burguesia, ainda que, como é natural, atraísse convertidos de outras camadas sociais. Teve enorme influência em moldar a ética dos tempos modernos e em acorçoar o ímpeto revolucionário da classe média. Foram adeptos dessa fé os que tiveram parte saliente nas revoltas iniciais contra o despotismo na Inglaterra e na França, para não falarmos do papel que desempenharam ao contribuir para a derrubada da tirania espanhola na Holanda.

III. A Revolução Protestante na Inglaterra

Na Inglaterra, o golpe inicial contra a igreja romana não foi dado por um entusiasta religioso como Lutero ou Calvino, mas pelo chefe do governo. Isso não quer dizer, no entanto, que a Reforma inglesa representasse um movimento exclusivamente político. Henrique VIII não teria conseguido fundar uma igreja inglesa independente se essa decisão não fosse endossada por grande número de seus súditos. E não faltavam razões para que fosse prontamente oferecido tal apoio. Embora os ingleses se tivessem libertado até certo ponto do domínio papal, o orgulho nacional tornara-se tão grande que a menor subordinação a Roma era sentida como uma afronta. Além disso, a Inglaterra fora teatro, por algum tempo, de viva agitação em favor da reforma religiosa. Não morrera ainda a recordação dos fulminantes ataques de Wyclif, no século XIV, à cobiça dos padres, ao poder temporal dos papas e dos bispos e ao sistema sacramental da igreja. Fator de considerável importância fora ainda a influência dos humanistas cristãos John Colet e Sir Thomas More ao condenarem as superstições do culto católico. Finalmente, pouco após desencadear-se a Revolta Protestante na Alemanha, idéias luteranas foram levadas à Inglaterra por pregadores errantes e pela circulação de panfletos impressos. Em resultado de tudo isso, a monarquia inglesa, ao cortar os laços que a prendiam a Roma, desfrutou as simpatias dos seus súditos mais influentes.

O conflito com o papa foi precipitado pelas dificuldades domésticas de Henrique VIII. Durante dezoito anos estivera casado com Catarina de Aragão e tinha apenas uma filha valetudinária para suceder-lhe. A morte, em tenra idade, de quase todos os filhos varões desse matrimônio era uma cruel decepção para o rei, que desejava um herdeiro masculino para perpetuar a dinastia dos Tudors. Isso, porém, não era tudo, pois Henrique se apaixonara profundamente por Ana Bolena, uma dama de honor de olhos negros, e resolvera fazê-la rainha. Apelou, pois, em 1527, para o papa Clemente VII, pedindo anulação do seu casamento com

Catarina. Sua Santidade ficou entre dois fogos. Se recusasse satisfazer Henrique, a Inglaterra estaria provavelmente perdida para a fé católica. Por outro lado, se concedesse o decreto de anulação provocaria a ira do imperador Carlos V, que era sobrinho de Catarina. Carlos já tinha invadido a Itália e ameaçava o papa com a perda do poder temporal. Não parecia haver outra saída para Clemente senão procrastinar. A princípio, sob pretexto de resolver a questão na Inglaterra, delegou poderes ao legado pontifício e ao cardeal Wolsey para instalarem um tribunal de inquirição a fim de determinar se o casamento de Catarina fora ou não legal. Depois, ao cabo de longa demora, a causa foi transferida para Roma. Henrique perdeu a paciência e decidiu tomar as rédeas nas suas próprias mãos. Em 1.531 convocou uma assembléia do clero e, sob a ameaça de puni-los por violação do Estatuto de Praemunire caso se submetessem ao legado pontifício, induziu-os a reconhecê-lo como chefe da igreja inglesa "tanto quanto o permite a lei de Cristo". Em seguida persuadiu o Parlamento a decretar uma série de leis abolindo todos os pagamentos de rendas ao papa e proclamando a igreja anglicana uma unidade nacional independente, submetida à autoridade exclusiva do rei. Volvidos poucos anos, em 1.534, tinham sido rompidos todos os laços que ligavam a Roma a igreja da Inglaterra.

Mas os decretos que Henrique VIII fizera passar não transformavam a Inglaterra num país verdadeiramente protestante. Embora à abolição da autoridade papal se seguisse uma extinção gradual dos mosteiros e o confisco das suas riquezas, a igreja permanecia católica quanta à doutrina. Os Seis Artigos adotados pelo Parlamento em 1.539, a mando do rei, não deixavam lugar para dúvidas sobre a ortodoxia oficial. Confissão auricular, missas em sufrágio dos mortos e celibato clerical, tudo isso foi confirmado ao mesmo tempo que se cominava a pena de morte na fogueira aos que negassem o dogma católico da eucaristia. Sem embargo, não pode ser desprezada a influência que teve nessa época uma minoria de protestantes. O seu número crescia sempre e, durante o reinado de Eduardo VI, sucessor de Henrique, chegaram mesmo

a ganhar ascendência. Como o novo rei tinha apenas nove anos de idade ao herdar a coroa, tornou-se inevitável que a política do governo fosse uma política de bastidores. Os homens mais ativos nesse trabalho foram Tomás Cranmer, arcebispo de Canterbury, e os duques de Somerset e Northumberland, os quais dominaram sucessivamente o conselho de regência. Todos esses três potentados tinham fortes pendores protestantes. Em consequência, as cerimônias e artigos de fé da igreja da Inglaterra foram submetidos a uma rigorosa revisão. Permitiu-se o casamento dos sacerdotes; o inglês substituiu o latim nos serviços religiosos; o uso das imagens foi abolido e instituídos novos artigos de fé repudiando todos os sacramentos, exceto o batismo e a comunhão, e afirmando o dogma luterano da justificação pela fé. Quando o jovem Eduardo morreu, em 1.553, tudo fazia crer que a Inglaterra passara definitivamente para o campo protestante.

As aparências, porém, enganam muitas vezes. Nunca foram elas tão enganadoras como na Inglaterra, ao findar-se o reinado de Eduardo. A maioria do povo não quisera despegar-se dos usos da sua antiga fé e já se havia configurado uma reação contra os métodos autoritários dos protestante radicais. Além disso, os ingleses, no tempo dos Tudors, tinham-se acostumado a obedecer à vontade dos seus soberanos. Era uma atitude alimentada pelo nacionalismo e pelo desejo de ordem e prosperidade. A sucessora de Eduardo VI foi a rainha Maria, a triste e desgraciada filha de Henrique VIII e Catarina de Aragão. Era inevitável que Maria fosse católica e que abominasse a revolta contra Roma, por isso que a origem do movimento estava, para ela, dolorosamente associada aos sofrimentos de sua mãe. Não é de estranhar, pois, que ao subir ao trono tentasse atrasar os ponteiros do relógio. Não somente restabeleceu a celebração da missa e a regra do celibato clerical, mas fez com que o Parlamento votasse a volta incondicional da Inglaterra ao aprisco papal. Mas essa política terminou, por várias razões, em lamentável fracasso. Em primeiro lugar, Maria laborou no mesmo erro que os seus predecessores ao pôr em prática mudanças demasiadamente radicais para o temperamento da época. O povo da Inglaterra, ainda não maduro

para uma revolução luterana ou calvinista, tampouco estava disposto a aceitar a submissão imediata a Roma. Uma causa ainda mais séria do fracasso foi, provavelmente, o ter-se casado a rainha com Filipe, o ambicioso herdeiro do trono espanhol. Seus súditos temeram que essa união trouxesse complicações externas, senão mesmo a dominação espanhola. Quando Maria se deixou arrastar a uma guerra com a França, na qual a Inglaterra foi obrigada a entregar Calais, seu último pedaço de território no continente europeu, o país chegou à beira da rebelião. A morte pôs fim, em 1.558, ao inglório reinado de Maria.

O problema de decidir-se pela religião católica ou pela protestante foi deixado à sucessora de Maria, sua irmã consangüínea Elisabet, filha da esperta Ana Bolena. Embora tivesse sido educada como protestante, não tinha convicções religiosas muito profundas. Seu interesse principal era a arte de governar e não desejava ver o seu reino dividido por disputas religiosas. Decidiu-se, conseqüentemente, por uma política de moderação, recusando aliar-se tanto a católicos extremos como a protestantes fanáticos. Tão bem se ateve a essa atitude que, por alguns anos, enganou o papa fazendo-lhe supor que poderia voltar ao catolicismo. Não obstante, era demasiado nacionalista para pensar sequer em restabelecer a vassalagem a Roma. Uma das primeiras coisas que fez depois de se tornar rainha foi ordenar a aprovação de um novo "Ato de Supremacia", pelo qual o soberano da Inglaterra era proclamado chefe supremo da igreja anglicana independente. A decisão final, completada por volta de 1.570, foi um compromisso tipicamente inglês. A igreja tornou-se protestante, mas certos pontos de fé foram conservados suficientemente vagos para que pudessem ser aceitos por um católico moderado sem grande choque para a sua consciência. Além disso, manteve-se a forma episcopal da organização eclesiástica e uma boa parte do ritual católico. Esse ajuste permaneceu em vigor até muito tempo depois da morte de Elisabet, em 1603. Na verdade, muitos de seus elementos sobreviveram até os nossos dias e é bem significativo que a moderna igreja anglicana seja bastante maleável para incluir em seu seio facções tão diversas quanto os anglo-católicos, que

diferem dos seus confrades romanos apenas na rejeição da supremacia papal, e os anglicanos da "igreja baixa" (low church), que são protestantes tão radicais quanto os luteranos.

Enquanto a Inglaterra se empenhava na obra de conciliação entre os extremos do catolicismo e do protestantismo, a Escócia, sua vizinha do norte, se comprometia numa ruptura mais violenta com o passado. O ramo escocês da igreja católica era, na entrada do século XVI, um dos mais corruptos da Europa. Gozando os frutos das suas vastas possessões, o clero dividia o seu tempo entre uma ociosidade luxuosa e a intriga política. Mas tal estado de coisas não podia durar muito. A Escócia tinha uma nobreza cobiçosa e indômita, ansiosa de se atirar às terras da igreja na primeira oportunidade. A situação política, ademais, estava bem longe de satisfazer os elementos patriotas. A rainha Maria Stuart não passava de uma criança quando subiu ao trono, em 1.542, sendo a regência assumida por sua mãe, que pertencia à família francesa dos Guises. Como estes fossem católicos exaltados, o catolicismo passou a se associar, no espírito de muita gente, com a dominação francesa. Em 1.557 estalou uma revolta que, dois anos depois, se havia alastrado por todo o reino. A chefia do movimento não tardou a cair nas mãos de um vigoroso e obstinado pregador chamado João Knox, que fora discípulo de Calvino em Genebra. Knox eliminou todos os vestígios de catolicismo na Escócia e fundou uma igreja presbiteriana de base calvinista radical. O país estava tão maduro para a transformação que logo após a morte da regente, em 1.560, o presbiterianismo foi proclamado religião oficial do povo escocês.

2. A REFORMA CATÓLICA

Como salientamos no início deste capítulo, a Revolução Protestante foi apenas uma das fases do grande movimento conhecido como Reforma. A outra fase foi a Reforma Católica, ou Contra-Reforma, como é comumente chamada, na suposição de que o objetivo primário dos seus orientadores tivesse sido limpar

os currais de Augias da igreja católica a fim de obstar à expansão do protestantismo. Estudos recentes, no entanto, mostraram que, os primórdios do movimento reformista católico foram em tudo, independentes da Revolução Protestante. Na Espanha, durante os últimos anos do século XV, uma revivescência religiosa iniciada pelo cardeal Ximenes, com a aprovação da monarquia, agitou profundamente o país. Fundaram-se escolas, eliminaram-se os abusos dos mosteiros e os padres foram instigados a aceitar suas responsabilidades pastorais. Embora o movimento tivesse sido lançado originalmente com o fim de fortalecer a igreja na guerra contra os heréticos e infiéis, teve o efeito de regenerar em grau considerável a vida espiritual da nação. Também na Itália, desde o início do século XVI, um grupo de clérigos fervorosos vinha trabalhando para tornar os sacerdotes da sua igreja mais dignos da missão que lhes cumpria desempenhar. A tarefa era difícil, dado o paganismo da Renascença e o exemplo de depravação apresentada pela corte papal. A despeito desses obstáculos, o movimento resultou na fundação de diversas ordens religiosas consagradas a altos ideais de piedade e serviço social. Salientaram-se entre elas a ordem dos teatinos e a dos capuchinhos. A primeira era uma organização de padres que faziam votos monásticos de pobreza, castidade e obediência, enquanto a segunda era uma irmandade de frades que se empenhavam em seguir as pegadas de S. Francisco.

Mas as chamadas da reforma católica não fizeram mais que bruxulear até que a Revolução Protestante começou a ameaçar seriamente a antiga fé. Nenhum dos papas se preocupou às deveras com a necessidade de uma reforma senão quando toda a nação alemã pareceu estar na iminência de gravitar para a órbita luterana. O primeiro dos Santos Padres a tentar uma purificação da igreja foi Adriano VI, de Utrecht, o primeiro papa não italiano eleito depois de um período de quase século e meio, e o último na história. O seu reinado de apenas vinte meses foi, porém, demasiadamente curto para que pudesse realizar muita coisa; em 1.523 sucedeu-lhe um Médicis, Clemente VII, que governou durante onze anos, e a campanha contra os abusos da igreja só foi

reencetada no pontificado de Paulo III (1534-49). Ele e três de seus sucessores, Paulo IV (1.555-59), Pio V (1.566-72) e Xisto V (1.585-90), foram os mais zelosos cruzados em prol de uma reforma que haviam presidido à Santa Sé desde os tempos de Gregório VII. Reorganizaram as finanças papais, preencheram os cargos da igreja com padres conhecidos pela sua austeridade e foram inexoráveis com os clérigos que persistiam na ociosidade e no vício. Foi sob a orientação desses papas que a Reforma Católica alcançou o auge. Infelizmente, foram também responsáveis pelo restabelecimento da Inquisição, que caíra em desuso durante a Renascença italiana.

A ação direta dos papas reformistas foi completada pelos decretos de um grande concílio convocado em 1.545 por Paulo III. Esse concílio, que se reuniu na cidade de Trento, na fronteira italiana, e funcionou, com intermitências, de 1.545 a 1.563, foi um dos mais importantes da história da igreja. Convocado com o objetivo principal de redefinir as doutrinas da fé católica, muitas das decisões que tomou nesse sentido tiveram alta significação. Reafirmou, sem exceção, os dogmas atacados pela Reforma Protestante. Declarou que as boas obras são tão necessárias para a salvação quanto a fé. Manteve a teoria dos sacramentos como meios indispensáveis para alcançar a graça. Do mesmo modo foram confirmadas, como elementos essenciais do sistema católico, a transubstanciação, a sucessão apostólica do clero, a crença no purgatório, a invocação dos santos e a regra do celibato para os padres. Na muito debatida questão da verdadeira fonte da fé cristã, atribuiu-se igual autoridade à Bíblia e à tradição dos ensinamentos apostólicos. Não só foi expressamente mantida a supremacia papal sobre todos os sacerdotes e prelados, mas chegou-se a sugerir que a autoridade do papa transcendia a do próprio concílio da igreja. Por essa concessão era restabelecida a forma monárquica do governo da igreja. O grande movimento dos séculos XIV e XV, que tentara estabelecer a autoridade superior do concílio geral, foi completamente desdenhado.

O Concílio de Trento não se limitou a tratar de assuntos relacionados com o dogma. Formulou, também, importante

legislação com o fim de eliminar os abusos e pôr novamente em vigor a disciplina da igreja sobre os seus membros. Foi categoricamente proibida a venda de indulgências e suspendeu-se temporariamente a sua própria concessão por motivos alheios ao dinheiro. Negou-se a bispos e padres o direito de gozar de mais de um benefício, para que nenhum deles pudesse enriquecer com a percepção de uma pluralidade de rendas. A fim de pôr cobro à ignorância do clero, prescreveu-se que em cada diocese fosse fundado um seminário de teologia. Em último lugar, o concílio estabeleceu uma censura dos livros para evitar que idéias heréticas corrompessem o espírito daqueles que permaneciam fiéis à fé católica. Foi nomeada uma comissão para organizar um índice ou lista de obras que não deviam ser lidas. A publicação dessa lista pelo papa, em 1.564, resultou na instituição formal do Índice dos Livros Proibidos como parte integrante da maquinaria da igreja. Mais tarde foi fundado um órgão, conhecido como Congregação do Índice, para revisar essa lista de tempos em tempos. Ao todo, já se fizeram mais de quarenta revisões. A maioria dos livros condenados é composta de tratados teológicos e não parece ter sido grande o efeito no sentido de retardar o progresso do conhecimento. Nem por isso a instituição do Índice deixou de ser um sintoma do câncer maligno da intolerância, a que não escaparam católicos nem protestantes.

A Reforma Católica nunca teria sido tão completa e tão bem sucedida como o foi se não participassem dela os jesuítas, ou membros da Companhia de Jesus. Foram eles que realizaram, no Concílio de Trento, a maior parte do difícil trabalho político que capacitou os papas a dominar esse conclave nas suas últimas e mais importantes sessões. Foram também os jesuítas os principais promotores da volta da Polônia e do Sul da Alemanha ao rebanho católico. O fundador da Companhia de Jesus foi Inácio de Loyola, um fidalgo espanhol da região basca. A princípio, a sua existência não parece ter sido muito diferente da de outros espanhóis da sua classe; teve, como eles, uma vida de aventuras amorosas e de pilhagens como soldado do rei. Na época, porém, em que a Revolução Protestante ia tomando vulto na Alemanha, foi ele

gravemente ferido numa batalha com os franceses. Enquanto convalescia, leu uma piedosa vida de Jesus e algumas lendas de santos que operaram profunda transformação na sua natureza emotiva. Oprimido pelo remorso da existência vã que havia levado, resolveu tornar-se um soldado de Cristo. Após um período de torturas mórbidas infligidas a si mesmo, durante as quais tinha visões de Satanás, de Jesus e da Trindade, foi para a Universidade de Paris a fim de conhecer melhor a fé que pretendia servir. Reuniu ali à sua volta um pequeno grupo de discípulos dedicados, com a ajuda dos quais fundou, em 1.534, a Companhia de Jesus. Os membros tomaram votos monásticos e comprometeram-se a fazer uma peregrinação a Jerusalém. Com esse fim partiram para a Itália, pretendendo embarcar em Veneza. Como vissem a sua peregrinação bloqueada por uma guerra com os turcos, alistaram-se na cruzada pela reforma católica, que estava justamente começando na Itália. Em 1.540 a organização foi aprovada pelo papa Paulo III e, a partir dessa data, cresceu rapidamente. Quando Loyola morreu, em 1.556, contava ela nada menos de 1.500 membros.

A companhia de Jesus foi, sem comparação, a mais batalhadora das ordens religiosas católicas inspiradas pelo zelo espiritual do século XVI. Não era uma simples sociedade monástica, mas um regimento de soldados que haviam jurado defender a fé. Como armas, não tinham balas nem lanças, mas a eloquência, a persuasão, a instrução nas verdadeiras doutrinas e, se necessário, a espionagem e a intriga. A organização era moldada pelo padrão de uma companhia militar, com um geral no posto de comandante-em-chefe e uma disciplina férrea imposta aos membros. Toda individualidade era suprimida e de cada um e de todos exigia-se uma obediência de soldados ao general. Somente as quatro classes mais elevadas tinham qualquer participação no governo da ordem. Esse pequeno grupo, conhecido como os "professos do quatro votos", elegia vitaliciamente o geral e funcionava como corpo consultivo nos assuntos importantes, mas, como os demais, estava preso por uma obediência cega.

Como já demos a entender, as atividades da Companhia de Jesus eram numerosas e variadas. Em primeiro lugar e, antes de mais nada, concebiam-se a si mesmos como defensores da verdadeira religião. Com esse objetivo em vista, obtiveram do papa a autorização para padres seculares, a fim de ter acesso ao púlpito e pregar a verdade como oráculos de Deus. Outros serviram como espiões da Inquisição na guerra sem tréguas contra a heresia. Em todo o seu trabalho seguiam, como guia infalível, a orientação da Santa Madre Igreja. Não levantavam dúvidas nem tentavam resolver mistérios. Loyola ensinava que, se a igreja decidisse que o branco era preto, o dever de seus filhos era acreditar. Os jesuítas, porém, não se limitavam a defender a fé contra os ataques de protestantes e heréticos; ansiavam por propagá-la até os mais longínquos recantos do globo, por tornar católicos os budistas, os muçulmanos e os parses da Índia, e até mesmo os selvagens incultos dos continentes recém-descobertos. Muito antes de findar o movimento da Reforma, havia missionários jesuítas na África, no Japão e na China, na América do Norte e do Sul. Outra atividade importante dos soldados de Loyola foi a educação. Fundaram, aos milhares, colégios e seminários na Europa e na América e insinuaram-se também em instituições mais antigas. Durante séculos tiveram o monopólio da educação na Espanha e um quase monopólio na França. O fato de haver a igreja católica recuperado muito de sua força a despeito da secessão protestante deveu-se, em grande parte, às atividades múltiplas e dinâmicas dos jesuítas.

3. A HERANÇA DA REFORMA

O resultado mais flagrante da Reforma foi a divisão da cristandade ocidental numa multidão de seitas hostis. Já não havia, como na Idade Média; um único rebanho e um único pastor para toda a Europa latina e teutônica. O norte da Alemanha e os países escandinavos tinham-se tornado luteranos; a Inglaterra adotara um protestantismo sui generis, de meio-termo, ao passo que na

Escócia, Holanda e Suíça francesa triunfava o calvinismo. Do vasto domínio que outrora prestara obediência ao Vigário de Cristo, restavam somente a Itália, a Áustria, a França, a Espanha e Portugal, a Alemanha do sul, a Polônia e a Irlanda; e mesmo, em alguns desses países, agressivas minorias protestantes constituíam um vexame constante para a maioria católica. Por estranho que pareça, essa fragmentação do cristianismo em facções rivais acabou trazendo consideráveis benefícios à humanidade. Contribuiu, com o tempo, para refrear a tirania eclesiástica, promovendo desse modo a liberdade religiosa. À medida que as seitas proliferavam em diversos países, foi-se percebendo, aos poucos, que nenhuma delas poderia tornar-se bastante forte para impor a sua vontade às demais. Fez-se sentir a necessidade da tolerância mútua para que todas pudessem sobreviver. Certamente não foi esse o único fator do progresso da tolerância religiosa, mas não é possível negar-lhe a importância.

Se outros resultados benéficos teve a Reforma, consistem sem dúvida no impulso adicional dado ao individualismo, no debilitamento parcial do dogmatismo e da superstição e no progresso da instrução popular. Afirmando o direito ao juízo pessoal e simplificando o ritual e a organização, os chefes da Revolução Protestante libertaram o homem de algumas das coerções do eclesiasticismo medieval. Seria erro, contudo, supor que os luteranos, calvinistas e anglicanos acreditassem realmente, nessa época, numa genuína liberdade religiosa. Não tinham o menor interesse em tolerar quem quer que dissentisse das suas respectivas ortodoxias. A bem dizer, tudo que fizeram foi estabelecer um novo e mais vigoroso precedente para o desafio à autoridade e às crenças de uma igreja universal. Com isso promoveram a auto-afirmação na esfera religiosa, mais ou menos no mesmo grau em que ela já existia nos campos político e econômico. Um segundo efeito benéfico da Reforma foi o incremento dado à educação das massas. A Renascença, com o seu interesse absorvente pelos clássicos, tivera o infeliz resultado de perturbar o currículo das escolas, dando exagerada importância ao grego e ao latim e restringindo a educação à aristocracia. Os

luteranos, os calvinistas e os jesuítas mudaram tudo isso. Desejosos de propagar as suas respectivas doutrinas, fundaram escolas para as massas, nas quais até o filho do sapateiro ou do camponês podia aprender a ler a Bíblia e os opúsculos teológicos. Estudos práticos foram muitas vezes introduzidos em lugar do grego e do latim, e é significativo que algumas dessas escolas tenham por fim aberto suas portas à nova ciência.

Mas é impossível qualificar de benéficos todos os efeitos da Reforma. Um dos seus maus frutos foi a série de guerras religiosas que convulsionou a Europa durante quatro decênios. A primeira a desencadear-se foi a Guerra da Liga de Schmalkalden (1.546-47), provocada por Carlos V num esforço para restaurar a unidade do Santo Império Romano sob a fé católica. Em alguns meses conseguiu submeter os príncipes protestantes da Alemanha, mas foi incapaz de obrigar os súditos desses príncipes a voltarem à religião romana. A contenda foi por fim resolvida por um tratado, a Paz Religiosa de Augsburgo (1.555), pela qual cada príncipe alemão podia escolher livremente o luteranismo ou o catolicismo como religião do seu povo. Desse modo, a religião de cada estado passava a depender da religião do seu governante - um acordo tipicamente em harmonia com as tradições despóticas da época. Uma luta muito mais sangüinária ocorreu na França entre 1.569 e 1.589. Ali os protestantes, ou huguenotes, como eram chamados, estavam em franca minoria, mas entre eles contavam-se alguns dos membros mais hábeis e influentes das classes comercial e financeira. Além disso, formavam um partido político envolvido em conspirações contra os católicos, com o fim de conquistar o poder. Em 1.562 uma facção de ultracatólicos sob a chefia do duque de Guise forçou a ascensão ao poder e, com suas ameaças de perseguição aos huguenotes, mergulhou o país na guerra civil. A luta culminou, dez anos depois, na pavorosa matança do dia de São Bartolomeu. A regente Catarina de Médicis, num esforço desesperado para pôr fim à luta, tramou com os Guises o assassinio dos chefes protestantes. A conspiração desencadeou as torpes paixões do populacho parisiense, sendo mortos, numa única noite, dois mil huguenotes. A guerra arrastou-se por muitos

anos ainda e só teve fim quando Henrique IV, em 1598, promulgou o Edito de Nantes, garantindo a liberdade de consciência aos protestantes.

Em muitos aspectos, a Revolta dos Países-Baixos também foi um episódio das lutas religiosas instigadas pela Reforma. Muito depois de se iniciar a Revolução Protestante na Alemanha, os países hoje conhecidos como Bélgica e Holanda continuavam ainda a ser governados como domínios da coroa espanhola. Embora o luteranismo e o calvinismo tivessem lançado raízes nas cidades, os protestantes dos Países-Baixos não representavam mais que uma fração da população total. Com o correr do tempo, no entanto, aumentou o número de calvinistas até que passaram a constituir a maioria dos cidadãos, pelo menos, nas províncias holandesas do norte. A interferência do governo espanhol na liberdade religiosa da seita provocou uma revolta desesperada em 1.565. As causas religiosas, naturalmente, não foram as únicas. O sentimento nacionalista constituiu, também um fator de primeira importância, em especial diante da insistência de Filipe II da Espanha em tratar os Países-Baixos como meras províncias. Além disso, havia sérios motivos de queixa de natureza econômica, como a tributação elevada e as restrições impostas ao comércio em benefício dos mercadores espanhóis. Por outro lado, o ódio religioso foi largamente responsável pela aspereza da luta. Filipe II considerava todos os protestantes como traidores e estava decidido a expulsá-los dos territórios sob o seu domínio. Em 1.567 enviou o fanático Duque de Alba com dez mil soldados para subjugar a revolta dos Países-Baixos. Durante seis anos Alba aterrorizou a região, matando centenas de rebeldes e torturando ou prendendo milhares de outros. Os protestantes revidaram com selvageria quase igual e a guerra prosseguiu no seu bárbaro curso até 1.609. Terminou com a vitória dos protestantes, em grande parte devida à bravura e ao espírito de sacrifício de Guilherme, o Taciturno, que fora o chefe inicial daqueles. O principal resultado da revolta foi a fundação de uma república holandesa independente, compreendendo os territórios atualmente incluídos

na Holanda. As províncias do sul ou belgas, nas quais a maioria do povo era católica, voltaram ao domínio espanhol.

A luta entre nações e seitas não foi o único tipo de barbarismo que a Revolta instigou diretamente. Como outros exemplos, basta lembrar as atrocidades perpetradas pela Inquisição católica, a selvagem perseguição dos anabatistas na Alemanha e a feroz intolerância dos calvinistas contra os católicos. A horrível perseguição à feitiçaria, que será discutida no capítulo seguinte, também foi, em alto grau, um fruto das sementes de fanatismo espalhadas pela Reforma. Tomada em conjunto, a extensão da intolerância foi muito maior nessa época, do que em qualquer outra da história do cristianismo, sem excetuar a das Cruzadas. Por mais de uma vez, as vítimas da perseguição foram filósofos ou cientistas ilustres, de cujos talentos o mundo desse tempo não podia prescindir. O mais eminente dos mártires da nova cultura, morto pelos católicos, foi Giordano Bruno. Apesar da sua filosofia de um panteísmo místico, Bruno formulou, de maneira algo alarmante, um certo número de axiomas cardeais da ciência moderna. Afirmou a eternidade do universo, reviveu a teoria atômica da matéria e negou que os corpos celestes contivessem qualquer elemento superior não encontrado na terra. Em parte por esses ensinamentos, e em parte também pelo seu panteísmo e pela rejeição dos milagres, foi arrastado ao tribunal da Inquisição e queimado na fogueira em 1.600. Uma das vítimas da perseguição calvinista em Genebra foi Miguel Servet, o descobridor da pequena circulação do sangue. Servet era acusado de ter rejeitado as doutrinas da Trindade e da predestinação e de ensinar que a Palestina era uma terra estéril, contradizendo a descrição do Velho Testamento, segundo o qual o país manava leite e mel. Em 1.553 foi condenado à morte por fogo lento. Alguns admiradores de Calvino têm objetado que o reformador de Genebra se opôs à queima de Servet, pois preferia que fosse decapitado! Mesmo, porém, as provas desse discutível gesto de misericórdia estão longe de ser concludentes.

Além da perseguição movida aos homens de saber, a Reforma foi ainda, por outros motivos, um golpe no progresso da cultura. O

objetivo dos reformadores protestantes era incentivar a confiança absoluta na fé e a crença na Bíblia como fonte última da religião e da verdade. Isso os levava a desprezar a atividade intelectual como uma impudente tentativa de afirmar a independência do homem em relação a Deus. Lutero fulminou a razão como a "prostituta do diabo" e conjurou os seus adeptos a "contentarem-se com a revelação e não tentar entender". Tanto ele como Melancton condenaram o sistema astronômico de Copérnico, alegando ser contrário às Escrituras. A atitude dos chefes da Reforma católica não foi melhor. O Concílio de Trento incluía em seus decretos oficiais o seguinte: "Quando Deus ordena que acreditemos, não é para nos deixar perscrutar-Lhe os divinos julgamentos nem indagar das suas razões e causas, mas exige uma fé absoluta... A fé, por conseguinte, não só exclui qualquer dúvida, mas o próprio desejo de submeter a sua verdade à demonstração", Isso parecia discrepar de um dos princípios cardeais da filosofia católica do 'fim da Idade Média. "Submeter a verdade à demonstração" era justamente o que os mestres da escolástica do século XIII haviam considerado mais essencial.

Por fim, a Reforma teve um efeito pernicioso sobre a arte. Embora Lutero tivesse alguns dotes de sensibilidade estética, os seus seguidores absorveram-se por demais nas controvérsias teológicas para se preocuparem com que a arte sobrevivesse ou perecesse. Calvino tomou uma atitude mais positiva. Condenou como totalmente ímpio e imoral tudo quanto falasse aos sentidos. Pensava que o uso de qualquer quadro ou imagem nas suas igrejas profanaria o culto divino. Os próprios reformadores católicos foram apenas ligeiramente menos hostis, a despeito das magníficas tradições da sua igreja como protetora da arte renascentista. O Concílio de Trento adotou severas restrições à representação da forma humana e um artista de segunda ordem foi contratado para pintar calções e camisolas nas figuras nuas do Juízo Final de Miguel Ângelo. À vista de atitudes como essa, que refletiam o fanatismo e a intolerância dos reformadores, torna-se difícil acreditar que o movimento por eles iniciado constituísse um marco do progresso humano. Se as reformas da igreja católica

tivessem sido realizadas através da esclarecida filosofia dos humanistas cristãos ao invés de o serem pela revolução religiosa, seria bem possível evitar os trágicos frutos de violência e irracionalismo. Mas talvez a lógica dos acontecimentos políticos e econômicos dos séculos XV e XVI tenha tornado inevitável a revolução.

Capítulo 18

A Revolução Comercial e a Nova Sociedade (1400-1700)

OS TRÊS últimos capítulos descreveram com bastante minúcia a transição intelectual e religiosa do mundo medieval para o moderno. Observamos que a Renascença, apesar dos seus muitos laços de parentesco com a Idade Média, proferiu sentença de morte contra a filosofia escolástica, solapou à supremacia da arquitetura gótica e destruiu as concepções medievais da política e do universo. Ficou também claro que, antes de haver a Renascença completado a sua obra, uma poderosa torrente de revolução religiosa arrancou o cristianismo dos seus alicerces medievais e preparou o caminho para atitudes espirituais e morais de acordo com as tendências da nova época. É escusado dizer que tanto a Renascença como a Reforma foram acompanhadas de transformações econômicas fundamentais. Na verdade, as sublevações de ordem intelectual e religiosa dificilmente teriam sido possíveis se não ocorressem alterações drásticas no padrão econômico medieval. Essa série de mudanças que assinala a transição da economia estática e contrária ao lucro, dos fins da Idade Média, para o dinâmico regime capitalista do século XV e seguintes, é conhecida como Revolução Comercial.

1. CAUSAS E INCIDENTES DA REVOLUÇÃO COMERCIAL

Não são muito claras as causas que deram início à Revolução Comercial por volta de 1.400. Isso se deve a ter sido a primeira fase do movimento mais vagarosa do que comumente se supõe. Na medida em que é possível isolar causas particulares, as seguintes podem ser apontadas como básicas: 1) a conquista do monopólio comercial do Mediterrâneo pelas cidades italianas; 2) o desenvolvimento de um lucrativo comércio entre as cidades

italianas e os mercadores da Liga Hanseática, no norte da Europa; 3) a introdução de moedas de circulação geral, como o ducado veneziano e o florim toscano; 4) a acumulação de capitais excedentes, fruto das especulações comerciais, marítimas ou de mineração; 5) a procura de materiais bélicos e o estímulo dado pelos novos monarcas ao desenvolvimento do comércio, a fim de criar mais riquezas tributáveis; e 6) a procura de produtos oriundos do Extremo Oriente, estimulada pelas narrativas de viajantes, em especial pela fascinante descrição das riquezas da China, publicada por Marco Polo depois de voltar de uma viagem a esse país, nos fins do século XIII. Essa combinação de fatores deu aos homens do começo da Renascença novos horizontes de opulência e poder e dotou-os com parte do equipamento necessário à expansão dos negócios. Daí por diante, era inevitável que se sentissem insatisfeitos com o acanhado ideal das corporações medievais, que proibia o comércio lucrativo.

A Revolução Comercial, no entanto, não teria atingido tamanha amplitude se não fossem as viagens ultramarinas de descobrimento, As viagens iniciadas no século XV. Não é difícil perceber as razões que determinaram a realização dessas viagens. Consistiram elas principalmente na ambição espanhola e portuguesa de tomar parte nos proventos do comércio com o Oriente. Desde algum tempo esse comércio vinha sendo monopolizado pelas cidades italianas, donde resultava que a Península Ibérica se via obrigada a pagar altos preços pelas sedas, perfumes, especiarias e tapeçarias importadas da Ásia. Era, portanto, muito natural que os mercadores espanhóis e portugueses tentassem descobrir uma nova rota para o Oriente, livre do controle italiano. Uma segunda causa das viagens de descobrimento foi o fervoroso proselitismo dos espanhóis. Sua bem sucedida cruzada contra os mouros gerara um excedente de zelo religioso que se traduzia no desejo de converter os pagãos. A tais causas deve-se ajuntar o fato de terem os marinheiros cobrado mais coragem para se aventurarem no mar alto, graças aos progressos do conhecimento geográfico e à introdução da bússola e do astrolábio. Os efeitos de tais ocorrências não devem, no

entanto, ser exagerados. É positivamente errônea a vulgarizada idéia de que todos os europeus, antes de Colombo, acreditavam ser chata a terra. A partir do século XII, seria quase impossível encontrar um homem instruído que não aceitasse o fato da esfericidade do nosso planeta. Além disso, a bússola e o astrolábio eram conhecidos na Europa muito antes de qualquer marinheiro sonhar com, uma travessia do Atlântico, salvo os nórdicos. A bússola fora trazida pelos muçulmanos no século XII, provavelmente da China. Quanto ao astrolábio, sua introdução é de data ainda mais antiga.

Se excetuarmos os nórdicos, que descobriram a América por volta do ano 1.000 d.C., os pioneiros da navegação oceânica foram os portugueses. Pelos meados do século XV haviam descoberto e colonizado as ilhas da Madeira e dos Açores e explorado a costa africana para o sul, até a Guiné. Em 1.497, Vasco da Gama, o seu mais bem sucedido navegador, contornou a extremidade meridional da África e, no ano seguinte, chegou à Índia. Entrementes, o marinheiro genovês Cristóvão Colombo tinha-se convencido da possibilidade de atingir a Índia pelo Ocidente. Repelido pelos portugueses, dirigiu-se aos soberanos espanhóis, Fernando e Isabel, e obteve o apoio deles para o seu plano. Sua histórica viagem e os respectivos resultados são conhecidos por todos, de forma que não precisamos repeti-los aqui. Ainda que tenha morrido na ignorância do verdadeiro feito que realizara, os seus descobrimentos constituíram a base das pretensões espanholas à posse de quase todo o Novo Mundo. Seguiram-se a Colombo outros descobridores, representando a coroa espanhola, e, a pouco trecho, os conquistadores Cortés e Pizarro. Daí resultou a fundação de um vasto império colonial que incluía a atual porção sudoeste dos Estados Unidos, a Flórida, o México, as Antilhas, a América Central e toda a América do Sul, com exceção do Brasil. Os ingleses e os franceses não tardaram a seguir o exemplo espanhol. As viagens de João Cabot e de seu filho Sebastião, em 1.497-98, forneceram uma base às pretensões inglesas na América do Norte, embora nada tenha havido que merecesse o nome de império britânico no Novo Mundo antes da colonização da

Virgínia, em 1.607. No começo do século XVII o explorador francês Cartier remontou o S. Lourenço, dando assim à sua pátria um semblante de direito ao Canadá oriental. Mais de cem anos depois, as explorações de Joliet, La Salle e do Padre Marquette permitiram que os franceses se estabelecessem no vale do Mississipi e na região dos Grandes Lagos. Após a sua vitória na guerra pela independência, os holandeses também participaram da luta pela obtenção de um império colonial. A viagem de Henrique Hudson, subindo o rio que tem o seu nome, conduziu à fundação da Nova Holanda em 1623, mas cerca de quarenta anos depois foram forçados a entregá-la aos ingleses. As possessões mais valiosas dos holandeses, no entanto, eram Malaca, as Molucas e os portos da Índia e da África tomados aos portugueses no começo do século XVII.

Foram quase incalculáveis os resultados dessas viagens de descobrimento e da fundação dos impérios coloniais. Para começar, expandiram o comércio, que até então se limitara ao tráfico do Mediterrâneo, e deram-lhe as proporções de um empreendimento mundial. Pela primeira vez na história os navios das grandes potências marítimas singravam os sete mares. O pequeno, mas sólido monopólio do tráfico oriental, mantido pelas cidades italianas, foram completamente destruídos. Gênova, Pisa e Veneza mergulharam daí por diante em relativa obscuridade, ao passo que nos portos de Lisboa, Bordéus, Liverpool, Bristol e Amsterdã se acotovelavam os navios e os armazéns dos seus comerciantes não tinham espaço suficiente para conter as mercadorias. Um segundo resultado foi o tremendo aumento no volume do comércio e na variedade dos artigos de consumo. Às especiarias e tecidos do Oriente haviam-se ajuntado as batatas, o tabaco e o milho da América do Norte; o melaço e o rum das Antilhas; o cacau, o chocolate, a quina e a cochonilha da América do Sul; e ainda o marfim, os escravos e as penas de avestruz da África. Além desses artigos, até então desconhecidos ou obtidos apenas em quantidade ínfima, o suprimento de outros produtos já conhecidos aumentou enormemente. Tal foi em especial o caso do café, do açúcar, do arroz e do algodão, os quais passaram a ser

importados em tais quantidades do Hemisfério Ocidental que deixaram de ser mercadorias de luxo.

O mais importante resultado do descobrimento e conquista das terras de além-mar foi, provavelmente, a expansão do suprimento de metais preciosos. Calcula-se que quando Colombo descobriu a América a quantidade de ouro e prata em circulação na Europa não ultrapassava duzentos milhões de dólares. Por volta de 1.600, o volume dos metais preciosos naquele continente atingira o pasmoso total de um bilhão de dólares. Parte dele era fruto das pilhagens feitas pelos espanhóis nos tesouros dos incas e astecas, mas o grosso provinha das minas do México, da Bolívia e do Peru. Os efeitos desse fenomenal aumento das reservas de metal precioso só podem ser qualificados de momentosos. Nenhuma outra causa influiu de maneira tão decisiva no desenvolvimento da economia capitalista. Os homens possuíam, agora, a riqueza sob uma forma que podia ser convenientemente armazenada para uso subsequente, e é desnecessário lembrar que a acumulação de riqueza para investimento futuro constitui um característico essencial do capitalismo. Além disso, como o ouro e a prata vieram a ser empregados principalmente como símbolos de utilidades e não como utilidades em si mesmas, o ideal medieval do comércio como uma troca de coisas equivalentes perdeu a sua razão de ser e foi substituído, pela concepção moderna do negócio com mira no lucro. Por fim, o rápido afluxo de metais preciosos estimulou a especulação. O valor do ouro e da prata passava por largas flutuações à medida que se descobriam novas jazidas ou se perdiam as esperanças de um farto rendimento. Essas flutuações influíam nos preços das mercadorias, resultando daí que os mercadores e os banqueiros eram tentados a jogar nas possibilidades futuras.

Os incidentes ou característicos da Revolução Comercial já foram parcialmente indicados pelo anterior exame das causas. O mais importante dentre eles foi a ascensão do capitalismo. Reduzido à expressão mais simples, o capitalismo pode ser definido como um sistema de produção, distribuição e troca em que a riqueza acumulada é empregada pelos seus possuidores individuais com

fins lucrativos. Os traços distintivos do sistema são o empreendimento privado, a concorrência e o negócio com fito no lucro. Geralmente, compreende também o sistema de salários como forma de pagamento dos trabalhadores, isto é, uma forma de pagamento baseada, não na quantidade de riqueza que estes criam, mas na sua capacidade de competir uns com os outros para conseguir empregos. Além disso, é um sistema dinâmico, fundado na premissa de que todo produtor ou comerciante tem o direito de incrementar os seus negócios pelo estímulo à procura dos artigos que tem a vender. Como já foi salientado, o capitalismo é a antítese direta da economia semi-estática das corporações medievais, na qual se concebiam a produção e o comércio como orientados no sentido de beneficiar a sociedade, com uma remuneração apenas razoável dos serviços prestados, ao invés de lucros ilimitados. Ainda que o capitalismo não tenha alcançado a completa maturidade senão no século XIX, quase todos os seus característicos essenciais se desenvolveram durante a Revolução Comercial.

Outro fato importante dessa revolução foi o desenvolvimento do sistema bancário. Devido à vigorosa condenação da usura, os negócios bancários mal eram considerados respeitáveis durante a Idade Média. Durante muitos séculos, o pouco que se realizou nesse sentido foi virtualmente monopolizado pelos muçulmanos e judeus. No tempo das Cruzadas, os mosteiros e os templários emprestavam dinheiro para financiar as expedições ou atender às necessidades dos soldados depois que chegavam ao Oriente, mas nenhum desses casos pode ser considerado como exemplo de uma operação bancária no sentido moderno do termo. A justificação dos empréstimos não era econômica, mas religiosa, e mesmo assim considerava-se necessário evitar o anátema lançado sobre a usura, aceitando presentes ao invés de cobrar juros. Só no século XIV foi que o empréstimo de dinheiro se estabeleceu solidamente como empresa comercial. As verdadeiras fundadoras desse gênero de negócios com mira no lucro foram algumas das grandes casas comerciais das cidades italianas. Salientou-se entre elas a firma dos Médicis, em Florença, com um capital de

7.500.000 dólares para financiar as suas atividades. O emblema comercial dessa firma - o cacho de três bolas de ouro - continua a ser ainda hoje, no mundo ocidental, a conhecida insígnia das casas de penhor. No século XV, os negócios bancários tinham atingido a Alemanha meridional, a França e os Países-Baixos. A principal firma do norte era a dos Fuggers, de Augsburgo, com um capital de vinte milhões de dólares. Os Fuggers emprestaram dinheiro a reis e bispos, serviram como corretores do papa na venda de indulgências e adiantaram os fundos graças aos quais Carlos V pode comprar a sua eleição ao trono do Santo Império Romano. Dirigiam os seus negócios com tanta astúcia e tão implacavelmente perseguiram os seus devedores - chegando a ameaçar o próprio imperador como se fosse um traficantezinho qualquer - que a firma auferiu um lucro anual de 54% durante década e meia, no século XVI. O aparecimento dessas casas bancárias particulares foi seguido pela fundação de bancos públicos ou, pelo menos, parcialmente controlados pelo governo, os quais se destinavam a atender às necessidades monetárias dos estados nacionais. O primeiro em ordem cronológica foi o Banco da Suécia (1.656), mas era ao Banco da Inglaterra, fundado em 1.694, que estava reservado o papel de maior importância da história econômica. Embora até 1.946 não se achasse tecnicamente sob o controle do governo, foi o banco de emissão deste e o depositário dos fundos públicos.

O desenvolvimento do sistema bancário fez-se acompanhar necessariamente da adoção de vários instrumentos auxiliares das transações financeiras em larga escala. As facilidades de crédito se expandiram de tal forma que um comerciante de Amsterdã podia comprar mercadorias de um outro, em Veneza, mediante uma letra de câmbio emitida por um banco da sua cidade. O comerciante veneziano embolsava o seu dinheiro apresentando a letra de câmbio ao banco local. Os dois bancos, mais tarde, acertavam as suas contas pelo confronto dos respectivos balanços. Com o tempo, chegou-se a estabelecer um sistema bastante perfeito de compensação internacional que possibilitava a liquidação de um grande volume de contas com pequeníssima

troca de dinheiro. Entre as outras facilidades para a expansão do crédito figuravam a adoção do sistema de pagamento por cheque nas transações locais e a emissão de notas bancárias como substitutos do ouro e da prata. Ambos esses expedientes foram introduzidos pelos italianos e gradualmente adotados na Europa setentrional. O sistema de pagamento por cheque assumiu especial importância por aumentar o volume do comércio, uma vez que os recursos de crédito dos bancos puderam então expandir-se muito além do montante real dos seus depósitos.

A Revolução Comercial não se limitou, é claro, ao desenvolvimento do comércio e do sistema bancário. Incluiu, também, modificações fundamentais nos métodos de produção. O sistema de manufatura desenvolvido pelas corporações de ofício da última fase da Idade Média caminhava a passos rápidos para a extinção. As próprias corporações, dominadas pelos mestres, tinham-se tornado egoístas e exclusivistas. Delas participavam, comumente, tão-só umas poucas famílias privilegiadas. Além disso, estavam tão fossilizadas na tradição que eram incapazes de ajustar-se às novas condições. E mais ainda, haviam surgido novas indústrias que eram completamente alheias ao sistema corporativo. Exemplos característicos foram a mineração, a fundição de minérios e a indústria da lã. O rápido desenvolvimento dessas empresas foi estimulado por progressos técnicos tais como a invenção da roda de fiar e do tear para tecer meias e o descobrimento de um novo método de fundir latão que economizava quase metade do combustível anteriormente empregado. Nas indústrias de mineração e fundição de minérios adotou-se uma forma de organização muito semelhante à que chegou até nós. As ferramentas e instalações pertenciam aos capitalistas, enquanto os operários eram meros percebedores de salários, sujeitos aos azares dos acidentes, do desemprego e das doenças profissionais.

A modalidade mais típica de produção industrial era, porém, o sistema doméstico, introduzido originalmente na indústria de tecelagem da lã. Deriva ele o seu nome do fato de ser o trabalho executado em sua própria casa pelos artífices, em lugar de o ser

na oficina de um artesão-mestre. Visto como as várias tarefas da manufatura do produto eram distribuídas por empreitada, mais ou menos dentro do moderno regime de exploração máxima do trabalhador, o sistema é também conhecido como sistema de encomenda. Não obstante a escala diminuta da produção, a organização era inteiramente capitalista. A matéria-prima era comprada por um empresário e transferida aos trabalhadores Individuais, cada um dos quais devia perfazer a respectiva tarefa em troca de um pagamento estipulado. No caso da indústria de tecelagem, a lã era distribuída em primeiro lugar aos fiandeiros e depois, sucessivamente, aos tecelões, pisoeiros e tingidores. Uma vez pronto o pano, o industrial o recolhia e vendia no mercado livre pelo melhor preço que pudesse conseguir. O sistema doméstico não se restringia, naturalmente, à manufatura do pano de lã. Com o correr do tempo, estendeu-se a muitos outros campos de produção. Harmonizava-se muito bem com a nova glorificação da riqueza e com a concepção de uma economia dinâmica. O capitalista podia, agora, deitar para um canto as velhas objeções contra o lucro. Não havia associações de rivais para criticar a qualidade dos seus produtos ou os salários que pagava aos seus operários. O melhor de tudo, talvez, é que podia expandir os seus negócios como bem lhe conviesse e introduzir novas técnicas capazes de reduzir os custos ou aumentar o volume da produção. Indubitavelmente o sistema doméstico apresentava vantagens para os próprios trabalhadores, em especial quando comparado com a sua sucessora - a fábrica. Embora os salários fossem baixos, não havia horário de trabalho e, geralmente, cada um podia aumentar os rendimentos da família cultivando um pequeno pedaço de terra e colhendo, pelo menos, algumas hortaliças. Além disso, as condições de trabalho em casa eram mais saudáveis do que nas fábricas e o trabalhador dispunha da família para ajudá-lo nas tarefas mais simples. Também deve ser considerada como uma positiva vantagem a ausência da supervisão de um capataz e do medo de ser despedido por motivos fúteis. Por outro lado, não se pode esquecer que os operários estavam por demais espalhados para se organizarem com eficiência, visando uma ação

conjunta. Conseqüentemente, não tinham meios de se protegerem contra os empregadores desonestos que lhes sonegavam parte dos salários ou os forçavam a aceitar o pagamento em gêneros. É também verdade que, nos últimos tempos da Revolução Comercial, os operários se tornaram cada vez mais dependentes dos capitalistas, que haviam passado a fornecer não somente as matérias-primas, mas também as ferramentas e utensílios. Em alguns casos, os operários eram reunidos em grandes oficinas centrais e obrigados a trabalhar dentro de uma rotina fixa. A diferença entre isso e os métodos intensivos do sistema fabril era tão-somente questão de grau.

Que a Revolução Comercial acarretaria grandes mudanças na organização dos negócios era coisa que se poderia prever desde os primeiros passos. A unidade dominante de produção e comércio na Idade Média era a oficina ou o armazém de propriedade de um indivíduo ou de uma família. A sociedade comercial era também bastante comum, a despeito da grave desvantagem que representava a responsabilidade ilimitada de cada um dos sócios pelos débitos da firma. Evidentemente, nenhuma dessas unidades se adaptava bem a negócios que envolvessem grandes riscos e um enorme emprego de capital. O primeiro resultado das tentativas para conseguir uma organização comercial mais adequada foi a formação das companhias regulamentadas. Tratava-se de associações de comerciantes unidos num empreendimento comum. Os associados não operavam uma fusão de capitais; concordavam apenas em cooperar para proveito de todos e em obedecer a certas regras definidas. Em geral, o objetivo da combinação era manter em certa parte do mundo um monopólio comercial. Os sócios freqüentemente pagavam contribuições para a manutenção de docas e trapiches e, em particular, para a proteção contra os "entrelapos", como eram chamados os comerciantes que tentavam quebrar o monopólio. Um dos mais notáveis exemplos desse tipo de organização foi uma companhia inglesa conhecida como os "Merchant Adventurers", fundada com o objetivo de comerciar com os Países-Baixos e a Alemanha.

No século XVI, a companhia regulamentada foi em grande parte suplantada por um novo tipo de organização, ao mesmo tempo mais sólida e de alcance mais amplo. Era a sociedade por ações, formada mediante a subscrição de quotas de capital por um número considerável de inversores. Os que compravam ações podiam ou não tomar parte nas atividades da companhia, mas tanto num caso como no outro eram co-proprietários do negócio e, como tais, tinham direito a participar dos lucros na proporção do dinheiro empregado. A sociedade por ações apresentava numerosas vantagens sobre a sociedade de responsabilidade ilimitada e sobre a companhia regulamentada. Em primeiro lugar, era uma unidade permanente, não estando sujeita à reorganização todas as vezes que um dos membros morria ou se retirava. Em segundo, acabou por estabelecer-se na base de uma responsabilidade limitada, isto é: cada sócio só era responsável pelos débitos da companhia na proporção do seu investimento de capital. E, em terceiro, tornava possível um acúmulo muito maior de capital, graças à ampla distribuição das ações. Em resumo, possuía quase todas as vantagens de uma sociedade anônima moderna, exceto quanto a não ter personalidade jurídica, com os direitos e privilégios garantidos aos indivíduos. Se bem que a maioria das primeiras sociedades por ações tivessem sido fundadas para empreendimentos comerciais, mais tarde algumas se organizaram para fins industriais. Entre as principais organizações de mercadores, umas havia que eram também companhias privilegiadas, isto é, possuíam cartas de privilégio do governo que lhes concediam o monopólio do comércio em certa localidade e lhes conferiam ampla autoridade sobre os habitantes. Graças a um privilégio desse tipo, a Companhia Inglesa das Índias Orientais governou a Índia como se fosse um estado particular, até 1.784, e em certo sentido até 1.858. Famosas foram também a Companhia Holandesa das Índias Orientais, a Companhia da Baía de Hudson, a Companhia de Plymouth e a Companhia de Londres. Esta última fundou a colônia da Virgínia e governou-a durante certo tempo como se fora propriedade sua.



Cunhagem de moedas no século XVI. (Metropolitan Museum of Art.)

Resta ainda considerar um característico da Revolução Comercial, que foi o desenvolvimento de uma economia monetária mais eficiente. O dinheiro estivera em uso, é claro, desde a revivescência do comércio no século XI. Não obstante, eram raras as moedas cujo valor fosse reconhecido fora do seu local de origem. Por volta de 1.300, o ducado veneziano e o florim florentino, valendo cada um cerca de 2,25 dólares, tinham ganho considerável aceitação dentro da Itália e mesmo nos mercados internacionais do norte da Europa. De nenhum país se pode dizer, entretanto, que possuísse um sistema monetário uniforme. Em quase toda parte reinava grande confusão. Moedas emitidas por reis circulavam lado a lado com o dinheiro dos nobres locais e até com os maravedis muçulmanos. Além disso, os padrões monetários sofriam freqüentes modificações e as próprias moedas eram muitas vezes adulteradas. Um método usado comumente pelos reis para fazer crescer as suas rendas era aumentar a proporção dos metais mais baratos nas moedas que emitiam. O desenvolvimento do comércio e da indústria na Revolução Comercial acentuou, porém, a necessidade de sistemas monetários mais estáveis e uniformes. O problema foi resolvido pela adoção, por todos os estados mais importantes, de um sistema-padrão de dinheiro para ser usado em todas as transações dentro dos seus limites. Muito tempo se passou, entretanto, antes que a reforma se completasse. A Inglaterra iniciou a elaboração de uma cunhagem uniforme no reinado de Elisabet, mas a tarefa não ficou terminada antes do fim do século XVI. A França não conseguiu reduzir o seu dinheiro aos modernos padrões de simplicidade e comodidade senão no tempo de Napoleão. Apesar de tão longas dilações, parece acertado concluir que as moedas nacionais foram realmente uma conquista da Revolução Comercial.

2. O MERCANTILISMO NA TEORIA E NA PRÁTICA

A Revolução Comercial foi acompanhada, em suas últimas fases, pela adoção de um novo corpo de doutrinas e de normas práticas conhecido como mercantilismo. No seu sentido mais amplo, o mercantilismo pode ser definido como um sistema de intervenção governamental para promover a prosperidade nacional e aumentar o poder do estado. Se bem que seja muitas vezes considerado como um programa de ordem exclusivamente econômica, os seus objetivos eram em grande parte políticos. A finalidade da intervenção nos assuntos econômicos não era apenas expandir o volume da indústria e do comércio, mas também trazer mais dinheiro para o tesouro do rei, o que lhe permitiria construir armadas, apetrechar exércitos e fazer o seu governo temido e respeitado em todo o mundo. Devido a essa íntima associação com as ambições dos príncipes, empenhados em aumentar o seu próprio poder e o dos estados que dirigiam, o mercantilismo tem sido às vezes chamado estatismo. O sistema, certamente, nunca teria existido se não fora o desenvolvimento de uma monarquia absoluta em lugar da estrutura fraca e descentralizada do feudalismo. Não o criaram, porém, os reis sozinhos. Como era natural, os novos magnatas dos negócios prestaram-lhes entusiástico apoio, pois o favorecimento ativo do comércio pelo estado lhes traria vantagens evidentes. O apogeu do mercantilismo foi o período entre 1.600 e 1.700, mas muitos de seus característicos sobreviveram até o fim do século XVIII.

Se houve um princípio que desempenhasse o papel central na teoria mercantilista, foi a doutrina do metalismo. Essa doutrina O metalismo estabelece que a prosperidade de uma nação é determinada pela quantidade de metais preciosos de comércio existente dentro dos seus limites. Quanto mais favorável ouro e prata um país possui, tanto mais dinheiro o governo poderá recolher em impostos e tanto mais rico e poderoso se tornará o estado. O surto tomado por uma tal idéia era alimentado pelo conhecimento da prosperidade e poder da Espanha, que pareciam

resultar diretamente do afluxo de metais preciosos procedentes das colônias americanas. Mas que poderiam fazer os países que não tivessem colônias produtoras de ouro ou prata? Como conseguiriam tornar-se ricos e poderosos? Os mercantilistas tinham uma resposta pronta para essas perguntas. A nação que não tivesse acesso direto ao ouro e à prata devia tentar aumentar o seu comércio com o resto do mundo. Se o governo de uma tal nação tomasse medidas para fazer com que o valor das exportações excedesse constantemente o das importações, a entrada de ouro e prata no país superaria a saída. Chamava-se a isso manter uma "balança de comércio favorável". Para tal, três medidas principais tornavam-se necessárias: primeiro, tarifas elevadas para reduzir o nível geral das importações e impedir completamente a entrada de certos produtos; segundo, prêmios às exportações; e terceiro, um amplo fomento da indústria, para que o país tivesse a maior quantidade possível de mercadorias para vender ao estrangeiro.

A teoria mercantilista incluía também certos elementos de nacionalismo econômico, paternalismo e imperialismo. O primeiro significa o ideal de uma nação que se basta a si mesma. A política de favorecer novas indústrias não tinha em vista apenas aumentar as exportações, mas também tornar o país independente dos fornecimentos estrangeiros. Da mesma forma, os mercantilistas argumentavam que o governo devia exercer as funções de um zeloso guardião sobre as vidas dos seus cidadãos. O casamento precisava ser encorajado e regulamentado a fim de aumentar constantemente a população. Cumpria que o governo exercesse um controle cuidadoso sobre os salários, as horas de trabalho, os preços e a qualidade dos produtos. Impunha-se uma assistência generosa à pobreza, inclusive a assistência médica gratuita para os que não pudessem pagá-la. Essas coisas não seriam feitas, no entanto, dentro de qualquer espírito de caridade ou justiça, mas principalmente para que o estado pudesse repousar sobre sólidas bases econômicas e para que tivesse, em caso de guerra, o apoio de cidadãos numerosos e sadios. Finalmente, os mercantilistas advogavam a aquisição de colônias. Aqui, também, o objetivo

principal não era beneficiar individualmente os cidadãos da metrópole, mas tornar a nação forte e independente.

Os tipos de possessões mais ardentemente desejadas eram aquelas que pudessem aumentar os fundos nacionais de metais preciosos. Na falta delas, seriam muito aceitáveis as colônias que fornecessem produtos tropicais, abastecimentos navais ou quaisquer outros artigos que a metrópole não pudesse produzir. Baseava-se esse imperialismo na teoria de que as colônias existiam para benefício dos estados possesores. Por tal razão, não se lhes permitia dedicarem-se à indústria ou à navegação. Sua função era produzir matérias-primas e consumir o máximo possível de produtos manufaturados. Desse modo robusteceriam as indústrias da metrópole, dando-lhe assim uma vantagem na luta pelo mercado mundial.



ARTE DA ÉPOCA BARROCA

Velha na Poltrona, de Rembrandt, o pintor flamengo de maior conteúdo filosófico. Rembrandt é notável pelos seus profundos estudos da natureza humana. Exercia maestria sobre um largo campo, incluindo retratos individuais ou em grupo, paisagens e águas-fortes. Ver p. 566. (Metropolitan Museum of Art.)



O Grupo Alegre, de Franz Hals. As obras mais expressivas de Hals são as que ilustram, como esta, as dores e alegrias dos humildes, mas, como os outros pintores flamengos, ele também retratou a vida dos burgueses abastados. (Metropolitan Museum of Art.)



Mariana d'Áustria (mulher de Filipe IV da Espanha), por Diego Velázquez, cujos soberbos retratos celebram a pompa e o poder da corte espanhola.

ARTE DA ÉPOCA BARROCA

Vênus e Adônis, de Pedro Paulo Rubens. Rubens pintou temas clássicos que concebia em largas proporções e executava com soberbo vigor e liberdade.



A maioria dos que escreveram sobre a teoria mercantilista não eram economistas profissionais, mas homens de ação pertencentes ao mundo dos negócios. A melhor exposição do assunto parece ter sido a de Thomas Mun, um comerciante de destaque e diretor, por muitos anos, da Companhia Inglesa das Índias Orientais. Sua obra principal foi publicada postumamente, em 1.664, sob o título *England's Treasure by Forraign Trade, or The Ballance of Our Forraign Trade Is the Rule Of Our Treasure* (isto é, mais ou menos: "A riqueza da Inglaterra pelo comércio estrangeiro, ou A balança do nosso comércio estrangeiro é a reguladora da nossa riqueza.") Além de numerosos outros campeões pertencentes às fileiras do comércio, o mercantilismo também encontrou defensores em alguns filósofos políticos. Entre eles figuram advogados da monarquia absoluta como o francês Jean Bodin (1.530-96) e o inglês Thomas Hobbes (1.588-1679), naturalmente predispostos a apoiar qualquer política que aumentasse a riqueza e o poder do governante. Conquanto a maioria dos apologistas do mercantilismo se interessasse por ele principalmente como um meio de promover uma balança de comércio favorável, outros o concebiam como uma espécie de paternalismo com vistas em aumentar a prosperidade interna do país. O inglês Edward Chamberlayne, por exemplo, defendia uma política de certo modo semelhante às idéias atuais sobre os empreendimentos governamentais. Recomendava que o estado destinasse abundantes fundos para o auxílio aos pobres e para a construção de obras públicas como meio de estimular os negócios. As tentativas de pôr em prática a doutrina mercantilista assinalaram a história da maioria das nações da Europa ocidental nos séculos XVI e XVII. Evidentemente a Espanha teve a vantagem inicial, devido ao afluxo de metais preciosos proveniente do seu império americana. E, embora os espanhóis não precisassem de recorrer a meios artificiais a fim de trazer dinheiro para dentro do país, o seu governo manteve assim mesmo um controle rigoroso sobre o comércio e a indústria. A política de quase todas as demais nações orientava-se no sentido de remediar a falta de colônias produtoras de ouro e prata pela

conquista de um quinhão maior no comércio de exportação. Isso naturalmente implicava um programa de prêmios, tarifas e extensa regulamentação da indústria e da navegação. A política mercantilista foi resolutamente adotada na Inglaterra durante o reinado de Elisabet e continuada pelos monarcas da casa dos Stuarts e por Oliver Cromwell. A maioria desses governantes se empenharam numa furiosa disputa pela aquisição de colônias, concederam privilégios de monopólio a companhias comerciais e procuraram, por múltiplos meios, controlar as atividades econômicas dos cidadãos. Os exemplos mais interessantes de legislação mercantilista na Inglaterra foram, em primeiro lugar, as leis elisabetanas destinadas a eliminar a ociosidade e estimular a produção, e, em segundo, as Leis de Navegação. Por uma série de leis decretadas no fim do século XVI, Elisabet autorizou os juizes de paz a fixar preços, regulamentar as horas de trabalho e obrigar todo cidadão fisicamente capaz a trabalhar em alguma atividade útil. A primeira das Leis de Navegação foi promulgada em 1651, no governo de Cromwell. Visando anular o predomínio holandês no comércio de transportes, determinava que todos os produtos coloniais exportados para a metrópole fossem embarcados em navios ingleses. Uma segunda Lei de Navegação, aprovada em 1660, confirmava a primeira, proibindo, ademais, o envio direto de certos "artigos enumerados" para os portos do continente europeu - em especial do tabaco e do açúcar. Tais produtos deviam ser enviados primeiro à Inglaterra, de onde, após o pagamento dos direitos alfandegários, poderiam ser reembarcados para outros portos. Ambas essas leis baseavam-se no princípio de que as colônias deviam servir para enriquecer a metrópole.

Durante a Revolução Comercial os estados alemães estavam por demais ocupados com problemas internos para tomarem parte ativa na luta pelas colônias e pelo comércio ultramarino. Em consequência disso, o mercantilismo alemão interessou-se principalmente em aumentar a força interna do estado. Apresentava o duplo caráter de um nacionalismo econômico e de um programa de sociedade planificada. Mas escusamos de dizer

que o planejamento se fazia com a mira principal em beneficiar o governo e só acidentalmente se interessava pelo povo. Devido ao seu objetivo dominante de aumentar as rendas do estado, os mercantilistas alemães são conhecidos como "cameralistas" (de Kammer, nome dado ao tesouro real). A maioria deles eram advogados e professores de finanças. As idéias cameralistas foram postas em prática pelos reis Hohenzollerns da Prússia, notadamente por Frederico Guilherme I (1.713-40) e por Frederico o Grande (1.740-86). A política desses monarcas assumia a forma de um plano múltiplo de intervenção e controle na esfera econômica, visando aumentar a riqueza tributável e fortalecer o poder do estado. Drenaram-se pântanos, abriram-se canais, fundaram-se novas indústrias com o auxílio do governo e os camponeses receberam instruções sobre as culturas que deviam plantar. A fim de que a nação se tornasse auto-suficiente no mais breve tempo possível, foram proibidas as exportações de matérias-primas e as importações de produtos manufaturados. O grosso das rendas advindas dessas medidas era aplicado em objetivos militares. O exército regular da Prússia foi aumentado, por Frederico o Grande, para 160.000 homens.

Talvez a aplicação mais completa do mercantilismo, em todos os seus aspectos, tenha sido a que se verificou na França sob Luís XIV (1.643-1.715). Isso se deveu, em parte, a ser o estado francês a encarnação perfeita do absolutismo e também, em parte, à política de Jean-Baptiste Colbert, chefe de ministério do grand monarque entre 1.661 e 1.683. Contrariamente a uma opinião bastante difundida, Colbert não foi um teorizador mais sim um político prático que ambicionava o poder pessoal e procurava por todos os meios multiplicar as oportunidades de enriquecimento da classe média, a que pertencia. Aceitou o mercantilismo, não como um fim em si mesmo, mas como o meio mais conveniente de aumentar a riqueza e o poder do estado, conquistando assim a aprovação do seu soberano. Nem por isso, contudo, a maioria das suas medidas políticas deixou de pautar-se inteiramente pela doutrina mercantilista. Tinha a firme convicção de que a França devia adquirir a maior quantidade possível de metais preciosos.

Para isso proibiu a exportação de dinheiro, impôs altas tarifas aos produtos manufaturados estrangeiros e concedeu prêmios liberais para estimular o desenvolvimento da navegação francesa. Foi também, principalmente com esse fim que fomentou o imperialismo, esperando melhorar a balança de comércio favorável mediante a venda de produtos manufaturados às colônias. Comprou, portanto, as ilhas de Martinica e Guadalupe nas Antilhas, favoreceu o estabelecimento de colônias em S. Domingos, no Canadá e na Luisiana e fundou entrepostos comerciais na Índia e na África. Era, além disso, tão devotado ao ideal da auto-suficiência como qualquer cameralista da Prússia. Subsidiou novas empresas instalou certo número de indústrias do estado e até fez com que o governo comprasse mercadorias que não eram realmente necessárias, só para manter em pé certas companhias. Estava, no entanto, resolvido a conservar a indústria manufatureira sob rigoroso controle, a fim de que as companhias comprassem da França ou de suas colônias as matérias-primas e produzissem os artigos necessários à grandeza nacional. Conseqüentemente, impôs à indústria uma regulamentação minuciosa que prescrevia quase todos os detalhes do processo de manufatura. Por fim, deve-se mencionar que Colbert tomou algumas medidas diretas para aumentar o poder político na nação. Proveu a França de uma armada de quase trezentos navios, recrutando cidadãos das províncias marítimas e a criminosos para tripulá-los. Procurou estimular o rápido crescimento da população desencorajando os jovens de se tornarem monges ou freiras e isentando de quaisquer impostos as famílias com dez ou mais filhos.

Pelo que foi dito, parece ter ficado bastante claro que o mercantilismo foi a expressão econômica lógica do absolutismo político dos séculos XVI e XVII. Por isso, teve ele muito de comum com o fascismo. Tanto os mercantilistas como os fascistas desejavam acorrentar o sistema econômico ao carro da grandeza nacional. Uns e outros acreditavam num rígido controle da produção e da distribuição da riqueza, principalmente como meio de conseguir o poderio militar. Uns e outros abraçaram o

imperialismo com o mesmo objetivo fundamental de adquirir fontes de matérias-primas que a metrópole não podia produzir e conseguir uma vazão para os produtos manufaturados. Embora tanto os fascistas como os mercantilistas fizessem um fetiche da auto-suficiência, nem uns nem outros acreditavam numa economia completamente fechada, pois todos eles tentavam vender o máximo possível no exterior, sem comprar, em troca, mais do que o estritamente necessário. Mercantilistas e fascistas baseavam-se também no princípio de que os fundos governamentais deviam ser utilizados no estímulo aos negócios e ao emprego e de que era preciso tomar medidas para encorajar um forte crescimento da população. Havia, porém, uma importante diferença econômica entre os dois sistemas. Os mercantilistas interpretavam a riqueza nacional em função da quantidade de metais preciosos existente no país. Não concebiam o uso do crédito governamental como um meio para tirar a "riqueza" do nada, emitindo obrigações aos bancos e depois valendo-se dessas obrigações como lastro para novas emissões de dinheiro, que por sua vez seria pago ao povo em troca de mercadorias e serviços. Os fascistas rejeitavam inteiramente a teoria metalista da riqueza, negando que o ouro ou a prata desempenhassem um papel indispensável na vida econômica da nação. Tendiam a considerar os produtos da terra e do trabalho humano como fontes exclusivas da riqueza nacional.

3. RESULTADOS DA REVOLUÇÃO COMERCIAL

É desnecessário dizer que a Revolução Comercial foi um dos desenvolvimentos mais significativos da história do mundo ocidental. Todo o quadro da vida econômica moderna teria sido impossível sem ela que deslocou as bases do comércio do plano local e regional da Idade Média para a escala mundial que desde então o tem caracterizado. Exaltou, além disso, o comércio com finalidade lucrativa, santificou a acumulação de riqueza e estabeleceu a concorrência como base da produção e do comércio. Numa palavra, é à Revolução Comercial que se devem

quase todos os elementos que vieram a constituir o regime capitalista.

Esses não foram, porém, os seus únicos resultados. A Revolução Comercial também deu surto às primeiras grandes especulação, muito semelhantes àquelas com que se habituou, muito a contragosto, o mundo moderno. O afluxo de metais preciosos, a rápida alta dos preços e o encarecimento da riqueza como finalidade da vida fomentaram um espírito de jogo nos negócios, o qual nunca teria sido possível dentro da economia estática da Idade Média. A rápida expansão dos negócios nos primeiros tempos da Revolução levou os homens a pensar que se poderia fazer fortuna do dia para a noite. Projetaram-se inúmeras empresas para toda espécie de fins absurdos - tornar doce a água salgada ou fabricar máquinas de moto-contínuo - e milhares de compradores de ações morderam a isca. Um grupo de agentes velhacos chegou até a vender ações de uma companhia cujo objetivo era tentadoramente descrito como "um empreendimento que seria revelado em tempo oportuno". Calculou-se que nada menos de um milhão e meio de dólares foram invertidos nesses projetos insensatos durante os primeiros anos do século XVIII.

O auge do frenesi especulativo foi atingido no escândalo dos Mares do Sul e no do Mississippi, por volta de 1.720. O primeiro resultou da inflação do capital da Companhia dos Mares do Sul, na Inglaterra. Os incorporadores dessa companhia concordaram em assumir a responsabilidade de cerca de cinqüenta milhões de dólares da dívida nacional e, em troca, receberam do governo inglês a exclusividade do comércio com a América do Sul e as ilhas do Pacífico. As perspectivas de lucro pareciam quase ilimitadas. As ações da companhia subiram rapidamente de cotação até serem vendidas por mais de dez vezes o seu valor nominal. Quanto mais subiam, mais crédulo se mostrava o povo. Gradualmente, porém, cresceu a suspeita de que as possibilidades da empresa tinham sido superestimadas. As róseas esperanças cederam o lugar ao temor e os compradores fizeram tentativas frenéticas para desfazerem-se de suas ações por qualquer preço. A falência foi o resultado inevitável.

Ao mesmo tempo que se alimentava a quimera dos Mares do Sul na Inglaterra, os franceses eram arrastados por uma onda semelhante de loucura especulativa. Em 1.715, um escocês chamado John Law, que fora obrigado a fugir da Inglaterra por ter matado o seu rival numa disputa amorosa, estabeleceu-se em Paris, depois de ter sido bem sucedido em várias aventuras de jogo em outras cidades. Persuadiu o regente da França a adotar um plano seu de pagar a dívida nacional mediante uma emissão de papel-moeda, concedendo-lhe o privilégio de organizar a Companhia do Mississipi para a colonização e a exploração da Luisiana. À medida que os empréstimos governamentais eram remidos, aqueles que recebiam o dinheiro eram levados a comprar ações da companhia. Em breve as ações começaram a subir vertiginosamente, alcançando afinal uma cotação de quarenta vezes o seu valor original. Quase todos aqueles que podiam juntar algumas moedas lançaram-se na porfia pela riqueza. Contavam-se histórias de açougueiros e alfaiates que passavam por ter ficado milionários comprando algumas ações para jogar na alta. Mas, à medida que se tornava evidente que a companhia jamais poderia pagar dividendos capazes de compensar tais preços, os inversores mais prudentes começaram a vender as suas ações. O alarma disseminou-se e em breve estavam todos tão ansiosos por vender como antes tinham estado por comprar. Em 1.720 o escândalo estourou, gerando tremendo pânico. Milhares de pessoas, que haviam vendido as suas propriedades para comprar ações a um preço fantástico, ficaram completamente arruinadas. O colapso das companhias dos Mares do Sul e do Mississipi arrefeceu um pouco a paixão pública pelo jogo. Não tardou muito, porém, que se reavivasse a cobiça dos lucros especulativos e as orgias de agiotagem que acompanharam a Revolução Comercial repetiram-se muitas vezes durante os séculos XIX e XX.

Entre outros resultados da Revolução Comercial podem citar-se a ascensão da burguesia ao poder econômico, o início da europeização do mundo e o restabelecimento da escravidão. Cada um deles exige breve comentário. No fim do século XVII a burguesia se tornara a classe econômica dominante em quase

todos os países da Europa ocidental. Dela faziam parte os comerciantes, os banqueiros, os proprietários de navios, os principais acionistas e os empresários de indústrias. Essa subida ao poder deveu-se principalmente ao aumento da riqueza e à tendência de se aliarem aos reis contra os remanescentes da aristocracia feudal. Mas o poder da burguesia, por enquanto, era puramente econômico. Foi só no século, XIX que a supremacia política da classe média se tornou realidade. Por europeização do mundo deve entender-se a transplantação dos hábitos e da cultura europeus para outros continentes. Em resultado do trabalho dos comerciantes, missionários e colonos, as Américas do Norte e do Sul assumiram rapidamente a feição de apêndices da Europa. Na Ásia não houve mais do que um início de transformação, mas era o bastante para deixar prever as tendências dos tempos posteriores, quando até o Japão e a China adotariam as locomotivas ocidentais e os óculos de aros de tartaruga. O resultado mais deplorável da Revolução Comercial foi o restabelecimento da escravidão. Como vimos no estudo da Idade Média, por volta do ano 1.000 a escravidão havia praticamente desaparecido da civilização européia. Mas o desenvolvimento da mineração e das fazendas de plantação nas colônias inglesas, espanholas e portuguesas provocou enorme procura de trabalhadores não especializados. A princípio tentou-se escravizar os índios americanos, mas estes, em geral, se mostraram demasiado rebeldes à sujeição. O problema foi resolvido no século XVI pela importação de negros africanos. Durante os seguintes duzentos anos ou mais a escravidão negra fez parte integrante do sistema colonial europeu, mormente nas regiões fornecedoras de produtos tropicais.

Por fim, a Revolução Comercial teve grande importância em preparar o caminho para a Revolução Industrial. Isso se deu por várias razões. Primeiro, a Revolução Comercial criou uma classe de capitalistas que constantemente procuravam novas oportunidades para empregar os seus lucros excedentes. Segundo, a política mercantilista, com a importância que atribuía à proteção das indústrias incipientes e à produção de mercadorias para

exportação, deu um poderoso estímulo ao desenvolvimento das manufaturas. Terceiro, a fundação dos impérios coloniais inundou a Europa de novas matérias-primas e aumentou muitíssimo o suprimento de certos produtos até então considerados como de luxo. A maior parte deles precisava ser manufaturada antes de passar ao consumidor. Em consequência, surgiram novas indústrias completamente livres de qualquer regulamentação corporativa que porventura ainda subsistisse. O exemplo mais frisante foi a manufatura de tecidos de algodão, e é ainda bastante significativo ter sido ela a primeira indústria a se mecanizar. Por último, a Revolução Comercial caracterizou-se pela tendência de adotar os métodos fabris em certos ramos de produção, a par de aperfeiçoamentos técnicos tais como a invenção da roda de fiar, a do tear de fazer meia e o descobrimento de um processo mais eficiente para reduzir minérios. Não é difícil perceber a conexão entre tais fatos e os progressos mecânicos da Revolução Industrial.

4. PROGRESSOS REVOLUCIONÁRIOS NA AGRICULTURA

Em larga medida, as transformações profundas que se operaram na agricultura durante os séculos XVII e XVIII podem ser consideradas como efeitos da Revolução Comercial. A alta dos preços e o aumento da população urbana, por exemplo, fizeram com que a agricultura se tornasse um negócio rendoso, tendendo assim a promover a sua absorção pelo sistema capitalista. Além disso, o desenvolvimento da indústria da lã na Inglaterra levou muitos proprietários rurais a substituir o cultivo do solo pelo pastoreio como fonte principal de renda. Houve, porém, outras causas que não tinham nenhuma relação direta com a Revolução Comercial. Uma delas foi a falta de braços, devida à Peste Negra e à evasão dos camponeses para as cidades e vilas a fim de aproveitarem as oportunidades de uma vida melhor, nascidas do restabelecimento do comércio com o Oriente Próximo. Uma outra

foi o arroteamento de novas fazendas em que vigorava o sistema do trabalho livre e da iniciativa individual. As Cruzadas e a Guerra dos Cem Anos constituíram uma terceira causa, por terem determinado o enfraquecimento do poder dos nobres e solapado a estrutura da antiga sociedade. O efeito conjunto desses fatores foi a destruição do sistema senhorial e o aparecimento de uma agricultura erigida sobre bases de certo modo semelhantes às modernas. A transformação foi mais completa na Inglaterra, mas também em outros países houve progressos no mesmo sentido.

O primeiro entre os fatos marcantes da revolução agrícola foi o abandono do antigo sistema senhorial de cultivo. Sob o regime medieval, o solar com as terras circundantes era a parte do feudo reservada ao proveito exclusivo do senhor. O trabalho de cultivo dessas terras devia ser realizado pelos servos, como uma das obrigações devidas àquele. Mas, à medida em que aumentava o número de servos emigrantes ou dizimados pela Peste Negra, tornava-se impossível exigir o cumprimento dessa obrigação, assim como o de muitas outras. Os senhores recorreram então ao expediente de arrendar as terras do solar aos camponeses, recebendo a renda quer em produtos, quer em dinheiro. Aos poucos, o sistema de arrendamento se estendeu às outras porções aráveis do feudo, donde resultou converterem-se os proprietários feudais de outrora em senhorios do tipo moderno. Simultaneamente com esses fatos, ocorria a eliminação gradual do sistema de "campo aberto". Este, como os leitores devem lembrar-se, era o sistema pelo qual as terras dos camponeses se dividiam em faixas disseminadas pelas várias partes do feudo e cultivadas em comum. O objetivo principal parece ter sido uma divisão eqüitativa das áreas melhores e piores de cultivo. O sistema começou a desintegrar-se com a alta dos preços dos produtos agrícolas no fim da Idade Média. Os camponeses mais astutos e ambiciosos desgostavam-se cada vez mais da lavoura cooperativa. Convencidos de que poderiam ganhar mais dinheiro como lavradores individuais, negociavam entre si faixas de terra, arrendavam porções do domínio do senhor feudal e, aos poucos, iam reunindo toda a sua terra em blocos compactos. Quando por

fim se completou esse processo, conhecido como a consolidação dos lotes, um grande passo fora dado no sentido de abolir a agricultura senhorial.

A terceira ocorrência importante da revolução agrícola foi o movimento das tapagens, que teve considerável repercussão na Inglaterra. Esse movimento assumiu dois aspectos principais: primeiro, o cercamento das terras comuns de mata e pastoreio, abolindo desse modo os direitos comunais que os camponeses tinham gozado, de apascentar os seus rebanhos e colher lenha nas partes não cultivadas da propriedade senhorial; segundo, o fato de grande número de camponeses serem desapossados dos direitos de arrendamento ou de outros direitos de locação sobre as terras aráveis. Ambas essas formas de tapagem representavam sérios revezes para a população rural. Durante séculos os direitos dos camponeses sobre a pastagem comum e as terras de mata haviam constituído um elemento essencial do seu plano de subsistência e era-lhes muito difícil passar sem eles. Mas, a sorte dos que se viam inteiramente esbulhados dos seus direitos de arrendamento ainda era bem pior. Na maioria dos casos eram obrigados a tornar-se jornaleiros sem terras, ou então miseráveis mendigos. A principal razão que determinou o movimento das tapagens foi o desejo, por parte dos antigos proprietários feudais, de converter a maior área possível dos seus domínios em terras de pastio para carneiros, em vista do alto preço que podia conseguir então pela lã. Geralmente começavam por cercar as terras comunais, como propriedade sua. Amiúde seguia-se também a isso a conversão de grande parte das lavouras de trigo em campos de pastio, donde resultava o despejo daqueles camponeses, em especial, cujos direitos de arrendamento não eram muito sólidos. As tapagens começaram no século XIV e prosseguiram até além do período da Revolução. Comercial. Ainda em 1.819 estavam sendo aprovadas pelo parlamento britânico centenas de ordenações autorizando o despejo de rendeiros e a tapagem de grandes propriedades. Nos séculos XVIII e XIX o processo foi acelerado pela ambição dos capitalistas que desejavam alçar-se à aristocracia tornando-se gentlemen-farmers (fazendeiros por

esporte). O movimento das tapagens completou a transformação da agricultura inglesa num empreendimento capitalista.

A fase final da revolução agrícola que acompanhou ou seguiu a Revolução Comercial foi a introdução de novas culturas e de melhorias no equipamento mecânico. Nenhum desses progressos se tornou manifesto antes do começo do século XVIII. Foi mais ou menos por essa época que Lord Townshend descobriu na Inglaterra o valor do cultivo do trevo como meio de impedir a exaustão do solo. Não só o trevo reduz muito menos a fertilidade do solo do que o fazem os cereais, mas ainda melhora a qualidade da terra pela acumulação de nitrogênio e por torná-la mais porosa. A plantação desse vegetal de tempos em tempos tornava desnecessário o antigo sistema de deixar cada ano um terço da terra em pousio. Além disso, o trevo em si mesmo constituía uma ótima forragem de inverno para os animais, contribuindo assim para a criação de um gado mais numeroso e melhor. Muito poucos melhoramentos mecânicos foram introduzidos na agricultura dessa época, mas tiveram importância nada desprezível. Em primeiro lugar, houve a adoção do arado de metal, que permitia abrir sulcos mais largos e profundos do que seria possível obter com os primitivos arados de madeira herdados da Idade Média. Durante certo tempo os lavradores relutaram em adotar essa inovação, na crença de que o ferro envenenaria o solo, mas a superstição acabou por abandonada. O outro aperfeiçoamento mecânico importante desse período foi a semeadeira para grãos. A adoção desse invento eliminou o velho e anti-econômico método de semear à mão, deixando a maior parte das sementes à flor da terra, onde era comida pelas aves. Por significativos que fossem esses melhoramentos, a verdadeira mecanização da agricultura só se deu, no entanto, já em pleno século XIX.

5. A NOVA SOCIEDADE

Profundas modificações da estrutura social acompanham inevitavelmente as revoluções econômicas ou intelectuais. A

sociedade criada pela Renascença, pela Reforma e pela Revolução Comercial, embora conservando alguns característicos da Idade Média, era na realidade muito diferente, nos seus traços fundamentais, daquela que a precedera. Para começar, a população da Europa, havia aumentado consideravelmente. O número de habitantes da Itália e da Inglaterra crescera de cerca de um terço durante o século que foi de 1.500 a 1.600. No mesmo período, a população estimada da Alemanha subiu de doze para vinte milhões. Em 1.378, Londres contava mais ou menos 46.000 almas; em 1.605, a cifra elevava-se a aproximadamente 225.000. As razões desse aumento têm estreita relação com os desenvolvimentos econômicos e religiosos do tempo. Nos países do norte, a extinção do celibato do clero e o encorajamento do matrimônio foram indubitavelmente fatores que contribuíram para esse resultado. Muito mais importante, contudo, foi o aumento dos meios de subsistência determinado pela Revolução Comercial. Não somente novos gêneros, como as batatas, o milho e o chocolate, se incorporaram ao abastecimento alimentar, mas também outros produtos já conhecidos, entre os quais o açúcar e o arroz, puderam então ser consumidos pelos europeus em quantidade muito maior e, conseqüentemente, por preço mais baixo. Além disso, as novas oportunidades de ganhar a vida no comércio e na indústria capacitaram a maioria dos países a sustentar uma população maior do que teria sido possível dentro da economia predominantemente agrária da Idade Média. É significativo que o grosso desse aumento tenha ocorrido nas cidades e nas vilas.

Um fato ainda mais importante do que o aumento da população foi a crescente igualdade e fluidez das classes. A Renascença, a Reforma e a Revolução Comercial que as acompanhou foram todas, em certo sentido, movimentos niveladores. Se há fato que se destaque na história social da Renascença, é a indiferença cada vez maior com que os homens desse período encaravam a posição social hereditária. É certo que eles ainda prezavam certos títulos e atributos da nobreza, mas o ingresso nessa classe já não era estritamente condicionado pelo acaso do nascimento. Quase

qualquer um que dispusesse de dinheiro suficiente podia tornar-se nobre, especialmente na Itália. Um rifão comum da época era: "vasculha um cavaleiro e encontrarás dentro dele um mercador". Em larga medida, o que determinava a posição de um homem na estima pública eram mais os feitos pessoais ou a fortuna do que a linhagem. É significativo não pertencerem à nobreza a maioria dos homens que alcançaram posição de destaque na cultura renascentista. Alguns deles, como Miguel Ângelo e Shakespeare, provinham de famílias bastante humildes. Pelo menos quatro foram bastardos: Boccaccio, Aretino, Leonardo da Vinci e Erasmo. A influência da Renascença no sentido de promover a igualdade social é também ilustrada pela ascensão das profissões liberais a uma posição de dignidade que nunca tinham conhecido na Idade Média. O artista, o escritor, o advogado, o professor de universidade e o médico assumiram uma importância comparável à que desfrutavam na sociedade moderna. Isso é confirmado pelos rendimentos conhecidos de muitos deles. Miguel Ângelo recebia do papa uma pensão anual de 5.200 dólares. Rafael deixou bens avaliados em nada menos que 140.000 dólares. Erasmo pôde manter um nível de existência então considerado luxuoso, graças aos presentes e favores que recebia dos seus protetores. Ainda que poucos historiadores subscrevam hoje sem reservas a afirmação de Nietzsche, segundo o qual a Reforma foi simplesmente uma revolta das massas ignorantes contra os seus superiores, não se pode esquecer a influência debilitadora que esse movimento teve sobre a antiga aristocracia. Santificando a acumulação de riqueza, contribuiu muito para entronizar a classe média. Quanto ao terceiro dos grandes movimentos niveladores, a Revolução Comercial, basta lembrar que ela oferecia a qualquer cidadão ambicioso ou de sorte numerosas oportunidades de fazer fortuna, guindando-se assim aos mais altos escalões da hierarquia social.

A situação das classes inferiores não melhorou muito à da burguesia. Alguns historiadores negam que se tenha verificado qualquer melhoria, mas a questão é controversa. É verdade que os salários se mantiveram muito baixos: os pedreiros e carpinteiros

ingleses recebiam, por volta de 1.550, apenas dez centavos de dólar diários. Fizeram-se, mesmo, tentativas para proibir legalmente qualquer aumento no nível dos salários, como na Inglaterra por meio do "Estatuto dos Trabalhadores" de 1.351. Também é verdade terem ocorrido numerosas greves e insurreições das classes inferiores. As mais sérias foram a Grande Revolta na Inglaterra, em 1.381, e a chamada Revolta dos Camponeses na Alemanha, em 1.524-25. Em ambas, grande número de trabalhadores das cidades juntaram-se aos camponeses. Mas deram-se também levantes em que tomou parte exclusivamente o proletariado urbano, como, por exemplo, a revolta dos trabalhadores de Florença, entre 1.379 e 1.382, ao verem-se privados do direito de associação e de participar no governo da cidade. Essa revolta, como as demais, foi reprimida com uma dureza implacável. Por mais violentas que tenham sido tais convulsões, não podemos afirmar que indicassem um estado de miséria entre as classes inferiores. Deve-se compreender que, em épocas de transição, o espírito de revolta anda no ar. Não são poucos os indivíduos incapazes de se ajustar às condições de um mundo em transformação e, por conseguinte, suscetíveis de se tornarem pregadores de descontentamento. Além disso, a julgar pelo que sucedeu em movimentos posteriores desse gênero, o próprio fato de ocorrerem revoltas pode ser interpretado como sinal de que a sorte dos trabalhadores não era tão deplorável. Em geral, os homens não se rebelam a não ser quando a sua situação econômica tenha melhorado o bastante para lhes dar certa esperança de êxito. Por fim, é quase impossível acreditar que entre as classes trabalhadoras não houvesse ninguém que compartilhasse da prosperidade crescente da época. Provavelmente nunca é bem verdadeiro afirmar que todos os pobres fiquem mais pobres à proporção que os ricos se tornam mais ricos.

Como já indicamos mais de uma vez, tanto a Renascença como a Reforma foram, em grande parte, produtos de uma revolta contra a repressão do indivíduo. Os anseios de independência pessoal não se satisfizeram com o êxito inicial desses movimentos, mas pelo

contrário, à medida que passava o tempo, renovaram-se com vigor crescente. Particularmente na Renascença, espalhou-se pela Itália e daí se comunicou aos países setentrionais um desejo insaciável de experimentar todas as sensações do poder e do prazer. Por vezes o individualismo exuberante rebentou todos os diques da humildade e do comedimento, elevando-se a alturas fantásticas de presunção e jactância. O exemplo clássico é o egoísmo despudorado que transpira da Autobiografia de Benvenuto Cellini (1.500-71) Era tão forte a revolta contra a humildade e a modéstia cristãs que os homens não mais consideravam inconveniente vangloriar-se dos seus feitos ou mesmo enaltecê-los além do seu valor. O novo desejo de auto-afirmação ilimitada exprimiu-se também na maneira de vestir. A Renascença foi uma época de incomparável esplendor nos adornos pessoais. Os homens das classes mais ricas envergavam magníficos trajes de veludo e renda, porfiando em obter os efeitos mais surpreendentes de cor e variedade. Houve uma época em que cada florentino ditava a moda para si mesmo. É desnecessário dizer que as mulheres não ficaram atrás nas tentativas de melhorar os dons da natureza. Tornou-se comum o uso de cabelos postiços e de uma infinita variedade de loções de beleza para o rosto e mesmo para os dentes e para as pálpebras. No século XVI, Catarina de Médicis introduziu o uso dos espartilhos, que, pelo menos no seu caso, se justificava por uma real necessidade. Ambos os sexos abusavam dos perfumes, impregnando-se deles com uma abundância que seria hoje considerada enjoativa. Nas festas italianas, até as mulas eram perfumadas com unguentos cheirosos.

O nível de moralidade durante os séculos da Renascença não foi muito elevado, especialmente se o aferirmos pelos padrões puritanos modernos. Não precisamos acreditar em todas as histórias fabulosas sobre os pecados dos Bórgias para compreender que, pelo menos na Itália, a época foi violenta e grosseira: O assassinio político e o jogo eram extremamente comuns. Até os papas mantinham em Roma uma grande loteria. Os vícios mais terríveis eram, provavelmente, os relacionados com o sexo e com a vingança pessoal. O declínio dos ideais de amor

cortês da época feudal, a par da glorificação dos impulsos naturais, fez proliferar o adultério. Poucos homens das classes superiores - e poucas mulheres, também - parecem ter mostrado grande consideração pela santidade das relações matrimoniais. As moças eram cuidadosamente protegidas pelas suas famílias, mas uma vez casada a mulher era considerada presa legítima de qualquer dos rivais do marido. A prostituição também floresceu, até que, no século XVI, virulentas epidemias de sífilis obrigaram as autoridades a impor restrições. Mas em nenhum desses vícios demonstraram os italianos mais proficiência do que na refinada arte do assassinio. Tinha-se por assentado que todo homem de brio tomaria tremenda vingança contra quem quer que lhe ultrajasse a honra; e a lei não interferia nesses assuntos. O grande egoísta Cellini jactava-se de ter assassinado numerosos rivais, ficando completamente impune. Os atos de vingança pessoal não deviam, no entanto, ser executados de maneira inábil ou brutal. O código do cavalheiro exigia engenhosos requintes de crueldade. A história que segue, contada por Burckhardt, pode servir para ilustrar o que isso significava:

No distrito de Aquapendente, três meninos guardavam gado quando um deles teve esta lembrança: "Vamos ver como se faz para enforcar!" Enquanto um deles estava trepado nos ombros do outro e o terceiro, depois de enfiar o laço no pescoço do primeiro, amarrava a corda a um galho de carvalho, apareceu um lobo e os dois que estavam livres fugiram, deixando o outro pendurado. Mais tarde encontraram-no morto e o enterraram. No domingo, o pai do infeliz veio trazer-lhe pão e um dos dois confessou o que acontecera e mostrou-lhe a sepultura. O velho então matou-o com uma faca, abriu-lhe o corpo, tirou o fígado e deu-o para comer ao pai do menino, em sua casa. Depois do jantar, contou-lhe de quem era o fígado. Foi o sinal para o início de uma série de assassinios recíprocos entre as duas famílias; dentro de um mês tinham sido mortas trinta e seis pessoas, tanto homens como mulheres.

Na Europa setentrional os males mais flagrantes parecem ter sido a corrupção política e a embriaguez. Quando, em 1.601, o landgrave de Hesse e o eleitor palatino fundaram uma Ordem da Temperança, numa vã tentativa de estimular a sobriedade entre os nobres, suas regras foram tachadas de excessivamente severas porque só permitiam, a cada membro, catorze copos de vinho por dia. As maneiras eram grosseiras e ambos os sexos usavam uma linguagem abundantemente recheada de blasfêmias e obscenidades. A "boa rainha Bess" da Inglaterra envergonhava até os seus mais rudes ministros quando se punha a soltar palavrões. Mais deplorável ainda era a desumanidade com que eram tratados os infortunados. A sorte dos escravos e dos dementes era, talvez, a mais digna de lástima. Com a mira nos grandes lucros, os negros eram caçados como animais selvagens na costa da África e embarcados para as colônias americanas. Talvez seja interessante notar que o inglês que introduziu esse tráfico execrável, o capitão John Hawkins, batizou o navio em que transportava as suas vítimas com o nome de "Jesus". Visto ser a loucura considerada como uma forma de possessão demoníaca, não é estranho que os doentes mentais fossem tratados cruelmente. Em geral eram encerrados em barracões imundos e açoitados sem piedade, a fim de expulsar os demônios dos seus corpos. Uma diversão favorita dos nossos antepassados era organizar grupos para visitar os manicômios e atormentar os alienados.

O efeito imediato da Reforma no sentido de melhorar as condições de moralidade parece ter sido insignificante. Isso talvez possa ser explicado em parte pela volta à letra do Velho Testamento. Mas a principal causa foi, provavelmente, o antagonismo entre as seitas. O estado de guerra jamais é favorável ao desenvolvimento de uma alta moralidade. Quaisquer que tenham sido as razões, continuaram tendo livre curso a licenciosidade e a brutalidade. Até alguns dos clérigos mais intimamente identificados com a obra de reforma religiosa não poderiam de modo algum ser chamados homens de princípios inatacáveis. Um conhecido de Lutero não parece ter encontrado dificuldades em conseguir uma nova paróquia depois de ter sido expulso de outra, como sedutor. Vários

reformadores protestantes consideravam a poligamia menos pecaminosa do que o divórcio, baseando essa opinião no fato de ser a primeira admitida pelo Velho Testamento, ao passo que o segundo era proibido pelo Novo. Tão duvidosa era a moralidade do clero católico que os reformadores dessa fé acharam necessário introduzir o confessionário fechado a fim de proteger as penitentes femininas. Anteriormente, tanto os homens como as mulheres deviam ajoelhar-se diante do padre enquanto confessavam os seus pecados. Foram também lamentáveis os efeitos da Reforma sobre as virtudes da veracidade e da tolerância. Tanto os reformadores católicos como os protestantes estavam tão obcecados pela justiça da sua causa que não hesitavam em lançar mão de quase qualquer gênero de falsidade, calúnia ou repressão que parecesse garantir a vitória para o seu grupo. Lutero, por exemplo, justificou expressamente a mentira no interesse da religião, ao passo que era proverbial a reputação dos jesuítas como sofismadores e perniciosos maquinadores em proveito da igreja. Ninguém parece ter alimentado a menor dúvida de que, em assuntos de religião, os fins justificam os meios. Em geral, as maneiras e costumes eram quase tão grosseiros e brutais quanto os padrões de moralidade. A vida tinha poucas das amenidades que são inseparáveis da nossa existência moderna. Não só os contemporâneos de Erasmo e de Shakespeare estavam submetidos a graves desconfortos, mas até lhes faltavam os meios mais comuns de resguardar a sua vida íntima. O recurso habitual para a higiene do corpo eram as casas de banho, freqüentadas pelos dois sexos. O viajante solitário que pousava numa estalagem tinha quase certeza de ser convidado a partilhar o seu leito com um estranho. Muitos dos divertimentos mais comuns distinguiam-se por característicos análogos de indelicadeza. Os bailes populares eram pouco mais que turbulentos forrobodós acompanhados de beijos e abraços. Entre os esportes favoritos dos homens de todas as classes figurava o assalto ao urso (bearbaiting), um ameno passatempo em que cães selvagens eram instigados contra um urso acorrentado. Os esforços dos calvinistas para impedir esse gênero de diversão revelaram-se

infrutíferos - talvez porque aquelas piedosas criaturas se contristassem mais com o prazer que ele causava aos espectadores do que com o sofrimento infligido ao urso. Havia, é claro, outros divertimentos menos tumultuosos e cruéis. O tênis, jogado com bolas de lã, gozava de tamanha popularidade que só em Paris existiam 250 canchas. Os jogos de cartas também tinham numerosos aficionados. Um deles, conhecido como "triunfo" ou "trunfo", inventado na Inglaterra no século XVI, foi o precursor do whist e do bridge.

A adoção generalizada dos hábitos do tabaco e do café no século XVI contribuiu de certo modo para suavizar as maneiras, especialmente na medida em que esses excitantes brandos diminuía o apetite pelas bebidas alcoólicas. Embora o tabaco tivesse sido introduzido na Europa pelos espanhóis cerca de cinquenta anos após o descobrimento da América, outro meio século se passou antes que um grande número de europeus adotassem o hábito de fumar. A princípio, acreditou-se que a planta possuía milagrosos poderes curativos, e era mencionada como "o divino tabaco" e "nossa santa erva nicotiana". O uso do fumo foi popularizado pelos exploradores ingleses, especialmente por Sir Walter Raleigh, que o aprendera com os índios da Virgínia. Disseminou-se rapidamente por todas as classes da sociedade europeia, apesar da investida do rei Jaime I. A enorme popularidade alcançada no século XVI pelo uso do café teve efeitos sociais ainda mais importantes. As casas de consumo de café, ou "cafés", proliferaram através da Europa e não tardaram a converter-se numa instituição. Não só ofereciam à maioria dos homens um meio de fugir à vida doméstica confinada e monótona, mas desviavam outros dos sórdidos excessos das tabernas e casas de tavolagem. Além disso, favoreciam o aguçamento dos espíritos e estimulavam certa polidez de maneiras, mormente por se terem tornado o lugar de encontro favorito dos literatos do tempo. Se dermos crédito ao testemunho dos historiadores ingleses, raros eram os empreendimentos sociais ou políticos que não tivessem relação íntima com os cafés. Alguns destes foram, na verdade, os pontos de reunião de facções rivais que depois se

transformaram em partidos políticos. Em Londres, segundo Macaulay:

Havia cafés em que os melhores médicos podiam ser consultados... Havia cafés puritanos em que não se ouvia uma única praga e onde homens de cabelos escorridos discutiam, em voz fanhosa, sobre os eleitos e os réprobos; cafés de judeus onde cambistas de olhos pretos, vindos de Veneza ou Amsterdã, se saudavam mutuamente; e, como acreditavam os bons protestantes, os cafés papistas eram os lugares onde os jesuítas tramavam outro grande incêndio por cima das xícaras e fundiam balas de prata para matar o rei.

A despeito dos seus notáveis progressos intelectuais e artísticos o período de modo algum ficou isento de superstições grosseiras. Mesmo no apogeu da Renascença, estranhas e perniciosas falácias continuavam a ser aceitas como verdades irrefutáveis. As massas ignorantes aferravam-se às suas crenças em duendes malignos, sátiros e feiticeiros, e ao temor do diabo, cuja maldade acreditavam ser a causa de moléstias, fome, tempestades e loucura. Mas a superstição não se abrigava apenas no espírito dos ignorantes. O famoso astrônomo João Kepler acreditava na feitiçaria e tinha como principal fonte de renda os almanaques que escrevia, com previsões do futuro de acordo com os sinais e portentos do céu. Sir Francis Bacon não só acreditava na superstição corrente da astrologia, mas também contribuiu para fortalecer a crença na feitiçaria. O esclarecimento renascentista teria, com o tempo, eliminado grande parte dessas perniciosas superstições se não houvesse ocorrido uma reação durante a Reforma. A proeminência dada à fé pelos reformadores, o seu desprezo da razão e da ciência e as suas incessantes alusões às astúcias do diabo incentivaram uma atitude mental decididamente favorável ao preconceito e ao erro. Além disso, o furor do ódio despertado pelas controvérsias religiosas tomou completamente impossível ao homem comum encarar com serenidade e inteligência os seus problemas sociais e individuais.

A pior de todas as superstições que floresceram nesse período, foi, indubitavelmente, a crença na feitiçaria. Não fora ela de modo algum desconhecida na Idade Média ou mesmo no começo da Renascença, mas jamais alcançou as proporções de uma perigosa loucura senão depois do início da Revolução Protestante. É significativo que as perseguições tenham atingido o ponto mais alto de virulência naqueles mesmos países em que o conflito religioso explodiu com maior ferocidade, isto é, na Alemanha e na França. A superstição da feitiçaria foi uma consequência direta da crença em Satanás, que obcecava os espíritos de tantos reformadores. Lutero afirmava ter falado muitas vezes com o Maligno e acrescentava que ao cabo de algumas discussões o havia reduzido ao silêncio, chamando-lhe nomes que não se escrevem. Calvino insistia em que o papa jamais fazia nada a não ser aconselhado pelo diabo, seu padroeiro. Em geral, a tendência de cada facção de teólogos era atribuir todas as vitórias dos seus adversários aos poderes sobrenaturais do Príncipe das Trevas. Com tais superstições a prevalecer entre os chefes religiosos, não é de admirar que a massa dos seus adeptos tenha agasalhado idéias extravagantes e hediondas. Desenvolveu-se a crença de que o demônio era realmente mais poderoso do que Deus e de que ninguém tinha garantida a sua existência e a salvação da sua alma. Supunha-se que Satanás não só tentava os mortais a pecar, mas até os forçava a isso, enviando os seus agentes sob forma humana, para seduzir durante o sono homens e mulheres. Esse era o sumo grau da sua maldade, pois punha em perigo as possibilidades de salvação.

De acordo com a definição dos teólogos, a feitiçaria consistia na venda da própria alma ao diabo em troca da aquisição de poderes sobrenaturais. Acreditava-se que a mulher que houvesse realizado tal transação ficava capacitada a lançar sobre os seus vizinhos toda espécie de sortes maléficas - fazer com que lhes adoecesse e morresse o gado, com que lhes falhassem as colheitas ou com que os seus filhinhos caíssem no fogo. Mas os dons mais preciosos que Satanás conferia era o poder de tornar cegos os maridos a respeito da má conduta de suas esposas e o de fazer com que as

mulheres gerassem filhos idiotas ou aleijados. Pensa-se comumente que as chamadas feiticeiras eram velhas megeras desdentadas cujos hábitos excêntricos e línguas venenosas as tinham tornado objetos de suspeita e temor por parte de quem as conhecia. Sem dúvida um bom número das vítimas dos processos de 1.692, em Salem, no Massachusetts, pertencia de fato a esse tipo. Os escritores do continente europeu, no entanto, imaginavam geralmente a feiticeira como "uma moça linda e perversa", e uma grande percentagem das que foram mortas na Alemanha e na França eram adolescentes ou mulheres casadas que ainda não tinham atingido os trinta anos.

As primeiras perseguições contra a feitiçaria foram as que resultaram das cruzadas lançadas contra os heréticos pela Inquisição Papal, no século XIII. Com o aumento da intolerância em face da heresia, era talvez inevitável que os membros de certas seitas, como a dos albigenses, fossem acusados de negociar com o diabo. Mas o total das perseguições realizadas nesse período foi relativamente pequeno. Uma segunda campanha contra a feitiçaria foi iniciada em 1.484 pelo papa Inocêncio III, o qual recomendou aos seus inquisidores que fizessem uso da tortura a fim de obter provas. Mas, como já vimos, foi só depois de ter começado a Revolução Protestante que a perseguição à feitiçaria assumiu as proporções de uma histeria aguda. O próprio Lutero contribuiu para instigá-la, aconselhando que se desse morte às feiticeiras com menos consideração e misericórdia do que se tinha com os criminosos comuns. Outros reformadores não tardaram a seguir-lhe as pegadas. Sob a administração de João Calvino, em Genebra, foram queimadas ou esquartejadas trinta e quatro mulheres em 1.545, sob acusação desse crime. A partir dessa época as perseguições espalharam-se como uma peste. Mulheres, moças e até crianças eram torturadas com agulhas enfiadas sob as unhas, assando-se-lhes os pés ao fogo ou esmagando-se-lhes as pernas sob grandes pesos até que a medula espirrasse dos ossos, a fim de obrigá-las a confessar orgias repelentes com os demônios. É impossível dizer até que ponto as perseguições se deviam ao simples sadismo ou à cobiça

dos magistrados, que às vezes tinham permissão de confiscar os bens dos condenados. O certo é que eram poucos os que não consideravam justificável a queima das feitiçeiras. Um dos mais ardentes defensores dos processos foi o filósofo político Jean Bodin. Ainda no século XVIII, John Wesley afirmava que renunciar à crença na feitiçaria era renunciar à Bíblia.

As perseguições à feitiçaria atingiram o ponto culminante nos últimos anos do século XVI. Nunca se conhecerá o número exato das vítimas, mas certamente não foi menor que 30.000. Sabe-se de cidades alemãs em que nada menos de 900 pessoas foram mortas num só ano e de aldeias em que praticamente não ficou viva uma só mulher. Depois de 1.600 esse desatino se foi acalmando pouco a pouco no continente europeu, embora ainda continuasse por alguns anos na Inglaterra. Não é difícil encontrar as razões de tal fato. Em parte, ele se deveu a terem os próprios perseguidores voltado à razão, especialmente à medida em que aos poucos se dissipava a névoa de suspeita e ódio produzida pelas lutas religiosas. Mas as causas principais foram a revivescência do racionalismo e a influência de cientistas e de filósofos cétricos. Justamente quando estava no auge o frenesi da queima de feitiçeiras, certos advogados começaram a duvidar do valor das provas admitidas nos processos. Em 1.584, um jurista inglês chamado Reginald Scott publicou um livro em que condenava como irracional a crença na feitiçaria e afirmava que a maior parte dos tenebrosos crimes confessados pelas rés eram meras ficções de cérebros doentes. Eminentemente cientistas como Pierre Gassendi (1.592-1.655) e William Harvey também atacaram as perseguições. O mais eficaz de todos os protestos, porém, veio da pena de Montaigne. O ilustre cétrico francês dirigiu as mais vigorosas flechas do seu ridículo contra a insensatez grotesca dos processos de feitiçaria e a crueldade de homens como Bodin, que pretendia fossem as feitiçeiras mortas sob simples suspeita.

Do que foi dito nos parágrafos precedentes não se deve concluir que o período da Renascença, da Reforma e da Revolução Comercial tenha sido uma época de universal depravação. Havia, naturalmente, numerosos indivíduos tão afáveis e tolerantes como

quaisquer outros que viveram em tempos menos borrascosos. Um deles foi Sir Philip Sidney que ferido de morte e torturado pela sede no campo de batalha, deu o seu copo de água a um humilde soldado com estas simples palavras: "A tua necessidade é maior do que a minha." Não devemos também esquecer que essa foi a época de Sir Thomas More e de Erasmo, que eram pelo menos tão civilizados quanto a maioria dos homens que os historiadores escolhem para exaltar. A enorme popularidade do Livro do Cortesão, escrito por Castiglione, serve também para mostrar que o período não foi irremediavelmente bárbaro. Esse manual que alcançou mais de uma centena de edições, propunha o ideal de um cavaleiro não apenas valente na batalha e dotado de todas as prendas sociais, mas também cortês, singelo e justo. Apesar de tudo isso, permanece de pé o doloroso fato de que, para um grande número de homens, a ética tinha perdido o seu verdadeiro significado. O objetivo principal passara a ser a satisfação do eu e a vitória na luta para moldar o mundo de acordo com o sistema de crença que cada um adotava. Talvez tais fatos fossem consequências inevitáveis da transição caótica da sociedade impessoal da Idade Média para uma nova sociedade.

Capítulo 19

A época do Absolutismo.

(1.485-1.789)

TORNA-SE necessário agora voltar atrás e tentar analisar os importantes desenvolvimentos políticos que acompanharam o nascimento da civilização moderna. Durante os séculos XIV e XV o regime feudal descentralizado da Idade Média esfacelou-se e foi gradualmente substituído por estados dinásticos de governo absoluto. Isso se deveu a numerosas causas, algumas das quais já foram amplamente discutidas. A posição dos nobres enfraqueceu-se devido ao desenvolvimento da economia urbana, à queda do sistema senhorial na agricultura e aos efeitos das Cruzadas, da Peste Negra e da Guerra dos Cem Anos. Esses fatores por si sós não teriam, contudo, lançado necessariamente as bases de uma monarquia absoluta. Podiam do mesmo modo ter levado ao caos ou ao governo democrático das massas. Por conseguinte, devemos procurar outras causas que expliquem o aparecimento dos governos despóticos. Indubitavelmente, a mais importante delas foi a Revolução Comercial. A fundação dos impérios coloniais e a aplicação da política mercantilista trouxeram aos reis uma abundância de riqueza que podiam usar para equipar exércitos e armadas e para ampliar o seu poder político. Além disso, a expansão dos negócios acentuava a necessidade de um governo forte. Os mercadores, banqueiros e manufatureiros do século XV ainda não estavam em condições de manter-se sobre os seus próprios pés. Não só o comércio corria certo perigo, representado pelos ataques de piratas e bandidos, mas as indústrias incipientes necessitavam da proteção que só um estado poderoso pode oferecer. Em consequência, a classe média desse período inicial prestou um apoio quase ilimitado às ambições dos governantes despóticos. Finalmente, a Revolução Protestante contribuiu em não pequena parte para a onipotência dos reis. Destruiu a unidade da igreja cristã, aboliu a suserania papal sobre os governantes seculares, favoreceu o nacionalismo e incitou os

reis da Europa setentrional a estenderem a sua autoridade sobre os assuntos religiosos como sobre os civis. Em resultado desses diversos fatores, foram completamente removidos os obstáculos ao governo absoluto.

1. DESENVOLVIMENTO E DECADÊNCIA DO GOVERNO ABSOLUTO NA INGLATERRA

Os verdadeiros fundadores do governo despótico na Inglaterra foram os Tudors. Henrique VII, o primeiro rei dessa dinastia, subiu ao trono em 1.485, ao terminar a Guerra das Duas Rosas, em que facções rivais de nobres haviam lutado entre si até a exaustão. Tamanho era o descontentamento causado pelas devastações dessa guerra que muitos cidadãos se regozijaram com o advento da monarquia absoluta como substituto da anarquia. A classe média, sobretudo, desejava a proteção de um governo consolidado. Foi essa a razão principal do notável êxito dos Tudors em orientar a consciência dos seus súditos e submeter a nação à sua vontade inflexível. É preciso acrescentar que os mais célebres membros da dinastia - Henrique VIII (1.509-47) e Elisabet I (1.558-1.603) - conquistaram boa parte do seu poder graças a terem mantido astutamente a aparência de um governo popular. Sempre que desejavam decretar medidas de aceitação duvidosa, recorriam à formalidade de obter a aprovação parlamentar; ou então, quando queriam mais dinheiro, manobravam de tal modo que as desapropriações parecessem concessões voluntárias dos representantes do povo. Mas o poder legislativo, sob esses soberanos, prestava-se a quase tudo. Convocavam irregularmente o Parlamento e limitavam as legislações a períodos muito breves; interferiam nas eleições e enchiam as duas câmaras com os seus favoritos; adulavam, engabelavam ou ameaçavam os membros, conforme o caso, para obter-lhes o apoio.

Em 1.603 a rainha Elisabet, a última dos Tudors, morreu sem deixar descendentes diretos. O parente mais próximo era um primo, o rei Jaime VI da Escócia, que se tornou então soberano

dos dois países sob o nome de Jaime I. Sua ascensão ao trono assinala o início da perturbada história dos Stuarts, a última dinastia absolutista da Inglaterra. Curiosa mescla de teimosia, vaidade e erudição, o rei Jaime foi com muita propriedade chamado, por Henrique IV da França, "o imbecil mais sábio da cristandade". Embora gostasse de ser adulado pelos seus cortesãos com o título de Salomão Inglês, não teve sequer o bom senso de se contentar, como os seus predecessores Tudors, com o poder absoluto de fato, fazendo questão de tê-lo também de direito. Fez sua a doutrina francesa do direito divino dos reis, sustentando que "assim como é ateísmo e blasfêmia disputar o que Deus pode fazer, também é presunção e grande desacato da parte de um súdito disputar o que o rei pode fazer". Em sua alocução de 1.609 ao parlamento, declarou que "os reis são com justiça chamados deuses, pois exercem uma espécie de poder divino na terra".

Que essas ridículas pretensões à autoridade divina despertariam a oposição do povo inglês era um resultado que até o próprio Jaime deveria ter sido capaz de prever. A despeito das hábeis maquinações dos Tudors e de desejar a classe média um governo estável, a Inglaterra ainda mantinha tradições de liberdade que não podiam ser desdenhadas. O ideal feudal de um governo limitado, expresso pela Magna Carta, não morrera de todo. Além disso, a política do novo rei era de molde a despertar o antagonismo até de alguns dos seus súditos mais conservadores. Insistia em aumentar as suas rendas com novas modalidades de impostos que de modo algum tinham sido sancionados pelo parlamento; e, quando os líderes desse órgão protestaram, ele rasgou cheio de ira a representação e dissolveu as duas câmaras. Interferiu na liberdade de comércio concedendo monopólios e extravagantes privilégios a companhias protegidas. Conduziu as relações exteriores sem levar em conta os interesses econômicos de alguns dos mais poderosos cidadãos. Desde os dias de Hawkins e de Drake os comerciantes ingleses ambicionavam destruir o império colonial da Espanha. Desejavam abertamente uma renovação da guerra que, com esse objetivo, se iniciara no reinado de Elisabet. Jaime, porém,

concertou a paz com a Espanha e entrou em negociações para casar seu filho com a filha do rei espanhol. Além de tudo isso, a política religiosa do monarca inglês era desagradável a muitos de seus súditos. Anglicano pedante e obstinado, Jaime desconfiava de qualquer religião que não se harmonizasse com as suas idéias sobre as relações entre a igreja e o estado. Mas, durante a Revolução Protestante, grande número de ingleses da classe média se haviam convertido ao calvinismo. Aos poucos vieram a formar uma seita conhecida como os puritanos, devido ao seu desejo de "purificar" de todos os traços de catolicismo a igreja anglicana. Não só pregavam uma moral ascética e exigiam a eliminação dos ritos e observâncias "papistas", mas também condenavam o sistema episcopal de governo da igreja. Por esse motivo o rei Jaime os considerava como traidores virtuais e ameaçava "pô-los para fora do país". No seu entender, a recusa de submeter-se aos bispos nomeados pelo rei identificava-se com a deslealdade ao próprio soberano. Foram essas as sementes de um conflito irreprimível que em breve iria abalar os fundamentos do governo britânico.

O primeiro dos reis Stuarts morreu em 1.625 e foi sucedido por seu filho Carlos I. O novo monarca tinha uma aparência mais régia do que o pai, mas alimentava as mesmas idéias pretensiosas acerca do poder real. Conseqüentemente, não tardou a entrar em desavença com os puritanos e com os líderes da oposição parlamentar. Como no caso de Jaime, o conflito foi precipitado por questões de tributação. Logo depois de sua ascensão ao trono Carlos envolveu-se numa guerra com a França. Necessitava urgentemente de dinheiro. Como o parlamento recusasse conceder mais do que as verbas costumeiras, procurou forçar empréstimos internos e puniu os refratários aboletando-lhes soldados em casa ou jogando-os na prisão sem processo. O fruto dessa tirania foi a famosa Petição de Direito, que os líderes do parlamento obrigaram Carlos a assinar em 1.628. Esse documento, que se compara à Magna Carta como a segunda grande carta das liberdades inglesas, declarava ilegais todos os impostos não aprovados pelo parlamento. Condenava também o

aboletamento de soldados em casas particulares e proibia as prisões arbitrárias e a aplicação da lei marcial em tempo de paz.

A assinatura da Petição de Direito, porém, não pôs fim ao conflito. Carlos voltou dentro em pouco às antigas artimanhas para conseguir dinheiro por vários meios irregulares. Repôs em vigor leis feudais obsoletas e cobrou multas de todos os que as violavam. Obrigou burgueses ricos a solicitar o título de cavaleiros, pelo qual tinham de pagar taxas elevadas. Vendeu monopólios a preços exorbitantes e advertiu os juízes a que elevassem as custas nos processos criminais. Mas o mais impopular de todos os seus expedientes para conseguir dinheiro foram as chamadas contribuições navais (ship money). De acordo com um antigo costume, as cidades costeiras inglesas deviam contribuir com navios para a armada real. Como as necessidades da armada fossem agora atendidas por outros meios, Carlos foi de opinião que essas cidades deviam contribuir com dinheiro e começou a aplicar o novo imposto não somente às cidades costeiras, mas também às do interior. As contribuições navais irritaram particularmente a classe média e serviram para robustecer a oposição desse grupo à tirania monárquica. Seguindo o desajuizado exemplo do pai, Carlos também despertou o antagonismo dos calvinistas. Nomeou arcebispo de Canterbury um clérigo chamado William Laud, cujas simpatias eram francamente pela "igreja alta" anglicana. Ultrajou o sabatismo dos puritanos autorizando jogos públicos aos domingos. Pior ainda, tentou impor o sistema episcopal de governo da igreja aos presbiterianos escoceses, que eram calvinistas ainda mais radicais do que os puritanos. O resultado, foi uma rebelião armada dos seus súditos do norte.

A fim de obter dinheiro para punir a resistência dos escoceses, Carlos viu-se por fim obrigado a convocar o parlamento em 1.640, depois de mais de onze anos de governo autocrático. Com esse ato, colocava-se inadvertidamente à mercê dos seus adversários. Os líderes da Câmara dos Comuns, sabendo muito bem que o rei nada podia fazer sem dinheiro, determinaram tomar nas suas mãos as rédeas do governo. Aboliram as contribuições navais e os

tribunais especiais que tinham servido como instrumentos da tirania. Denunciaram e aprisionaram na Torre de Londres o arcebispo Laud e o Conde de Strafford, principais auxiliares do rei. Decretaram uma lei proibindo que o monarca dissolvesse o parlamento e prescrevendo que este se reunisse em sessão pelo menos uma vez cada três anos. Carlos respondeu com uma demonstração de força a essas violações das suas prerrogativas. Invadiu com a sua guarda a Câmara dos Comuns e tentou prender cinco dos líderes principais. Todos eles escaparam, mas ficara profundamente cavado o abismo entre o rei e o parlamento, tornando inevitável uma luta aberta. Ambos os partidos reuniram tropas e prepararam-se para o apelo às armas.

Esses acontecimentos marcaram o início de um período de guerra civil que durou de 1.642 a 1.649. Foi uma luta ao mesmo tempo política, econômica e religiosa. Do lado do rei estavam a maioria dos principais nobres e latifundiários, os católicos e os anglicanos fiéis. Entre os adeptos do parlamento contavam-se, em geral, os pequenos proprietários de terra, os comerciantes e os manufatureiros. A maior parte deles eram puritanos ou presbiterianos. Os partidários do rei eram comumente conhecidos sob o aristocrático nome de "cavaleiros". Seus adversários, que cortavam o cabelo curto em sinal de desprezo à moda de usar cabelos anelados, receberam a alcunha derrisória de roundheads (cabeças-redondas). A princípio os realistas, que tinham a vantagem da experiência militar, saíram vitoriosos de quase todos os encontros. Em 1.644, no entanto, o exército parlamentar foi reorganizado e logo depois mudou a sorte da guerra. As forças dos cavaleiros sofreram tremendas derrotas em Marston Moor e Naseby, e em 1.646 o rei foi forçado a render-se. A luta ter-se-ia encerrado, não fora uma dissensão no seio do partido parlamentar. A maioria dos seus membros, que eram então presbiterianos, estavam prontos a restaurar Carlos no trono como uma monarca de poder limitado, dentro dos termos de um ajuste pelo qual a fé presbiteriana seria imposta à Inglaterra como religião de estado. Mas uma minoria radical de puritanos, conhecidos como os "independentes", desconfiava de Carlos e insistia na tolerância

religiosa para si mesmos e para todos os demais protestantes. Seu chefe era Oliver Cromwell, que assumira o comando do exército dos cabeças-redondas. Aproveitando-se da discórdia entre as fileiras dos seus adversários, Carlos recomeçou a guerra em 1.648, mas ao cabo de breve campanha teve de reconhecer que a sua causa estava perdida.

A segunda derrota do rei deu aos independentes o domínio indiscutível da situação. Cromwell e seus amigos resolveram então dar fim àquele "homem de sangue", o monarca Stuart, e remodelar o sistema político de acordo com os seus próprios desejos. Efetuaram uma depuração do corpo legislativo pela força militar, expelindo 143 presbiterianos da Câmara dos Comuns; depois, com o Rump Parliament - isto é, o parlamento restante, de cerca de 60 membros - trataram de eliminar a monarquia. Foi aprovada uma lei que redefinia a traição de modo a aplicar-se aos agravos cometidos pelo rei. Instalou-se depois uma Alta Corte de Justiça especial e Carlos foi julgado por ela. Sua condenação era simples questão de formalidade. Em 30 de janeiro de 1.649 foi decapitado em frente do seu palácio de Whitehall. Pouco tempo depois foi abolida a câmara dos pares e a Inglaterra tornou-se uma república oligárquica. Completou-se assim a primeira fase da chamada Revolução Puritana.

O trabalho de organizar o novo estado, que recebeu o nome de Commonwealth, ficou inteiramente nas mãos dos independentes. Uma vez que continuava com o órgão legislativo o Rump Parliament, a mudança realmente fundamental que ocorreu foi na natureza do poder executivo. Em lugar do rei, criou-se um conselho de estado composto de quarenta e um membros. Cromwell, apoiado pelo exército, em breve passou a dominar os dois órgãos. Com o decorrer do tempo, no entanto, exasperou-se com as tentativas dos legisladores para perpetuarem-se no poder e para se aproveitarem do confisco da fortuna dos seus inimigos. Conseqüentemente, invadiu o Rump em 1.653 com um destacamento de tropas e ordenou aos membros que se dispersassem, informando-os de que o Senhor Jeová já não necessitava dos seus serviços. Seguiu-se a instalação de uma

ditadura virtual, sob uma constituição escrita por oficiais do exército. Amplos poderes eram concedidos a Cromwell como "Lorde Protetor" vitalício e o seu cargo tornou-se hereditário. A princípio um parlamento exerceu autoridade limitada, fazendo leis e criando impostos, mas em 1.655 os seus membros foram abruptamente despedidos pelo Lorde Protetor. Daí em diante o governo nada mais foi do que uma autocracia apenas disfarçada. Cromwell enfeixava agora nas mãos uma soberania muito mais despótica do que a dos Stuarts. Afirmando que a sua autoridade provinha de Deus, restabeleceu virtualmente o direito divino dos reis.

Era de esperar que o governo de Cromwell lutasse com dificuldades, uma vez que repousava apenas no apoio de uma pequena minoria da nação britânica. Antes que o Commonwealth completasse um ano deram-se distúrbios na Irlanda e na Escócia. Os elementos descontentes da Irlanda, que desde 1.641 vinha sendo um foco de rebelião, recusaram-se a reconhecer o governo de Cromwell. Na Escócia, o príncipe Carlos, filho mais velho de Carlos I, fora proclamado rei e os realistas de um extremo ao outro das Ilhas Britânicas estavam aderindo à sua causa. No espaço de poucos meses Cromwell dominou a revolta dos irlandeses, declarando ao regressar a Londres, em 1.650, que as pavorosas chacinas que havia perpetrado em Drogheda e Wexford eram "o justo julgamento de Deus sobre os miseráveis bárbaros" insurretos. Em seguida derrotou o exército escocês e forçou o príncipe Carlos a procurar asilo no Continente. Cromwell também teve aborrecimentos com as facções religiosas. Sua política de tolerância geral, exceto no tocante aos anglicanos e católicos, continuava a sofrer oposição por parte da maioria dos puritanos e presbiterianos, que tanto uns como os outros desejavam uma igreja oficial. O fato de ter conseguido manter-se no poder durante nove anos deveu-se a três fatores principais: 1) a força do exército; 2) as vantagens comerciais que concedeu à classe média, especialmente pela Lei de Navegação de 1.651 e pelos tratados com a Holanda e a França; e 3) suas vitórias nas guerras contra os espanhóis e holandeses.

Em setembro de 1.658 morreu o intrépido Protetor. Sucedeu-lhe o seu bem-intencionado, mas irresoluto filho Ricardo, que só conseguiu sustentar-se no posto até maio do ano seguinte. Talvez mesmo um homem de fibra mais rija tivesse por fim caído, pois o país estava cansado das austeridades do governo calvinista. Nem o Commonwealth nem o Protetorado tiveram jamais o apoio da maioria do povo inglês. Os realistas consideravam os independentes como usurpadores. Os republicanos detestavam a monarquia disfarçada que Cromwell tinha implantado. Católicos e anglicanos ressentiam-se de ver taxados de criminosos os seus respectivos cultos. Até alguns membros da classe média tinham começado a suspeitar de que a guerra de Cromwell com a Espanha trouxera mais prejuízos do que vantagens por ter comprometido o comércio inglês com as Índias Ocidentais. Por essas e por outras razões semelhantes, foi geral o júbilo quando, em 1.660, um parlamento recém-eleito convidou o príncipe Carlos a voltar à Inglaterra e a ocupar o trono de seu pai. O novo rei tinha a reputação de um alegre boêmio de moralidade maleável e sua ascensão ao trono foi saudada como uma feliz libertação do sombrio governo de soldados e fanáticos. Além disso, comprometia-se a não reinar como déspota, mas a respeitar o parlamento e a observar a Magna Carta e a Petição de Direito, pois confessava não ter muito desejo de "recomeçar as suas viagens". A Inglaterra entrou no período chamado Restauração, que compreendeu os reinados de Carlos II (1.660-85) e de seu irmão Jaime II (1.685-88). Apesar desse início auspicioso, muitos dos antigos problemas não foram verdadeiramente resolvidos, mas apenas dissimulados pela crença de que a nação havia reassumido a antiga estabilidade.

Pelos fins do século XVII a Inglaterra passou por uma segunda transformação política, conhecida como a Revolução Gloriosa de 1.688-89. Algumas das causas advieram da política adotada por Carlos II. Esse amável soberano era extravagante e preguiçoso, mas por vezes resolvia fazer o país conhecer quem mandava nele. Sua atitude acentuadamente favorável aos católicos despertou nos patriotas ingleses o temor de que a nação pudesse ser levada

mais uma vez à condição de subserviência a Roma. Pior ainda, a despeito dos seus compromissos prévios, mostrou certa disposição para desafiar a autoridade do parlamento. Em 1.672 suspendeu as leis contra os católicos e outros dissidentes; e nove anos depois resolveu dispensar completamente o poder legislativo. A política de Carlos II foi continuada de forma mais insolente por seu irmão, que lhe sucedeu em 1.685. Jaime II era um católico declarado e parecia decidido a fazer dessa fé a religião oficial da Inglaterra. Violou abertamente uma resolução parlamentar que exigia que todos os detentores de cargos oficiais aderissem à igreja anglicana e procurou preencher importantes postos do exército e do funcionalismo civil com os seus adeptos católicos. Continuou a prática de seu irmão, que consistia em isentar os católicos das incapacidades jurídicas impostas pelo parlamento, chegando até a exigir que os bispos anglicanos lessem, nas respectivas igrejas, os seus decretos sobre esse assunto. Enquanto os adversários de Jaime II esperaram que este tivesse como sucessora uma de suas duas filhas protestantes, estavam inclinados a tolerar-lhe o governo arbitrário, temendo lançar novamente o país na guerra civil. Mas quando o rei teve um filho de sua segunda mulher, que era católica, a revolução tornou-se inevitável. Receava-se que o jovem príncipe fosse inoculado com as doutrinas do pai e que a Inglaterra, em conseqüência, se visse presa por tempo indefinido aos grilhões de um governo despótico e papista. A fim de prevenir tal resultado, afigurou-se necessário depor o rei.

A revolução de 1.688-89 absolutamente não viu correr sangue. Um grupo de políticos pertencentes às classes alta e média convidou o príncipe Guilherme de Orange e sua mulher Maria, a filha mais velha de Jaime II, a ocuparem conjuntamente o trono da Inglaterra. Guilherme partiu da Holanda com um exército e ocupou Londres sem disparar um só tiro. Abandonado até por aqueles a quem considerava como leais defensores, o rei Jaime refugiou-se na França. O trono inglês foi então declarado vago pelo parlamento e a coroa foi oferecida aos novos soberanos. No decorrer do ano de 1.689 o parlamento aprovou numerosas leis destinadas a

salvaguardar os direitos dos ingleses e a proteger o seu próprio poder contra as intromissões da coroa. Em primeiro lugar apareceu uma lei prescrevendo que as verbas do tesouro fossem fixadas para o espaço de um único ano. A seguir promulgou-se o Toleration Act, concedendo liberdade religiosa a todos os cidadãos, menos os católicos e os unitários. Por fim, no dia 16 de dezembro, foi aprovado o famoso Bill of Rights (lei dos direitos dos cidadãos). Provia ao julgamento pelo júri e afirmava o direito de recurso ao governo para reparação de injustiças. Condenava a fiança excessiva, as punições cruéis e as multas exorbitantes. Proibia o rei de suspender a execução das leis ou de lançar impostos sem permissão do parlamento. Essa lei, mais ampla em suas determinações do que a Petição de Direito de 1.628, era sustentada por um parlamento que tinha, agora, o poder de se fazer obedecido.

Seria quase impossível exagerar o significado da revolução de 1.688-89. Assinalando o triunfo final do parlamento sobre o rei, punha termo definitivamente à monarquia absoluta na Inglaterra. Nunca mais uma cabeça coroada, naquele país, desafiaria o legislativo como o fizeram os Stuarts - nem mesmo Jorge III, celebrizado pela lenda da América Colonial como "aquela besta do rei inglês". A revolução também desferiu o golpe de morte na teoria do direito divino dos reis. Teria sido impossível a Guilherme e Maria negar o fato de haverem recebido a coroa do parlamento. E a autoridade deste para determinar quem devia ser o rei ainda foi robustecida pela aprovação do Act of Settlement, em 1.701. Essa lei estatuiu que, com a morte de Ana, irmã mais moça de Maria, a coroa caberia à eleitora Sofia de Hanôver ou a qualquer dos seus herdeiros que fosse protestante. Havia cerca de quarenta pessoas com melhores credenciais para o trono do que Sofia, mas foram todas arbitrariamente eliminadas pelo parlamento, por serem católicas. Por fim, a Revolução Gloriosa muito contribuiu para as revoluções americana e francesa dos fins do século XVIII. O exemplo dos ingleses pondo por terra o governo absoluto valeu como poderosa inspiração aos inimigos do despotismo em outras terras. Foi o ideal revolucionário inglês de um governo limitado que

forneceu a essência da teoria política de Voltaire, Jefferson e Paine. E uma porção considerável do Bill of Rights foi incorporada à Declaração dos Direitos do Homem, em 1.789, na França, e às dez primeiras emendas à Constituição Americana.

2. A MONARQUIA ABSOLUTA NA FRANÇA

O despotismo monárquico, na França, foi o produto de uma evolução gradual. Alguns de seus antecedentes datam dos reinados de Filipe Augusto, Luís IX e Filipe IV, nos séculos XIII e XIV. Esses reis consolidaram o poder real tomando mercenários a seu serviço, substituindo as obrigações feudais pela tributação nacional, arrogando-se o poder de administrar justiça e restringindo a autoridade do papa na direção dos assuntos eclesiásticos dentro do seu reino. A Guerra dos Cem Anos (1.337-1.453) trouxe aos reis da França um novo aumento de poder. Tornaram-se então capazes de introduzir novas formas de tributação, de manter um vasto exército permanente e de abolir a soberania dos nobres feudais. Os membros desta classe foram aos poucos reduzidos ao nível de cortesãos, cujos títulos e prestígio dependiam principalmente do monarca.

A tendência para o absolutismo foi sustada no século XVI, quando a França se viu envolvida numa guerra com a Espanha e dilacerada por uma luta sangrenta, no seu próprio solo, entre católicos e huguenotes. Nobres ambiciosos aproveitaram-se da confusão para afirmar o seu poder e impugnaram a sucessão ao trono. Em 1.593, Henrique de Navarra, que quatro anos antes se havia proclamado rei sob o nome de Henrique IV, restabeleceu a paz no perturbado reino. Embora tivesse sido chefe da facção huguenote, Henrique percebeu que a nação jamais o aceitaria a não ser que renunciasse à religião calvinista. Com a irreverente afirmação de que "Paris bem valia uma missa", adotou formalmente a fé católica. Em 1.598 promulgou o Editto de Nantes, garantindo a liberdade de consciência e os direitos políticos a todos os protestantes. Afastados assim os motivos de controvérsia

religiosa, Henrique pôde consagrar-se à obra de reconstrução do reino, para a qual contou com a eficiente assistência de seu primeiro ministro, o Duque de Stilly. Inflexível, enérgico e avarento, Sully foi um digno precursor de Colbert no século XVII. Durante anos o rei e o seu fiel auxiliar trabalharam para restaurar as finanças desmanteladas da França. Sully dedicou seus esforços principalmente à reforma fiscal, visando eliminar a corrupção e o desperdício ao mesmo tempo que aumentava as receitas do tesouro real. Empenhou-se também em fomentar a prosperidade agrícola drenando pântanos, melhorando terras devastadas, subsidiando a criação de gado e abrindo mercados estrangeiros para os produtos do solo. O rei ocupou-se, sobretudo, com o incremento da indústria e do comércio. Introduziu na França a manufatura na seda, encorajou outras indústrias por meio de subsídios e monopólios e firmou tratados comerciais favoráveis com a Inglaterra e a Espanha. Não se limitou, porém, às reformas econômicas. Profundamente interessado em aniquilar o poder renascente da nobreza, seus esforços nesse sentido foram coroados de êxito, restabelecendo a monarquia na posição de domínio que havia desfrutado no fim da Guerra dos Cem Anos. Seu governo foi inteligente e benévolo, mas nem por isso deixou de ser despótico.

nada se lhe interpusse no caminho. Reprimiu implacavelmente tanto os nobres descontentes como os huguenotes, mantendo um exército de espiões e cortando as conspirações pela raiz mediante execuções em massa. Embora incentivasse a instrução e protegesse a literatura, negligenciou os interesses do comércio e permitiu que a concussão e a extravagância florescessem no seu governo. Além disso, o espírito belicoso com que o primeiro ministro conduziu os negócios exteriores envolveu a França em guerras dispendiosas. Sua realização mais importante foi, talvez, o estabelecimento de um sistema sob o qual intendentess, ou agentes do rei, se encarregavam da administração local. A finalidade visada era centralizar o governo de toda a nação sob o domínio da coroa e assim extirpar quaisquer remanescentes de autoridade feudal. Quando Richelieu morreu, em 1.642, o caminho estava quase completamente aplainado para o despotismo.

A monarquia absoluta na França atingiu o zênite nos reinados dos três últimos reis Bourbons, antes da Revolução. O primeiro desses três monarcas foi Luís XIV (1.643-1.715), que encarnou, mais do que qualquer outro soberano da sua época, o ideal do absolutismo. Orgulhoso, extravagante e autoritário, Luís nutria as idéias mais exaltadas possíveis acerca da sua posição de rei. Não só acreditava ter recebido de Deus o encargo de reinar, mas para ele, a sorte do estado estava intimamente ligada à sua própria pessoa. A famosa frase que lhe é atribuída - *l'état c'est moi* - talvez não seja textualmente exata, mas exprime com toda a clareza a concepção que ele fazia da sua autoridade. Escolheu o sol como seu emblema oficial para simbolizar a crença de que a nação recebia dele o sustento e a glória, como os planetas os recebem do verdadeiro sol. Talvez se possa dizer em favor de Luís XIV que nenhum homem trabalhou mais do que ele "no ofício de rei". Fiscalizava pessoalmente todos os setores do governo e considerava os seus ministros como meros funcionários cujo único dever era obedecer às suas ordens. Tudo indica, no entanto, que o país lucraria mais se Luís tivesse sido menos solícito. Interferiu em alguns planos de Colbert para reformar o regime tributário e desperdiçou os recursos que esse ministro lutara para ajuntar. O

Rei-Sol, por si mesmo, pouco contribuiu para melhorar o governo da França. Seguiu, em geral, a orientação política de Henrique IV e de Richelieu na consolidação do poder nacional a expensas das autoridades locais e em reduzir os nobres a meros parasitas da corte. Mas qualquer bem que possa ter feito foi completamente eclipsado pelas suas guerras loucas e pela sua política reacionária em matéria de religião. Em 1685 revogou o Editto de Nantes, que concedera a liberdade de consciência aos huguenotes. Em resultado disso, grande número de seus súditos mais inteligentes e prósperos abandonou o país.

Até o início da Revolução, em 1789, a forma do governo francês permaneceu essencialmente tal como a deixara Luís XIV. Seus sucessores Luís XV (1715-74) e Luís XVI (1774-92) também afirmavam governar por direito divino, mas nenhum dos dois desejou emular com o Grande Monarca no entusiasmo pelo trabalho e na atenção minuciosa dispensada aos negócios do estado. Luís XV era um dissoluto indolente que dividia o seu tempo entre o jogo, a caça e as aventuras amorosas com as damas da corte. Os problemas do governo causavam-lhe indizível tédio, e quando era obrigado a presidir à mesa do conselho "bocejava, falava pouco e não pensava absolutamente nada". Seu neto e sucessor, o infortunado Luís XVI, era um homem de caráter fraco e inteligência obtusa. Indiferente à política, distraía-se atirando em veados da janela do palácio e com os seus passatempos de serralheiro e pedreiro amador. Em 1789, no dia em que a multidão assaltou a Bastilha, ele escreveu no seu diário uma única palavra: "Nada". No entanto, ambos esses monarcas mantiveram um governo que, se não mais despótico, foi pelo menos mais arbitrário do que qualquer dos precedentes. Permitiram que os seus ministros encarcerassem, sem julgamento, pessoas suspeitas de deslealdade; dissolveram as cortes por terem recusado aprovação aos seus decretos e levaram o país à beira da bancarrota com as suas guerras dispendiosas e com a sua despreocupada prodigalidade para com amantes e favoritos indignos. Dificilmente teriam conseguido melhor êxito se tivessem o propósito deliberado de tornar inevitável a revolução.

3. O ABSOLUTISMO NA EUROPA CENTRAL E ORIENTAL

A Prússia, a Áustria e a Rússia foram os três outros países em que o despotismo floresceu em escala mais grandiosa. O fundador do governo absoluto na Prússia foi o grande-eleitor Frederico Guilherme, contemporâneo de Luis XIV. Não somente foi o primeiro membro da família Hohenzollern a exercer completa soberania sobre o seu país, mas também submeteu os seus três domínios - a Prússia, o Brandeburgo e Cleves - a um governo centralizado, abolindo as dietas locais e transformando o seu pequeno exército numa força militar nacional. A obra do grande eleitor foi continuada e ampliada por seu neto, conhecido como Frederico Guilherme I (1.713-40), visto que já ostentava o título de rei da Prússia. Esse monarca avarento governou os seus súditos como um patriarca hebreu, regulamentando-lhes a vida privada e encarregando-se pessoalmente de corrigir-lhes os desvios. A paixão dominante da sua vida era o exército, que ele aumentou para mais do dobro e treinou até fazê-lo funcionar com a eficiência de uma máquina. Chegou ao ponto de vender a mobília do palácio a fim de assoldar recrutas para o seu famoso regimento dos "Gigantes de Potsdam". Diz-se que raptava aqueles a quem não conseguia comprar por dinheiro.

O mais célebre déspota prussiano foi Frederico II (1.740-86), comumente chamado Frederico o Grande. Adepto fervoroso das doutrinas reformadoras da nova filosofia racionalista, Frederico foi a figura principal entre os "déspotas esclarecidos" do século XVIII. Dizendo-se não o amo, mas apenas "o primeiro dos servos do estado", escrevia ensaios para provar que Maquiavel estava errado e levantava-se às cinco da manhã para iniciar, dentro de uma rotina espartana, a direção pessoal dos assuntos públicos. Fez da Prússia, sob muitos aspectos, o estado mais bem governado da Europa, abolindo a tortura dos acusados, fundando escolas elementares e promovendo a prosperidade da indústria e da agricultura. Como admirador de Voltaire, a quem hospedou por

algum tempo na sua corte, tolerava todas as seitas religiosas. Mas essa benevolência para uso interno não se refletia no campo das relações internacionais. Frederico despojou a Áustria da Silésia, conspirou com Catarina da Rússia para desmembrar a Polônia e contribuiu um pouco mais do que lhe competia para as guerras sangrentas do século XVIII.

O apogeu do absolutismo na Áustria verificou-se durante os reinados de Maria Teresa (1.740-80) e de José II (1.780-90). Sob o governo da bela mais exaltada imperatriz organizou-se um exército nacional, os poderes da igreja foram cerceados no interesse de um governo centralizado e deu-se grande difusão à instrução elementar e superior.

Ao contrário da maioria dos déspotas contemporâneos, Maria Teresa era sinceramente devotada à causa da moral cristã. Embora houvesse participado do desmembramento da Polônia para ressarcir-se da perda da Silésia, fê-lo com graves apreensões - atitude que provocou o dito escarninho de Frederico o Grande: "Ela chora, mas abocanha o seu quinhão." As reformas de Maria Teresa foram grandemente ampliadas, pelo menos no papel, por seu filho José II. Inspirado pelos ensinamentos dos filósofos franceses, José resolveu reformar o seu império de acordo com os mais altos ideais de justiça e de razão. Não só planejou reduzir os poderes da igreja pelo confisco das terras eclesiásticas e pela supressão dos mosteiros, mas até chegou a dar, a judeus e heréticos, privilégios idênticos aos dos católicos. Aspirou, além disso, a humilhar os nobres e a melhorar a condição das massas. Decretou a emancipação dos servos e prometeu liberá-los das obrigações feudais devidas aos seus senhores. Desejava universalizar a educação e forçar os nobres a pagar a sua quota de impostos. Mas a maioria dos planos magníficos do imperador ruiu por terra. Foi derrotado nas guerras com o estrangeiro. Despertou o antagonismo não somente dos nobres e do clero, mas também dos orgulhosos húngaros, privados de qualquer direito a um governo autônomo. Perdeu as simpatias dos camponeses por lhes ter imposto o serviço militar obrigatório. Era tão pouco propenso quanto Luís XIV ou Frederico o Grande a sacrificar o

poder pessoal e a glória nacional, mesmo no interesse dos seus sublimes ideais.

A monarquia absoluta prevaleceu na Rússia durante a maior parte da história dessa nação. Na verdade, desde o século XV até o XX o povo russo praticamente não conheceu outra forma de governo. O primeiro dos czares da Rússia foi Ivan o Grande (1.462-1.505). Assumindo o título de czar (isto é, César), proclamou-se o sucessor do último imperador bizantino, que perecera na tomada de Constantinopla, em 1453. Ivan o Grande sacudiu o jugo da opressão mongólica, uniu os vários principados russos e estendeu o seu domínio até o Oceano Ártico e os Montes Urais. Pouco depois Ivan o Terrível (1.533-84) reprimiu os boiardos, ou nobres latifundiários, e dilatou ainda mais as fronteiras no oriente e no sul. Mas a Rússia ainda era apenas uma fração do poderoso império que se fundaria mais tarde. Durante o século XVI, elementos emigrados da região circunvizinha de Moscou ocuparam em rápida sucessão as planícies férteis dos vales do Don, do Dnieper e do Volga. Organizados em bandos semi-militares para se protegerem contra os nativos hostis, os pioneiros desse movimento eram comumente chamados cossacos. Por volta do fim do século XVII, outros colonos se estabeleceram na vastidão do território siberiano, estendendo assim o domínio russo até o Pacífico.

Mas a Rússia era ainda um estado quase exclusivamente oriental, tendo-se expandido, sobretudo, na direção de leste. Sua religião, seu alfabeto e seu calendário tinham sido copiados dos bizantinos, ao passo que muitos de seus habitantes tinham sangue tártaro nas veias. O primeiro dos czares a dar ao império um caráter parcialmente europeu foi Pedro o Grande (1.682-1.725), o mais poderoso autocrata que até então ocupara o trono da Rússia. Com absoluto desprezo pelos costumes antigos, Pedro empenhou-se em fazer com que os seus súditos mudassem de modo de vida. Proibiu a reclusão oriental das mulheres e ordenou que ambos os sexos adotassem a moda européia no trajar. Tornou obrigatório entre os membros da corte o uso do tabaco. Mandava os grandes nobres comparecerem à sua presença e, com as próprias mãos, tosava-lhes as abundantes barbas. A fim de consolidar o seu

poder absoluto, aboliu todos os vestígios de autonomia local e organizou um sistema de polícia nacional. Com o mesmo objetivo aniquilou a autoridade do patriarca da igreja ortodoxa e colocou todos os assuntos religiosos sob a jurisdição de um Santo Sinodo submetido ao seu próprio controle. Profundamente interessado na ciência e na técnica ocidental, fez viagens à Holanda e à Inglaterra para adquirir conhecimentos sobre a construção naval e a indústria. Imitou a política mercantilista das nações ocidentais, melhorando a agricultura e estimulando o comércio e a indústria. A fim de ganhar "janelas para o ocidente" conquistou territórios ao longo da costa do Báltico e transferiu a sua capital de Moscou para S. Petersburgo, a nova cidade fundada por ele na embocadura do rio Neva. O bem que fez foi, porém, grandemente ultrapassado pelas suas guerras perdulárias e pela sua crueldade diabólica. Matou milhares de pessoas sob a alegação de conspirarem contra ele, e as cabeças que rolavam no chão da praça fronteira ao palácio eram, muitas vezes, decepadas pessoalmente pelo grande czar.

O outro dos mais célebres monarcas russos da época do absolutismo foi Catarina a Grande (1.762-96), que antes do seu casamento era uma princesa alemã. Amiúde classificada como um dos "déspotas esclarecidos", Catarina correspondia-se com filósofos franceses, fundou hospitais e orfanatos e até exprimiu a esperança de virem a ser libertados os servos russos. Era, porém, despidoradamente cruel e sem escrúpulos. Organizou uma revolta contra o marido semi-louco, Pedro III, e foi cúmplice no seu assassinato. Ordenou que se aplicasse o cnute às costas nuas de reformadores sinceros. Sua confessada simpatia pelos camponeses não a impediu de tomar-lhes as terras para doar grandes propriedades aos seus favoritos. Em resumo, o governo de Catarina, na prática, diferiu muito pouco do de seus predecessores semi-bárbaros. Sua importância principal reside em ter continuado a obra de Pedro o Grande, introduzindo na Rússia as idéias ocidentais e convertendo o país numa formidável potência da política européia.

4. AS GUERRAS DOS DÉSPOTAS

Entre 1.485 e 1.789, o número de anos de paz na Europa foi literalmente superado pelo dos anos de guerra. Os primeiros conflitos tiveram caráter principalmente religioso e já foram comentados no capítulo referente à Reforma. A partir de 1.600, a maioria das guerras assumem a natureza de lutas pela supremacia entre os poderosos déspotas das grandes nações. Mas a religião também foi um fator de algumas delas, bem como a cobiça das classes comerciais. Em geral, os motivos nacionalistas desempenharam menor papel do que nas guerras dos séculos XIX e XX. Povos e territórios não passavam de peças a ser movimentadas de um lado para outro no jogo do engrandecimento dinástico.

A luta armada, no século XVII, girou em torno de um duelo titânico entre os Habsburgos e os Bourbons. A princípio senhores da Áustria, os Habsburgos havia aos poucos estendido o seu poder também à Boêmia e à Hungria. Além disso, o chefe da dinastia era ainda aureolado pelo que restava da dignidade de imperador do Santo Império Romano. Desde o tempo de Carlos V (1.519-56) um ramo dos Habsburgos governava a Espanha, Milão e o Reino das Duas Sicílias. Conseqüentemente, no começo do século XVII, o mais sério obstáculo que se erguia contra o domínio da Europa por essa família era o reino da França, governado pelos Bourbons. A luta entre as duas dinastias era quase inevitável.

Embora tenha envolvido também muitas outras questões, a Guerra dos Trinta Anos (1.618-48) pode ser encarada como a primeira fase dessa luta. A causa inicial da guerra foi a ambição dos Habsburgos, que desejavam utilizar-se dos triunfos da Reforma Católica como meio de ampliar o seu próprio poder na Europa Central. Isso despertou a oposição dos nobres protestantes da Alemanha, ao mesmo tempo que na Boêmia, onde muitos habitantes se haviam convertido ao calvinismo, declarava-se uma revolta aberta. Um grupo de nobres tchecos penetrou à força no palácio dos representantes do imperador, em Praga, e jogou-os

pela janela. Seguiu-se a isso a proclamação do estado independente da Boêmia, tendo como rei Frederico, o eleitor calvinista do Palatinado. A guerra, então, começou às deveras. O êxito dos Habsburgos em abafar a revolta boêmia e em punir Frederico, tomando-lhe as terras do vale do Reno, arrastou à luta os governos protestantes da Europa setentrional. Não somente os príncipes alemães, mas ainda o rei Cristiano IV da Dinamarca e Gustavo Adolfo da Suécia se juntaram à cruzada contra a agressão austríaca - com a segunda intenção, é claro, de expandir os seus próprios domínios. Em 1.630 os franceses intervieram com doações de armas e dinheiro aos aliados protestantes; e depois de 1.632, quando Gustavo Adolfo morreu no campo de batalha, foi a França que suportou o embate da luta. Não se tratava mais de um conflito religioso, mas essencialmente de uma disputa entre as casas de Bourbon e de Habsburgo pelo domínio do continente europeu. Os objetivos imediatos da cardeal de Richelieu, que dirigia a política de Luís XIII, eram tomar a Alsácia ao Santo Império e enfraquecer a posição dos Habsburgos espanhóis na Holanda e na Itália. Durante algum tempo as forças francesas sofreram revezes, mas o gênio organizador de Richelieu e do cardeal Mazarino, que lhe sucedeu em 1.643, alcançou finalmente a vitória para a França e os seus aliados. A paz foi restabelecida na dilacerada Europa pelo Tratado de Vestfália, em 1648.

A maioria dos resultados da Guerra dos Trinta Anos foram positivos males. O Tratado de Vestfália confirmou a posse do território da Alsácia e dos bispados de Metz, Toul e Verdun pela França; a Suécia recebeu territórios na Alemanha; a independência da Holanda e da Suíça foi formalmente reconhecida e o Santo Império reduziu-se a uma mera ficção, visto que todos os príncipes alemães eram reconhecidos como soberanos, com o poder de guerrear, de firmar a paz e de governar os seus estados como bem entendessem. Mas a maior parte dessas mudanças outra coisa não fez senão lançar as bases de acerbos disputas internacionais futuras. Além disso, a guerra causou uma pavorosa devastação na Europa central. Poucos conflitos militares, desde o começo da história, terão talvez acarretado tamanhas desgraças à

população civil. Calcula-se que nada menos de metade do povo da Alemanha e da Boêmia perdeu a vida em consequência da fome, das doenças e dos ataques de soldados brutais com a mira na pilhagem. Os exércitos de ambos os lados saquearam, torturaram, incendiaram e mataram de modo a transformar regiões inteiras em verdadeiros desertos. Na Saxônia, um terço das terras ficou sem cultivo e alcatéias de lobos vagueavam pelas ruínas de aldeias outrora prósperas. Em meio a tanta miséria, era inevitável que decaíssem a instrução e as conquistas intelectuais de toda espécie, com o resultado de que a civilização foi retardada, na Alemanha, de pelo menos um século.

A Guerra dos Trinta Anos não pôs fim, sequer, à rivalidade entre os Bourbons e os Habsburgos. Embora a França, pelo Tratado de Vestfália, tivesse conseguido notáveis ganhos, continuava a ter junto da sua fronteira várias possessões do inimigo. A Espanha ao sul, as províncias belgas ao norte e o Franco-Condado a leste eram ainda governados pelos Habsburgos espanhóis, ao passo que os parentes austríacos destes não haviam de modo algum renunciado aos seus direitos sobre as províncias do vale do Reno. Ao assumir pessoalmente a direção da política francesa, depois da morte de Mazarino, em 1.661, Luís XIV resolveu proceder a uma revisão dessas fronteiras. Primeiro fez uma tentativa para conquistar as províncias belgas, o que o envolveu numa guerra não só com a Espanha, mas por fim com a Holanda, com o Império Austríaco e com o eleitor de Brandeburgo. Quando pretendeu aumentar as suas modestas conquistas dessa guerra pela intriga diplomática, formou-se contra ele uma poderosa aliança chefiada pelo imperador Leopoldo da Áustria. A guerra que se seguiu, conhecida como Guerra da Liga de Augsburgo (1.688-97), representou uma nova fase da luta entre Habsburgos e Bourbons. Nas suas disputas anteriores Luís XIV contara com a neutralidade da Inglaterra, dada a rivalidade tradicional entre esse país e a Holanda. Mas desde a Revolução Gloriosa a Inglaterra tinha um novo rei na pessoa de Guilherme III, ex-stadhouder da Holanda e inimigo implacável da França. Guilherme prontamente aderiu à Liga de Augsburgo, dando as mãos à Áustria, Espanha, Suécia e

vários estados alemães. Com uma combinação tão forte contra ele, Luís foi por fim obrigado a pedir paz.

Em 1.700 o rei francês julgou encontrar uma nova oportunidade: Nesse ano morreu Carlos II, rei da Espanha, sem deixar filhos nem irmãos que lhe sucedessem e legando os seus domínios em testamento ao neto de Luís XIV. A Áustria opôs-se a essa indicação e formou nova aliança com a Inglaterra, a Holanda e Brandeburgo. A Guerra da Sucessão da Espanha, que se iniciou em 1702, quando Luís tentou fazer valer os direitos de seu neto, foi a última fase importante da luta entre Bourbons e Habsburgos. Pela Paz de Utrecht (1.713-14) o neto de Luís XIV teve permissão de ocupar o trono espanhol, sob a condição de que jamais se unissem a França e a Espanha. A França cedeu a Nova-Escócia e a Terra-Nova à Inglaterra, e a Espanha cedeu Gibraltar; os Habsburgos austríacos anexaram as províncias belgas, Nápoles e Milão. A mais importante das guerras dos déspotas no século XVIII foi a Guerra dos Sete Anos (1.756-63), conhecida na história norte-americana como the French and Indian War. As causas dessa luta relacionavam-se intimamente com alguns dos conflitos anteriores já discutidos. Um dos principais fatores das guerras da Liga de Augsburgo e da Sucessão da Espanha fora a rivalidade comercial entre a Inglaterra e a França. Ambos esses países disputavam a supremacia no desenvolvimento do comércio ultramarino e do império colonial. A Guerra dos Sete Anos não foi, portanto, mais do que a culminação da luta que se vinha travando havia perto de um século. As hostilidades começaram muito apropriadamente na América, em resultado da disputa pela posse do vale do Ohio. Não tardou a entrar em jogo a questão fundamental do domínio do continente norte-americano pela Inglaterra ou pela França. Por fim, quase todos os grandes países da Europa se colocaram de um lado ou do outro. Luís XV da França deu apoio ao seu parente, o monarca Bourbon da Espanha. Uma luta pela posse da Silésia, iniciada em 1.740 entre Frederico o Grande e Maria Teresa, foi logo absorvida pela disputa maior. A Guerra dos Sete Anos alcançou assim as proporções de uma espécie de conflito mundial, com a França, a Espanha, a Áustria e a Rússia alinhadas contra a

Inglaterra e a Prússia na Europa, enquanto as forças coloniais inglesas e francesas se batiam pela supremacia não só na América, mas também na Índia.

O êxito da Guerra dos Sete Anos teve enorme importância para a história posterior da Europa. Frederico o Grande obteve uma vitória decisiva sobre os austríacos e forçou Maria Teresa a desistir de todas as suas pretensões à Silésia. A aquisição desse território aumentou a área da Prússia de mais de um terço, elevando assim o império dos Hohenzollerns à posição de potência de primeira ordem. A luta pela supremacia colonial redundou, para a Inglaterra, num sensacional triunfo. Do seu outrora magnífico império americano a França perdeu tudo, exceto duas ilhotas na costa da Terra-Nova, Guadalupe e algumas outras possessões nas Antilhas, e uma parte da Guiana na América do Sul. Permitiu-se-lhe que conservasse os seus privilégios comerciais na Índia, mas com a proibição de construir fortificações ou de manter tropas nesse país. A França ficou então mutilada e quase sem esperanças de reabilitar-se. Seu tesouro estava exausto, seu comércio arruinado e suas possibilidades de domínio do continente europeu completamente desfeitas. Esses desastres, determinados pela política estúpida dos governantes franceses, muito ajudaram a preparar o terreno para a grande revolução de 1.789. A Inglaterra, pelo contrário, ficou a cavalgar as ondas, tanto no sentido literal como no figurado, pois o triunfo na Guerra dos Sete Anos assinalou época na sua luta pelo domínio dos mares. A riqueza proveniente da expansão comercial favoreceu os comerciantes ingleses, aumentando-lhes assim o prestígio político e social. Mais importante que tudo isso, talvez foi ter-lhe proporcionado a vitória na luta pelas colônias uma abundância de matérias-primas que lhe permitiu colocar-se à testa da Revolução Industrial.

5. A TEORIA POLÍTICA DO ABSOLUTISMO

A conduta autocrática dos déspotas dos séculos XVI, XVII e XVIII não foi puramente invenção deles. Como sublinhamos no começo deste capítulo, foram encorajados por diversos fatores sociais e políticos pelos quais não eram os únicos responsáveis. A essas causas deve ser adicionada uma outra: a influência da teoria política. Alguns dos Stuarts e dos Bourbons, por exemplo, encontravam a justificação da sua política nos filósofos que exprimiam as idéias do tempo em obras sistemáticas e vigorosas. Essas idéias não eram certamente as do vulgo, mas refletiam os desejos daqueles a quem John Adams chamava "os ricos, os bem-nascidos e os capazes".

Um dos primeiros filósofos que apoiaram as ambições absolutistas dos monarcas foi Jean Bodin (1.530-96), cujo zelo nas perseguições às feiticeiras lhe mereceu o epíteto de "Procurador Geral do Diabo". Bodin não foi tão extremado quanto alguns de seus colegas na exaltação do poder monárquico. Concordava com os filósofos medievais quanto a estarem os governantes submetidos à lei divina e até reconhecia que o príncipe tinha o dever moral de respeitar os tratados que assinava. Mas Bodin dispensava qualquer espécie de parlamento. Negava enfaticamente a um órgão legislativo o direito de impor quaisquer limites ao poder monárquico. E, ao mesmo tempo que admitia serem tiranos os príncipes que violassem a lei divina ou a lei da natureza, não concedia aos súditos desses príncipes qualquer direito de rebelião contra eles. A autoridade do príncipe vem de Deus e a obrigação suprema do povo é a obediência passiva. A revolução deve ser evitada a todo custo, pois destrói a estabilidade que é a condição necessária do progresso social. A contribuição principal de Bodin, se assim pode ser chamada, foi a sua doutrina da soberania, que ele definia como "o poder supremo sobre cidadãos e súditos, sem restrições determinadas pelas leis". Com isso queria dizer que o príncipe, que é o único soberano, não está preso a leis feitas pelos homens. A sua autoridade não sofre

restrições legais de qualquer espécie - nada, exceto a obediência à lei moral ou natural ordenada por Deus. Bodin é também importante pela sua teoria da origem do estado. Rejeitando a antiga doutrina feudal da base contratual da autoridade política, afirmava ser o estado uma derivação da família patriarcal. O príncipe está para com os seus súditos na mesma relação autocrática do pai para com os filhos. Como soberano, tem uma autoridade perpétua e humanamente ilimitada para fazer a lei e impô-la aos seus súditos.

O mais notável de todos os apóstolos do governo absoluto foi o inglês Thomas Hobbes (1.588-1.679). Escrevendo durante a Revolução Puritana e em estreita ligação com os realistas, Hobbes sentia-se desgostado com a direção que os acontecimentos haviam tomado na sua pátria e ansiava pelo restabelecimento da monarquia. No entanto, o seu materialismo e a sua doutrina da origem secular da realeza fizeram com que não fosse muito simpático aos Stuarts. Para título da sua obra principal escolheu o nome de Leviatã, indicando a concepção que fazia do estado como um monstro todo-poderoso. Todas as associações dentro do estado, dizia ele, são meros "vermes nas entranhas de Leviatã". A essência da filosofia política de Hobbes relaciona-se diretamente com a sua teoria da origem do governo. Ensinava que no começo todos os homens viviam em estado natural, sem estarem sujeitados a qualquer lei que não fosse o brutal interesse próprio. Muito longe de ser um paraíso de inocência e de bem-aventurança, o estado natural era uma condição de universal sofrimento. Todos faziam guerra a todos. A vida do indivíduo era "solitária, pobre, sórdida, bruta e breve". A fim de escapar a essa guerra de todos contra todos, os homens acabaram unindo-se entre si para formar uma sociedade civil. Assentaram um contrato pelo qual cediam todos os seus direitos a um soberano suficientemente forte para protegê-los contra a violência. Desse modo o soberano, embora não fosse parte no contrato, tornava-se o recipiente da autoridade absoluta. O povo dava-lhe tudo em troca do grande dom da segurança. Em contraste com Bodin, Hobbes não reconhecia qualquer lei natural ou divina a limitar a autoridade

do príncipe. O governo absoluto, afirmava ele, foi estabelecido pelo próprio povo e, conseqüentemente, este não tem razão de queixa quando o governante se torna um tirano; o povo não tem qualquer direito que o príncipe seja obrigado a respeitar. Baseando-se na dedução pura, sem recorrer de qualquer modo à religião ou à história, Hobbes chega à conclusão de que é lícito ao rei governar despoticamente - não porque tenha sido escolhido por Deus, mas porque o povo lhe deu o poder absoluto.

Em certo sentido, o grande holandês Hugo Grotius (1.583-1.645) também pode ser considerado um expoente do absolutismo, embora para ele a questão do poder dentro do estado estivesse mais ou menos subordinada à questão mais ampla das relações entre os estados. Vivendo na época das lutas religiosas na França, da revolta dos Países-Baixos e da Guerra dos Trinta Anos, Grotius sentiu a necessidade de um conjunto de normas que reduzissem a um padrão de razão e de ordem as relações dos governos entre si. Escreveu a sua famosa obra *Do Direito da Paz e da Guerra* para provar que os princípios elementares da justiça e da moralidade deviam prevalecer entre as nações. Extraiu alguns desses princípios do *jus gentium* romano e outros do direito natural da Idade Média. Tão bem expôs a sua causa que tem sido considerado desde então como um dos principais fundadores do direito internacional. Sua doutrina central era a idéia de que todo estado independente, sem levar em conta o seu tamanho, deve ser tratado como plenamente soberano e titular de direitos iguais. Essa soberania jamais deve ser infringida por qualquer outro poder. Tal doutrina, infelizmente, levou ao culto da honra nacional como uma coisa sagrada. Qualquer ofensa ao orgulho de uma nação - um insulto à sua bandeira ou a prisão de um diplomata - é ainda muito capaz de desencadear a guerra. Mas a aversão de Grotius pela turbulência política também o inspirou a defender o governo despótico. Não compreendia que a ordem pudesse ser preservada dentro do estado a não ser que o governante possuísse uma autoridade ilimitada. Sustentava que no começo o povo se submeteu voluntariamente a um soberano ou fora obrigado a submeter-se à força superior; mas em ambos os casos, uma vez

que estabeleceria um governo, tinha de obedecer-lhe cegamente até o fim.

As teorias que acabamos de discutir não eram simplesmente as de uns poucos filósofos encerrados na sua torre de marfim, mas antes idéias amplamente aceitas numa época em que a ordem e a segurança eram consideradas mais importantes do que a liberdade. Refletiam, em especial, o desejo, por parte das classes comerciais, de desfrutar o maior grau possível de estabilidade e proteção no interesse dos seus negócios. O mercantilismo e a política dos déspotas andavam de mãos dadas com as novas teorias do governo absoluto. O dito: "o estado sou eu", atribuído a Luís XIV, não era apenas a fanfarronada impudente de um tirano, mas quase chegava a exprimir a concepção dominante do governo, pelo menos na Europa continental. Aqueles que tinham uma posição responsável na sociedade acreditavam realmente que o rei era o estado. Dificilmente teriam concebido um governo capaz de proteger-lhes e assistir-lhes as atividades econômicas, a não ser organizado sobre a base de uma autoridade centralizada e despótica. Sua atitude não era muito diversa da de alguns contemporâneos nossos, que acreditam ser a ditadura, sob uma forma ou outra, a única porta de entrada para os campos ensolarados da segurança e da fartura. Parece ser verdade que o despotismo floresce unicamente nas épocas difíceis de transição ou em períodos de incerteza ou de perigo, quando os homens começam a desesperar de resolver os seus problemas pelo esforço individual. Não é essa uma condição normal da sociedade, mas sim essencialmente anormal, e que abrange apenas uma fração da história humana. As nações, em geral, tratam de livrar-se dos seus césaes logo que o povo recupera suficiente confiança na própria força. De qualquer modo, foi isso o que aconteceu na Inglaterra, no fim do século XVII, e também na França cerca de cem anos depois.

Capítulo 20

A Revolução Intelectual dos séculos XVII e XVIII

POR UMA das mais estranhas ironias da história, o período em que arrogantes déspotas dominavam as nações do continente europeu foi um período de estupendas realizações intelectuais. Para quem, no entanto, compreende as forças subterrâneas que atuaram nessa e nas épocas precedentes, o progresso cultural dos séculos XVII e XVIII nada tem de especialmente misterioso. Os monarcas absolutos, é claro, nada tiveram que ver com ele. Ainda que alguns desses monarcas, como Frederico o Grande, houvessem tido contatos com a filosofia e a ciência, nenhum pode ser considerado com justiça um protetor da cultura. O progresso intelectual do seu tempo deveu-se, antes, a fatores decorrentes dos principais movimentos econômicos e culturais da história européia desde o fim da Idade Média. Exemplos característicos são a influência da Renascença, a prosperidade crescente das classes média e inferior e o dilatar-se dos horizontes intelectuais determinado pelo descobrimento de terras longínquas e de povos exóticos.

As conquistas da filosofia e da ciência nos séculos XVII e XVIII, juntamente com as novas atitudes que daí resultaram, constituem o que comumente se chama Revolução Intelectual. Falar dessa revolução como um acontecimento sem precedente nos anais da humanidade levaria, porém, a uma concepção errônea da história. Em diversas ocasiões anteriores tinham-se verificado desenvolvimentos que chegaram ao ponto de subverter antigos hábitos de pensar, tão bem como o fizeram os descobrimentos dos séculos XVII e XVIII. Podem-se encontrar exemplos no radicalismo e no individualismo dos sofistas do século V a.C., em Atenas, e nos efeitos profundamente perturbadores da revivescência do paganismo e do mundanismo no fim da Idade Média. - Não obstante, a Revolução Intelectual dos séculos XVII e XVIII teve um alcance, de certo modo, mais amplo do que qualquer dessas

transformações anteriores, e os seus resultados foram, talvez, mais significativos para a nossa geração atual.

1. A FILOSOFIA NO SÉCULO XVII

Talvez possamos dizer, sem grande esforço de imaginação, que a Revolução Intelectual teve uma tríplice paternidade. Seus pais foram René Descartes, Sir Isaac Newton e John Locke. Mais tarde trataremos de Newton e de Locke; neste ponto é necessário examinar os ensinamentos do famoso francês que inaugurou o movimento filosófico dominante do século XVII. René Descartes (1.596-1.650), soldado de fortuna, matemático e físico, foi um inabalável defensor do racionalismo na filosofia. Não foi, por certo, o primeiro expoente da razão como caminho do conhecimento, mas o seu racionalismo diferia do pregado pela maioria dos pensadores que o precederam - os escolásticos medievais, por exemplo - na rígida exclusão na autoridade. Desdenhava a consulta aos livros, por mais venerável que fosse a reputação dos seus autores. Convencido de que tanto as opiniões tradicionais como as impressões comuns da humanidade são guias pouco fidedignos, resolveu adotar um novo método inteiramente isento da influência de ambos. Esse método foi o instrumento matemático da dedução pura. Consistia em partir de verdades ou axiomas simples e evidentes por si mesmos, como na geometria, e depois raciocinar com base neles para chegar às conclusões particulares. Descartes acreditava ter encontrado um axioma de tal ordem no seu famoso princípio: "Penso, logo existo." Partindo daí, afirmava ser possível deduzir um conjunto perfeitamente lógico de conhecimentos universais - provar, por exemplo, que Deus existe, que o homem é um animal pensante e que o espírito é distinto da matéria. Essas "verdades", declarava ele, são tão infalíveis quanto as verdades da geometria, como frutos, que são, do mesmo método infalível.

Mas Descartes não é importante apenas como pai do novo racionalismo; deve-se-lhe também, em parte, a introdução do

conceito de um universo mecanicista. Ensinava que todo o mundo material, tanto orgânico como inorgânico, pode ser definido em função da extensão e do movimento. "Dai-me a extensão e o movimento", afirmou certa vez, atrevidamente, "e construirei o universo." Toda a substância física universal, segundo ele, move-se continuamente numa série de turbilhões ou vórtices, alguns infinitamente pequenos e outros suficientemente grandes para obrigar os planetas a revolver em torno dos seus sóis. Cada objeto particular - um sistema solar, uma estrela ou a própria terra é uma máquina automática impulsionada por uma força oriunda do movimento original imprimido por Deus ao universo. Descartes não excluía desse plano mecanicista geral nem mesmo o organismo dos animais e dos homens. O mundo físico é um só. O comportamento dos animais e as reações emotivas dos homens decorrem automaticamente de estímulos internos e externos. No entanto, insistia em que o homem se distingue de todas as demais criaturas por possuir a faculdade de raciocinar. O pensamento não é uma forma de matéria, mas uma substância inteiramente diversa, implantada no corpo do homem por Deus. Localiza-se na glândula pineal, situada no alto do crânio. Ao lado desse dualismo de espírito e matéria, Descartes também acreditava em idéias inatas. Ensinava que, como as verdades evidentes por si mesmas não têm relação com a experiência sensorial, devem ser inerentes ao próprio espírito. O homem não as aprende por via dos sentidos; mas percebe-as intuitivamente por fazerem parte, desde a nascença, do seu aparelhamento mental.

Dos vários ensinamentos de Descartes, o novo racionalismo e o mecanicismo foram, indubitavelmente, os que tiveram mais influência. Na verdade, essas duas doutrinas quase bastavam em si mesmas para provocar uma revolução, por isso que envolviam o repúdio de quase todas as orientações teológicas do passado. O filósofo já não precisava acatar a revelação como fonte da verdade; a razão passou a ser então considerada como o único manancial de conhecimento, ao mesmo tempo, que a idéia de um significado espiritual do universo era posta de parte qual se fosse um traje velho e imprestável. Os princípios cartesianos do

racionalismo e do mecanicismo foram adotados de uma forma ou de outra pela maioria dos filósofos do século XVII. Seus mais notáveis sucessores intelectuais foram o judeu holandês Benedito (ou Baruch) Espinosa e o inglês Thomas Hobbes, que já conhecemos como filósofo político. Espinosa nasceu em Amsterdã no ano de 1.632 e morreu desterrado da sua comunidade quarenta e cinco anos depois. Seus pais pertenciam a um grupo de judeus emigrados que tinham fugido à perseguição em Portugal e na Espanha, refugiando-se na Holanda. Moço ainda, Espinosa sofreu a influência de um discípulo de Descartes, passando em consequência a criticar certos dogmas da fé judaica. Por isso foi expulso da sinagoga, amaldiçoado pelos altos sacerdotes e pelos veneráveis, e banido da comunidade do seu povo. De 1.656 até a morte viveu em várias cidades de Holanda, provendo à sua parca subsistência como polidor de lentes. Durante esses anos desenvolveu a sua filosofia, na qual incorporava o racionalismo e o mecanicismo, mas não o dualismo de Descartes. Sustentava Espinosa que só existe uma substância essencial no universo, da qual o espírito e a matéria não passam de aspectos diferentes. Essa substância única é Deus, que se identifica com a própria natureza. Tal concepção do universo era, certamente, puro panteísmo, mas baseava-se na razão e não na fé e pretendia exprimir as idéias científicas da unidade da natureza e da continuidade de causa e efeito. Não é destituído de significação o fato de haver declarado o maior cientista do nosso tempo, Albert Einstein, que a sua idéia de Deus era idêntica à de Espinosa.

Muito mais do que Descartes, Espinosa interessava-se pelas questões éticas. Tendo chegado bem cedo em sua vida à conclusão de que as coisas que o homem mais preza - riqueza, prazer, poder e fama - são vazias e vãs, resolveu pesquisar se existe um bem perfeito capaz de proporcionar uma felicidade irrestrita e duradoura a todos os que o alcançam. Por meio do raciocínio geométrico, tentou provar que esse bem perfeito consiste no "amor a Deus", isto é, na adoração da ordem e da harmonia da natureza. Se os homens chegarem a compreender que o universo é uma bela máquina, cujo funcionamento não pode

ser interrompido em benefício deste ou daquele indivíduo, alcançarão aquela serenidade de espírito pela qual se têm batido os filósofos através dos tempos. Só nos podemos libertar de esperanças irrealizáveis e de temores abjetos reconhecendo no nosso íntimo que a ordem da natureza está inalteravelmente fixada e que o homem não pode mudar o seu destino. Em outras palavras, conquistamos a verdadeira liberdade quando compreendemos que não somos livres. Mas, apesar de todo o seu determinismo, Espinosa era um ardente apóstolo da tolerância, da justiça e da vida racional. Escreveu em defesa da liberdade religiosa e, malgrado o tratamento cruel de que foi alvo, deu em sua vida particular um nobre exemplo de bondade, humanidade e isenção de paixões vingativas.

O terceiro dos grandes racionalistas do século XVII foi Thomas Hobbes. Mais velho do que Descartes ou Espinosa, Hobbes sobreviveu a ambos. Concordava com os seus dois contemporâneos na crença de que a geometria fornecia o único método apropriado à busca da verdade filosófica. Negava, porém, a doutrina das idéias inatas, sustentando que a origem de todo conhecimento está na percepção sensorial. Recusou-se também a aceitar tanto o dualismo de Descartes como o panteísmo de Espinosa. Segundo Hobbes, não existe absolutamente nada senão a matéria. O pensamento não é mais do que um movimento do cérebro ou talvez uma forma sutil de matéria, mas de modo algum uma substância distinta. Também a Deus, caso possamos acreditar na sua existência, deve ser atribuído um corpo físico. Em ponto algum do universo existe qualquer coisa de espiritual que possa ser concebida pela mente. Era esse o materialismo mais radical desde os tempos de Lucrécio. Combinava-se, naturalmente, com o mecanicismo, como acontece quase sempre com o materialismo. Sustentava Hobbes que não só o universo, mas o próprio homem é suscetível de uma explicação mecânica. Tudo o que o homem faz é determinado por apetites ou aversões e estes, por sua vez, são herdados ou adquiridos por experiência. Segue-se que o livre arbítrio é impossível, uma vez que a vontade do homem resulta de desejos ou hábitos já entranhados na sua

natureza. De maneira análoga, Hobbes afirmava não existirem normas absolutas do bem e do mal. O bem é simplesmente aquilo que dá prazer, o mal o que traz sofrimento. E, uma vez que os homens diferem constitucionalmente uns dos outros, também devem variar as concepções do prazer e da dor, e o bem e o mal só podem ser relativos. Desse modo, o materialismo e o mecanicismo de Hobbes evoluíram para o hedonismo.

2. O ILUMINISMO

O ponto culminante da Revolução Intelectual em filosofia foi um movimento conhecido com Iluminismo. Iniciado na Inglaterra por volta de 1.680, rapidamente se difundiu, atingindo a maior parte dos países do norte da Europa e não deixando de ter influência também na América. A manifestação suprema do Iluminismo verificou-se, contudo, na França, e o período em que ele se revestiu de verdadeira importância foi o século XVIII. Poucos movimentos históricos tiveram efeitos tão profundos no sentido de moldar o pensamento dos homens e de orientar o curso das suas ações. A filosofia do Iluminismo erigiu-se sobre certo número de concepções fundamentais, sobressaindo entre elas as seguintes:

1) A razão é o único guia infalível da sabedoria. Todo conhecimento tem suas raízes na percepção sensorial, mas as impressões dos nossos sentidos não são mais do que o material bruto da verdade, o qual precisa ser purificado no cadinho da razão antes que o possamos utilizar para explicar o mundo ou para indicar o caminho de uma vida melhor.

2) O universo é uma máquina governada por leis inflexíveis que o homem não pode desprezar. A ordem da natureza é absolutamente uniforme e de nenhum modo comporta milagres ou qualquer outra forma de intervenção divina.

3) A melhor estrutura da sociedade é a mais simples e a mais natural. A vida do "nobre selvagem" é preferível à do homem civilizado, com as suas convenções obsoletas que só servem para perpetuar a tirania do clero e dos governantes. A religião, o

governo e as instituições econômicas deveriam ser expurgados de todo artificialismo e reduzidos a uma forma coerente com a razão e a liberdade natural.

4) Não existe pecado original. O homem não é congenitamente depravado, mas levado a cometer atos de crueldade e de baixeza por padres intrigantes e déspotas belicosos. A infinita perfetibilidade da natureza humana, e, portanto, da própria sociedade, seria facilmente exequível se os homens tivessem a liberdade de seguir as diretrizes da razão e dos seus instintos inatos.

A inspiração do Iluminismo proveio, em parte, do racionalismo de Descartes, Espinosa e Hobbes, mas os verdadeiros fundadores do movimento foram Sir Isaac Newton (1.642-1.727) e John Locke (1.632-1.704). Ainda que Newton não tenha sido um filósofo no sentido comum da palavra, sua obra teve a mais profunda significação para a história do pensamento. Seu feito grandioso foi submeter toda a natureza a uma interpretação mecânica precisa. Durante a última fase da Renascença Galileu descobrira a lei da queda dos corpos na superfície da terra, enquanto Johann Kepler deduzira os princípios do movimento planetário. Estava reservado a Newton estender a idéia das leis físicas invariáveis a todo o universo. O seu famoso princípio, "cada partícula de matéria, no universo, atrai todas as outras partículas com uma força inversamente proporcional ao quadrado da distância entre elas e diretamente proporcional ao produto das respectivas massas", foi considerado válido não somente para a terra, mas para todos os sistemas solares através dos espaços infinitos. Partindo daí, era fácil chegar à conclusão de que todos os acontecimentos da natureza são governados por leis universais, capazes de ser formuladas com tanta precisão quanto os princípios matemáticos. Descobrir essas leis é a principal ocupação da ciência, e é dever do homem permitir-lhes a livre ação. Estava dado o golpe de morte na concepção medieval de um universo regido por uma finalidade benévola; os homens tinham passado a habitar um mundo em que a sucessão dos acontecimentos era tão automática como o tique-taque de um relógio. A filosofia newtoniana não excluía a idéia de

Deus, mas despojava-o do poder de guiar as estrelas nas suas órbitas ou de fazer parar o sol.

A influência de John Locke foi muito diferente da de Newton, mas nem por isso menos importante. Locke foi o pai de uma nova teoria do conhecimento que deu a nota fundamental da filosofia iluminista. Rejeitando a doutrina cartesiana das idéias inatas, afirmou que todo o conhecimento humano deriva da percepção sensorial. Essa teoria, conhecida como sensacionismo, já fora estabelecida por Hobbes, mas foi Locke o primeiro dos filósofos modernos a desenvolvê-la de forma sistemática. Sustentava ele que a mente humana ao nascer é uma tábula rasa, um "papel em branco" no qual absolutamente nada está escrito. Nem mesmo contém a idéia de Deus ou qualquer noção de certo e errado. Só quando o recém-nascido começa a ter sensações, a perceber por intermédio dos seus sentidos o mundo exterior, é que alguma coisa se registra na sua mente. As idéias simples que resultam diretamente da percepção sensorial são, porém, apenas as bases do conhecimento; nenhum ser humano poderia viver inteligentemente só com elas. Essas idéias simples precisam ser integradas e fundidas em idéias complexas. Tal é o papel da razão ou entendimento, que tem o poder de combinar, coordenar e organizar as impressões recebidas dos sentidos, construindo assim um sistema utilizável de verdades gerais. Tanto a sensação como a razão são indispensáveis - uma para fornecer ao espírito a matéria-prima do conhecimento e a outra para trabalhá-la, dando-lhe uma forma significativa. Foi essa combinação de sensacionismo e de racionalismo que constituiu um dos elementos básicos da filosofia iluminista. Locke tem grande importância, também, pela sua defesa da tolerância religiosa e pela sua teoria política liberal, que será discutida no capítulo 21, II volume.

O Iluminismo alcançou o apogeu da sua glória na França, durante o século XVIII, sob a influência de Voltaire e de outros críticos da ordem estabelecida. Voltaire, ou François Marie Arouet, como se chamava originalmente, simboliza o Esclarecimento mais ou menos como Lutero simboliza a Reforma e Leonardo da Vinci, a Renascença italiana. Filho da burguesia, Voltaire nasceu em 1.694

e, a despeito da sua constituição delicada, viveu até onze anos antes de rebentar a Revolução Francesa. Bem cedo mostrou gosto por escrever obras satíricas e envolveu-se em numerosas questões por ter ridicularizado nobres e funcionários pomposos. Em consequência de um dos seus panfletos foi encarcerado na Bastilha e depois exilado para a Inglaterra. Ali permaneceu durante três anos, concebendo profunda admiração pelas instituições inglesas e escrevendo a sua primeira obra filosófica, que intitulou Cartas inglesas. Nesse livro divulgava as idéias de Newton e de Locke, aos quais passara a considerar como dois dos maiores gênios que já tinham existido. A maioria das suas obras posteriores - o Dicionário filosófico, Candide, as histórias e muitos dentre os poemas e ensaios - relacionam-se também com a exposição da doutrina de que o mundo é governado por leis naturais e a razão e a experiência concreta são os únicos guias seguros que o homem pode seguir. Voltaire desprezava o fácil otimismo segundo o qual os males de cada um fazem o bem de todos e tudo marcha da melhor maneira no melhor dos mundos possíveis. Via, muito ao contrário, o sofrimento, o ódio, a discórdia e a opressão por toda parte. Somente no seu país utópico do Eldorado, que imaginou existir em alguma parte da América do Sul, havia liberdade e paz. Ali não havia monges, padres, processos ou prisões. Os habitantes conviviam sem malícia nem cobiça, adorando a Deus segundo os ditames da razão e resolvendo os seus problemas por meio da lógica e da ciência. Mas uma vida tão idílica só era possível por estar essa terra separada dos "assassinos arregimentados da Europa" por montanhas intransponíveis.

Voltaire é mais conhecido como um campeão da liberdade individual. Considerava como totalmente bárbaras todas as restrições à liberdade de expressão e de opinião. Numa carta escrita a um dos seus adversários figura esta frase, amiúde citada como o mais alto exemplo de tolerância intelectual: "Não concordo com uma única palavra do que dizeis, mas defenderei até a morte o vosso direito de dizê-lo". Se havia, porém, uma forma de opressão que Voltaire odiasse acima de todas as outras, era a

tiranía da religião organizada. Trovejou contra a monstruosa crueldade da igreja em torturar e queimar homens inteligentes que se atreveram a pôr em dúvida os seus dogmas. Com referência a todo o sistema de ortodoxia perseguidora e privilegiada, adotou como lema a frase *écrasons l'infâme*. Não era menos violento em seus ataques à tirania política, especialmente quando esta resultava na matança de milhares de criaturas para satisfazer as ambições dos déspotas. "É proibido matar", dizia ele com sarcasmo, "e, portanto, todos os assassinos são punidos, a não ser que o façam em larga escala e ao som de trombetas".

Entre os outros filósofos franceses do Iluminismo merecem menção Denis Diderot, Jean d'Alembert, Claude Helvetius e o Barão de Holbach. Todos viveram na segunda metade do século XVIII. Diderot e d'Alembert foram os principais componentes de um grupo conhecido como os Enciclopedistas, devido à sua colaboração na Grande Encyclopédie, que pretendia ser uma suma completa dos conhecimentos filosóficos e científicos da época. De um modo geral, ambos concordavam com o racionalismo e o liberalismo de Voltaire. Diderot, por exemplo, afirmava que "os homens jamais serão livres enquanto não seja estrangulado o último rei com as tripas do último padre". D'Alembert, embora aceitando as tendências racionalistas e individualistas do Esclarecimento, diferia da maior parte dos seus companheiros por advogar a difusão das novas doutrinas entre o povo. A atitude geral dos seus contemporâneos, principalmente de Voltaire, era desprezar o homem comum e considerá-lo como um simples labrego sem possibilidade de salvação, dada a sua ignorância e grosseria. Para d'Alembert, porém, a garantia única de progresso residia no esclarecimento universal. Sustentava, por isso, que as verdades da razão e da ciência deviam ser ensinadas às massas, na esperança de que um dia o mundo inteiro pudesse libertar-se do obscurantismo e da tirania.

O renome de Helvetius e de Holbach advém principalmente de suas idéias extremistas sobre o sensacionismo, o materialismo e o mecanicismo. Ambos afirmavam que todas as nossas faculdades mentais, inclusive a própria memória e o juízo, têm suas raízes na

percepção sensorial. Argumentavam que nada existe a não ser a substância física e que os homens diferem dos animais inferiores unicamente por serem mais complexos. Defendendo doutrinas como essas, era inevitável que reduzissem ao mínimo a importância da religião. A seu ver, a fé num Deus pessoal e em recompensas e punições após a morte não tem nenhuma utilidade prática, nem como explicação do mundo nem como base da boa conduta. Helvetius, em especial, sustentava que o interesse próprio, consistente na procura do prazer e na fuga à dor, é um alicerce mais que suficiente para a moral. Acreditava que as más intenções dos homens seriam refreadas pelo temor da represália e que o sentimento de prazer resultante de um ato desinteressado sobrepujaria qualquer elemento de dor. É-lhe freqüentemente atribuída a invenção da famosa frase: "o maior bem do maior número". Holbach foi além de qualquer dos seus contemporâneos no extrair deduções lógicas da teoria do mecanicismo. Ensinava que o universo nada mais é do que matéria perpetuamente em movimento, que nunca teve começo e jamais terá fim. Cada objeto e cada organismo nele contido adquire corpo e forma do contínuo fluxo da matéria. Isso representava uma volta à antiga concepção grega de um universo eterno em constante processo de evolução. Embora o Iluminismo tivesse assumido muito menos importância na Alemanha do que na França ou na Inglaterra, a verdade é que deu origem ali a algumas idéias progressistas. O mais conhecido entre os chefes alemães do movimento é Gotthold Lessing (1.729-81), que foi, sobretudo, dramaturgo e crítico, mas não deixou de ser também um filósofo de concepções humanas e amplas. A essência da sua filosofia é a tolerância, fundamentada na convicção sincera de que nenhuma religião tem o monopólio da verdade. Na sua peça, Natã, o sábio, expunha a idéia de que a nobreza de caráter não tem relação necessária com as crenças teológicas. Sustentava que, historicamente, os homens de espírito caritativo tinham sido tão comuns entre os muçulmanos e judeus como entre os cristãos. Em grande parte por esse motivo, condenava abertamente a adesão a qualquer sistema dogmático, ensinando que o desenvolvimento de cada uma das grandes

religiões mundiais (inclusive o cristianismo) representava simplesmente um passo na evolução espiritual da humanidade. Um dos amigos e discípulos de Lessing tornou-se o principal filósofo judeu do Iluminismo. Referimo-nos a Moisés Mendelssohn (1.729-86), que era um produto doento do gueto da cidade alemã de Dessau. Concordando com Lessing em que as religiões deviam ser julgadas pelos seus efeitos sobre a conduta dos que as adotam, Mendelssohn aconselhava aos seus irmãos de raça a que renunciassem à idéia de serem o Povo Eleito de Deus. Deviam considerar o judaísmo tão-só como uma entre várias religiões boas. Recomendava também que os judeus renunciassem ao seu exclusivismo, que cessassem de ansiar pela volta a Sion e se adaptassem às exigências cívicas dos países em que viviam. Seus ensinamentos, juntamente com os de Moisés Maimonides, o grande racionalista judeu do século XII, figuram entre as principais fontes do que veio a ser conhecido desde então como judaísmo reformista.

Dois outros nomes costumam ser incluídos entre os dos filósofos do Iluminismo: o do escocês David Hume (1.711-76) e o do francês Rousseau (1.712-78). Nenhum dos dois, no entanto, concordava inteiramente com a maioria dos seus contemporâneos. Hume é famoso, sobretudo, pelo seu ceticismo. Erigiu a sua teoria do conhecimento sobre o sensacionismo de Locke, mas foi muito além deste no sentido de reduzir a importância da razão. Segundo Hume, o espírito é um mero feixe de impressões, derivadas exclusivamente dos sentidos e ligadas umas às outras por hábitos de associação. Em outras palavras, aprendemos por experiência a associar o calor ao fogo e a alimentação ao pão. Se nunca tivéssemos experimentado por nós mesmos a sensação de calor, nenhuma faculdade raciocinadora do nosso espírito seria capaz de nos levar à conclusão de que o fogo produz calor. Mas a repetição constante do fato de sentirmos geralmente calor quando vemos uma chama gera o hábito de associar a ambos no nosso espírito. A isso se reduz todo conhecimento. Visto que toda idéia no espírito nada mais é senão a cópia de uma impressão sensorial, segue-se que nada podemos saber das causas finais, da natureza das

coisas ou da origem do universo. Tampouco podemos demonstrar a existência de Deus ou provar a imortalidade da alma. Na verdade, não podemos ter certeza de nenhuma das conclusões da razão, salvo aquelas que, como os princípios matemáticos, possam ser verificadas pela experiência concreta. Todas as outras são provavelmente produtos dos sentimentos e desejos, de impulsos e temores animais. Negando dessa forma a competência da razão, Hume colocava-se quase que inteiramente à margem da principal corrente intelectual do Iluminismo. E, de fato, ajudava a preparar a sua liquidação.

Jean-Jacques Rousseau, do mesmo modo, repudiou muitas das pressuposições fundamentais que vinham de Newton e de Locke. Incurável desadaptado que era, a chafurdar no atoleiro das suas paixões, seria assombroso se Rousseau tivesse defendido as teorias racionalistas do Iluminismo. A neurose parece ter invadido setores inteiros da sua personalidade. Fracassou em quase todas as ocupações a que se dedicou. Pregou sublimes ideais de reforma educacional, mas abandonou os seus próprios filhos num asilo de enjeitados. Brigava com todo mundo e deleitava-se em auto-revelações mórbidas. Foram, indubitavelmente, essas qualidades de temperamento as principais responsáveis pela sua revolta contra as frias doutrinas intelectuais dos seus contemporâneos. Afirmava que adorar a razão como guia infalível da conduta e da verdade é agarrar-se a um caniço quebrado. Certamente a razão tem a sua utilidade, mas não vale como resposta completa. Nos problemas realmente vitais da existência é mais seguro confiar nos sentimentos, seguir os nossos instintos e emoções. Esses são os caminhos da natureza, e por isso levam mais facilmente à felicidade do que as lucubrações artificiais do intelecto. "O homem que pensa é um animal depravado". Mas, não obstante o seu desprezo pela razão, Rousseau em outros aspectos concordava inteiramente com o ponto de vista do Iluminismo. Exaltou a vida do "nobre selvagem" com mais fervor ainda do que qualquer dos seus companheiros. No seu ensaio premiado, Discurso sobre as artes e as ciências, contrasta a liberdade e a inocência do homem primitivo com a tirania e a

perversão da sociedade civilizada, chegando a insistir em que o progresso da cultura é fatal à felicidade humana. Compartilhava a aversão do Iluminismo para com toda sorte de restrições à liberdade individual, embora se interessasse muito mais pela liberdade e igualdade das massas do que os outros reformadores do seu tempo. Considerava a origem da propriedade privada como fonte principal dos infortúnios sociais.

Seria quase impossível fixar os limites da influência de Rousseau. Como o primeiro escritor importante a sustentar a validade das conclusões ditadas pela emoção e pelo sentimento, ele é comumente considerado o pai do romantismo. Ainda cinquenta anos depois da sua morte continuava a Europa banhada em lágrimas literárias e era difícil encontrar um filósofo com bastante coragem para defender a infalibilidade da razão. O seu lema da "volta à natureza" forneceu a base de um verdadeiro culto dedicado à busca de uma vida simples. Tão rapidamente se espalhou a nova moda que acabou por ser adotada pelos afetados cortesãos de Versalhes. Até a rainha planejou uma elegante aldeia rural num canto dos terrenos do palácio e se divertia brincando de leiteira. A influência de Rousseau não se limitou, porém, a fundar o romantismo e a encorajar uma devoção sentimental à natureza. Os seus dogmas da igualdade e da soberania popular, apesar de serem com freqüência, mal interpretados, tornaram-se as divisas dos revolucionários e de milhares de adversários mais moderados do regime dominante. E, como mostraremos no capítulo 21, II volume, foi a filosofia política de Rousseau que forneceu a verdadeira inspiração do ideal moderno do governo da maioria.

Já foram dadas algumas indicações sobre as doutrinas religiosas do Iluminismo, mas é preciso dizer mais sobre este ponto, visto ser a religião um assunto de vital importância para todos os que nesse tempo procuravam remodelar a sociedade. A mais típica filosofia religiosa iluminista foi o deísmo. Seu criador parece ter sido um inglês chamado Lord Herbert de Cherbury (1.583-1.648). No século XVIII as doutrinas deístas foram propagadas por homens como Voltaire, Diderot e Rousseau, na França; Alexander Pope, Lord Bolingbroke e Lord Shaftesbury, na Inglaterra; e Thomas

Paine, Benjamin Franklin e Thomas Jefferson, na América. Não satisfeitos em condenar os elementos irracionais da religião, os deístas passaram a denunciar todas as formas de fé organizada. O cristianismo não foi mais poupado do que as outras. As religiões instituídas eram estigmatizadas como instrumentos de exploração, que astutos velhacos tinham inventado para poderem pilhar as massas ignorantes. Como dizia Voltaire: "o primeiro teólogo foi o primeiro espertalhão que encontrou o primeiro tolo". Os propósitos dos deístas não eram, porém, todos destrutivos. Não se interessavam somente em demolir o cristianismo, mas também em construir uma religião mais simples e mais natural para substituí-lo. Os princípios fundamentais dessa nova religião eram mais ou menos os que se seguem: 1) existe um Deus único que criou o universo e estabeleceu as leis naturais que o regem; 2) Deus não intervém nos negócios dos homens, neste mundo; Ele não é uma divindade caprichosa, como o Deus dos cristãos e dos judeus, que faz "um vaso para a honra e outro para a desonra" segundo a Sua fantasia; 3) orações, sacramentos e ritos não passam de pantomimas inúteis; não é possível embair ou subornar a Deus, levando-o a violar as leis naturais em benefício deste ou daquele indivíduo; 4) o homem é dotado de livre arbítrio para escolher entre o bem e o mal; não há predestinação de alguns para ser salvos e de outros para ser condenados, mas as recompensas e punições na vida futura são determinadas exclusivamente pela conduta de cada um aqui na terra.

Apesar da ingenuidade de muitos dos seus postulados, foi enorme a influência do Iluminismo. Nenhum outro movimento, com exceção talvez do humanismo, contribuiu mais para dissipar as névoas acumuladas de superstição e de coibição ilógica que ainda envolviam o mundo ocidental. O racionalismo iluminista ajudou a quebrar os grilhões da tirania política e a enfraquecer o poder dos padres sem consciência. O seu ideal de liberdade religiosa foi o fator preponderante na ulterior separação entre a igreja e o estado e em libertar os judeus das antigas restrições. O humanitarismo contido no combate à opressão serviu para inspirar a agitação em prol de uma reforma penal e da abolição da escravatura. O desejo

de estabelecer uma ordem social natural contribuiu para que se pleiteasse a extinção dos restos do feudalismo e o fim dos monopólios e privilégios injustos. Se o Iluminismo teve algum mau resultado, foi sem dúvida o desenvolvimento exagerado do individualismo. A libertação da tirania política e religiosa traduzia-se, infelizmente, com demasiada facilidade no direito de satisfazerem os fortes a sua cobiça econômica a expensas dos fracos.

3. DESCOBRIMENTOS CIENTÍFICOS REVOLUCIONÁRIOS

Os principais escopos científicos da Revolução Intelectual seguiram, em geral, as diretrizes traçadas durante a última fase da Renascença. Significa isto que as atenções se concentraram, sobretudo, nas ciências físicas. Os primeiros descobrimentos de monta verificaram-se no campo da matemática e da física. No começo do século XVII René Descartes inventou a geometria analítica, uma fusão da geometria e da álgebra. Logo depois surgiu o desenvolvimento do cálculo infinitesimal por Sir Isaac Newton e Gottfried Wilhelm Leibniz (1.646-1.716). Compreendendo a análise matemática das quantidades sujeitas a variação contínua, o cálculo é um instrumento essencial de cômputo na engenharia e nos ramos superiores da mecânica.

Indubitavelmente, o físico mais ilustre da Revolução Intelectual foi Sir Isaac Newton. Como já foi salientado, as suas conclusões orientaram o pensamento filosófico durante uma centena de anos. Sua influência no campo científico foi ainda mais duradoura. A física newtoniana permaneceu virtualmente incontestada até o século XX. Foi em 1.687 que Newton publicou a sua famosa lei da gravitação universal. Baseada em parte nos trabalhos de Galileu, essa lei estabelecia um só princípio unificador para todo o mundo material. Afastava, ademais, todas as dúvidas quanto à validade da hipótese copernicana e colocava o estudo da mecânica celeste sobre sólidas bases científicas. As pesquisas de Newton na física

não se limitaram, porém, ao problema da gravitação. Organizou uma série de tábuas, de enorme valor para a navegação, por meio das quais podiam ser previstas com exatidão as sucessivas posições da lua entre as estrelas. Suas contribuições no terreno da análise espectral, e especialmente a conclusão de que as cores do arco-íris resultam da decomposição da luz branca, levaram ao descobrimento posterior de que todas as gradações de luz provêm de diferenças na estrutura atômica. Newton compartilha com Galileu a honra de ser o pai da física moderna.

Durante a Revolução Intelectual foram feitos alguns progressos preliminares no tocante à compreensão dos fenômenos elétricos. No começo do século XVII o inglês William Gilbert descobriu as propriedades do ímã e introduziu na língua a palavra "eletricidade". Outros cientistas logo se interessaram pelo assunto e resultados sensacionais foram previstos para os experimentos feitos com o maravilhoso "fluido". Um douto jesuíta chegou a sugerir que duas pessoas poderiam comunicar-se à distância por meio de agulhas magnéticas que apontassem simultaneamente para letras idênticas do alfabeto. Um trabalho de maior vulto foi realizado por Stephen Gray (morto em 1.736) e Charles Dufay (1.698-1.739), os quais descobriram que as substâncias diferem umas das outras em condutividade e que existem duas espécies de eletricidade, a positiva e a negativa. No fim do século XVIII, Alexandre Volta (1.745-1.827) construiu a primeira pilha e provou a identidade entre o "magnetismo animal" e a eletricidade. Outro feito de grande importância nesse campo da física foi a invenção, em 1.746, da garrafa de Leyde para armazenar energia elétrica. Baseando-se principalmente nessa invenção, Benjamin Franklin pôde demonstrar que o raio e a eletricidade são idênticos. Na sua famosa experiência do papagaio, em 1.752, conseguiu, durante uma trovoada, carregar uma garrafa de Leyde com a eletricidade atmosférica.

Quase tão espetacular quanto o progresso da física foi o desenvolvimento da química. Se algum cientista pode ser considerado o fundador da química moderna, esse título cabe a Robert Boyle (1.627-91). Filho de um nobre irlandês, Boyle tornou-

se célebre em 1.661 com a publicação da sua obra O Químico Cético, ou Dúvidas e Paradoxos Químico-físicos. Refutava nesse livro não só as teorias dos alquimistas, mas também as dos médicos-químicos que seguiam a orientação de Paracelso. Contribuiu muito, desse modo, para dar à química o caráter de uma ciência pura. Além disso, Boyle estabeleceu a distinção entre uma mistura e um composto, aprendeu muita coisa sobre a natureza do fósforo, extraiu álcool da madeira, sugeriu a idéia dos elementos químicos e reviveu a teoria atômica. Nenhum cientista antes dele havia antecipado de forma tão notável os conhecimentos da química moderna.

A despeito dos trabalhos de Boyle, durante perto de cem anos a química quase não fez novos progressos. A razão disso residia, em parte, na ampla aceitação de idéias errôneas no tocante a assuntos como o calor, a chama, o ar e a combustão. O mais comum desses erros era a chamada teoria flogística. O "flogisto" passava por ser o princípio ativo ou substância mística do fogo, que fazia com que a chama ardesse e queimasse combustível. Na segunda metade do século XVIII ocorreram importantes descobrimentos que destruíram por fim essa teoria e abriram caminho para a interpretação exata de algumas das reações químicas mais familiares. Primeiro surgiu o descobrimento, feito por Joseph Black mais ou menos em 1.755, de que um gás se desprende durante a combustão da pedra calcária, gás que ele provou ser oriundo da própria pedra e não do fogo. Chamou "ar fixo" a essa emanção, que mais tarde se verificou ser dióxido de carbono. Em 1.766, Henry Cavendish, um dos homens mais ricos da Inglaterra, comunicou ter descoberto um novo tipo de gás obtido mediante o tratamento do ferro, do zinco e de outros metais pelo ácido sulfúrico. Cavendish mostrou que esse gás, atualmente conhecido como hidrogênio, não podia por si mesmo alimentar a combustão, e, contudo, era rapidamente consumido pela chama em contato com o ar. Em 1.774 o oxigênio foi descoberto por Joseph Priestley, que durante alguns anos havia aproveitado os seus lares de ministro da igreja unitária para realizar alguns importantes experimentos no campo das ciências naturais.

Verificou que uma vela queimava com extraordinário vigor quando colocada dentro do novo gás - o que indicava claramente que a combustão não era determinada por qualquer princípio misterioso inerente à própria chama. Alguns anos após esse descobrimento, Cavendish demonstrou que o ar e a água, considerados desde a antiguidade como elementos, são respectivamente uma mistura e um composto, sendo o primeiro formado de oxigênio e nitrogênio e a segunda, de oxigênio e hidrogênio.

O golpe final na teoria flogística foi vibrado por Antoine Lavoisier (1.743-94), um dos maiores cientistas da Revolução Intelectual, chamado por alguns "o Newton da química". Lavoisier demonstrou que combustão e respiração não são mais do que formas de oxidação, a primeira rápida e a segunda lenta. Deu nome ao oxigênio e ao hidrogênio, demonstrou que o diamante é uma forma de carbono e afirmou ser a própria vida, em essência, um processo químico. Mas o seu maior feito foi, sem dúvida, o ter criado a química quantitativa graças ao seu descobrimento da lei da conservação da matéria. Encontrou prova de que "embora a matéria possa mudar de estado numa série de reações químicas, a sua quantidade não se altera, conservando-se a mesma no fim como no começo de cada operação, o que se pode verificar por meio de pesagens". Lavoisier morreu na guilhotina com a idade de 51 anos, vítima do Terror na Revolução Francesa.

Apesar de terem sido as ciências físicas as que receberam maior atenção durante a Revolução Intelectual, as ciências biológicas não foram de modo algum descuradas. Um dos maiores entre os biólogos seiscentistas foi Robert Hooke (1.651-1703), o primeiro homem a ver e descrever a estrutura celular das plantas. Esse feito foi seguido a breve trecho pelos trabalhos de Marcelo Malpighi (1.628-94), que demonstrou a sexualidade das plantas e comparou a função das folhas com a dos pulmões dos animais. Mais ou menos na mesma época um fabricante holandês de microscópios, Anton van Leeuwenhoek (1.632-1.723), descobriu os protozoários e as bactérias e fez a primeira descrição do espermatozóide humano. O século XVII também assinalou alguns progressos em embriologia. Por volta de 1.670 um médico

holandês, Jan Swammerdam, descreveu minuciosamente a história da vida de certos insetos, desde o estado de larva até a maturidade, e comparou a transformação do girino em rã ao desenvolvimento do embrião humano.

Sob muitos aspectos, o fim do século XVII pareceu marcar o declínio da originalidade nas ciências que tratam dos seres vivos. Durante os seguintes cem anos os biólogos tenderam cada vez mais a concentrar os seus esforços na descrição e classificação dos conhecimentos já adquiridos. O mais brilhante classificador dos conhecimentos biológicos foi Carl von Linné, um cientista sueco (1.707-78), mais comumente conhecido pelo seu nome latinizado de Lineu. Nas suas obras *O sistema da natureza* e *Filosofia botânica*, Lineu dividiu todos os seres naturais em três reinos: mineral, animal e vegetal. Cada um desses reinos foi por ele subdividido em classes, gêneros e espécies. Inventou o sistema de nomenclatura biológica ainda em uso, no qual cada animal ou planta é designado por dois nomes científicos, o primeiro dos quais denota o gênero e o segundo, a espécie. Desse modo, chamou ao homem *Homo sapiens*. Embora alguns condenassem Lineu pela presunção de dar nomes novos aos animais que Adão já havia denominado, a sua classificação foi amplamente adotada, mesmo no tempo dele. Malgrado certos defeitos, que foi preciso corrigir, essa classificação ainda conserva o seu valor. Lineu também é importante por ter admitido que o número das espécies não foi necessariamente fixado ao tempo da Criação. Sugeriu, até, que os botânicos bem poderiam dedicar os seus talentos à produção de novas plantas por meio do cruzamento de espécies diferentes.

O segundo grande gênio da biologia descritiva no século XVIII foi o francês Buffon (1.707-88). Sua obra *História natural*, em 44 volumes, embora pretendendo ser praticamente uma síntese de toda a Ciência, tratava, sobretudo, dos animais e do homem. Grande parte do material dessa obra era extraída dos trabalhos de outros cientistas ou de narrativas de viajantes, mas o autor revelava uma habilidade incomparável em sistematizar um vasto conjunto de conhecimentos e em enriquecê-lo com as suas

brilhantes interpretações pessoais. O principal mérito de Buffon está em ter reconhecido a íntima relação entre o homem e os animais superiores. Posto que nunca se tenha resolvido a aceitar a teoria evolutiva com todas as suas conseqüências, não deixava de sentir-se fortemente impressionado pelas extraordinárias semelhanças que notava, sem exceção, entre as espécies superiores. Pensava que o homem, o cavalo, o jumento e os macacos podiam todos ser considerados membros de uma só família e admitia a possibilidade de que o conjunto inteiro das formas orgânicas tivesse descendido de um único tipo primordial.

O desenvolvimento da fisiologia e da medicina progrediu um tanto vagarosamente durante o século XVII. As razões disso parecem ter sido diversas. Uma delas foi o preparo insuficiente dos médicos, muitos dos quais começavam a sua carreira profissional quase sem outro adestramento que não fosse uma espécie de aprendizado sob a orientação de um clínico mais velho. Outro motivo foi o descrédito geral de que era alvo a cirurgia, tida como mero ofício, qual o de barbeiro ou o de ferreiro. Talvez o mais sério de todos os obstáculos fosse o preconceito contra a dissecação de cadáveres humanos para estudo anatômico. Ainda em 1.750, as escolas de medicina onde isso se praticava corriam o risco de ser destruídas pelas multidões furiosas. A despeito de tais obstáculos, foi possível realizar alguns progressos. Por volta de 1.680, Malpighi e Leeuwenhoek confirmaram o famoso descobrimento de Sir William Harvey observando diretamente o fluxo do sangue através da rede de capilares que ligam as artérias às veias. Mais ou menos ao mesmo tempo, Thomas Sydenham, um eminente médico de Londres, propunha uma nova teoria da febre como uma tentativa da natureza para expelir matérias mórbidas do organismo. Em sua essência, a teoria é ainda geralmente aceita; certas descobertas recentes a confirmam, mesmo, de modo positivo.

Os progressos da medicina durante o século XVIII foram um tanto mais rápidos. Entre as conquistas mais notáveis estão o descobrimento da pressão sanguínea, o início da histologia ou anatomia microscópica, a aquisição de alguns conhecimentos

sobre a química da digestão, o desenvolvimento da autópsia como auxiliar do estudo das moléstias e a identificação da escarlatina como doença diferente da varíola e do sarampo. Mas os grandes marcos do progresso da medicina nesse período foram a adoção da inoculação e o desenvolvimento da vacinação contra a varíola. O conhecimento da inoculação originou-se no Oriente Próximo, onde vinha sendo empregada havia muito pelos muçulmanos. A notícia sobre essa prática foi transmitida à Inglaterra em 1.717 pelas cartas de Lady Montagu, esposa do embaixador britânico na Turquia. No entanto, a primeira aplicação sistemática do processo no mundo ocidental deveu-se aos esforços dos grandes chefes puritanos, Cotton e Increase Matter, que imploraram aos médicos de Boston inoculassem os seus pacientes, na esperança de sustar uma epidemia de varíola que se manifestara em 1.721. Nos meados do século, a inoculação passara a ser geralmente empregada pelos médicos da Europa e da América. Em 1.796 um método mais brando de vacinação foi descoberto por Edward Jenner, o qual mostrou ser desnecessária a inoculação direta de seres humanos com o vírus mortífero da varíola: uma vacina fabricada no corpo de um animal podia ser tão eficiente quanto ela e tinha muito menos probabilidade de acarretar resultados desastrosos. Vastas perspectivas eram assim abertas para a eliminação de moléstias contagiosas.

De todas as principais ciências dos nossos dias, a única que realmente surgiu durante a Revolução Intelectual foi a geologia. Até então as teorias sobre a evolução da terra tinham estado subordinadas em grande parte à física e à astronomia. O primeiro cientista que dedicou atenção exclusiva ao estudo sistemático das rochas, com o fim de compreender a história do nosso planeta, foi James Hutton. Em 1.785 comunicou ele as suas conclusões à Sociedade Real de Edimburgo numa memória intitulada Teoria da terra. Foi nessa obra que formulou de modo completo a sua famosa hipótese "uniformitarista", que desde então tem constituído a base da geologia. Essa hipótese estabelece que os processos geológicos do passado foram essencialmente os mesmos que os atuais. Do mesmo modo como a terra está sendo, em nossos dias,

lentamente modificada pela ação dos rios, dos ventos, das perturbações internas e outras causas semelhantes, assim também foi constantemente alterada por agentes análogos nas mais remotas épocas do passado. Era essa uma conclusão verdadeiramente revolucionária, pois equivalia a refutar a afirmação bíblica de que a terra foi criada, em sua forma atual, no espaço de uns poucos dias.

4. O CLASSICISMO NA ARTE E NA LITERATURA

Se algum objetivo dominante se pode distinguir na arte e na literatura dos séculos XVII e XVIII, é o desejo de preservar ou de recapturar o espírito da Grécia e da Roma antigas. Os artistas e escritores da Revolução Intelectual esforçaram-se por imitar os modelos clássicos. Escolhiam títulos e temas clássicos para as suas obras e aformoseavam-nas, sempre que possível, com alusões à mitologia antiga. Deplorando a destruição da civilização antiga pelos "bárbaros cristãos", não podiam dar grande valor às realizações culturais dos séculos posteriores. Desprezavam em particular a Idade Média como uma longa noite de ignorância e barbarismo. Sem dúvida a maior parte deles teria concordado com a frase de Rousseau, segundo a qual as catedrais góticas "eram uma vergonha para os que tiveram a paciência de construí-las". Em todas essas atitudes, os homens da Revolução Intelectual estavam seguindo as pegadas dos humanistas. A devoção para com as conquistas da antiguidade clássica era, pelos menos, um dos elementos importantes da cultura renascentista que ainda não morrera. Não se deve esquecer, contudo, que o classicismo dos séculos XVII e XVIII não era, de modo algum, exatamente o mesmo que o dos humanistas. Por via de regra, foi muito mais sentimental, grandioso e extravagante. Além disso, era menos sincero, visto que servia amiúde para glorificar monarcas cínicos e os seus cortesãos frívolos e corruptos. Por fim, o classicismo tinha passado a ser um tema talvez ainda menos universal do que o fora na época da Renascença. Um certo número de grandes artistas e

escritores dos séculos XVII e XVIII procuraram escapar inteiramente a essa influência.

As principais artes que se desenvolveram na época da Revolução Intelectual foram a arquitetura e a pintura. A escultura deixou de ser uma arte independente, como o fora na Renascença, tendo sido relegada à sua função anterior de mera auxiliar na decoração de edifícios. O estilo dominante da arquitetura do século XVII foi o chamado barroco. Originário da Itália difundiu-se pela França, Inglaterra e Espanha e acabou sendo adotado nas igrejas, palácios, teatros líricos, museus e edifícios públicos de todos os países ocidentais. Ainda hoje, nas capitais européias, os nossos olhos deparam com eles para onde quer que se dirijam. Entre os monumentos célebres desse estilo, ainda existentes, contam-se o palácio do Luxemburgo e os palácios maiores de Versalhes, na França, a catedral de São Paulo em Londres, os edifícios públicos de Viena e Bruxelas e os palácios dos czares em Peterhof, perto de Leningrado, na Rússia. Os mais notáveis arquitetos do barroco foram Giovanni Bernini (1.598-1.680), que projetou a colunata e a praça fronteira à igreja de São Pedro, em Roma, e Sir Christopher Wren (1.632-1.723), cuja obra-prima foi a catedral de São Paulo. O estilo barroco passava por ser baseado na arquitetura da Roma antiga, mas era muito mais exuberante do que qualquer coisa produzida pelos romanos. Suas características principais eram a grandeza excessiva, a artificialidade, a ornamentação extravagante e o amplo uso de elementos clássicos como a coluna, a cúpula e representações escultóricas de cenas mitológicas. Era tal a abundância de detalhes decorativos acrescentados à superfície dos edifícios que estes davam muitas vezes a impressão de terem sido esculpidos, como os altares das igrejas medievais. Uma paixão semelhante pelo esplendor e pela magnificência refletia-se no enriquecimento dos interiores com dourados e prateados, espelhos cintilantes e mármore coloridos. Em seu conjunto, a arquitetura barroca pode ser considerada como um símbolo da ascensão de poderosos estados dinásticos e do interesse absorvente pelo luxo, engendrado pela Revolução Comercial.

Durante o século XVIII o pesado e pomposo estilo arquitetônico da época de Luís XIV cedeu o lugar a novas adaptações do clássico. A primeira que se desenvolveu foi a arquitetura rococó, na França, assim chamada devido às fantásticas volutas e desenhos de conchas que, com frequência, eram empregados na decoração. O rococó diferia do barroco não só por ser mais leve, mas também pela impressão de graça e de suntuoso refinamento que pretendia criar. Em lugar da luta pelo poder dinástico e pelo império colonial, eram agora a indolente despreocupação e as maneiras elegantes da corte de Luís XV que davam o tom à sociedade francesa. Parecia ser necessária uma arquitetura mais delicada e efeminada para acompanhar essa mudança. Exemplos famosos de estilo rococó são o Petit Trianon, de Versalhes (no qual ainda se vê o mecanismo pelo qual a mesa de jantar de Luís XV subia por uma abertura do assoalho), e o palácio de Sans Souci, em Potsdam, construído por Frederico o Grande. Nos meados do século XVIII manifestou-se uma reação contra o rococó e o barroco e fizeram-se esforços para produzir uma imitação mais verídica e menos florida do clássico. Os melhores resultados foram conseguidos, talvez, na Inglaterra e nas colônias americanas, com o desenvolvimento do chamado estilo georgiano, conhecido deste lado do oceano como arquitetura colonial. Embora o georgiano conservasse alguns elementos do barroco - as colunas, as águas-furtadas e algumas vezes a cúpula - ele tinha ao menos o mérito clássico da simplicidade.

A evolução da pintura durante os séculos XVII e XVIII acompanhou de certo modo a da arquitetura. Os maiores pintores que podem ser considerados como expoentes da tradição barroca são os flamengos Peter Paul Rubens (1.577-1.640) e Anthony van Dyck (1.599-1.641), e o espanhol Diego Velázquez (1.599-1.660). Rubens não foi apenas o mais genial dos três, mas também o maior de todos os pintores flamengos. Em obras famosas como *As Parcas fiando* e *Vênus e Adônis* combinou ele temas clássicos com a cor suntuosa e a opulência tão do agrado dos ricos burgueses e nobres do seu tempo. A carne rosada e as formas arredondadas dos seus exuberantes nus estão em perfeita

consonância com a vitalidade robusta da época. Tanto Rubens como o seu bem-dotado aluno Anthony van Dyck são célebres pelos seus retratos de governantes e nobres. Esses retratos foram pintados dentro de uma maneira altamente aristocrática, dando-se pleno realce aos aparatosos detalhes do vestuário elegante e aos magníficos acessórios do fundo. Os mais conhecidos retratos de van Dyck são os dos reis ingleses Jaime I e Carlos I e de suas famílias. Velásquez, o terceiro grande artista da tradição barroca, foi o pintor da corte de Filipe IV da Espanha. Grande parte da sua obra consiste em representações de cabeças reais banhadas por uma luz suave e prateada, mas vazias de significado ou de expressão emocional.

Também para o estilo rococó da arquitetura se pode encontrar um equivalente na pintura. Isto se aplica, sobretudo, à França, onde vários artistas, sob a influência de Antoine Watteau (1.684-1.721) e François Boucher (1.703-70), levaram ao extremo a tradição de elegância aristocrática. Suas obras eram sentimentais, decorativas e muitas vezes frívolas - qualidades que as tornavam admiravelmente adaptadas para adornar os arrebitados palácios dos reis e dos nobres. Tendências de certo modo semelhantes são reveladas por grande parte das pinturas produzidas na Inglaterra durante o século XVIII. Os retratos de Sir Joshua Reynolds (1.723-92) e de Thomas Gainsborough (1.727-88) não só eram elegantes e sentimentais, mas amiúde chegavam a ser artificiais até a falsidade. Empenhavam-se em representar os mais apagados membros da aristocracia inglesa como distintas e esclarecidas eminências sociais e por vezes retrataram damas comuns da corte em impressionantes poses clássicas - como, por exemplo, os quadros de Sir Joshua Miss Emily Potts como Taís e Miss Siddons como a Musa da Tragédia. Em abono de Gainsborough deve-se dizer, no entanto, que ele não se limitou a pintar retratos de clientes ricos; também se distinguiu na pintura de paisagens, em que revela considerável sentimento dos aspectos variáveis da natureza.

Todos os pintores até agora mencionados foram, de certo modo, expoentes da influência clássica. Houve, porém, outros, tanto num

como no outro século, que não se deixaram agrilhoar pelas convenções artísticas dominantes. O mais notável dentre eles foi Rembrandt van Rijn (1.606-69), hoje universalmente aclamado como um dos maiores pintores de todos os tempos. Filho de um moleiro abastado de Leyde, Rembrandt pôde começar bem jovem a sua educação artística. Sob a orientação de uma série de mestres nativos aprendeu a técnica do colorido sutil e da representação hábil do que é raro na natureza. Famoso aos vinte e cinco anos, mais tarde enfrentou maus dias, mormente em consequência da má colocação do seu dinheiro e da incompreensão com que as suas obras mais profundas foram recebidas pela crítica. Em 1.656 foi despojado pelos credores de tudo que possuía, até das toalhas de mesa, e expulso da sua própria casa. Esses reveses parecem ter servido principalmente para alargar-lhe e aprofundar-lhe a filosofia, pois no mesmo ano Rembrandt produziu algumas das suas maiores obras. Como pintor, ele sobrepujou a todos os demais membros da escola holandesa e merece ser equiparado aos grandes mestres da Renascença italiana. Nenhum outro artista teve uma compreensão mais aguda dos problemas e provações da natureza humana ou mais intensa percepção dos mistérios da vida. Seus retratos, inclusive os auto-retratos, estão imbuídos de uma qualidade introspectiva e da sugestão de que nem tudo foi expreso. Os assuntos que gostava de pintar não eram os incidentes da mitologia clássica, mas rabinos solenes, mendigos esfarrapados e cenas do Velho e do Novo Testamento, ricas de dramaticidade e de interesse humano. Entre as suas obras mais conhecidas contam-se O Bom Samaritano, A mulher Adúltera, As Bodas de Sansão e A Ronda Noturna.

Dois outros notáveis artistas do período da Revolução Intelectual afastaram-se também muitíssimo das tradições clássicas. O primeiro foi o holandês Frans Hals (1.580-1.666) e o segundo o espanhol Francisco Goya (1746-1.828). Como o seu grande contemporâneo Rembrandt, Hals insistia em escolher os assuntos de seu agrado sem indagar se eles se conformavam ou não com as idéias dos críticos elegantes. A maior parte de suas obras são

retratos realistas. Adorava pintar o sorriso imbecil dos bebedores das tavernas, o entusiasmo ingênuo dos atores e cantores ambulantes ou a dor confusa de algum miserável pária espesinhado pela sociedade. Goya não foi apenas um rebelado contra os padrões artísticos aceitos, mas também um revolucionário político e social. Detestava a aristocracia, desprezava a igreja e ridicularizava a hipocrisia da sociedade respeitável. Reservava, porém, o seu mais profundo desprezo para a monarquia absoluta. O seu Carlos IV a Cavallo foi chamado "o mais impudente retrato de rei que já se pintou". Goya também fez uso dos seus talentos para denunciar a crueldade da guerra, especialmente durante o período em que a Europa foi devastada pelos exércitos de Napoleão.

A história da literatura dos séculos XVII e XVIII revela tendências perfeitamente harmonizadas com as da arte. O ideal literário predominante era o classicismo, que em geral significava não só a imitação premeditada das formas clássicas, mas também uma ardente devoção pela razão como filosofia de vida, na suposição de que os gregos e romanos tivessem sido antes de mais nada racionalistas. Embora o classicismo não se tenha limitado a um país só, o seu principal centro foi a França. Ali viveu, durante o reinado de Luís XIV, um brilhante grupo de poetas e dramaturgos que deram mais glória autêntica ao seu país do que jamais o fizeram os audazes feitos diplomáticos e guerreiros do Grande Monarca. Os membros mais famosos desse grupo são Jean de La Fontaine (1.621-95), Pierre Corneille (1.606-84), Jean Racine (1.639-99) e Jean-Baptiste Poquelin (1.622-73), muito mais conhecido pelo seu pseudônimo de Molière. O trabalho desses escritores mostrava, em grande parte, qualidades semelhantes às do barroco na arte: o estilo era decorativo, empolado, afetado e artificial, deixando transparecer, em geral, a tendência de subordinar o conteúdo à forma. O poeta mais talentoso do grupo foi La Fontaine, célebre pelas suas Fábulas, em que os hábitos de vários animais servem para sugerir e muitas vezes para satirizar os característicos humanos, mais ou menos à maneira do clássico Esopo. Os outros três foram dramaturgos. Corneille e Racine

escreveram grandiosas tragédias baseadas no que pensavam ser os princípios da Poética de Aristóteles, mas exaltando ao mesmo tempo o ideal seiscentista do francês que segue a orientação da razão e molda o seu próprio destino pela força da vontade. Molière, de todos o menos respeitador do formalismo antigo, foi o mais original dos comediógrafos franceses. Poucos críticos da natureza humana existiram tão penetrantes como ele. "A missão da comédia", disse certa vez, "é representar em geral todos os defeitos dos homens, e em particular dos homens do nosso tempo". A fraqueza humana que ele mais gostava de ridicularizar era a pretensão - a toda vaidade dos arrivistas que afetam uma cultura acima da sua inteligência ou a pomposidade dos médicos ignorantes que se arrogam uma competência infalível. Mas com toda a sua propensão para a sátira, Molière sentia certa piedade diante dos infortúnios humanos. Em algumas de suas peças a simpatia e até a melancolia dão as mãos à finura de espírito e ao sarcasmo cortante. Seu gênio tinha, talvez, uma amplitude maior do que o de qualquer outro dramaturgo depois de Shakespeare.

A Inglaterra conheceu também uma exuberância de produções literárias em estilo clássico. O primeiro grande mestre desse estilo aplicado à literatura inglesa foi o famoso poeta puritano John Milton (1.608-74). Milton, o principal filósofo da revolução puritana, escreveu a defesa oficial da decapitação de Carlos I e mais tarde ocupou o cargo de secretário das línguas estrangeiras sob o Commonwealth de Cromwell. Quase todas as suas obras adotam a fraseologia rica e majestosa da tradição clássica, ao mesmo tempo que muitos dos trabalhos menores giram em torno de temas extraídos da mitologia clássica. Milton não era, porém, menos puritano do que classicista. Nunca pôde desfazer-se da idéia de que a essência da beleza é a moralidade. O seu *Comus* termina com a severa advertência: "Amai a virtude, só ela é livre". Além disso, interessava-se profundamente pelos problemas teológicos. Sua maior obra, o *Paraíso Perdido*, é uma síntese das crenças religiosas da época em que viveu e uma epopéia majestosa da fé protestante. Mas, embora puritano, as idéias por ele externadas nessa obra distanciam-se grandemente do dogma calvinista. Seus

temas principais são: a responsabilidade moral do indivíduo e a importância do saber como instrumento da virtude. O homem perde constantemente o paraíso na vida por permitir que a paixão triunfe sobre a razão como inspiradora dos seus atos. Milton também jogou aos ventos a doutrina calvinista na sua Areopagítica, talvez a mais eloqüente defesa, em língua inglesa, da liberdade de pensamento.

O classicismo na literatura inglesa atingiu o zênite no século XVIII com a poesia de Alexander Pope (1.688-1.744) e com as obras de um grupo de mestres da prosa. Pope foi o maior expoente em verso das doutrinas mecanicistas e deístas do Iluminismo. Em trabalhos como o Ensaio sobre o homem e o Ensaio sobre a crítica, expõe a opinião de que a natureza é governada por leis inflexíveis e de que o homem deve estudar e seguir a natureza se quiser introduzir um pouco de ordem nos assuntos humanos. Os principais mestres da prosa que escreveram sob a influência do classicismo foram o jornalista e escritor de ficção popular Daniel Defoe (1.660-1.731), o satirista Jonathan Swift (1.667-1.745), o filósofo cético David Hume (1.711-76) e seu contemporâneo idealista, o bispo Berkeley (1.685-1.753); e, por fim, o historiador Edward Gibbon (1.737-94), autor da obra Declínio e queda do Império Romano.

A época do classicismo na prosa inglesa também assistiu ao nascimento do romance moderno. A nova forma literária fora de certo modo antecipada pelo Robinson Crusoé de Daniel Defoe, história imaginária baseada nas aventuras de um marinheiro naufragado que passara cinco anos numa desolada ilha ao largo da costa do Chile. Mas o verdadeiro romance moderno, com o seu enredo mais ou menos complexo de comportamento humano e a sua análise da vida e do amor, surgiu da obra de Samuel Richardson (1.689-1.761) e Henry Fielding (1.707-54). Em 1.740 Richardson publicou o seu trabalho Pâmela, ou A virtude Recompensada, um intrincado e pedantesco relato das tentativas de um certo Mr. B. para seduzir a sua virtuosa criada. Nove anos depois foi publicada o livro de Fielding, A história de Tom Jones, aclamado por alguns críticos como a maior novela da língua

inglesa. Rico de humor e encerrando uma colorida descrição de maneiras e costumes, é também isento do sentimentalismo das obras de Richardson. As novelas de Richardson e Fielding forneceram a inspiração de muitas outras, não só na Inglaterra, mas também no continente europeu.

Num trecho anterior deste capítulo vimos que a filosofia racionalista e mecanicista do Iluminismo fora seguida de uma reação romântica, expressa em primeiro lugar pelos ensinamentos de Rousseau. Veremos agora que um desenvolvimento quase idêntico ocorreu na literatura. A partir de cerca de 1.750, manifestou-se uma reação contra o intelectualismo e o formalismo pomposo próprios da tradição clássica. Um grupo de escritores reclamou então a volta à simplicidade e ao naturalismo, atendendo-se menos ao homem como criatura racional do que aos seus instintos e sentimentos. Já não era considerado desairoso para o poeta mostrar simpatia, piedade ou qualquer das suas emoções mais profundas; o coração devia governar a cabeça, pelo menos todas as vezes que entrassem em jogo problemas vitais para a felicidade humana. A natureza deixou de ser encarada como uma máquina fria e automática e passou a ser adorada como a corporificação da beleza, da sublimidade e do encanto, ou ternamente venerada como fonte de proteção e de consolo. Deus deixou de ser uma mera Causa Primeira e começou a ser identificado com o próprio universo ou misticamente adorado como a alma da natureza. Ainda outro elemento do ideal romântico foi a glorificação do homem comum, muitas vezes acompanhada de uma generosa compaixão pelo fraco e pelo oprimido. Embora parte dessa simpatia pelos humildes estivesse implícita no humanitarismo iluminista, a maioria dos líderes desse movimento tinham diminuto respeito pelas massas. Sob a influência do romantismo, o vaqueiro e o camponês humilde ocuparam na literatura o lugar que havia muito lhes era devido.

Embora o romantismo literário da França tivesse suas raízes, em obras sentimentais como o Emílio e A nova Heloísa de Rousseau, foi na Grã-Bretanha e na Alemanha que o movimento se desenvolveu de maneira mais vigorosa. Entre os poetas

românticos do século XVIII na Inglaterra, podem ser citados: Thomas Gray (1.716-71), autor da Elegia escrita num cemitério campestre, e, até certo ponto, Oliver Goldsmith (1.728-64), que celebrou a inocência rústica de Auburn, "a mais linda aldeia da planície". O mais original de todos, no entanto, foi o escocês Robert Burns (1.759-96). Nos seus versos singelos, escritos em dialeto, receberam a mais delicada expressão o sentimento romântico da natureza e a simpatia pelo homem comum. Nenhum escritor inspirou maior ternura pelas coisas mais humildes da terra ou encheu a humanidade de um respeito mais profundo para com aqueles que labutam pelo seu pão. Além disso, Burns não teve igual entre os poetas do seu tempo no combinar um patético extraordinário com uma delicada nota de humor. Possuía o raro dom de ser apaixonadamente ardente sem ser solene. Nos derradeiros anos do século XVIII, dois outros poetas românticos iniciaram a sua atividade literária em terra inglesa. Chamavam-se William Wordsworth e Samuel Taylor Coleridge. Mas, como ambos produziram a maior parte de suas obras já no século XIX, seu estudo ficará melhor num capítulo posterior. O movimento romântico na literatura alemã desenvolveu-se sob a brilhante orientação de Friedrich Schiller (1.759-1.805) e Johann Wolfgang von Goethe (1.749-1.832). Schiller cresceu durante o período do Sturm und Drang (Tempestade e Luta), quando os escritores em toda a Alemanha atacavam as restrições e convenções e tentavam libertar da dominação estrangeira a cultura de sua pátria. Em consequência, o seu romantismo em geral abrangeu como elementos principais a idealização dos feitos heróicos e a glorificação das lutas pela liberdade. Embora algumas de suas peças estejam penetradas de um forte individualismo, em particular Os salteadores e A donzela de Orleans, a concepção que Schiller tinha da liberdade parece ter sido intimamente aparentada com o nacionalismo. Isto se revela de forma bem clara em Guilherme Tell, um drama da luta dos suíços contra a tirania austríaca. O interesse pelo destino pessoal do herói é aí muito nitidamente subordinado à questão mais vasta da independência nacional. Algumas vezes o herói chega até a aparecer sob um

aspecto bem desfavorável. Essa faceta nacionalista da obra de Schiller foi, provavelmente, a que maior influência teve sobre os escritores alemães posteriores.

O maior nome da história da literatura alemã é indubitavelmente o do contemporâneo mais velho de Schiller, Johann Wolfgang von Goethe. Os dois homens conviveram durante alguns anos na corte do Duque de Weimar. Nascido em Francforte no seio de uma família abastada, Goethe preparou-se para a carreira do direito, mas não tardou a descontentar-se com os limites do conhecimento nessa profissão. Seu espírito infatigável levou-o ao estudo da medicina e depois ao das belas-artes e das ciências naturais. Chegou até a explorar as profundezas da alquimia e da astrologia; nesse meio tempo, contudo, prosseguia os seus trabalhos literários, que havia iniciado aos dezesseis anos. Sua primeira obra importante é *As mágoas do jovem Werther*, novela romântica sobre um moço perdido de amor que se mata com a pistola do seu rival e amigo. Escrita num estilo sentimental e impetuoso, alcançou enorme popularidade não só na Alemanha mas também na Inglaterra e na França. Embora o autor pretendesse aparentemente exprimir a idéia de que a fraqueza de caráter é o maior de todos os pecados, a obra veio a ser considerada como o símbolo de um profundo descontentamento com o mundo e como base de uma ardente revolta. Em 1.790, Goethe publicou a primeira parte do seu drama *Fausto*, que finalmente completou em 1.831, um ano antes de morrer. Universalmente reconhecido como a maior obra de Goethe, o *Fausto* não só enfeixa a filosofia pessoal deste, mas também exprime o espírito dos tempos modernos como poucas obras o fizeram. A primeira parte reflete um pouco da qualidade de rebelião do *Sturm und Drang*, mas na segunda cresce a convicção de que não é suficiente libertar-se das imposições; o indivíduo precisa continuar na busca incessante do domínio de todos os conhecimentos e do enriquecimento da vida através de uma experiência ilimitada. Considerado em conjunto, o drama é um símbolo de perpétua inquietação, desse anseio jamais satisfeito pela plenitude da vida, que se tornou um dos traços mais característicos da civilização moderna.

5. A MÚSICA NOS SÉCULOS XVII E XVIII

Como já observamos em capítulo precedente, o século XVI marcou a culminância de uma era de evolução musical caracterizada por maciças obras corais de estrutura polifônica. O século XVII, por contraste, foi, sobretudo, um período de transição, patenteando várias tendências experimentais que alcançaram um rico amadurecimento no século XVIII. O primeiro fator de importância fundamental da nova era foi o aparecimento da música instrumental. Convém lembrar que a música do Ocidente florescera a princípio como uma arte da voz humana e não é de admirar que se tenha passado algum tempo antes que se fizesse uma idéia clara das diferentes possibilidades inerentes à criação de música por meios mecânicos. Nota-se considerável progresso nos instrumentos de teclado, em particular o órgão, que já nos fins do século XVII havia alcançado virtualmente a sua forma atual. O piano, inventado no começo do século seguinte, só muito depois conseguiu suplantar os seus protótipos - a espineta e o cravo. (Mozart foi o primeiro grande músico a reconhecer as possibilidades do piano e a compor para ele.) O violino chegou à perfeição no primeiro terço do século XVIII e é notável que nunca tenham sido sobrepujados os melhores produtos desse período, provindos das oficinas das famílias Amati, Stradivarius e Guarneri, do norte da Itália. Entrementes estavam sendo lançadas as bases da orquestra moderna, graças à tendência de agrupar instrumentos aparentados, como, por exemplo, a família do violino (instrumentos de cordas tocados com um arco) e a família da flauta (instrumentos de sopro feitos de madeira). O aparecimento da ópera constitui a segunda inovação importante dessa era. Nascida na Itália por volta de 1.600, a ópera representava uma tentativa de empregar a música como veículo de expressão dramática e inspirava-se tanto no drama clássico grego como nos "mistérios" medievais. Se bem que ainda imperfeitamente desenvolvida, ela tornou-se uma forma de divertimento muito popular e o seu rápido

êxito teve o efeito infeliz de prejudicar-lhe o aperfeiçoamento artístico. Logo estagnou numa forma convencional que carecia tanto de originalidade musical como de sinceridade dramática - um estado de degenerescência no qual permaneceu até passar por uma reforma radical no século XVIII. Mas, apesar das suas limitações, a ópera merece atenção por procurar combinar diversas artes, por ter um cunho nitidamente secular e por oferecer um meio de vida aos músicos até então dependentes quase por completo da proteção dos nobres e da igreja.

Na dianteira do progresso da música instrumental na primeira metade do século XVIII está o nome de João Sebastião Bach (1.685-1.750), uma das maiores figuras de toda a história da música. Por muitas gerações, os Bachs da Turíngia tinham-se distinguido como músicos através da Alemanha e a alta reputação da família talvez explique, em parte, a subestimação de J. S. Bach pelos seus contemporâneos. Unia ele, a uma imaginação ilimitada e a uma vasta inteligência, heróico poder de disciplina e incansável zelo no trabalho. Mercê de uma vida inteira dedicada ao estudo, tornou-se senhor de todas as formas existentes de expressão; e em quase todos os ramos da música séria, com exceção da ópera, exerceu assinalada e benéfica influência. Revolucionou a técnica da execução em instrumentos de teclado. Além disso, deve-se a ele em grande parte a adoção da moderna escala "temperada", que possibilita tocar em qualquer tom que se deseje, sem reafinar o instrumento. A este respeito deve-se observar que Bach foi o verdadeiro fundador da moderna música para órgão e que compôs muito do que de melhor existe nesse terreno. Nas suas mãos a fuga para órgão - uma forma contrapôntica submetida às regras mais estritas possíveis - tornou-se não só uma brilhante façanha técnica, mas também um veículo da mais profunda emoção. Embora tenha composto vários tipos de música instrumental, seus trabalhos mais conhecidos, afora as peças para órgão, são para execução coral, compostos principalmente para a liturgia do serviço luterano. Vão desde arranjos de simples corais de origem popular até missas grandiosas. Um dos maiores e mais fecundos músicos de todos os tempos, Bach não mostrava nenhuma das

irritantes excentricidades que passam geralmente por fazer parte do "temperamento artístico". Era sossegado e digno, mas por outro lado bondoso, piedoso, leal aos amigos e dedicadíssimo à sua enorme família (casou-se duas vezes e teve vinte filhos). Irônica mas bem típica foi a apreciação e a recompensa material limitadíssima que lhe dispensaram. Sua constante atividade como regente, executor e professor não foi suficiente para vencer a luta contra a pobreza e a viúva de João Sebastião viu-se forçada a acabar seus dias no asilo de Leipzig. Tinha ele tamanha sofreguidão de publicar as suas obras que aprendeu sozinho a arte da gravura em cobre; mesmo assim, grande parte de suas composições permaneceu inédita por mais de um século após a morte do autor. Desde então a sua influência tem crescido sem cessar, ao ponto de ser ele alçado à altura de um semi-deus pelos seus veneradores. Ninguém lhe rendeu mais profunda homenagem do que alguns músicos revolucionários da nossa geração.

G. F. Händel (1.685-1.759), entre todos os seus contemporâneos, só cede a primazia a Bach. Como este, Handel foi um magnífico organista, mas as suas obras principais tomaram outro rumo. Depois de alcançar fácil êxito na ópera de estilo italiano, voltou-se para o tratamento dramático dos temas religiosos, criando assim o moderno oratório. O mais célebre desses oratórios é o Messias, que ele compôs em três semanas. Em contraste com Bach, Händel alcançou em vida uma grande popularidade, especialmente na Inglaterra, onde se naturalizou. A venda de suas obras e uma generosa pensão da corte hanoveriana prodigalizaram-lhe uma renda farta e foi um dos poucos grandes compositores a conhecer a prosperidade.

Tanto o campo instrumental como o da ópera foram abrangidos pelos importantes desenvolvimentos da última parte do século XVIII. A ópera elevou-se por fim ao nível da excelência artística. Aperfeiçoaram-se formas de composição instrumental cuja influência, desde então, tem sido predominante: a sonata, o concerto e, acima de tudo, a sinfonia. Finalmente, a orquestra organizou-se sobre as suas bases modernas essenciais. As

realizações dessa época foram tão importantes, em especial o desenvolvimento da orquestra sinfônica, que ela passou a ser conhecida como o período "clássico" da história da música. As duas figuras que mais autenticamente representam o progresso desse tempo são os austríacos Haydn e Mozart.

Joseph Haydn (1.732-1.809), filho de um pobre construtor de carros, teve de lutar pela vida desde cedo. Conseguiu uma boa educação musical, em grande parte como autodidata, mas as agruras por que passou no começo da vida deixaram na sua personalidade uma marca de servilismo. As muitas humilhações que tanto ele como Mozart sofreram de seus superiores em categoria social são exemplos eloqüentes do esnobismo do século XVIII e da sua pequena consideração pelos gênios de origem obscura. No entanto, os imensos dotes de Haydn fizeram com que fosse grandemente aclamado nos meios musicais europeus e lhe trouxeram, por fim, relativo conforto financeiro. Devido à sua afabilidade de trato, era afetuosamente chamado "Papá Haydn" pelos músicos que trabalhavam sob a sua direção. Embora tenha escrito bastante para vozes, a sua grandeza reside principalmente nas peças instrumentais, cerca de setecentas em número, sendo as mais notáveis entre elas os quartetos para cordas e as sinfonias. Compôs mais de cem sinfonias e estabeleceu definitivamente o padrão desse supremo gênero orquestral. As sinfonias de Haydn são de uma estrutura notavelmente bem delineada e lógica, e, embora por vezes precisas demais para o gosto moderno, seu calor, sinceridade e alegria permitiram-lhes conservar a popularidade que merecem.

Wolfgang Mozart (1.756-91), que, ao contrário de Haydn, nasceu numa família de músicos, é provavelmente o mais extraordinário exemplo que se conhece de prodígio musical. Compôs aos cinco anos, tocou em público aos seis e publicou trabalhos quando tinha sete anos. Foi bom que a sua carreira tivesse começado cedo, pois terminou aos 35 anos, quando as capacidades do compositor estavam em marcado desenvolvimento. Sua morte prematura pode ser atribuída às circunstâncias difíceis em que viveu - pelas quais, entretanto, é parcialmente responsável a sua própria

extravagância, característica de muitos artistas vienenses. Profundamente endividado por ocasião de morrer, foi enterrado na vala comum. A despeito da sua breve existência, conseguiu sobrepujar Haydn no campo da sinfonia. Não menos importante foi a sua contribuição para a ópera, um gênero que exercia forte atração sobre ele. Nos fins do século XVIII o talentoso C. W. Gluck muito fizera no sentido de revitalizar a ópera e reintegrá-la nos seus objetivos dramáticos. Mozart consagrou ao mesmo escopo o seu gênio superior. Sem rejeitar inteiramente o padrão convencional, escreveu várias óperas para libretos tanto em língua italiana como em alemão, as quais valem ainda hoje como obras-primas. As mais notáveis entre elas são talvez A flauta mágica e Don Giovanni. Ainda que as suas obras dêem amplas provas de uma extrema habilidade e de uma intuição segura, por vezes até profética de futuras tendências, a qualidade mais atraente delas é a graciosa musicalidade. Mozart possuía como ninguém o dom da melodia - com exceção, talvez, de Franz Schubert. A superioridade das suas sinfonias sobre as de Haydn consiste na riqueza lírica, nos surpreendentes contrastes harmônicos e na maior audácia de concepção.

6. IDEAIS E REALIDADES SOCIAIS DA ÉPOCA DO ILUMINISMO

Um movimento tão profundamente perturbador para a sociedade do Ocidente como o foi a Revolução Intelectual não podia deixar de fazer sentir os seus efeitos sobre os costumes sociais e os hábitos individuais. Tais efeitos são particularmente visíveis no século XVIII, durante o apogeu do Iluminismo. É claro que nem todo o progresso social dessa época pode ser atribuído às influências intelectuais; uma boa parte dele se deveu à pletórica prosperidade determinada pela expansão dos negócios durante a Revolução Comercial. Não obstante, o progresso da filosofia e da ciência contribuiu marcadamente para varrer as teias de aranha

dos velhos preconceitos e construir uma sociedade mais liberal e humana.

Já se falou da influência do Iluminismo no sentido de promover a reforma social. Uma expressão típica dessa influência foi a agitação em prol da revisão dos códigos penais iníquos e de um tratamento mais brando dos prisioneiros. Em ambos os casos a reforma era urgente. Em quase todos os países as penas cominadas mesmo para pequenos delitos eram excessivamente severas, sendo punido de morte o roubo de um cavalo ou de uma ovelha, ou o furto de apenas cinco xelins. Na primeira metade do século XVIII foram adicionados, na Inglaterra, nada menos de sessenta crimes à lista dos que estavam sujeitos à pena capital. O tratamento dispensado aos falidos e presos por dívidas era também vergonhoso. Espancados e reduzidos à fome por cruéis carcereiros, morriam aos milhares nas prisões imundas. Tais condições acabaram por provocar as simpatias de vários reformadores, entre os quais se salientou Cesare Beccaria, um jurista de Milão profundamente influenciado pelas obras dos filósofos racionalistas franceses. Em 1764 publicou ele o seu famoso tratado *Dos delitos e das Penas*, no qual condenava a teoria corrente de que as penalidades deviam ser tão duras quanto possível, a fim de refrear os criminosos potenciais. Insistindo em que o objetivo dos códigos criminais deveria ser não a vingança, mas a prevenção do crime e a reforma dos reincidentes, batia-se pela abolição da tortura, indigna das nações civilizadas. Condenava do mesmo modo a pena capital como contrária aos direitos naturais do homem, uma vez que não pode ser revogada em caso de erro. O livro de Beccaria causou verdadeira sensação. Foi traduzido em doze línguas e instigou esforços para melhorar tais condições em muitos países. No fim do século XVIII haviam-se realizado consideráveis progressos no sentido de atenuar a severidade das penas, abolir a prisão por dívidas e dar trabalho e melhor alimentação aos detentos.

O espírito humanístico do Iluminismo expandiu-se também em outras direções. Diversos cientistas e filósofos, especialmente Buffon e Rousseau, denunciaram os males da escravidão e da

guerra. Muitos outros condenaram o tráfico de escravos. Os esforços dos intelectuais nesse sentido foram entusiasticamente secundados pelos chefes de alguns grupos religiosos, em especial por eminentes quacres da América. O próprio John Wesley, tão conservador em muitas questões sociais, estigmatizou a escravidão como abominável. O pacifismo foi outro ideal de muitos dos novos pensadores liberais. As reflexões de Voltaire sobre a guerra, já apontadas, não constituem de nenhum modo o único exemplo de tais sentimentos. As críticas de Helvetius e de Holbach não foram menos arrasadoras. Até o sentimental Rousseau percebia o que havia de ilógico na tentativa de Grotius para estabelecer uma distinção entre guerras justas e injustas. Da pena de outros filósofos iluministas emanaram vários planos engenhosos para assegurar uma paz perpétua, inclusive o projeto de uma liga das nações com poderes para empreender uma ação conjunta contra os agressores.

Era talvez natural que a agitação humanitária pela reforma fosse acompanhada de uma expansão da simpatia pelas classes inferiores. Isso foi especialmente visível na fase final do Iluminismo. Com o progresso da razão e a exaltação crescente dos direitos naturais do homem, a forte reação contra os males da escravidão e da guerra traduziu-se por fim num protesto contra todas as formas de sofrimento e opressão. Desse modo, começou-se a consagrar mais atenção aos infortúnios dos pobres do que se tinha feito desde o tempo dos sofistas. Ademais, a classe média, movida pela ambição de destronar a aristocracia, necessitava do apoio dos humildes camponeses e trabalhadores urbanos. Devido a fatores como esses, surgiu entre os pensadores influentes a tendência de esposar a causa do homem comum. Em especial, disseminou-se o desprezo pela linhagem régia ou aristocrática. Thomas Paine ecoou os sentimentos de muitos quando disse que um só lavrador honesto valia muito mais do que todos os bandidos coroados que já haviam existido. O grande economista escocês Adam Smith deplorou o hábito de sentir maior piedade por um patife entronizado como Carlos I do que pelos milhares de cidadãos comuns chacinados na guerra civil. Vários filósofos

franceses do Iluminismo foram bastante mais longe em suas profissões de simpatia pelas massas. Gabriel de Mably (1.709-85), o marquês de Condorcet (1.743-94) e Rousseau bateram-se por uma igualdade absoluta de privilégios e liberdades para todos os homens. Mably e Condorcet, pelo menos, perceberam que isso só se poderia conseguir por meio de uma redistribuição da riqueza. Embora não tenham proposto o socialismo, afirmavam que a propriedade da terra deveria ser dividida em partes iguais, para que se tornasse praticamente impossível a exploração do pobre pelo rico.

Um dos desenvolvimentos sociais mais significativos da Revolução Intelectual foi a revolta contra a moral cristã, em especial contra as suas bases sobrenaturais. Em capítulo anterior observamos que uma revolta semelhante ocorrera durante a Renascença, exemplificada, sobretudo, pelos ensinamentos de homens como Lourenço Valla, Maquiavel e Rabelais. A Reforma, no entanto, operou uma viravolta nessa tendência e estabeleceu um sistema ético mais rigoroso, em certos aspectos, que o da Idade Média. Nos fins do século XVII e no século XVIII o pêndulo voltou novamente atrás. Os filósofos iluministas tentaram separar por completo a ética da religião e encontrar uma base, quer racionalista, quer psicológica: para a conduta humana. Entre os que adotaram a atitude racionalista salientou-se Anthony Ashley Cooper, terceiro conde de Shaftesbury (1.671-1.713). Shaftesbury afirmava que todo ser humano é dotado pela natureza de um senso inato de decência, o qual é suficiente para capacitá-lo a julgar com acerto em questões fundamentais sobre o que é direito ou errado. Esse senso moral inerente ao homem desenvolve-se no espírito do indivíduo antes que ele tenha amadurecido o bastante para ter uma idéia muito definida sobre Deus ou a outra vida. Deve existir, por conseguinte, uma moral básica independente das sanções sobrenaturais. Com o desenvolvimento das faculdades raciocinadoras do homem essa moral básica se amplia e passa a abranger todo campo do julgamento ético. As idéias de Shaftesbury sobre o que é direito ou errado diferiam um tanto, porém, das dos moralistas tradicionais. Negava que qualquer ato

fosse verdadeiramente virtuoso uma vez que o motivasse a esperança de uma recompensa ou o medo da punição, tanto nesta vida como na outra. Pretendia reviver a concepção grega da virtude como o equivalente, em essência, da harmonia, da proporção e do bom gosto. "Não é certo", perguntava ele, "que o que é belo é harmonioso e proporcionado; que o que é harmonioso e proporcionado é verdadeiro; e que o que é ao mesmo tempo belo e verdadeiro é, em consequência, agradável e bom?"

A maioria dos filósofos iluministas inclinava-se a crer que a moral tem suas raízes nos instintos naturais do indivíduo ou em considerações de utilidade social. Como já vimos, a doutrina de uma base instintiva encontrou expressão nos ensinamentos de Helvetius e Holbach, que afirmavam ser toda a conduta humana determinada pelo interesse próprio, pela procura do prazer e pela fuga ao sofrimento. Acreditavam que uma educação adequada capacitaria o indivíduo a perceber que o seu interesse próprio não consiste em prejudicar a outrem e que, com o tempo, não seria necessária mais que uma pequeníssima repressão.

David Hume e Adam Smith desenvolveram uma teoria de certo modo mais ampla, sustentando que a moral é em grande parte determinada pela simpatia refletida. O homem, diziam eles, tem a tendência de se colocar na situação das pessoas que o rodeiam e de imaginar o que sentiria em circunstâncias semelhantes. Se a condição alheia é miserável, ele próprio experimenta dor, ao passo que a felicidade dos outros lhe proporciona uma sensação de prazer. Em consequência, o homem é impelido pela natureza a fazer aquelas coisas que possam causar a felicidade dos seus semelhantes e especialmente a evitar aquelas que causem sofrimento. Esta filosofia ética foi desenvolvida em todos os detalhes na obra de Adam Smith intitulada Teoria dos sentimentos morais (1.759).

A revolta contra os ideais éticos expostos pelos teólogos não só se refletiu nos livros dos filósofos, mas também revelou-se nos costumes e práticas predominantes do período. O século XVIII foi, em particular, uma época de elegância requintada e de vida amena, em franca discrepância com os tabus ascéticos da igreja.

As casas dos nobres eram esplendidamente adornadas com espelhos brilhantes, candelabros de cristal e graciosos sofás e poltronas, ricamente estofados de brocados de seda. Os homens das classes superiores usavam perucas empoadas, casacos de veludo com rendas nos punhos, meias de seda e calções em tons de pastel. Desde os dias da Renascença não tinha a moda desempenhado papel tão dominante na vida de ambos os sexos. Os hábitos de comportamento individual caracterizavam-se também por qualidades análogas de elegância e artificialidade. A forma era tudo; a substância, nada. As damas e cavalheiros da melhor sociedade dirigiam os mais exagerados cumprimentos mesmo àqueles a quem odiavam cordialmente e rebaixavam-se de modo asqueroso na presença dos seus superiores sociais. Num tratado satírico de etiqueta, publicado por volta de 1.750, o modo de fazer uma reverência na corte era descrito como segue, não sem certa parcela de verdade: "desviar-se o cortejador pouco a pouco da perpendicular, até que toda a espinha seja apresentada à pessoa a quem ele reverencia, como se lhe dissesse: Vossa Excelência dar-me-á a honra de uma coça?".

O fato é que, entre as classes superiores, as maneiras substituíam em grande parte a moral. As damas e cavalheiros que dançavam o majestoso minuete e portavam-se com graça tão encantadora costumavam ridicularizar o amor conjugal como o remanescente de um passado bárbaro. O adultério estava na moda e era considerado quase uma virtude. Algumas vezes o marido convivia amigavelmente com os amantes da esposa, pois ninguém nessa culta sociedade teria o mau gosto de demonstrar qualquer sentimento de ciúme. A prostituição não só encontrava justificadores, mas também defensores e os bordéis tinham comumente permissão de permanecer abertos aos domingos, embora os teatros fossem forçados a fechar as portas. A atitude predominante com respeito às relações entre os sexos parece ter sido a de Buffon, que disse: "No amor não há nada de bom senão o lado físico".

A sociedade do século XVIII teve também os seus aspectos violentos e brutais, que em grande parte eram sobrevivências dos

dias turbulentos da Renascença. A despeito da severidade das leis penais, o banditismo era ainda muito comum. Em muitas cidades grandes, maltas de desordeiros vagueavam à noite pelas ruas, ao passo que salteadores infestavam as estradas do interior. Em Londres, tais desordeiros chamavam-se Mohawks e seus divertimentos favoritos, além do roubo, eram espancar agentes da polícia, "virar mulheres de cabeça para baixo" e arrancar os olhos a quem quer que se lhes tentasse opor. A embriaguez continuava mais ou menos no mesmo pé que antes, se bem que o consumo de bebidas fortes pelas classes mais pobres pareça ter aumentado. Foi por volta desse tempo que o gim se tornou popular, especialmente na Inglaterra, como a bebida do pobre. Persistiam também com a mesma intensidade o jogo e os passatempos e esportes cruéis. Ainda outro vício dominante desse período era o duelo, embora se limitasse principalmente às classes superior e média. O cavalheiro de brio devia vingar-se de qualquer insulto real ou imaginário desafiando o ofensor para um combate mortal à espada ou à pistola. Até um estadista do porte de William Pitt, o moço, sentiu-se na obrigação de enfrentar um adversário no chamado campo de honra.

É preciso observar, no entanto, que o quadro das condições sociais no século XVIII não era totalmente tenebroso. Por um lado, houve uma nítida melhoria no padrão de vida, com toda a certeza no que toca à classe média e, possivelmente, também para os mais pobres. Prova-o o aumento do consumo per capita de açúcar, chocolate, café e chá, os quais não representam meros substitutos de outros alimentos ou bebidas, mas positivos acréscimos à alimentação comum. A procura cada vez maior de tecidos de linho e algodão, bem como de artigos de luxo tais como as mobílias de mogno desenhadas por Chippendale, Hepplewhite, Sheraton e outros mestres, pode ser tomada como um novo indício de crescente prosperidade, ao menos entre aqueles que não ocupavam os mais ínfimos degraus da escala social. Outro aspecto muito favorável da vida desse tempo foi a grande redução do índice de mortalidade. Isso resultava de diversas causas, sendo talvez a mais importante o combate eficiente à varíola, graças à

inoculação e à vacinação. Um segundo fator foi a instalação de maternidades, que, juntamente com os métodos obstétricos aperfeiçoados, reduziu, na segunda metade do século, a mortalidade infantil de mais de 100% e a das mães de mais de 200%. Por fim, o progresso da higiene, bem como a adoção de hábitos mais asseados por parte de pessoas de todas as classes, contribuiu em não pequena parte para dominar várias moléstias e para prolongar a vida.

FIM DO VOLUME I